

# Migrações: conectando mundos

**Rosane Marcia Neumann  
João Vítor Sand  
Kalinka de Oliveria Schmitz  
Wellington Augusto Blume  
(Organizadores)**



Rosane Marcia Neumann  
João Vítor Sand  
Kalinka de Oliveria Schmitz  
Wellington Augusto Blume  
(Orgs.)

# Migrações: Conectando Mundos

E-book



São Leopoldo  
2024

© Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras – ANPHCTB  
R. Franz Richter, s/n  
95937-000 – Forquethina – Rio Grande do Sul – Brasil  
Site: <https://xviseminarioanphct.wixsite.com/xviseminarioanphctb>  
E-mail: [anph.teutobrasileiras@gmail.com](mailto:anph.teutobrasileiras@gmail.com)  
Blog: <http://anphcomunidadeuteutobrasileiras.blogspot.com.br>  
Página no Facebook: Assoc. Nac. Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras  
Instagram: @anphctb

**Organização:**

Rosane Marcia Neumann  
João Vítor Sand  
Kalinka de Oliveria Schmitz  
Welington Augusto Blume

**Editoração:**

Rosane Marcia Neumann  
João Vítor Sand  
Kalinka de Oliveria Schmitz  
Welington Augusto Blume

**Capa:** João Vítor Sand

**Imagem da capa:**

La madre del emigrante – Ramón Muriedas Mazorra  
Foto: @555javierm  
Disponível em: [https://www.tripadvisor.com.br/Attraction\\_Review-g187451-d4932235-Reviews-Monumento\\_a\\_la\\_Madre\\_del\\_emigrante-Gijon\\_Asturias.html](https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g187451-d4932235-Reviews-Monumento_a_la_Madre_del_emigrante-Gijon_Asturias.html)

**Observação:** A adequação técnico-linguística dos textos é de responsabilidade dos autores.

Editora Oikos Ltda.  
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau  
93120-020 São Leopoldo/RS  
Tel.: (51) 3568.2848  
[contato@oikoseditora.com.br](mailto:contato@oikoseditora.com.br)  
[www.oikoseditora.com.br](http://www.oikoseditora.com.br)

---

M636 Migrações: conectando mundos. [E-book]. Organizadores: Rosane Marcia Neumann; João Vítor Sand; Kalinka de Oliveria Schmitz e Welington Augusto Blume. – São Leopoldo: Oikos, 2024.  
579 p.: il.; color.; 21 x 29,7 cm.  
ISBN 978-65-5974-197-7  
1. Migração. 2. Migração – Educação. 3. Migração – Patrimônio histórico. 4. Imigração – Cultura. 5. Imigração – Sociedade – Política. I. Neumann, Rosane Marcia. II. Sand, João Vítor. III. Schmitz, Kalinka de Oliveria; IV. Blume, Welington Augusto. V. Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras (ANPHCTB).

CDU 314.7

---

Catálogo na publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

## SUMÁRIO

Apresentação .....	7
--------------------	---

### **Migrações: conectando mundos**

Conectando mundos, antigamente e hoje .....	8
<i>Sven Dinklage</i>	
A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e os imigrantes inconvenientes: o caso dos assírios e japoneses .....	23
<i>Rodrigo Luis dos Santos</i>	
Tragédia no Vale do Taquari: o que (não) aprendemos? Lições do passado e caminhos para o futuro .....	42
<i>Willian Henrique Hoppe</i>	

### **Migrações e Educação**

Memórias de egressos sobre a implementação do ensino da temática afro-brasileira no Curso de Letras – Português da UFPE / <i>Campus</i> Recife (2003-2023) .....	66
<i>Betânia Maria Lidington Lins</i>	
<i>Deutsche Schule</i> Pelotas e a <i>Deutscher Schulverein</i> (1898-1930) .....	81
<i>Maria Angela Peter da Fonseca</i>	
“O desafiador problema da nacionalização do ensino”: educação escolar em São Leopoldo/RS durante o Estado Novo (1937-1945) .....	91
<i>Fernanda Gälzer</i>	
<i>Magna Lima Magalhães</i>	
Escola paroquial e escola dominical: influências de uma colonização luterana no sul do Rio Grande do Sul – Brasil .....	105
<i>Karen Laiz Krause Romig</i>	

### **Cultura, memória e patrimônio histórico**

Imigrantes poloneses e ucranianos e a “construção” da paisagem em Irati – PR .....	117
<i>Geovana Neves Nokozeck</i>	
<i>Karla Rosário Brumes</i>	
Memória empresarial e investimento étnico em uma família de elite teuto-brasileira: o museu Hering na encruzilhada entre a etnicidade e a diversidade .....	135
<i>Lucas Voigt</i>	

Preservando a cultura e identidade alemã no Rio Grande do Sul: o papel das organizações étnicas alemãs .....	150
<i>Luciana Sanguiné</i>	

### **Migrações, etnicidades, religião e gênero**

Memória, identidade e patrimônio: as devoções nas comunidades rurais que fazem parte da história do Santuário de Caravaggio .....	163
<i>Rosalina Luiza Cassol Schvarstzaupt</i>	
<i>Vania Beatriz Merlotti Herédia</i>	

Comportamento sexual e matrimonial de jovens da colônia de imigração italiana de Guaporé – Rio Grande do Sul – (1875-1960) .....	175
<i>Ismael Antônio Vannini</i>	
<i>Rodrigo Kummer</i>	

Tirolezes ultramontanos no interior do Brasil: aspectos identitários religiosos do Tirol mantidos nos trópicos .....	189
<i>Fernando de Moraes Toller</i>	

Questões de gênero e a dinâmica vulnerável das minorias: a realidade das mulheres e crianças deslocadas internas nos campos de refugiados .....	203
<i>Guilherme Vieira Barbosa</i>	
<i>Carlos Eduardo de Abreu Boucault</i>	

Sírios e libaneses no oeste paulista: o processo de mobilidade territorial e socioeconômico em Bariri (SP) .....	222
<i>Miguel Brandão Martinez</i>	

Entre a fábrica e o lar: o pleito da imigrante viúva por sua vivência materna em fins do Século XIX .....	235
<i>Ingrid Job</i>	

### **Migrações e Política**

Imigração: Estado-nação, poder e fronteiras .....	250
<i>Daniel Lorenzo Gemelli Scandolara</i>	

Políticas de integração de (i)migrantes teuto-brasileiros sob um olhar transnacional: os casos de Puerto Rico (Argentina) e Porto Novo (Brasil) – 1919-1945 .....	264
<i>João Vitor Sausen</i>	

Perspectivas de relações culturais sob o olhar de um representante consular .....	275
<i>Douglas Márcio Kaiser</i>	
<i>Rosemari Lorenz Martins</i>	

A sociedade teuta de Porto Alegre .....	287
<i>Günter Weimer</i>	
Alemães étnicos na Croácia .....	293
<i>Renato de Lucca</i>	

### **Migrações, economia e sociedade**

Casamentos, entre o ficar e o migrar: as estratégias sociais entre a população teuto-brasileira no Pinhal (1849-1925) .....	304
<i>Adriano Sequeira Avello</i>	
A constituição da indústria da cerveja no Rio Grande do Sul no século XIX .....	315
<i>Cristian Vian</i>	
Os colonos e o ato de solidariedade ao Cel. Dico: análise de uma trama de relações em Ijuí (1934-35) .....	329
<i>Paulo Adam</i>	
As contas não batem: o desvio dos pagamentos dos lotes na Colônia Guarani (1914-1916) .....	347
<i>Kalinka de O. Schmitz</i>	
A saga dos açorianos no Rio Grande de São Pedro .....	363
<i>Thiago Araujo Vaucher</i>	

### **Migrações, Literatura e imprensa**

A imigração açoriana na ficção de Luiz Antonio de Assis Brasil: um olhar a partir da micro-história .....	371
<i>Edemilson Antônio Brambilla</i>	
Políticas editoriais e étnicas nos almanaques editados em Blumenau: uma análise do Wille Kalender .....	384
<i>Méri Frotscher</i>	
Contribuições de um educador católico na imprensa étnica <i>St. Paulus Blatt</i> .....	400
<i>Mariane Fruet de Mello</i>	
<i>Eliana Rela</i>	
<i>Die Hilfe</i> : um jornal para os alemães na América Latina .....	412
<i>João Sand</i>	
Geografia, clima, imigração e colonização: a racialização dos discursos migratórios na América Latina (Século XIX) .....	434
<i>Wellington Augusto Blume</i>	

## **Migrações atuais, exilados e refugiados**

Migrações atuais nas histórias em quadrinhos: possibilidades para o ensino de História .....	449
<i>Fabian Filatow</i>	
Mobilidades forçadas: os impactos da guerra da Ucrânia no refúgio contemporâneo e para a comunidade internacional .....	465
<i>Henrique Schlumberger Vitchevich</i>	
<i>Tiago Boruch</i>	
O homem, os limites e o trabalho: as dificuldades laborais impostas aos refugiados no seu processo de deslocamento forçado e recepção em um novo país .....	477
<i>Guilherme Vieira Barbosa</i>	
<i>Carlos Eduardo de Abreu Boucault</i>	
Práticas de governança migratória no município de Santa Maria/RS e a luta por reconhecimento e autonomia .....	494
<i>Marina Mayora Ronsini</i>	
<i>Tainara Mariana Mallmann</i>	

## **Migrações em espaços urbanos: trajetórias, biografias e intelectuais**

Benno Mentz e sua atuação na preservação da germanidade no estado do Rio Grande do Sul (1924-1954) .....	509
<i>Alex Latronico</i>	
As representações fotográficas da colônia General Osório .....	523
<i>Alessandra Martins</i>	
“Henrique Surerus & Irmão”: a trajetória de dois teuto-brasileiros no interior de Minas Gerais .....	535
<i>Rita de Cássia Lara Couto</i>	
E/imigração e colonização: o Rio Grande do Sul na leitura dos intelectuais alemães americanistas (1896-1914) .....	550
<i>Rosane Marcia Neumann</i>	
“Levar a gente do Fayal ao Pará”: migração de açorianos no século XVII .....	568
<i>Jeferson dos Santos Mendes</i>	
Sobre os organizadores .....	579

## APRESENTAÇÃO

*O Seminário Internacional Migrações Conectando Mundos e XVI Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras*, promovido pela Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras (ANPHCTB) e Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), tem como objetivo promover a reflexão e o debate acerca das migrações históricas e contemporâneas, como fenômenos locais, regionais e transnacionais, que colocam em movimento sujeitos diversos, cujas conexões e reconexões moldam e modificam as sociedades. Tratando-se de uma temática complexa, propõe-se o diálogo interdisciplinar com as diversas áreas do conhecimento, bem como múltiplas abordagens teóricas e metodológicas.

Lajeado, sede do evento, é um dos municípios mais proeminentes do Vale do Taquari, cuja colonização remonta à segunda metade do século XIX. Trata-se de uma zona de transição entre a região dos vales, da serra e do planalto rio-grandense, e zona de fronteira e contato entre as colônias públicas e privadas, e os imigrantes/colonos açorianos, alemães e italianos, somados às populações locais – nacionais, indígenas, negros. Por outro lado, caracteriza-se pela sua conexão via navegação fluvial com a capital, Porto Alegre, e o vale dos rios Sinos, Caí e Jacuí. Essa ligação hidroviária beneficiou a instalação de sesmarias e colônias, o escoamento da produção, a entrada e circulação de pessoas. Em seu conjunto, o Vale do Taquari abrange um extenso território, que interliga as colônias velhas com a nova zona de colonização, que se expandiu em direção ao Planalto Rio-grandense, na virada do século XIX para o século XX, carregando consigo elevado número de colonos e deitando os dormentes da via férrea – então, símbolo da modernidade e do progresso.

Portanto, ao se aproximar das celebrações o Bicentenário da Imigração Alemã (1824-2024), o Seminário abre espaço para discutir as migrações e as migrações alemãs para o Brasil, os sujeitos migrantes, as (re)conexões de mundos e construções de novas/outras sociedades. Tendo no horizonte a pluralidade e complexidade desse processo histórico e a interculturalidade de seus sujeitos.



# Conectando Mundos, Antigamente e Hoje

Sven Dinklage<sup>1</sup>

## 1. Migração na ponte entre Alemanha e Brasil

Alemanha e Brasil são conectados por uma longa história de migração, que comemora exatamente dois séculos agora em 2024. Aproximadamente 10 milhões de brasileiros têm antecedentes germânicos, e suas marcas culturais e econômicas ainda são visíveis (no país de) hoje em dia. Estudos demonstram que na região metropolitana de São Paulo existem mais de 1000 empresas alemãs, o que faz da capital paulista a maior cidade industrial alemã no mundo - curiosamente incluindo a própria Alemanha, onde não há nenhuma cidade com esse número de empresas.

Enquanto a imigração para o Brasil tem diminuído fortemente nos últimos 100 anos, o tema está presente como nunca na Europa e na Alemanha. Segundo os números (Escola Brasil, 2024), aproximadamente 1,4 milhões de pessoas imigraram no Brasil entre 2011 e 2021, principalmente da Venezuela e do Haiti. Mais ou menos este número de pessoas – em torno de 1,5 milhões - entrou somente no ano de 2022 na Alemanha, um recorde histórico (Deutsches Institut für Wirtschaft, 2023). A emigração da Alemanha para outras regiões, mesmo sendo mais tímida, também continua existindo, somando aproximadamente 1,8 milhões de emigrantes nos últimos 10 anos (Deutsche Welle, 2019). Os destinos, no entanto, mudaram; enquanto no passado o Brasil e outros países da América do Sul foram populares escolhas para a emigração, hoje a Suíça e os EUA estão no topo da lista de países a receberem imigrantes alemães.

Os motivos para sair do local de nascimento variam muito e podem ser, tanto antigamente como hoje, de natureza de sobrevivência, política, religiosa, ética, mas também amorosa ou aventureira. Foi este último motivo que fez com que o autor deste artigo, Sven Dinklage, chegasse no Brasil em 1998 e ficou no país até hoje. Como Liaison Officer da universidade pública alemã de Potsdam e com sua empresa Flexpert Ltda., que oferece treinamentos interculturais e de liderança, entre outros, ele continua construindo pontes entre os dois países, e fortalecendo aquelas já existentes.

Aproveitando o jubileu e as atuais questões de migração na Alemanha ele pretende trazer neste artigo, sua história, seus motivos e algumas diferenças culturais entre os dois países, e traçando paralelas com sua trajetória de imigração. No terceiro capítulo ele irá tratar as

---

<sup>1</sup> Flexpert Training Ltda. & Liaison Office Uni Potsdam Brasil.

diferenças culturais entre Brasil e Alemanha, que fatalmente se apresentam quando pessoas de contextos tão diferentes se encontram e precisam cooperar entre si. O último capítulo oferece reflexões para facilitar uma convivência tolerante, efetiva e harmônica.

## **2. O dia a dia da migração, antigamente e hoje**

O primeiro serviço que Sven Dinklage e sua empresa prestavam para profissionais eram treinamentos interculturais, com foco em características pessoais/individuais e questões psicológicas que motivam indivíduos a deixarem suas terras. Antes de mergulharmos mais a fundo, vamos repassar a história de migração dos povos germânicos, com foco especial na imigração para o Brasil.

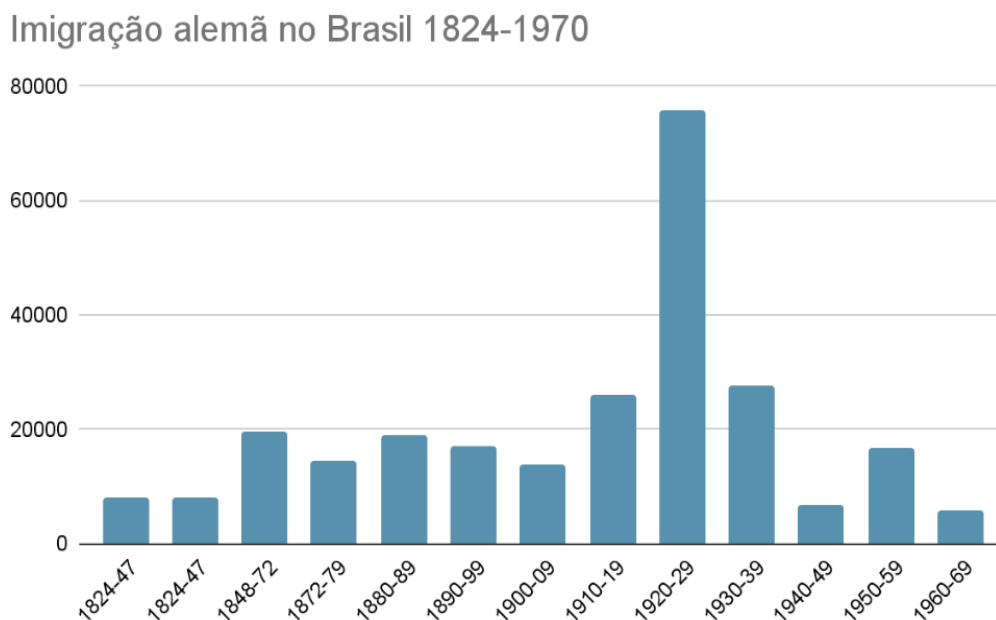
### *2.1 A história de migração dos povos germânicos*

Os povos germânicos têm uma longa tradição como migrantes. Já no século XIX, a Alemanha tornou-se um país de emigração. Naquela época, a emigração da Alemanha, mas também de muitos outros países europeus, era principalmente um fenômeno transatlântico. A crise agrícola na Europa na década de 1840, as revoluções fracassadas de 1848/49 e a descoberta de ouro na Califórnia e na Austrália na década de 1850 fizeram com que os números da emigração aumentassem, especialmente no Noroeste e na Europa Central. Na Alemanha, esta emigração transatlântica ganhou importância a partir da década de 1830. (Witte & Ette, 2021). O principal destino dos emigrantes alemães naquela época eram os Estados Unidos da América, para onde cerca de 80–90% dos emigrantes se mudaram. A população nascida na Alemanha, nos EUA, entre 1820 e 1860, foi o segundo grupo de imigrantes mais forte, depois dos irlandeses (cerca de 30%), e em 1861 e 1890 foi o mais forte (Oltmer, 2010, p. 10).

Outros destinos importantes de emigração no exterior foram Canadá, Brasil, Argentina e Austrália. Só depois da Primeira Guerra Mundial é que a emigração da Alemanha voltou a aumentar, embora em menor grau do que no período anterior. Estima-se que entre 1919 e 1932 cerca de 603 mil alemães emigraram para o exterior. A Alemanha era naquela época novamente um dos principais países de emigração europeia, ao lado das Ilhas Britânicas, Itália, Portugal e Espanha. No entanto, após a estabilização da moeda no final de 1923 e as restrições à imigração dos EUA em 1924, o número de emigrantes alemães caiu novamente e, durante a crise econômica global do início da década de 1930, ascendeu a apenas 10.000 a 15.000 pessoas por ano. Além disso, a importância dos países de destino passou dos EUA para o Brasil e a

Argentina (Witte & Ette, 2021). Foi nessa época que mais alemães imigraram para o Brasil (ver figura 1).

**Figura 1** – Imigração germânica para o Brasil

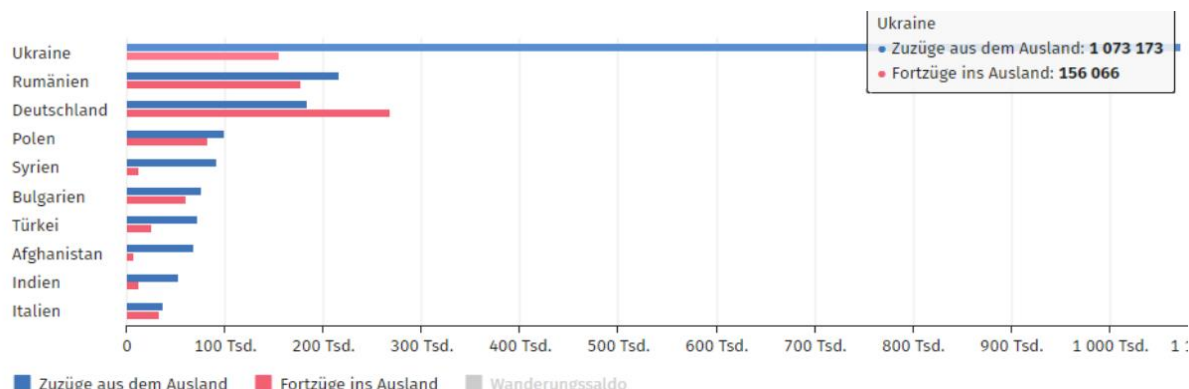


Fonte: Mauch & Vasconcelos, 1994.

Atualmente, a migração alemã é fundamentalmente diferente do que era há 100 anos. “Naquela época, a maioria dos jovens fazia as malas, atravessava o Atlântico e raramente voltava” (Mitteldeutscher Rundfunk, 2022). Hoje, por outro lado, os alemães não emigram mais para o Brasil ou Argentina, mas principalmente para a Suíça, Áustria e EUA (Welt, 2023). Em contraste com o que era naquela época, apenas pouco menos de 5% dos migrantes globais chegam à América Latina. Considerando que a Europa e a Ásia recebem cerca de 87 e 86 milhões de migrantes internacionais, respectivamente, o que representa quase 61%, conforme o (UN International Organization for Migration, 2022).

Dos 1,8 milhões de alemães que deixaram a Alemanha nos últimos 10 anos, estatisticamente falando, cerca de 70% regressaram (Deutsche Welle, 2019). Mas não são apenas os alemães que estão imigrando de volta para a Alemanha, pois há atualmente um enorme aumento de imigrantes de todo o mundo. Principalmente devido às guerras na Síria e na Ucrânia, houve anos recordes de imigração para a Alemanha em 2015 e 2022, respectivamente. Para compensar a escassez de trabalhadores qualificados, é implementada a chamada “política de boas-vindas”, que garante aos imigrantes seguros de saúde, bem como apoios financeiros suficientes e cursos do idioma alemão.

**Figura 2** – Imigração na Alemanha segundo as 20 nacionalidades mais comuns em 2022



Fonte: Statistisches Bundesamt

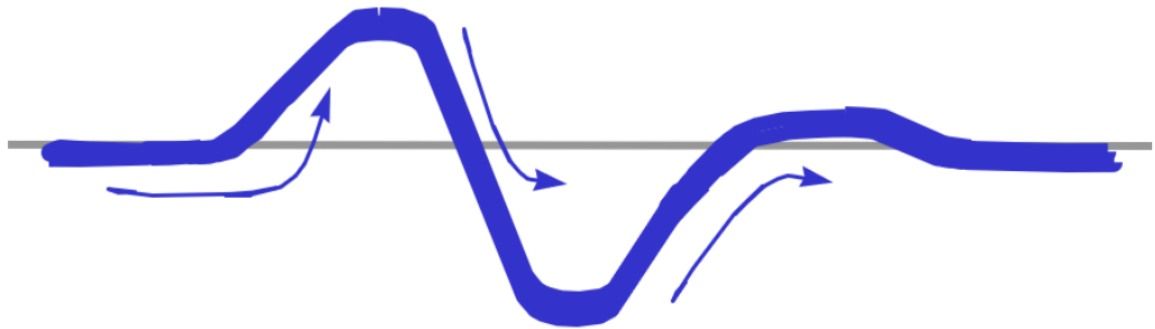
## 2.2 Imigração germânica para o Brasil

“Hoje, mais de 10 milhões de brasileiros têm ancestrais alemães, por outro lado o recente fluxo migratório reverso já resultou em uma comunidade de cerca de 120 mil brasileiros que hoje vivem na Alemanha.” (Ministério das Relações Exteriores, 2023). Mais um motivo para olhar para o passado. O que exatamente motivou os imigrantes alemães a se deslocarem para o Brasil, quais foram as características pessoais e individuais que fizeram as pessoas deixarem sua terra natal naquela época e agora? Como era a vida e quais foram as dificuldades que os imigrantes enfrentaram no Brasil?

### 2.2.1 A experiência de imigração antigamente e hoje

Quando alguém deixa o entorno de vivência familiarizada e se muda para outro, naturalmente passará por uma adaptação que traz determinados desafios (e sentimentos). São experiências temporárias que compõe o processo com suas fases, como ilustra a figura abaixo. O indivíduo normalmente não está ciente do choque cultural inicial, da euforia, das baixas e altas, até chegar a uma adaptação inicial. Um processo que vem com fortes emoções que influenciam não apenas a vivência cotidiana inicial, como o sucesso da mudança.

**Figura 3 – A curva de adaptação**



Dados históricos indicam que muitos imigrantes das primeiras ondas vieram para o Brasil para escapar da pobreza e da fome, enfrentando uma longa viagem marítima de 80 a 90 dias para chegar ao Rio de Janeiro, adicionados por algumas semanas até finalmente chegarem à colônia de São Leopoldo e outras primeiras colônias (alemãs, e as vezes já estabelecidas). À chegada, foram-lhes atribuídas terras, lotes inicialmente gratuitos, o que provavelmente proporcionou um (breve) sentimento de alívio e garantia de sucesso da empreitada exaustiva. No entanto, devido à Lei de Terras, acabaram por ter de pagar pelos tais lotes, trazendo de volta uma grande insegurança e medo para em seguida, fortalecidos pelas superações passadas, enfrentar a realidade e se fixarem da melhor forma possível.

Interessante destacar que muitos imigrantes de primeira geração chegaram sozinhos, sem cônjuges ou prole, apesar da legislação brasileira encorajar a vinda de pessoas já casadas. Segundo levantamento histórico, 70% destes se sentiram discriminados pela legislação brasileira, que dizia que somente casais casados poderiam se estabelecer por aqui. Estas leis discriminatórias tiveram grande impacto, trazendo solidão e isolamento à estes imigrantes e, conseqüentemente levando à criação das primeiras instituições de tratamento de saúde mental e asilos. Toda esta repercussão psicológica resultou não apenas no aumento de questões de saúde mental, como em suicídios entre os imigrantes. Pode-se presumir que este triste capítulo deve ter sido o ponto baixo da primeira fase de imigração alemã no sul do Brasil. E é bom lembrar que os mesmos fenômenos continuam acontecendo com os migrantes nos dias de hoje, em menor ou maior grau, independente de suas origens e destinos.

Além do estabelecido atendimento para questões de saúde mental, foram se criando comunidades de convívio social proporcionando conforto e acolhimento emocional. Estas comunidades eram os primórdios das colônias, onde, a partir de associações, grupos de oração

e clubes de atividades esportivas e culturais, as pessoas que frequentavam naturalmente se apoiavam e fortaleciam mutuamente. Uma observação curiosa é que primeiros imigrantes alemães não católicos não tinham a possibilidade de usufruir uma comunidade religiosa, já que o catolicismo foi a religião oficial até o ano de 1889. Assim concluímos porque as gerações subsequentes, tanto as já nascidas no Brasil quanto as que chegaram na infância, se adaptaram com maior facilidade ao seu novo lar.

Até hoje migrantes se apoiam em compatriotas que chegaram antes, facilitando e norteando sua caminhada, especialmente no início. Ter opções entre vários locais frequentados por pessoas que pensam como você proporciona acolhimento e sensação de pertencimento. Vale apontar que essa rede não garante a integração, uma vez que grupos de pessoas portadoras do mesmo passaporte não são homogêneos e não é incomum haver uma grande divergência em questões comportamentais e emocionais (culturais), além de má índole, tanto entre migrantes quanto locais. Um exemplo atual fabuloso, criado para acadêmicos brasileiros na Alemanha, é a Rede Apoena (<https://redeapoenaoficial.wixsite.com/website-1>), onde pesquisadores e professores têm a possibilidade de trocarem ideias, experiências e conhecimento se apoiando em questões profissionais, pessoais e de cotidiano.

Mesmo assim, quem se encontra em uma nova cultura passa por um desafio adicional muito pessoal; talvez as palavras “crise de identidade” pareçam fortes, mas o leitor já deve ter ouvido coisas do tipo: “...eu não sou deste lugar, mas também não sou mais daquele lugar (de onde eu vim)!”. É um dilema pelo qual todo migrante passa, em menor ou maior grau, e que acaba influenciando seu equilíbrio emocional e sua autoestima. Por exemplo, é um grande desafio uma pessoa ser muito bem-formada em uma profissão em determinado local, mas ser deixado de fora do mercado de trabalho por não dominar o idioma ou porque seu título não é reconhecido no novo local. Outros exemplos podem ser costumes, tradições ou práticas culinárias, culturais, religiosas que não são valorizados pela sociedade local, ou simplesmente nomes diferentes aos “normais” do novo local. É o caso com este seu autor de escolha que foi abençoado com nome nórdico, escolhido pela mãe numa homenagem memorável, e que não poderia imaginar que um dia seu amado primogênito “Sven” se debandaria para o Brasil, onde para a população local as letras deste nome representariam um desafiador quebra-línguas, deixando seu dono com algumas opções: Ficar impaciente toda vez que tem que explicar o soletrar; Sugerir nome semelhante porém pronunciável ou adotar um apelido para facilitar a vida do interlocutor local. Considerando que nomes próprios costumam ser a primeira interação entre indivíduos, e podem representar símbolo de identidade e histórico familiar e pessoal, ver

seu nome sendo “abusado” pode atingir a autoestima de pessoas sensíveis, que por razões culturais pessoais não conseguem abstrair e flexibilizar este “detalhe essencial”. Obviamente, o mesmo acontece com nomes brasileiros cuja pronúncia pode ser impraticável por outros povos, ou gerarem expectativas culturais ou sobre a fluência no idioma do outro (quando, por exemplo, uma brasileira se chama Claudia Schmidt, sem dominar o alemão nem ter tido contato ou vivência com a cultura alemã)!

Naturalmente no mundo digitalizado de 2024, a migração é bem diferente de 200 anos atrás. Em 1824, as pessoas se despediam no cais do porto, acenavam até o navio desaparecer no horizonte e, no melhor cenário, a família receberia notícias via correspondência postal após algumas semanas. Ainda mesmo em 1986, quando Sven Dinklage deixou a Alemanha para fazer um intercâmbio de High School de um ano nos EUA, a comunicação era por carta, cujas chegadas eram celebradas e eram ponto alto da semana. Telefonemas eram possíveis, porém caros e, portanto, restritos a datas comemorativas e emergências. Hoje o celular pode informar todos sobre uma viagem em tempo real, desde que sua bateria esteja carregada e seu dono tenha acesso a uma conexão de WiFi ou um chip da operadora local. Como todos sabemos por experiência própria, esta atualização em tempo real é muito prática por um lado, por outro pode criar uma certa angústia não só no viajante, mas também em quem ficou e está à espera de notícias. As consequências são laços mais fortes com o país de origem e a tentação de se integrar menos com a nova localidade, e o segredo está exatamente em conseguir o equilíbrio.

### 2.2.2 *Características pessoais e individuais e seus impactos para o migrante*

Na história a (i)migração é um fenômeno dinâmico e observá-lo ao longo do tempo proporciona reflexões sobre o passado, compreensão do presente e projeção de possíveis cenários futuros. Comparando dados históricos e contemporâneos migratórios entre Brasil e Alemanha oferece uma visão abrangente sobre a transformação e os desafios enfrentados por ambos os países. Seguem motivações que caracterizam os migrantes.

Para introduzir este ponto, vamos apresentar aqui um exemplo atual de pesquisa na Universidade de Potsdam, instituição parceira do autor. No seu artigo “*Wir erkennen an, dass Tiere Individuen sind*” (“Reconhecemos que animais são indivíduos”) na revista “Portal Wissen”, na edição 2 de 2023, as pesquisadoras Prof. Dr. Jana Anja Eccard e Dr. Valeria Mazza relatam das suas pesquisas sobre a migração de camundongos. O foco do seu trabalho está na análise da personalidade dos animais, e elas têm demonstrado que, justamente como os seres humano, os animais têm características individuais que os diferenciam uns dos outros, a saber

em cinco dimensões: ativo-reservado, medrosos-corajoso, agressivo-pacífico, curioso-cuidadoso e sociável-individualista (Eccard & Mazza, 2023).

As investigadoras analisaram a migração de ratazanas na Irlanda, que começou na década de 1950. Até o momento, os animais se desenvolveram em cerca de metade do país. Depois de realizar vários experimentos, as pesquisadoras encontraram diferenças comportamentais significativas entre os animais que vivem no centro e nas bordas da área conhecida. “Os resultados mostram que os animais no limite da zona de dispersão são muito mais cautelosos e também muito mais flexíveis do que no centro, onde os animais foram mais corajosos e inflexíveis na sua resposta comportamental. “A capacidade de adaptação às condições naturais é essencial para explorar novos espaços” (Eccard & Mazza, 2023).

No caso dos ratos, o motivo mais importante por trás disso provavelmente é não ser morto por predadores, mas podemos fazer o paralelo com humanos também: o imigrante que chega em outro país/região, seja hoje ou antigamente, tem que se posicionar, batalhar, se impor na concorrência local e superar obstáculos que geralmente serão maiores para ele/ela do que para o povo já instalado no local. Isto vale principalmente para aqueles grupos de imigrantes que são ainda menos bem-vindos que outros, pois evidentemente existem hierarquias dependendo de seus passaportes, aparências e hábitos.

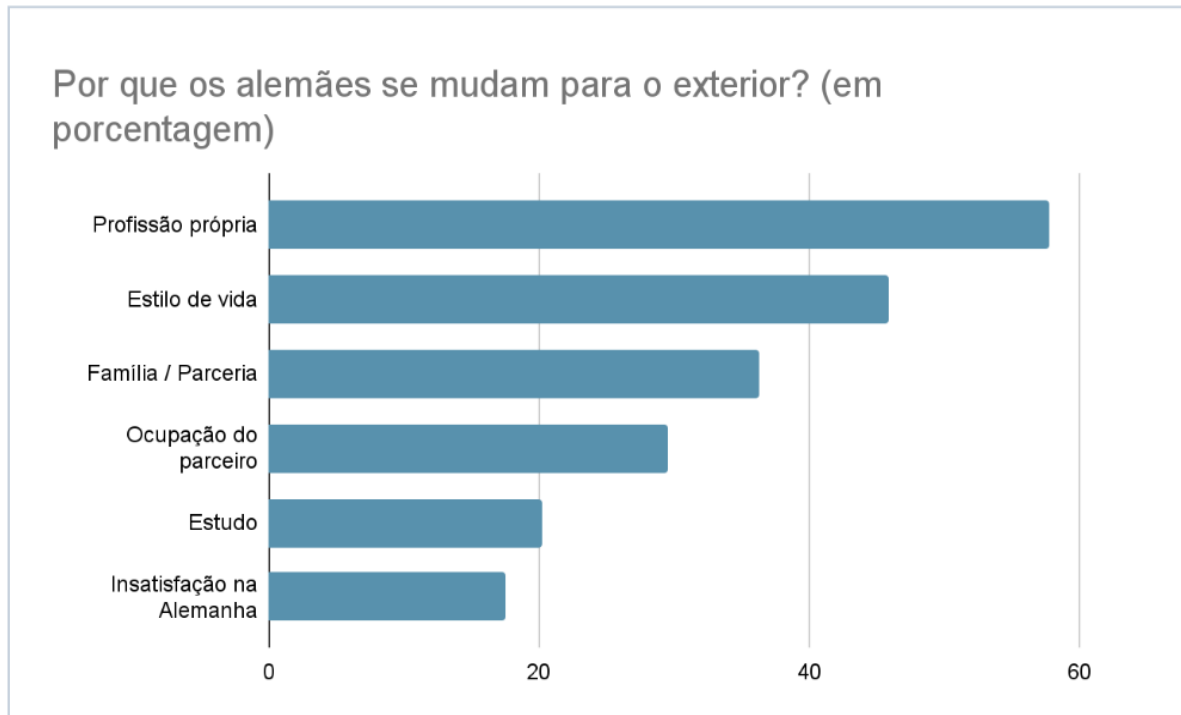
Vasco de Gama e Cristóvão Colombo, como tantos imigrantes atuais, saíram em busca de “novos mundos” e “novas terras” por motivos econômicos. Ainda hoje migrantes planejam sua mudança focando em retorno financeiro ao sair do seu país, sejam eles famílias buscando refúgio em países mais seguros ou, os mais privilegiados, expatriados de multinacionais se deslocando para outras filiais no mundo.

Segundo Witte e Ette (2021), o assim chamado “capital de mobilidade” já existente em uma pessoa tem alta influência no processo decisório, ou seja, experiências anteriores no exterior. Segundo a pesquisa conduzida entre alemães, uma pessoa que já viveu no exterior anteriormente é 22% mais propensa a emigrar novamente. Nas palavras dos autores “a emigração como um processo dependente do percurso, com experiências de mobilidade anteriores que implicam episódios adicionais ao longo da vida, bem como a importância das condições educativas e de emprego individuais que levam as pessoas a deslocarem-se”. Isto está alinhado com a recomendação que sempre damos a jovens e profissionais em geral que cooGITAM ter uma experiência em outro lugar: se possível, comece com estadias mais curtas para só depois ir por mais tempo e, eventualmente, definitivamente.



Do ponto de vista da Alemanha, uma pesquisa do *Bundesinstitut für Bevölkerungsforschung* mostra que, além dos fatores relacionados ao trabalho e à mobilidade, também os estudos e a insatisfação com o próprio país são impulsionadores da emigração:

**Figura 4** – Motivos pelos quais os alemães optam pela emigração.



Fonte: Bundesinstitut für Bevölkerungsforschung, 2019

### 3. Diferenças interculturais entre Brasil e Alemanha

Para exemplificar os causadores do famigerado choque cultural e outros impasses no processo de integração, é interessante antes assimilar algumas definições do termo “cultura”, conforme abaixo.

“complexo de atividades, instituições, padrões sociais ligados à criação e difusão das belas-  
artes, ciências humanas e afins.” Oxford languages  
...é como se lida com as coisas por aqui.”

"...é a programação coletiva da mente que diferencia membros de um grupo de membros  
de outros grupos." Geert Hofstede

"...é o total de padrões de comportamentos humanos, expressões, e tecnologia  
comunicados de geração para geração.”

“...é para a coletividade humana o que a personalidade é para um indivíduo.”

"...esconde muito mais do que revela. E, curiosamente, o que esconde permanece velado, principalmente de seus próprios participantes." Edward Hall

**Figura 5 - Bagagem cultural**



Fonte: ...bagagem cultural... Do autor.

Tendo internalizado a questão mais genericamente, vamos agora olhar algumas diferenças culturais que existem entre estes dois povos. focando em exemplos narrados por alemães no Brasil da atualidade.

Desafiador, quando migrantes mergulham no cotidiano do novo país, é entender como as pessoas locais “funcionam”, ou seja, descobrir quais são as regras de convivência, o que e como “se faz” e “não se faz”, como se posicionar etc.

Ainda antes, na propriedade de consultor intercultural dos assuntos, devemos sempre alertar para se ter em mente que “não vemos as coisas como elas são; nós vemos as coisas como NÓS somos.” Segue a coleção de casos recorrentes do cotidiano profissional, que podem eventualmente interessar às pessoas nascidas no Brasil:

- Sinceridade e comunicação direta. Podemos afirmar que alemães costumam ser muito honestos e diretos (o que não implica que a forma da comunicação brasileira seja mentirosa ou educada!) Alemães costumam dizer o que pensam, doa a quem doer, sempre em prol daquilo que é correto, independente de sentimentos que o conteúdo e a forma direta podem causar no interlocutor. Vamos ao exemplo da jovem alemã que trouxe para sua família hospedeira no Brasil um típico pão preto alemão, Pumpernickel, além de Katjes, alcaçuz, sendo ambos para paladares preparados e, mesmo na Alemanha, não exatamente populares. Conforme a boa educação brasileira, todos provaram e elogiaram, e, mesmo tendo estranhado bastante o choque culinário, se preocuparam em elogiar e agradecer para não magoar a jovem estrangeira, que um tempo depois, por acaso, viu seu pão descartado disfarçadamente. Ambas as culturas entendem

seu comportamento como “boa educação”: brasileiros buscam a harmonia momentânea, enquanto alemães preferem o embate situacional para evitar transtornos futuros.

- Regras e leis: Na Alemanha, o cotidiano da sociedade se organiza em torno de regras e leis de forma imprescindível, se aplicando a todos sem depender de circunstâncias. Tanto que, num semáforo vermelho o alemão para, não importando se é domingo, feriado, de madrugada, tendo ou não alguém na rua, olhando, estando de carro, de bicicleta ou a pé. Alemães não questionam leis e regras, acreditando que estas existam por algum motivo, pois caso contrário, porque existiriam, afinal? No Brasil, já as crianças aprendem que as cores do semáforo são respeitadas situacional/relativamente, considerando em primeiro lugar o próprio interesse, a própria segurança. Na Alemanha, restaurantes costumam oferecer em seus cardápios o “Kinderteller” (prato infantil) que um adulto com pouca fome não pode pedir. Afinal, este é apenas para crianças, e dificilmente haverá espaço para negociação. Imaginando os exemplos citados ocorrendo no Brasil, onde regras existem e são respeitadas dependendo da área de aplicação ou como uma base a ser flexibilizada conforme os envolvidos na situação. Aqui fica nítida a relevância do conhecimento da história de um país e seus habitantes, a formação das suas sociedades no tempo para (poder) concatenar alguma afirmação ou esboçar alguma projeção.

- Regras e leis: No Brasil, um exemplo aconteceu em um ônibus municipal, em um bairro tranquilo, nos tempos que os ônibus ainda tinham cobradores, por volta das 19 horas da noite, naquele horário quando a maioria das pessoas já chegou em casa. O ônibus estava quase vazio, e uma senhora, já perto da porta traseira, mas com o ônibus ainda em movimento, diz em alta voz: “Motorista, você pode abrir aqui no semáforo, em vez de no ponto lá embaixo?”. O motorista, bem-educado, respondeu: “Senhora, não posso abrir aqui, pois não é uma parada e a fiscalização sempre está de olho por aqui.” Pela surpresa do observador estrangeiro, ao chegar no semáforo fechado, aquele mesmo motorista abre a porta para a Senhora descer, que agradeceu a gentileza dele. Ele havia dito que não poderia abrir a porta, mas chegando na esquina acaba atendendo ao pedido da passageira? E a história não termina aqui: enquanto a senhora desce, como nada tivesse acontecido, e segue seu caminho, o motorista começa a falar mal dela, compartilha sua frustração com a cobradora, dizendo “Ela sempre faz isto comigo, todo dia é assim, ela sabe que eu não posso abrir...” etc. Ele acaba cedendo para ser gentil, para evitar o conflito (mesmo sabendo que é proibido e poderia ser multado etc.), mas reclama da situação com a colega de trabalho. Na Alemanha, ninguém se atreveria a fazer um pedido

semelhante da passageira do exemplo anterior, sabendo que o/a motorista não abriria uma exceção para seguir os procedimentos estabelecidos.

Outras diferenças entre culturas, relacionadas a como se entendem as circunstâncias da vida, são o:

- Otimismo, onde brasileiros ganham, de longe, dos alemães. Generalizando e estereotipando, brasileiros acreditam, que no final tudo acabará bem, como demonstram com o provérbio: “No fim vai dar tudo certo!”. Este provérbio também existe em outros idiomas e culturas, como o “Everything will be all right!” no inglês e “Ende gut, alles gut!” em alemão. Existe também a formulação “Es wird schon schiefgehen!” na versão alemã (“Já vai ficar tudo torto!”) que comunica de forma invertida, demonstrando que alemães formulam o pensamento negativo para expressar conteúdo positivo. E quando se discute este assunto com alguns alemães, dizendo que são um povo pessimista, geralmente respondem: “Não somos pessimistas, somos realistas!”. Muitos alemães devem concordar em parte, uma vez que nem tudo na vida sempre está, nem tudo sempre acabará bem, não é verdade? Assim fica bastante complicado para alguns (grupos culturais) alemães trabalhar com brasileiros, para os quais está sempre “Tudo bem!”. Outros grupos culturais alemães passam a admirar a leveza de brasileiros de encarar a vida com sorriso e atitude constante de “tudo bem!”, mesmo enfrentando grandes dificuldades. Outro exemplo nesta linha é quando brasileiros se despedem com “Até amanhã!” (algo que não é tão comum na Alemanha) e colegas respondem com “Se Deus quiser!”. Este diálogo pode ter sua raiz na espiritualidade do brasileiro por confiar sua existência no dia seguinte mais à Deus do que sua própria responsabilidade pessoal e tão logo perder a confiança de um ouvinte alemão que, inconscientemente pode perder a confiança no colega brasileiro, julgando-o/a insensato.

- Multitarefa ou monotarefa? Uma das características que diferencia a mulher do homem, em geral, é o fato de mulheres serem capazes de realizarem múltiplas tarefas simultaneamente, com sucesso, o que (em interculturalês) na área intercultural denominamos de policronismo. Menos homens costumam ter este talento, que não só mulheres, como algumas culturas e profissões possuem, fazendo alguns grupos de pessoas mais policrônicas que outras. Ou seja, o grau de variação de capacidade policrônica entre um engenheiro alemão e uma profissional de marketing brasileira provavelmente será bem ampla, o que pode dificultar a comunicação e convivência entre eles.

- Business relations ou relation business? Uma experiência de brasileiros, quando não são devidamente preparados, ao chegar no ambiente de trabalho na Alemanha e vão até a mesa

de um colega e perguntam “Você tem um minutinho?”. Como normalmente alemães não são dotados do recurso da improvisação (como os brasileiros), o colega irá responder: “Não agora, p.f. agende um horário!”, causando espanto e inseguranças inclusive pessoais. A duras penas vem a lição que alemães têm dificuldade de serem espontâneos e se organizam e comunicam focando no conteúdo (comunicação transacional), diferente de brasileiros que predominantemente utilizam a comunicação relacional, onde valores interpessoais têm maior peso e ninguém seria capaz de deixar de atender um colega estrangeiro recém-chegado que está com alguma dúvida.

Importante lembrar que cada indivíduo é único e culturas se desenvolvem e comportamentos e valores vão se adaptando à novas realidades do mundo, assim como quem vive em outra cultura tende a assimilar o jeito como se faz as coisas no novo local. Mas há coisas que não se aprende, e as diferenças entre culturas são reais e trazer consciência a partir de algumas das dimensões que trouxe acima, pode ser uma ferramenta muito útil para todos os envolvidos no processo de integração e adaptação ideal.

### **Conclusão e reflexões finais**

Como melhor lidar com os desafios apresentados? Como migrantes, independente de origem e destino, e sociedades podem se preparar para garantirem resultados melhores no processo de integração?

O autor escreveu seu primeiro livro, “Culturas diferentes, costumes diferentes: A importância de conhecer hábitos e peculiaridades dos visitantes estrangeiros”, publicado em 2017 (ISBN 978-85-7113-804-9), pensando no tratamento de hóspedes que visitam o Brasil. O nome da editora escolhida, “Pontes”, reflete o que é necessário fazer: construir “pontes” entre Brasil e Alemanha, pontes seguras com corrimão firme que pessoas podem atravessar de um lado para o outro com segurança, sejam turistas, estudantes, profissionais de negócios ou acadêmicos, refugiados ou outro tipo de migrantes.

Todos, não apenas o migrante, devem refletir muito antes, durante e após a migração, uma vez que o processo abrange o planejamento, os desafios práticos do dia a dia e as questões psicológicas além das experiências que irão marcar e acompanhar a pessoa (e sua família) até o final de sua vida. Objetivos precisam ser definidos, necessidades detectadas e desafios individuais trabalhados. Um treinamento intercultural pode aumentar a autoconsciência, um coaching pode ajudar a definir questões profissionais e de carreira e uma terapia é indicada para trabalhar questões mais pessoais. Todas estas ferramentas são também indicadas para enfrentar

questões que irão acontecer ao longo do processo de adaptação e que podem incluir diferenças no casal, na comunicação e na educação de filhos, por exemplo.

A migração dos povos é tão antiga quanto a própria humanidade, o ser humano sempre teve que ser flexível e procurar novos lugares para garantir sua sobrevivência ou melhorar sua qualidade de vida. Neste momento há milhares de pessoas tentando entrar nas regiões mais prósperas do mundo, fugindo de conflitos armados e outros problemas graves e urgentes, refletindo o desequilíbrio econômico que está se agravando em nosso planeta. E como desde sempre, há indivíduos se aproveitando deste fenômeno, como também há pessoas dedicadas a auxiliar aos que estão chegando. Recordemos que cada um de nós é fruto de migrações anteriores, como tem sido comprovado por testes genéticos. E reflitamos sobre as circunstâncias que talvez nos levem a nos tornarmos migrantes no futuro. Neste caso, agradeceremos o apoio do povo local e que as pessoas tenham compaixão e empatia por nossos desafios e dificuldades. Ser tolerante e ter empatia com quem é diferente de nós é habilidade-chave para uma vida melhor juntos – há 200 anos, hoje e no futuro!

## Referências

BILATERALE Beziehungen. **Ministério das Relações Exteriores**. Brasília, 13 mai. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-berlim/de/bilaterale-beziehungen>. Acesso em: 06 jan. 2024.

DEUTSCHLAND wächst dank Zuwanderern. **Der Informationsdienst des Instituts der deutschen Wirtschaft**. Köln, 19 setembro 2023. Disponível em: <https://www.iwd.de/artikel/deutschland-waechst-dank-zuwanderer-596025/>. Acesso em 08 jan. 2024.

ECCARD, Jana Anja; MAZZA, Valeria. “Wir erkennen an, dass Tiere Individuen sind” - An der Universität Potsdam untersuchen Forschende die Persönlichkeiten wildlebender Tiere. **Das Forschungsmagazin der Universität Potsdam**. 31 mai. 2023. pp. 21-25. Disponível em: [https://www.uni-potsdam.de/fileadmin/projects/up-entdecken/docs/portal\\_wissen/2023/PortalWissen\\_1-2023\\_de\\_web\\_neu.pdf](https://www.uni-potsdam.de/fileadmin/projects/up-entdecken/docs/portal_wissen/2023/PortalWissen_1-2023_de_web_neu.pdf)

GUITARRARA, Paloma. Imigração no Brasil. **Brasil Escola**. 2024. s/d. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/imigracao-no-brasil.htm#Imigra%C3%A7%C3%A3o+no+Brasil+atualmente>. Acesso em: 08 jan. 2024.

KÄSTNER, Michael. Schweiz und Österreich beliebteste ziele. Hunderttausende deutsche Fachkräfte wandern aus – kommen aber auch wieder. **MDR**, 19 dez. 2022. Disponível em: <https://www.mdr.de/nachrichten/deutschland/wirtschaft/arbeitsmarkt-fachkraefte-abwanderung-100.html>. Acesso em: 05 jan. 2024.

MAUCH, Cláudia, VASCONCELOS, Naira. (Org.). **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história**. Canoas: Ed. Ulbra, 1994.

OLTMER, Jochen. Migration im 19. und 20. Jahrhundert. Enzyklopädie deutscher Geschichte. **World Migration Report**. 2013. Disponível em: <https://worldmigrationreport.iom.int/>. Acesso em: 08 jan. 2024.

PEUNTNER, Nicola Maria. **Culturas diferentes, costumes diferentes**: A importância de conhecer hábitos e peculiaridades dos visitantes estrangeiros. Editora Pontes. São Paulo: Campinas, 2017.

STEINWEHR, Uta. Einmal auswandern und zurück – manchmal. **Deutsche Welle**. Bonn, 22 dez. 2019. [Online]. Disponível em: <https://www.dw.com/de/einmal-auswandern-und-zur%C3%BCck-manchmal/a-51564332>. Acesso em: 06 jun. 2024.

## **A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e os *imigrantes inconvenientes*: o caso dos assírios e japoneses**

Rodrigo Luis dos Santos<sup>1</sup>

Quando analisamos as discussões intelectuais do Brasil entre as décadas de 1920 e 1940, alguns temas se fazem presentes nos ambientes socioculturais e políticos – seja de forma mais incisiva e amplamente divulgada, seja mais sutilmente, perpassando outros assuntos correlatos. Dois destes temas são a *identidade nacional* e a *política imigratória* que deveria ser adotada no Brasil. Sabemos que estes dois tópicos já eram – e não deixam de ainda ser, pois retomam à baila de tempos em tempos – alvo de importantes discussões e da agenda política desde o século XIX. Mas a partir dos anos 1920, com a tentativa de construção de uma agenda cultural genuinamente brasileira – lembrando a Semana de Arte Moderna de 1922 e as disputas entre os intelectuais e artistas modernistas de então – e a deflagração de movimentos com teor nacionalista, como o *Tenentismo*, também a partir de 1922, eles ganharam espaço mais amplo e fértil, tendo em vista que a década de 1920 marcou também o início da ascensão fascista na Europa.

Neste trabalho, o objetivo é trazer alguns olhares críticos sobre uma das entidades que surgiram no Brasil em decorrência dessas discussões que foram se avolumando: a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.<sup>2</sup> Sua existência é demarcada entre os anos de 1932 e 1949, com seu momento de maior atuação nos cinco primeiros anos de existência, até o golpe que deflagrou o regime do Estado Novo, em 1937, retomando alguma relevância midiática entre 1942 e 1943, com o fim das relações diplomáticas do Brasil para com os países integrantes do Eixo – Alemanha, Itália e Japão – e a conseqüente declaração de guerra aos mesmos. Seu núcleo central se localizava na cidade do Rio de Janeiro, mas núcleos estaduais foram fundados na Bahia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, entre outros.

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Atualmente é Historiador no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo e associado ao Instituto Histórico de São Leopoldo e Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras. Email: rluis.historia@gmail.com.

<sup>2</sup> Por questões éticas, destaco que a versão original deste trabalho foi publicada, no formato de artigo, em edição do Anuario de Historia Regional y de las Fronteras, revista da Escola de História da Universidade Industrial de Santander, Colômbia. Aqui apresento uma versão modificada do referido artigo, que pode ser conferido em: dos Santos, R. L. (2024). “En busca de un Brasil genuinamente brasileño”: el nacionalismo y el discurso antiinmigrante de la Sociedad de Amigos de Alberto Torres (década de 1930). *Anuario De Historia Regional Y De Las Fronteras*, 29(1), 269–286. <https://doi.org/10.18273/revanu.v29n1-2024011>.



Como veremos, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres utilizou de diferentes estratégias para alcançar seus objetivos e, dentro daquele contexto de efervescência política e ideológica, assegurar o protagonismo no que tangia aos rumos da política imigratória brasileira. Deste modo, pode-se afirmar que a SAAT lançou mão, principalmente, de dois poderosos recursos: mobilizar a opinião pública, através da imprensa, e executar o lobby político, cooptando deputados e senadores da Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 15 de novembro de 1933. Além disso, integrantes torreanos participaram de órgãos vinculados ao Governo Federal, o que possibilitaria o direcionamento – ou pelo menos a tentativa – do aparato estatal para efetivar sua agenda político-ideológica.

### **1. Sociedade dos Amigos de Alberto Torres: política imigratória, racismo e eugenia no Brasil**

Uma nota publicada em novembro de 1932, nas páginas do *Jornal do Commercio*, periódico sediado no Rio de Janeiro, informava eu um grupo de intelectuais, empresários, militares, agentes públicos e políticos de carreira se articulou para a criação de uma entidade político-intelectual, cujo patrono era o sociólogo e político fluminense Alberto Torres, falecido quinze anos antes. A citada nota também elencava a composição dos idealizadores da entidade, cujo nome era Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, conhecida também pela sigla SAAT. Foram destacados os nomes de Francisco José de Oliveira Vianna, Alberto José de Sampaio, Augusto Saboia Lima, Alcides Gentil, Hélio Gomes, Edgard Teixeira Leite, José Flexa Ribeiro, Mendonça Pinto, Edgard Roquette-Pinto, Álvaro Alberto da Mota e Silva, Araújo Ribeiro, Armanda Álvaro Alberto, Raul de Paula, Alberto Torres Filho e Heloísa Alberto Torres.<sup>3</sup> Dos nomes destacados, encontramos médicos, sociólogos, antropólogos, educadores, militares e integrantes da hierarquia governamental, ocupando cargos públicos, como o caso de Roquette-Pinto, então diretor do Museu Nacional

Quando da fundação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Heloísa e Roquette-Pinto integravam um *bloco moderado* dentro da entidade, em contraponto ao *grupo radical*, representado por Raul de Paula, Rafael Xavier e Cunha Melo. Entre 1932 e 1935, a SAAT sofreria em seu interior com disputas de concepções teóricas que, como consequências, oportunizaram rupturas dentre os seus integrantes, com afastamentos e acusações.

---

<sup>3</sup> *Jornal do Commercio*, 20/11/1932, Ano 105, n. 276, p. 12. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_12/19253](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/19253), acesso em: 5 ago. 2020.

No dia 4 de dezembro de 1932, nova publicação no *Jornal do Commercio* ressaltava reunião ocorrida no dia 2 daquele mês, centrada na organização definitiva da entidade e na aprovação de seu programa de ações.<sup>4</sup> Se formos sintetizar o escopo ideológico e pragmático da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, ele estava assentado em três pilares: 1) políticas agrícolas, conservação e uso racional da natureza; 2) políticas educacionais, sobretudo de caráter ruralista e formação patriótica e, 3) políticas migratórias, acentuando a definição e controle de grupos étnicos *recomendáveis* e *indesejáveis*. Sobre este último tópico, retomaremos a discussão mais adiante.

Como será possível verificar ao longo deste texto, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres empreendeu uma apropriação e ressignificação das ideias defendidas por seu patrono, condicionando-as com teorias e concepções socioculturais, políticas e econômicas fortemente estabelecidas na época de fundação e atuação da entidade, ou seja, as décadas de 1930 e 1940.

Mais diretamente vinculado com a temática que norteia esse texto, ou seja, o contexto imigratório no Brasil e a construção de um discurso racista e discriminatório – e suas consequentes ações políticas, cabe destacar que sobre o racismo científico do final do século XIX e princípio do XX, Alberto Torres salientava sua percepção de que este era um instrumento imperialista, adotado politicamente por algumas nações europeias, como a Alemanha, Inglaterra e Bélgica, por exemplo, que utilizaram dessas elocubrações para justificar sua expansão e domínio sobre a África e Ásia.

A visão antiimperialista de Alberto Torres foi instrumentalizada pela SAAT, fortemente coadunada com o discurso nacionalista que imperava no Brasil desde os primeiros anos do século XX, com seu ápice nas décadas de 1930 e 1940, durante o regime do Estado Novo. No Brasil, o nacionalismo crescente da década de 1920 ganhou a incorporação de um novo elemento: a eugenia, que ganhou espaço dentro das discussões ideológicas sobre a nação que se pretendia construir naquela conjuntura e do tipo ideal de homem brasileiro.<sup>5</sup> Doravante, cabe ressaltar que o caso da implementação de um pensamento eugenista no Brasil e suas ações de caráter mais prático possuem algumas nuances que precisam ser consideradas. Ao longo das décadas de 1920 e 1930, havia uma agenda que perpassava as preocupações dos eugenistas

---

<sup>4</sup> *Jornal do Commercio*, 4/12/1932, Ano 105, n. 288, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_12/19510](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/19510), acesso em: 5 ago. 2020.

<sup>5</sup> O termo eugenia foi criado por Francis Galton, antropólogo, matemático e estatístico francês, em 1883. O significado da expressão seria algo como “bem nascido” e, conforme teorizou Galton, eugenia é “o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente”. As ideias eugênicas no Brasil passaram a ser difundidas e a ganhar mais espaço após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), repercutindo, sobretudo, entre membros da chamada elite intelectual, científica e política nacional.

brasileiros, onde podem ser destacados tópicos como: saúde pública e melhora das condições de vida populacional, principalmente através do saneamento básico; controle matrimonial e saúde feminina; imigração e infância. Na primeira fase da Eugenia no Brasil, seus adeptos estavam mais alinhados com as questões de saúde pública e a solução dos graves problemas existentes. Posteriormente, a partir do início da década de 1930, com o crescente incremento do sentido nacionalista no país, é que o cunho racista vai sobrepondo-se à agenda anterior.

Outro fator importante e que deve ser explicitado é que, conforme alguns autores, como Stepan (1985), o movimento eugenistas brasileiro possuía diferenças em relação ao modelo alemão e estadunidense, não podendo ser considerado mera reprodução destes. Conforme adverte Castañeda (1998) a orientação científica adotada no país tinha uma tendência que, em determinados momentos, pendia ao Lamarckismo<sup>6</sup>, relacionando higiene e herança, mas também se voltava ora para o pensamento do biólogo alemão August Weismann<sup>7</sup>, ora para as leis de Mendel<sup>8</sup>, no âmbito da genética. Entretanto, esse tema ainda é alvo de discussões e interpretações opostas por parte de pesquisadores que se debruçam sobre o tema, não havendo uma definição homogênea sobre o assunto.

Coadunadas com o ideário nacionalista, a eugenia poderia ser utilizada como uma forma de construção identitária, perfazendo um novo modelo de homem brasileiro, conformando-o através do branqueamento, fundindo o brasileiro com determinados grupos de imigrantes europeus. O médico paulista Renato Kehl foi o principal eugenista brasileiro, ganhando proeminência ao se aproximar da chamada *eugenia negativa*, oriunda da Alemanha e dos Estados Unidos, onde a reprodução de determinados sujeitos sociais, classificados como indesejados ou contraproducentes, deveria ser evitada de qualquer modo.

---

<sup>6</sup> Teoria elaborada a partir das observações do francês Jean-Baptist de Lamarck, publicada em 1809, que se sustentava em duas concepções, conhecidas também como leis: a *Lei do Uso e Desuso*, onde os órgãos e membros se desenvolveriam nas espécies de acordo com a sua utilização, enquanto aqueles que não fossem usados acabariam por atrofiar; e a *Lei da Transmissão dos Caracteres Adquiridos*, onde ocorreria a transmissão de características adquiridas sucessivamente entre as gerações, permitindo a adaptação das espécies ao ambiente onde estavam inseridas. Embora suas teorias sejam, desde o século XIX, desacreditadas e hoje não sejam mais aceitas, Lamarck possui o mérito de ter se dedicado ao campo da Evolução das Espécies, em um período marcado pela Teoria do Criacionismo.

<sup>7</sup> Em seu experimento mais famoso, conhecido como Barreira de Weismann, separava as células em dois grandes grupos: as somáticas e as germinativas. Segundo essa teoria, modificações sofridas nas células somáticas (do corpo) não são transmitidas para os filhos. Para esse estudo e posterior conclusão, Weismann cortou a cauda de alguns camundongos, evidenciando que os filhotes deste animais, por sua vez, nasciam com cauda, explicitando que não se tratava de uma questão de transmissão somática. August Weismann, com seus estudos, refutou as teorias do naturalista francês Jean-Baptist de Lamarck.

<sup>8</sup> Em linhas gerais, as Leis de Mendel podem ser definidas como fundamentos que, em seu conjunto, ajudam a explicar como ocorrem transmissões de características hereditárias entre as gerações. Receberam esse nome em decorrência de terem sido sistematizadas pelo monge agostiniano Gregor Mendel (1822-1884) no campo da Biologia, após experimentos utilizando ervilhas. Por conta disso, é chamado de “Pai da Genética”.

Foi essa dimensão da *higiene racial* que sedimentou bases ideológicas e institucionais para o pensamento arianista e ideias eugênicas desenvolvidas na Alemanha nazista, entre 1933 e 1945. Em 1935, Renato Kehl assumiu abertamente sua simpatia para com a política de controle social nazista, buscando difundi-la também no Brasil. Segundo ele, o determinismo biológico deveria ser encarado como um problema estatal, pois todas as mazelas sociais, as crises e ameaças derivavam da questão da regeneração biológica racial.

Contudo, a eugenia mais radical não encontrou eco mais amplo entre os intelectuais brasileiros. Nomes como Gilberto Freyre e Edgard Roquette-Pinto se posicionaram contra o determinismo biológico, apontando para os problemas de ordem social, política, educacional e econômica os fatores que impediam a evolução do homem brasileiro e da sociedade, não o fato do Brasil ser um país de alta mestiçagem.

## **2. SAAT: uma “força mediadora” para definir os imigrantes *recomendáveis* e os *indesejáveis***

Retomando o terceiro pilar do sustentáculo ideológico e pragmático defendido pela SAAT, ou seja, as políticas imigratórias implementadas no Brasil, sobretudo o controle de grupos étnicos *recomendáveis* e *indesejáveis*, é importante salientar que, embora o grupo étnico japonês tenha sido aquele sobre o qual mais recaíram críticas e ações desabonadoras por parte da SAAT, outros também foram alvos de investidas. Foi o caso dos assírios, entre 1932 e 1934, de onde decorreu a primeira grande campanha antiimigratória da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

De forma epilogar, a questão pode ser delineada da seguinte forma: em 1932, a Liga das Nações, entidade internacional nos mesmos moldes do que seria atualmente a Organização das Nações Unidas (ONU), buscou junto ao governo brasileiro o assentamento de cerca de 20 mil refugiados assírios católicos, oriundos do Iraque, onde eram vítimas de forte perseguição. Este grupo de imigrantes contava com a proteção da Grã-Bretanha. Cabe esclarecer que os assírios, perante outros grupos, se identificavam e apresentavam como católicos, mais alinhados com o rito latino e orientações do Vaticano. Contudo, sua prática religiosa poderia ser considerada mais como um *crístianismo nestoriano* adaptado,<sup>9</sup> que recebeu reconhecimento pelas autoridades da Cúria Romana.

---

<sup>9</sup> O *Nestorianismo* é uma doutrina que defende a independência entre as naturezas humanas e divinas de Jesus Cristo, havendo deste modo duas pessoas – contrapondo-se ao modelo teológico que defende duas naturezas na única pessoa de Cristo. Os assírios iraquianos não praticavam todos os aspectos desta doutrina, contudo, também não possuíam vínculos confessionais e jurídicos com a Igreja Católica Apostólica Romana.

Caso sua instalação fosse aceita, ela se daria na região norte do Paraná, sendo o processo de colonização dirigido pela Paraná Plantations Ltda. Entrementes, quando as notícias de que milhares de assírios seriam ali instalados, esforços foram coadunados para que este projeto de colonização não se efetivasse – atendendo aos interesses de grandes proprietários rurais da região e de lideranças políticas e intelectuais. No centro do país, especialmente no Rio de Janeiro, a imprensa também se engajou nesta "cruzada antiassíria", abrindo espaço em suas páginas para confrontar a "tentativa de invasão de estrangeiros indesejáveis e incompatíveis" com a identidade nacional brasileira que se almejava. O tom de radicalização – e incitação à violência – foi se agudizando ao longo dos anos de 1932 a 1934. Exemplo pode ser encontrado em cabeçalho publicado no *Correio da Manhã*, periódico carioca, em 28 de março de 1934, com os dizeres: “Você só terá paz com um assírio após a morte dele” (Lesser, 1994, p. 129-131).

Outro espaço de combate intenso foi a Assembleia Nacional Constituinte, instalada no ano de 1933. Neste período, parlamentares vinculados com o lobby nacionalista e antiimigrantista, procuraram inserir na Carta Magna dispositivos restritivos, que condicionassem a entrada e instalação de imigrantes no país - e, para alguns grupos, pudesse haver a suspensão definitiva. Por fim, diante das pressões de grupos nacionalistas e de setores sociais mais exaltados, Getúlio Vargas, por força de decreto presidencial promulgado em junho de 1934, proibiu a entrada de assírios no Brasil, perfazendo uma conquista dos nacionalistas que se empenharam em impedir a acolhida deste grupo étnico.

Cabe analisar de forma mais pormenorizada a atuação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no decorrer deste episódio. Publicações encontradas na imprensa demonstram que a SAAT buscou articular um rede mobilizadora, almejando impedir a vinda de assírios. Até mesmo audiências pessoais entre membros da direção torreana e o presidente Getúlio Vargas ocorreram, conforme registros jornalísticos. Em longa exposição no *Jornal do Commercio*, de 21 de fevereiro de 1934, a SAAT se manifesta sumariamente contrária ao aceite dos assírios, vendo-os como perigosos e nocivos ao Brasil, sua gente e seus projetos de nação, os comparando como “restos inutilizáveis” não acolhidos em lugar algum: “O Brasil para fortalecer a solidariedade entre as nações, aceita o rebutalho humano que nenhuma outra nação quis receber em seu solo”.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> *Jornal do Commercio*, 21/02/1934, Ano 107, n. 120, p. 6. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_12/27911](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/27911), acesso em: 5 ago. 2020.

Em agosto de 1933, as forças militares iraquianas promoveram uma investida violenta contra os assírios que habitavam a região norte do Iraque. O suposto motivo seria a descoberta de uma conspiração de grupos cristãos contra o governo – acusações que se mostraram infundadas. Neste interim, as informações existentes dão conta de que o número de mortos está situado entre 600 e 3 mil assírios. Com esse episódio, que ficou conhecido como *Massacre de Simele*, aumentou a pressão por parte dos britânicos para que o Brasil aceitasse a entrada dos refugiados. Um comitê constituído dentro da Liga das Nações para mediar o assunto, presidido pelo general britânico John Gilbert Browne, intensificou as tratativas com o governo brasileiro, por meio dos Ministérios das Relações Exteriores e do Trabalho – o primeiro, chefiado por Félix de Barros Cavalcanti de Lacerda e, o segundo, por Joaquim Pedro Salgado Filho.

O acordo entre os representantes da Liga das Nações e do Governo Provisório confirmavam o aceite e instalação dos assírios, com assentamento no Paraná. Segundo Lesser (1994, p. 127), o Brasil estabeleceu algumas condições, especialmente de ordem financeira e logística, mas não determinou restrições no campo racial, étnico ou religioso. Os elementos condicionais eram: a) o Brasil não arcaria com despesas relacionadas ao transporte e instalação dos refugiados; b) todos os imigrantes deveriam ser, obrigatoriamente, agricultores; c) um grupo de refugiados só poderia desembarcar no território brasileiro após o anterior ter sido devidamente assentado e, d) caso ocorresse qualquer problema mais grave ou insucesso no empreendimento, a responsabilidade seria apenas da Liga das Nações e Paraná Plantations Ltda., sem prejuízos ao governo federal.

Logo as primeiras notícias sobre o fechamento do acordo começaram a circular, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres capitaneou uma ferrenha tarefa de impedir a execução deste plano de imigração refugiada. Através da imprensa, a estratégia era a de desmoralização completa dos assírios, acentuando os predicados desabonadores, exasperando seus “desvios morais”, perigosos e inadmissíveis, capazes de “ferirem gravemente a altivez do povo brasileiro”. Essa plataforma discursiva pode ser encontrada em notas como a seguinte, difundida por periódicos sediados, especialmente, no centro do país. Conforme nota publicada em fevereiro de 1934,

A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres já documentou e provou fartamente que os assírios que vem para o Brasil não são lavradores. O Dr. Heraclides Souza Araújo, que percorreu o Iraque em estudos de lepra, viu-os em seu habitat e afirmou que eles não são lavradores e sim vagabundos e desordeiros. O Sr. Paulo Vogeler, técnico de imigração do Ministério da Agricultura, que viveu 8 anos na zona do Iraque, confirma as palavras do Dr. Souza Araújo: as revistas europeias que tem tratado desse gente também afirmam que eles não são lavradores e sim desordeiros.

A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres cumpriu o seu dever, denunciando esse crime que se pratica contra o futuro da nação, recebendo-se um bloco humano inassimilável ao nosso meio.

A vinda dos assírios tem sua razão final na imposição do capitalismo inglês, tendo sido eles desalojados de suas terras por possuírem petróleo, foram-lhes compradas terras no Brasil a uma Companhia Inglesa, possuidora de 500.000 alqueires no Norte do Paraná, que assim vê reembolsado parte do capital ali empregado.

Ainda temos esperança de que este pobre povo brasileiro um dia acordará para mostrar ao estrangeiro que o Brasil deve ser nosso!<sup>11</sup>

Sobre este grupo étnico pesava o fato de ser considerado fora dos padrões eugênicos delimitados, por alguns cientistas e intelectuais, como assimiláveis e contribuintes para uma melhoria da raça brasileira. Mesmo que contassem com o fator religioso, ou seja, estivessem inclusos na confessionalidade católica – ao menos nos discursos externos –, isso não era visto como suficiente, pois sua origem geopolítica – instalados no Reino do Iraque – lhes renderam a adjetivação perniciosa de “muçulmanos ou islamitas fanáticos”. Esse caráter “dúbio e exótico” dos assírios era utilizado para difundir uma ideia de periculosidade e ameaça.

Outra alternativa, também fazendo uso da imprensa, era direcionar críticas para sujeitos políticos que, naquela conjuntura, foram rotulados como “vendilhões do país”, subalternos aos interesses imperialistas e pouco preocupados com as consequências da vinda de grupos indesejáveis e inassimiláveis ao Brasil. E a figura escolhida no caso da imigração assíria foi o ministro Salgado Filho. A virulência dos argumentos de Raul de Paula, expressos nas páginas do *Jornal do Commercio*, incentiva até mesmo o uso de violência de qualquer espécie, se assim fosse necessário, para impedir a instalação assíria no Paraná. Além de asseverar o apoio da SAAT aos “desamparados irmãos paranaenses”, cogitou residir em Salgado Filho um perfil de traidor aos interesses estritamente nacionais, agindo como um “negociante inescrupuloso”. Nas palavras registradas de Raul de Paula,

[...] a nenhum argumento atendeu o Sr. Salgado Filho, que acha ser o Brasil a Sapucaia do mundo. Só resta ao próprio povo paranaense, povo altivo e de tradições de honra, levantar-se como uma só vontade, e violentamente impedir que essa gente aventureira que em breve vai poluir os campos dos pinheirais lendários, se instale nesse lindo pedaço do Brasil, para onde levará a turbulência e o saque que pratica no Iraque. Paranaenses: pelo nosso futuro, pela nossa paz, pelo nosso sossego, pela nossa grandeza, não consenti que a Inglaterra instale no Norte deste Estado os assírios que ele desalojou do Iraque.<sup>12</sup>

Uma concisa apreciação de termos utilizados neste trecho, por sua vez, já nos indica o caráter fortemente preconceituoso e discriminatório, com o qual a Sociedade dos Amigos de

---

<sup>11</sup> *Jornal do Commercio*, 21/02/1934, Ano 107, n. 120, p. 6. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_12/27911](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/27911), acesso em: 5 ago. 2020.

<sup>12</sup> *Jornal do Commercio*, 9/02/1934, Ano 107, n. 111, p. 7. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_12/27742](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/27742), acesso em: 5 ago. 2020.

Alberto Torres atribuía aos seus adversários quanto aos grupos que julgava inferiores. O discurso depreciativo ficou claro no trecho “essa gente aventureira que em breve vai poluir [...]”. Caso não fossem suspensas as negociações em torno da questão assíria, segundo os ideólogos torreanos, o Brasil seria profundamente maculado por uma presença cancerígena em seu interior, “poluindo” nossa integridade social e cultural.

Já ao final de sua nota, Raul de Paula empregou um tom de humildade ao referir-se à SAAT: “se a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres dispusesse de poder, impediria por todos os meios e modos esse crime que se está preparando contra o futuro do Brasil”. Inicialmente, cabe salientar que, desde seus primórdios, a agremiação torreana dispunha de certo poder dentro do jogo de influências e interesses vigentes, a partir da rede de interações que constituiu. As pretensas “limitações” da SAAT, evocadas por Raul de Paula, não condiziam com o observado na prática, ao longo dos anos 1930.

A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres não se fazia de rogada, buscando atingir seus objetivos e implementar sua agenda junto às mais altas autoridades federais. Tanto que uma notícia datada de 13 de março de 1934, novamente no *Jornal do Commercio*, comunicava que a SAAT enviou ao presidente da República, Getúlio Vargas, um memorial “contra a vinda dos beduínos do Iraque”.<sup>13</sup> Após as considerações iniciais, exaltando os predicados e boas obras feitas por Vargas, o documento adentra mais precisamente na querela assíria.

Apresenta-se, agora, o veredictum do julgamento final dos assírios. Quando surgiram as primeiras vagas notícias telegráficas das démarches processadas no Bureau Nansen da Liga das Nações, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, tendo no seu seio alguns curiosos da questão imigratória, poz-se a estudar e pesquisar o assunto. E, com espanto, verificou que a Liga das Nações e a Companhia de Terras Norte do Paraná, transacionavam, ouvindo somente os seus interesses, a vinda de quase vinte mil famílias inadaptáveis e inconvenientes para o sul do Brasil. Eram as célebres tribos do Iraque, cuja história recente nos Balcãs e na Turquia é “tão confusa e tão complexa” segundo o sr. Johson, nosso visitante e secretário no Bureau Nansen, “que a própria Liga das Nações, enviando ao Oriente emissário especial, nunca se pode pronunciar sobre ela”. Eram os mesmos homens que, sob a hierarquia multissecular dos seus sacerdotes e dos seus marshimuns, tinham amargado a existência do pobre Rei Faiçal. E a Liga das Nações, impulsionada pelo grupo Shell do petróleo, que tem vultuosos interesses na exploração de poços identificados no Iraque, começou a leiloar com esse rebutalho étnico, que a Companhia de Terras Norte do Paraná, bem paga, arrematou.

A Companhia de Terras Norte do Paraná era uma subsidiária da Paraná Plantations Ltda., companhia inglesa que foi responsável pela colonização de uma vasta área do território paranaense. A empresa seguia o modelo inglês de fracionamento rural, concomitante com a expansão da malha ferroviária naquela região. Assim surgiram cidades como

---

<sup>13</sup> *Jornal do Commercio*, 13/03/1934, Ano 107, n. 137, p. 3. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_12/28302](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/28302), acesso em: 5 ago. 2020.



Apucarana, Araçongas, Cambé, Ibiporã, Jandaia, Tapejara, (termos de origem indígena), Londrina e Rolândia (baseados em palavras inglesas e germânicas). Posteriormente, com a política de nacionalização do Estado Novo e a eclosão da Segunda Guerra Mundial, a empresa foi adquirida por acionistas brasileiros. Tendo em vista que a Grã-Bretanha era “protetora” dos assírios católicos, a acusação principal é de que toda aquela trama não passava apenas de um grande golpe comercial envolvendo diversos atores – o governo britânico, a companhia petrolífera, a colonizadora de terras instalada no Paraná e alguns setores “pouco nacionalistas” do governo brasileiro – especialmente os ministros Cavalcanti de Lacerda e Salgado Filho.

Salgado Filho ainda era acusado de descumprir promessas que teria feito, comprometendo-se em transferir camponeses que viviam na miséria nordestina, garantindo-lhes terra e trabalho em novas áreas de expansão, como era o norte do Paraná naquela década de 1930. Contudo, o ministro do Trabalho teria preterido seus “irmãos brasileiros”, bajulando os interesses comerciais britânicos e trazendo imigrantes apontados como “desqualificados e moralmente primitivos” para o país que deveria defender fervorosamente, tendo em vista ser integrante do governo central.

A mesma publicação demonstrou que havia, dentro do Governo Provisório, uma divisão ministerial em torno do assunto da imigração assíria para o Brasil. Segundo os torreanos signatários do memorial, além deles, outras entidades e a própria população se mostrava descontente com o acordo firmado. Entretanto, será que efetivamente a população se engajou nesta campanha antiassíria? Qual era o verdadeiro grau de conhecimento sobre a questão e as características deste grupo? Sabendo que os índices de analfabetismo e de restrições à informação eram acentuados no Brasil das primeiras décadas do século XX, é plausível que essa população ao qual o memorial se refere não abarcasse, na prática, os grupos sociais mais populares. Estes até poderiam ser envolvidos na contenda, como objetos de disputas de poder, mas pouco eram ouvidos.

### **3. Dois lados de um debate e um governo dividido: a vinda dos assírios**

Retomando a polarização sobre o tema dentro do governo de Vargas, enquanto Salgado Filho e Cavalcanti de Lacerda se mostravam favoráveis ao ingresso de refugiados assírios, Góis Monteiro, Protógenes Guimarães e Juarez Távora, ministros da Guerra, Marinha e da Agricultura, respectivamente, declararam sua desaprovação para com aquela tentativa de imigração. Dentro dos Ministérios do Trabalho e das Relações Exteriores, também haviam funcionários, detentores de funções expressivas, que julgavam uma iniciativa inconcebível

acolher aquele “grupo alienígena”<sup>14</sup> em nosso território. Na Assembleia Nacional Constituinte, formada e atuando desde 1933, também havia um forte bloco de oposição ao acolhimento assírio. Este grupo contava com nomes como Xavier de Oliveira, Artur Neiva, Miguel Couto – que também se destacaram na campanha antiimigrantista promovida contra outros grupos étnicos, como será visto em seguida.<sup>15</sup>

Houve repercussão importante em torno do memorial enviado pela SAAT ao chefe do Governo Provisório. Tanto que, para realizar uma análise mais “técnica” do documento – e de seus possíveis desdobramentos jurídicos e sociopolíticos –, foi instituída uma “comissão de inquérito”, composta pelo consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Francisco José de Oliveira Vianna; o diretor geral do Departamento Nacional de Povoamento, Dulphe Pinheiro Machado e o médico Renato Kehl. O grupo era secretariado por Pedro Marques, funcionário da Secretaria Geral do Ministério do Trabalho.<sup>16</sup>

Observando a nominata da comissão, Oliveira Vianna e Dulphe Pinheiro Machado eram integrantes da SAAT e, por seu turno, Renato Kehl era um influente eugenista, alinhado com a denominada *eugenia negativa*, um modelo radical caracterizado pela defesa de medidas extremas, como o controle matrimonial e reprodutivo, a esterilização dos considerados “degenerados” e a seleção criteriosa e restritiva ao perfil de imigrantes que deveriam ingressar no país. Como anteriormente visto, essa radicalização ideológica de Renato Kehl o aproximou do modelo eugênico adotado pela Alemanha nazista. Sobre os pareceres emitidos pela comissão de inquérito, levando em conta as vinculações e posições ideológicas de seus membros, as indicações emitidas eram pela recusa irrevogável de refúgio aos assírios católicos oriundos do Iraque.

Como resultado da forte oposição liderada pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Getúlio Vargas revogou as negociações e determinou que a entrada dos refugiados assírios no Brasil estava vetada. A vitória torreana nesta querela deu ânimos para uma campanha ainda mais intensa: impedir a inserção de imigrantes japoneses no país, além de promover um controle severo sobre os já instalados no Brasil e seus descendentes.

Augusto Saboia Lima, presidente da SAAT em 1934, publicou na imprensa fluminense carta endereçada ao deputado federal Miguel Couto.<sup>17</sup> Além de tecer palavras laudatórias pela

---

<sup>14</sup> A expressão “alienígena” era de uso bastante comum naquele período.

<sup>15</sup> *Jornal do Commercio*, 13/03/1934, Ano 107, n. 137, p. 3. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_12/28302](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/28302), acesso em: 5 ago. 2020.

<sup>16</sup> *Jornal do Commercio*, 17/04/1934, Ano 107, n. 167, p. 3. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_12/29002](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/29002), acesso em: 5 ago. 2020.

<sup>17</sup> *Jornal do Commercio*, 6/03/1934, Ano 107, n. 131, p. 6. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_12/28163](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/28163), acesso em: 5 ago. 2020.

“cruzada” contra a imigração japonesa promovida junto à Assembleia Nacional Constituinte, o texto deixa claro quem compunha o grupo antinipônico: além do próprio Couto estavam também Xavier de Oliveira, Artur Neiva, Pacheco e Silva e Teotônio Monteiro de Barros.

O caso envolvendo os refugiados assírios católicos, assim como o relativo aos japoneses, evidenciaram o caráter racista que ganhava força dentro da SAAT, mesmo diante de tentativas de amenização, como aquelas que advinham de Heloísa Alberto Torres e Roquette-Pinto, por exemplo. A agenda antiimigração era justificada na apropriação e ressignificação de problemáticas levantadas por Alberto Torres, ao identificar que os governos republicanos desvalorizavam o trabalhador nacional, preterindo-o em preferência ao imigrante. Deste modo, especialmente o “homem pobre nordestino” não encontrava “voz e nem vez” nas políticas sociais brasileiras daquela conjuntura. Todavia, embora defensor enérgico do trabalhador brasileiro, Alberto Torres, mesmo em suas nuances mais autoritárias, não compartilhava do pensamento discriminatório de seus pretensos “discípulos”. E o caráter racista da agremiação torreana ganhava contornos mais densos, quando direcionados para alguns grupos. Na mesma nota do *Jornal do Commercio*, enviada ao deputado Miguel Couto, isso é proclamado de forma contundente:

A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres várias vezes externou o seu pensamento relativamente à nossa política imigratória. Apoiados na doutrina do nosso patrono, somos radicalmente contra qualquer espécie de imigração, enquanto houver tantos brasileiros a reclamarem uma assistência do Estado. E mais particularmente combatemos a recepção de novos inassimiláveis no “melting-pot” da nossa demografia. Tal é o caso dos japoneses, à luz dos ensinamentos da antropologia e da psicologia das raças, como tão brilhantemente o tem demonstrado V. Excia.<sup>18</sup>

Além da eugenia racial e da teoria de inferioridade dos japoneses, aspectos geopolíticos também embasavam os discursos dos representantes da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. O expansionismo nipônico, por meio de ações militares, era acentuado como mais um fator que indicava sinal de perigo, pois ao aceitar a vinda de mais imigrantes – sem contar os já instalados no território brasileiro –, as chances de uma tentativa de apropriação territorial de áreas do Brasil por parte do Império do Japão se tornavam infundáveis. Essa premissa se alinhava com a perspectiva discursiva atribuída ao *perigo alemão* e ao colonialismo nazista, cuja área de penetração se daria pelo Sul do Brasil, especialmente pelos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Na publicação torreana, um detalhe me chamou atenção. Em dado momento, o texto assim demarcava: “na incisiva e feliz expressão de Mussolini”. Embora possa se tratar apenas

---

<sup>18</sup> *Jornal do Commercio*, 6/03/1934, Ano 107, n. 131, p. 6. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_12/28163](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/28163), acesso em: 5 ago. 2020.

de uma concordância com uma expressão específica, cunhada pelo *Duce* italiano, também contribui para a interpretação de que a SAAT se aproximava do fascismo – em alguns critérios. É possível identificar uma inclinação fascista na construção e utilização de um discurso patriótico exacerbado, coadunado com a intolerância e a construção de *inimigos da Pátria*, especialmente acusando imigrantes aqui instalados – e seus descendentes – de agirem contra o Brasil.

Em 1935, ocorreu uma tentativa, promovida por Rafael Xavier e Plínio Salgado, líder integralista que ingressara na SAAT, de aproximação mais estreita entre a agremiação torreana e a Ação Integralista Brasileira (AIB). Havia, por parte de Salgado, a intenção de absorver a SAAT, arregimentando seus membros mais influentes e capitalizando sua força ideológica e política. Mas esta justaposição entre as duas entidades nacionalistas não foi bem aceita por parcela massiva dos torreanos, interpondo barreiras que inviabilizaram esta união. A AIB, por seu turno, era um movimento político e ideológico de inspiração notadamente fascista, fundamentando sua agenda e procedimentos em uma adaptação abasileirada do modelo italiano. Mas, ao analisarmos a circulação de integrantes da SAAT por outras entidades existentes no mencionado período, encontraremos membros que também participavam da AIB, como no caso de torreanos do Núcleo Estadual do Rio Grande do Sul<sup>19</sup> – mas este tema poderá ser esmiuçado posteriormente, em trabalho mais direcionado para estas interações entre as duas agremiações.

Entrementes, o texto de Saboia Lima também admoesta o “amor” do brasileiro ao Brasil, tal qual os japoneses o nutrem por seu país, sua nação. E é categórico ao afirmar que a presença nipônica no Brasil era um “mal que necessitava ser integralmente extirpado”:

Contra o câncer nipônico, cumpre agir niponicamente. Com persistência, com rapidez e com patriotismo! Amemos nossa terra como eles amam a sua! A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, vitoriosa no tribunal da opinião pública do Brasil no caso da imigração dos beduínos do Iraque, vai agora abordar o problema japonês.

E como assinalado anteriormente, o êxito na questão assíria fez com que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, de certa forma, se autoproclamasse “detentora do direito de aceitar ou impedir a política imigratória brasileira” – contando com um aparato informativo e político para concretizar seus projetos nacionalizantes. E naquele exato momento, se fazia

---

<sup>19</sup> Dentre os membros da AIB no Rio Grande do Sul que participaram no núcleo estadual da SAAT, podemos mencionar Dário de Bittencourt, um dos principais líderes integralistas gaúchos, sendo o primeiro chefe provincial da AIB no estado, além de José Erasmo Nascentes, Arlindo Amoretty Saraiva e Mário Ferreira de Medeiros.

necessário, aos olhos de seus integrantes, abortar qualquer política que favorecesse a entrada de japoneses e outros imigrantes “indesejáveis” no Brasil.

#### **4. Contra os *inimigos amarelos*: imigrantes japoneses**

Quase vinte e cinco anos depois da chegada das primeiras levas de imigrantes japoneses, o destino migratório deste grupo étnico no Brasil estava em disputa na arena da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934. Os deputados antinipônicos contavam com respaldo bastante veemente da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e esta, por sua vez, buscava cooptar o apoio da opinião pública, lançando mão de recursos como a imprensa e conferências públicas.

Se havia, entre os deputados constituintes, o já mencionado bloco antinipônico, alguns parlamentares militaram no lado oposto, defendendo um discurso favorável aos imigrantes japoneses no Brasil. Os principais líderes pró-nipônicos foram o médico paraense Bruno Lobo – o mesmo que havia dirigido o Museu Nacional antes de Artur Neiva – e o advogado paulista Carlos de Moraes Andrade. Assim como os deputados contrários à imigração nipônica dispunham de um grupo de apoio – a SAAT – e a imprensa para difusão de suas argumentações, o grupo de Lobo e Moraes Andrade contava com Alfredo Ellis Jr. (professor e historiador), Alexandre Konder (jornalista) e Nestor Ascoli (advogado), que se articularam no enfrentamento dos discursos parlamentares, especialmente contra Miguel Couto e Xavier de Oliveira. Neste primeiro momento, me deterei aos aspectos mais restritos ao espaço utilizado na Assembleia Nacional Constituinte pelos deputados anti e pró-nipônicos. Mais adiante, adentrarei nas contendas estabelecidas entre a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e Alexandre Konder através da imprensa, onde os principais alvos deste último foram Raul de Paula e Rafael Xavier.

Segundo Priscila Nucci (2009, p. 321), “os parlamentares antinipônicos, além de constituírem maioria na Constituinte, foram considerados referências para o tratamento do assunto e citavam obras de autores europeus especialistas em matéria de raça e de eugenia”. Na qualidade de médicos, Miguel Couto, Xavier de Oliveira e Artur Neiva buscaram, cientificamente – de acordo com suas percepções eugênicas –, apresentar argumentos que embasassem a decisão constitucional de limitar ou barrar definitivamente o ingresso de japoneses e outros grupos no Brasil. Embasamento esse que se ocupava tanto de aspectos biológicos quanto geopolíticos e socioculturais. Contudo, em meio aos sustentáculos técnicos, o preconceito racial transparecia – mas seus autores tentavam apregoar a si mesmos uma posição desprovida de tal atitude. Exemplo está registrado nos Anais da Assembleia

Constituinte (1933, p. 77), onde Miguel Couto afirmou que “se já prestamos um tão grande serviço à humanidade na mestiçagem do preto, é o bastante. Não nos peçam outras, tanto mais quanto ainda não completamos a primeira. A do amarelo, a outrem deve competir. Não tenho, pois, como disse, preconceitos de raça”.

No lado oposto na arena de combate, Bruno Lobo, em suas alegações de defesa aos japoneses e seu processo de migração para o Brasil, refutava a tese de inassimilação e de completo afastamento biológico-cultural deste povo para com os brasileiros. Teoricamente, um dos pesquisadores eleitos como referencial por Bruno Lobo foi membro fundador da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres: Edgard Roquette-Pinto. Uma das teses defendidas por Roquette-Pinto afirmava que os indígenas brasileiros, povoadores originários destas terras, tinham sua origem racial no ramo “amarelo-mongólico”, originários da Ásia.

Em uma hipótese considerada ainda mais inusitada, Bruno Lobo chegou a preconizar que os primeiros grupos indígenas que aqui habitaram – dezenas de séculos atrás – teriam emigrado mais precisamente do Japão. Com isso, teria assim ocorrido a “[...] primeira atuação de indivíduos de raça mongólica em nosso país”, onde o processo de adaptação e evolução proporcionou a sobrevivência destes grupos ao ambiente brasileiro e ao seu sistema climático complexo. Construindo inclusive um enredo mais próximo da literatura, essas percepções buscaram evidenciar que os traços e fenótipos, cor da pele e ligação irrestrita com a natureza eram sinal dessa conjugação originária comum. Ao defender a presença de imigrantes nipônicos na região amazônica, reforçava sua teoria da “matriz asiática dos nativos brasileiros”: “[...] vendo os nossos índios e caboclos do Amazonas, os japoneses pensam que são seus patrícios, enquanto, por outro lado, alguns dos nossos habitantes do extremo norte do Brasil, se iludem-se com eles e pensam que são da terra” (Lobo, 1935, p. 123-124).

Essas afirmativas, divulgadas nas sessões da Assembleia Nacional Constituinte ou por meio da imprensa, visavam também angariar a simpatia da população para com a causa pró-nipônica. Contudo, o poder comunicacional e de articulação dos congressistas liderados por Miguel Couto e da SAAT eram mais eficazes em seu trabalho de arregimentação social. Se as discussões teóricas, sobre aspectos psíquicos, biológicos ou antropológicos poderiam ser vistos como “etéreos” e mais distantes da compreensão da maior parcela da população brasileira, haviam episódios mais empíricos e palatáveis que poderiam ser utilizados como instrumento na defesa de um discurso antinipônico. Diante desse panorama, os planos imperialistas do Japão não passaram impunes pela análise e discursos condenatórios dos deputados contrários à presença japonesa no Brasil – e aos nacionalistas torreanos.

As medidas expansionistas adotadas pelo Japão seguiam os exemplos empreendidos anteriormente por potências ocidentais, ainda no século XIX – como fizeram Alemanha, Inglaterra, Bélgica, França e Holanda. E, embora estes países tenham suplantado uma feroz campanha colonialista, especialmente no continente africano, os principais porta-vozes da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, por exemplo, não teceram ou registraram maiores críticas aos modelo que estes países europeus adotaram – pelo contrário, muitos torreanos acharam justa e prudente essa intervenção, pois representaria uma “chance evolutiva para com uma população claramente inferior”, como eram classificadas as nações e povos africanos.

Para os parlamentares antinipônicos e membros da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a estratégia expansionista em relação ao Brasil era diferente: não se tratava de usar forças militares, mas de fomentar o enquistamento dos núcleos imigrantistas, gerando celeumas e rupturas destes imigrantes para com a sociedade receptora brasileira.

Como tentativa de refutação das teses do isolamento e enquistamento japonês junto ao tecido social brasileiro, Bruno Lobo e Carlos de Moraes Andrade, em seus relatos e escritos, procuraram demonstrar, a partir de vivências do cotidiano – inclusive adentrando no prisma da religiosidade –, que os japoneses estavam empenhados em inserir-se na sociedade brasileira que lhe havia aberto as portas:

[...] como se deparam outras provas de perfeita assimilação, até mesmo no que concerne à religião, conforme o reconhece o Prof. Von Ihering, escrevendo no “Diário Nacional de S. Paulo”, em número de agosto de 1930: ‘Os japoneses convertem-se ao catolicismo, mandam seus filhos aos grupos escolares nacionais. Mostram-se, portanto, adaptáveis’ (Lobo, 1935, p. 49).

## **Notas finais**

No jogo de forças que esteve em disputa na Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934, o pêndulo se direcionou favorável ao grupo antinipônico. O objetivo e os conteúdos das emendas feitas pelos deputados eram com a intenção de proibir ou restringir a entrada, essencialmente, de negros e amarelos. Neste segundo grupo, apenas os japoneses constituíam uma corrente imigratória mais considerável para o Brasil. Apesar dessas propostas buscarem a proibição somente desses grupos, o texto final que foi aprovado estabeleceu a cota de entrada de 2% para todos os imigrantes. Isso foi uma ação estabelecida pelo Itamaraty, que exerceu um papel importante para “[...] impedir que a restrição fosse destinada apenas a africanos e asiáticos, ou ainda, que a imigração japonesa fosse proibida em sua totalidade [...]” (Geraldo, 2009, p. 200). As medidas restritivas foram possíveis graças a emenda propositiva de Miguel

Couto, que foi aprovada por 141 deputados federais constituintes. Parte do texto presente no artigo 121 da Constituição de 1934 trazia a seguinte forma:

§6.o A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias a garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.

§7.o É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena.

A Constituição aprovada e promulgada em 1934 reflete em si um elemento que ganharia maior destaque a partir do Estado Novo: a construção de uma identidade nacional, pautada em uma propalada “autenticidade brasileira”, acentuadamente afastada da influência estrangeira – especialmente de grupos classificados como nocivos, inferiores, exóticos ou ameaçadores. Os discursos e representações manifestadas sobre determinados grupos étnicos, como os japoneses, não eram, por seu turno, um fenômeno restrito àquela conjuntura. Deputados como Miguel Couto, Pacheco e Silva, Artur Neiva, Xavier de Oliveira e Teotônio Monteiro de Barros expressavam uma concepção advinda de parcela importante da sociedade: o preconceito contra os estrangeiros, especialmente aqueles que não se enquadravam em um padrão idealizado por intelectuais e autoridades políticas nacionais – a partir de um pensamento forjado na eugenia negativa, xenofobia e hierarquização racial. E a Lei de Cotas representou, também, uma importante vitória para a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

Se essa vitória política representou, por um lado, a ampliação do poder de influência, ela marcou também o acirramento da colisão de egos entre integrantes da SAAT. Entre os anos de 1935 e 1936, jornais como *Gazeta de Notícias* e *Correio do Paraná* começaram a tecer fortes críticas aos nomes de Rafael Xavier e Raul de Paula, especialmente acusando-os de radicalismo e discriminação étnica e de se preocuparem mais com seus próprios interesses do que com a nação brasileira. Além disso, um grupo de oposição aos dois se formou no interior da SAAT, capitaneado por Juarez Távora.

Em agosto daquele ano, quando ocorreram eleições para a nova diretoria central da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a *Gazeta de Notícias* festejou o resultado do pleito: Rafael Xavier, que buscava continuar na presidência torreana, foi substituído por Juarez Távora, aclamado por unanimidade:

A substituição do sr. Rafael Xavier foi uma consequência de sua conduta deveras escandalosa, dentro da qual, aliado aos elementos mais suspeitos, não trepidou em semear pelo Brasil afora a semente daninha e criminosa das tricas raciais e do xenofobismo. Foi uma obra de higiene, a qual não regateamos aplausos. É de se esperar que o Major Juarez Távora conclua a obra de expurgo que se iniciou no grêmio



torreano, pondo pela escada abaixo todos os arrivistas que ali se acoraram como pensionistas da verba de 50 contos anuais do Ministério da Agricultura. [...] Assim, é de se acreditar que não mais permitirá que cavalheiros inidôneos continuem por aí afora, em nome do grêmio torreano, envenenando a massa campesina e insultando grosseiramente laboriosas colônias estrangeiras, infinitamente mais úteis à nossa Pátria, do que, por exemplo, os discursos nacionalistas do gordo e gagá Xavier de Oliveira.<sup>20</sup>

Mesmo sem citar nomes, é perceptível que entre os “arrivistas” que deveriam ser expurgados estava o famigerado Raul de Paula. E, de fato, essa expectativa se concretizou nas semanas seguintes à eleição de Távora. Enquanto Rafael Xavier permaneceu junto à SAAT, em função menos expressiva, Raul de Paula foi destituído da secretaria geral e da direção da Federação dos Clubes Agrícolas Escolares do Brasil. Estas medidas tomadas pela nova direção fizeram com que Raul de Paula se afastasse definitivamente da entidade que ajudara a fundar, quatro anos antes.

A instalação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, somado com o desgaste gerado na contenda entre Raul de Paula e os membros continuadores da SAAT, tenha causado uma retração na entidade, sobretudo em seu núcleo central, no Rio de Janeiro. Neste interim, Juarez Távora, que então exercia a presidência nacional da sociedade, atritou-se com Getúlio Vargas logo após a implantação do regime ditatorial, fato que deve ter gerado desdobramentos no cerne torreano. E, com isso, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, nos doze anos seguintes, teve poucos momentos de maior expressividade e poder, com alguns episódios entre 1942 e 1943 e na tentativa de impor uma lei de proibição da imigração japonesa no Brasil, na Assembleia Nacional de Constituinte, mas que acabou sendo derrotada por conta do voto de Minerva dado pelo presidente da Assembleia, o senador mineiro Fernando de Melo Viana.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> Gazeta de Notícias, 19/08/1936, Ano 62, n. 195, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_06/9832](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_06/9832), acesso em: 17 ago. 2020.

<sup>21</sup> Miguel Couto Filho, deputado federal constituinte eleito pelo Rio de Janeiro, filiado ao Partido Social Democrático, tentou reeditar o modelo de lei proposta por seu pai, Miguel Couto, ilegalizando por completo a entrada de imigrantes japoneses no Brasil, não apenas restringindo-a, como ocorreu doze anos antes. A proposta ganhou apoio, inclusive, do senador Luís Carlos Prestes e dos deputados Jorge Amado e João Amazonas, do Partido Comunista Brasileiro, que votaram favoráveis. Na última sessão de votação, como que por obra do destino, houve um empate: 99 deputados favoráveis e 99 contrários ao projeto de Miguel Couto Filho. Diante do impasse, a decisão coube ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, o senador mineiro Fernando de Mello Viana, exercer o chamado “voto de Minerva”. Mello Viana votou contra a proposta e a imigração japonesa foi permitida no país. Com isso, as intenções de alguns torreanos saudosistas da década de 1930 caíram por terra – e aceleraram o esmaecimento da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres

## Referências

- CASTAÑEDA, Luzia A. Apontamentos historiográficos sobre a fundamentação biológica da eugenia. **Episteme**, v. 5, pp. 23-48, 1998.
- GERALDO, Endrica. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. **Cadernos AEL – UNICAMP**, v.15, n.27, 2009.
- LESSER, Jeffrey. Imigração e mutações conceituais da identidade nacional no Brasil, durante a Era Vargas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPHU/Marco Zero, v. 28 (18), pp. 121-150, 1994.
- LOBO, Bruno. **Esquecendo os antepassados, combatendo os estrangeiros**. Rio de Janeiro: Tipografia Alba, 1935.
- NUCCI, Priscila. “Algumas manifestações do antiniponismo brasileiro (1934-1945)”. **Cadernos AEL**. Centro de Pesquisa e Documentação Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Vol. 15, n.27, 2009.
- SANTOS, Rodrigo Luis dos. **Um caminho, múltiplas escolhas: Carlos de Souza Moraes e sua atuação político-intelectual no Rio Grande do Sul (1930-1950)**. Tese de Doutorado – PPGH/UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2021.
- STEPAN, Nancy L. **Eugenesia, genética y salud pública: El movimiento eugenésico brasileño y mundial**. Quipu, v. 2, n. 3, 1985.
- TORRES, Alberto. **A organização nacional**. 4.ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. UnB, 1982. (Temas brasileiros, 39).

# Tragédia no Vale do Taquari: o que (não) aprendemos? Lições do passado e caminhos para o futuro

Willian Henrique Hoppe<sup>22</sup>

## Introdução

Ao contribuir com o tema do evento, a minha abordagem, pretende colaborar com a historiografia regional, especialmente no que se refere ao Rio Taquari. Busco vislumbrar alternativas para um futuro mais sustentável. Em um mundo desafiado por questões ambientais, a compreensão do passado se revela crucial para tecer um amanhã resiliente.

Os dados e a descrição adotadas no presente texto estão em consonância com a minha dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari-UNIVATES, pesquisa orientada pela professora dra. Neli Galarce Machado.

No primeiro segmento, embarcaremos em uma jornada histórica ao longo do Rio Taquari. As águas que testemunharam vários séculos, revelarão narrativas desde os primeiros habitantes indígenas até os desafios contemporâneos que ecoam em suas margens. Uma análise dos eventos que marcaram seu curso oferecerá *insights* essenciais sobre a interação entre comunidade e ambiente.

Depois mergulharemos na emergência ambiental, destacando o impacto direto das mudanças climáticas no dia a dia. Eventos extremos e desequilíbrios ecológicos nos desafiam a repensar nosso relacionamento com o meio ambiente, provocando reflexões sobre as ações necessárias para preservar o planeta.

Logo, exploraremos a relevância da educação ambiental como semente para uma consciência sustentável. A transmissão de conhecimentos sobre ecossistemas, inovação e ética ambiental será considerada como um elemento crucial para moldar um futuro em que a harmonia com a natureza é priorizada.

Por último, apresentaremos a discussão acerca da necessidade de uma abordagem multidisciplinar nas escolas para lidar com as mudanças climáticas. Examinaremos de que maneiras a colaboração entre diferentes disciplinas enriquece a compreensão dos alunos, preparando-os para enfrentar desafios complexos por meio de soluções inovadoras.

---

<sup>22</sup> Historiador (UNIVATES). Mestre em Ambiente e Desenvolvimento (UNIVATES). Coordenador Pedagógico do Centro de Educação Básica Gustavo Adolfo de Lajeado/RS.

Importante elucidar que a convergência existente entre a história e as alternativas para o porvir, revelará perspectivas cruciais para as águas do Rio Taquari e, por extensão, para o Vale do Taquari e também, em nosso planeta.

### **1. O vale e o Rio Taquari na perspectiva histórica**

O primeiro projeto colonizador português teve forte influência teórica da religião católica, que defendia a apropriação dos recursos naturais disponíveis. Isso resultou em lavouras do tipo predatórias que, quando utilizadas até a exaustão, eram trocadas por outras áreas de terra. Esse fato é conhecido como a ampliação das fronteiras agrícolas. É importante salientar que o modelo colonizador do Brasil teve aspectos econômicos, religiosos, ambientais e culturais, uma vez que predominava um sentimento de domesticação da natureza.

No Sul do Brasil, o processo de colonização teve uma sutil diferença daquele consolidado nos engenhos do Nordeste ou nos cafezais do Sudeste. O pensamento científico dos séculos XVIII e XIX era diferente daquele que predominava nos séculos anteriores, além do protagonismo da iniciativa privada, que administrava a vinda dessas pessoas ao Brasil e vendia pequenos lotes de terras para essas famílias.

Por meio da pequena propriedade rural e da mão de obra livre, a colonização europeia foi, durante anos, vista como um fator que determinou o desenvolvimento econômico do Sul do Brasil. Por outro lado, essa contribuição ao desenvolvimento econômico teve um alto custo ambiental. A disponibilidade e o acesso aos recursos naturais fazem parte de um processo histórico pelo qual a natureza é drasticamente modificada e o espaço geográfico é constituído nos moldes do sistema de produção agrícola europeu.

Até o momento, é difícil mensurar com exatidão a extensão do impacto colonizador sobre o espaço natural do Rio Grande do Sul. Não obstante, existem indícios de desmatamento, especialmente da mata ciliar que, somado ao mau uso do solo e da lavoura do tipo predatória, resultam no assoreamento dos rios e na degradação de bacias hidrográficas (Correa; Bublitz, 2006).

Ainda sobre o impacto ambiental do projeto de colonização do Sul, é destaque que os colonos que se estabeleceram em áreas florestais não premeditaram os efeitos do desmatamento e das queimadas altamente utilizadas para a “limpeza” dos lotes. Os efeitos das alterações ecológicas foram percebidos já no século XIX, de tal forma que existem relatos de que na colônia de Santa Cruz, alterações ecológicas já eram percebidas em maio de 1858, quando uma enchente do Rio Pardinho destruiu completamente uma ponte existente no vilarejo. Diante

disso, a comunidade atribuiu a violência crescente das águas recorrendo ao desmatamento nas margens do rio (Correa; Bublitz, 2006).

É nesse contexto que advém a colonização de Lajeado/RS, seguindo moldes muito semelhantes àqueles utilizados nas demais colônias do Rio Grande do Sul. A pequena propriedade rural deu espaço à forte urbanização que ocorreu principalmente na segunda metade do século XX.

O processo de colonização do Vale do Taquari teve protagonistas, dos quais destaca-se Antônio Fialho de Vargas, proprietário de terras e figura proeminente no contexto imobiliário do século XIX. Movimentos migratórios recentes e históricos moldaram o espaço geográfico do Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, especialmente a partir da chegada dos imigrantes italianos e alemães, no século XIX. A partir desses movimentos acontece um hibridismo cultural, por diversas vezes negligenciado, entre os colonos e os indígenas Guarani e Kaingang, grupos que ocupavam a região antes do projeto colonizador.

O resultado da colonização na segunda metade do século XIX foi a intensa especulação imobiliária, que resultou em disputas por terras. Nesse cenário, investidores compravam grandes áreas de terras e loteavam em pequenas propriedades oferecidas a colonos europeus. Nem todas as transações eram legais, o que ampliava ainda mais as disputas por terras na região (Gregory, 2019).

Nesta conjuntura, Antônio Fialho de Vargas aparece como um dos ditos protagonistas da colonização para o Vale do Taquari, especialmente na região de Lajeado/RS e nos pequenos municípios do entorno. Vargas participou ativamente do mercado imobiliário do século XIX e, a partir da compra de loteamento de várias fazendas, incentivou a vinda de colonos alemães para a Colônia Conventos, hoje Lajeado/RS.

Vargas nasceu na região de Porto Alegre, na atual cidade de Gravataí, no Rio Grande do Sul, em 1818. Estudos indicam que a família Vargas figurava entre as mais ricas da freguesia na época, fazendo uso, inclusive, de escravizados para a produção de farinha. Essa situação social e econômica impulsionou outras atividades econômicas, como casas de comércio, serviços públicos e a compra e venda de terras (Gregory, 2019).

A primeira conexão entre Antônio Fialho de Vargas e o Vale do Taquari ocorreu quando a família adquiriu uma área de terras e fundou a Colônia Conventos em 1855, abrangendo cerca de 10 mil hectares. Os primeiros colonos tinham origem na antiga colônia de São Leopoldo, fundada anteriormente, e eram principalmente imigrantes europeus, especialmente da Alemanha. Grande parte dessas pessoas plantava para a subsistência e vendia o excedente para

outras regiões, o que custeava o valor da viagem e das terras. O escoamento da produção resultou na melhoria das estradas e pontes<sup>23</sup> (Gregory, 2019).

Por outro lado, assim como em outras colônias, houve um alto custo socioambiental. No que diz respeito ao custo social, ocorreu uma espécie de desaparecimento do protagonismo de grupos não europeus. A historiografia tradicional reforça a ideia de que o desenvolvimento econômico do Vale está relacionado exclusivamente aos imigrantes. No que tange ao custo ambiental, houve um forte desmatamento, queimadas e degradação das matas ciliares, provocando a erosão dos rios, incluindo o Taquari.

Há milênios, grupos humanos sentiam a necessidade de elaborar e registrar suas memórias para constituir uma identidade coletiva. As memórias são selecionadas muitas vezes pelos grupos dominantes, que inviabilizam e enfraquecem a cultura do outro por meio do apagamento seletivo. Na história recente, esse apagamento incentivado pelo poder público e pelos setores ligados à cultura e à imprensa resulta em diferenças socioeconômicas percebidas em Lajeado/RS até os dias de hoje.

Várias regiões da cidade habitadas por descendentes de colonos estão entre as mais valorizadas do município, enquanto a marginalização persiste para uma parcela da população. O enriquecimento desses primeiros especuladores imobiliários contribuiu em parte para a marginalização da população que vivia na região e atuava como mão de obra nas fazendas.

O século XX foi um período de profundas mudanças políticas, econômicas, sociais e ambientais iniciadas no século XIX. Neste período, o mundo acompanhou a unificação de países, especialmente na Europa, enquanto África e Ásia eram subjugadas pelo imperialismo prevalecente no mundo industrializado. Viu-se também a queda de antigos regimes, como o Czarismo na Rússia, e a implantação de regimes não capitalistas. A política de expansão do imperialismo resultou em dois grandes conflitos mundiais que, esgotados, dividiram o mundo em duas partes<sup>24</sup>.

O conturbado contexto internacional refletiu diretamente no frágil sistema político republicano no Brasil, que, assim como o mundo, viveu um século de grandes agitações. No século XX, o Brasil viveu a revolução de 1930, que pôs fim à Primeira República, dominada pelas oligarquias, com a ascensão de Getúlio Vargas, o qual buscou estabelecer as bases para a industrialização brasileira. O governo Vargas, porém, sofreu forte oposição com a revolução de

---

<sup>23</sup> O Rio Taquari ainda não era navegável em alguns trechos.

<sup>24</sup> Refere-se a Guerra ideológica entre EUA (capitalista) e URSS (comunista).

1932 e outras agitações de menor escala que foram duramente reprimidas, mantendo uma política altamente centralizada na figura do Poder Executivo, mediante a figura do presidente.

Até a década de 1930, a economia brasileira era basicamente agrícola, e a industrialização começou a ser ensaiada a partir desse período. As grandes lavouras de café absorviam milhares de imigrantes que substituíram a mão de obra escravizada pela assalariada. Uma vez iniciada essa industrialização, as fábricas começaram a atrair cada vez mais pessoas que deixavam o campo para trabalhar e viver nas cidades (Fausto, 2000). Foi ainda durante o século XX que o Rio Grande do Sul se tornou influente na política nacional.

No contexto municipal, o território de Lajeado/RS foi reconhecido como cidade em 1891 e teve Frederico Henrique Jaeger como seu primeiro administrador. Durante o século XX, o território de Lajeado/RS foi dividido através de emancipações. De qualquer forma, o município teve significativas modificações no espaço geográfico nesse período, consolidando o processo de urbanização por meio da construção de estradas e pontes.

Voltando alguns séculos, percebemos que antes dos processos de urbanização e surgimento das primeiras cidades, os grupos humanos estiveram muito ligados aos rios, pois são fonte de alimento, transporte e até mesmo segurança. Ao longo da história, temos inúmeros registros notáveis de sociedades hidráulicas, como a egípcia e a mesopotâmica.

Lajeado/RS está temporal, social, política e economicamente distante de ser uma cidade hidráulica; no entanto, o rio exerce forte influência e importância, especialmente no início do século XX, com a viabilidade de escoamento de produtos para a capital do Estado, Porto Alegre. Portanto, a formação econômica, política e social da região está intimamente ligada ao Taquari.

A história da colonização na região Sul do Brasil remonta ao século XVIII, com a fundação das primeiras freguesias e povoados. Entre as formações urbanas, destaca-se o povoado de São José de Taquary<sup>25</sup>, atual município de Taquari/RS, que deu início à posse e colonização portuguesa na região.

O ambiente do entorno do Rio Taquari era ideal para a sobrevivência de grupos humanos. Acredita-se que a região já era ocupada aproximadamente 8200 anos antes do presente. Esses grupos humanos viviam de maneira nômade, eram caçadores e coletores, e faziam uso dos recursos que o rio oferecia: peixes, moluscos, plantas e, inclusive, matérias-primas para a fabricação de artefatos líticos (Ribeiro, et al., 1989).

Com o passar do tempo, outros grupos maiores, como os Guarani, se estabeleceram na região. Além disso, bandeirantes, viajantes e outras pessoas percorriam a região com objetivos

---

<sup>25</sup> Fundado na década de 1750, atual Município de Taquari/RS.

diversos. Desde a chegada dos colonizadores à América, o território do atual Rio Grande do Sul foi disputado entre Portugal e Espanha, impasse resolvido pela assinatura do Tratado de Madri, em 1750.

Segundo Cristiano Luís Christillino (2004), desde a assinatura do acordo de 1750, a Coroa Portuguesa iniciou o processo da posse efetiva do território, com a distribuição de sesmarias e a instalação de imigrantes açorianos. Como consequência, foi fundado o povoado de São José de Taquari. Durante este processo, o Rio Taquari foi um dos meios de acesso para que os portugueses chegassem ao interior da colônia.

Uma vez iniciado o processo de colonização, os colonos começaram a estabelecer na região diferentes dinâmicas econômicas e utilizavam o rio como forma de escoamento dos produtos da colônia. Entre eles, destacavam-se a extração de madeira e produção de trigo. Essa dinâmica econômica fez com que as vilas se tornassem cada vez mais populosas, dando origem a um lento processo de urbanização que seria acelerado séculos depois.

Ao passo que a economia da província e da colônia se aquecia, a necessidade de transporte aumentava, e com isso foram fundadas companhias de navegação na metade do século XIX. Essas companhias faziam o transporte dos produtos e de pessoas até Porto Alegre e tiveram atuação até meados do século XX, quando o transporte rodoviário passou a ser preferido. Outro fato histórico foi a construção do Porto de Estrela, localizado na margem esquerda do Rio Taquari. A construção foi iniciada em 1975 e concluída em 1977. Além disso, outra obra inaugurada na década de 1970 foi a barragem Eclusa de Bom Retiro. As duas estruturas são pouco relevantes no século XXI, porém, provocaram alterações no curso natural do Rio Taquari.

As enchentes do Rio Taquari são regulares e acontecem em função de precipitações acumuladas. Elas ocorrem em vários municípios do Vale do Taquari, entre eles destacam-se Bom Retiro do Sul, Cruzeiro do Sul, Encantado, Estrela e Roca Sales. Utilizando a pesquisa de Ferri (1991), destacam-se as maiores enchentes já registradas na região, que são as cheias de 1873, 1941, 1990 e 2007. É importante lembrar que o autor citado não vivenciou a enchente histórica de 2023. Além disso, cito também a enchente de 1956, que teve grandes proporções.

No campo da história, a inundação de 1873 foi devastadora, deixando marcas por onde passou. No povoado de São Gabriel, atual Município de Cruzeiro do Sul, o Coronel Primórdio Centeno Xavier de Azambuja era proprietário de uma fazenda localizada às margens do Rio Taquari, cujo solar da família localizava-se próximo ao rio. A cheia elevada comprometeu as



estruturas do casarão, razão pela qual Coronel Azambuja construiu um novo casarão, dessa vez no alto do morro, na mesma localidade (Ferri, 1991).

As enchentes do Rio Taquari foram utilizadas como argumento para a criação da Paróquia Santo Inácio, uma vez que os padres que atendiam a freguesia de Lajeado/RS, residiam na Vila de Estrela e quando das cheias, eles ficavam impossibilitados de celebrar as missas aos domingos. Além da recente enchente de 2023, uma das mais lembradas pela comunidade lajeadense é a que aconteceu no ano de 1941, cujo evento climático atingiu inúmeros municípios do Vale do Taquari e do entorno.

Outra enchente de destaque é a de 1990, no município de Arroio do Meio/RS. O prefeito da época declarou "estado de calamidade pública", a partir do Decreto n.º. 570-90, em função dos prejuízos causados. Foram atingidas 442 famílias, cerca de 1600 pessoas, que ficaram desalojadas. As lavouras tiveram prejuízos econômicos substanciais. Foram perdidos cerca de 162 hectares de milho, 533 hectares de trigo, recém-semeados, e 130 hectares de pastagens (Kreutz et al., 2011).

Por outro lado, as enchentes são marcantes do ponto de vista ambiental e para a agricultura, uma vez que servem para fertilizar as planícies de inundação, cujas áreas são utilizadas especialmente para o plantio de diversas culturas. Planícies em que grupos indígenas Guarani estabeleciam suas roças e que mais tarde foram ocupadas por imigrantes europeus.

As populações indígenas pré-coloniais estabelecidas na América não desenvolveram a escrita; entretanto, deixaram registrada a sua história na cultura material, na arquitetura, entre outros. Quando os europeus se estabelecem no Novo Mundo, começam a registrar suas impressões, com a pena e o papel, sobre as novas terras e a população que nela vivia. Dessa forma, o Rio Taquari passou a fazer parte dos relatos dos novos colonizadores (Kreutz et al., 2011).

Insisto que ao longo dos tempos, a humanidade manteve uma estreita ligação com as águas, destacando-se, em especial, as fontes de água doce e potável. Os rios, em todas as partes do globo, desempenham um papel vital na vida de milhões de pessoas e na preservação da diversidade biológica (Baptista, Cardoso, 2013). Desde tempos remotos, os rios têm fornecido água potável, alimentos, energia e possibilitado a navegação, entre outros aspectos, tornando-se elementos cruciais para a sobrevivência e o desenvolvimento social e cultural da humanidade.

Nessa conjuntura, o Rio Taquari, principal recurso hídrico da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas, no Estado do Rio Grande do Sul, desempenha um papel significativo na História

Regional, estando diretamente relacionado com a formação econômica, política e social da região por ele drenada. As margens do Taquari abrigaram grupos indígenas, imigrantes europeus e seus descendentes, assim como pessoas de origem africana que, no contexto do século XIX, encontravam-se na condição de escravizadas.

Antes da chegada dos europeus ao continente americano e, conseqüentemente, às terras situadas ao sul do que hoje conhecemos como Brasil, grupos indígenas, incluindo as sociedades Guarani, estabeleceram-se e ergueram suas aldeias nas margens do Rio Taquari e de seus afluentes. Posteriormente, durante o período colonial, a segunda metade do século XVIII foi marcada pela constituição e fundação de povoados e freguesias. Núcleos urbanos surgiram nas proximidades dos rios, incluindo o Povoado de São José de Taquary, situado na margem esquerda do Taquari, iniciando assim a presença e colonização portuguesa na Região.

Devido a sua importância, o rio ao longo dos séculos foi objeto de admiração por parte das comunidades humanas (Pádua, Chambouleyron, 2019). Viajantes europeus que exploraram a Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas deixaram em seus diários e relatórios registros dessa admiração, destacando também a importância econômica do rio para as sociedades. O Rio Taquari não foi exceção, sendo descrito por vários viajantes que percorreram suas águas, enfatizando suas belezas naturais e os desafios impostos pelo rio. Conforme Arruda (2008), esses registros constituem documentos valiosos para estudos históricos, incluindo o campo emergente da História Ambiental.

Além de suas características naturais e importância econômica, as descrições e narrativas dos viajantes e agrimensores<sup>26</sup> também abordam as enchentes periódicas que causavam prejuízos às lavouras e limitações à travessia do rio. Por fim, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, os meios de comunicação passaram a destacar com mais ênfase às mudanças que o rio Taquari vem enfrentando, como o descarte de lixo, dejetos humanos e animais, afetando a potabilidade da água e a sobrevivência de diversas espécies. Isso se soma à supressão da mata ciliar e à exploração de recursos naturais, como a extração de seixos de basalto, causando danos ambientais significativos ao rio.

Nesse contexto, a abordagem histórica das questões ambientais, tradicionalmente associada à geografia, foi atualizada pelos debates sobre problemas ambientais, culminando no surgimento de um campo afim: a História Ambiental. Conforme Fernandez (2005, p. 20), a História Ambiental é uma abordagem das questões ambientais ao longo do tempo, tendo o meio ambiente como seu objeto de investigação. Esse campo de estudo examina a interação da

---

<sup>26</sup> Profissional que realiza levantamentos topográficos.

sociedade com a natureza, reconhecendo o homem como parte integrante dela e, conseqüentemente, existindo nela e por meio dela. A História Ambiental abrange uma variedade de questões, sendo considerada, segundo Gandara (2013), o campo mais adequado para investigar as relações entre as sociedades e os rios.

A denominação "Rio Taquari" possui diversas interpretações. Segundo Porto (1954), o termo tem origem em Tebiquari, significando Rio das Taquaras. Para Ferri (1991, p. 48), outra versão sugere a junção de 'Tacuara' (bambu) e 'Y' (água), traduzindo-se como "Rio das Taquaras". Existe também a versão que traduz Tebiquari como "Rio do Barranco Fundo". O termo, sob diferentes grafias como Tebicuari, já aparece em mapas geográficos do século XVI.

O Rio Taquari é o principal curso d'água na Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas, estendendo-se por 156.547,16 metros e abrangendo 41,77 km<sup>2</sup> (Eckhardt et al., 2007). Suas nascentes, de acordo com Justus, Machado e Franco (1986, p. 335), situam-se nas elevações da Unidade Geomorfológica Planalto dos Campos Gerais, a altitudes por vezes superiores a 1.000m. A confluência com o Rio Jacuí ocorre em áreas de relevo plano, a altitudes inferiores a 50m, na Unidade Geomorfológica Depressão do Rio Jacuí.

Na margem direita, os principais afluentes são Guaporé, Jacaré, Forqueta, Sampaio e Castelhana, enquanto na margem esquerda destacam-se Augusta, Arroio da Seca, Boa Vista, Estrela, Potreiro e Santa Cruz. O Rio Taquari deságua no Rio Jacuí, em Triunfo, drenando majoritariamente a região do Vale do Taquari.

O Rio Taquari e seus afluentes, em eras pré-coloniais, forneceram alimentos aquáticos, água potável e habitats ricos em fauna e flora às comunidades humanas. Os primeiros habitantes da região foram grupos indígenas nômades, focados em caça e coleta, enquanto a ocupação Guarani iniciou-se no século XIII, deixando vestígios arqueológicos ao longo do rio.

Com a colonização europeia, o Rio Taquari se tornou uma rota vital para o transporte de colonos e mercadorias. A fundação de povoados como São José de Taquari e eventos como a disputa territorial entre espanhóis e portugueses marcaram a história do rio. O século XIX viu a expansão do comércio fluvial e a navegação tornou-se crucial para o transporte de produtos, como madeira e trigo.

O desenvolvimento econômico das colônias e a necessidade de escoamento da produção levaram à construção de trapiches, uma espécie de passarelas que iam das margens até as embarcações. O Porto Fluvial de Estrela, inaugurado em 1977, exemplifica a relevância do Rio Taquari na logística de transporte, conectando regiões agrícolas ao Porto de Rio Grande.

Além do papel econômico, o rio serviu como fonte de lazer e atividades cotidianas. No entanto, eventos como a expansão industrial na década de 1960 provocaram mudanças significativas no entorno, deslocando comunidades ribeirinhas e, principalmente, a intensa urbanização das cidades como Estrela e Lajeado.

As enchentes periódicas continuam a desafiar as comunidades ao longo do Rio Taquari, afetando áreas residenciais, cultivos agrícolas e habitats naturais. A relação complexa entre o homem e o rio, marcada por desafios e benefícios, continua a evoluir, moldando a história e o desenvolvimento da região. Portanto, não podemos falar em novidade quando tratamos de enchentes, estas acompanham a história não da humanidade, mas do Rio antes mesmo da ocupação humana em suas margens.

A escassez e o encarecimento da água de boa qualidade têm se intensificado devido ao aumento da urbanização, da população e outros fatores, gerando uma variedade de impactos que demandam avaliações diversas, novas tecnologias para monitoramento e tratamento, além de uma gestão mais eficaz dos recursos hídricos. Esses impactos têm efeitos prejudiciais em ecossistemas, afetando a vida humana, a economia e a saúde de diversas espécies (Tundisi, 2003). Conforme Tres, Reis e Schlindwein (2011, p. 152), a presença humana “altera o ambiente, criando novas situações e demandando mais recursos do território, desequilibrando a relação entre modo de vida e ocupação do espaço”.

No caso específico do Rio Taquari e suas imediações, a ação antrópica ao longo de décadas resultou em sérios problemas ambientais, destacando-se a destruição da mata ciliar. Esta degradação pode ser atribuída a três fatores principais: agricultura não planejada, com elevado número de minifúndios; exploração da floresta para abertura de áreas para agropecuária; e extração de argila para fabricação de tijolos e telhas. A ausência de vegetação ciliar expõe os ribeirinhos ao risco de perderem suas terras devido a enchentes (Barros, 2017).

O processo de urbanização frequentemente se desenrola às custas de ecossistemas essenciais, e a retirada da mata ciliar em áreas ribeirinhas representa uma face preocupante desse fenômeno. A expansão urbana, muitas vezes impulsionada por necessidades de infraestrutura e habitação (quase sempre de baixo custo, ou até mesmo irregular), tem levado à supressão de zonas de vegetação vital para a saúde dos corpos d'água.

A mata ciliar, faixa de vegetação nativa ao longo das margens dos rios, desempenha um papel crucial na preservação dos recursos hídricos e na biodiversidade. Essa vegetação atua como uma barreira natural, protegendo contra a erosão do solo, filtrando poluentes e regulando o fluxo de água. No entanto, o avanço da urbanização muitas vezes resulta na supressão dessas

áreas para dar lugar a construções, estradas e infraestrutura. Esse é o caso do Vale do Taquari e, em especial, de Lajeado/RS.

A retirada da mata ciliar tem impactos significativos na qualidade da água e na estabilidade dos ecossistemas. Sem a proteção natural fornecida pela vegetação ribeirinha, os rios ficam mais suscetíveis à erosão, levando ao assoreamento e comprometendo a qualidade da água. Além disso, a perda de habitats naturais afeta diretamente a fauna e flora associadas às áreas ribeirinhas, contribuindo para a perda da biodiversidade.

O desenvolvimento urbano desordenado muitas vezes ignora a importância da mata ciliar, resultando em impactos de longo prazo sobre a sustentabilidade dos recursos hídricos. Em resposta a esses desafios, práticas de planejamento urbano sustentável e a implementação de legislação ambiental rigorosa tornam-se imperativas. É necessário promover a conscientização sobre a importância da mata ciliar, destacando seu papel na manutenção da saúde dos ecossistemas fluviais e na promoção de comunidades mais resilientes. Percebemos, porém, que o contrário costuma ser a regra: leis ineficientes, pouca fiscalização e áreas alagáveis ocupadas de maneira irregular.

Alternativas viáveis incluem o estabelecimento de áreas de preservação permanente ao longo dos rios, regulamentações mais rigorosas para limitar a retirada da mata ciliar e incentivos para práticas de construção sustentáveis que respeitem essas áreas vitais. Somente através de uma abordagem equilibrada entre desenvolvimento urbano e preservação ambiental podemos garantir a coexistência harmoniosa entre as comunidades urbanas em crescimento e os ecossistemas ribeirinhos essenciais para a vida na Terra.

Em um levantamento de 2005, Barros (2017, p. 93) revela um diagnóstico sobre as matas ripárias em municípios próximos ao Rio Taquari, no Vale do Taquari, indicando que 59% da Área de Preservação Permanente (APP) não possuía cobertura vegetal, sendo ocupada por lavoura (42,38%), área urbana (2,38%) e campos/pastagem (15,01%).

A exploração madeireira ao longo das margens do Rio Taquari remonta ao século XIX, destacando-se o relatório de 1850 do delegado da Capitania do Porto em Porto Alegre, Manuel de Oliveira Paes. Este relatório afirmava que o Taquari era rico em madeira, principalmente a partir da Vila de Taquari em direção norte (Noelli, 2000). No entanto, em prol do desenvolvimento, autoridades do início do século XX permitiram a expansão da agricultura às margens do rio, como evidenciado no Ato n. 159 de 1910 (Farias, 1981, p. 255).

O assoreamento é outro problema grave que afeta o Rio Taquari, sendo um dos motivos para a estagnação econômica de algumas cidades na década de 1940. Distritos como Santa

Tereza enfrentaram dificuldades de navegação devido ao assoreamento, prejudicando o transporte fluvial que era essencial na época (Ribeiro; Pozenato, 2012). A degradação das margens do rio, especialmente ao sul, foi destacada por Ferri (1991, p. 55), que lamentou a transformação da floresta ribeirinha em áreas agrícolas e urbanas.

A construção de barragens e portos, como a Eclusa de Bom Retiro e o Porto Fluvial de Estrela, inaugurados na década de 1970, alterou significativamente a configuração natural do Rio Taquari. No entanto, essas estruturas estão subutilizadas na atualidade, com poucas embarcações atravessando a barragem. O represamento do rio pela barragem afeta a navegação e o nível da água até o município de Arroio do Meio (Eckhardt, 2008; Huber, 2013).

A poluição por esgoto doméstico é um problema persistente no Rio Taquari, classificado como Classe 4 na região de Estrela e Lajeado, de acordo com o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas (2019), sendo que parte da cidade de Lajeado/RS ainda é abastecida com água do próprio rio, embora seja considerada inadequada para o consumo humano.

Nesse sentido, apesar dos esforços de programas como o Programa de Recuperação Sustentável da Mata Ciliar do Rio Taquari (Barros, 2017) e o Viva o Taquari Vivo (Scapini, 2019) nas últimas duas décadas, a ação antrópica desregulada continua a prejudicar significativamente o Rio Taquari.

Ao longo de muitos séculos, a relação entre a sociedade, as comunidades humanas e o Rio Taquari tem sido marcada por uma convivência nem sempre amistosa. Diversos eventos ao longo do tempo resultaram no saque gradual dos recursos naturais oferecidos pelo rio. Mesmo as descrições românticas de viajantes que exploraram o Taquari no século XIX, exaltando suas belezas, não foram capazes de sensibilizar o homem.

É evidente que o Rio Taquari desempenhou um papel crucial na formação, estruturação e expansão de muitas cidades ao longo de suas margens. Foi fundamental para a fundação, no século XVIII, do primeiro núcleo urbano na região conhecida como Vale do Taquari, a Freguesia de São José de Taquary, que é atualmente o Município de Taquari. O povoamento e a expansão seguiram o curso do rio.

Apesar das transformações na fisionomia original, o Rio Taquari continua a inspirar escritores e pesquisadores, que se dedicam a contemplá-lo para extrair todo o encanto e admiração. As águas dos rios são dinâmicas, fluindo como o próprio movimento da vida.

Uma vez compreendido o movimento de colonização e uma breve contextualização do cenário mundial do século XX, compreendemos as ligações entre o território do município de Lajeado/RS e o Rio Taquari.

O Vale é uma região formada por 36 municípios e está localizado no centro do Estado do Rio Grande do Sul, distante aproximadamente 150 km de Porto Alegre. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população aproximada é de 316.714 pessoas, o que representa cerca de 3% da população do Estado (Kreutz, 2008).

Segundo o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, a bacia Hidrográfica do Rio Taquari é considerada mediana, sendo que o Rio Taquari é o principal curso d'água da bacia e conta com uma extensão de 156.547,16m e 41,77 km<sup>2</sup>. Seus principais afluentes são os Rios Guaporé, Forqueta, Taquari-Mirim, Boa Vista e Estrela.

## **2. Despertar para a emergência ambiental: mudanças climáticas e impacto no cotidiano**

A emergência ambiental representa uma das maiores ameaças que a humanidade enfrenta no século XXI. As mudanças climáticas, impulsionadas principalmente pelas atividades humanas, estão redefinindo a forma como vivemos, afetando ecossistemas, recursos naturais e, conseqüentemente, nosso dia a dia. Neste subtítulo pretendo explorar a gravidade da situação, destacando os impactos das mudanças climáticas em áreas tão cruciais quanto a segurança alimentar, saúde e padrões de vida.

Vivemos em uma época marcada pela urgência de reconhecer e enfrentar a emergência ambiental que assola nosso planeta. As mudanças climáticas, fenômeno impulsionado predominantemente por atividades humanas, estão moldando profundamente a forma como vivemos e ameaçando o equilíbrio dos ecossistemas.

A relação direta entre a emergência ambiental e as mudanças climáticas é inegável. Observamos o aumento das temperaturas globais, eventos climáticos extremos como o vivenciado pelo Vale do Taquari em 2023, e/ou a elevação do nível do mar, fenômenos que impactam áreas críticas de nossas vidas. A segurança alimentar, por exemplo, é fortemente afetada pelas alterações nos padrões de chuva e pela frequência crescente de eventos climáticos extremos. A produção agrícola é prejudicada, resultando na escassez de alimentos e no aumento dos preços, agravando a insegurança alimentar, especialmente em comunidades vulneráveis.

Além disso, a saúde humana está sob crescente risco. O aumento das temperaturas contribui para a propagação de doenças transmitidas por vetores, como malária e dengue. Eventos climáticos extremos desencadeiam surtos de doenças relacionadas à água, enquanto a

poluição do ar proveniente das atividades industriais agrava problemas respiratórios, comprometendo diretamente a qualidade de vida.

Nossos padrões de consumo cotidianos também estão sob escrutínio. A emergência ambiental exige uma revisão crítica de nossos hábitos, instigando a transição para fontes de energia renovável, a redução do desperdício de recursos e a adoção de práticas mais conscientes. A sustentabilidade torna-se uma palavra-chave em nossas escolhas diárias, desde o transporte que usamos até os produtos que compramos.

Diante dessa condição, a ação coletiva emerge como a resposta necessária. Governos, empresas e indivíduos têm papéis cruciais a desempenhar na implementação de políticas sustentáveis, na promoção de tecnologias verdes e na conscientização da sociedade. A colaboração entre diferentes setores é imperativa para encontrar soluções inovadoras e alcançar metas ambiciosas de redução de emissões de carbono.

Uma ação do Poder Público pode ser a implementação da legislação ambiental e ordenamento do parcelamento do solo por meio dos planos diretores, estes desempenham um papel crucial na gestão urbana ao estabelecer diretrizes e normativas para o desenvolvimento das cidades.

No contexto de prevenção de construções em áreas alagáveis, esses planos desempenham um papel fundamental ao delimitar zonas propensas a inundações e estabelecer restrições para a ocupação dessas regiões. Ao considerar aspectos como topografia, pluviosidade e características do solo, os Planos Diretores auxiliam na identificação de áreas de risco, contribuindo assim para a proteção de vidas e bens.

Além disso, ao promover o ordenamento territorial, esses planos asseguram um crescimento urbano sustentável, evitando a ocupação inadequada de espaços vulneráveis a eventos climáticos extremos, como inundações. Dessa forma, a implementação eficaz dos Planos Diretores emerge como uma ferramenta essencial para mitigar os impactos negativos das construções em áreas alagáveis, promovendo cidades mais resilientes e seguras. Por outro lado, no subtítulo anterior apresentamos enchentes recorrentes no Vale do Taquari, porém, ainda há ocupação de áreas alagáveis.

A emergência ambiental não é uma ameaça distante; ela permeia e reconfigura nosso cotidiano. O despertar para essa realidade exige ação imediata e um compromisso duradouro com práticas sustentáveis. Somente através de esforços concertados poderemos enfrentar essa crise, preservando o meio ambiente e assegurando um futuro habitável para todos.



Um fator que cabe destaque, especialmente quando analisamos a história ambiental do Vale do Taquari, é a urbanização nas encostas dos rios. Embora ofereça oportunidades econômicas e acesso a serviços urbanos, também se revela uma fonte significativa de riscos e desafios, especialmente para as comunidades mais pobres. Este fenômeno, comum em muitas regiões urbanas, coloca a população em situação de vulnerabilidade, exacerbando os impactos das enchentes e desastres naturais.

A expansão urbana em áreas de encostas fluviais muitas vezes ocorre de maneira desordenada e sem planejamento adequado. Moradias precárias, construídas em terrenos instáveis, tornam-se suscetíveis a deslizamentos de terra e enchentes. As comunidades mais pobres, devido a limitações financeiras, muitas vezes são forçadas a habitar nessas áreas de risco, enfrentando consequências severas durante eventos climáticos extremos.

As enchentes, resultantes da urbanização inadequada, representam um dos maiores desafios. Quando as chuvas intensas atingem essas regiões, os rios transbordam e as áreas urbanizadas nas encostas ficam propensas a inundações. As casas improvisadas, frequentemente construídas com materiais frágeis, são rapidamente submersas, resultando em perdas materiais e, muitas vezes, em tragédias humanas.

A população mais pobre sofre desproporcionalmente durante esses eventos. A falta de infraestrutura adequada, sistemas de alerta precoce e acesso limitado a serviços de emergência agravam os impactos das enchentes. Além das perdas materiais, há impactos diretos na saúde, com a disseminação de doenças relacionadas à água estagnada e à contaminação.

A solução para este problema complexo envolve a implementação de estratégias integradas. Medidas de planejamento urbano sustentável, incluindo o direcionamento de investimentos em infraestrutura resistente a desastres, são fundamentais. Além disso, é crucial considerar políticas habitacionais que garantam moradias dignas e seguras para a população mais pobre, evitando a ocupação desordenada das encostas dos rios.

A conscientização pública sobre os riscos associados à urbanização inadequada também desempenha um papel crucial. Isso envolve educação comunitária, o estabelecimento de sistemas de alerta precoce e a promoção de práticas de construção mais seguras. Somente com uma abordagem abrangente e inclusiva é possível mitigar os impactos das enchentes nas encostas dos rios e proporcionar um ambiente mais seguro e sustentável para todas as comunidades urbanas.

No que diz respeito à legislação ambiental, a cidade de Lajeado/RS sustenta a sua política ambiental na Lei Municipal número 5.835 de 12 de dezembro de 1996, que institui o

Código do Meio Ambiente. O documento estabelece as diretrizes e regras que organizam a política ambiental do território e estabelece metas de proteção ao meio ambiente e é dividido em sete capítulos: I - Da Política Ambiental; II - Da proteção do Meio Ambiente; III - Das 63 Penalidades; IV - Dos autos de Infração e dos Prazos Recursais; V - Da Fiscalização VI - Do Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente; VII - Das Disposições Complementares Finais. O artigo primeiro indica que “O Meio Ambiente é patrimônio comum da coletividade, bem de uso comum do povo, e sua proteção é dever do Município e de todas as pessoas e entidades que, para tanto, no uso da propriedade, no manejo dos meios de produção e no exercício de atividades, deverão respeitar as limitações administrativas e demais determinações estabelecidas pelo Poder Público, com vistas a assegurar um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, para as presentes e futuras gerações” (Lei municipal nº 5.835/96, Lajeado, 1996).

Logo, percebe-se uma preocupação do legislador em demonstrar que a responsabilidade para com o meio ambiente e recursos naturais é de responsabilidade do poder público e de toda a população. Por outro lado, cabe à Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) executar a política ambiental no seu território, que foi criada no ano de 2004.

À SEMA cabem as seguintes responsabilidades: executar, direta e indiretamente, a política ambiental do Município; estudar, definir e expedir normas técnicas legais, visando a proteção ambiental do Município; coordenar ações e executar planos, programas, projetos e atividades de preservação e recuperação ambiental; identificar, implantar e administrar unidades de conservação e outras áreas protegidas, visando a conservação de mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos e outros bens e interesses ecológicos, estabelecendo normas a serem observadas nessas áreas, de conformidade com a legislação estadual e federal existente; estabelecer diretrizes específicas para a preservação e recuperação de mananciais e participar da elaboração de planos de ocupação de áreas de drenagem de bacias e sub-bacias hidrográficas.

Com relação ao Rio Taquari, a Lei de Política Ambiental não estabelece regras específicas. No entanto, de maneira geral apresenta diretrizes específicas para a preparação e recuperação de mananciais e participa da elaboração de planos de ocupação de áreas de drenagem de bacias ou sub-bacias hidrográficas. Além disso, organiza ações que envolvam a expansão urbana e propõe a criação de novas unidades de conservação e de outras áreas protegidas.

Para atender a essa demanda, o Poder Público, por meio da SEMA, participa da elaboração do zoneamento e de outras atividades de uso e ocupação do solo. A Lei Municipal

não faz referência direta ao Rio Taquari ou às matas ciliares, porém, centraliza essas demandas para a legislação Estadual e Federal. Além da questão legal, a SEMA investe em programas de educação ambiental.

O cronograma de atividades é destinado a escolas e as ações são planejadas levando em consideração o público-alvo. No que concerne à Fiscalização Ambiental, o artigo 50 indica que “a fiscalização abrangerá o exame de qualquer logradouro público ou particular objetivando verificar irregularidades, devendo quando de cada fiscalização, ser emitido relatório circunstanciado, com a descrição detalhada das irregularidades constatadas.” E, o artigo 51 reitera que “o Poder Executivo tomará as providências cabíveis a cada caso, atuando e/ou orientando quando a irregularidade constatada for de competência do Governo Municipal ou remeterá cópia do relatório às autoridades federais e estaduais competentes para que adotem as providências necessárias”, o que indica uma fiscalização atuante e comprometida com a causa ambiental.

Além das legislações ambientais vigentes, a Lei Ordinária 6004 de 12 de dezembro de 1997 estabelece o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e Saneamento - CONDEMAS, que em seu artigo primeiro manifesta que, [...] tem por finalidade estudar e propor ao Executivo Municipal, Diretrizes de Política Governamental para a proteção e recuperação do Meio Ambiente, Saneamento Básico e dos Recursos Naturais e deliberar no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões técnicos que compatibilize o desenvolvimento econômico e social à manutenção do meio ambiente, aos padrões de saneamento e dos recursos naturais, ecologicamente equilibrados, objetivando a melhoria da qualidade de vida das gerações presente e futuras (Redação dada pela Lei nº 9914/2015).

Cabe destacar que no ano de 2020, conforme o Processo Administrativo Nº 001261.0567/16-4, foi firmado convênio entre a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler - FEPAM e o Município de Lajeado/RS, cuja finalidade é a realização de licenciamento, fiscalização e controle ambiental das atividades potencialmente poluidoras desenvolvidas no seu território, com o prazo de vigência de quatro anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Com a base legal estabelecida para a proteção ambiental, destaca-se a necessidade de um papel ativo da sociedade. Nesse contexto, a Educação Ambiental emerge como ferramenta essencial para promover a conscientização e a participação cidadã na preservação dos recursos naturais, inclusive prevista na lei municipal de Lajeado/RS. O subtítulo a seguir explora a

questão da educação ambiental e como ela é abordada em uma instituição de educação básica da cidade.

### **3. A importância da educação ambiental: cultivando consciência para o futuro sustentável**

A educação ambiental emerge como uma ferramenta fundamental na construção de sociedades conscientes e responsáveis diante dos desafios ambientais contemporâneos. Ao ser incorporada nos currículos escolares, ela desempenha um papel crucial na formação de cidadãos capazes de compreender, respeitar e preservar o meio ambiente.

No contexto escolar, a educação ambiental transcende a simples transmissão de conhecimentos sobre ecossistemas e biodiversidade. Ela proporciona uma compreensão mais profunda das interconexões entre as ações humanas e o equilíbrio delicado da natureza. Os estudantes, ao serem expostos a essa abordagem, desenvolvem uma apreciação pelas complexidades do ambiente e pela importância de preservá-lo para as gerações futuras.

Além disso, a educação ambiental estimula o pensamento crítico e a resolução de problemas. Ao enfrentar questões ambientais, os alunos são desafiados a analisar diferentes perspectivas, avaliar soluções e tomar decisões informadas. Essas habilidades não apenas enriquecem a experiência educacional, mas também capacitam os jovens a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades.

A inclusão da educação ambiental nos currículos escolares também contribui para a formação de cidadãos mais éticos e responsáveis. Ao compreenderem os impactos de suas ações no meio ambiente, os estudantes desenvolvem um senso de responsabilidade pessoal. Isso se traduz em práticas cotidianas mais sustentáveis, desde a redução do consumo de recursos até a promoção de estilos de vida mais ecoconscientes.

Além disso, a educação ambiental pode atuar como um catalisador para a inovação e o empreendedorismo sustentável. Ao despertar o interesse dos alunos por questões ambientais, ela estimula a busca por soluções inovadoras. As escolas tornam-se locais propícios para o desenvolvimento de projetos e iniciativas que promovam a sustentabilidade, preparando os estudantes para desafios globais emergentes.

Em um mundo cada vez mais interconectado, a educação ambiental nas escolas é mais do que uma disciplina isolada; é um investimento no futuro. Ela não apenas fornece conhecimentos essenciais, mas também molda atitudes e comportamentos, cultivando uma geração de líderes conscientes e comprometidos com a preservação do planeta. Ao integrar a educação ambiental em nossas escolas, estamos construindo as bases para uma sociedade

sustentável e resiliente, onde a preocupação com o meio ambiente é uma parte intrínseca do nosso ser.

Nessa perspectiva, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem desempenhado um papel crucial na definição dos rumos da educação no Brasil, integrando temas relevantes para a formação integral dos estudantes. Nesse contexto, as questões ambientais têm ganhado destaque como elementos essenciais para a construção de uma consciência cidadã voltada à sustentabilidade.

À vista disso, o Centro de Educação Básica Gustavo Adolfo, da cidade de Lajeado/RS, instituição na qual atuo, está alinhada com os princípios da BNCC, uma vez que não apenas incorpora as questões ambientais em seu currículo, mas também adota uma abordagem transversal, permeando-as em todas as áreas do conhecimento. Ao atender aos parâmetros da BNCC, a instituição busca proporcionar uma educação ambiental transdisciplinar, que vai além dos limites das disciplinas convencionais.

Dentro desse contexto, a abordagem transversal das questões ambientais na escola visa proporcionar uma compreensão transdisciplinar e integrada dos desafios e soluções relacionados ao meio ambiente. Dessa forma, os estudantes não apenas absorvem conhecimentos específicos sobre ecologia e sustentabilidade, mas também desenvolvem habilidades para analisar criticamente os impactos ambientais em diferentes contextos. Inclusive, a mera recepção de conhecimento estaria em descontrao à educação proposta no século XXI.

Assim, ao atender às diretrizes da BNCC e integrar a abordagem ambiental de maneira transversal, a escola não apenas cumpre sua função educativa, mas também contribui para a formação de cidadãos conscientes, responsáveis e comprometidos com a preservação do meio ambiente. Abaixo estaremos aprofundando a análise sobre a necessidade de implementação de currículos que rompam com o engessamento das disciplinas convencionais.

#### **4. A necessidade da multidisciplinaridade nas escolas para abordar as mudanças climáticas**

O desafio das mudanças climáticas exige uma abordagem educacional que vá além dos limites tradicionais das disciplinas isoladas. A complexidade dessas questões transcende fronteiras acadêmicas, demandando uma visão multidisciplinar nas escolas. Ao incorporar diferentes áreas de conhecimento, podemos proporcionar aos alunos uma compreensão mais

abrangente e integrada das mudanças climáticas e, conseqüentemente, capacitá-los a enfrentar os desafios ambientais emergentes.

A interconexão entre fenômenos climáticos, ecossistemas, economia, sociedade e tecnologia é evidente. Abordar as mudanças climáticas requer uma compreensão integrada, que só pode ser alcançada por meio da colaboração entre disciplinas diversas. A ciência fornece as bases para entender os processos climáticos, mas é a geografia que contextualiza esses fenômenos em diferentes regiões. A economia entra em cena ao analisar os impactos financeiros das mudanças climáticas, enquanto as ciências sociais exploram as implicações para as comunidades e os aspectos comportamentais.

Ao adotar uma abordagem multidisciplinar, as escolas proporcionam aos alunos a oportunidade de conectar os pontos entre diferentes áreas do conhecimento. Isso não apenas enriquece a experiência educacional, mas também prepara os estudantes para enfrentar problemas complexos do mundo real. Por exemplo, ao estudar as mudanças climáticas, os alunos não apenas compreendem os fenômenos meteorológicos, mas também exploram as implicações sociais, econômicas e políticas dessas mudanças.

Além disso, a abordagem multidisciplinar estimula o pensamento crítico e a resolução de problemas. Os alunos aprendem a considerar múltiplas perspectivas, a analisar dados de diferentes disciplinas e a formar conclusões informadas. Essas habilidades são inestimáveis em um mundo que exige soluções inovadoras e colaborativas para enfrentar desafios complexos como as mudanças climáticas.

Em última análise, a necessidade da multidisciplinaridade nas escolas para abordar as mudanças climáticas reflete a realidade do mundo em que vivemos. Ao cultivar uma compreensão abrangente dessas questões, estamos capacitando as futuras gerações a se tornarem pensadores críticos e agentes de mudança. A colaboração entre disciplinas não é apenas desejável; é essencial para preparar os alunos para enfrentar os desafios ambientais e sociais que definirão o futuro.

### **Considerações finais**

Ao encerrar esta reflexão sobre os eventos marcantes que impactaram o município de Lajeado, no Rio Grande do Sul, é essencial direcionar nosso olhar para o horizonte do amanhã. A história, com seus capítulos entrelaçados de tragédias e superações, nos recorda que as enchentes, ao longo dos séculos, são testemunhas silenciosas da complexidade de nosso relacionamento com o meio ambiente.

A abordagem da questão ambiental nas escolas emerge como um alicerce crucial para uma mudança de mentalidade. Ao cultivarmos a consciência ecológica desde a juventude, construímos alicerces sólidos para uma sociedade mais comprometida com a preservação ambiental.

Entretanto, a compreensão de que a fiscalização ambiental desempenha um papel fundamental não pode ser negligenciada. Em consonância com legislações que buscam a proteção do meio ambiente, a implementação efetiva dessas normas é indispensável para assegurar a sustentabilidade a longo prazo.

A necessidade de planos diretores eficientes ressalta-se como um elemento-chave na gestão urbana responsável. Esses planos não apenas delineiam o desenvolvimento das comunidades, mas também incorporam estratégias resilientes diante de potenciais ameaças ambientais, promovendo a coexistência harmoniosa entre o crescimento urbano e a preservação do ecossistema local.

É imperativo utilizar alguns parágrafos para os "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável" (ODS) os quais são uma iniciativa global da Organização das Nações Unidas (ONU) que visa abordar diversos desafios enfrentados pelo mundo, promovendo a sustentabilidade em diferentes dimensões. Um dos objetivos fundamentais é o de "Cidades e Comunidades Sustentáveis" (ODS 11), reconhecendo a importância crucial das áreas urbanas para o desenvolvimento sustentável. Este objetivo está intimamente conectado à questão das enchentes ou qualquer outro evento climático extremo que atinge áreas urbanas.

Em muitas partes do mundo, o rápido crescimento urbano apresenta desafios significativos, desde a gestão de resíduos até o acesso à habitação adequada, ou ainda a construção da área central da cidade em local alagável, como é o caso de Lajeado/RS. Para atingir o ODS 11, é crucial adotar práticas inovadoras de planejamento urbano, investir em infraestrutura resiliente, promover o transporte público eficiente, e garantir a participação ativa da comunidade nas decisões relacionadas ao desenvolvimento urbano.

Em conclusão, mesmo diante das adversidades, há um chamado para a ação consciente e colaborativa. Ao priorizarmos a educação ambiental, fortalecermos a fiscalização e adotarmos planos diretores conectados às cidades inteligentes, construímos um caminho rumo a comunidades mais sustentáveis. A minha expectativa é que o futuro seja arquitetado sob a ótica da preservação, transformando desafios históricos em oportunidades para um convívio mais equilibrado com a natureza.

## Referências

- ARRUDA, Gilmar. Rios e governos no Estado do Paraná: pontes, fontes hidráulicas e a era das barragens (1853-1940). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 24, n.39, 2008.
- AZAMBUJA, José Luiz Fay de. **Hidrovia da Lagoa Mirim: um marco de desenvolvimento nos caminhos do Mercosul**. 2005, 182f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- BARROS, Andrea Almeida. **Programa de recuperação sustentável da mata ciliar do Rio Taquari conduzido pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento), Centro Universitário Univates, Lajeado, 2017.
- CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari no período de 1840-1889)**. 2004. 374 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.
- ECKHARDT, Rafael R. **Geração de modelo cartográfico aplicado ao mapeamento das áreas sujeitas às inundações urbanas na cidade de Lajeado/RS**. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.
- ECKHARDT, Rafael R.; REMPEL, Claudete; SALDANHA, Dejanira Luderitz; GUERRA, Teresina; PORTO, Maria Luiza. Análise e diagnóstico ambiental do Vale do Taquari – RS – Brasil, utilizando sensoriamento remoto e técnicas do geoprocessamento. In: XIII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO. **Anais**. Florianópolis: 21 a 26 de abril de 2007.
- FARIA, Octavio Augusto. **Monografia do Município de Taquari**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1981.
- FERNANDEZ, Fernando. Aprendendo a lição de Chaco Canyon: do desenvolvimento sustentável a uma vida sustentável. **Instituto Ethos Reflexão**, São Paulo: ETHOS, ano 6, n. 15, p. 3-19, agosto 2005.
- FERRI, Gino. **Muçum: princesa das pontes**. Caxias do Sul: Prefeitura Municipal de Muçum, 1988.
- FERRI, Gino. **História do Rio Taquari-Antas**. Encantado: Grafen, 1991.
- FIEGENBAUM, Jones. **Um assento Tupiguarani no Vale do Taquari/RS**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.
- GANDARA, Gercinair Silvério. Propostas de fontes para mirar os rios na perspectiva da História Ambiental: o caso dos rios Parnaíba e São Francisco. **Fronteiras**, Anápolis, v. 2, n. 1, p. 43-53, 2013.
- GUERRA, Antônio Teixeira. **Dicionário geológico, geomorfológico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.
- HUBER, Aline. **Análise e avaliação da qualidade de serviço, infraestrutura e impactos ambientais do Porto Fluvial de Estrela/RS**. Monografia (Curso de Engenharia Civil) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2013.
- JUSTUS, Jarbas de Oliveira; MACHADO, Maria Lúcia de Abreu; FRANCO, Maria do Socorro Morreira. Geomorfologia. In: **IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Levantamento de Recursos Naturais**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 33, p. 313-404, 1986.



- KREUTZ, Marcos R. **Movimentações de populações Guarani, séculos XIII ao XVIII** – Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento), Centro Universitário Univates, Lajeado, 2015.
- KREUTZ, Marcos R.; SCHNEIDER, Patícia; MACHADO, Neli T. G.; SCHNEIDER, Fernanda. **Arroio do Meio: entre rios e povos**. Lajeado: Editora da Univates, 2011.
- NOELLI, Francisco S. Documentação histórica do limite meridional da *Araucaria angustifolia* e do início do processo de desmatamento no Rio Grande do Sul. **Napaea**, Porto Alegre, n. 12, 2000.
- PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai**. Volume III. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954.
- PORTO de Estrela. **Portal Anuário Portuário**. 2002. Disponível em: <<http://web.antaq.gov.br/Portal/Anuarios/Portuario2002/InformacoesGeraisPortos/Portos/Estrela.htm>>. Acesso em 28 Fev. 2019.
- RIBEIRO, Cleodes Maria P. J.; POZENATO, José Clemente. **Santa Tereza/RS a pequena capital: inventário nacional de referências culturais**. Caxias do Sul: IPHAN, 2012.
- RIBEIRO, Pedro A. M.; KLAMT, Sérgio C.; BUCHAIM, Joaquim J. S.; RIBEIRO, Catharina T. Levantamentos arqueológicos na encosta do planalto entre os vales dos Rios Taquari e Caí. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 19, out. 1989.
- ROSA, Alexandre N. da. Estudo de Impacto Ambiental – EIA referente às obras de duplicação da Rodovia BR-386/RS, segmento Km 350,8 – Km 386. Brasília, **MRS Estudos Ambientais**, Vol. 02, 2009.
- SCAPINI, Gilmar E. Ser voluntário amplia nossos significados na sociedade. **Jornal O Informativo**. Lajeado, p. 5, Edição 05 abr 2019.
- SCHNEIDER, Cristiane. **Garimpando memórias: o processo de desocupação dos barraqueiros da Rua da Praia no município de Estrela/RS na década de 1960**. Lajeado: Editora da UNIVATES, 2016.
- SCHNEIDER, Fernanda. **Interpretação do espaço Guarani: um estudo de caso no Sul da Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta, Rio Grande do Sul, Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2014.
- TRES, Deysi Regina; REIS, Ademir; SCHLINDWEIN, Sandro Luís. **A construção de cenários da relação homem-natureza sob uma perspectiva sistêmica para o estudo da paisagem em fazendas produtoras de madeira no Planalto Norte catarinense**. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 151-173, 2011.
- TUNDISI, José Galizia. Recursos hídricos. **MultiCiência**. Campinas, n. 1, 2003.

# **MIGRAÇÕES E EDUCAÇÃO**

# **Memórias de egressos sobre a implementação do ensino da temática afro-brasileira no Curso de Letras – Português da UFPE/Campus Recife (2003-2023)**

Betânia Maria Lidington Lins<sup>1</sup>

## **Introdução**

Estando no Brasil e refletindo sobre a sua formação, sobre o que existe em nossa sociedade de valores históricos e culturais dos indígenas, portugueses e africanos (os quais, originariamente, a partir de suas relações desde o século XVI, contribuíram para que nos reconheçamos como povo brasileiro), vemos que a herança cultural de matriz africana está em nosso dia a dia, seja nas grandes cidades, seja no interior do país, a partir do que vivenciamos pelos diversos modos de falar, na culinária, na dança, no canto, no festejar, no orar, celebrar e reverenciar, como consequência da diáspora negra ocorrida entre os séculos XVI e XIX no Brasil, levando à migração forçada de milhões de negros escravizados que para cá foram trazidos, dentro da ótica europeia de exploração de mão de obra para a produção em larga escala de produtos necessários à acumulação de riquezas (Mignolo, 2017), a exemplo da cana de açúcar, ouro e café.

A história e a cultura afro-brasileira emergem como tema nesta pesquisa de doutorado, em andamento (na fase de coleta de dados), como uma forma de celebrar os vinte anos de promulgação da Lei nº 10.639/2003, ao mesmo tempo que pretende dar visibilidade às marcas identitárias legadas pelos negros escravizados no Brasil, considerando a contribuição dos povos africanos de diversas etnias que aqui se instalaram e reconstruíram suas existências, a despeito de todo o processo de ataques e injustiças que imperou contra eles, desde os tempos coloniais até a atualidade, mas que vêm resistindo na manutenção de suas histórias e culturas, conforme nos informam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004).

Tomando como referência a Lei nº 10.639, de 09/01/2003, que instituiu no currículo oficial da Educação Básica de nosso país a obrigatoriedade do ensino da temática afro-

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação da Universidade de Caxias do Sul/RS; integrante do GRUPHEIM/UCS - Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória; mestra em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. bmlins@ucs.br.

brasileira, cujos conteúdos<sup>2</sup> devem ser ministrados em todos os componentes curriculares para reconhecer a importância que a história e a cultura africanas têm na formação do povo brasileiro, a partir da convivência ocorrida entre negros escravizados com portugueses e indígenas, nos primórdios da construção de nosso país, este trabalho se justifica pela constatação de estudos, como os de Oliveira (2016) e Nonato (2018), dentre outros, que apontam a existência de fragilidades na formação inicial para o ensino da história e cultura afro-brasileira nos cursos de Letras do país, mesmo que passados 20 anos de promulgação da referida lei.

Além disso, as memórias de egressos foram tomadas como objeto de estudo na pesquisa, tendo em vista que a pesquisadora é integrante do Grupheim, Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória, da Universidade de Caxias do Sul, e também é egressa do curso de Letras/Português da UFPE, aliando o fato de possuir memórias afetivas com os achados de sua dissertação de mestrado, quando procedeu a uma breve análise nos perfis curriculares do curso em tela, constatando que nesses documentos não havia referência à Lei nº 10.639/2003 até o ano de 2010 (Lins, 2011), fazendo surgir questionamentos que ainda precisavam ser investigados sobre a efetiva implementação do ensino da história e cultura afro-brasileira nesse curso, o que é proposto a se realizar nesta pesquisa.

Com o pressuposto de que memórias de egressos podem contribuir para a reconstrução da história em cursos de Licenciatura, aprimorando as discussões sobre a condição formativa de docentes, nosso objetivo principal é investigar como licenciados do curso de Letras/Português da UFPE, *Campus* Recife, rememoram sua trajetória formativa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira, e, a partir dessas memórias, identificar as representações que eles produzem sobre a implementação da referida temática no curso concluído, entre os anos de 2003 e 2023, período de publicação e de vigência da lei por 20 anos. Como objetivos específicos, quatro foram delimitados, sendo eles: conhecer a trajetória educacional dos egressos e os aspectos que os caracterizam; identificar as motivações dos egressos sobre a escolha pelo curso concluído e as suas expectativas em torno dele; interpretar as representações construídas por egressos a partir das memórias sobre a formação recebida na temática da história e cultura afro-brasileira e, por fim, analisar a proposta curricular e demais documentos-base do curso e sua relação com o ensino da história e cultura afro-brasileira.

---

<sup>2</sup> História da África e dos Africanos; a Luta dos Negros no Brasil; a Cultura Negra Brasileira e o Negro na Formação da Sociedade Nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil (Brasil, 2003).

Neste trabalho, pelo caráter sócio-histórico de seu objeto, a pesquisa será de abordagem qualitativa, de perspectiva histórica, dentro da área de História da Educação, ancorada nos pressupostos da história cultural, apoiando-se nas interlocuções principais de Burke (1992, 2005), Chartier (2002) e Pesavento (2008), para buscar compreender a implementação do ensino da história e cultura afro-brasileira num curso de graduação, trazendo à tona as subjetividades dos sujeitos (Pesavento, 2008).

Nesse sentido, de acordo com Burke (2005), a história cultural, compreendida como uma disciplina da historiografia, existe desde o século XVIII quando, diferentemente de épocas anteriores, a partir de 1780 já se encontram registros de história da cultura humana ou de determinadas regiões ou nações, em contraposição aos estudos que se realizavam sob a égide do racionalismo cartesiano, fazendo emergir novos temas para estudos, como a história da alimentação, da sexualidade, da família, da infância, da morte, dentre outras, bem como novas metodologias para alcançar resultados, novos sujeitos para contar a história, e não mais apenas a voz dos vencedores, mas a dos vencidos, dos excluídos, dos marginalizados, das pessoas comuns; agora, a voz de sujeitos como outra fonte de dados e não apenas documentos elaborados para contar um lado da história, conforme afirma Magalhães (2016):

[...] em lugar do documento oficial como arauto supremo da verdade, permite-se o uso de outras fontes, da história dos heróis e da narrativa dos grandes acontecimentos passa-se à história de hereges e rebeldes [...] a interpretação una, dogmática bem como a objetividade são substituídos pela polifonia, pela subjetividade e pelas “verdades” múltiplas, fundados na história política em favor de uma história cultural e social (Magalhães, 2016, p. 152-153).

Na mesma direção, Burke ainda destaca que “a base filosófica da nova história é a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída” (Burke, 1992, p. 11), e assim também concordamos com Chartier (2002, p. 16-17), quando ele afirma que a história cultural “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é constituída, pensada, dada a ler”, e, nesse sentido, a história cultural foi tomada como fundamentação teórica neste estudo tendo em vista seu objetivo principal de reconstruir a história do ensino da história e cultura afro-brasileira num curso de graduação de uma instituição de ensino superior a partir de sujeitos comuns que emprestarão suas vozes e lembranças para, com a rememoração do vivido num determinado espaço-tempo, fazer emergir representações sobre esse evento formativo que, inserido no processo de ensino e aprendizagem, é uma construção social, como também política e cultural, de acordo com Stephanou e Bastos (2020), visibilizando nas representações e simbolismos sobre a diversidade étnico-racial brasileira a relevância para sua presença em cursos de formação de professores.

Segundo Alberti (1990), a história oral se consolidou como metodologia de pesquisa devido ao fato de “a subjetividade e a experiência individual passarem a ser valorizadas como componentes importantes para a compreensão do passado” Alberti (1990, p. 2), e, desse modo, tendo em vista a intenção de que 10 (dez) egressos sejam entrevistados, podendo a amostragem ser ampliada para até 15, a depender da disponibilidade dos participantes e pertinência para o estudo, é importante refletir sobre a diversidade de opiniões e de lembranças que as memórias desses licenciados podem evocar, trazendo à tona fatos contraditórios ou incompletos, podendo comprometer o alcance dos objetivos traçados na pesquisa, ao que Alberti (2005) destaca que ampliar e aprofundar o tema da entrevista por parte do pesquisador é fundamental para se produzir “documentos de história oral com alto grau de qualidade” (Alberti, 2005, p. 82), delegando à figura desta pesquisadora a importância para analisar memórias individuais que, comparadas às outras e com sua colaboração atenta, compõem documentos factíveis e com a marca da coletividade, indo ao encontro de Halbwachs (1990), quando este afirma que “fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos estejam obscuras” (Halbwachs, 1990, p. 25).

Surge, assim, a noção de memória coletiva que, segundo ainda esse autor, é construída a partir do contato entre pessoas que vivenciaram experiências semelhantes, delineando-se suas memórias individuais com o que foi vivido em comum, ou seja, as memórias individuais nunca estarão desligadas das relações sociais entre os indivíduos. Também Thompson (1992) declara que “A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos” (Thompson, 1992, p. 17), evidenciando, neste estudo, a construção coletiva das memórias de como foi implantado o ensino de história e cultura afro-brasileira no curso de Licenciatura em Letras – Português da UFPE/Campus Recife, entre os anos de 2003 e 2023.

A narrativa dos sujeitos da pesquisa será recolhida através da entrevista semiestruturada que prevê perguntas abertas e fechadas, sendo esta o instrumento de construção de dados a partir dos depoimentos, por exigir do pesquisador clareza e objetividade em algumas perguntas, seguindo um roteiro pré-estabelecido, conforme destacam Boni e Quaresma (2005), mas que, ao mesmo tempo, dá liberdade aos entrevistados para que eles exponham respostas de forma livre, deixando as lembranças e subjetividades virem à tona, o que vai ao encontro do objetivo de ouvir relatos em momentos de entrega às perguntas ou a algum tema delas decorrente, porém com certo controle da pesquisadora para permitir um diálogo entre ambos.

A análise documental ficará sob as orientações de Cellard (2012), que prevê procedimentos sobre a organização dos documentos, levantamento de questões a partir de leituras, contextualização de conceitos recorrentes e identificação do referencial teórico presente, seleção de termos-chaves, categorizações, dentre outros, utilizando-se as ferramentas *Microsoft Word e Excel* para a produção de tabelas e quadros que servirão para apresentar e sintetizar os dados construídos.

Até o momento, três entrevistas-piloto foram realizadas com egressos de diferentes anos de entrada e término no curso, sendo duas pessoas do sexo feminino e uma do masculino, e a escuta atenta de seus depoimentos nos dá indícios, segundo Ginzburg (1989), de que há narrativas férteis para a construção de dados, bem como documentos lidos do curso - PPC, matrizes curriculares e ementário-, apontam a existência de iniciativas relacionadas à diversidade étnico-racial, carecendo, outrossim, da análise criteriosa e levantamento de unidades e categorias de análise, conforme nos sugere Pimentel (2001).

Nas próximas seções deste trabalho, serão apresentadas breves exposições sobre memórias e o lócus da pesquisa - a UFPE e seu curso de Letras - para justificar a escolha por esse objeto de estudo, bem como um pouco da história da Lei nº 10.639/2003, nosso documento normativo de referência; em seguida, teceremos as considerações finais, apresentando os achados a que chegamos até o momento e as reflexões que eles suscitam.

## **1. Memórias como fonte de pesquisa**

Segundo Alberti (2005), a importância da memória como fonte para reconstruir histórias e o passado remonta, no Ocidente, ao período dos clássicos gregos Heródoto e Tucídides, quando eles recolhiam relatos e depoimentos para reconstituírem narrativas históricas sobre acontecimentos do passado, e, nessa direção, Le Goff (1990) afirma que:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (Le Goff, 1990, p. 366).

Dessa forma, este estudo pretende dar voz a pessoas que viveram experiências num determinado espaço-tempo e que, com suas lembranças em momentos formativos de educação, poderão “reconstruir o passado” (Halbwachs, 1990, p.71) e contribuir para historicizar a implementação do ensino da história e cultura afro-brasileira num curso de graduação. Concorda-se também com Souza (2016) quando este destaca que:

A memória coletiva é sempre plural, constituída por lembranças do passado que transcendem a individualidade e é compartilhada socialmente no domínio da vida comum. Encontra-se ancorada na história individual e vai emergindo à medida que são feitos encadeamentos e relações do que é manifestado nas lembranças (Souza, 2016, p. 447).

Deve-se afirmar, portanto, que memórias não reproduzem o passado, mas, sim, o reconstróem, com as experiências do indivíduo no coletivo e, nesta pesquisa, o evento que se pretende analisar, a saber, a implementação do ensino da história e cultura afro-brasileira numa licenciatura de uma universidade pública do Nordeste brasileiro, está relacionado à passagem de 20 anos de existência de uma norma legislativa que reverbera na formação de professores, objetivando-se com essa escolha que a análise desse período possa mostrar o desenvolvimento de sua implementação no curso a ser estudado, dentre as possibilidades e limites investigados, o que pode dar uma dimensão de ações realizadas por outras universidades federais do Nordeste.

## **2/ O lócus da pesquisa: a UFPE e o curso de Letras**

A Universidade Federal de Pernambuco está localizada no estado de Pernambuco, na Região Nordeste do país, e se caracteriza por ter sido um dos primeiros estados a serem constituídos pelos portugueses, ainda no ano de 1501, quando a expedição do navegador Gaspar de Lemos fundou feitorias no litoral da colônia portuguesa recém-descoberta, tendo início seu processo de colonização<sup>3</sup>. Em 1535, o donatário Duarte Coelho ganhou suas terras de Dom João III, rei de Portugal à época, e iniciou o processo de exploração de suas terras, onde habitavam os indígenas nativos, batizando-a de Capitania de Nova Lusitânia, tornando-se uma das maiores produtoras de cana-de-açúcar da Colônia, tornando-se responsável por mais de metade das exportações brasileiras durante muitos anos, sendo invadida pelos holandeses que foram atraídos por sua prosperidade, permanecendo na região por 24 anos, de 1630 a 1654.

Segundo ainda a página eletrônica do Governo do Estado de Pernambuco, com o advento da República, Pernambuco procurou ampliar sua rede industrial, mas continuou por muito tempo marcado pela economia açucareira, modernizando suas relações trabalhistas, liderando movimentos a favor do desenvolvimento do Nordeste, como no momento da criação da Sudene, abrigando sua sede desde o ano de sua criação em 1959, momento em que começou a reestruturar sua economia, ampliando a rede rodoviária até o sertão e investindo em polos de investimento no interior do Estado. Modernamente, os setores de ponta da economia se

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.pe.gov.br/historia>. Acesso em: 01 jul. 2023.



consolidaram, principalmente os relacionados ao setor de serviços, como turismo, informática e medicina.

A partir do século XVIII, o desenvolvimento da cidade do Recife, a capital do estado, se apoia no comércio, seja de exportação ou interno, e no século XIX já apresenta o espaço antigo onde ela se formou densamente urbanizado, que corresponde ao seu atual centro histórico.

É nesse estado e cidade cheios de histórias seculares que está inserida a Universidade Federal de Pernambuco, cuja criação ocorreu no contexto de descentralização promovida pelo governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951), após o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937 – 1945), ao mesmo tempo que desde 1931 o ensino superior a ser ministrado em universidade já era previsto conforme o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931<sup>4</sup>, conhecido como Estatuto das Universidades Brasileiras, segundo Fávero (2010).

Nesse sentido, de acordo com informações recolhidas no *site* oficial da instituição<sup>5</sup>, a UFPE é resultado da união de um conjunto de instituições de nível superior existentes em Pernambuco, que à época recebeu o nome de Universidade do Recife, criada pelo Decreto-Lei da Presidência da República nº 9.388, de 11 de agosto de 1946, a partir da junção das seguintes escolas e institutos de ensino superior: Faculdade de Direito do Recife, fundada em 1827; Escola de Engenharia de Pernambuco, 1895; Escola de Farmácia, 1903; Escola de Odontologia, 1913; Faculdade de Medicina do Recife, 1915; Escola de Belas Artes de Pernambuco, 1932; e Faculdade de Filosofia do Recife, 1940.

Atualmente a UFPE se destaca como a maior IFES (Instituição Federal de Ensino Superior) de Pernambuco com seus 104 cursos de graduação presenciais e 05 à distância, bem como pela oferta de 149 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sendo 74 mestrados acadêmicos, 18 mestrados profissionais e 54 doutorados acadêmicos e 03 doutorados profissionais, distribuídos em 97 programas de pós-graduação. Em termos de recursos humanos, a UFPE abriga atualmente mais de 40 mil pessoas, dentre professores, servidores técnico-administrativos e estudantes da Educação Básica (oriundos do Colégio de Aplicação), graduação e pós-graduação, distribuídos em seus três *Campi*: Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão.

Concordamos com Bogdan e Biklen (1994), quando estes afirmam que:

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 jun. 2023.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.ufpe.br/institucional/historia>. Acesso em: 01 jun. 2023.

[...] os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto, entendendo que as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente natural de ocorrência. Os locais, nesse sentido, têm que ser entendidos no contexto da história das instituições a que pertencem (Bogdan; Biklen, 1994, p. 48).

E é para entender o funcionamento do curso de Letras/Português da UFPE que esta pesquisa se desenvolverá durante certo espaço de tempo no contato com seus documentos e egressos, cujas memórias são fontes de análise sob a perspectiva da história oral (Thompson, 1992). Dessa maneira, conforme informações contidas na página eletrônica da UFPE<sup>6</sup>, o curso de Letras foi criado pela Lei nº 1.254, de 04 de dezembro de 1950, e após funcionar na Faculdade de Filosofia de Pernambuco até 1965 e no Instituto de Letras até 1975, suas dependências foram instaladas no Centro de Arte e Comunicação (CAC), na área do *Campus* Recife, conforme fotos abaixo, ocupando o 1º andar na ala leste, dispondo de oito salas de aula - sendo três dos leitorados, duas salas administrativas, sete salas de núcleo de pesquisa e um laboratório de informática.

Ainda de acordo com a referida fonte, atualmente existem oito cursos de graduação em Letras, com propostas curriculares diferentes, sendo um bacharelado presencial e sete licenciaturas (cinco na modalidade presencial e duas à distância), estas últimas visando à formação de professores de línguas e suas respectivas literaturas, para atuar especialmente na Educação Básica, conforme seguem: a) Cursos presenciais: Letras-Bacharelado – Ênfase em Estudos Literários e Estudos Linguísticos; Licenciatura em Letras – Português; Licenciatura em Letras - Inglês; Licenciatura Letras - Francês; Licenciatura em Letras – Espanhol; Licenciatura em Letras – Libras; b) Cursos à distância: Licenciatura em Letras - Português e Licenciatura em Letras - Espanhol.

De acordo com o Projeto Pedagógico da Licenciatura em Letras - Português, disponível na página eletrônica da UFPE<sup>7</sup>, no Departamento de Letras funcionam os seguintes núcleos de pesquisa e extensão: Núcleo de Avaliação e Pesquisa Educacional (NAPE); Norma Urbana Culta (NURC); Núcleo de Estudos Indigenistas (NEI); Núcleo de Estudos Linguísticos da Fala e Escrita (NELFE); Núcleo de Estudos em Compreensão e Produção Interlinguísticas (NUCEPI); Grupo de Pesquisa “Percepção e Representação Intercultural” (GPRI); Núcleo de Estudos Canadenses (NEC); Grupo de Estudos Literatura Hispano–América Colonial (LHAC); Núcleos de Estudos sobre Hipertexto e Tecnologias na Educação (NEHTE); Núcleo de Investigações sobre Gêneros Textuais (NIG); Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e

---

<sup>6</sup>Disponível em: <https://www.ufpe.br/dep-letras>. Acesso em: 15 nov. 2022.

<sup>7</sup> Disponível em: [www.ufpe.br](http://www.ufpe.br). Acesso em 01 jul. 2023.

Espaço Virtual (NEPLEV) ; Letramento Digital (Numérique) em Francês como Língua Estrangeira (LENUFLE) e Grupo de Pesquisa Linguagens e Estudos Afro-Latino-Americanos (LEAFRO).

Esse documento também informa que desde a década de 1990, docentes e discentes reivindicavam uma reforma curricular no chamado à época “curso de Letras”, devido ao fato de ele apresentar um elevado número de perfis curriculares, possuir programas de disciplinas sem sequencialidade, não possuir laboratórios e apresentar reduzida carga horária prática, além de um significativo grau de retenção e evasão, bem como a falta de articulação com a pós-graduação, como também havia uma reivindicação para que fosse aberto um curso noturno, para atender às necessidades do aluno trabalhador.

Após diversas discussões, que iniciaram em 1997, apenas em 2010 é que houve uma reforma integral nesse curso, o que possibilitou o seu desmembramento em quatro licenciaturas e um bacharelado - Letras/Espanhol, Letras/Francês, Letras/Inglês, Letras/Português e Letras/Bacharelado com Ênfase em Estudos Literários e Estudos Linguísticos, bem como criou-se a inter-relação entre as disciplinas, houve aumento da carga horária prática, reduziu-se o número de perfis e surgiu a possibilidade de o interessado escolher, já na inscrição do vestibular ou processo seletivo, em qual curso gostaria de ingressar, além de ter sido criado o curso noturno, oferecendo-se 90 vagas anuais, sendo 30 à noite na primeira entrada e 60 à tarde na segunda, além de possuir uma carga horária total de 3.150 horas e um tempo de integralização que varia de 08 semestres no mínimo e 14 no máximo.

Assim, os documentos que vigoravam à época da promulgação da Lei nº 10.639/2003 até o momento, além do cotejamento com as narrativas dos egressos, sob o olhar atento desta pesquisadora, e à luz da história cultural e dos procedimentos da história oral, temos a expectativa de encontrar um campo de estudo com os entendimentos e tensões normais a grupos humanos que experienciam vivências com perspectivas diferentes sobre procedimentos realizados, buscando atingir o objetivo de analisar as representações que os egressos poderão apresentar sobre o ensino da temática afro-brasileira no curso investigado, um espaço ainda por descobrir, entre documentos, lembranças e tensionamentos.

### **3. Origem da Lei nº 10.639/2003: das reivindicações à conquista**

A criação da Lei nº 10.639/2003 se destaca como consequência de lutas travadas para implementar uma educação mais diversa culturalmente nas escolas do país, na tentativa de superar o eurocentrismo arraigado nos sistemas de ensino brasileiro, ao mesmo tempo que tenta

estimular o ensino de conhecimentos que por muito tempo ficaram invisibilizados na sociedade brasileira, contando-se histórias sob o viés eurocêntrico (Brasil, 2004).

Assim, podemos refletir sobre a educação uniforme que opera no país desde o início da chegada dos portugueses às terras brasileiras no século XVI, passando pela educação jesuítica eurocentrada imposta aos indígenas originários que aqui viviam, até os dias de hoje (Sá, 2019), ocasionando o que Santos (1998) denomina de *epistemicídio*, ou seja, a morte ou a destruição de conhecimentos motivados pelo colonialismo, que aniquila corpos e saberes dos povos a ele subordinados, como se vê na definição a seguir:

El epistemicidio es el proceso político-cultural a través del cual se mata o destruye el conocimiento producido por grupos sociales subordinados, como vía para mantener o profundizar esa subordinación. Históricamente, el genocidio ha estado con frecuencia asociado al epistemicidio. Por ejemplo, en la expansión europea el epistemicidio (destrucción del conocimiento indígena) fue necesaria para 'justificar' el genocidio del que fueron víctimas los indígenas (Santos, 1998, p. 208).<sup>8</sup>

Dessa forma, o epistemicídio impede que diferentes perspectivas de construção do conhecimento e de relações sociais sejam conhecidas e praticadas, o que pode ser minimizado a partir da criação de leis que tentem gerar quebra de paradigmas, como é o caso da Lei nº 10.639/2003 (Conceição, 2011), rompendo-se com as verdades únicas, portanto, comumente contadas numa sociedade que vive sob a uniformidade de conhecimentos sobre sua história.

Nessa direção, proposições do movimento negro brasileiro foram expostas, sendo um de seus mais ativos militantes o artista, ex-deputado federal e ex-senador Abdias do Nascimento que, já em 1977, no 2º Festival Mundial de Artes e Culturas Negra e Africana, realizado em Lagos, Nigéria, reivindicava ações de reparação e reconhecimento à história, cultura e identidade dos negros brasileiros, quando encaminhou recomendações ao evento, a partir do Grupo IV – Civilização Negra e Governos Africanos -, do qual era integrante (Nascimento, 1978). Como político, Nascimento também trabalhou ativamente anos depois no Congresso Nacional pela defesa dos direitos da população negra brasileira, apresentando projetos de “ações compensatórias” para essa parcela da população, os quais, de acordo com Sá (2019, p. 59), são apontados “por muitos pesquisadores, como a base de diversas políticas públicas direcionadas à população negra nas últimas décadas”, sendo Abdias do Nascimento, enquanto deputado federal, um dos precursores de reivindicações pela adoção de ações afirmativas para

---

<sup>8</sup> O epistemicídio é o processo político-cultural através do qual se mata ou se destrói o conhecimento produzido por grupos sociais subordinados, como forma de manter ou aprofundar essa subordinação. Historicamente, o genocídio tem estado associado com frequência ao epistemicídio. Por exemplo, na expansão europeia o epistemicídio (destruição do conhecimento indígena) foi necessário para ‘justificar’ o genocídio de que foram vítimas os indígenas. (Tradução da autora).

a população negra do Brasil, a exemplo do Projeto de Lei nº 1.332 de 1983, que propunha um conjunto de medidas como cotas para pessoas negras no ensino público e privado de todos os níveis, assim como a oferta de bolsas de estudo; ingresso em empresas públicas e privadas; remuneração igual para trabalho equivalente; ensino da história e cultura africana e diaspórica com revisão dos currículos, dentre outras, conforme estudo de Nascimento (2013).

Para Munanga (1996), militantes, pessoas e políticos engajados na luta contra o racismo desenvolvem o que o autor denomina de *ação discursiva e teórica*, o que caracteriza as ações de intelectuais e organizações que defenderam a inclusão do estudo da história e cultura afro-brasileira nas escolas, a exemplo de Abdias do Nascimento, Haroldo Costa, Solano Trindade, José Correia Leite, a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro, dentre outros (Conceição, 2011), e uma ação que se chama de *prática*, que é a “traduzida em leis, organizações e programas de intervenção cujas orientações são definidas pelos governos e poderes políticos constituídos” (Munanga, 1996, p. 79).

Legalmente, a criação da Lei nº 10.639/2003, conforme Conceição (2011), remonta a ao Projeto de Lei PL 859/95 pelo deputado federal Humberto Costa, do Partido dos Trabalhadores/Pernambuco, que teve o início de sua tramitação ainda nesse ano, porém, como até o final de 1998 ela não havia sido concluída, e o parlamentar não se candidatou à reeleição, o referido projeto foi arquivado no início da nova legislatura, em janeiro de 1999.

Segundo ainda Conceição (2011), a partir de reivindicações de movimentos sociais, os deputados federais Esther Grossi (PT/RS) e Ben-Hur Ferreira (PT/MS) desarquivaram PL de 1995 e o apresentaram novamente à Câmara dos Deputados, agora como o PL 259/1999, com uma pequena alteração: incluiu a disciplina de Literatura Brasileira dentre as que deveriam, especialmente, discutir a temática afro-brasileira em seu conteúdo programático, juntamente com as duas que já existiam no PL anterior, Educação Artística e História do Brasil.

Dessa maneira, a partir da sua publicação no Diário da Câmara dos Deputados em 20/03/1999, o projeto começou a tramitar pelas devidas Comissões até chegar ao Senado Federal, sendo aprovado em todas elas, por unanimidade, sendo sancionado e transformado na Lei nº 10.639/2003, em 09/01/2003, pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, encerrando uma tramitação total de quase quatro anos.

Considera-se que a aprovação da Lei nº 10.639/2003 mostra a intervenção do Estado para a construção de uma política educacional que leve em consideração a diversidade cultural brasileira como um contraponto à presença do racismo e de seus efeitos em nossa sociedade, seja na organização e funcionamento da educação escolar, nos currículos da formação inicial e

continuada de professores, nas práticas pedagógicas e nas relações sociais no âmbito da escola, iniciativa legal que dá um passo para que cenários de discriminações e invisibilidades recuem pois, conforme Santos (2013) afirma, “as transformações ocorrem primeiro na lei e só muito lentamente vão influenciando as instituições e conformando as mentalidades e as subjetividades” (Santos, 2013, p. 80), intervenções estas que são necessárias para minimizar as injustiças históricas e socioculturais cometidas contra grupos vulneráveis em nosso país, sendo um deles o formado pela população negra brasileira.

### **Considerações finais**

Com o aporte das discussões teórico-metodológicas desenvolvidas e da construção, análise e interpretação dos dados, este estudo tentará responder aos problemas e objetivos delimitados para a pesquisa, com o propósito de contribuir para a discussão sobre a história da educação, a partir das narrativas de 10 (dez) egressos formados entre os anos de 2003 e 2023, os quais reconstituirão o passado sobre a implementação do ensino da história e cultura afro-brasileira na Licenciatura em Letras – Português da UFPE/ *Campus* Recife.

Das três entrevistas-piloto realizadas, percebemos que há uma certa homogeneidade quanto aos autores negros citados pelos egressos, os quais foram estudados no curso sob análise, a exemplo de Machado de Assis, Castro Alves, Lima Barreto e Augusto dos Anjos, destacando-se também a lembrança que os entrevistados possuem de professores ou grupos de pesquisa/estudo que estão relacionados a questões raciais, seja a indígena, seja a negra, chamando-nos a atenção para uma futura análise que está emergindo dessas narrativas para três grupos de pesquisa que estão citados no Projeto Pedagógico do Curso: o Grupo de Pesquisa Percepção e Representação Intercultural e o Grupo de Estudos Literatura Hispano-América Colonial, além do mais recentemente criado<sup>9</sup>, o LEAFRO - Grupo de Pesquisa Linguagens e Estudos Afro-Latino-Americanos.

Sobre os documentos acessados (a partir do *site* da UFPE), a leitura do PPC/2013<sup>10</sup> nos informa que ele está fundamentado em várias normativas da Educação Nacional, dentre elas, a Resolução CNE/CP nº 01/2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

---

<sup>9</sup> Criado em abril de 2023. A partir de buscas na Internet, chegamos à descoberta da existência deste grupo. Seu nome não consta da listagem do PPC/Letras-Português.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39207/0/PPC+Letras-Portugu%C3%AAAs+PDF.pdf/e5f43a21-d061-4bee-8e2c-a6cb55562abf>. Acesso em: 02 ago. 2023.

(Brasil, 2004) e a Lei nº 11.645/2008<sup>11</sup> (Brasil, 2008), bem como na matriz curricular do curso há uma disciplina obrigatória chamada Cultura Brasileira I, para atender às demandas da Resolução CNE/CP nº 01/2004, além de uma eletiva intitulada Literaturas Africanas de Língua Portuguesa.

Ressaltamos que, em respeito aos preceitos éticos da pesquisa, tendo em vista que o projeto de pesquisa da doutoranda aguarda o Parecer Final do Comitê de Ética em Pesquisa da UCS<sup>12</sup>, apresentamos apenas os achados que nos remetem a alguma relação com o tema da diversidade étnico-racial, carecendo todos eles de reflexões e análises fundamentadas teórico-metodologicamente, as quais serão realizadas oportunamente.

Esperamos, por fim, que este trabalho contribua para refletirmos sobre a importância da memória para reconstruir fatos e eventos histórico-educacionais, sob a perspectiva da história cultural, levando-nos a pensar também na construção e fortalecimento de uma educação mais diversa culturalmente em nosso país, sendo capaz de romper com preconceitos aqui ainda arraigados sobre a cultura africana e afro-brasileira, tornando nossa sociedade menos eurocêntrica e menos racista.

## Referências

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1990.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas. *In: Investigação qualitativa em educação*. Portugal: Porto Editora, 1994.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em Tese**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan. 2005.

BURKE, Peter. **A escrita da história cultural: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CELLARD, André. Análise documental. *In: A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: UBESPI, 2002.

---

<sup>11</sup> Acrescentou ao Art. 26-A da Lei nº 9.394/1996 (alterado pela Lei nº 10.639/2003) o ensino da história e cultura indígena nos Ensinos Fundamental e Médio do país, ficando assim estabelecido: “Art. 26-A - Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 02 ago. 2023.

<sup>12</sup> O Termo de Anuência Institucional da UFPE encontra-se anexado ao projeto de pesquisa sob análise no CEP/UCS, bem como os demais documentos exigidos para o bom andamento de uma pesquisa acadêmica.

CONCEIÇÃO, Manoel Vitorino da. **Das reivindicações à lei: caminhos da lei. nº10.639/03.** 2011. 121 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade do Brasil: das origens à construção.** 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In: \_\_\_\_\_*. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LINS, Betânia Maria Lidington. **Saberes docentes em provas de concursos públicos para professor de língua portuguesa.** 2011. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.

MAGALHÃES, Nancy Alessio. Testemunhos de lutas: local e universal em memórias de Quilombolas Kalunga. *In: COSTA, Cléria Botelho da; LONGO, Clerismar Aparecido; BARROSO, Eloísa Pereira (orgs).* **História oral e metodologia de pesquisa em história: objetos, abordagens, temáticas.** Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 151-168.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. 2017, v. 32, n. 94.

MUNANGA, Kabengele. **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial.** São Paulo: Estação Ciência, 1996.

NASCIMENTO, Abdias do. **Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Abdias Nascimento e as políticas afirmativas. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, [s.l.], ano I, n. 1, jul./dez., 2013.

NONATO, Gleides Ander. **Formação inicial de professores para a diversidade étnico-racial nas licenciaturas em letras e pedagogia em duas IES mineiras.** 2018. 182 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

OLIVEIRA, Cláudia Cristina de. **Entre direitos e deveres: um estudo sobre as literaturas africanas e afro-brasileiras nos cursos de letras para o atendimento à lei 10.639/2003.** 2016. 241f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, [s.l.], n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

SÁ, Ana Paula dos Santos de. **A descolonização da educação literária no Brasil: das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 ao PNL 2015.** 2019. 374 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento.** São Paulo: Cortez, 2013.



SANTOS, Boaventura de Sousa. **La globalización del derecho**: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación. Bogotá, Colombia: IISA; Universidad Nacional de Colombia, 1998.

SOUZA, José Edimar de. O uso de fontes orais em pesquisa em Lomba Grande – RS: aspectos das Escolas Isoladas (1940-1950). **Conjectura**: Filosofia e Educação, Caxias do Sul, v. 21, n. 2, p. 441-459, maio-ago. 2016.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Helena Câmara (orgs.). **História e memórias da educação no Brasil**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

## Deutsche Schule Pelotas e a Deutscher Schulverein (1898-1930)

Maria Angela Peter da Fonseca<sup>1</sup>

### Introdução

No período 1898-1930 a *Deutsche Schule* (Escola Alemã) urbana Pelotas foi administrada pela *Deutscher Schulverein* (Sociedade Escolar Alemã) nos aspectos: financeiro, didático-pedagógico e admissão de professores, com vistas a promover cultura e tradição alemãs irradiando o *Deutschtum*<sup>2</sup> da comunidade escolar para os pares locais. Trata-se de pesquisa bibliográfica, documental e qualitativa que utiliza referenciais da História Cultural (BURKE, 2008), cujas fontes principais são os Relatórios Escolares da *Deutsche Schule* Pelotas (1912-1930).

Porém, qual foi o papel da *Deutscher Schulverein* na *Deutsche Schule* urbana Pelotas, e qual a sua relação com o *Deutschtum*?

A *Deutsche Schule* urbana de Pelotas, denominada Collegio Allemão de Pelotas, foi fundada em 17 de dezembro de 1898, por uma Sociedade Escolar Alemã (*Deutscher Schulverein*), integrada por 18 senhores que se reuniram no Clube Germânia, com esta finalidade específica. Tratava-se de imigrantes alemães e descendentes, preocupados com a educação escolar de seus filhos, que se instalaram em Pelotas, com indústrias e comércio, na transição do Segundo Império do Brasil para a República do Brasil (1889), e na vigência do castilhismo (1893 e 1937), caracterizado pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), presente no governo do Rio Grande do Sul, por cerca de 40 anos. A maioria dos membros da *Deutscher Schulverein* também participava da Comunidade Evangélica e Alemã (*Deutsche Evangelische Gemeinde*) de Pelotas que havia sido organizada em 1888.

Porém, a *Deutsche Schule* Pelotas foi fundada em caráter laico e não pertencia nem à Comunidade Evangélica Alemã de Pelotas, nem ao Sínodo Rio-Grandense (1886)<sup>3</sup>, que enviava os pastores para o serviço espiritual desta comunidade. Na realidade, a escola pertencia à *Deutscher Schulverein* que, durante os oito primeiros anos de funcionamento contratou os serviços dos pastores da comunidade para dirigirem a escola. As aulas iniciaram em 1899, com

---

<sup>1</sup> Pós-Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pelotas, com a supervisão da Profa. P.Dra. Patrícia Weiduschadt. Membro do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE), FaE, UFPel. Endereço eletrônico: [mpeterdafonseca@gmail.com](mailto:mpeterdafonseca@gmail.com)

<sup>2</sup> *Deutschtum* é uma combinação de múltiplas ideias de filósofos e pensadores alemães que contribuíram para a formação da nação alemã e da constituição de um *ethos* genuinamente alemão, no século XIX (Grützmann, 2003).

<sup>3</sup> O Sínodo Rio-Grandense foi fundado pelo Pastor Wilhelm Rotermund em 1886 com a finalidade de congregar as Comunidades Evangélicas Alemãs de rito luterano no Rio Grande do Sul, e a fundação de escolas era um de seus principais objetivos (Dreher, 2014).

56 alunos em um prédio alugado no centro da cidade de Pelotas. O mobiliário da escola consistia em apenas seis bancos escolares e mesas, um quadro negro e dois mapas.

Em 1906 a escola já funcionava em sede própria com o apoio do industrial Carlos Ritter e neste período foi equiparada à congênere de Porto Alegre, a *Deutsche Schule da Deutscher Hilfsverein* (a Escola da Sociedade de Beneficência Alemã: o Colégio Farroupilha fundado em 1886). No ano seguinte a Diretoria da *Deutscher Schulverein* passou a contratar professores para exercer a função da direção do educandário podendo, esses, exercer o magistério dentro da instituição. Em 1916 o professor Reinhard Heuer assumiu a direção do educandário ali permanecendo até 1925 (Relatório 1925). Reinhard Heuer foi autor de muitos livros didáticos, prefaciados em Pelotas, publicados pela Editora Rotermund, de São Leopoldo, que foram usados em inúmeras escolas em locais de imigração alemã no estado do Rio Grande do Sul.

No ano de 1919 a escola funcionou com somente 35 alunos, número esse que aumentou gradualmente no pós Primeira Guerra Mundial. Em 1923 a escola completou 25 anos e 67 alunos frequentaram a instituição. Nas décadas de 1920 e 1930 a *Deutsche Schule* urbana Pelotas recebeu visitantes alemães provenientes da *Verein für das Deutschtum im Ausland* (V.D.A.) (Sociedade de Apoio ao *Deutschtum* no Exterior) situada em Hamburgo e Berlim na Alemanha. A finalidade destas visitas era inspecionar o projeto educacional alemão e a conservação do *Deutschtum* que amalgamava elementos do nacionalismo alemão vigente, à cultura escolar desta instituição, em tempos de Nacionalização do Ensino no Brasil. Após as visitas a escola recebia livros, material didático e eram enviados professores alemães para ministrar aulas no educandário (Relatórios 1921, 1923, 1924, 1925 e 1933).

A *Deutsche Schule* urbana Pelotas, cujos membros da *Deutscher Schulverein* e direção do educandário eram promotores do *Deutschtum*, utilizava-se de uma metodologia pedagógica alinhada ao ensino bilíngue, e representou o anseio de uma germanidade composta por imigrantes alemães urbanos e descendentes que se instalaram em Pelotas, Esta situação singular foi propícia à permanência desta *Deutsche Schule* na cidade de Pelotas, uma vez que os ideais políticos e educacionais do castilhismo convergiam para a liberdade da educação escolar e os imigrantes alemães e descendentes, encaixaram-se nesta proposta (Tambara, 1991). Estes imigrantes alemães urbanos de Pelotas e seus descendentes consideravam como algo inalienável e irrenunciável, a sua herança cultural e educacional. Isto motivou a saga pela manutenção e a continuidade de um educandário como a *Deutsche Schule* urbana Pelotas que, apesar de enfrentar inúmeras dificuldades financeiras, permaneceu em funcionamento durante mais de 40 anos. Há que considerar que com a intensificação da Campanha de Nacionalização

do Ensino no Brasil, durante o Estado Novo (1937-1946), especificamente no Rio Grande do Sul, inúmeras *Deutsche Schulen* foram fechadas, como é caso da *Deutsche Schule* Pelotas. Porém indiretamente, este educandário teve sua continuidade no Colégio Alfredo Simon, fundado em 1963 em um bairro de Pelotas, desta vez, vinculado ao Sínodo Rio-Grandense.

No entanto, a organização e a propagação das escolas dos imigrantes alemães, *Deutsche Schulen* (Escolas Alemãs), tanto nas zonas rurais como nas zonas urbanas, refletiram a competição ideológica entre os diversos grupos religiosos presentes na região, principalmente entre católicos e protestantes. Nesse sentido, conforme acima mencionado, há que considerar que no Rio Grande do Sul, sob a influência do discurso castilhistas e dos ideais positivistas, defendia-se o “ensino livre” a cargo da iniciativa privada, observando-se a máxima: ensina quem sabe e aprende quem quer (Tambara, 1991). Portanto, uma vez que a oferta de escolas públicas era em número reduzido, abriu-se um campo fértil para a eclosão de numerosas escolas de imigração alemã, com vistas a suprir a grande procura, de crianças e jovens, por educação.

Ressalta-se que, a fundação de inúmeras escolas de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, esteve diretamente relacionada à participação e à ação de lideranças alemãs provenientes de três vertentes, que atuaram junto aos imigrantes alemães desde sua chegada ao território rio-grandense: entre eles, os jesuítas que vieram em 1849; os Brummer<sup>4</sup>, em 1851 e os pastores luteranos vindos da Alemanha, em 1864 (Dreher, 2008). Essa elite intelectual veio a gerar visões de mundo distintas, embora congruentes, no que diz respeito ao *Deutschtum*.

De acordo com Grützmann (2003), os referenciais teóricos do *Deutschtum*, originaram-se do nacionalismo alemão, especialmente com ênfase nos paradigmas étnicos, que surgiram na Alemanha no início do século XIX. Sob este ponto de vista, as teses sobre povo e nação que sustentaram o Romantismo, foram reinterpretadas pelas gerações posteriores. A temática do *Deutschtum*, tem ocupado a atenção de diversos pesquisadores no Brasil, principalmente com ênfase no Rio Grande do Sul. Pode-se citar: Willems (1940), Seyfert (1982), Dreher (1984).

Segundo Dickie (1996), de meados do século XIX em diante, o *Deutschtum* apresentou-se, a partir dessas três linhas, de formas diferenciadas, sequenciais e simultâneas, vindas de fora e, ao se expressarem, passaram a ser elementos importantes na construção da vida e do *ethos* dos imigrantes e de seus descendentes no sul do Brasil. Os autores dessas três correntes tinham em comum o fomento à dicotomia entre cidadania e nacionalidade (Arendt, 2005). De acordo com Seyfert (1982), a separação entre cidadania e nacionalidade é uma das características do

---

<sup>4</sup> Compreende-se Brummer “literalmente como o que causa zunido, barulho. No caso em questão, o significado era de contestador, aquele que questiona a ordem que vem se estabelecendo” (Kreutz, 1994, p. 22).

*Deutschtum*, que mobiliza os descendentes desse grupo étnico para a continuidade dessa cultura por meio do usufruto das tradições e do modo de ser alemão em qualquer país do mundo.

Assim, no Rio Grande do Sul, as visões de mundo transmitidas de geração em geração pelas lideranças dos jesuítas, dos *Brummer* e dos pastores luteranos, nas escolas e nas comunidades das colônias alemãs, foram permeadas pela singularidade religiosa, ou não, de cada uma dessas correntes em relação ao *Deutschtum*, mantendo, porém, a fragmentação entre cidadania e nacionalidade. Ou, seja, através deste arcabouço teórico e prático, tornava-se possível ser alemão em qualquer lugar. Aqui cabe questionar, como o *Deutschtum* se refletiu na *Deutsche Schule* urbana Pelotas através da *Deutscher Schulverein*?

### **1. O *modus operandis* da *Deutscher Schulverein* Pelotas 1898-1930**

Nas primeiras décadas do século XX, a administração escolar, nas escolas brasileiras, estava relacionada ao planejamento, organização, gestão e controle das atividades educacionais (Libâneo, 2007). O autor pondera que a administração escolar apresenta nuances de vários conceitos como a organização escolar e a gestão escolar. Trata-se de um conceito híbrido que, neste período histórico, abarcava diversas funções administrativas. É preciso ter em mente que, nessa época, as políticas educacionais brasileiras encontravam-se envolvidas na criação de um sistema nacional de educação. E, especialmente, no Rio Grande do Sul, as máximas das lideranças políticas na área da Educação, propiciavam a criação de escolas particulares numa tentativa de suprir a lacuna das escolas públicas.

Apesar de o conceito de administração escolar nas escolas brasileiras, estar relacionado ao desenvolvimento das funções de planejamento, organização, gestão e controle das atividades educacionais, após à década de 1920, já se anunciavam transformações iminentes, devido às novas políticas educacionais que adentraram à Segunda República do Brasil (1930-1937). Exemplo disso são os estudos de Teixeira (1961) sobre a administração escolar que enfatizam a necessidade da profissionalização dessa área da educação escolar. O autor destaca que o fato de a administração escolar se apropriar de conceitos da ciência da administração clássica, no entanto, dela difere radicalmente em função de seus objetivos. Ressalta que o produto das empresas é um produto material e que o alvo primordial da educação é o educando. Essa temática assumiu uma tal importância, que a disciplina de Administração Escolar foi incluída no Curso de Pedagogia, criado na década de 1930, no Rio de Janeiro (Furlan, 2008).

Assim, analisar de que forma ocorreu a administração escolar da *Deutsche Schule* urbana Pelotas, requer pensar sobre a ideia e a prática da administração escolar, organização e

gestão nas escolas do Brasil, que tanto privadas como públicas, terminavam por adequar-se aos cânones vigentes. Consideradas as características da administração escolar brasileira, cabe pensar o papel desempenhado pela *Deutscher Schulverein* que manteve e administrou a *Deutsche Schule* urbana Pelotas, no período de 1898-1930. Ao que se percebe, foi uma forma de administração escolar bipartite, isto é, em duas instâncias, através da diretoria da *Deutscher Schulverein* e do diretor do educandário. As escolhas dessas lideranças eram legitimadas em assembleia, com a presença dos membros da *Deutscher Schulverein*. Reconhecidas as lideranças ocorria a delegação de autonomia relativa, pois havia uma hierarquia de competências.

Através da análise dos Relatórios Escolares 1912-1930, observa-se uma divisão de tarefas e funções entre as lideranças da escola. Em um primeiro momento, essas delegações de competências poderiam ser caracterizadas como financeiras e didático-pedagógicas. As relações entre estes dois seguimentos, na maior parte do tempo, foram equalizadas, mas também houve períodos conflituosos em que os papéis se mesclaram refletindo no andamento da instituição. Desta forma, a *Deutscher Schulverein*, administrou a *Deutsche Schule* Pelotas, através de uma diretoria, regida pelos Estatutos, elaborados na década de 1910, e posteriormente revisados na década de 1940. Durante a direção do pastor Paul Sudhaus entre os anos 1904-1907, a escola foi equiparada à congênere de Porto Alegre, a escola da *Deutscher Hilfsverein*. Neste período já havia a intenção de elaborar os citados estatutos que realmente foram efetuados alguns anos depois.

Os Estatutos de 1912/1915, assinados em 1912, e registrados em 1915, são compostos de três capítulos que contemplam a Escola, a Diretoria e seus deveres e as Reuniões. No Capítulo II, Da Diretoria e seus deveres, deixava claro o caráter da “*Deutscher Schulverein*”, como uma Sociedade Escolar Alemã, através da escolha do presidente da diretoria que deveria ser alemão, ou descendente de alemães, condição *sine qua non* que resguardaria sua identidade étnica e cultural.

A diretoria que representa a sociedade interna e externamente será eleita em agosto, pelo tempo de um anno, por simples maioria de votos, e compõe-se do Presidente, do Presidente substituto, Tesoureiro, 1º e 2º Secretarios e de dois Directores<sup>5</sup>. Para conservar a sociedade no seu caracter de “Sociedade do Collegio Allemão”, o Presidente da mesma deve ser alemão ou então de descendencia allemã (grifo meu). A Directoria resolve sobre as admissão e demissão de seus professores, sobre os vencimentos dos mesmos, sobre objectos de instrucção e instalação do collegio, como

---

<sup>5</sup> Como os estatutos disponibilizados já estão traduzidos para o português, não foi possível verificar o original. Assim, ao longo da pesquisa realizada nos Relatórios Escolares, não encontrei a figura de dois diretores no rol de componentes da diretoria da Sociedade Escolar Alemã, integrada por presidente, tesoureiro e secretário, mas a essa lista seguem-se dois suplentes.

também, em geral, sobre todas as questões do collegio e da sociedade do mesmo, quer internas ou externas. Resolve também as reclamações e queixas dos sócios e do professorado, bem como do dirigente da escola [...] Á Directoria cabem todos os poderes e a mais ampla liberdade. [...] O presidente aceita, em qualquer tempo, relatório, propostas e reclamações do diretor da Escola e resolve as mesmas de acordo com este, recorrendo á Directoria ou a Assembleia Geral quando não possa concluir esses assumptos de mutuo acordo com o diretor (Estatutos do Collegio Allemão de Pelotas, *Deutscher Schulverein*, 1912/1915, p. 3).

Os Estatutos de 1912/1915, pontuam explicitamente os deveres da diretoria, mas ratificam a sua plena autonomia, como direito maior. Entre direitos e deveres, apresentam uma lista de incumbências, desde pagamentos, admissão e demissão de professores, compra de material escolar, manutenção do prédio e entre outras providências. Destaca o papel do presidente da diretoria, de intermediação de conflitos entre membros da sociedade, professores e diretor. Também se mantém receptivo “em qualquer tempo”, ao diretor da escola que, mediante relatório, poderá apresentar propostas e reclamações. Em caso de incompatibilidade com o diretor da escola, o presidente recorrerá à Diretoria ou à Assembleia Geral. Esta prática demonstra três instâncias que poderão ser utilizadas para resolver um problema com o líder pedagógico da instituição, prevendo evitar decisões arbitrárias de ambas as partes. Os Estatutos da *Deutscher Schulverein* de 1912/1915, no Capítulo III Das Reuniões, regram a possibilidade de mudança, dos estatutos, e a própria dissolução da Sociedade, explicitando que este será um ato que deverá ter o aval dos membros da sociedade, mediante consulta e aprovação, em assembleia. No caso de dissolução, prevê a forma como deverão ser guardados os pertences e, passados cinco anos, deverá ser feita a distribuição dos bens para outras *Deutsche Schulen* no país.

As funções desempenhadas pela diretoria da *Deutscher Schulverein* permeavam a administração financeira e sua materialidade. A instituição era mantida por duas fontes: as matrículas e mensalidades dos alunos e as contribuições dos membros da *Deutscher Schulverein*. Também eram realizadas festas para aumentar a receita da sociedade escolar. Quanto ao diretor, desenvolvia as funções didático-pedagógicas condizentes com o planejamento do ano escolar que integrava o projeto político-pedagógico da instituição, a atuação dos professores, o currículo, a escolha do conteúdo programático, de livros didáticos, bem como as normas de comportamento dos alunos. O diretor também deveria representar o colégio e seus professores diante da diretoria da *Deutscher Schulverein* e nas sessões extraordinárias que abordassem o ensino e a vida do educandário, da mesma forma teria direito à participação nas sessões gerais podendo contribuir dentro de sua área de competência (Estatutos do Collegio Allemão de Pelotas, *Deutscher Schulverein*, 1912/1915).

Num espaço temporal de 35 anos, foram identificadas 20 diretorias da *Deutscher Schulverein* (Relatórios *Deutsche Schule* Pelotas, 1912-1921; 1923-1925; 1930-1933). A primeira diretoria foi eleita no dia 17 de dezembro de 1898, dia em que foi fundada a citada sociedade, bem como a *Deutsche Schule* urbana Pelotas. A composição dos membros da diretoria consta na ata redigida por R. Peckmann, composta por H. Kuhn: presidente, W. Sauter: presidente substituto, F. Ritter: tesoureiro, L. C. Bernhardt: secretário e o diretor Willian Naumann. Em 1904, Heinrich Kratz era o presidente da diretoria da *Deutscher Schulverein*. De 1906 a 1925, Carlos Ritter passou a ser membro de honra da *Deutscher Schulverein*. Ainda em 1906, foi adquirida a sede própria do educandário, financiada pela firma Carlos Ritter & Irmão (Relatório 1923).

Em 1910, o presidente efetivo e seu substituto eram Heinrich Kratz e J. Hadler; tesoureiro C. Ritter Filho; secretário Villinger e suplentes J. Stosch e J. Schramm. É possível que Heinrich Kratz tenha presidido a Diretoria da *Deutscher Schulverein* de 1904 até 1910, mas neste ano, por ocasião de sua morte, foi eleita uma nova diretoria para 1911, que apresentou algumas modificações. Foram eleitos L. Bammann e W. Wiener para presidente e presidente substituto; permaneceu o tesoureiro C. Ritter Filho, mas mudou o secretário que passou a ser P. Pruski. Esta nova composição permaneceu durante o ano de 1912. Justificam-se estes esclarecimentos, em função de complementar os dados pregressos da diretoria da *Deutscher Schulverein* Pelotas (1898-1911), uma vez que o período analisado contempla as três primeiras décadas do século XX.

A partir dos dados aferidos até agora, observa-se que Carlos Ritter não chegou a fazer parte da diretoria da *Deutscher Schulverein*, porém, foi membro de honra durante 21 anos (1906-1926). Entre os membros da diretoria que ocuparam cargos, por mais tempo, estão Friedrich Ruge, presidente durante 12 anos (1914-1925), passando a ser membro de honra por 4 anos (1930- 1933); R. Nieckele, presidente por 4 anos (1930-1933); H. Poetsch, secretário por 4 anos (1930-1933); Ed. H. Müller, tesoureiro por 4 anos (1914-1917); A. Schwab, suplente por 12 anos (1914-1925). Os demais membros que integraram a diretoria permaneceram um, dois ou três anos no máximo, denotando uma alta rotatividade na composição da diretoria da *Deutscher Schulverein*.

No que tange aos diretores, observa-se uma certa instabilidade nos primeiros 8 anos, com a saída consecutiva de três diretores pastores (1899-1907). Os dois primeiros retornaram à Alemanha e o terceiro, migrou para o centro do estado. Permanecendo de poucos meses, até cinco anos, os três pastores que foram enviados pelo Sínodo Rio-Grandense, trouxeram



contribuições significativas para o educandário, como o início da elaboração dos estatutos que foram aprovados em 1912, na gestão de André Gaile (1907-1915), que perdurou por 9 anos. Já o próximo diretor Reinhard Heuer (1916-1925), permaneceu por 10 anos. E Hans Nagel (1930-1933), ficou por 4 anos. Ao todo, de acordo com as fontes até agora localizadas, seis diretores dirigiram o educandário entre 1899 e 1933, com exceção do intervalo 1926-1929, cujas fontes não foram localizadas, até o momento. Porém, qual foi o papel destas lideranças na transmissão do *Deutschtum*?

### **Considerações finais**

Através da análise da administração escolar da *Deutsche Schule* urbana Pelotas, visibilizada nos Relatórios da *Deutsche Schule* Pelotas, no período 1898-1930, representada pela *Deutscher Schulverein*, foi possível identificar funções primordiais das lideranças da *Deutsche Schule* Pelotas, ou seja, tanto da diretoria da *Deutscher Schulverein*, como da direção do educandário, no que tange à continuidade do *Deutschtum*, constituído por um arcabouço cultural, amalgamado às tradições dos imigrantes alemães e descendentes que se instalaram em Pelotas ainda no século XIX, promovendo o desenvolvimento do sul do Rio Grande do Sul, com funções profissionais ligadas, principalmente, à indústria e comércio.

Neste sentido, o *Deutschtum* foi promovido e protegido, através dos conteúdos intelectuais, presentes no currículo e conteúdo programático da instituição, desenvolvidos, especialmente em língua alemã, cujo ponto de partida era a alfabetização bilíngue (alemão e português), gerenciados pelo diretor da *Deutsche Schule* urbana Pelotas. Convém destacar que a materialização do *Deutschtum*, ocorreu no alinhamento das lideranças do corpo diretivo da *Deutscher Schulverein* com o diretor da *Deutsche Schule*. Tratava-se de garantir a transmissão de uma cultura e tradições étnicas aos filhos destes imigrantes alemães e descendentes. Assim, a *Deutscher Schulverein* funcionou como um elemento possibilitador e facilitador para a materialização dos conteúdos acima mencionados.

Na transmissão de conteúdos e ações materiais, realizados através da administração da *Deutscher Schulverein*; e dos conteúdos intelectuais, imateriais, desenvolvidos pelo diretor e corpo docente da *Deutsche Schule* Pelotas, ocorreu uma forma muito peculiar de administração escolar que visava a continuidade do *Deutschtum*, e que foi partilhada com o amor e o respeito à nova pátria: Brasil.

## Referências

ARENDDT, Isabel Cristina. **Representações de Germanidade, Escola Professor na Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul** (Jornal Geral para Professores no Rio Grande do Sul). 2005. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005

BURKE Peter. **O que é História Cultural?** 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

DICKIE Maria Amélia Schmidt. **Afetos e Circunstâncias: um estudo sobre os mucker e seu tempo.** 1996. Tese (Doutorado em Filosofia, Ciências e Letras) – 253 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

DREHER, Martin Norberto. **Breve História do Ensino Privado Gaúcho.** São Leopoldo: Oikos, 2008.

\_\_\_\_\_. **Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.** São Leopoldo, RS, Porto Alegre, RS, Caxias do Sul, RS: Sinodal, EST, EDUCS, 1984.

\_\_\_\_\_. **Wilhelm Rotermund: Seu Tempo – Suas Obras.** 2 ed. São Leopoldo: Oikos, 2014.

**ESTATUTOS do Collegio Alemão De Pelotas, Deutscher Schulverein.** Pelotas, 1912/1915.

FURLAN, C.M.A. A história do curso de Pedagogia no Brasil: 1939- 2005. In: Congresso Nacional de Educadores –EDUCERE VIII., 2008.Paraná. **Anais eletrônicos...** Paraná:PUCPR, 2008. Disponível em:< [http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/164\\_885.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/164_885.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2023.

GRÜTZMANN, Imgart. O Carvalho entre palmeiras: representações e estratégias identitárias no germanismo. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.** São Leopoldo, v.7, n. 8, 2003.

KREUTZ, Lúcio. **Material Didático e Currículo na Escola Teuto-Brasileira do Rio Grande do Sul.** São Leopoldo: UNISINOS, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão Escolar: Teoria e Prática.** 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2007.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica.** Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

RELATÓRIO *Deutsche Schule* Pelotas, 1912.

RELATÓRIO *Deutsche Schule* Pelotas, 1913.

RELATÓRIO *Deutsche Schule* Pelotas, 1914.

RELATÓRIO *Deutsche Schule* Pelotas, 1915.

RELATÓRIO *Deutsche Schule* Pelotas, 1916.

RELATÓRIO *Deutsche Schule* Pelotas, 1917-1920.

RELATÓRIO *Deutsche Schule* Pelotas, 1921.

RELATÓRIO *Deutsche Schule* Pelotas, 1923.

RELATÓRIO *Deutsche Schule* Pelotas, 1924.

RELATÓRIO *Deutsche Schule* Pelotas, 1925.

RELATÓRIO *Deutsche Schule Pelotas*, 1930.

RELATÓRIO *Deutsche Schule Pelotas*, 1931.

RELATÓRIO *Deutsche Schule Pelotas*, 1932.

RELATÓRIO *Deutsche Schule Pelotas*, 1933.

TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. **A Educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo**. 1991. 600f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1991.

TEIXEIRA, Anísio. Que é administração escolar? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.36, n.84, 1961. p.84-89.

WILLEMS, Emílio. **Assimilação e Populações marginais no Brasil**: estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes. São Paulo: Nacional, 1940. Coleção Brasileira, série 5a, v.186.

# **“O desafiador problema da nacionalização do ensino”: educação escolar em São Leopoldo/RS durante o Estado Novo (1937-1945)**

Fernanda Gälzer<sup>1</sup>

Magna Lima Magalhães<sup>2</sup>

## **Introdução**

O período do Estado Novo, que se estendeu de 1937 a 1945, foi marcado por um conjunto de mudanças na política nacional, que tiveram um impacto na educação escolar brasileira. Dentro desse contexto, o governo federal implementou a Campanha de Nacionalização, que utilizava a educação como base para transmitir a brasilidade, propagar o patriotismo e construir uma identidade nacional. Em São Leopoldo, cidade localizada na região metropolitana do Rio Grande do Sul, as políticas educacionais implementadas na época foram influenciadas por esse contexto histórico.

A história do município de São Leopoldo está ligada à chegada dos imigrantes alemães, que a partir de 1824 não apenas trouxeram sua mão de obra, mas também sua cultura e tradições. Ao longo dos anos, diversas manifestações culturais vinculadas à cultura alemã se desenvolveram na região, tornando-se parte do cotidiano da população local. No entanto, as políticas governamentais da Campanha de Nacionalização, desenvolvida durante o Estado Novo, começaram a restringir essas manifestações culturais, visando fortalecer a identidade nacional e desencorajar as expressões culturais estrangeiras.

A Campanha de Nacionalização influenciou em diversos aspectos da sociedade brasileira na época, especialmente no setor educacional. Leis como o decreto-lei nº 406/1938 e o decreto-lei nº 383/1938 limitaram a entrada e participação de estrangeiros no país, proibindo atividades políticas e expressões culturais específicas. O decreto-lei nº 1.545/1939 estabeleceu órgãos em níveis federal, estadual e municipal para promover a assimilação dos brasileiros descendentes de estrangeiros na sociedade brasileira, enfatizando o ensino da língua nacional, história do Brasil e participação em eventos patrióticos.

---

<sup>1</sup> Mestra em Processos e Manifestações Culturais e graduada em História pela Universidade Feevale. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais e bolsista PROSUP-CAPES. E-mail: fernanda.galzer@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em História. Docente do curso de História e do Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale. E-mail: magna@feevale.br

Considerando esse contexto histórico, este trabalho<sup>3</sup> tem como objetivo analisar as políticas educacionais implementadas em São Leopoldo durante o Estado Novo, por meio da análise das correspondências recebidas e expedidas pela prefeitura municipal<sup>4</sup>. Através do estudo desses documentos oficiais e do jornal de circulação local, *Correio de São Leopoldo*, busca-se compreender as medidas adotadas pelo governo local, suas motivações e os impactos dessas políticas na comunidade.

A pesquisa estará dividida em três partes principais: uma breve contextualização do período histórico, a troca de correspondências entre a prefeitura e a Secretaria Estadual de Educação, e a correspondência entre a prefeitura e a comunidade.

Dessa forma, este artigo busca contribuir para o debate historiográfico sobre as políticas educacionais durante o Estado Novo, fornecendo uma compreensão mais precisa das práticas e tensões envolvidas na implementação dessas políticas no contexto local de São Leopoldo. Ao examinar o papel da educação na consolidação da identidade brasileira e do regime estadonovista, busca-se lançar luz sobre um período da história brasileira e suas implicações na formação da identidade nacional.

## **1. Contexto Histórico**

A cidade de São Leopoldo é resultado da ação de diversos atores sociais ao longo da história, sendo possível traçar suas origens até a instalação da Real Feitoria do Linho Cânhamo. No final da década de 1780, a instituição governamental foi instalada na região próxima às margens do rio dos Sinos, conhecida na época como Faxinal do Courita, que produzia insumos para a indústria naval utilizando mão de obra escravizada (ROSA, 2020). Contudo, o empreendimento não obteve sucesso e foi encerrado nos primeiros meses de 1824.

Com a desocupação da Feitoria optou-se por colonizar a região através de imigrantes europeus. A partir disso, o maior desenvolvimento da cidade ocorreu a partir da chegada dos primeiros imigrantes alemães em 1824, que fundaram a Colônia Alemã de São Leopoldo, a primeira a receber alemães no estado do Rio Grande do Sul. Em 1846, São Leopoldo se separou de Porto Alegre e foi elevada à categoria de vila.

A extensão original da Colônia de São Leopoldo é muito superior ao tamanho atual da cidade leopoldense. Neste artigo, considera-se a configuração da cidade durante a década de

---

<sup>3</sup> O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

<sup>4</sup> As correspondências pertencem ao Fundo de Correspondências Recebidas e Expedidas da Prefeitura de São Leopoldo/RS – Anos 1937-1945, localizada no acervo documental do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL), em São Leopoldo/RS.

1940. De acordo com o IBGE (1950), a cidade era composta por dez distritos: São Leopoldo, Bom Jardim (atual Ivoti), Campo Bom, Dois Irmãos, Genuíno Sampaio (atual Estância Velha), Joaneta (atual Picada Café), João Correia (atual Araricá), Padre Eterno (atual Santa Maria do Herval), Sapiranga e Sapucaia (atual Sapucaia do Sul). É importante destacar que nas décadas seguintes, esses distritos se emanciparam, mudando a configuração territorial de São Leopoldo para a atual.

A cidade de São Leopoldo, devido à ocupação de imigrantes alemães, possui uma forte conexão com as manifestações culturais dessa etnia. Essa ligação se reflete em diversas características, eventos e organizações que estavam presentes na cidade durante a década de 1940. No entanto, é importante ressaltar que nesse período a cidade enfrentou a implementação de políticas governamentais que restringiram as expressões culturais estrangeiras, devido à implementação da Campanha de Nacionalização e ao contexto histórico permeado pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), na qual o Brasil rompeu relações diplomáticas e declarou guerra ao Eixo (Alemanha, Itália e Japão) em 1942. Essas medidas tiveram um impacto significativo nas manifestações culturais presentes na cidade. Entretanto, essa situação não foi um caso isolado.

O vínculo com a cultura alemã, assim como outras culturas estrangeiras, começou a ser cerceada por políticas governamentais em todo o país. Essas políticas faziam parte da Campanha de Nacionalização e incluíam diversas medidas para reprimir as expressões culturais dos imigrantes e seus descendentes nas comunidades formadas por eles. Essas comunidades surgiram devido à política governamental de favorecer a imigração, principalmente de europeus, para o Brasil. No entanto, com o objetivo de fortalecer a identidade nacional e promover a conexão com a pátria, o governo passou a considerá-las indesejáveis.

A Campanha de Nacionalização foi “[...] planejada e executada durante o Estado Novo, em nome da unidade nacional, como processo de assimilação forçada de alienígenas” (Seyferth, 1999, p. 200). Ela ocorria por meio de ações nacionalizadoras em diversos campos do cotidiano, como na educação, na imprensa e na vigilância (Gertz, 2005).

A Campanha de Nacionalização foi executada por meio de leis, como o decreto-lei nº 406/1938, que regulou a política imigratória no país e criou o Conselho Nacional de Imigração e Colonização. Essa lei limitou a entrada e permanência de imigrantes no país. Outra lei relevante foi o decreto-lei nº 383/1938, que proibiu estrangeiros de participar de atividades políticas e de expressar sua identidade através de bandeiras, símbolos ou celebrações. No entanto, o decreto-lei nº 1.545, de agosto de 1939, possivelmente representa de forma mais

contundente as ações da nacionalização, pois regulamentou sobre a assimilação de brasileiros descendentes de estrangeiros na sociedade brasileira.

O decreto-lei nº 1.545 designou órgãos em níveis federal, estadual e municipal para auxiliar na integração dos brasileiros descendentes de estrangeiros à cultura nacional. O objetivo era formar uma unidade nacional, enfatizando o ensino e o uso da língua nacional, o conhecimento da história do Brasil e a participação em eventos patrióticos. A legislação também abordava aspectos educacionais, como a criação de escolas e organizações patrióticas, o subsídio de escolas em núcleos coloniais, a formação de professores e a fiscalização do ensino de línguas, história e geografia do Brasil. Além disso, em novembro de 1938, foi criada a Comissão Nacional de Ensino Primário, por meio do decreto-lei nº 858, com o objetivo de promover a nacionalização completa do ensino primário.

A educação foi vista como uma ferramenta fundamental para a construção da nação e a consolidação do regime estadonovista, mas para isso, seria necessário padronizar o ensino em todo o país. Nesse sentido, três aspectos foram adotados: promover um currículo nacional em todas as escolas, enfatizando heróis, instituições e autoridades nacionais, destacando o catolicismo e usando o português em todo o país; padronizar as instituições escolares em todos os níveis e o material didático, com supervisão do órgão federal de educação; assimilar a cultura brasileira por parte dos diferentes grupos étnicos, suprimindo suas expressões culturais distintas (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000).

No estado do Rio Grande do Sul, a nacionalização do ensino era uma preocupação do governo desde o início da imigração, no século XIX, pois junto a grande parcela das comunidades imigrantes instalaram-se escolas étnicas. Conforme Lúcio Kreutz (1994), havia uma iniciativa de impor o uso do português nas aulas das escolas de línguas alemãs, no entanto, o governo sul-rio-grandense enfrentou alguns obstáculos, como a falta de professores capacitados para a tarefa. Ainda, segundo o mesmo pesquisador, no contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), houve incentivo do governo federal para a nacionalização do ensino, mas, após a guerra, no estado, as escolas particulares voltaram a ter maior autonomia, possibilitando o ensino em idioma estrangeiro.

Durante o Estado Novo, a nacionalização do ensino se tornou mais rigorosa, com a implementação de leis educacionais visando a formação de uma consciência nacional. No Rio Grande do Sul, a nacionalização foi especialmente intensa devido ao engajamento do Secretário da Educação, Coelho de Souza (Kreutz, 1994, 2010). Medidas preventivas e repressivas foram adotadas tanto dentro quanto fora das escolas para promover a nacionalização do ensino. Nas

próximas páginas, serão analisadas a legislação da época sobre o ensino e o reflexo desse contexto na educação municipal através das correspondências da prefeitura municipal de São Leopoldo.

## **2. “Seriamente empenhado em resolver o problema da instrução pública”**

As políticas educacionais empenhavam-se em alcançar a completa nacionalização do ensino no país. Para seguir essa linha, estados e municípios elaboraram leis e buscaram adequar-se para atingir esse objetivo.

Pela União, além dos decretos já mencionados que se dedicavam principalmente à educação primária, criando escolas e incentivando o uso e ensino do idioma nacional, foram criados diversos decretos para promover a nacionalização do ensino no país. O decreto-lei nº 406 de maio de 1938, por exemplo, estabeleceu normas educacionais, especialmente em áreas rurais onde os costumes dos imigrantes eram mais preservados. Dentre as medidas adotadas, destacam-se: o ensino exclusivo em português; a proibição do ensino de idioma estrangeiro para menores de 14 anos; a obrigatoriedade do ensino de história e geografia do Brasil; e a determinação de que as escolas fossem administradas por brasileiros natos. Posteriormente, o decreto-lei nº 3.010, de 20 de agosto de 1938, que regulava esse decreto, incluiu também a obrigatoriedade do ensino cívico.

Também houve a necessidade de adaptação dos materiais didáticos de acordo com o cenário educacional vigente. Essa mudança foi estabelecida pelo decreto-lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938, que não apenas tornou obrigatório o uso da língua e ortografia nacionais, mas também procurou evitar regionalismos e críticas ao país nos materiais utilizados nas escolas.

No âmbito estadual, destaca-se o decreto-lei nº 7.614, de dezembro de 1938, que regulamentava o ensino primário, criado em resposta às condições precárias da educação no estado. O decreto estabelecia a obrigatoriedade do aprendizado do português para a população brasileira, uma vez que "não é lícito ter por língua materna outra que não a portuguesa", e criticava o uso de outras línguas nas escolas que serviam a populações de origem imigratória, constituindo um obstáculo à integração nacional das novas gerações.

Para promover a nacionalização do ensino o decreto estabeleceu, entre outros artigos, que o ensino primário seria obrigatório e ministrado exclusivamente em português. Também proibiu o uso de idiomas estrangeiros nas escolas primárias e a presença de inscrições em outras



línguas nos estabelecimentos de ensino. Além disso, determinou que as escolas primárias não poderiam receber incentivo financeiro de governos estrangeiros nem ter diretores estrangeiros.

O decreto também instituiu os "professores de nacionalização", que seriam designados pelo Estado para as escolas onde anteriormente se ensinava em idioma estrangeiro. A esses professores caberia ensinar português, história e geografia do Brasil, e educação cívica. Sua permanência nas escolas estava condicionada à fiscalização, que deveria confirmar "um perfeito espírito de brasilidade" no ambiente escolar. Para incentivar os professores nessa tarefa, o Estado ofereceu algumas vantagens, como gratificação financeira e contagem do tempo de serviço em dobro.

Antes da promulgação deste decreto, em julho de 1938, o governo estadual despachou para os municípios, por meio do Serviço de Nacionalização do Ensino, uma iniciativa subsidiada pela Secretaria de Negócios da Educação e Saúde Pública (Souza, 1938). Cabia às prefeituras a responsabilidade de verificar se os professores particulares estavam em conformidade com a legislação vigente e possuíam proficiência no uso do vernáculo. Vale mencionar que a Prefeitura de São Leopoldo, de forma proativa, já havia adiantado tais orientações e realizado avaliações prévias dos professores.

A administração de São Leopoldo tinha como preocupação o cumprimento da legislação para a nacionalização do ensino municipal. Logo após o decreto-lei nº 406, para se certificar de que o ensino era realizado em português e para buscar qualificar sua rede educacional, o município, realizou uma prova para averiguar o conhecimento de seus professores públicos municipais e os da rede particular, conforme publicação oficial da prefeitura divulgada em maio 1938 (Ato..., 1938).

Após a conclusão da avaliação, os professores que não obtiveram aprovação no exame foram desligados de seus cargos. Entre eles, destaca-se o docente do distrito de Lomba Grande, cuja ausência de matrícula suficiente e o insucesso no concurso realizado culminaram na inviabilidade de sua realocação. Portanto, foi necessário proceder à “rescisão do contrato que mantinha com a Prefeitura” (Moraes, 1938e).

Outros dois professores, identificados como Antônia Ramires Silveira e Carlos Oscar Ritter ambos lotados em Sapucaia, também enfrentaram situações similares (Moraes, 1938c, 1938d). Conforme revelam duas correspondências encontradas, a rescisão de seus contratos foi motivada tanto pela escassez de alunos quanto pela decisão de não se submeterem ao concurso realizado no mês de junho anterior.

A realização do exame teve como propósito a avaliação do conhecimento dos professores. Contudo, uma vez concluída a prova, a responsabilidade pela aderência à legislação educacional passou a ser compartilhada com as autoridades locais dos distritos, incumbidas de supervisionar o cumprimento dessas normas por parte dos educadores. Tal supervisão é destacada em uma correspondência dirigida a todos os subprefeitos. Nesse documento, os subprefeitos são instruídos a manterem um olhar atento sobre os professores, verificando a regularidade de sua atuação e seu uso da língua portuguesa: "[...] no que se refere à frequência de professores e o lecionamento dados aos senhores alunos em língua estrangeira" (Moraes, 1938b). Essa vigilância poderia ser facilitada com a colaboração dos moradores próximos às escolas: “enfatizamos a importância de os senhores buscarem informações junto às escolas municipais, consultando os vizinhos acerca da frequência dos professores, visto que, conforme denúncia recebida, eles talvez não cumpram suas funções com a devida assiduidade” (Moraes, 1938b). Além deles, o secretário municipal Carlos de Souza Moraes realizava inspeções nas escolas financiadas pelo município (Moraes, 1938a).

A vigilância permanente no ambiente escolar era uma realidade concreta durante o período em questão. De acordo com a pesquisa de Alessandro Kerber, Claudia Schemes e Cleber Prodanov (2012), os professores tinham a obrigação de supervisionar seus alunos, além disso, seus superiores hierárquicos poderiam efetuar inspeções não agendadas nas salas de aula. Isso reflete a constante vigilância exercida no ambiente escolar da época.

As inspeções podiam ser agendadas ou realizadas sem aviso prévio. O historiador René Gertz (2005, p. 170) relata que o Secretário de Educação, Coelho de Souza, realizava visitas não anunciadas para verificar o cumprimento das determinações oficiais. Durante o Estado Novo, ocorreram várias visitas do Secretário de Educação às escolas de São Leopoldo. Em uma delas, uma visita “surpresa” ao distrito de Campo Bom, o secretário compareceu ao Colégio Sinodal. Ele testemunhou as atividades, examinou minuciosamente o material escolar nas salas e armários fechados, e declarou:

Visitei vários colégios particulares nacionalizados: Colégio Sinodal de Campo Bom, os Colégios Católicos e Sinodal de Sapiranga, no Município de São Leopoldo, e o Colégio Sinodal de Sander, no município de Taquara. Chegando a esses estabelecimentos de surpresa, assistindo aos trabalhos, examinando cuidadosamente todo o material escolar que estava nas classes e nos armários fechados, não encontrei uma só violação da lei de nacionalização do ensino. O Colégio Sinodal de Campo Bom, dirigido pelo professor Poll, é modelar, tanto assim que convidei 4 alunos seus para virem a capital assistir as comemorações da Semana da Pátria e aqui serão hospedados no Palácio do Governo, de acordo com a autorização que recebera do ilustre patriota, que é o Cel. Cordeiro de Farias (DR..., 1939).

A visita inesperada, conforme expressa o discurso, representou uma inspeção de controle e vigilância sobre os estabelecimentos e professores, envolvendo a observação das aulas, uma minuciosa inspeção do material e a certificação de que nada subversivo estivesse escondido nos "armários fechados". Além disso, o relato menciona outra prática do governo: a envio de "caravanas de coloninhos" para a capital, a fim de proporcionar uma experiência completamente brasileira

Outra constante foi a criação de escolas públicas para concorrer com as escolas étnicas. A dedicação à melhoria da infraestrutura escolar e à expansão da rede de ensino é perceptível em uma variedade de documentos. Em uma correspondência encaminhada à prefeitura de São Leopoldo, é evidente que essa comunicação foi disseminada a outras localidades também, discorre sobre a intenção do governo estadual para aprimorar o sistema educacional. De acordo com um comunicado emitido pela Secretaria de Educação estadual, o governo "estava seriamente empenhado em resolver o problema de Instrução Pública", e para isso existia um "plano" em vigor (Souza, 1938b). No entanto, as limitações financeiras do estado impossibilitavam uma solução imediata dos problemas, tornando necessária uma abordagem que se estenderia por um período de dois a três anos. Para um planejamento mais eficaz, era requisitado um relatório que identificasse os "Grupos e Aulas Isoladas" carentes na municipalidade, assim como uma lista das vagas em escolas locais, destacando as áreas que deveriam ser priorizadas. Era sugerido que a preferência fosse dada às regiões atendidas por escolas particulares recentemente nacionalizadas ou que seriam alvo de nacionalização. Além disso, mencionou-se a implementação de novas instituições escolares nas quais o "Estado forneceria professores, mobiliário e material", enquanto a responsabilidade do município se restringiria à provisão do edifício, seguindo as diretrizes do padrão estipulado pela Secretaria das Obras Públicas, e com ênfase em custos reduzidos.

Em outra correspondência, destaca-se a expansão do número de escolas, com informações de que o Governo Federal se "prontificou a construir quatro edifícios amplos". Nesse contexto, São Leopoldo "possivelmente" seria contemplada com "um edifício para sua sede, com capacidade para 500 alunos" (Souza, 1938a). Contudo, para concretizar essa iniciativa, a prefeitura deveria oferecer como contrapartida "o terreno necessário e a construção, junto ao edifício, da calçada e do muro de vedação", sendo o terreno em uma "área mínima de 5.000 metros quadrados" (Souza, 1938a).

Em resposta a essa comunicação, a prefeitura comunica que "este município, por ser um território de colonização germânica, continua merecendo atenção especial dos órgãos públicos

para resolver o desafiador problema da nacionalização do ensino" (Fonseca, 1938). A prefeitura enfatiza a necessidade de estabelecer novas escolas em locais onde escolas particulares eram as únicas opções e em regiões onde a falta de professores era uma realidade:

- [...] o Estado deveria instituir mais três (3) aulas nos seguintes lugares:
- 1) Picada Holanda – 3º distrito, onde funciona uma aula de comunidade;
  - 2) Santa Maria do Herval – 8º distrito, idem, idem;
  - 3) Estrada Júlio de Castilhos – 1º distrito, zona suburbana.
- Atualmente, acham-se vagas as seguintes aulas estaduais, ultimamente criadas:
- 1) Várzea – 1º distrito
  - 2) Wallachay – 4º distrito
  - 3) Picada Verão – 4ª distrito
  - 4) Boa Vista do Herval – 8º distrito
  - 5) Treze Colônias – 9º distrito
  - 6) Joaneta – 9º distrito
  - 7) Macaco Branco – 10º distrito (Fonseca, 1938).

No contexto educacional de São Leopoldo, o compromisso com a nacionalização do ensino era evidente e abrangia desde a formação de docentes até a execução das políticas vigentes, bem como a ampliação das estruturas educacionais. Esse comprometimento era tão visível que foi até destacado em uma reportagem local, enfatizando que a administração municipal tinha a "instrução como objetivo primordial de seu governo" e estava empenhada em inaugurar escolas como parte dos esforços para eliminar o analfabetismo (Oliveira, 1939). Nesse sentido, a próxima seção apresentará uma correspondência de uma comunidade do interior que enfrentou desafios em decorrência da implementação da política de nacionalização do ensino.

### **3. “Em vez de nossos filhos se nacionalizarem, o que é o nosso maior desejo, estão se criando analfabetos”**

A iniciativa que estabeleceu o ensino obrigatório em língua portuguesa e a inclusão de matérias voltadas para o conhecimento da história e geografia do país, além do fortalecimento do sentimento cívico, teve reflexos significativos no município de São Leopoldo, como pode-se perceber através dos dados anteriores.

No cenário educacional no município leopoldense, através das correspondências, percebe-se que diversas escolas ficaram muitas vezes temporariamente sem professores, um desses casos ocorreu na comunidade de Picada Verão, localizada no interior de Dois Irmãos. Uma carta datada de 1939, revela as consequências diretas dessa política educacional. Através desta carta, assinada por 22 membros da comunidade de ascendência alemã, é possível compreender as dificuldades enfrentadas devido à aplicação do projeto de nacionalização e a

busca por auxílio junto ao governo municipal para solucionar a carência de professores na região.

No documento, esses membros destacaram a situação delicada na qual se encontravam devido à falta de professores na região, o que comprometia tanto os estudantes quanto a execução das diretrizes de nacionalização:

Muito estimado Cel. Prefeito, Vossa Excia. que tanto tem feito pelo engrandecimento de nosso Município, e que tanto se tem interessado pelas escolas e a sua nacionalização, pedimos-vos que intervenha junto ao Exma Snr. Dr. Secretário da Educação, para que nos mande uma professora ou professor, temos o prédio escolar e uma casa ao lado para família se tiver, e que, também está à disposição (Closs *et al.*, 1939).

Nesse contexto, o apelo pelo envio de um professor para a localidade denota não apenas as dificuldades concretas, mas também o desejo de manter a continuidade educacional alinhada com os objetivos governamentais de padronização e fortalecimento da identidade nacional.

Através da carta, é evidente que se trata de uma escola comunitária de confissão luterana. O remetente declara que todos na comunidade pertencem ao Sínodo Rio-grandense. Além disso, enfatizam que o professor a ser designado não necessita ser da mesma religião, destacando a prioridade no aprendizado das crianças: "não fizemos questão a que religião pertença a professora, fizemos questão que os nossos filhos aprendam principalmente a ler e escrever o vernáculo". A carta detalha a complexa situação enfrentada há mais de um ano, quando receberam a recomendação do sub-prefeito, autoridade local, para dispensar o professor que não atendia aos critérios aceitáveis na época, principalmente em relação ao ensino do vernáculo.

A instituição escolar até o momento anterior a nacionalização estava atendendo às demandas da comunidade, ministrando aulas em alemão, o que resultou em uma parcela da população não tendo domínio do idioma português. Contudo, diante desse contexto, tal abordagem mostrou-se insuficiente. Um desafio comum da época era a escassez de professores para as regiões rurais, o que também foi vivenciado em Picada Verão.

Nesse contexto, surgiu a iniciativa de abrir uma escola pública na comunidade, uma estratégia empregada pelo governo estadual que visava competir com as escolas étnicas ao oferecer educação gratuita em áreas onde somente essas escolas étnicas operavam. Entretanto, após essa mudança, a comunidade enfrentou dificuldades para manter um professor de forma consistente, conforme relatado na mesma correspondência:

Apesar que foi criada uma escola Estadual, a que, em 1938, os nossos filhos passavam neste ano com apenas 2 meses de aula, dos quais, em julho, 15 dias foram ministrados

pela professora Sta. Osta Müller, que foi quando aqui chegou a professora nomeada pelo Estado. Esta infelizmente não se agradando do lugar, alegou motivos injustos da casa na qual se achava hospedada, para conseguir a sua transferência, e que foi a casa do Snr. Pedro Seib, casa do máximo respeito, boa cozinha, naturalmente simples, mas com todo o asseio. Passados três meses, Vossa. Excia., atendendo aos nossos pedidos, nos enviou uma professora Municipal e que foi a Sta. Emma Josefina quando entrou em férias, essa conseguindo a sua nomeação, foi nomeada este ano para outro lugar, estando nossa aula novamente fechada, assim, em vez de nossos filhos se nacionalizarem, o que é o nosso maior desejo, estão se criando analfabetos, não fosse tão distante mandaríamos nossos filhos a uma escola na Picada São Jacó, mas são duas horas de cavalo, pois já faltam apenas mais 5 meses até o fim do ano letivo (Closs *et al.*, 1939).

Segundo as informações contidas na correspondência, a educação ocupava um lugar de destaque entre os moradores, assim como a necessidade de tornar as crianças parte integrante da nação por meio da aquisição do idioma português. A carta evidencia a preocupação dos moradores diante da situação vigente, que acarretava prejuízos aos estudantes, resultando em interrupções no ano letivo e, conseqüentemente, em lacunas no processo educacional. Reconhecia-se que a proficiência na língua nacional desempenhava um papel fundamental na integração à sociedade brasileira, uma vez que a falta desse domínio havia causado experiências constrangedoras, como ressaltaram os remetentes.

A carta também mencionava casos de membros da comunidade que haviam servido no Exército brasileiro, contudo, esses indivíduos enfrentaram dificuldades decorrentes da ausência do conhecimento no vernáculo:

Já temos filhos reservistas do nosso glorioso Exército, temos outros servindo, atendendo o chamado da Pátria; quando foram incorporados, tanto nós pais, como eles se lembravam dos dias humilhantes pelos quais deveriam passar até poderem se entender com os seus camaradas e atender a voz de comando de seus superiores, digamos humilhantes porque como brasileiros que são, não sabem falar pela dificuldade que encontram para aprenderem a nossa língua (Closs *et al.*, 1939).

É pertinente ressaltar o fragmento “dias humilhantes”, que possivelmente foi mencionado em relação ao serviço militar, o qual tinha a duração de um ano, mas variava para aqueles com diferentes níveis de domínio do português. A permanência se estendia para um ano e meio caso o indivíduo não possuísse habilidades de leitura e escrita em português, e para dois anos se não tivesse fluência na língua (Cancelli, 1994). Além de um período de serviço militar prolongado, aqueles que não compreendiam o português estavam sujeitos a experiências discriminatórias dentro do Exército. De acordo com Bertholdo Weber (1996), houve relatos de soldados de ascendência alemã que foram obrigados a usar uma braçadeira preta, simbolizando luto, por não possuírem proficiência no idioma nacional.

Através da totalidade do conteúdo da correspondência, emerge o cenário de nacionalização do ensino, a dificuldade enfrentada por essa comunidade decorrente da ausência

de proficiência na língua portuguesa, e a inquietação em relação à educação. Além disso, é notável o esforço da comunidade em se integrar à sociedade brasileira, evidenciado pela participação de seus filhos no Exército e pelo cumprimento do "conselho" do subprefeito ao dispensar o professor, alinhando-se com as leis em vigor.

Em uma carta datada de 15 de junho de 1939, quinze dias após a correspondência inicial, um ofício numerado como 180 foi endereçado ao Secretário de Educação Coelho de Souza, no qual se pleiteava a nomeação de um novo professor. Contudo, não há indicações que apontem para a resolução efetiva do problema. Anos mais tarde, em junho de 1944, o prefeito remeteu nova carta ao Secretário de Educação, reiterando a carência de professores nas localidades de Picada Verão e Walachai, situadas no distrito de Dois Irmãos (Fonseca, 1944). Nessa correspondência, é mencionado que, para enfrentar essa adversidade, foram criadas duas unidades escolares municipais nessas localidades. Essa medida foi adotada como resposta a uma situação lamentável que havia causado consideráveis prejuízos para o processo de nacionalização do ensino.

Em síntese, a correspondência proveniente da comunidade de Picada Verão lança luz sobre os desafios e implicações da política de nacionalização do ensino naquele contexto. Através das palavras dos remetentes, é perceptível o esforço da comunidade em se adaptar às diretrizes governamentais, embora tais medidas muitas vezes tenham resultado em dificuldades práticas e prejuízos na continuidade educacional. A busca por professores qualificados e a necessidade de aprender o idioma nacional para uma efetiva integração social emergem como aspectos cruciais.

### **Considerações finais**

A análise das correspondências trocadas pela prefeitura municipal de São Leopoldo durante o período do Estado Novo revela um quadro vívido das políticas educacionais implementadas e dos esforços para concretizar a nacionalização do ensino. A prefeitura empenhou-se em promover a adoção da língua portuguesa e a assimilação dos valores cívicos nacionais. As correspondências destacam o diálogo constante entre a prefeitura e o governo estadual, demonstrando uma preocupação em solucionar desafios e elevar os padrões da educação municipal.

Através desses documentos, observa-se a atenção dada à formação dos professores, à supervisão das atividades educacionais e à criação de escolas adequadas para o alcance dos objetivos de nacionalização.

Ainda, por meio de correspondências de comunidades do interior, podemos vislumbrar a preocupação não só das autoridades, mas de pais com seus filhos, que estavam sofrendo os impactos da nacionalização. Uma comunidade específica do interior, como evidenciado em suas correspondências, expressou apreensão em relação ao impacto da nacionalização em seus filhos. A decisão de dispensar um professor que lecionava em alemão, a partir de uma indicação do subprefeito, desencadeou uma série de dificuldades na busca por professores apropriados. Isso teve implicações diretas na educação das crianças e jovens, alguns dos quais eram posteriormente convocados para o serviço militar.

A análise dessas correspondências proporciona uma visão mais clara da nacionalização do ensino durante o período do Estado Novo. Além disso, demonstra o compromisso das autoridades locais na implementação dessas políticas educacionais. Ao mesmo tempo, essas cartas lançam luz sobre o impacto da nacionalização do ensino na comunidade de São Leopoldo, fornecendo uma perspectiva para compreendermos as transformações sociais e educacionais desse contexto histórico.

## Referências

ATO oficial nº 12 de 20 de maio de 1938. **Correio de São Leopoldo**, São Leopoldo, ano VI, n. 297, p. 2, 4 jun. 1938.

CANCELLI, Elisabeth. **O mundo da violência**: A polícia da Era Vargas. 2ª. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1994. 227 p.

CLOSS, Júlio *et al.* [**Abaixo-Assinado da comunidade de Picada Verão**]. Destinatário: Theodomiro Porto da Fonseca. São Leopoldo, 1 jun. 1939. 1 Carta. Acervo Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

DR. Coelho. **Correio de São Leopoldo**, São Leopoldo, ano VII, n. 362, p. 3, 2 set. 1939.

FONSECA, Theodomiro Porto da. [**Correspondência**]. Destinatário: Coelho de Souza. São Leopoldo, 5 nov. 1938. 1 Carta. Acervo Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

FONSECA, Theodomiro Porto da. [**Correspondência**]. Destinatário: Coelho de Souza. São Leopoldo, 17 jun. 1944. 1 Carta. Acervo Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

GERTZ, René E., **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo, RS: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005. 198 p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento geral do Brasil 1940**: População e Habitação Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 1950. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd\\_1940\\_p20\\_t1\\_rs.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p20_t1_rs.pdf). Acesso em: 27 jan. 2019.

KERBER, Alessandro; SCHEMES, Claudia; PRODANOV, Cleber Cristiano. Memória das práticas educativas durante o primeiro governo Vargas na cidade de Novo Hamburgo-RS. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, ano 2, v. 12, n. 29, p. 139-170, 1



maio 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38790>  
Acesso em: 27 set. 2023.

KREUTZ, Lucio. A escola teuto-brasileira católica e a nacionalização do ensino. *In: MÜLLER, Telmo Lauro (org.). Nacionalização e imigração alemã.* São Leopoldo, RS: Unisinos, 1994. p. 27-64.

KREUTZ, Lúcio. Escolas étnicas no Brasil e a formação do estado nacional: nacionalização compulsória das escolas dos imigrantes (1937-1945). *Poiésis*, Tubarão, v. 3, n. 5, p. 71-84, Jan./Jun. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.19177/prppge.v3e5201071-84>. Acesso em 27 set. 2023.

MORAES, Carlos de Souza. [Correspondência]. Destinatário: Antônia Ramires Silveira. São Leopoldo, 1 nov. 1938d. 1 Carta. Acervo Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

MORAES, Carlos de Souza. [Correspondência]. Destinatário: Carlos Oscar Ritter. São Leopoldo, 1 nov. 1938c. 1 Carta. Acervo Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

MORAES, Carlos de Souza. [Correspondência]. Destinatário: Coelho de Souza. São Leopoldo, 14 out. 1938b. 1 Carta. Acervo Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

MORAES, Carlos de Souza. [Correspondência]. Destinatário: Manoel Ignácio da Silva. São Leopoldo, 1 nov. 1938e. 1 Carta. Acervo Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

MORAES, Carlos de Souza. [Correspondência]. Destinatário: Subprefeitos. São Leopoldo, 22 ago. 1938a. 1 Carta. Acervo Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

MÜLLER, Telmo Lauro. A nacionalização e a escola teuto-brasileira evangélica. *In: MÜLLER, Telmo Lauro (org.). Nacionalização e imigração alemã.* São Leopoldo, RS: Unisinos, 1994. p. 65-74.

OLIVEIRA, Ivone Sérgio de. Alicerces... *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, ano VII, n. 355, p. 2, 15 jul. 1939.

ROSA, Lilian da. Considerações sobre a organização produtiva da Real Feitoria do Linho Cânhamo (1783-1824). *In: XI CONGRESSO DE HISTÓRIA ECONÔMICA*, 2020, São Paulo/SP. *Anais [...]. [S. l.: s. n.]*, 2020. p. 439-454. Disponível em: <https://congressohistoriaeconomica.fflch.usp.br/2020-congresso-anais-digitais>. Acesso em: 25 abr. 2023.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo, SP: Paz e Terra, Fundação Getúlio Vargas, 2000. 405 p.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. *In: PANDOLFI, Dulce. Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 199-228.

SOUZA, Coelho de. [Correspondência]. Destinatário: Theodomiro Porto da Fonseca. Porto Alegre, 15 jul. 1938a. 1 Carta. Acervo Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

SOUZA, Coelho de. [Correspondência]. Destinatário: Theodomiro Porto da Fonseca. Porto Alegre, 21 set. 1938b. 1 Carta. Acervo Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

WEBER, Bertholdo. Um encontro na guerra. *In: FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René (coord.). Nós, os teuto-gaúchos*. Porto Alegre, RS: UFRGS, 1996. p. 240-242.

# **Escola paroquial e escola dominical: influências de uma colonização luterana no sul do Rio Grande Do Sul – Brasil**

Karen Laiz Krause Romig<sup>1</sup>

## **Introdução**

Este texto busca refletir sobre duas práticas educativas: a Escola Paroquial e a Escola Dominical, ambas analisadas no contexto luterano do Sul do Rio Grande do Sul. Os imigrantes e seus descendentes trouxeram os ideais de Lutero, o qual pregava que a igreja deveria educar as crianças da sociedade, oferecendo oportunidades educacionais para todos. Uma característica marcante dos imigrantes alemães e pomeranos<sup>2</sup> e de seus descendentes foi a importância dada à escolarização (Matte, 2009; Kreutz, 1999).

Este estudo faz um apanhado de escritos acadêmicos sobre Escola Paroquial e Escolas Dominicais, buscando demonstrar que quando uma termina a outra ganha força, demonstrando que no luteranismo, a educação sempre teve um destaque. Arelado a isso, é feita uma breve análise documental (Cellard, 2014) de materiais de Escolas Paroquias e Escolas Dominicais da IELB.

Este artigo é direcionado para a colonização germânica e pomerana na região sul do Rio Grande do Sul. Uma região geográfica com forte incidência de igrejas luteranas, e essa recorrente prática do luteranismo está relacionada com a histórica colonização germânica nesta região, e conseqüentemente uma influência educacional neste contexto.

Com a presença luterana neste meio, foram sendo constituídos espaços de educação, visto que nos primórdios da colonização foram constituídas as escolas étnicas ou também escolas paroquiais ou comunitárias. Essas escolas funcionavam junto do prédio da igreja e eram frequentadas por crianças que eram filhos dos membros dessas comunidades. Com o passar dos anos surgiram fatos históricos que auxiliaram para extinção dessas escolas paroquias, como a

---

<sup>1</sup> Doutoranda e mestra em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Licenciada em Geografia e Pedagogia. Membro do CEIHE (Centros de Estudos e Investigações em História da Educação) UFPel. E-mail: karenlaizromig@gmail.com

<sup>2</sup> Provenientes do território da Pomerânia, região localizada no litoral do Mar Báltico, eram descendentes de eslavos e wendes que trabalhavam principalmente na agricultura e na pesca. (Rölke, 1996). Seus descendentes são praticantes da religião luterana. É considerado um grupo étnico com características próprias, mantendo língua e costumes diferenciados de outros grupos étnicos alemães (Weiduschadt; Tambara, 2014).

Nacionalização do Ensino<sup>3</sup> e o surgimento de escolas rurais<sup>4</sup> na região. Com esse enfraquecimento das escolas paroquiais, a igreja começa a pensar em novos espaços que pudessem ser ofertados às suas crianças, e por isso, que aproximadamente a partir da década de 1970 começa a surgir nessa região as Escolas Dominicais.

Este texto é direcionado para o contexto da IELB (Igreja Evangélica Luterana do Brasil), pois ele faz parte de uma pesquisa de maior amplitude que visa estudar sobre a Escola Dominical da IELB. A Igreja Evangélica Luterana do Brasil, em sua origem, estabeleceu-se no sul do Brasil com a denominação de Sínodo de Missouri, uma instituição religiosa fundada nos Estados Unidos por imigrantes alemães. Esta instituição procurou assentar suas primeiras bases nas regiões de Pelotas e São Lourenço do Sul, região localizada ao sul do Rio Grande do Sul, região também conhecida como Serra dos Tapes, em que esses missionários começaram a se estabelecer neste local a partir do ano de 1900 (Weiduschadt, 2007).

Nos primeiros anos da imigração, pela desassistência do governo brasileiro, os imigrantes viram a necessidade de criar suas próprias instituições religiosas, e conseqüentemente criaram também as suas instituições de ensino, ou seja, criaram as igrejas e escolas. Conforme Kuhn e Bayer (2017) a criação e a promoção de escolas paroquiais foi também uma das principais marcas da IELB no primeiro meio século de sua existência no Rio Grande do Sul. Ou seja, a educação na IELB surgiu pela escola paroquial e deu continuidade pela Escola Dominical. Conforme destaca Weiduschadt (2012) “pode-se perceber que a escola dominical foi se fortalecendo na medida em que a instituição Sínodo de Missouri foi perdendo as escolas paroquiais”.

Desta maneira, desde o princípio da colonização germânica no Rio Grande do Sul, houveram na igreja, espaços de educação que foram direcionadas aos membros luteranos, desta forma, este texto trata sobre a relação entre o Luteranismo e a educação, buscando mostrar duas manifestações educacionais dentro da igreja, que foram a Escola Paroquial e a Escola Dominical, e que ambas buscaram a formação religiosa e moral da criança luterana.

## **1. Luteranismo e educação**

---

<sup>3</sup> A nacionalização ocorreu no período do Estado Novo, durante o governo de Getúlio Vargas, com a proibição da língua alemã e pomerana, provocando o enfraquecimento das escolas étnicas das comunidades religiosas. A nacionalização do ensino significou um esforço do governo para a formação de uma consciência nacional entre os cidadãos de núcleos etnicamente homogêneos; houve fechamento de escolas étnicas e destruição de material didático (Müller, 1994).

<sup>4</sup> Alguns anos após o período de nacionalização vão surgindo as escolas rurais de caráter público, o que faz com os filhos dos membros das igrejas luteranas conseqüentemente migrem para o ensino público.

O luteranismo e a educação sempre tiveram uma forte ligação, que esteve relacionada com as ideias de Lutero. As igrejas e escolas eram construídas juntas, como maneira de fortalecer a fé dos imigrantes e seus descendentes, ensinando o caminho que religiosamente era considerado correto. Desta forma, as crianças teriam contato desde cedo com a doutrina religiosa. Como destaca Steyer (1999), nas congregações, as escolas ocupavam prioridade, muitas igrejas surgiram em função da escola, pois isso mantinha a congregação unida e permitia que os filhos de membros das comunidades religiosas tivessem acesso ao ensino escolar.

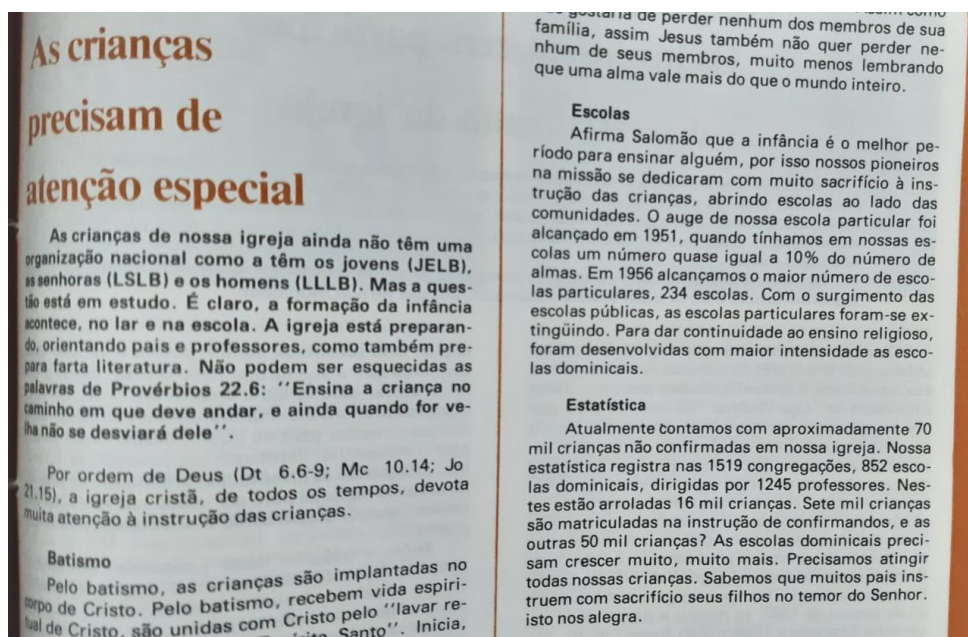
As igrejas luteranas são caracterizadas por serem comunidades, justamente por terem características associativas, pois prestavam serviços para além dos cultos, em que subsidiavam religiosamente a sua comunidade, como confirma Nadalin (2001, p. 183) “a igreja luterana, caracterizada por um associativismo típico, com instituições fundadas e organizadas pelos imigrantes que alimentavam a consciência étnica do grupo”. Isto é, a igreja não seria somente ir ao culto, mas seria uma maneira de atender as famílias em sua integridade. Os imigrantes, quando chegaram ao Brasil, receberam terras até então pouco habitadas para que pudessem construir suas moradias e estabelecer suas lavouras. Além disso, os imigrantes trouxeram as igrejas luteranas e junto delas as escolas étnicas comunitárias, fatos que contribuíram para a constituição de organizações religiosas e escolares no sul do Rio Grande do Sul.

Conforme já mencionado, os princípios doutrinários luteranos advêm dos ideais defendidos por Martin Lutero, reformador da Igreja Luterana, o qual menciona, em suas obras selecionadas, sobre a educação, incentivando que as crianças frequentassem as escolas (Lutero, 2011). Nos mesmo escritos, Lutero reafirma que a escola é o espaço que destina a criança ao caminho de Deus.

Nessa perspectiva, Matte (2009), autor que estuda Lutero, também diz que:

Lutero acreditava que a Igreja não poderia abrir mão da educação de todas as crianças, ou seja, deveria sair de sua clausura e monasticismo, para uma educação universalizante e abrangente para toda a sociedade. Ao mesmo tempo, Lutero procura inculcar uma nova forma de instruir os pais e jovens, através do manual entregue às Igrejas – os Catecismos. Nestes, apresenta uma forma abrangente de educação a qual objetivava preparar a todos para as questões transcendentais bem como procura conduzir os aprendizes a uma interação e intervenção ética na sociedade (Matte, 2009, p. 36).

**Figura 1** - Publicação que trata sobre a importância da educação das crianças luteranas.



Fonte: Mensageiro Luterano, jan/fev, 1980.

Nesta publicação aparece que na visão do Luteranismo as crianças deveriam ter uma atenção especial, e nela aparece que o ensino religioso teve uma continuidade pela consolidação da Escola Dominical. Sendo a criança a futuro da igreja, e por isso, deveria ter um espaço destinado para ela.

De acordo com Salamoni (1995), durante um longo período, desde o início da colonização, no contexto imigratório e colonizador, as escolas paroquiais funcionaram prioritariamente junto das igrejas, enquanto as escolas públicas existiam de maneira remota. O desmembramento entre as igrejas e as escolas começou a se intensificar a partir da década de 1960, em consequência da Nacionalização do Ensino e investimentos em instalação de escolas públicas no meio rural. Com o enfraquecimento e a extinção das escolas paroquiais, ou ditas escolas particulares luteranas, as igrejas precisavam pensar em outras formas de manter as crianças perto de seus ensinamentos. Em tal contexto que as Escolas Dominicais ganham força. Podendo ser denominadas como Escolas Dominicais ou, também, como Escolas Bíblicas, são espaços permeadas por práticas desenvolvidas para envolver as crianças durante o culto, momento em que as crianças recebiam mensagens religiosas de forma lúdica (Weiduschadt, 2007).

No que tange a relação entre igreja e escola, são trazidas as afirmações de Barbosa (2017), que discorre que:

A história da Educação e a história da igreja mostram-se articuladas em determinados momentos, fonte de influências recíprocas. Foi na Idade Média que essa relação se mostrou mais intensa, com a Igreja encarregada da educação escolar, visando à garantia de instrução de seus religiosos e de seus clérigos, que buscavam formar crianças e jovens com aspiração a vida religiosa (Barbosa, 2017, p. 75).

As igrejas e escolas eram construídas juntas, como maneira de fortalecer a fé dos imigrantes e seus descendentes. Dessa forma, as crianças teriam contato desde cedo com a doutrina religiosa. Como destaca Steyer (1999), nas congregações, as escolas ocupavam prioridade, muitas igrejas surgiram em função da escola, pois isso mantinha a congregação unida e permitia que os filhos de membros dessas comunidades religiosas tivessem acesso ao ensino escolar. Contudo, a importância da escola estava centrada nos anos iniciais, ou seja, no ensino primário, em que por muito tempo, a continuidade dos estudos para níveis secundários ou até mesmo de ensino superior não eram almejados pelas famílias, a escolarização era restrita à aquele ambiente da comunidade, até porque, sair da comunidade e ficar longe da família significaria que a criança ou jovem poderia se desvirtuar pelo caminho do mundo, pois a comunidade e a família seriam um local considerado mais seguro, sendo que até a segunda metade do século XX, período em que as escolas paroquiais tiveram forte atuação, a vida das famílias se restringia ao contexto familiar e comunitária, as pessoas pouco se deslocavam até centros urbanos ou outros locais.

### *1.1 Escolas Paroquiais*

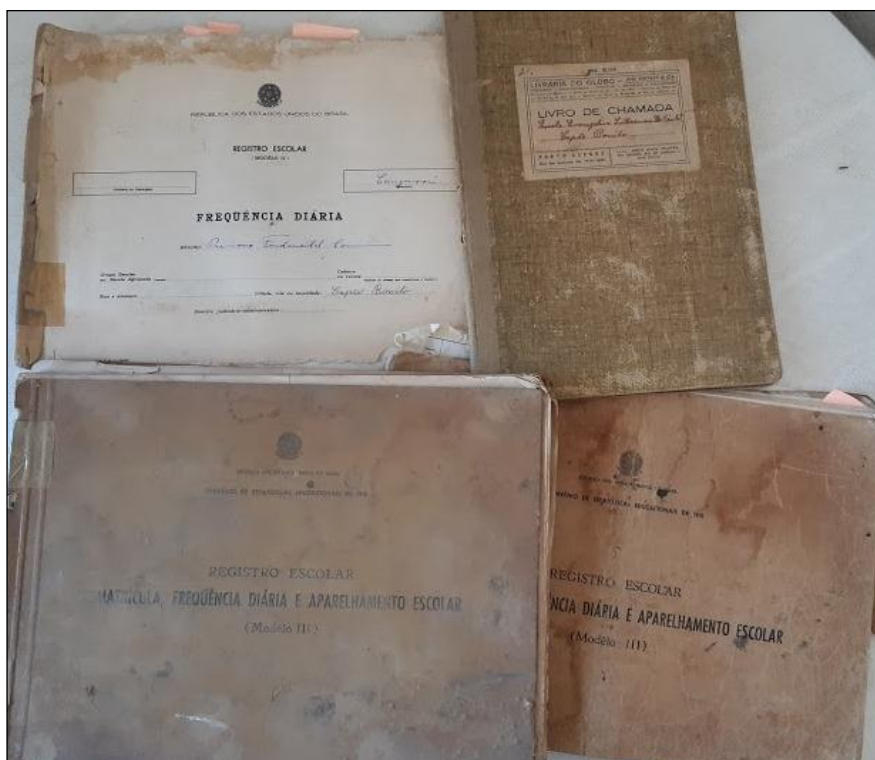
As escolas paroquiais funcionaram junto às congregações religiosas desde o início das atividades da igreja, em que muitas vezes o próprio pastor era o professor da escola. Essas escolas tiveram suas atividades concentradas em língua alemã até o período de Nacionalização do Ensino, mas mesmo após a nacionalização muitas dessas escolas seguiram com suas atividades em língua portuguesa até diferentes períodos. Cada escola teve um período de fechamento distinto, mas a grande maioria dessas escolas teve suas atividades concentradas até as décadas de 1960 e 1970, quando as escolas públicas adentram as regiões mais rurais do Brasil.

Conseqüentemente, com o fim das atividades das escolas paroquiais, a igreja percebe que precisa criar outras estratégias para atrair a participação das crianças para as atividades desenvolvidas na congregação. Dessa maneira, a Escola Dominical ganha força no luteranismo, com o enfraquecimento das escolas paroquiais, a exemplo do Sínodo de Missouri, que investe na prática das Escolas Dominicais após o declínio das escolas paroquiais (Weiduschadt, 2012). Esse investimento na consolidação das Escolas Dominicais consiste também na estruturação de

uma rede de formação de professores para atuarem nessas escolas, bem como na elaboração de materiais didáticos destinados aos alunos e professores.

O Sínodo de Missouri, foi uma instituição que procurou enfatizar a formação de um campo religioso a fim de demarcar uma escolarização expressiva dentre os sujeitos das comunidades. No projeto do Missouri era necessário propagar suas doutrinas através da educação. A escola foi um dos meios para alcançar esses objetivos (Weiduschadt, 2007). A seguir são apresentados alguns documentos de uma escola paroquial pertencente ao Sínodo de Missouri.

**Figura 2** - Fontes selecionadas da Escola Evangélica Luterana São Paulo do Capão Bonito, interior do município de Canguçu-RS.



Fonte: Material cedido para fins de pesquisa acadêmica, 2019.

Pode-se entender que a Escola Paroquial visava uma formação seriada, em que as crianças tinham um currículo a ser seguido, a aprendiam leitura e escrita, matemática e ensino religioso. Como visto na imagem, aparecem registros escolares, livros de frequência e matrícula, frequência diária dos alunos, livro de chamada, ou seja, a escola paroquial tinha um controle sobre seus alunos, e possivelmente os professores tinham que prestar contas sobre o que acontecia no desenvolvimento das aulas.

Por serem essas escolas localizadas junto da igreja, direta ou indiretamente a proximidade com a instituição religiosa interferia no processo de ensino e aprendizagem, bem como no próprio comportamento dos alunos. Assim, Weiduschadt e Castro (2015) dizem que:

As escolas denominadas confessionais, ou seja, aquelas organizadas por comunidades ligadas a uma instituição religiosa marcaram presença entre comunidades de imigração alemã, em especial, no Rio Grande do Sul. Na região meridional do Estado, as comunidades de imigrantes, em sua maioria constituídas por pomeranos, mantinham as formas de organização comunitária da escola relacionada com a religiosidade (Weiduschadt; Castro, 2015, p.175).

Desta maneira a própria organização comunitária, contribuía para que a igreja e a escola tivessem suas atividades interligadas. Além disso, Kreutz (1994, p. 149) ressalta que “o currículo dessas escolas estava organizado de forma que as crianças aprendessem o essencial para o bom entrosamento na vida das comunidades rurais, tanto sob o aspecto religioso e social, quanto do trabalho”. Desta forma, a escola paroquial luterana foi uma instituição responsável pela formação de muitos sujeitos que viveram na região da Serra dos Tapes-RS.

## *1.2 Escolas Dominicais*

Para falar sobre a Escola Dominical, é necessário conhecer um pouco sobre a sua história, seu contexto de consolidação, bem como perceber os caminhos percorridos pela Escola Dominical até ela chegar ao Brasil e mais especificamente ao luteranismo.

As Escolas Dominicais são percebidas enquanto espaços educativos, de cunho religioso. Também é importante observar que, conceitualmente, dentro das igrejas, elas são consideradas como capazes de preparar os fiéis para serem cidadãos que poderiam ter uma vida regida pelos ensinamentos de Deus, seu objetivo é que as crianças possam estar próximas aos ensinamentos da doutrina religiosa.

Para saber sobre o surgimento das escolas Dominicais, são utilizadas autoras como Rodrigues (2007) e Junge (2004), que em suas respectivas produções trataram sobre temas voltados para a Escola Dominical e também denominado em alguns momentos pela expressão “Culto Infantil”. Conforme definições de Rodrigues (2007, p.28) “a Escola Dominical surge na Inglaterra no contexto histórico-social da revolução industrial, do desenvolvimento científico, da reforma agrária que impulsiona as famílias pobres a viver nas cidades”. Ainda, nessa perspectiva, a autora esclarece a figura e a intencionalidade com que surgem as Escolas Dominicais na Inglaterra:

Em 1780, na Inglaterra, Robert Raikes observa o grande número de crianças empobrecidas, brincando na rua, e é informado que aos domingos este número é ainda



maior, porque também as crianças precisavam trabalhar muito durante a semana, sem oportunidades para aprender a ler e escrever. Raikes, que era gráfico, imprime livros de histórias e contrata mulheres<sup>5</sup> para contar as histórias às crianças. Sua preocupação com as crianças trabalhadoras abre-lhes uma possibilidade alternativa de alfabetização (Rodrigues, 2007, p.28).

Como mencionado na citação anterior, a Escola Dominical teve seu surgimento na Inglaterra e depois disso se difundiu por diferentes partes do mundo por meio de diferentes denominações religiosas. Sobre a história de Robert Raikes, a autora Junge (2004, p.17-18), trata que:

O surgimento da Escola Dominical é atribuído ao tipógrafo e editor Robert Raikes (1736 – 1811), que pertencia a igreja episcopal<sup>6</sup>[...] Raikes iniciou este trabalho em julho de 1780, a partir da preocupação com o futuro das crianças de sua cidade. Muitas crianças trabalhavam nas fábricas durante seis dias da semana, não tendo a oportunidade de aprender a ler e escrever, uma vez que a obrigatoriedade da frequência escolar só passou a ser exigida a partir de 1870 na Inglaterra.

Na afirmação anterior, percebe-se que a Escola Dominical, surge como uma ação e instituição que visava ocupar as crianças aos domingos, com atividades de alfabetização como ler e escrever, e com o tempo evoluíram para atividades de formação didático-religiosa. Ainda, segundo Junge (2004, p.19), “Raikes reuniu crianças pobres desamparadas e incumbiu voluntários a habilitá-las a ler, ensinar histórias bíblicas e o catecismo. Tratava-se de uma espécie de escola popular gratuita”.

A Escola Dominical constitui-se como uma característica das igrejas protestantes. Ela configura-se como uma organização educacional caracterizada pelos ensinamentos bíblicos e pela doutrina de cada uma das igrejas protestantes. A expressão “dominical” pode estar relacionada ao fato de muitas vezes acontecer aos domingos. Criada em 1780, por Robert Raikes, na Inglaterra, a Escola Dominical surgiu com o propósito de evangelizar crianças que ficavam sem atividade durante os domingos. Esta também surgiu como objetivo de alfabetizar por meio da Bíblia e do catecismo, além de ministrar aulas de religião, com a intenção de reformar a sociedade, modificando o caráter por meio dos ensinamentos bíblicos (Nascimento, Bertinatti, 1992).

No Brasil, as Escolas Dominicais surgem mais tarde, com iniciativas do que se chamou de Protestantismo de Missão ou protestantismo missionário é a designação da qual se utilizam Mendonça e Velasques Filho (1990) que escrevem que o protestantismo que se instalou no

---

<sup>5</sup> O papel feminino enquanto professoras de escolas dominicais/cultos infantis tem destaque. Ao longo da pesquisa sobre a Escola Dominical Luterana, percebeu-se que a docência feminina na Escola Dominical tem destaque.

<sup>6</sup> Denominada também como Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB). A Igreja Anglicana é a mais antiga igreja não católica romana no Brasil.

Brasil a partir de 1850, quando vieram missionários (principalmente norte-americanos) para o Brasil com a finalidade explícita de propagar a sua fé. Foi através desses missionários que se instalaram no Brasil a Igreja Congregacional, a Presbiteriana, a Metodista, a Batista e a Episcopal (Mendonça, Velasques Filho, 1990). Desta forma, no Brasil, a Escola Dominical surgiu por meio de diferentes denominações religiosas e somente após a década de 1960 e 1970 que a mesma passa a se popularizar no meio Luterano.

Entende-se que suas ações da Escola Dominical são responsáveis pela formação e preparação escolar e religiosa de muitas crianças luteranas. A partir da década de 1970, a IELB começou a organizar dentro de um Departamento de Educação Paroquial, uma Comissão de Escola Dominical, que tratou da formação de professores, em sua grande maioria, docentes mulheres. Nesta Comissão, havia a consolidação de Cursos, Congressos e materiais escritos elaborados com orientações para a atuação dos professores na Escola Dominical. Havia também a consolidação de materiais destinados aos diferentes públicos infantis que a Escola Dominical atendia. Esses materiais foram se diversificando, visto que a Escola Dominical é uma ação que ainda acontece atualmente.

Na imagem a seguir, aparecem alguns dos materiais fornecidos pela IELB para serem utilizados por alunos e professores na Escola Dominical:

**Figura 3** - Diversos materiais elaborados pela IELB para serem utilizados por professores e alunos da Escola Dominical.



Fonte: materiais dados para fins acadêmicos.

Esses materiais possuem um caráter lúdico e colorido, provavelmente no intuito de chamar a atenção da criança. Apresentam muitas imagens bíblicas, sempre simbolizando o ensino religioso, e também relaciona as imagens bíblicas com as imagens das crianças, demonstrando que por meio da Escola Dominical a igreja e seus ensinamentos podem estar próximos das crianças.

### **Considerações finais**

Entende-se que a presença da Escola Paroquial e Dominical no território gaúcho ao longo da história foi influenciada pelo processo da colonização alemã e pomerana que aconteceu no sul do Rio Grande do Sul. Tal colonização trouxe o Luteranismo para a região. Com isso, juntamente com as instituições religiosas, surgiram tais práticas educativas, que deixam suas marcas em diferentes contextos sociais e culturais.

As Escolas Paroquiais tinham um caráter de educação escolarizada e curricular, que buscava uma formação curricular, com leitura, escrita, matemática e formação religiosa do sujeito. Já a Escola Dominical surge para que a criança e o jovem pudessem ter um espaço na igreja, em que se almejava a formação religiosa do sujeito, com o ensinamento dos princípios religiosos da doutrina luterana.

Entende-se que a Educação das crianças, iniciou-se a partir das ideias de Lutero. E ao longo da história, o Luteranismo e suas vertentes, como a IELB, se organizaram de diferentes maneiras, seja pela Escola Paroquial ou pela Escola Dominical, almejando que as crianças fossem atendidas e que os ensinamentos religiosos fossem para elas transmitidos.

### **Referências**

- BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro. **As origens do Direito a Educação**: Martinho Lutero e a Reforma Protestante. Curitiba: CRV, 2017.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 4º ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 295-316.
- JUNGE, Letícia Bencke. **Cânticos no Culto Infantil e na Escola Dominical**: experiências nas comunidades da IECLB de Cianorte e Joinville (1968-1981). (Dissertação de Mestrado) São Leopoldo: EST/IEPG, 2004.
- KREUTZ, L. A representação de identidade nacional em escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul. **Revista História da Educação**, Pelotas, p.141-164, 1999.
- KREUTZ, Lúcio. Escolas de imigração alemã no Rio Grande do Sul: perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. (org.). **Os Alemães no sul do Brasil**: cultura, etnicidade e história. Canoas: ULBRA, 1994.

LUTERO, Martinho. **Obras Selecionadas- Ética:** fundamentos; oração. Sexualidade, educação e economia v. 5. 2ª ed. Tradução de Martin Dreher, Editora Sinodal, São Leopoldo, 2011.516 p.

MATTE, Hubert. **O Luteranismo Desbotado:** um estudo sobre as Escolas Luteranas na região metropolitana de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Faculdade de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. 207 p.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao Protestantismo no Brasil.** São Paulo: Loyola, 1990.

MÜLLER, Telmo (org.). **Nacionalização e Imigração alemã.** São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.

NADALIN, Sergio Odilon. **Imigrantes de Origem Germânica no Brasil:** ciclos matrimoniais e etnicidade. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001. 249p. 2ª ed.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. BERTINATTI, Nicole. A Escola Dominical Presbiteriana: disseminação de saberes e práticas educativas. **Revista da FAEEBA:** educação e contemporaneidade / Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I – v. 1, n. 1, jan./jun, 1992 - Salvador: UNEB, 1992.

O MENSAGEIRO LUTERANO. Porto Alegre. Casa Publicadora Concórdia. Janeiro/fevereiro, 1980.

RODRIGUES, Marlize Wischral. **Formação continuada de educadores cristãos:** Vivendo a fé cristã no Culto Infantil. 2007, 115 f. Dissertação de Mestrado Profissionalizante (Mestrado em Teologia) Instituto Ecumênico de Pós-Graduação Religião e Educação, São Leopoldo, 2007.

RÖLKE, Helmar Reinhard. **Descobrendo raízes, Aspectos Geográficos, Históricos e Culturais da Pomerânia.** Vitória: UFES. Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1996.

SALAMONI, G. ACEVEDO, H. ESTRELA, L. **Os Pomeranos:** Valores Culturais da Família de Origem Pomerana no Rio Grande do Sul – Pelotas e São Lourenço do Sul. Pelotas: Editora Universitária, 1995.

STEYER, Walter. **Os imigrantes alemães no Rio grande do Sul e o Luteranismo:** a fundação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil e o confronto com o Sínodo Rio-Grandense, 1900-1904. Porto Alegre: Singular, 1999.

WEIDUSCHADT, P.; CASTRO, R. B.; Instituições escolares e imigração na região colonial de Pelotas/RS (1928 - 1953). **História Unicap**, v. 2, n. 4, jul./dez. 2015.

WEIDUSCHADT, P.; TAMBARA, E.; Cultura escolar através da memória dos pomeranos na cidade de Pelotas, RS (1920-1930). **Cadernos de História da Educação.** Pelotas. v. 13, n. 2, p.687- 704. 2014.

WEIDUSCHADT, Patrícia. **A revista "O Pequeno Luterano" e a formação educativa religiosa luterana no contexto pomerano em Pelotas - RS (1931 - 1966).** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2012.

WEIDUSCHADT, Patrícia. **O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX:** identidade e cultura escolar. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

# **CULTURA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO**

# Imigrantes poloneses e ucranianos e a “construção” da paisagem em Irati – PR

Geovana Neves Nokozeck<sup>1</sup>

Karla Rosário Brumes<sup>2</sup>

## Introdução

Falar sobre movimentos migratórios também é falar sobre a configuração da paisagem urbana atual. Neste sentido, o presente trabalho analisou brevemente os motivos que ocasionaram a imigração polonesa e ucraniana ao Brasil e, conseqüentemente, os elementos que ainda aparecem na paisagem urbana e que configuram a paisagem urbana do município de Irati – PR.

A discussão da paisagem é um tema antigo na Geografia, como aponta Schier (2003) a interpretação do que é uma paisagem diverge nas múltiplas abordagens geográficas. Observa que existem certas “tendências” nacionais que entendem que o conceito depende das influências culturais e discursivas entre os Geógrafos. A geografia alemã, por exemplo, introduziu o conceito da paisagem como categoria científica e a compreendeu até os anos 1940 como um conjunto de fatores naturais e humanos. Os autores franceses, sob influência de Paul Vidal de la Blache e Jean Rochefort, caracterizaram a *paysage* (ou o *pays*) como o relacionamento do homem com o seu espaço físico. Hoje em dia a ideia da paisagem merece mais atenção pela avaliação ambiental e estética, sendo um produto cultural resultado do meio ambiente sob ação da atividade humana.

A pessoa que migra de um lugar para o outro, carrega consigo uma trajetória que vai muito além do espaço percorrido. Portanto, seu direito a mobilidade não deve ser considerado apenas mudar de lugar, ele deve ser considerado numa perspectiva de melhoria de vida. Para ser imaginável entender essa trajetória, marcante nas vidas constituídas por essa mobilidade, Teixeira; Braga e Baeninger (2012) pontuam o termo “migrantes sazonais” ou migrantes temporários. Que se baseia no sentimento de nostalgia, onde o migrante se considera fora da sua área ou onde não se aprecia em seu lar. Isso acontece quando os migrantes possuem laços com dois ambientes, um fisicamente e outro mentalmente. Portanto, seu processo de reintegração ainda não está conclusivo para ele, tornando-se temporal, onde se vive na

---

<sup>1</sup> Mestranda em Geografia, na linha de pesquisa – Espaços Urbanos e Rurais, pela Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, bolsista Capes. E-mail: geonokozeck@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Geografia – Universidade Estadual do Centro – Oeste. E-mail: kbrumes@gmail.com.

marginalidade de duas situações sociais. Mesmo que em termos populacionais seja classificado como migrante definitivo, seus desejos e ambições permanecem em outro território.

Quando o indivíduo migra, ele carrega consigo toda sua riqueza histórica de características capaz de transformar seus futuros espaços, fazendo não apenas uma mudança espacial, mas sim uma mudança em toda a sociedade, carregando consigo todo o complexo que faz uma nacionalidade ser diferente da outra. Toda essa diferença constitui o nosso processo de urbanização.

[...] a migração não é importante apenas para as pessoas que trocam de local de domicílio. Ela é também decisiva em muitos outros aspectos como: no desenvolvimento de regiões e países, no crescimento populacional de cidades, na troca de experiências e tecnologia entre povos etc. As pessoas mudam quando migram. As regiões também mudam quando os indivíduos migram (Golgher, 2012, p. 6).

Portanto, seu direito a mobilidade não deve ser compreendido apenas no mudar de lugar, ele deve ser considerado numa perspectiva de melhoria de vida, onde se encontra numa sociedade que sabemos que não é sempre que possível essa possibilidade. Dito isso, consideramos a afirmação de Jacumasso (2009, p. 20) “[...] vale ressaltar que no Brasil são vários modos de vida que se entrecruzaram e que formam o que hoje podemos chamar de uma nação multicultural. São os vários brasis que se encontram.”.

## **1. Migrações e as configurações nas paisagens urbanas**

A migração enquanto fenômeno/processo é fundamental, entre outras coisas, na configuração das paisagens urbanas. Essas, enquanto espaço dinâmico, ao serem analisadas em conjunto com as migrações, mostram diferenciações, experiências e códigos advindas dos diversos grupos sociais. Observamos espaços onde os indivíduos chegam compartilham de outras identidades, outros códigos e signos onde se produz um encontro entre duas culturas como afirma Ferreira (2019).

Analisando esse encontro de culturas gerado pelo processo migratório no início do século XX em Irati – PR, este trabalho elencará diferentes tópicos, que em conjunto apresentam os diversos fatores importantes para consolidação do espaço urbano e rural de Irati, onde os fatores políticos e culturais foram muito significativos para essa atual formação.

### *1.1 Antecedentes históricos da migração polonesa*

Segundo Zakrzewski (2015), devido à localização onde a Polônia se encontrava, figura 1, essa sofreu diversos embates territoriais por séculos, como a invasão do seu território por seus vizinhos Rússia, Prússia e Áustria.

**Figura 1** - Polônia partilhada entre os invasores (1795).



Fonte: Kamiński e; Korkuc (2016).

Após a invasão do território polonês, Rússia, Prússia e Áustria, passam exercer um papel de repressão extrema sobre a sociedade polonesa com intuito de destruição da sua cultura e dos seus valores. Segundo Kamiński e Korkuc (2016, p. 52):

A queda do levantamento trouxe outra onda de repressão. Milhares de pessoas foram mortas, dezenas de milhares expatriadas para a Sibéria e tiveram seus bens confiscados. Na zona de ocupação russa foi reforçada a russificação da sociedade polonesa. O mesmo na zona prussiana com a germanização – dentro do programa chamado Kulturkampf – também com combate ao catolicismo. Terras foram expropriadas dos agricultores poloneses. Em ambas as ocupações, a língua polonesa fora subtraída das escolas [...].

Desta forma, Zakrzewski (2015) descreve essas condições do país ocupado por mais de um século marcam profundamente o povo polonês, com a longa resistência à repressão e a perseguição religiosa e que sem terras para trabalhar se transformavam em mão de obra barata para os grandes proprietários, sujeitando-se à miséria e sem perspectivas de melhoras. O que acrescentou o número de óbitos de crianças, doenças endêmicas como tifo, cólera e disenteria,



dizimando, assim, a população. Essas condições foram desencadeadoras das emigrações de pessoas do seu país de origem.

### *1.2 Antecedentes históricos da migração ucraniana*

Segundo Boruszenko (1967), a migração ucraniana no Paraná pode ser vista em 3 etapas distintas. A primeira, nos fins do século XIX, quando os ucranianos estavam sobre o domínio da Áustria. Sobretudo lavradores da Galícia e Bukovina, em consequência da superpopulação agrária e as más condições socioeconômicas, abandonaram suas terras e mudaram-se para outros países, entre os quais o Brasil e, particularmente, o Estado do Paraná.

A segunda etapa da imigração ucraniana aconteceu após a Primeira Guerra Mundial, onde os nacionalistas ucranianos trabalharam arduamente para restabelecer os alicerces do seu Estado, fundindo os dois governos e proclamando em 2 de janeiro de 1919, em Kiew, a unificação dos dois Estados Ucranianos numa só República. Porém, o governo que proclamou esta união não teve forças para manter e o ato da unificação.

Na Ucrânia Oriental, os russos estabeleceram o seu controle. Quanto à Ucrânia Ocidental era originalmente intenção da Conferência de Paz, de Paris, autorizar o direito de autodeterminação e governo próprio. Entretanto, em 1923, foi reconhecida a soberania da Polônia sobre este território. Estes acontecimentos causaram grande êxodo dos ucranianos para o Ocidente e uma parte deles é que veio ao Paraná.

A terceira etapa da imigração ucraniana abrangeu mais de 200 mil pessoas, entre operários, prisioneiros de guerra, refugiados, políticos, soldados da primeira divisão ucraniana e outras formações militares, que tiveram que resistir a forte opressão dos aliados ocidentais que se comprometeram e Yalta a repatriar todos os cidadãos soviéticos, porém, essa cláusula foi abolida em 1945, e sobre a proteção jurídica da ONU foi construída a UNFRA (*United Nation Relief and Repatriation Administration*), substituída em 1947 pela IRO (*International Reffugie Organization*) que foram responsáveis por sustentar materialmente todos os refugiados e depois auxiliaram a sua imigração para outros países. A maior parte deles, seguiu para os EUA, Canadá, Brasil, Argentina e outros países americanos. No Brasil, o estado que mais acolheu estes imigrantes foi novamente o Paraná.

Segundo Babbar (2008), os ucranianos sofreram o “Holocausto Ucraniano”, ocorrida entre 1932 e 1933, na qual morreram entre cinco e sete milhões de ucranianos. Além do genocídio, houve numerosas deportações para a região da Sibéria. O genocídio é lembrado anualmente, no mês de novembro, nas comunidades ucranianas espalhadas pelo mundo. Além

disso, quando a Ucrânia foi submetida ao regime comunista russo, a manifestação religiosa da Igreja Católica Ucraniana foi sufocada, e se manteve como “Igreja do Silêncio”, ocorrendo diversas perseguições aos sacerdotes, e diferentes assassinatos de bispos em campo de concentração.

[...] a civilização ucraniana é uma das mais antigas da humanidade. Entre outras características, a história da Ucrânia é conhecida, em grande parte, pelas invasões que ocorreram naquele país. Por ocasião das invasões, a Ucrânia, “viveu sempre entre dois extremos, ora como importante centro político e cultural europeu, ora completamente destruído. A isso, convém sublinhar que essa certa instabilidade era um dos principais motivos para o povo ucraniano migrar para outros países (Jacumasso, 2009, p. 21).

Segundo Ramos (2006), os ucranianos passavam períodos em outros países antes de virem para o Brasil, esperando encontrar uma oportunidade para a sua saída. Alguns grupos saíram clandestinamente de seus países, e na maioria das vezes trocando de sobrenomes e se fazendo passar por poloneses, austríacos ou até mesmo como russos para que desse modo pudessem se deslocar com segurança pelos países vizinhos até que encontrassem o momento propício para a emigração. A troca de nacionalidade era um meio para as repressões serem minimizadas.

### *1.3 Poloneses e ucranianos no Brasil, no Paraná e em Irati*

A abolição da escravatura no Brasil em 1888 e, conseqüentemente, a escassez de mão de obra para a agricultura fez com que o governo brasileiro incentivasse a vinda de imigrantes para o país. Babbar (2008, *apud* Balhana, 2003a) afirma que o primeiro estímulo para as migrações ocorreu com o decreto de 25 de novembro de 1808, assinado por D. João VI, que concedia aos imigrantes porções de terras no sistema português de sesmarias.

Sendo conveniente ao meu real serviço e ao bem público aumentar a lavoura e a população que se acha muito diminuta neste Estado; e por motivos que me foram presentes: Hei por bem, que aos estrangeiros residentes no Brasil se possam conceder datas de terra por sesmarias pela mesma forma, com que segundo minhas reais ordens se concedem aos meus vassallos, sem embargo de quaisquer leis e disposições em contrário. A mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e o faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1808 (Babbar, 2008, p. 16 *apud* Balhana, 2003a, p. 247).

Zakrzewski (2015) aponta que no fim do século XX, o governo brasileiro reforça mais ainda os incentivos para a vinda de migrantes no país, desenvolvendo propagandas imigratórias na imprensa de folhetos prometendo arcar com custos referentes às passagens e alimentação. Ação que foi também responsável por atrair diversos grupos de imigrantes, em sua maioria os

menos qualificados, excluídos dos novos processos industriais e agrícola, como artesãos, trabalhadores agrícolas e operários.

Dentre estes diversos grupos, eram também encontrados poloneses que eram motivados pela propaganda a respeito da fartura de terras, clima favorável e esperança de encontrar uma vida melhor. Já o interesse do Brasil com os imigrantes da Polônia vinha pelo fato de serem na maioria camponeses com tradições milenares no trato da terra, o que na época praticamente não existia no Brasil.

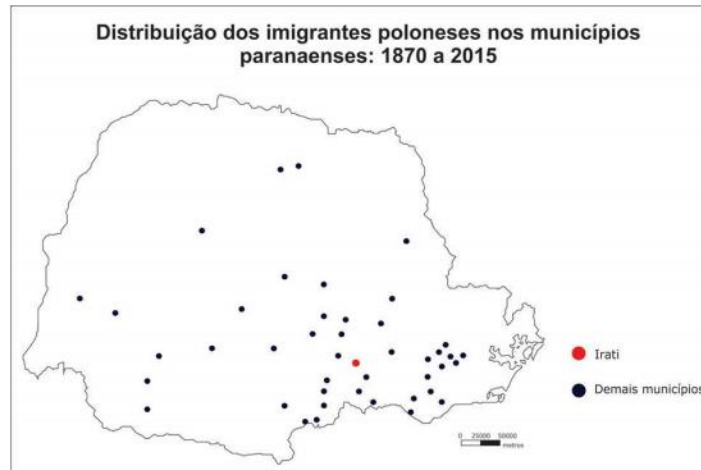
Jacumasso (2009) elenca outro motivo para o incentivo da imigração ao Brasil, onde era necessária a força do imigrado para o país melhorar sua produção agrícola e assim aumentasse sua exportação, pois na época o Brasil importava mais do que exportava, o que gerava um déficit na balança comercial. Isso deixa claro a tentativa de atrair para o Brasil pessoas que trabalhassem no cultivo da terra, trazendo e implantando conhecimentos dos países europeus. Portanto, é possível perceber que a imigração para o Brasil favorecia ambos os lados, tanto no interesse de povoar as terras brasileiras e trazer mão de obra, como no outro lado, o povo ucraniano saindo de suas terras aonde foram por tanto tempo oprimidos e miseráveis.

Porém, o governo brasileiro não disponibilizou instrumentos agrícolas e sementes suficientes para os imigrantes puderem trabalhar adequadamente. Além de não possuírem instrumentos agrícolas para trabalho e sustento, a vida desses imigrantes foi muito difícil, passando muitas vezes por ilusões e enganações.

[...] a história da imigração é praticamente a saga do próprio imigrante e ela começa no momento em que ele se despede da sua casa. Com os poucos recursos que conseguia, era enganado o tempo inteiro. Não falava língua nenhuma, a não ser a dele, pois os camponeses que vieram para o Paraná nas primeiras leva migratórias não tinham terras, sendo, portanto, pobres, além de contarem com pouca ou nenhuma instrução escolar. Na verdade, a maioria era de analfabetos. Dificilmente eram acompanhados por pessoa mais experiente. Eram por vezes enganados pelos próprios agentes de imigração, quando, por exemplo, embarcavam para São Francisco da Califórnia e desciam em São Francisco do Sul, em Santa Catarina (Orgliari, 1999, p. 61).

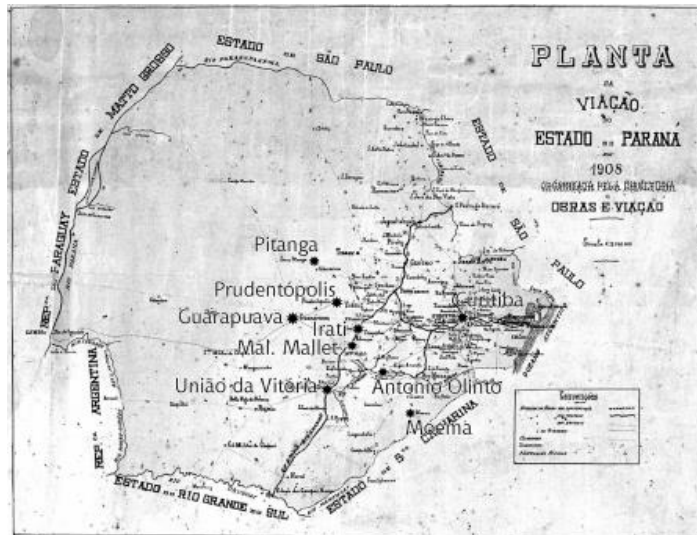
O período entre 1908 e 1914, marca é considerado aquele em que mais imigrantes eslavos se instalaram no Paraná. De início, eles recebiam lotes cobertos de mata virgem que deveriam ser transformados em terra produtiva. As figuras 2 e 3 apresentam onde as migrações tanto polonesas quanto ucranianas foram distribuídas.

**Figura 2** - Distribuição dos imigrantes poloneses no Paraná (1870-2015).



Fonte: Reis (2009, p. 9) apud Fillus (2014).

**Figura 3** - Mapa do Paraná (1908) locais das instalações dos migrantes ucranianos.



Fonte: Coletânea de Mapas históricos do Paraná apud Babbar (2008, p. 29).

Em relação à história do município de Irati, Fillus (2008) descreve a ocupação da região, quando ainda denominada Covalzinho, a qual pertencia ao município de Imbituva, recebe os trilhos da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e instalado o serviço de telégrafo (1900). A partir daí, a estação ferroviária recebeu o nome Iraty<sup>3</sup> e a denominação Covalzinho, gradativamente, começou a desaparecer.

A partir de então, toda a região se tornou um grande entreposto comercial, no qual os moradores de outros lugares vinham até o local para vender e embarcar produtos agrícolas, erva-mate, farinha de milho, toucinho, charque sal, tecidos, ferramentas, entre outras mercadorias. Desta maneira, a estação de Irati além de facilitar o

<sup>3</sup> O nome do município Irati era primeiramente escrito com y no final. Em 1936, houve a mudança para a letra i.

transporte, comércio, comunicações foi responsável por atrair imigrantes (Zakrzewski, 2015, p. 67).

A partir da ferrovia, Irati passou a se desenvolver. Conforme Babbar (2008, p. 30), “entre 1908 e 1914, os ucranianos que aportaram no Brasil vinham motivados pela campanha de construção da estrada de ferro que conectava São Paulo ao Rio Grande do Sul”.

A ferrovia foi muito importante para o desenvolvimento da cidade, de acordo com Teleginski (2012, p. 26) “atraiu sapateiros, alfaiates, barbeiros, seleiros, carpinteiros, relojoeiros, ferreiros, marceneiros, carpinteiros, farmacêuticos e outros trabalhadores que estabeleciam suas lojas e oficinas pelo município”. A partir disso surgem estabelecimentos em torno da estação ferroviária que atendiam a clientela em trânsito das regiões próximas de Guarapuava para despachar cargas na estação ou até mesmo realizar negócios com os residentes de Irati.

#### *1.4 Elementos da cultura polonesa na paisagem de Irati*

A chegada dos poloneses no Brasil se deu em meio a muitas dificuldades, onde na maioria das vezes as moradias eram construídas com o que havia no próprio lote, como afirma Zakrzewski (2015, p.48) “[...] a construção das moradias foi realizada com material encontrado na própria propriedade: barro, palha, madeira, não eram utilizados pregos para a construção, pois isso mantinha o antigo sistema da Polônia”. Assim, os poloneses começaram a implantar suas culturas e modificar os locais onde foram inseridos, e que apesar das passagens de vários anos desde a chegada desses imigrantes, ainda é possível encontrar essas características culturais.

Uma das invenções polonesas que foi um sucesso e se popularizou por todo o Brasil foi a carroça, se tornando uns dos meios de transportes mais utilizados no passado. Devido à crescente globalização tecnológica dos meios de transporte, hoje em dia ela não é muito utilizada, mesmo assim, algumas famílias do meio rural ainda possuem, mesmo que bastante antiga, uma carroça em suas propriedades.

Ainda na agricultura, os poloneses introduziram a cultura da batatinha inglesa e do trigo a produção foi tão grande que nos anos 50 Irati foi considerada a "Capital da Batata". Nos dias atuais, o município de Irati continua se destacando na produção de batata, no entanto, o seu cultivo passa a ser realizado não apenas por famílias de origem polonesa (Spejorin, 2007 *apud* Zakrzewski, 2015, p. 73-74).

Um dos imigrantes que foram muito importantes para a estruturação comercial de Irati, segundo Wasilewski (2021)<sup>4</sup> foi João Wasilewski, que aos 13 anos deixou a Polônia e em 1916, com 17 anos de idade, comprou a padaria do seu patrão, onde trabalhou por dois anos, a Padaria Iraty<sup>5</sup>.

Em 1920, João Wasilewski inaugurou o Cine Theatro Central, o primeiro cinema da cidade, além de ser um dos fundadores da sociedade-escolar Wolnosc, juntamente com José Smolka, fundador do Clube do Comércio, Clube dos Operários, Maçonaria, Rotary Clube, auxiliou na construção de igrejas, do monumento da Nossa Senhora das Graças, da sede da APAE. Também foi secretário do Cônsul Polonês em nossa cidade, figura 4.

**Figura 4** - Visita do Cônsul Geral da Polônia em Irati (1929).



Fonte: Folha de Irati, 2021.

Outro importante papel para a cultura polonesa foi Józef Smolka, que segundo Smolka; Neto e Pabis<sup>6</sup> (2021), doou terreno, madeira e trabalhou para o funcionamento da Escola Polonesa<sup>7</sup> e a Igreja São Miguel (Igreja dos Poloneses). Em 1959 iniciam-se os projetos de construção de um novo clube, a antiga escola de madeira, deu lugar a um edifício com uma arquitetura mais aprimorada, o que conhecemos até hoje como o Clube Polonês.

---

<sup>4</sup> Descendente de João Wasilewski.

<sup>5</sup> É atualmente o local da Panificadora Irati, onde é governado por um proprietário de outra família.

<sup>6</sup> Em comemoração aos 150 anos da Imigração Polonesa no Paraná, a Braspol, em parceria com o jornal Folha de Irati, se juntam para conta a história de Józef Smolka.

<sup>7</sup> Na escola, além dos estudos, também, eram celebradas festas que expressavam cultura e tradições polonesas, por meio do grupo de teatral "Cavalaria Polonesa Junak" e da banda de música "Lyra Musical Iratiense". A escola era frequentada não só por filhos de imigrantes, mas também de outras etnias.

Segundo Zakrzewski (2015, p.83) sobre a logotipo pintada nas paredes da atual construção do clube “a arquitetura remete às construções polonesas, à arte dos beirais de lambrequins<sup>8</sup>, bem como o uso das cores oficiais do clube (azul e branco), somados à cor vermelha (menção à Bandeira Polonesa)”. Atualmente, nesse clube ocorrem diversos eventos, que abrangem tanto as pessoas do município de Irati, como serve como atrativo para pessoas de outras regiões, pois conta com aniversários, casamentos, apresentações, *shows* e eventos próprios da cultura polonesa (figuras 5 e 6).

**Figura 5** - Logotipo do clube Polônês.



Fonte: Nokozeck, (2021).

---

<sup>8</sup> Elemento arquitetônico decorativo aplicado no beiral da construção.

**Figura 6** - Entrada do Clube Polonês.



Fonte: Nokozeck, (2021).

Devido à solicitação do primeiro padre para atender os poloneses, e a construção da Igreja São Miguel, ambos feitos por Józef Smolka temos até hoje a capela São Miguel como importante centro religioso católico na cidade. A igreja que antes era feita de madeira, deu lugar a construção de uma estrutura com materiais mais aprimorados, possibilitando o encontro de culturas e realizações de cerimônias como cultos, batizados, casamentos, uma das celebrações mais conhecidas é a missa de Czestochowa<sup>9</sup>, comemorada no dia 26 de agosto, figura 7.

---

<sup>9</sup> Descendentes, e até mesmo não descendentes, levam alimentos em uma cesta coberta com pano. Essas cestas ficam dispostas próximas ao altar e na hora marcada o padre faz a bênção das cestas com orações e água benta. Os alimentos das cestas guardam uma simbologia sendo consumidos no café da manhã seguinte: a manhã da ressurreição.



**Figura 7** – Entrada da Capela São Miguel.



Fonte: Nokozeck, (2021).

Também é possível encontrar outros elementos da cultura polonesa em Irati, como nas residências, assim, por mais que exista a homogeneização da cultura, com o passar dos tempos, ainda existem elementos que podem ser observados, como jardins coloridos com diferentes flores e hortaliças, telhados mais verticais e lambrequins no entorno dos telhados. Segundo o entrevistado 1<sup>10</sup>: “Algumas casas com cumeeira alta e lambrequins e cores bem vivas e tons fortes. Muitas casas em madeira, com sua arquitetura típica, cores vivas e desenhos feitos com stencil ou moldes vasados”.

---

<sup>10</sup> Descendente de polonês, 58 anos em entrevista realizada em 07/06/2021. CAAE: 35782920.2.0000.8967

**Figura 8** - Lambrequins comumente feito nas casas de poloneses e seus descendentes (casa localizada na Rua Cel. Grácia, Centro de Irati).



Fonte: Nokozeck, (2021).

Outro elemento polonês que temos na cultura de Irati, é o programa “*Godzina Polska*” (em polonês, hora da Polônia), que foi ao ar pela primeira vez em 16 de junho de 1985. O programa de rádio é apresentado por uma descendente de polonês e vai ao ar todos os domingos das 11h às 12h. Onde é exibido músicas folclóricas e populares da cultura polonesas e notícias sobre a Polônia. Segundo a entrevistada 2 diversos elementos ricos da cultura polonesa são reforçados a cada ano na cidade:

Eu gostava muito de folclore, já tinha assistido algumas apresentações folclóricas e amava as danças, as músicas. Eu comecei a convidar alguns poloneses e começamos a fazer reuniões para ver o que podia surgir a mais na cidade né, é, quem sabe um grupo folclórico, alguma organização e foram dando as ideias até que deram a ideia de construir o Centro de Tradições Polonesas 3 de maio, que surgiu em 86 [...] Como eu era a presidente do Centro de Tradições 3 de maio, também era dançarina e apresentava o programa, então eu era um elo entre o grupo e a rádio porque eu divulgava todas as festas polonesas, as nossas atividades, pirogadas, apresentações folclóricas, a gente ia dançar em outras cidades, comentava antes, que ia ter a festa tal, e nós estaríamos presentes, o pessoal pedia para a gente divulgar outras festas polonesas ou de igreja. Então eles pediam para eu divulgar e era um prazer então divulgar e ajudar as pessoas a terem sucesso com suas organizações e suas festas. E assim, as notícias que eu tinha, algumas notícias sobre os poloneses, alguma notícia lá da Polônia, alguma visita que vinha lá da Polônia eu levava lá no programa entrevistava, até hoje se tiver um polonês na cidade o pessoal já me liga [...]<sup>11</sup>

### *1.5 Elementos da cultura ucraniana na paisagem de Irati*

Mattos e Martins (2013) afirmam que em Irati, a ação da Igreja entre os ucranianos iniciou pelas localidades do interior, principalmente nas regiões de Itapará e Gonçalves Junior, onde eram atendidos pelos Padres Basilianos que vinham de Prudentópolis que percorriam as

---

<sup>11</sup> Descendente de polonês, 47 anos em entrevista realizada no dia 09/06/2021. CAAE: 35782920.2.0000.8967

colônias nos finais de semana celebrando missas, batizados e casamentos. Já com o aumento da população no município, foi construída uma pequena capela situada na Rua Coronel Grácia, denominada como “Igreja Imaculado Coração de Maria”, funcionou por mais de 25 anos nesse local, até que foi construída uma nova e maior.

A Paróquia Imaculado Coração de Maria, assim como outras Paróquias do Rito Ucrâino-Católico estão subordinadas à Diocese ou Eparquia de São João Batista situada em Curitiba. A Catedral Ucrâino-Católica de São João Batista faz parte da Arquidiocese de Curitiba, assim como outras Dioceses do Rito Latino. Atualmente responde pela Eparquia Dom Volodemer Koubetch – Bispo Eparca, auxiliado por Dom Meron Mazur – Bispo auxiliar (Mattos; Martins, 2013, p. 8).

Na Paróquia Imaculado Coração de Maria, a celebração principal ocorre aos domingos de manhã sendo rezada no idioma ucraniano do Rito Oriental Bizantino Católico. Apenas as intenções, os avisos e o sermão do padre é que são realizados em português. Já no sábado à noite, a mesma missa é rezada no idioma português. O padre realiza de costas para o público e virado para o altar, em sinal de deferência a cristo. Sua estrutura segue um pouco com a arquitetura das igrejas bizantinas, com cúpulas metálicas e arredondadas em seu topo. Segundo Mattos e Martins (2013, p. 12) “uma parte dos descendentes ucranianos que professavam a fé ortodoxa acabou por aceitar e se incorporar à Igreja Católica do mesmo rito, somente em alguns locais, onde havia um grupo mais consistente é que ainda se fazem presente”, figura 9.

**Figura 9** - Paróquia Imaculado Coração de Maria.



Fonte – Nokozeck, (2021).

Da parte dos ucranianos, especificamente, destacam-se as missas do rito ortodoxo, rezadas ainda na língua de herança, e as haïlkas, que são brincadeiras, com cantos e danças populares, realizadas durante o período pascal (Corbari, 2012, p. 120).

Segundo o entrevistado 3, descendente de ucraniano que teve como primeira língua ensinada e falada a ucraniana, antes mesmo de aprender o português, que relata um dos elementos culturais que existiam na região e que mais deixaram saudades:

Vários elementos com o passar do tempo foram se extinguindo um desses elementos é “Koliadá” que é uma antiga tradição na qual os ucranianos saiam em grupos (adultos, crianças, mulheres e homens) período natalino para levar a mensagem de Natal por meio de cantos na língua ucraniana a todas as famílias descendentes. Nesta, levavam uma estrela anunciando a chegada de Jesus com badalar dos sinos. Com o passar do tempo a língua ucraniana passou a ser falada apenas pelos mais velhos e a tradição das Koliadás aos poucos foi deixada pelos mais jovens por não falarem mais o idioma.<sup>12</sup>

A preservação da língua ucraniana na cidade de Irati e região, mesmo após passadas décadas desde a chegada dos imigrantes, ainda é bastante presente, e a igreja tem ao longo do tempo papel importante nesse processo.

Jacumasso (2009) afirma que, ainda na comunidade de Iraparã, alguns alunos quando chegam à escola, com aproximadamente seis anos, não usam da língua portuguesa, pois, em casa, a família usa apenas a língua ucraniana para se comunicar. Esta é uma realidade não apenas de Itaparã, como de Irati e outras regiões também.

Outro elemento que atua como importante na cultura ucraniana de Irati é o Grupo Folclórico *Ivan Kupalo*, formado por pessoas de todas as idades, e que vestem trajes relacionados a cultura ucraniana, ensaiam e apresentam diversas coreografias nos eventos do município de Irati e em até outras cidades e estados. Jacumasso, (2009) explica o significado do nome “Ivan Kupalo” como um santo que representava os fenômenos da natureza (chuva, vento, trovões e raios). Jovens costumavam fazer grandes festas em oferenda a *Ivan Kupalo*, em busca de realizações amorosas, os homens saltavam em cima da fogueira e as mulheres ofereciam velas às ninfas protetoras dos lagos, pois acreditavam estar ligados a Ivan Kupalo, e penduravam seus *Vinothok*<sup>13</sup> nos galhos das árvores, e assim, eles conheceriam seus futuros amores com o consentimento de Ivan Kupalo.

Segundo o entrevistado 4:

Eu entrei no Ivan Kupalo quando tinha uns oito ou dez anos de idade, na parte infantil do grupo, dancei durante dois anos e saí. Voltei em 2016 para o grupo e já na parte adulta e desde 2016 eu tenho dançado, agora estamos fazendo uma pausa, por causa da pandemia a gente não está conseguindo se encontrar para ensaiar. Os ensaios são realizados no pavilhão da igreja ucraniana, onde tem um pavilhão para festa e um espaço pensado já para o grupo, palco, camarim, tudo certinho. A gente se reunia uma vez por semana e quando chegava perto dos eventos, festivais e noite ucraniana, a gente se reunia no sábado e no domingo daí, para dar um gás nos ensaios. A gente faz

---

<sup>12</sup> Descendente de ucraniano, 28 anos em entrevista realizada no dia 19/05/2021. CAAE: 35782920.2.0000.8967

<sup>13</sup> Coroa de flores que simboliza a feminilidade.

várias apresentações ao longo do ano, mas as mais tradicionais são a Noite Ucraniana que é feita pelo grupo ucraniano toda noite, normalmente em novembro ou outubro, é uma noite típica onde a comunidade prepara a comida e as decorações, a gente faz o jantar e depois o espetáculo de dança. Outro evento que tem todo ano é o Festival Nacional de Danças Ucranianas, que ocorre todo ano em uma cidade diferente, já teve aqui em Irati, foi em 2013 ou 2014, eu não participava do grupo nessa época, mas o Ivan Kupalo faz a abertura e o encerramento do festival.<sup>14</sup>

Outro elemento importante, ainda destacado pelo entrevistado 4, refere-se aos tipos de dança que geralmente ocorrem no grupo. Como a *Previt*<sup>15</sup> (dança de boas-vindas) e a *Hopak* (dança de encerramento). Machula e Volski (2015) ilustra essas danças, formada por pares, onde o homem fica o tempo todo ao lado esquerdo das mulheres, significando que o coração delas esteja sempre protegido. A entrevistada ainda diz que, no grupo, aprendeu várias danças que representam os diferentes territórios da Ucrânia, como nos territórios que se localizam mais pertos da Rússia, onde a dança se apresenta parecida com a dança russa.

### **Considerações finais**

O município de Irati – PR é hoje constituído por diferentes grupos sociais e etnias, os quais buscam manter costumes e tradições de seus ascendentes, dando a cidade um local de apreciações de diferentes culturas que podem ser observadas em sua atual paisagem. Esta paisagem é responsável, também, por descrever diversos elementos importantes das culturas advindas do município, as quais o trabalho visa analisar com mais minuciosidade para uma maior compreensão dos diferentes elementos culturais para a população da cidade.

As emigrações feitas no século XIX e XX por poloneses e ucranianos em direção a diferentes países, principalmente ao Brasil, foram muito árduas, pois os imigrantes saíram de seus países de origem quase obrigados devido as severas repressões que eram acometidos. Portanto, pode-se considerar esse fluxo migratório como algo que vai muito além das condições econômicas, pois por trás desse fluxo de poloneses e ucranianos que vinham em direção ao Brasil, encontrava-se uma situação de domínio de outros países em seus territórios.

Hoje, esses descendentes de imigrantes que vivem em Irati, compartilham e inserem uma relação de interação multiculturalista com diversos grupos sociais, ainda que alguns anos tenham passado e determinados costumes e tradições tenham ficados para trás, as relações culturais polonesas e ucranianas se apresentam de forma intensificada em Irati, compondo grande parte da população que ainda se faz pertencente a costumes, religiões, significados e

---

<sup>14</sup> Descendente de Ucraniano, 22 anos em entrevista realizada em 07/06/2021. CAAE: 35782920.2.0000.8967

<sup>15</sup> Saudação ao pão e sal.

gostos, mesmo não sendo descendentes diretos da cultura, acabam abrangendo esses elementos ao seu cotidiano.

## Referências

BABBAR, Lara Janek. **Características, transformações e adaptações da música religiosa ucraniana no Paraná**. Dissertação (Mestre em Música) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

BUROSZENKO, Oksana. A imigração Ucraniana no Paraná. **Anais do IV simpósio nacional dos professores universitários de História - ANPUH**, Porto Alegre, 1967.

CORBARI, Clarice Cristina. Crenças e Atitudes Linguísticas de Falantes de Irati (PR). **Estud. Ling.**, Londrina, 2012.

FERREIRA, Denis. **Migração e paisagem: missionários na comunidade de Queimadas em Palmeira-PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Centro Oeste, Guarapuava, 2019.

FILLOS, Leoni Maloninski. **Educação Matemática em Irati - PR: memórias e histórias**. Dissertação (Mestrado em Matemática) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

GOLGHER, André Braz. Fundamentos da migração. **Texto para discussão n° 231**, Belo Horizonte, 2004.

JACUMASSO, Tadinei Daniel. **Diversidade linguística, cultural e políticas linguísticas: estudo de uma comunidade ucraniana de Irati/PR**. Dissertação de mestrado (Mestre em Letras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2009.

KAMIŃSK, Lukasz; KORKUĆ, Maciej. **1050 anos- Guia pela história da Polônia de 996 a 2016**. Varsóvia, 2016.

MATTOS, Gilsemar Arivaldo de; MARTINS, Mario de Souza. Identidade e cultura: os ucranianos em Irati. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**, [s. l.], 2013.

MACHULA, Daline; VOLSKI, Verônica. Dança, tradição e cultura: Resgate Histórico de um grupo de dança folclórica ucraniana. **Repertório**, Salvador, p. 203-216, 2015.

ORGLIARI, Marlene Maria. **As condições de resistência e vitalidade de uma língua minoritária no contexto sociolinguístico brasileiro**. Orientador: Prof. Dr. Paulino Vandresen. Tese de doutorado (Doutor em linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

RAMOS, Odinei Fabiano. **Ucranianos, poloneses e “brasileiros”**: fronteiras étnicas e identitárias em Prudentópolis/PR. Dissertação (Mestre em História). São Leopoldo: Unisinos, 2006.

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na Geografia. **Raega - O espaço geográfico em análise**, Curitiba, 2003.

SMOLKA, José Tadeu; NETO, Herculano Batista; PABIS, Leticia H. A grande liderança de Józef Smolka. *In: Folha de Irati*, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://www.folhadeirati.com.br/noticia/a-grande-lideranca-de-jozef-smolka>. Acesso em: 6 abr. 2021.

TELEGINSKI, Neli Maria. **Bodegas e bodegueiros de Irati - PR na primeira metade do século XX**. Dissertação (Mestre em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

WASILEWSKI, Pedro Henrique. O pioneiro do cinema, João Wasilewski. *In*: PABIS, Letícia H. **Folha de Irati**, 12 mar. 2021. Disponível em: <https://www.folhadeirati.com.br/post/o-pioneiro-do-cinema-joao-wasilewski>. Acesso em: 13 jan. 2021.

ZAKRZEWSKI, Gilmara. **A paisagem urbana de Irati-PR: uma análise a partir da imigração polonesa**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Centro Oeste, Guarapuava, 2015.

# Memória empresarial e investimento étnico em uma família de elite teuto-brasileira: o museu Hering na encruzilhada entre a etnicidade e a diversidade<sup>1</sup>

Lucas Voigt<sup>2</sup>

## Introdução

A Cia. Hering foi fundada em 1880 em Blumenau, na região do Vale do Itajaí (Santa Catarina), pelos imigrantes Hermann e Bruno Hering, oriundos da região da Saxônia, na Alemanha. De acordo com Seyferth (2004, p. 161-2): “Os Hering não eram imigrantes comuns e não vieram para Blumenau como aspirantes a um lote colonial: pertenciam à pequena burguesia alemã e começaram sua vida como comerciantes e depois industriais”. A família Hering descendia de uma longa linhagem de mestres de tecelagem e malharia, integrando as “camadas médias” alemãs. Em virtude de dificuldades econômicas na pátria natal, Hermann Hering decidiu emigrar para o Brasil, chegando a Blumenau em 1878. Dois anos mais tarde, estabeleceu a *Gebrüder Hering*, primeira indústria têxtil de Blumenau e pioneira na fabricação de artigos de malha no país (Hering, 1987; Colombi, 1979; Seyferth, 1999; Broos & Socorro, 1980).

Em seus primórdios, as atividades da empresa eram realizadas em ambiente doméstico, empregando mão de obra familiar, sobretudo das filhas e dos filhos de Hermann Hering. O maquinário da firma era importado da Alemanha, de indústrias nas quais integrantes da família realizavam estágios de estudo. É válido pontuar que, na Cia. Hering, verificavam-se práticas de contratação de funcionários orientadas segundo princípios de solidariedade étnica, sendo recrutados como operários os membros de famílias locais e conhecidas. Por fim, deve-se registrar que o capital da empresa, até a década de 1960, era exclusivamente familiar e que, ao longo de quase toda a sua história – até mesmo após a venda de boa parte das ações da família na bolsa de valores, em 2007, bem como da aquisição da companhia por outro grupo empresarial, em 2021 –, a mesma foi administrada e dirigida por sucessivas gerações do grupo familiar. Esse conjunto de fatores possibilita imputar à história da Cia. Hering as características

---

<sup>1</sup> O artigo apresenta alguns resultados da tese de doutorado realizada pelo autor, intitulada *Memória e consagração social: as estratégias de elites empresariais “alemãs” no Sul do Brasil* (Voigt, 2022b).

<sup>2</sup> Doutor em sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com estágio sanduíche na University of Illinois at Urbana-Champaign (UIUC). Atualmente, é professor substituto de Sociologia no Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Campus Palmas. E-mail: [lucas.lvoigt@gmail.com](mailto:lucas.lvoigt@gmail.com).



de uma indústria étnica, fundada por imigrantes alemães, em que as dimensões empresarial e familiar mostram-se imbricadas, e na qual as relações com a pátria natal e os laços de solidariedade étnica desempenharam um papel crucial nos negócios.

Em meados da década de 1910, a Hering já era um empresa consolidada e capitalizada, constituindo-se na maior malharia da América Latina (Broos & Socorro, 1980; Colombi, 1979). Mais recentemente, a partir da década de 1990, a empresa executou um processo de desindustrialização e desverticalização, passando a empregar como estratégia de negócios o conceito de marca e as vendas no varejo. Atualmente, a Cia. Hering configura-se como uma das mais expressivas empresas brasileiras do ramo têxtil, do vestuário e da moda, representando uma das marcas mais reconhecidas no país.

No ano de 2010, por iniciativa de integrantes da família Hering e de funcionários da companhia, foi inaugurado o Museu Hering, instituição museológica dedicada à preservação e à promoção da memória sobre a empresa e a família. O Museu Hering é administrado pela Fundação Hermann Hering (FHH), órgão dedicado às práticas de responsabilidade social e ambiental da companhia. A FHH é mantenedora também do Centro de Memória Ingo Hering (CMIH), entidade que opera como reserva técnica do Museu Hering.

Tendo em vista, de um lado, que a Cia. Hering foi fundada por dois imigrantes de origem alemã e que está dotada das características de uma indústria étnica, controlada por uma família teuto-brasileira que desenvolveu sua trajetória na colônia de Blumenau; e, de outro lado, que o Museu Hering é dedicado à história e à memória da Cia. Hering e da família Hering; o presente artigo tem por objetivo dar resposta ao seguinte questionamento básico e central: de que modo as origens alemãs da família e da empresa e a própria etnicidade teuto-brasileira são representadas, reivindicadas e acionadas na narrativa de memória veiculada pelo Museu Hering e pelas iniciativas levadas a cabo pela Fundação Hermann Hering?

Para o desenvolvimento da argumentação, em termos metodológicos, o artigo se baseia em um conjunto diversificado e articulado de técnicas de pesquisa. Em primeiro lugar, deve-se mencionar a análise da narrativa expográfica do Museu Hering, executada com base em uma etnografia digital do espaço museológico. De modo correlato, foi indispensável à construção do argumento e da análise uma consideração acerca das publicações de cunho histórico e biográfico patrocinadas pela família Hering, bem como das publicações institucionais veiculadas pelo Museu Hering e pela Fundação Hermann Hering.

## **1. A atuação cultural da família Hering e o investimento na germanidade**

Para além de uma expressiva atuação e de uma posição de elite no campo econômico, a família Hering demonstra uma notável e duradoura inserção no universo intelectual e cultural ao longo da sua trajetória. Uma consideração acerca de alguns personagens e acontecimentos no contexto da vasta atuação cultural da família Hering é relevante, na medida em que tais agenciamentos atestam um claro engajamento com a germanidade, através da gestação de práticas e de manifestações culturais e artísticas que contribuíram de modo consciente para a afirmação e a promoção da etnicidade teuto-brasileira.

Na literatura biográfica patrocinada pela Hering, pode-se constatar um nítido esforço de afirmação do espírito cultural da família. Em Broos & Socorro (1980, p. 18), por exemplo, menciona-se o amor de Bruno Hering por Goethe – especialmente “[...] o *Fausto*, que sabia quase que inteiramente de cor”. Na obra alusiva aos 75 anos da empresa, é evocada a paixão de Hermann Hering pela literatura, pelo teatro e pelo canto. Ademais, a obra menciona o fato de Bruno Hering ter instalado uma biblioteca para os funcionários na sede da Hering e que, em função da baixa aderência à iniciativa, o próprio Bruno realizava a leitura em voz alta para os empregados (*Os 75 anos...*, 1955, p. 16).

Em trabalho que analisa o papel da literatura teuto-brasileira para a construção da identidade cultural no contexto de Blumenau – isto é, da literatura produzida em idioma alemão por imigrantes alemães e seus descendentes, que tematiza a questão da colonização –, Seyferth (2004) aponta para a existência de uma relativa “efervescência” em termos dessa produção literária, especialmente entre o período após a I Guerra e as campanhas de nacionalização, mais especificamente até o ano de 1939. De modo geral, já nos primeiros anos da colônia foram criados espaços para o exercício das sociabilidades e de práticas culturais e artísticas – como as *Schützenvereine* (sociedades de atiradores), as sociedades de canto e o teatro (Seyferth, 2004).

Na esfera da produção literária, Gertrud Gross-Hering representa a “mais conhecida das autoras teuto-brasileiras” (Seyferth, 2004, p. 161). Filha de Hermann Hering, Gertrud nasceu na Alemanha em 1879, tendo imigrado a Blumenau em 1880, onde faleceu em 1968. Gertrud Hering foi autora de contos e romances que tomavam a colônia como universo ficcional. Seus textos eram publicados em jornais como o *Der Urwaldsbote* (de Blumenau, que era de propriedade de um primo, Gustav Arthur Koehler) e o *Brasil Post* (de São Paulo). Ademais, teve peças de sua autoria encenadas no teatro da cidade (o *Frohsinn*); sua própria residência tinha um palco para apresentações musicais e teatrais, ao passo que seu marido, Richard Gross, era músico amador (Seyferth, 2004).

Sobre Gertrud Gross-Hering, Seyferth afirmou:

Talvez seja uma das representantes mais perfeitas do universo burguês alemão do século XIX, recriado em Blumenau na virada para o século XX: as famílias em ascensão social, com enriquecimento na atividade industrial e comercial, burilaram a tradição cultural instituída desde os tempos iniciais da colonização por Hermann Blumenau, formando pequenas bibliotecas particulares, promovendo reuniões literárias e musicais em âmbito privado e nas associações (Seyferth, 2004, p. 182).

Seyferth (2004, p. 162) argumenta que os Hering recebiam livros e revistas diretamente da Alemanha, além de estarem habituados à apreciação e ao consumo cultural de literatura, música e teatro. No que se refere especificamente ao teatro, a família Hering teve envolvimento com uma sociedade teatral, criada em 1860 e que, a partir de 1885, passou a empregar o nome *Frohsinn*. Verificava-se em Blumenau uma intensa atividade teatral amadora na primeira metade do século XX, com a encenação de peças em alemão por membros da comunidade local, bem como apresentações de companhias teatrais provenientes da Alemanha, o que foi interrompido durante a I e a II Guerras Mundiais (Poethig, 1980; Seyferth, 2004).

A *Frohsinn* teve surgimento no interior da *Schützenverein* de Blumenau (criada em 1859), sendo posteriormente desmembrada e passando a possuir sede própria, construída em 1895-1896<sup>3</sup>. A Sociedade Teatral *Frohsinn* deu origem à Sociedade Dramático Musical Carlos Gomes (Teatro Carlos Gomes), destacada entidade cultural blumenauense em atividade até os dias atuais. A principal articuladora responsável pela fundação do teatro, segundo a história local, foi Roese Gaertner, casada com um sobrinho do Dr. Hermann Blumenau, Victor Gaertner, que ocupou a função de Cônsul da Alemanha<sup>4</sup> (Seyferth, 2004; Poethig, 1980).

De acordo com Seyferth (2004), o elenco do grupo teatral era composto por membros da elite urbana local. Desde seus primórdios, integrantes da família Hering estiveram envolvidos com o teatro, fazendo parte do quadro de atores. Podemos mencionar, de modo não exaustivo: Bruno, Hermann e Minna Hering, da primeira geração; todos os irmãos da segunda geração, isto é, Paul, Elise, Johanna, Nanny, Margarete, Max, Gertrud e Curt Hering; Felix, Kaete e Isolde Hering, da terceira geração; entre outros (Poethig, 1980).

Em 1920, Nanny (Hering) Poethig ocupava a função de *régisseuse* do grupo, cargo que ocupou por vários anos. No ano de 1936, a presidência da sociedade teatral passou a ser ocupada por Curt Hering, ao passo que Nanny permanecia na função de diretora teatral. Deve-se pontuar

---

<sup>3</sup> Nas memórias de Gertrud Gross-Hering, afirma-se que, enquanto o teatro surgiu da “elite”, a *Schützenverein* era uma associação pertencente a toda população (Gross-Hering, [195-], p. 13). Essa parece ter sido uma das principais razões para a separação ocorrida entre o teatro e a sociedade de atiradores, conforme sugerido por Poethig (1980, p. 161).

<sup>4</sup> Para informações detalhadas sobre a história e as atividades da sociedade teatral, consultar o texto de Nanny (Hering) Poethig (1980), publicado originalmente em 1950, no livro do centenário de Blumenau, e reproduzido em Broos & Socorro (1980); e, também, o interessante trabalho organizado por Schmidt-Gerlach (2019), que apresenta registros iconográficos e fotográficos do corpo teatral local da sociedade, bem como das companhias estrangeiras que nele se apresentavam.

que a aquisição e a doação do terreno para a nova sede do teatro, em 1935, foram realizadas pela Hering, que contribuiu ainda financeiramente para as obras de construção (Poethig, 1980; Broos & Socorro, 1980, p. 40). O conservatório de música do Teatro Carlos Gomes, criado em 1949, foi nomeado em homenagem a Curt Hering. Sabe-se ainda que o filho de Curt, Ingo Hering – bem como o filho deste, Dieter Hering – também fizeram parte da diretoria e/ou presidiram o teatro.

Por fim, pode-se mencionar que a família Hering teve envolvimento na comissão dos festejos do 25 de julho em Blumenau em 1934 e, posteriormente, na Federação 25 de Julho, criada em 1936 (Frotscher, 2003). Tal envolvimento é mais um dos indícios comprobatórios do investimento em germanidade por parte do grupo familiar ao longo da sua trajetória. A organização de festejos na data comemorativa da imigração alemã no Brasil – o “25 de julho”, dia que é considerado como marco simbólico da imigração, quando chegaram os primeiros colonos em São Leopoldo (RS), em 1824 –, promovidos em diversas regiões e cidades de colonização germânica no país com o objetivo de celebrar a memória da imigração alemã, teve como resultado a fundação no Rio de Janeiro de uma importante instituição cultural ligada à promoção da germanidade, a Federação 25 de Julho, que tinha dentre seus objetivos nacionalizar os festejos da data, além de fomentar manifestações culturais e artísticas ligadas ao *Deutschtum*<sup>5</sup>.

Frotscher (2003, p. 99 *et seq.*) nos informa que a comissão dos festejos do dia do colono em Blumenau, em 1934, contou com a participação de Ingo Hering e Felix Hering. Ademais, Curt Hering era o encarregado dos assuntos da Federação 25 de Julho na cidade. Seu filho, Ingo Hering, assinou um texto no livreto *Unser ist heute der Tag! Festbüchlein zum 25. Juli* (“Hoje é nosso o dia! Livreto festivo ao 25 de julho”), publicado pela editora de Gustav Arthur Koehler, em junho de 1937, em alusão aos festejos do 25 de julho daquele ano. De modo significativo, Ingo Hering defende no texto a teuto-brasilidade – isto é, a dualidade elementar entre cultura alemã e cidadania brasileira –, aponta as vantagens econômicas que os alemães traziam ao Brasil, além de indicar a necessidade de um “sindicato cultural” que aglutinasse os descendentes de alemães, isto é, a própria Federação 25 de Julho<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> A entidade foi desmobilizada durante as campanhas de nacionalização e recriada como Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, em 1951. Para informações sobre a Federação, consultar, por exemplo: Gertz (1987), Goodman (2015), Frotscher (2003) e Voigt (2021).

<sup>6</sup> O texto é interessante em sua forma, construído no formato de um diálogo socrático, em que dois personagens debatem; o primeiro deles defende a necessidade de manutenção do *Deutschtum*, sendo questionado pelo segundo personagem que, em face aos argumentos expostos, acaba por concordar com o primeiro. Uma análise pormenorizada do texto de Ingo Hering, com excertos vertidos ao português, pode ser encontrada em Frotscher (2003, p. 101-3).

## 2. A memória da Hering na encruzilhada entre a etnicidade e a diversidade

Em face ao conjunto de práticas de natureza cultural e de agenciamentos dotados de um sentido étnico que marcam a história e a trajetória da família Hering no Brasil, é pertinente questionarmos de que modo a questão da teuto-brasilidade se afigura contemporaneamente nas ações do grupo familiar e, sobretudo, nas iniciativas levadas a cabo pela Fundação Hermann Hering e pelo Museu Hering.

Foi possível constatar, no que se refere às iniciativas culturais e de memorialização desenvolvidas pela Fundação Hermann Hering, uma ausência de ênfase na dimensão étnica e na questão da germanidade. Em outras palavras, as temáticas da imigração alemã e da etnicidade teuto-brasileira não parecem constituir eixos estruturantes dos discursos e das iniciativas promovidas pela instituição. Não há qualquer menção enfática ou explícita à etnicidade, por exemplo: nos eixos de atuação e nos objetivos expressos pela FHH, que enfocam as temáticas da museologia, da moda, do empreendedorismo e da sustentabilidade; nos temas de referência do acervo do Centro de Memória Ingo Hering; na missão institucional do Museu Hering; nas possibilidades temáticas para comunicação e exposição no Museu, constantes no projeto museológico institucional<sup>7</sup>; nos objetivos imputados à principal e mais duradoura exposição de longa permanência do Museu (intitulada “Tempo ao Tempo”); nas temáticas dos eventos promovidos pela FHH e pelo Museu Hering etc.

É evidente, todavia, que a dimensão étnica não é submetida a um trabalho de ocultamento, nem está completamente ausente das iniciativas da instituição, sendo um tema que acaba por inevitavelmente incidir sobre as narrativas promovidas pela Fundação Hermann Hering e pelo Museu Hering. Tenha-se em mente, por exemplo, o fato de o Museu estar sediado em uma edificação enxaimel, estilo arquitetônico que constitui um dos maiores símbolos materiais reivindicados para a promoção da germanidade. No mesmo sentido, a instituição está situada na cidade de Blumenau, contexto socioespacial em que a etnicidade germânica afigura-se como imagem representativa dominante sobre o lugar. No que tange à expografia do Museu Hering, pode-se verificar um vídeo sobre a história de Blumenau, tema que, invariavelmente, tangencia a questão da imigração. Na linha do tempo sobre a família Hering, exposta na primeira sala do Museu, tematiza-se a história de um grupo familiar fundado por imigrantes alemães. Por fim, podemos mencionar o fato de a temática da imigração ser uma das mais frequentemente abordadas junto a grupos escolares que realizam visitas ao Museu Hering, com

---

<sup>7</sup> O termo “cultura teuto-brasileira” é evocado apenas uma vez no documento, *en passant* (Cury, 2011, p. 79).

a finalidade de aprofundamento de temas e questões discutidas por professores no contexto das disciplinas escolares (Silva, 2014, p. 257).

Apesar de tais indícios que sugerem o tratamento da questão da etnicidade, a germanidade mostra-se antes um tema incidental do que um objeto de investimento ou um recurso narrativo de primeira ordem. Dito de outro modo, o Museu Hering não se configura como um mecanismo de promoção étnica, fato especialmente significativo quando consideramos, como foi argumentado, o característico investimento em germanidade por parte do grupo familiar Hering ao longo da sua trajetória.

Em minha visão, dois fatores auxiliam a compreender a ausência de investimento em etnicidade por parte da Hering. Em primeiro lugar, precisamente o fato de o Museu Hering estar localizado em uma “cidade germânica”. Como se sabe, ao analisarmos uma instituição de memória, é mister considerarmos o contexto sociogeográfico e citadino no qual ela está situada (Kolk, 2019; Voigt, 2020). A Fundação Hermann Hering está localizada em um contexto germanizado, o que se expressa na imagem pública e oficial da cidade, na sua composição étnico-populacional, nas festividades públicas – notadamente a *Oktoberfest* – e na própria organização espacial e arquitetônica da cidade – com uma profusão de edificações no estilo enxaimel. Um dos slogans oficiais utilizados pelo setor de turismo da cidade, “Blumenau: o Brasil de alma alemã”, nos permite compreender a hegemonia da etnicidade alemã enquanto imagem representativa do lugar.

Ademais, ao analisarmos uma instituição de memória, devemos ter em mente que a mesma está situada em um “espaço de relações” (Bourdieu, 1989), no qual estão posicionadas outras instituições de memória e museus. A cidade de Blumenau possui cerca de uma dezena de instituições desse tipo, a maior parte delas sob a responsabilidade do poder público municipal e dedicadas aos temas da imigração alemã, da colonização e da teuto-brasilidade – como, por exemplo, o Mausoléu Dr. Blumenau, o Museu da Família Colonial, o Museu de Hábitos e Costumes, dentre outras.

Portanto, o Museu Hering está localizado em um contexto citadino favorável à germanidade, em que a etnicidade germânica afigura-se como “ponto pacífico”, ou melhor, em que tal etnicidade constitui a imagem dominante acerca do lugar. Por consequência, ao focar temas como o empreendedorismo e a história da moda e da industrialização, a Fundação Hermann Hering produz uma narrativa específica e particularista dentro de um contexto de hegemonia da germanidade, o que permite distinguir o Museu Hering das demais instituições de memória que compõem o espaço relacional de museus e da memória na cidade de Blumenau.

Um segundo fator explicativo para a inexistência de ênfase na questão da germanidade, ainda mais importante a meu ver, refere-se a uma percepção sobre a ausência de lucratividade – seja simbólica, seja econômica – do investimento em etnicidade. Se a etnicidade pode ser compreendida como um investimento em sentido *bourdieusiano* – isto é, se o engajamento com a etnicidade depende do reconhecimento de um valor a ela associado, seja simbólico, social, cultural, político, econômico, profissional etc. (Fodor, 2020; Voigt, 2022a) –, no caso da Hering, ao que tudo indica, outras identidades – ou, mais precisamente, a “diversidade” – são compreendidas como recursos mais valiosos e lucrativos do que uma única (e potencialmente exclusiva) forma de identificação, isto é, a etnicidade alemã.

Desse modo, pode-se constatar que a Fundação Hermann Hering e o Museu Hering exprimem um discurso balizado sob o ideário corporativo da “diversidade social” – que visa dar visibilidade e representatividade a uma miríade de identidades no contexto do mercado –, sintonizado às tendências e dinâmicas recentes das empresas e da economia globalizada. A assunção desse discurso por parte de empresas brasileiras está relacionada à liberalização econômica ocorrida no país a partir da década de 1990, quando os grupos empresariais passaram a se preocupar com a sua imagem pública, com o seu “papel social” e com a chamada responsabilidade social e ambiental (Kerber & Ott, 2014).

Em trabalho que analisa a assunção do “discurso da diversidade” no mundo corporativo e a atuação de institutos empresariais/privados de cultura no Brasil, Michetti (2017) argumenta que a incorporação do discurso da diversidade – que engloba dimensões como gênero, raça, orientação sexual, nacionalidade, deficiências etc., visando o reconhecimento das chamadas “minorias sociais” – no mundo empresarial ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, como resposta à luta pelos direitos civis nos Estados Unidos. Em função da “isomorfia institucional global” do ambiente corporativo (Michetti, 2017, p. 124), o ideário da diversidade originado no universo anglo-saxão espalhou-se pelo mundo.

Conforme argumenta Michetti (2017), em um contexto de globalização econômica, a atuação e os padrões elegidos por grandes empresas acabaram por determinar regras para o mercado mundial, impactando empresas de menor porte, bem como aquelas situadas em contextos nacionais periféricos. Dessa forma, a “gestão da diversidade” passou a ser uma das frentes da atuação corporativa globalmente, especialmente a partir da década de 1980, com a difusão do ideário neoliberal, contexto em que a noção de “responsabilidade social” passou a adquirir proeminência. Tal sistema de ideias supõe a crença de que a diversidade seria um elemento contributivo à melhoria da imagem das empresas, isto é, de que uma imagem

pluralista associada à empresa valorizaria as marcas e os bens produzidos por tais organizações (Michetti, 2017).

De acordo Michetti (2017), o discurso da diversidade tem por efeito a legitimação do exercício do poder público por parte de agentes privados. Dito de outro modo, a atuação pública de agentes privados por meio da agenda da diversidade cultural é responsável pela conversão de capital econômico em capital político. Por esse caminho, o discurso da diversidade consiste em um recurso mobilizado por institutos privados ligados a empresas para agir de forma pública, fazer uso de recursos públicos e interferir nas políticas públicas de cultura.

As fundações e institutos com atuação na área de cultura considerados por Michetti (2017) – como o Itaú Cultural, o Instituto Moreira Salles, a Fundação Vale, a Fundação Roberto Marinho etc. –, organizações sem fins lucrativos ligadas a empresas, operam por meio de leis de incentivo à cultura. Note-se que para a efetiva captação de recursos via leis de incentivo e, por extensão, para o exercício da influência nas políticas culturais do país, mostra-se necessário um relativo alinhamento do discurso de tais instituições privadas em relação ao discurso dominante veiculado pelo poder público.

No contexto brasileiro, o discurso de valorização da diversidade cultural adquiriu prominência nos programas desenvolvidos pelo Ministério da Cultura (MinC), especialmente a partir dos governos lulo-petistas e da gestão de Gilberto Gil à frente da pasta (Michetti, 2017). Desse modo, compreende-se como o discurso da diversidade serve à legitimação de agentes privados que atuam publicamente em cultura, uma vez que esse discurso é um dos elementos estruturantes das próprias políticas públicas de cultura no país – sendo, portanto, legitimado pelo Estado.

No que se refere à Fundação Hermann Hering, órgão de responsabilidade social da Cia. Hering – voltado ao desenvolvimento de projetos e de iniciativas que visam gerar impacto social nos campos da cultura, da educação, da moda, do empreendedorismo e da sustentabilidade –, podemos constatar uma preocupação explícita e enfática com a questão da “diversidade” cultural e social, isto é, com a promoção e a visibilização de identidades “diversas” nas iniciativas desenvolvidas pela instituição.

Por exemplo, no que tange às fotografias que ilustram o Museu Hering no site da instituição – retratando mediadores e público visitante –, bem como nos registros fotográficos das atividades e dos projetos sociais desenvolvidos pela Fundação Hermann Hering, podemos verificar uma cuidadosa seleção de imagens que visam representar e asseverar a “diversidade” do público atendido pela instituição, mormente sob os aspectos racial e de gênero.



A adequação da narrativa da Fundação Hermann Hering aos imperativos da diversidade certamente contou com a influência da consultoria especializada de profissionais do campo museológico, o que nos auxilia a compreender, ademais, a existência de um espaço expográfico no Museu Hering dedicado a tematizar a “contribuição dos funcionários”, questão usualmente ausente das narrativas produzidas pelas empresas sobre si mesmas (Kerber & Ott, 2014, p. 231).

Além disso, a assunção do discurso da diversidade constitui um fator contributivo à bem-sucedida captação de recursos públicos para a instalação do Museu Hering e para a execução das atividades da Fundação Hermann Hering. Em outras palavras, mostra-se mais factível a obtenção de recursos públicos para uma iniciativa dedicada a identidades múltiplas e diversas – isto é, que dizem respeito ao interesse de vários segmentos da sociedade, ou seja, ao interesse “público” –, do que para um empreendimento dedicado à promoção de uma forma de identificação única e exclusiva, de base étnica.

Para explicitarmos as modalidades de apropriação e de promoção do discurso da diversidade nas iniciativas da Fundação Hermann Hering, é pertinente considerarmos em maiores detalhes um dos principais projetos da instituição, o Trama Afetiva. A iniciativa seleciona e reúne estudantes e jovens profissionais – indivíduos “criativos”, denominados de “trameirxs” –, que participam de oficinas, *workshops* e atividades dirigidas por “designers-tutores” – profissionais altamente reconhecidos e consagrados no espaço da moda, com atuação nas áreas de design, estilismo e arquitetura –, com a finalidade de projetar e elaborar colaborativamente uma coleção “criativa”, inovadora e sustentável, utilizando como matéria-prima resíduos têxteis da própria Cia. Hering. Ao que se sabe, foram realizadas até o momento três edições do projeto (em 2016, 2018 e 2019), que ocorrem na cidade de São Paulo, centro da moda no país (Fundação Hermann Hering, [20--]).

Assim, além de proporcionar aos participantes – jovens profissionais e estudantes – formação e preparação para o mercado de trabalho, o Trama Afetiva tem como objetivo promover a responsabilidade social da Cia. Hering no que tange à questão ambiental. O projeto é orientado por princípios como o *upcycling* e a “economia afetiva”, compreendendo a moda como uma forma de ativismo social. Uma das definições apresentadas ao conceito de “economia afetiva”, basilar ao ideário do projeto Trama Afetiva, explicita a estratégia de promoção de uma imagem pública positiva da Cia. Hering subjacente à iniciativa, por meio da afirmação e da demonstração da sua responsabilidade social. Na visão de um dos responsáveis pelo projeto, a economia afetiva consiste em:

[...] um conceito que foca na importância do coletivo e na transmissão de uma

mensagem ética por parte das empresas, que envolva ainda compartilhamento de informação e preservação do meio ambiente, e não só ganho pessoal (Citação extraída de Guadagnucci, 2018).

Um dos principais objetivos do Trama Afetiva é a promoção da diversidade e da representatividade no contexto da moda, com vistas ao “empoderamento” de minorias sociais. Por exemplo, a seleção dos participantes e as publicações decorrentes do projeto visam dar visibilidade a grupos considerados socialmente minoritários, como as mulheres, os negros, as travestis etc. Além disso, tais publicações empregam a chamada “linguagem neutra” em termos de gênero (p. ex., Araujo & Predabon, 2019). Nesse sentido, o projeto visibiliza múltiplas identidades, em um esforço alinhado à promoção da marca Hering a segmentos e grupos sociais os mais diversos.

Em texto que apresenta o projeto Trama Afetiva no site da FHH, há menção a uma fala de um dos seus idealizadores, Jackson Araujo, na qual pode-se constatar de modo exemplar o acionamento da questão da diversidade no contexto do projeto:

Não podemos falar sobre resíduos têxteis ou sólidos sem mencionar o resíduo social, ou seja, os discursos e corpos ainda invisibilizados pela moda, como corpos negros, transvestigêneres e gordos, para citar alguns. Estamos sempre ampliando nosso foco de pesquisa para fortalecer as reflexões sobre origens, identidade e representatividade. Temos que perceber que a transformação da indústria, na busca por processos que contribuam para a regeneração do planeta através do reaproveitamento, parte do princípio de cuidado com as pessoas (Citação extraída de Fundação Hermann Hering, [20--]).

Se o objetivo primordial do conjunto de iniciativas da Fundação Hermann Hering – seja por meio do Trama Afetiva ou do próprio Museu Hering – é a promoção de uma imagem pública positiva sobre a Cia. Hering – enquanto uma empresa socialmente responsável –, faz pleno sentido que, quanto mais “diversa” e plural a marca e a empresa se apresentarem, mais amplo será o público consumidor em potencial atingido por tais iniciativas. Desse modo, a assunção de um discurso mais agregador e abrangente como o da “diversidade” mostra-se mais eficaz e lucrativo em termos empresariais, do que a promoção de uma etnicidade com traços potencialmente exclusivos, como a teuto-brasilidade.

As iniciativas culturais e de memorialização levadas a cabo pela Fundação Hermann Hering têm como finalidade última a consagração social – isto é, a produção de uma representação pública elogiosa que se pretende legítima – da empresa e da marca Hering. No caso do Trama Afetiva, a consagração da marca procura se valer da autoridade e da legitimidade de agentes consagrados no campo da moda e do design. Nesse sentido, a participação de profissionais de renome no projeto – tais como o estilista Alexandre Herchcovitch e o arquiteto Marcelo Rosenbaum, “designers-tutores” da primeira edição do evento, realizada em 2016 –

atribui capital simbólico à iniciativa e, por extensão, à organização que a patrocina, a Cia. Hering.

De tal modo, uma iniciativa “desinteressada” – isto é, um projeto de impacto social que visa fornecer educação não formal a estudantes e jovens profissionais –, além de lidar com um problema concreto da Cia. Hering – ou seja, os resíduos da produção têxtil –, acaba por produzir dividendos simbólicos e contribuir com a disseminação de uma imagem positiva da Cia. Hering e das suas marcas no campo da moda brasileiro – contando, para isso, com a participação de agentes dotados de autoridade no universo do estilismo e do design no país.

O desenvolvimento das coleções no contexto do projeto tem um caráter mais educativo do que comercial, uma vez que as coleções que resultam da iniciativa não são comercializadas, mas expostas em espaços e instâncias ligadas à moda. Em outras palavras, o resultado do projeto não tem prioritariamente uma finalidade econômica, mas antes simbólica – isto é, visa produzir reconhecimento aos envolvidos na iniciativa. Sugestivo, nesse contexto, é o fato das coleções desenvolvidas no Trama Afetiva já terem sido expostas em espaços consagrados e consagradores da moda e do design: por exemplo, a coleção do Trama Afetiva de 2016 foi exposta no Estúdio Marcelo Rosenbaum, além de ter sido divulgada na revista de decoração, design e arquitetura *Casa Claudia*. Além disso, o projeto já foi alvo de debates em eventos especializados em moda, como o *Brasil Eco Fashion Week*.

É importante termos em mente os significados do contexto socioespacial em que o projeto é desenvolvido, que representa, ademais, um indicativo da imagem que a Cia. Hering procura associar a si própria. O Trama Afetiva é realizado na cidade de São Paulo, centro da moda no país. Tanto no contexto citadino cosmopolita da capital paulista, quanto no campo de produção da moda brasileiro, muito provavelmente uma identidade étnica de base localizada ou exclusiva dificilmente encontraria lugar.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, de uma empresa que em seus primórdios produzia camisas-de-meia rústicas destinadas a uma população social e espacialmente delimitada – formada por colonos, de origem imigrante e que habitava o meio rural na região do Vale do Itajaí – a Hering projeta atualmente a sua imagem pública como uma empresa de moda, isto é, uma companhia de varejo – com modelo de negócio orientado ao fortalecimento e à promoção de marcas –, alinhada às demandas de consumo e às tendências mais modernas do mercado. Assim, as iniciativas da Fundação Hermann Hering visam promover uma empresa e uma marca que se pretendem dotadas de projeção nacional, com acesso a grupos sociais e segmentos de consumo variados. Para a produção dessa imagem sobre a empresa, o discurso dominante no

universo corporativo – que enfoca aspectos como a diversidade, a representatividade e a sustentabilidade – mostra-se um recurso social de primeira ordem.

### **Considerações finais**

Com base no que foi argumentado e demonstrado no artigo, é possível concluir que as iniciativas desenvolvidas pela Fundação Hermann Hering e que a narrativa de memória disseminada pelo Museu Hering opera uma escolha deliberada pelo chamado “discurso da diversidade”, em detrimento da promoção e da identificação com a etnicidade germânica, marcador social constitutivo da trajetória familiar e empresarial da Hering.

No Museu Hering, coloca-se em segundo plano a promoção da memória e da etnicidade germânica – imagem representativa de lugar dominante no contexto citadino de Blumenau e, por extensão, no espaço de instituições museológicas da cidade –, o que possibilita a definição e a disseminação de uma narrativa histórica distintiva e particularista, por meio da ênfase nas temáticas da moda, da industrialização e da própria história empresarial da Cia. Hering.

As iniciativas promovidas pela Fundação Hermann Hering atestam a dimensão de escolha e de investimento como apanágios da etnicidade como categoria de identificação. Como vimos, as representações sobre a teuto-brasilidade são ofuscadas pela valorização de minorias sociais e pela promoção de um discurso pluralista de diversidade – que dá visibilidade, por exemplo, a aspectos como a raça, o gênero e a orientação sexual. Nesse sentido, é possível afirmar que o discurso da diversidade é percebido como um recurso simbólico potencialmente mais valioso e lucrativo economicamente à representação da imagem pública da Cia. Hering, empresa com expressão e pretensões no mercado nacional, se comparado ao acionamento e à promoção de uma narrativa de base étnica localizada ou exclusiva.

Por fim, pode-se argumentar que o investimento no discurso da diversidade está alinhado à reorientação estratégica executada pela Cia. Hering no contexto da economia globalizada, demonstrando a atuação destacada da Fundação Hermann Hering como órgão de responsabilidade social da companhia – encarregado da promoção de uma imagem positiva da empresa junto ao mercado, consumidores e *stakeholders* –, além de atestar os usos econômicos da memória e do Museu Hering como uma estratégia de *marketing* e de autovalorização simbólica da empresa e de suas marcas.

### **Referências**

ARAUJO, Jackson; PREDABON, Luca (org.). **Economia afetiva: por uma nova tecitura do social.** São Paulo: [s.n.], 2019. Disponível em:

<https://fundacaohermannhering.org.br/img/publication/economia-afetiva-por-uma-nova-tecitura-social.pdf>.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BROOS, Hans; SOCORRO, Francisco (coord.). **A Hering de Blumenau: um século**. 1880-1980. Blumenau: [s.n.], 1980.

COLOMBI, Luiz Vendelino. **Industrialização de Blumenau: o desenvolvimento da Gebrüder Hering – 1880-1915**. 1979. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/111293/235588.pdf>.

CURY, Marília Xavier. Como nasce um museu. In: MALHEIROS, Amélia; ARANTES, Marco Antonio; CURY, Marília Xavier. **Tempo ao tempo: nasce um museu**. Blumenau: Contraponto, 2011. p. 47-137.

FROTSCHER, Méri. **Da celebração da etnicidade teuto-brasileira à afirmação da brasilidade: ações e discursos das elites locais na esfera pública de Blumenau (1929-1950)**. 2003. 269 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/85390/191344.pdf>.

FUNDAÇÃO HERMANN HERING. **Trama Afetiva**. [20--]. Disponível em: <https://fundacaohermannhering.org.br/projeto/trama-afetiva>. Acesso em: 16 nov. 2023.

GERTZ, René Ernaini. **O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GOODMAN, Glen S. The enduring politics of German-Brazilian ethnicity. **German History**, v. 33, n. 3, p. 423-438, set. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/gerhis/ghv083>.

GROSS-HERING, Gertrud. **Nach 75 Jahren: Beitrag zur Geschichte der Familie Hering**. Blumenau: [s.n.], [195-].

GUADAGNUCCI, Natália. Com foco em moda sustentável, projeto Trama Afetiva chega à segunda edição. **O Estado de S. Paulo (E + Estadão)**, São Paulo, 1º ago. 2018. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/moda-e-beleza,com-foco-em-moda-sustentavel-projeto-trama-afetiva-chega-a-segunda-edicao,70002422679>. Acesso em: 16 nov. 2023.

HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Editora da FURB, 1987.

KERBER, Alessandro Mario; OTT, Fernanda. A construção da história e da memória em empresas privadas no Brasil dos anos 1990 e 2000. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 219-235, ago. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7976.2014v21n31p219>.

KOLK, Heidi Aronson. **Taking possession: the politics of memory in a St. Louis town house**. Amherst: University of Massachusetts Press, 2019.

MICHETTI, Miqueli. O discurso da diversidade no universo corporativo: “institutos” empresariais de cultura e a conversão de capital econômico em poder político. **Contemporânea**, São Carlos, v. 7, n. 1, p. 119-146, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.029>.

OS 75 ANOS da Indústria Têxtil Cia. Hering. **Revista Paulista de Indústria**, São Paulo, n. 34 (Separata), 1955, p. 1-57.

POETHIG, Nanny (Hering). A sociedade teatral Frohsinn. *In*: BROOS, Hans; SOCORRO, Francisco (coord.). **A Hering de Blumenau: um século. 1880-1980**. Blumenau: [s.n.], 1980. p. 160-4.

SCHMIDT-GERLACH, Gilberto (org.). **Colônia Blumenau no Sul do Brasil**. 2 t. São José: Clube de Cinema Nossa Senhora do Desterro, 2019.

SEYFERTH, Giralda. A idéia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, a. 10, n. 22, p. 149-197, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832004000200007>.

SEYFERTH, Giralda. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 61-88, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93131999000200003>.

SILVA, Mariana Girardi Barbosa. O Museu Hering, seu setor educativo e suas experiências com o público. *In*: SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR EM MUSEOLOGIA – SIM (“Fronteiras regionais e perspectivas nacionais”), 1., 2014, Blumenau. CURY, Marília Xavier (coord.). **Anais eletrônicos [...]**. Blumenau: Museu Hering; Fundação Hermann Hering, 2014. p. 254-269. Disponível em: <https://fundacaohermannhering.org.br/img/publication/fronteiras-regionais-e-perspectivas-nacionais-seminario-interdisciplinar-em-museologia.pdf>.

VOIGT, Lucas. As estratégias de recomposição e rearticulação das elites do grupo étnico alemão no Brasil pós-Estado Novo: uma análise à luz da Sociologia Histórica e da Sociologia das Elites. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 144-158, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.1.36583>.

VOIGT, Lucas. História pública, espaço urbano e memorialização de elites: o Museu Campbell House em St. Louis (EUA). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 40, n. 85, p. 237-241, set./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472020v40n85-12>.

VOIGT, Lucas. Memória, narrativa e subjetividade étnica: a etnicidade europeia nos Estados Unidos. **Sociologias**, Porto Alegre, a. 24, n. 59, p. 430-441, jan./abr. 2022a. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/15174522-113418>.

VOIGT, Lucas. **Memória e consagração social: as estratégias de elites empresariais “alemãs” no Sul do Brasil**. 2022b. 338 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022b. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/254147>.

# **Preservando a cultura e identidade alemã no Rio Grande do Sul: o papel das organizações étnicas alemãs**

Luciana Sanguiné<sup>1</sup>

## **Introdução**

O Rio Grande do Sul, um estado brasileiro notável por sua diversificada herança cultural, tem sido um ponto focal de interesse e estudo devido à sua rica tapeçaria cultural, forjada ao longo de décadas. Este estado é reconhecido como o berço da primeira colônia de imigrantes alemães que chegaram a São Leopoldo em 1824, um evento que marcou profundamente a região e influenciou sua trajetória histórica e cultural. Esta comunidade, profundamente enraizada no coração do Rio Grande do Sul, apesar de sempre ter mantido o senso de nacionalidade brasileira, conforme destacado por Kreutz (1999), continua a preservar sua cultura e identidade alemã por meio de uma rede de organizações dedicadas à manutenção e promoção de suas tradições culturais.

À medida que nos aproximamos do bicentenário da imigração alemã no estado, a importância de preservar a cultura como forma de manter a história da formação identitária da comunidade no Rio Grande do Sul torna-se cada vez mais evidente. Esta comunidade resistiu às proibições e restrições impostas pelo Estado durante a guerra, bem como às mudanças decorrentes do encolhimento das zonas rurais, conforme discutido por Spricigo & Fillippi (2006). Essas transformações fizeram com que os descendentes mudassem a maneira de se relacionar com suas raízes, adaptando-se às novas realidades sem, no entanto, perder a conexão com o passado.

Este estudo tem como objetivo analisar o perfil de 15 entidades dedicadas à promoção da cultura germânica no estado e entender, através de pesquisa documental, como estas entidades estão atuando na atualidade. Busca-se verificar se ainda mantêm as tradicionais festas, costumes e idioma, conforme apontado por Delamare et al. (2012). A metodologia empregada baseia-se na pesquisa de informações disponíveis nos sites e redes sociais dessas organizações, bem como na consulta de bibliografia complementar relacionada às organizações étnicas alemãs. Ao término desta extensa pesquisa, foram compiladas informações essenciais em uma tabela, destacando o tempo de existência, a sede, a presença de filiais, o número de membros,

---

<sup>1</sup> Mestra em Gestão de Projetos - Universidade de Essex, Reino Unido / Especialista em Ensino de História - Faculdade Única / Graduada em Gestão da Tecnologia da Informação/ Bacharelada em História – Unisul/ luciana.sanguine@outlook.com

as áreas de interesse e as estratégias de disseminação da cultura. No entanto, para melhorar o fluxo de informações deste trabalho, será utilizado apenas um recorte que nos ajude a entender de maneira breve a situação atual das associações.

É importante mencionar que a escolha das entidades foi baseada em pesquisas em bases de dados acadêmicos, ferramentas de busca na internet e redes sociais, e foram selecionadas as 15 entidades que apareceram com mais frequência. Isso não significa que não existam outras tão importantes quanto as aqui mencionadas, mas sim que estas representam um espectro significativo da atuação e influência dessas organizações na preservação da cultura alemã no estado.

Este trabalho busca lançar luz sobre as contribuições atuais dessas organizações, abrindo espaço para que outros interessados, como professores e pesquisadores, aprofundem a discussão e tragam novas contribuições científicas significativas. A relevância deste estudo vai além do mero registro das atividades dessas entidades, representando um apelo à continuidade e ao fortalecimento das ações que mantêm vivas as raízes culturais alemãs no estado. À medida que o tempo avança e as influências contemporâneas se tornam mais proeminentes, é fundamental compreender e valorizar o papel desempenhado por essas organizações na preservação de uma parte valiosa da identidade do Rio Grande do Sul.

Portanto, este trabalho não é apenas um relato, mas uma chamada à ação para a preservação de uma herança cultural que continua a enriquecer a diversidade da região. A cultura e identidade alemãs, com suas tradições únicas, linguagem e costumes, são um tesouro que enriquece não apenas o Rio Grande do Sul, mas também o Brasil como um todo. Preservar essa herança é preservar uma janela para o mundo, uma forma de entender a história e a identidade não apenas de uma comunidade, mas de uma nação.

À medida que avançamos para o futuro, é essencial que reconheçamos a importância dessas organizações étnicas alemãs e o papel que desempenham na manutenção da diversidade cultural e na promoção do entendimento mútuo. Elas são mais do que meros guardiões do passado; são pontes para o futuro, facilitando o diálogo entre gerações e culturas. Ao apoiar e fortalecer essas organizações, estamos não apenas honrando nossos antepassados, mas também construindo um legado para as gerações futuras, um legado de respeito, compreensão e apreciação pela rica tapeçaria cultural que define o Rio Grande do Sul e o Brasil.

## **1. Perfil das organizações étnicas alemãs**

Antes de mergulharmos nos perfis das entidades escolhidas para este trabalho, precisamos entender a definição de grupo étnico, um termo amplamente discutido na



bibliografia antropológica e comumente associado a certas características distintivas. Conforme descrito por Narrol (1964 *apud* Poutignat & Streiff-Fernart, 2001), um grupo étnico é uma população que se perpetua biologicamente de forma contínua, o que implica uma sucessão e manutenção de traços genéticos ao longo do tempo. Além disso, esses grupos compartilham valores culturais fundamentais que se manifestam em uma unidade patente nas formas culturais, refletindo um conjunto comum de práticas, crenças e tradições que distinguem o grupo de outros.

Essa noção abrange também a ideia de um campo de comunicação e interação, onde os membros interagem e se comunicam dentro de um contexto comum, fortalecendo seus laços e identidade coletiva. Importante também é a auto e hetero identificação, onde os membros se reconhecem e são reconhecidos por outros como parte de uma categoria distintiva, diferenciando-se de outros grupos com características próprias. Essa percepção compartilhada e reconhecimento mútuo contribuem para a coesão do grupo e para a definição de sua identidade étnica.

Portanto, compreender a definição de grupo étnico é crucial para analisar e respeitar a diversidade cultural e as identidades sociais que formam o tecido de qualquer sociedade. Reconhecer e valorizar essas diferenças é fundamental para o estudo antropológico e para a convivência harmônica entre os diferentes grupos étnicos. (Narrol, 1964 *apud* Poutignat & Streiff-Fernart, 2001).

À medida que nos aproximamos do bicentenário da imigração alemã no estado, torna-se ainda mais necessário não apenas refletir sobre o passado, mas também olhar para o futuro, considerando como preservar e promover essa herança ímpar. Este estudo se concentra em 15 entidades dedicadas à promoção da cultura germânica no estado, buscando entender como essas organizações estão atuando na atualidade e como continuam a manter vivas as tradições culturais, apesar dos desafios contemporâneos.

O Centro de Cultura Alemã de Lajeado, por exemplo, é uma dessas entidades que se destaca por suas atividades que incluem dança, jogos e eventos diversos. Com uma presença ativa nas redes sociais, como evidenciado em sua página do Facebook, o centro demonstra um compromisso contínuo com a promoção da cultura alemã (Centro De Cultura Alemã De Lajeado, 2023). Por outro lado, a Associação Cultural e Recreativa 25 de Julho em Santa Cruz do Sul, apesar de sua rica história em dança, jogos e gastronomia, não atualiza seu portal desde 2020, o que levanta questões sobre sua atividade atual e desafios. Infelizmente, não foram identificadas redes sociais associadas à entidade, que, apesar de possuir um site repleto de

informações históricas valiosas, encontra-se sem atualizações desde o período da pandemia. Esse fato pode servir como um alerta sobre os desafios enfrentados por organizações dessa natureza durante períodos críticos, especialmente quando não contam com o suporte adequado de órgãos governamentais (Associação Cultural E Recreativa 25 De Julho, 2023).

O Centro Cultural 25 de Julho em Porto Alegre exemplifica a resiliência e adaptação, sobrevivendo por meio da incorporação de outras atividades culturais ao longo dos anos. Esta abordagem adaptativa pode ser crucial para muitas organizações que buscam manter sua relevância e operações em um mundo em constante mudança (Centro Cultural 25 De Julho, 2023). Em contraste, a Associação Cultural Germano Brasileira Hansa Humboldt em Porto Alegre, com relatos de atividades realizadas há muitos anos, mas com links de sites indisponíveis e uma aparente falta de presença nas redes sociais, destacando as dificuldades que algumas organizações enfrentam para manter sua visibilidade e engajamento. Aqui se evidencia a necessidade de uma pesquisa aprofundada, uma vez que existem menções a essa sociedade em artigos e redes sociais mantidas por moradores de Santa Catarina.

A Associação Cultural Gramado é um exemplo de uma entidade ativa, com diversas atividades que acontecem ao longo do ano, incluindo dança, ensino do idioma e eventos. Seu site e presença nas redes sociais indicam um compromisso contínuo com a promoção da cultura alemã (Associação Cultural Gramado, 2023). No entanto, outras entidades como a Sociedade Aliança em Novo Hamburgo, que no passado abrigou eventos significativos, agora parecem ter uma presença menos ativa em relação à fomentação da cultura alemã, conforme indicado pela falta de atividades recentes em sua página do Facebook (Sociedade Aliança, 2023).

A Associação Riograndense de Grupos Folclóricos Alemães em Caxias do Sul destaca-se como um grande fomentador da cultura, com ações recentes visando o bicentenário. Sua atividade e engajamento sugerem um modelo robusto para outras organizações seguirem (Associação Riograndense, 2023). Em contraste, o Clube União em Ivoti, apesar de menções à sua existência em diversas redes sociais, carece de informações atualizadas e presença online, o que dificulta a avaliação de suas atividades atuais.

A Sociedade Germânia em Porto Alegre, com uma história de ser a primeira associação recreativa do Rio Grande do Sul, enfrenta desafios semelhantes. Apesar dos relatos de eventos alusivos à fomentação da cultura alemã no passado, hoje está voltada à organização de eventos de todos os tipos, sem constar atuais eventos específicos para a comunidade alemã (Sociedade Germânia, 2023). Essa mudança de foco pode ser uma indicativa das pressões que muitas organizações enfrentam para se adaptar e permanecer financeiramente viáveis.

A Sociedade de Canto e Atiradores 7 de Setembro em Igrejinha e a Sociedade Cultural e Esportiva Concórdia em Ivoti são exemplos de entidades com um passado rico em atividades culturais, mas que atualmente enfrentam desafios de visibilidade e revitalização. A falta de sites oficiais ou redes sociais ativas para essas organizações destaca a necessidade de estratégias de engajamento e presença digital mais robustas.

A Associação de Grupos de Danças Folclóricas Alemãs em Lajeado, diretamente vinculada ao Centro de Cultura Alemã de Lajeado, já mencionado anteriormente, demonstra um comprometimento especial com as danças tradicionais. Participando ativamente de diversos concursos culturais, tanto no Brasil quanto no exterior, a associação se dedica à preservação e promoção das danças de origem alemã. Esse empenho contínuo em manter viva uma parte vital da cultura alemã é amplamente reconhecido e destacado por vários autores, como Delamare et al. (2012), evidenciando sua importância e impacto significativos (Associação De Grupos De Danças Folclóricas Alemãs, 2023).

Em conclusão, enquanto o Rio Grande do Sul se prepara para celebrar o bicentenário da imigração alemã, é importante reconhecer e apoiar o trabalho dessas organizações étnicas alemãs. Elas não apenas preservam um passado importante, mas também enriquecem o presente e moldam o futuro da região. Ao entender seus desafios, celebrar suas conquistas e apoiar suas iniciativas, podemos garantir que a cultura e identidade alemãs continuem a ser uma parte vibrante e valorizada do mosaico cultural do Rio Grande do Sul.

A seguir, apresentamos a tabela com as entidades investigadas neste estudo, que representa um segmento de uma obra mais abrangente a ser publicada em breve. É importante ressaltar que o principal objetivo deste trabalho é destacar e valorizar o esforço dessas entidades na preservação da nossa cultura. Além disso, visa incentivar outros pesquisadores a conduzirem investigações detalhadas, focando em cada grupo que tem se dedicado incansavelmente à manutenção de nosso patrimônio cultural.

Tabela 1: Perfil das entidades étnicas alemãs

N	Entidade	Cidade	Atividade principal
1	Centro de Cultura Alemã de Lajeado	Lajeado	Dança
2	Associação Cultural e Recreativa 25 de Julho	Santa Cruz do Sul	Dança, jogos, gastronomia
3	Centro Cultural 25 de Julho	Porto Alegre	Grupos culturais diversos, eventos
4	Associação Cultural Germano Brasileira Hansa Humboldt	Porto Alegre	Clube Social
5	Associação Cultural Gramado	Gramado	Dança, idioma, eventos

6	Sociedade Aliança	Novo Hamburgo	Clube Social
7	Associação Riograndense de Grupos Folclóricos Alemães	Caxias do Sul	Associação organizadora de eventos culturais
8	Clube União	Ivoti	Dança, jogos, eventos
9	Sociedade Germânia	Porto Alegre	Clube Social
10	Sociedade de Canto e Atiradores 7 de Setembro	Igrejinha	Clube Social
11	Centro Cultural Casa do Imigrante Alemão	São Leopoldo	Desativado para revitalização
12	Sociedade Ginástica de Novo Hamburgo	Novo Hamburgo	Clube Social, eventos, esportes
13	Sociedade Cultural e Esportiva Concórdia	Ivoti	Desativado para revitalização
14	Associação Cultural de Ivoti	Ivoti	Dança, jogos, eventos, música
15	Associação de Grupos de Danças Folclóricas Alemãs	Lajeado	Dança, jogos, eventos

Fonte: Elaborado pela autora

### *1.1 Impacto e contribuições*

Com ou sem presença digital, o fato é que as organizações étnicas alemãs no Rio Grande do Sul são a espinha dorsal da preservação cultural. Elas funcionam como centros onde tradições são mantidas vivas, conhecimento é compartilhado, e a identidade é fortalecida. Através de uma variedade de atividades, incluindo dança, música, gastronomia e festivais, essas organizações mantêm a chama da herança alemã acesa, permitindo que as gerações futuras tenham um forte senso de conexão com suas raízes.

A dança, por exemplo, é uma das formas mais dinâmicas e visíveis de expressão cultural. Grupos de dança folclórica alemã como a Associação de Grupos de Danças Folclóricas Alemãs de Lajeado estão espalhados pelo estado não apenas preservam as danças tradicionais, mas também as adaptam e as apresentam a públicos mais amplos. Essas performances não são apenas entretenimento, elas são uma janela para a história e a cultura, proporcionando uma visão tangível do patrimônio alemão. Além disso, a dança serve como um ponto de encontro para a comunidade, um lugar onde pessoas de todas as idades se reúnem para celebrar e manter vivas suas tradições.

A música alemã desempenha um papel fundamental no contexto da formação da música contemporânea do Rio Grande do Sul. Conforme discutido por Braga et al. (2014), a influência da música alemã transcende a simples preservação de melodias e ritmos tradicionais, infiltrando-se na música popular sulista e contribuindo para a formação de uma identidade musical única na região. Essa fusão de estilos não apenas enriquece o repertório musical do estado, mas também reflete as complexas interações culturais e históricas que moldaram a sociedade gaúcha. As associações étnicas alemãs, ao promoverem eventos culturais e festivais,

desempenham um papel indireto, mas significativo, na perpetuação e evolução da música alemã. Ao fazerem isso, elas não apenas mantêm vivas as tradições musicais, mas também influenciam a criação e a disseminação de novas formas musicais que são emblemáticas da diversidade cultural do Rio Grande do Sul (Braga et al., 2014).

A gastronomia é outra área onde o impacto dessas organizações é profundamente sentido. Festivais e eventos culinários oferecem uma oportunidade para as pessoas experimentarem e apreciarem a comida alemã, que é uma parte integral da identidade cultural. Esses eventos não apenas promovem a cozinha alemã, mas também servem como espaços sociais onde a comunidade pode se reunir e fortalecer seus laços.

Além de preservar tradições culturais específicas, essas organizações também desempenham um papel crucial na educação. Muitas oferecem aulas de língua alemã, seminários sobre história e cultura alemãs e programas para jovens. Essas atividades educacionais garantem que o conhecimento e a apreciação da herança alemã sejam passados para as gerações futuras, mantendo a cultura viva e relevante. Infelizmente, parece que as escolas alemãs, como as mencionadas por Kreutz (1999), não tenham sobrevivido à modernidade. Esse declínio ressalta ainda mais a importância das organizações étnicas alemãs na manutenção e promoção da educação cultural, preenchendo uma lacuna deixada pela diminuição das instituições educacionais tradicionais.

O impacto dessas organizações vai além da simples preservação de tradições, elas contribuem para a diversidade cultural e o tecido social do Rio Grande do Sul. Ao promover a compreensão e a apreciação da cultura alemã, elas ajudam a construir pontes entre diferentes grupos, fomentando um ambiente de respeito mútuo e diálogo intercultural.

À medida que o Rio Grande do Sul continua a evoluir, o papel dessas organizações étnicas alemãs se torna ainda mais crítico. Elas não são apenas guardiãs do passado; são atores ativos na formação do futuro. Ao preservar a cultura e a identidade alemãs, elas garantem que a diversidade e a riqueza da herança cultural do estado continuem a florescer.

Em conclusão, as organizações étnicas alemãs no Rio Grande do Sul são muito mais do que meros repositórios de tradições e costumes. São centros importantes de atividade cultural, educação e comunidade. Seu trabalho tem um impacto profundo não apenas na preservação da cultura alemã, mas também na promoção da diversidade cultural e no fortalecimento do tecido social. À medida que olhamos para o futuro, é essencial reconhecer, apoiar e celebrar o trabalho vital que essas organizações realizam.

### *1.1.1 Desafios e Perspectivas*

As organizações étnicas alemãs no Rio Grande do Sul enfrentam uma série de desafios e perspectivas que moldam suas operações e impactam sua capacidade de preservar e promover a cultura e identidade alemãs. Estes desafios são multifacetados, variando desde questões de financiamento e engajamento da comunidade até a necessidade de adaptação a um mundo em rápida mudança. Ao mesmo tempo, as perspectivas que surgem desses desafios oferecem oportunidades para inovação, colaboração e revitalização cultural.

Um dos principais desafios enfrentados por essas organizações é a sustentabilidade financeira. Muitas dependem fortemente de doações, subsídios e receitas de eventos para financiar suas atividades. No entanto, com a crescente competição por recursos e mudanças nas prioridades de financiamento, garantir um fluxo constante de receita tornou-se cada vez mais difícil. Isso é agravado pelo fato de que muitas organizações operam em edifícios históricos que requerem manutenção e restauração constantes, como evidenciado pelo alerta da reportagem do Jornal VS sobre a Casa do Imigrante, que está no foco das ações pelo seu restauro (Jornal VS, 2022). A preservação desses espaços é crucial para manter a herança cultural, mas também representa um custo significativo.

Outro desafio significativo é o engajamento da comunidade e a transmissão de tradições para as gerações mais jovens. Muitos jovens podem se sentir desconectados das tradições de seus antepassados ou podem não ver a relevância dessas tradições em suas vidas contemporâneas. Isso coloca uma pressão sobre as organizações para encontrar maneiras inovadoras de envolver esses indivíduos e transmitir a importância da preservação cultural. Além disso, há o desafio de manter a língua alemã viva, uma vez que é um componente essencial da identidade cultural. Sem falantes fluentes e novos aprendizes, a língua corre o risco de se tornar obsoleta.

A modernidade e a globalização também apresentam desafios significativos. À medida que o mundo se torna cada vez mais interconectado, as culturas locais enfrentam pressões para se adaptar e mudar. Isso pode levar à diluição ou perda de tradições culturais específicas. As organizações étnicas alemãs devem, portanto, encontrar um equilíbrio entre preservar a cultura alemã e permitir a evolução natural dessa cultura dentro de um contexto global.

No entanto, apesar desses desafios, existem perspectivas promissoras. A crescente conscientização e interesse pela diversidade cultural oferecem uma oportunidade para essas organizações destacarem a importância e a singularidade da herança alemã. Há um potencial para colaborações com outras organizações culturais, escolas e instituições para promover programas educacionais e eventos que celebrem a cultura alemã. Além disso, a tecnologia

oferece novas formas de engajamento, permitindo que as organizações alcancem um público mais amplo através de plataformas digitais e redes sociais.

A inovação é outra perspectiva importante. As organizações podem explorar novas formas de financiamento, como campanhas de *crowdfunding*, parcerias com empresas e iniciativas de turismo cultural. Além disso, podem desenvolver programas que combinem tradição com elementos contemporâneos, atraindo assim um público mais amplo e diversificado.

A educação continua sendo uma das ferramentas mais poderosas à disposição dessas organizações. Ao investir em programas educacionais que não apenas ensinam sobre a cultura alemã, mas também destacam sua relevância no mundo contemporâneo, as organizações podem inspirar uma nova geração a se envolver e preservar essa rica herança.

As organizações étnicas alemãs enfrentam uma série de desafios significativos, mas também possuem várias perspectivas promissoras. Ao abordar esses desafios com criatividade, inovação e colaboração, e ao aproveitar as oportunidades que surgem, essas organizações podem continuar a desempenhar um papel vital na preservação e promoção da cultura e identidade alemãs. Através de seus esforços, a rica tapeçaria cultural do Rio Grande do Sul continuará a ser um testemunho importante da diversidade e da história da região.

**Figura 4** - Casa do imigrante.



Fonte: Jornal VS, 2022.

## **Considerações finais**

Ao longo deste estudo, ficou evidente que as organizações étnicas alemãs desempenham um papel crucial na manutenção da identidade e cultura alemãs no Rio Grande do Sul. Elas são guardiãs de um patrimônio que vai além do tangível, preservando tradições, línguas e costumes que definem a rica tapeçaria cultural da região. No entanto, enfrentam desafios significativos que ameaçam sua continuidade e eficácia.

A falta de investimentos e a dificuldade em encontrar voluntários comprometidos são obstáculos que diminuem a capacidade e o alcance dessas entidades, levando ao sucateamento de patrimônio material e intelectual. Este patrimônio não é apenas uma recordação do passado, mas um pilar vital para a compreensão da identidade cultural contemporânea e futura do Rio Grande do Sul. À medida que o estado continua a se desenvolver e se integrar em um contexto globalizado, a preservação da cultura e identidade alemãs torna-se ainda mais relevante, contribuindo para a diversidade e riqueza cultural da região.

Neste cenário, o envolvimento ativo da comunidade e o desenvolvimento de políticas de suporte robustas são essenciais. É imperativo que o governo, instituições privadas e a sociedade civil reconheçam a importância dessas organizações e ofereçam o suporte necessário, seja por meio de financiamento, incentivos para voluntariado ou programas educacionais que promovam a conscientização e valorização da herança alemã.

Além disso, o convite para a pesquisa contínua é fundamental. Pesquisadores, acadêmicos e estudiosos têm um papel vital a desempenhar, não apenas na documentação e estudo da cultura alemã no Rio Grande do Sul, mas também na proposição de soluções inovadoras para os desafios enfrentados pelas organizações étnicas. A pesquisa pode iluminar novos caminhos para a sustentabilidade dessas entidades, explorando métodos modernos de engajamento comunitário, estratégias de financiamento e abordagens para a educação patrimonial.

Refletir sobre o futuro da herança cultural alemã no Rio Grande do Sul é, portanto, uma tarefa que envolve todos nós. As influências contemporâneas, embora desafiadoras, também oferecem oportunidades para a reinvenção e revitalização das práticas culturais. A integração de novas tecnologias, abordagens interculturais e colaborações internacionais pode abrir novos horizontes para a preservação e promoção da cultura alemã.

Em conclusão, este trabalho não é apenas um relato do estado atual das organizações étnicas alemãs no Rio Grande do Sul, é uma chamada à ação para todos os envolvidos. A preservação da cultura e identidade alemãs é uma responsabilidade compartilhada que beneficia



não apenas a comunidade alemã, mas toda a sociedade, enriquecendo nosso mundo com a diversidade de conhecimentos, tradições e perspectivas. Portanto, devemos nos esforçar juntos para garantir que a herança cultural alemã continue a ser uma parte importante e valorizada do mosaico cultural do Rio Grande do Sul.

## Referências

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA 25 DE JULHO. **Centro Cultural 25 de Julho - Início**. [www.25dejulho.com.br](http://www.25dejulho.com.br). Disponível em: <<https://www.25dejulho.com.br/portal/>>. Acesso em: 23 dez. 2023.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL GRAMADO. **ACG - Cultura**. [sites.google.com](https://sites.google.com/view/diretoriaculturalacg/?fbclid=IwAR1bBVcEto6AeDg06Lu15E3vpFGBl_aUw8nNqzUAZgdDia7f0hvbB_brrkZo). Disponível em: <[https://sites.google.com/view/diretoriaculturalacg/?fbclid=IwAR1bBVcEto6AeDg06Lu15E3vpFGBl\\_aUw8nNqzUAZgdDia7f0hvbB\\_brrkZo](https://sites.google.com/view/diretoriaculturalacg/?fbclid=IwAR1bBVcEto6AeDg06Lu15E3vpFGBl_aUw8nNqzUAZgdDia7f0hvbB_brrkZo)>. Acesso em: 23 dez. 2023.

ASSOCIAÇÃO DE GRUPOS DE DANÇAS FOLCLÓRICAS ALEMÃS. **Facebook**. [www.facebook.com](https://www.facebook.com/ccalajeado?locale=pt_BR). Disponível em: <[https://www.facebook.com/ccalajeado?locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/ccalajeado?locale=pt_BR)>. Acesso em: 23 dez. 2023.

ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE GRUPOS FOLCLÓRICOS ALEMÃES. **Facebook**. [www.facebook.com](https://www.facebook.com/agdfanp?locale=pt_BR). Disponível em: <[https://www.facebook.com/agdfanp?locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/agdfanp?locale=pt_BR)>. Acesso em: 23 dez. 2023.

BRAGA; KUSCHICK; FERREIRA; *et al.* “Música popular do sul”: identidades, agenciamentos e territorialidades translocais no Rio Grande do Sul . p. 151–185, 2014. Disponível em: <<https://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/viewFile/80/62>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

CENTRO CULTURAL 25 DE JULHO. **INÍCIO**. [Centro25brasil](http://Centro25brasil.com.br). Disponível em: <<https://www.25brasil.com.br/>>. Acesso em: 23 dez. 2023.

CENTRO DE CULTURA ALEMÃ DE LAJEADO. **Facebook**. [www.facebook.com](https://www.facebook.com/ccalajeado?locale=pt_BR). Disponível em: <[https://www.facebook.com/ccalajeado?locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/ccalajeado?locale=pt_BR)>. Acesso em: 24 dez. 2023.

DELAMARE, Tatiane; FRANZ, Juliana Cristina; MACEDO, Daniele; *et al.* **A colonização alemã no estado do Rio Grande do Sul**. Pelotas: UFPEL, 2012. Disponível em: <[https://www2.ufpel.edu.br/cic/2012/anais/pdf/CH/CH\\_00046.pdf](https://www2.ufpel.edu.br/cic/2012/anais/pdf/CH/CH_00046.pdf)>. Acesso em: 1 dez. 2023.

KREUTZ, Lúcio. A representação da identidade nacional em escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul. **História da Educação**, v. 5, n. 1, p. 141–164, 1999. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30047/pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2023.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade : seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo, Sp: Fundação Editora Da Unesp, 2001.

SOCIEDADE ALIANÇA. **Facebook**. [www.facebook.com](https://www.facebook.com/sociedadealianca.denh/?locale=pt_BR). Disponível em: <[https://www.facebook.com/sociedadealianca.denh/?locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/sociedadealianca.denh/?locale=pt_BR)>. Acesso em: 23 dez. 2023.

SOCIEDADE GERMÂNIA. **Sociedade Germania - A primeira associação recreativa do Rio Grande do Sul**. Sociedade Germania. Disponível em: <<https://www.sociedadegermania-poa.com.br/>>. Acesso em: 23 dez. 2023.

SPRICIGO, Gisele; FILLIPPI, Eduardo Ernesto. **O rural no Vale do Rio dos Sinos: desaparecimento ou permanência?** Área temática. [s.l.: s.n.], 2006. Disponível em: <<https://arquivofee.rs.gov.br/eventos/encontro-de-economia-gaucha/3-encontro-de-economia-gaucha-2006/>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

VS, Jornal. **Casa do Imigrante está no foco das ações pelo seu restauro.** Jornal VS. Disponível em: <[https://www.jornalvs.com.br/noticias/sao\\_leopoldo/2022/05/28/casa-do-imigrante-esta-no-foco-das-acoes-pelo-seu-restauro.html](https://www.jornalvs.com.br/noticias/sao_leopoldo/2022/05/28/casa-do-imigrante-esta-no-foco-das-acoes-pelo-seu-restauro.html)>. Acesso em: 22 dez. 2023.

# **MIGRAÇÕES, ETNICIDADES, RELIGIÃO E GÊNERO**

# **Memória, identidade e patrimônio: as devoções nas comunidades rurais que fazem parte da história do Santuário de Caravaggio**

Rosalina Luiza Cassol Schvarstzhaupt<sup>1</sup>

Vania Beatriz Merlotti Herédia<sup>2</sup>

## **Introdução**

O Santuário Nossa Senhora de Caravaggio é um local de devoção, onde se homenageia Nossa Senhora de Caravaggio, cuja devoção provém do Norte da Itália. O aparecimento dessa Santa ocorreu em 1432, numa pequena comunidade rural cuja história remete a uma camponesa que sofria maus tratos do marido. Essa devoção foi trazida ao Brasil por imigrantes italianos que se instalaram em terras da Ex-Colônia Caxias, local hoje conhecido como Caravaggio, primeiro distrito do município de Farroupilha.

Este Santuário é reconhecido localmente como o maior do Sul do Brasil em número de peregrinos. Informações atuais indicam que ocorre uma média anual de aproximadamente dois milhões de visitas, segundo dados fornecidos pela Secretaria de Turismo de Farroupilha (JS, 2020), provenientes de todos os estados brasileiros e de mais de 80 países dos diversos continentes (Schvarstzhaupt, 2018).

A pesquisa faz parte de um projeto de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade na Universidade de Caxias do Sul e procura mostrar a relação entre memória, identidade e devoção de um lugar de hospitalidade cujo contexto histórico está relacionado a imigração italiana, as questões de ruralidade e as práticas devocionais. A pesquisa, de natureza qualitativa, utiliza o método da História Oral. Esse método é “primordialmente uma arte da escuta. [...] não diz respeito só ao evento. Diz respeito ao lugar e ao significado do evento dentro da vida dos narradores” (Portelli, 2016, p. 10-12). O *corpus* da pesquisa é formado por entrevistas com sujeitos que tiveram atuação no Santuário Nossa Senhora de Caravaggio, em Farroupilha, RS, e exerceram papel de liderança no Santuário e/ou em comunidades a esse vinculadas mediante prestação de atividades pastorais.

O Santuário, além de sua comunidade sede, possui sete capelas localizadas em zona rural que estão a ele vinculadas. Essas capelas, possuem organização comunitária e devoções particulares, mas estão integradas pela colaboração que oferecem ao Santuário e ligadas por um

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, RS, Brasil. rlcassol@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em História das Américas. Caxias do Sul/RS, Brasil. vbmhered@gmail.com

território contínuo. A pesquisa realizada mostra que apesar das influências culturais que causaram importantes transformações sociais e culturais, as comunidades vinculadas ao Santuário, mantêm traços de pertencimento e de solidariedade motivadas pela crença religiosa e alimentada pela religiosidade popular na prática devocional à Nossa Senhora de Caravaggio. O presente estudo está dividido em partes sendo que a primeira contextualiza historicamente a criação do Santuário; a segunda, sobre a história das capelas que territorialmente contornam o Santuário; e, terceira, as práticas devocionais e o sentimento de pertença mantido pela população envolvida.

### **1. O contexto histórico da localidade de Caravaggio**

O processo de colonização no Sul do Brasil, foi decorrente da política migratória do governo imperial que pretendia povoar as terras devolutas do nordeste do Rio Grande do Sul, com a instalação de trabalho livre, o regime de pequena propriedade, a agricultura subsidiária, a mão de obra branca, assegurando a hegemonia nas regiões de fronteiras (Herédia, 2017).

O povoamento dos lotes coloniais dos Fundos de Nova Palmira teve início em 1875 e essa colônia que mais tarde se chamou Colônia Caxias recebeu imigrantes do Norte da Itália, que trouxeram consigo costumes e práticas culturais que preservaram. A região de colonização italiana, cuja sede foi a colônia Caxias, se desdobrou com o tempo em outros municípios entre eles Farroupilha, onde está localizado atualmente o “Santuário Nossa Senhora de Caravaggio”.

Quando os emigrantes chegam ao Rio Grande do Sul, se deslocam para as colônias definidas pelo governo para receberem os lotes coloniais. No Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, foram criadas três colônias: Dona Isabel, Conde d’Eu e Colônia Caxias. Essa Colônia possuía um território de 17 léguas quadradas e foi na primeira légua, na localidade de barracão que os imigrantes italianos chegaram. O nome devia-se às instalações que o governo construía para abrigar os recém-chegados e muitos emigrantes foram instalados na primeira légua e também na segunda légua, a chamada Nova Milano que abrigou milaneses em suas terras.

Os emigrantes enquanto esperavam a definição de seus lotes, permaneciam no Barracão<sup>3</sup>. A medição da terra e a administração da colônia apresenta uma série de dificuldades. As condições oferecidas para se tornarem futuros proprietários fazia da espera a promessa de um futuro promissor baseada no acesso à terra. Havia partido de comunidades que jamais

---

<sup>3</sup> O barracão, também chamado de hospedaria, era construído pela Diretoria da Colônia. Enquanto o emigrante não recebia o lote colonial esperava nessa instalação.

seriam proprietários e tinham a consciência do que o Brasil naquele momento lhes oferecia, uma condição que jamais existiria na terra de origem.

Para compreender a distribuição dos lotes coloniais é necessário entender como dividiam a terra e os nomes que davam a essa divisão. Portanto, as colônias estavam divididas em léguas e “cada légua quadrada dividida em diversas linhas que controlavam os vários lotes rurais que dela faziam parte” (Merlotti, 1979, p. 46). Essa divisão inicialmente era feita em mapas que nem sempre observavam os acidentes geográficos, o problema da água e na prática eram obrigados a resolver situações não previstas na divisão inicial. Os lotes eram numerados e a totalidade de lotes formava uma linha e estas no conjunto uma légua (Merlotti, 1979, p. 46). O tamanho dos lotes variava entre 22 a 25 hectares, o que caracterizava a pequena propriedade. Os limites de cada colônia eram demarcados pelos travessões que significavam a divisão territorial entre as diversas localidades. Cada linha tinha a sua capela.

Esses italianos partiram da Itália num período de transição política, uma vez que esse país recém se unificara e os emigrantes ainda se viam como procedentes de zonas específicas e não da nação Itália. Viam-se como beluneses, cremoneses, vicentinos, dentre outras e carregavam a cultura da sua localidade.

Herédia (2005) descreve que a economia da Itália, na época da política migratória europeia para o Brasil, sustentava-se na agricultura, que era arcaica e não propiciava condições à população para sobreviver. Ao abordar a imigração italiana no Rio Grande do Sul, destaca duas características que se evidenciaram nos traços dos imigrantes dessa região. A primeira, foi o espírito empreendedor e o culto ao trabalho. Nem todos os imigrantes comprovaram, em suas atividades, o espírito empreendedor, porém o trabalho foi uma de suas características marcantes. A segunda característica foi a integração. Os imigrantes a utilizaram em sua inserção social nas colônias agrícolas através da vida associativa, manifestada na vontade de reproduzir as formas de caráter econômico, político e caritativo existentes na terra de origem.

A junção dessas forças acontece tendo como um dos alicerces a Igreja Católica, cujos princípios estavam bem assimilados por esses migrantes. Para Godi (2011) a Igreja é compreendida como um lugar de condições específicas de seu surgimento. No caso da Igreja Católica, esta constitui-se de uma religião fundada, em particular, no princípio do *amor ao próximo*, de acolhida fraterna do outro. Em seus fundamentos, tem atividade social desde sua origem e vincula-se à noção da prática da hospitalidade.

A influência da Igreja Católica, segundo Herédia (2005), constituiu-se um dos fatores que contribuiu na construção de uma cultura marcada por valores religiosos. Esses valores se

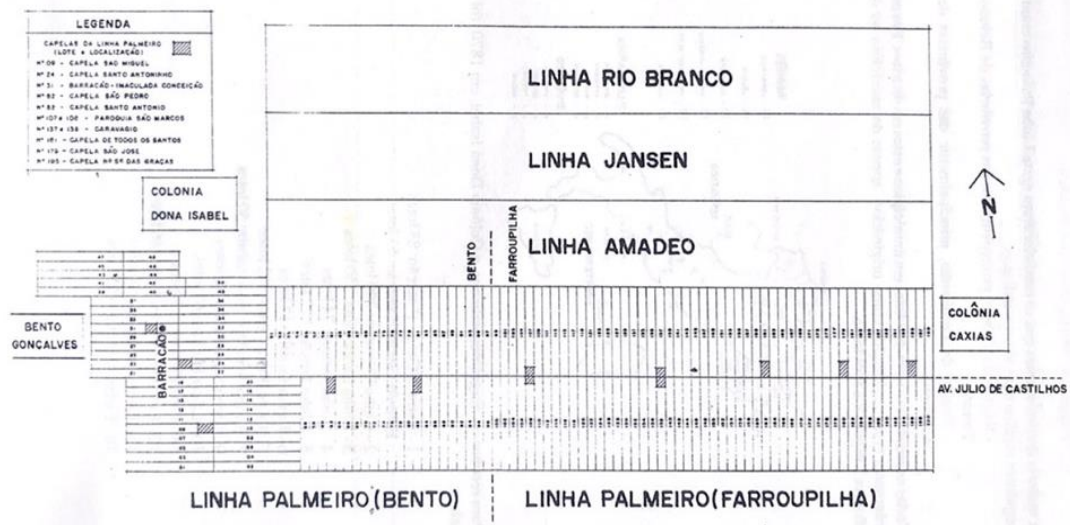
apresentaram nas instituições preservadas e respeitadas pelos italianos. A família é uma dessas instituições que cooperou com a estrutura da família patriarcal, na colônia italiana. Essa era forte e representava a manutenção dos valores trazidos da sociedade de origem. Através de práticas religiosas, a religião amenizou os conflitos e mostrou aspectos positivos da integração ao novo meio. A religião foi uma forma de minimizar o sofrimento e diluir a saudade que tinham dos familiares que haviam deixado em sua pátria de origem.

Bertuol (1950) detalha a imigração que deu origem ao povoado de Caravaggio a partir de relatos de diversos imigrantes e sobretudo a partir da constatação de bom número de documentos guardados pelos herdeiros dos imigrantes. As vinte e duas famílias de imigrantes italianos que povoaram Caravaggio procederam de Fonzaso, província de Belluno, Itália, de onde saíram em fins de outubro de 1876 (Bertuol, 1950).

Em águas brasileiras, chegou ao porto de Rio Grande aos 22 de dezembro de 1876 e, percorrida a Lagoa dos Patos, os imigrantes foram conduzidos via-fluvial até Montenegro, onde chegaram em 24 de dezembro, véspera de Natal. Como o rio Caí estava com águas rasas por causa da forte estiagem naquela época, prosseguiram até São Sebastião do Caí. Uns seguiram a pé, outros (mulheres, crianças e idosos) seguiram em caíques e barcas. No primeiro do ano de 1877, todos se encontraram nos barracões de São Vendelino. Algumas famílias seguiram para Caxias, em maior número foram para Garibaldi em busca da localidade denominada Dona Isabel, hoje Bento Gonçalves (Bertuol, 1950, p. 94).

A linha Palmeiro (Figura 1) abrangia as zonas compreendidas desde o Barracão, perto de Bento Gonçalves, até perto de Caxias do Sul, com S. Pedro, S. Marcos e Caravaggio na mesma linha. As suas colônias eram mais de 160. Quando chegou a leva de colonizadores que se estabeleceram em Caravaggio, as terras da Linha Palmeiro já haviam sido ocupadas por imigrantes anteriores, embarcados em Havre aos 30/11/1876, portanto, 15 dias antes, até o número 125, onde o Angelo Lucáora, de Fonzaso, ergueu seu primeiro casebre. Pela ordem numérica, “os novos imigrantes foram distribuídos pelas colônias números 126 a 164” (Bertuol, 1950, p. 97).

**Figura 1 - Mapa da Linha Palmeiro**



Fonte: Decó (1994, p. 31). A localidade de Caravaggio se localizava na Linha Palmeiro. A linha Palmeiro, do lote 1-99 fazia parte da Colônia Dona Isabel e os do lote de 100-200 faziam parte de Nova Vicenza, distrito da Colônia Caxias.

Uma das primeiras iniciativas dessas famílias foi a construção de capelas. Essas favoreciam o encontro, as rezas e fortaleciam-se comunitariamente diante dos desafios a enfrentar na nova pátria (Bertuol, 1950). A construção de capelas ocorre da cotização de todos, constituindo-se um foco de solidariedade. Dada a significação preponderante da vida religiosa, as capelas assumem cedo um papel aglutinante da vizinhança como local de culto e onde os fiéis se reúnem para suas orações devocionais. Essas capelas eram atendidas periodicamente por um cura da área.

Azevedo (1975), em seus estudos nos anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul, caracteriza a formação das capelas como um processo de unificação de esforços em que se estruturava a vida social, religiosa, recreativa, moral e econômica de comunidades rurais. As capelas foram construídas no centro das linhas e tiveram uma função de organização social pois em torno delas, foram edificadas a escola, o cemitério, o salão paroquial que integrava os moradores de cada localidade. Cada capela escolhia um padroeiro o qual em muitos casos se tornava o nome da capela.

Nem todas as capelas se tornaram paróquias, mas inicialmente tiveram um papel agregador, de além de unir, de ter uma função social e de oportunizar os encontros dominicais. Entre os moradores da capela, eram escolhidos aqueles que respondiam pelo cuidado do espaço do culto e do seu interior. Eram chamados de ‘friqueiros’ e colaboravam para a manutenção da capela e do seu funcionamento. As capelas eram elementos agregadores da vida coletiva e



reuniam seus moradores em torno de hábitos comuns entre eles as práticas devocionais que os animavam e os uniam.

No decurso do tempo, muitas dessas capelas adquiriram status de paróquia. Em algumas, a configuração passou de rural à urbana pela transformação dos espaços e formação das cidades. Em Caravaggio, o próprio Santuário está localizado numa área predominantemente agrícola, bem como as sete capelas que a ele estão vinculadas localizam-se na área rural.

A secularização e as significativas mudanças culturais decorrentes da modernização e globalização tornaram-se desafios aos fiéis a escapar das diferenças e das contradições no exercício da fé. Essas implicações desafiam o espírito de comunidade de crentes em suas diversas culturas e que buscam viver um propósito de vida fundado em sua crença.

## **2 O nascimento da formação das capelas e do santuário**

A capela que deu origem ao Santuário de Caravaggio, surge nos primeiros anos em que são assentados os imigrantes italianos na região. Essa imigração deu origem ao povoado de Caravaggio segundo relatos de diversos imigrantes e sobretudo a partir da constatação de documentos guardados pelos seus descendentes. Esses imigrantes se instalaram na Linha Palmeiro que abrangia a área compreendida desde o Barracão, perto de Bento Gonçalves, até perto de Caxias do Sul, com as capelas de São Pedro, São Marcos e a capela de Nossa Senhora de Caravaggio na mesma linha.

Para a construção de capelas ocorria a cotização de todos, constituindo-se em um foco de solidariedade. Dada a significação preponderante da vida religiosa, as capelas assumem cedo um papel aglutinante da vizinhança como local de culto e onde os imigrantes se reúnem para suas orações devocionais. Essas capelas eram atendidas periodicamente por um religioso.

Com o passar do tempo, algumas dessas capelas adquiriram condição de curato como Caravaggio e São Marcos. Em algumas, a configuração passou de rural à urbana pela transformação dos espaços e a emancipação das colônias. Em Caravaggio, o próprio Santuário localizou-se no lote 138 da Linha Palmeiro, numa área predominantemente agrária, bem como as capelas que a ele vinculadas localizavam-se na área rural.

Uma característica fundamental que perpassa o tempo e as transformações rural/urbano no Santuário foi a de ser lugar de hospitalidade. Em 1879, foi construído o primeiro oratório e a partir dali o local de encontro foi estabelecido. Os moradores compreenderam a urgência de se erguer uma igreja que fosse um lugar de prece coletiva da comunidade. A inauguração da pequena casa de Deus bem perto do atual cemitério (Zorzi, 1986, p. 38).

Em 1890 foi construído um prédio de alvenaria que receberia o futuro Santuário (Figura 2). Em 1893, a comunidade de Caravaggio, constituída por 22 famílias, recebeu o apoio do bispo Dom Cláudio Ponce de Leão se transformando em curato, pelo fato de ter um padre próprio. A partir dessa iniciativa, a capela de Caravaggio torna-se sede das demais capelas que nascem no seu território.

**Figura 2** – Santuário Nossa Senhora de Caravaggio, Farroupilha-RS, construído em 1890



Foto: Farroupilha (2021). Farroupilha das Antigas de uma Volta. Santuário de Caravaggio, 1890.

### 3 As principais práticas devocionais

Para falar da origem das capelas e de suas práticas devocionais partiu-se do conceito de memória coletiva defendido por Halbwachs (2004). O autor afirma que o fenômeno da recordação e da localização das lembranças só é percebido a partir dos contextos sociais que servem de base para a reconstrução da memória. A memória pode ser interpretada como as reminiscências do passado que reaparecem no presente, no pensamento de cada indivíduo, como capacidade de armazenar certa quantidade de informações concernentes a fatos que foram vividos. Halbwachs sustenta que a lembrança necessita de uma comunidade afetiva, construída em razão do convívio social com outras pessoas para formar consistência. As impressões nas lembranças de outros indivíduos que compõem o mesmo grupo, no qual está inserido, ajuda a reforçar, enfraquecer, ou mesmo completar a própria percepção dos acontecimentos. As narrativas, bem como os lugares da memória, constituem-se instrumentos de preservação e

transmissão das heranças identitárias. O mesmo entrevistado, morador do local, aponta a importância da crença religiosa, que vivida em comunidade, fortalece e estreita os laços sociais.

Se eles não tivessem a fé, em pouco tempo, cento e quarenta anos da imigração, eles não teriam transformado esta região no que é hoje. Aqui em Caravaggio, no segundo ano já acontecia a construção da primeira capelinha para poderem rezar. Para a construção da igreja antiga, as pessoas se juntaram para fazer os tijolos no domingo. As crianças participavam. Foi construída a olaria atrás do Santuário, e no domingo depois do terço, porque não tinha missa porque não tinha padre.... Eles traziam os tijolos em fila indiana, quem podia. Quem podia pegar um tijolo pegava o tijolo e levava (Morador de Caravaggio1, 56 anos).

As narrativas são importantes como estilo de transmissão que perpassa as gerações no repassar das experiências simples da vida cotidiana bem como de fatos que marcaram a vida e a história da comunidade. Uma das narrativas comuns entre os moradores locais entrevistados é a escolha do padroeiro e o surgimento da devoção que deu origem ao Santuário de Caravaggio, em Farroupilha.

O primeiro nome que surgiu foi Santo Antônio. Mas como já tinha Santo Antônio em Bento Gonçalves, na festa não ia ter padre para vir rezar missa. [...] começou a surgir a discussão de qual outro santo seria. E acabaram decidindo por colocar o nome de Nossa Senhora. O primeiro nome seria Nossa Senhora de Loreto, mas não tinha ninguém que tivesse uma imagem dela. Eram muito pobres, não tinham nenhuma imagem de Nossa Senhora de Loreto, nenhuma foto. Então ficaram de procurar através de quem descesse para o Caí, para vender ou comprar suprimentos, e iria procurar se tinha. Nesse meio tempo, a família do Natal Fáoro, tinha uma imagem de Nossa Senhora que era uma relíquia de longa data e disse que emprestaria até que achassem uma imagem para colocar. E aí as crianças se perderam de noite na mata, e não achavam. E fizeram uma promessa para Nossa Senhora e encontraram as crianças e então passou a ser Nossa Senhora de Caravaggio (Morador de Caravaggio1, 56 anos).

Fica claro, por meio das entrevistas, que na localidade de Caravaggio há uma cultura de hospitalidade e acolhimento à religiosidade popular. Os entrevistados demonstram que a comunidade local, e a comunidade das capelas prestam serviços ao Santuário, numa demonstração de empenho coletivo em acolher os peregrinos da melhor maneira possível na expectativa de que sempre retornem.

O sentimento de pertença, a formação de vínculos, manifesta-se através das ações empreendidas pela comunidade local, sede, bem como das comunidades das capelas vinculadas ao Santuário. Essas manifestações reforçam os dizeres de Martinez e Heidemann (2019) a respeito da formação de vínculos e da disposição para que esses ocorram através de encontros e relações geradores de laços. Os vínculos gerados pela socialização na vida comunitária e alimentada pela crença religiosa contribuem no processo para construir e atravessar obstáculos. Dessa forma, tornam-se um caminho de união e transformação dos sujeitos e geram o

sentimento de identidade, de pertença, de *estar-com*, de comunidade. Esses vínculos são percebidos na fala de uma religiosa que atuou no Santuário e contribuiu por muito tempo na formação de agentes no serviço de acolhimento.

[...]As famílias que moram em ‘Caravaggio’ já tem isso no sangue. Então eles fazem de tudo para fazer o melhor. Observam que aquilo que não deu certo, deve ser mudado para dar mais certo. Eles têm muito disso. Se esse caminho não leva muito a realização total, eles mudam para outro caminho para aperfeiçoar-se melhor. Isso o povo de Caravaggio tem. E eles não são capazes de dizer não quando lhes é solicitado para trabalhar na Igreja, no Santuário. Eles deixam tudo para estar presentes porque a Igreja precisa do trabalho deles. E eu digo, noventa e nove vírgula nove por cento de todos os trabalhos que são realizados no Santuário, para não dizer cem por cento, é gratuito (Religiosa Congregação Carlista, 74 anos).

As comunidades envolvidas sustentam os serviços que o Santuário oferece ao público em geral. A motivação dessa ajuda está na devoção a Nossa Senhora de Caravaggio. Lembram de seus antecessores que possuíam forte identificação com a crença religiosa da Igreja Católica e traziam consigo sentimento de orgulho de sua procedência italiana.

[...]A devoção à Nossa Senhora de Caravaggio não nasceu por uma invenção de um padre ou imposição da Igreja. A devoção à Nossa Senhora de Caravaggio nasce do povo, do povo que chegou. Os migrantes, quando ainda não tinha nem muitos padres, nem capela, nem nada, sentem a necessidade de se encontrarem, de rezarem. E aí em Caravaggio aconteceu que o povo se reuniu ao redor de um quadro que representa Nossa Senhora de Caravaggio. A partir daí a devoção começa. Começa a partir do coração do povo, da vontade do povo. E o nosso povo tem uma devoção mariana. Não podemos tirar Maria do coração do nosso povo, Maria, mãe de Deus. Esta devoção de Caravaggio nasce do coração do povo, da devoção que os migrantes trouxeram e que depois foi transmitida através do exemplo pelos pais, pelos avós aos seus filhos e netos. Foi transmitida e continua ainda hoje essa devoção de ser transmitida de pai para filho, de maneira que o Santuário, não precisa fazer muita propaganda de dizer “venha ao Santuário!”, porque o povo vai, vai ao Santuário sem propaganda (Sacerdote, 86 anos).

[...]A primeira romaria votiva meu falecido avô participou. Ele era recém-casado e morava em Vila Jansen. E eram seis meses de seca, não tinha mais água para beber. Tinha que descer lá para baixo no rio pegar água para levar para o gado. E foram a pé. Ele chorava quando contava. Ele dizia: nós fomos para lá no Santuário com seco, seco, seco. E voltemos pisando barro. Eles tinham treze filhos vivos, mas em todos, eram dezenove. Não era um. Faziam a dieta da falecida vó com pinhão e caldo de papagaio. Não tinha outra coisa de comer. O pinhão, secava no sol e guardavam (Moradora, 75 anos).

Candau (2011, p. 16) diz que “se identidade, memória e patrimônio são as três palavras-chave da consciência contemporânea- poderíamos reduzir a duas se admitirmos que o patrimônio é uma dimensão da memória”. Esse autor diz que memória e identidade são indissociáveis. A memória fortalece a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo. “[...] assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade” (2011, p. 16).

O significado do termo ‘patrimônio’ está em ser os bens que uma pessoa ou instituição possui. Na abordagem de patrimônio cultural, a significação é mais ampla e complexa, por incluir a **herança coletiva** – a cultura de uma sociedade. Quanto ao seu pertencimento, pode estar atribuído a uma comunidade – estado – país, numa possibilidade de receber atribuição de patrimônio mundial, ou patrimônio da humanidade, designação utilizada indicando ser de fundamental importância para a humanidade, seguindo atribuições da Unesco.

### **Considerações finais**

A análise das narrativas que nasceram das entrevistas com moradores das capelas e religiosos ligados ao Santuário, permitiu relacionar a religiosidade da população com a cultura da imigração e os valores por ela representados. A identidade construída está relacionada à formação inicial da comunidade rural, presente nas capelas, e o patrimônio construído. Confirma o que postula Woodward que a identidade é “relacional” e “é marcada por meio de símbolos” (Woodward, 2011, p. 10).

O social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades (Patrimônio rural). A marcação simbólica é o meio pelo qual se dá sentido as práticas e as relações sociais. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são vividas nas relações sociais (Woodward, 2011, p. 14).

Memória, identidade e devoção tecem uma trama de relações e provocam características peculiares nos contextos sociais, geográficos e religiosos. Em Farroupilha, na localidade de Caravaggio, as comunidades locais vinculadas ao Santuário de Caravaggio revelam traços de pertencimento ao Santuário fazendo da sua história a própria história do Santuário. As narrativas indicam que perdura uma cultura centrada na crença religiosa, alimentada pela religiosidade popular em torno da devoção à Santa. Essa cultura religiosa indica que se mantém o empenho do fortalecimento de valores relacionados à família, à moral e ao espírito cívico, na construção da vida pessoal e comunitária, bem como esforços das gerações atuais transmitirem e garantir a continuidade às gerações futuras.

A cultura religiosa desenvolvida entre os membros que constituem a grande comunidade do Santuário, constituída pela comunidade sede e suas sete capelas, indica a importância que a religiosidade popular, caracterizada pela devoção dedicada à Santa, exerce sobre suas vidas e sua história. Os valores cívicos trazidos da Itália pelos antepassados contribuíram na formação

da identidade pessoal e coletiva e moldaram a cultura da comunidade garantindo sua manutenção e reprodução ao longo das gerações que se seguiram.

A história mostra que essa comunidade sente alegria em receber os visitantes no Santuário ao empenharem-se dedicando suas habilidades no serviço pastoral. Demonstram satisfação em proporcionar condições adequadas à experiência religiosa nas necessidades dos peregrinos. Empenham-se para que voltem sempre e realizem sua experiência de religiosidade, de fé. Nessa expressão, está implícito o sentimento de pertença que sentem na comunidade religiosa. Percebe-se um forte sentimento de pertencimento à comunidade que se dá pelo cultivo da fé, das devoções e da integração dessa população. O espírito de hospitalidade mútua dos moradores dessas comunidades reflete em ações que fortalecem a religiosidade popular manifesta nas devoções a Santa.

## Referências

AZEVEDO, Thales de. **Italianos e Gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação: DAC/SEC, 1975.

BERTUOL, Pe. Olívio. **Milagrosa Rainha de Caravaggio**. Caxias do Sul: Mitra Diocesana de Caxias do Sul, 1950.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

DECÓ, Ermínio Dall’Agnol. **Microrregião de colonização italiana de Bento Gonçalves e Farroupilha**. Canoas: La Salle, 1994.

FARROUPILHA das Antigas de uma Volta. Facebook, [S. l.], 26 maio 2021. Disponível em: [https://www.facebook.com/photo/?fbid=4078774162190773&set=pcb.4078792818855574&l\\_ocale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/photo/?fbid=4078774162190773&set=pcb.4078792818855574&l_ocale=pt_BR) . Acesso em: 20 nov. 2023.

GODI, Patrícia. Igreja: A casa da misericórdia. In: MONTANDON, Alain. **O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas**. São Paulo: Ed. Do Senac, 2011. p. 605-617.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. O mito do imigrante no imaginário da cultura. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, 2005, v. 4, n. 8, p. 233-244, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1225/848>. Acesso em: 12 dez. 2019.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Processo de Industrialização da Zona Colonial Italiana**. 2. ed. ampl. Caxias do Sul: EDUCS, 2017.

JS Jornal Semanário. Peregrinação sem caminhada: 141ª Romaria de Nossa Senhora de Caravaggio pode ocorrer só pela internet. (4 abril 2020). Disponível em: <https://jornalsemanario.com.br/peregrinacao-sem-caminhada-141a-romaria-de-nossa-senhora-de-caravaggio-pode-ocorrer-so-pela-internet/> . Acesso em: 20 out. 2023.

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul**: implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

MARTINEZ, Monica; HEIDEMANN, Vanessa. Jornalismo Literário: afeto e vínculo em narrativas. **Revista Lumina**, Juiz de Fora, PPGCOM/UFJF, v. 13, n. 1, p. 4-14, jan./abr. 2019.

MERLOTTI, Vania Beatriz Pisani. **O mito do padre entre descendentes de imigrantes italianos**. São Leopoldo: EST, 1979.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral**: a arte da escuta. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SCHVARSTZHAUPT, Rosalina Luiza Cassol. **A hospitalidade na romaria Nossa Senhora de Caravaggio/Farroupilha/RS sob a ótica da Igreja Católica**. 2018. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hospitalidade). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2018.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, R.J: Vozes, 2011.

ZORZI, Dom Benedito. **Nossa Senhora de Caravaggio no Brasil**. Caravaggio, Farroupilha, RS: Mitra Diocesana de Caxias do Sul, 1986.

## **Comportamento sexual e matrimonial de jovens da colônia de imigração italiana de Guaporé – Rio Grande Do Sul – (1875-1960)**

Ismael Antônio Vannini<sup>1</sup>

Rodrigo Kummer<sup>2</sup>

### **Introdução**

Sabe-se que com o tempo as famílias vão assumindo e estabelecendo novos papéis e que isso promove modificações na forma de relacionamento entre os pais e os filhos. Isto ocorre porque no interior de uma família, tanto as obrigações entre os sexos, quanto os compromissos entre pais e filhos não estão nitidamente preestabelecidos. Esse processo estimula a divisão das funções, bem como o exercício do poder e das obrigações familiares. Assim, os direitos familiares estão em constante negociação, na possibilidade de serem revistos recorrentemente (Sarti, 2000).

Nessa perspectiva, o exercício de um sistema familiar conforma a expressão concreta de uma cultura. Daí apreender sua morfologia e mapear as transformações ao longo do tempo, equivale a recompor a transformação de uma visão de mundo. Tendo em vista essas questões, e considerando a cultura como um elemento não estático, entende-se ser possível manter o olhar focado nos jovens, com vistas a analisar as características e as transformações vivenciadas pelas sucessivas novas gerações de imigrantes e descendentes na Colônia de Guaporé, entre 1875 e 1960.

Nesta perspectiva, pode-se observar em que medida a juventude ítalo-gaúcha foi reprodutora dos valores e das condutas culturais, ou se protagonizou importantes transformações, originando novas referências para a sociedade. Neste caso, é importante ter em vista que a cultura é um conjunto de diferentes recursos. No mundo, ou na ação, categorias culturais adquirem novos valores funcionais (Thompson, 1998). Os significados culturais, sobrecarregados pelo mundo, são frequentemente alterados. Sendo assim, quando as relações entre as categorias mudam a estrutura é transformada (Sahlins, 2003).

Para analisar o comportamento sexual e matrimonial dos jovens, considerando a colônia de imigração de Guaporé, definiu-se o período entre 1875 e 1960. Este corte temporal

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela PUCRS. Professor do Departamento de História da UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná, Campus Coronel Vivida/PR.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais pela UFRRJ. Professor do Departamento de Humanidades da UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Francisco Beltrão/PR.



contempla o marco inicial da imigração e se estende por quatro gerações. Fase que se efetiva a condição dos jovens imigrantes e descendentes na colônia, seu comportamento e, sobretudo, sua dinâmica de recriação cultural. Também revela em que medida eles foram reprodutores ou foram responsáveis pela ruptura de tradições, valores e comportamentos.

Este artigo está organizado em duas partes. A primeira aborda elementos do arcabouço teórico que trata da história dos jovens. A segunda trata dos aspectos e processos comportamentais dos jovens no tocante a sexualidade e matrimônio.

## **1. Os jovens como objeto da História**

O texto que segue tem a finalidade de apresentar uma base historiográfica referente ao tema, isto é, relacionar algumas das mais importantes abordagens da história dos jovens. Bases fundamentais para este projeto, são produções originadas, sobretudo, após o avanço da História Nova. Exemplo disso é a clássica obra organizada por Le Goff e Pierre Nora (1995), onde são apresentados os novos processos da História: “novos problemas, novas abordagens e novos objetos” como campo epistemológico da História.

Na coletânea de textos que envolvem os três volumes organizados por Le Goff e Nora, os jovens recebem destaque com o artigo de Pierre Vidal-Naquet. O autor analisa a obra de Joseph-François Lafitau, missionário da Companhia de Jesus, que se propôs a tarefa de uma ciência do homem universal em uma perspectiva antropológica. Lafitau buscou nos ritos iniciáticos a comprovação de características universais. “A descoberta devida a Lafitau, de ritos de iniciação na Grécia, paralelos àqueles das sociedades ‘primitivas’, suscitou no século XX, sobretudo, inúmeros trabalhos que foram recentemente sintetizados por historiadores” (Vidal-Naquet, 1995, p. 124, grifos do autor).

Para a tarefa, Lafitau esteve na América como missionário no início do século XVIII e conviveu no Canadá junto a comunidades indígenas hurons e iroqueses, analisando seus ritos de iniciação. Tais ritos tratam da passagem quando o jovem ascende à comunidade dos adultos. “É necessário por assim dizer que eles se tornem surdos e mudos e que aprendam tudo de novo, recomeçam a viver depois de seres mortos de alguma maneira e tornam-se homens esquecendo que já tenham sido crianças” (Vidal-Naquet, 1995, p. 122).

Vidal-Naquet destaca que entre as inúmeras instituições humanas que o missionário e antropólogo Lafitau enumera, a iniciação dos jovens deve ser vista com especial atenção. Isso porque, na interpretação de Naquet, nos ritos iniciáticos ocorrem modificações radicais no estatuto religioso e social do sujeito e do grupo a iniciar. “Filosoficamente falando, a iniciação

equivale a uma mutação ontológica do regime existencial. Ao final de suas provas, o neófito desfruta de uma outra existência que não a de antes da iniciação: ele torna-se outro” (Vidal-Naquet, 1995, p. 122).

Uma das maiores, senão a maior contribuição para o tema dos jovens, é a obra organizada por Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt. Ela é apresentada em dois volumes: “A História dos Jovens: Da antiguidade à era Moderna” e “História dos Jovens: a era Contemporânea”. A obra é composta por vários artigos, onde os autores apresentam múltiplos pontos de vista. Cada um intervém com o próprio conhecimento específico, servindo-se de fontes que dispõe e com problemáticas formuladas nas pesquisas recentes. A obra apresenta histórias de jovens no emaranhado de relações sociais específicas, ligados a contextos e a momentos históricos distintos.

Nessa coletânea, o artigo de Sabina Loriga trata dos jovens na experiência militar e aponta – da mesma forma que Naquet – que os ritos iniciáticos são a referência para o estudo da juventude. “Tendo como base as inúmeras pesquisas sobre o exército hoje disponíveis, parece-me, contudo, possível pôr em evidência como a imagem do ritual de passagem para a idade adulta foi constituído e sedimentado lentamente” (Loriga, 1996, p. 17).

A contribuição de Daniel Fabre à obra da História dos Jovens, contempla a vida dos jovens na aldeia. Mais uma vez o comportamento ritualístico permite compreender o grupo social em questão. Analisando a festa “*majeure*” que ocorre na França, o autor identifica as características de comportamento dos jovens e da aldeia em geral. A festa analisada por Fabre, enfatiza um momento sublime do ritual de iniciação da juventude que incide para as núpcias: “com a primeira noite, eis enfim chegado o momento, tão temido quanto esperado, de pôr a prova esse saber, pois baile, antes de ser o lugar principal de encontro e de confirmação dos pares, é aquele onde cada um vem expor-se a todos os perigos das trocas galantes” (FABRE, 1996, p. 59).

Trata-se de um arranjo ritual que é dotado de um sentido coletivo e que estabelece uma organização social de iniciação dos jovens em “situações” de vida adulta. A superação da juventude se dá justamente nesses processos de passagem, donde a sexualidade e o matrimônio são elementos evidenciados. Existem variações quanto a vivência desse momento entre homens e mulheres. Os rituais jovens possuem marcações de gênero que se expressam pelos vetores culturais de cada grupo social.

## **2. A condição da juventude ítalo-gaúcha imigrante e descendente**

No que tange a Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, que compreende as colônias de imigração, assentadas na região da Serra Gaúcha, os ritos fizeram parte dos estágios vividos na sociedade. Quanto à juventude, esta comumente esteve envolvida no contexto da ritualização. Historiador da Imigração italiana no RS, Tedesco evidencia este fenômeno: “não temos dúvida em afirmar que o colono imigrante reconstruiu seu mundo cultural pelos atos e ritos individuais e comunitários religiosos” (Tedesco, 2001, p. 58).

De forma semelhante e salvas as proporções, as festas realizadas na RCI nos inferem a concluir que seguiam um caráter iniciático, semelhante às descritas por Fabre nas aldeias languedocianas. Nas aldeias francesas, as famílias eram as promotoras das festas e o ritual da festa “*majeure*” tinha a finalidade de aproximar os jovens para forjar as núpcias. As festas e bailes são descritas e identificadas pela historiografia colonial, no entanto, parece que também tinham estímulo das famílias.

A historiadora Aline Karen Matté, tratou do tema das contravenções sexuais da RCI. Em sua pesquisa, identificou a participação e a convivência dos pais nos bailes organizados pelos filhos. Aline afirma que os pais cediam as salas das próprias casas para as festividades dos jovens, mesmo estas festas sendo combatidas de forma veemente pelo clero católico da região. “No contexto da colônia os bailes eram celebrações muito realizadas e frequentadas por toda a vizinhança, mesmo que para que estes acontecessem, fosse necessário passar por cima das palavras censurativas dos padres” (Matté, 2008, p. 77).

As festividades dos jovens ítalo-descendentes da Serra Gaúcha parecem ter gozado de importante significado. Em uma outra passagem, Matté enfatiza a ritualização do carnaval: “as celebrações de carnaval, assim como os bailes, eram realizadas nas casas de família na zona rural” (2008, p. 78). A autora destaca que homens e mulheres se fantasiavam nestas ocasiões e que destas festividades se originavam a maioria dos namoros da sociedade.

Os passeios e o acompanhamento no caminho para a capela eram outros momentos de encontro dos jovens da colônia. Também os piqueniques eram momentos de aproximação tolerados pela comunidade. Os relatos da obra de Matté revelam os detalhes e as práticas nos encontros. De forma a ilustrar, a autora insere e comenta inúmeros registros fotográficos dos eventos campestres: “nas imagens aparecem diversos jovens, tanto moças, como rapazes, deitados no gramado, sob as sombras das árvores, fumando cigarros, conversando e namorando” (Matté, 2008, p. 79).

Mesmo com reprimendas das autoridades religiosas, preocupadas em manter os valores e as normas culturais, os jovens – em alguns casos com a complacência dos genitores – rompiam

com os preceitos da tradição. E. P. Thompson, ao tratar dos costumes, sobretudo da cultura inglesa do século XIX, identifica esta realidade em relação a cultura. Uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole. “Na verdade, o próprio termo ‘cultura’, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto” (Thompson, 1998, p. 17, grifos do autor).

Apesar da historiografia tradicional em muito ter corroborado com o discurso piedoso clerical, as análises mais contemporâneas sobre os imigrantes italianos permitiram uma visão buscando as contradições entre o discurso e o vivido colonial. Tanto as fontes orais, quanto a documentação paroquial e judiciária contribuem para revelar que os atos sexuais anteriores ao casamento ocorriam com rígida frequência. As fontes revelam diversos casos de jovens que tinham experiências sexuais antes do casamento: “o ato sexual anterior ao casamento ficou comprovado de diversas maneiras. A primeira delas se refere a gravidez. Nos depoimentos, todos os entrevistados mencionaram a lembrança de moças que casaram grávidas” (Matté, 2008, p. 82).

Na região em análise, não foram raros os casamentos “urgentes” que solucionavam uma “inesperada” gravidez da noiva. Isso demonstra que havia, comumente, um amplo espaço entre o discurso e o fato, entre o mito e a história. As pequenas e grandes transgressões às rígidas normas “formais” faziam parte também do cotidiano amoroso dos jovens colonos (Vannini, 2003).

A gravidez durante o namoro, bastante comum na RCI, costumava ser disfarçada com o casamento e com a justificativa de um nascimento prematuro. Os documentos paroquiais apontam que eram relativamente poucos os “filhos naturais” de mães ítalo-gaúchas. Filhos naturais era a designação que a igreja atribuía para os nascidos de mãe solteira. Entretanto, tamanha era a incidência de noivas grávidas que o fato terminou produzindo uma categoria específica.

Os saudáveis primogênitos, nascidos antes dos nove meses posteriores ao casamento, eram definidos pela comunidade colonial de filho *setemin*, ou seja, nascido no sétimo mês da gravidez. Os dois meses faltantes, em média, deviam-se ao tempo que a noiva levava para dar-se conta da gravidez e para os noivos providenciarem o matrimônio acelerado. A constatação da normalidade da gravidez de noivos na RCI abre um espaço de pesquisa sobre o contexto dessas transgressões às normas. A facilidade de acesso a propriedade da terra permitia e

incentivava os casamentos precoces, retirando, portanto, a interdição ao casamento de noivos jovens, como ocorria na Itália (Vannini, 2003).

Na organização e produção colonial, a família teria maior sucesso se tivesse um número considerável de filhos. A esterilidade feminina e masculina era uma “maldição divina” com sérias consequências econômicas. Como saber se a noiva era fértil, antes do casamento? Essa dura questão colocava-se para os jovens noivos, num contexto em que a esterilidade era vista como problema essencialmente feminino.

Corroborando com estes questionamentos, Aline Matté observa em suas pesquisas detalhes do comportamento dos jovens. Em muitos casos que a autora registra, o sexo anterior as bodas era algo que ocorria frequentemente. Mesmo enfrentando o medo do castigo dos pais e dos padres, era normal os namorados que tinham bastante tempo de relacionamento, realizarem o ato sexual diversas vezes antes do casamento. Muitos casais se uniam em matrimônio, apenas quando isso resultava em gravidez. À desculpa fácil de que o bebê havia nascido prematuro, poderiam disfarçar os comentários (Matté, 2008).

Podemos também observar, como indicativo pertinente, o fato de quase todos os casos de gravidez culminarem em casamento. O que nos instiga é que em meio a tantos casos de registros de nascimento aos sete meses de matrimônio, os casos de “filhos naturais” é baixo. Isso pode ser um indício de que a fertilidade feminina estava sendo testada e o casamento com o primogênito em gestação era o interesse dos jovens. Caso contrário, se a gravidez não era o que interessava, poderíamos, tendencialmente, ter um número de filhos naturais muito maior.

Uma comunidade imigrante de língua alemã que veio habitar Curitiba em meados do século XIX é pesquisada por Nadalin. Tratando da temática maior da população, Nadalin aborda a sexualidade, o casamento e a reprodução dos luteranos assentados em chácaras em torno da então capital da nova Província. O comportamento da comunidade em questão se aproxima da problematização agora proposta. Características de um fenômeno observado em uma comunidade camponesa imigrante, com estratégias e interesses muito próximos daqueles observados entre os ítalo-gaúchos. Mesmo tratando-se de outra comunidade, a obra do autor nos permite aproximação das práticas entre diferentes grupos étnicos. Seguindo na descrição de Nadalin:

Algumas mulheres, não muitas, conviveram durante algum tempo com seus companheiros antes do casamento; dessas uniões, crianças nasceram, algumas antes mesmo de os casais legitimarem sua situação, e outras num intervalo, após as núpcias, muito comprometedor (1988, p. 63).

Como vimos, com a dependência de braços para a produção do lote, uma esposa infértil (nesse contexto, a infertilidade era entendida como um problema feminino), certamente inviabilizava o núcleo familiar. Isso sem contar na falta de apoio na velhice, muito temida na cultura camponesa em geral. Nas comunidades campesinas, o filho é visto como uma aposentadoria aos patriarcas, ao sucedê-los na exploração da terra. Na linguagem moderna, é como um investimento (Meillassoux, 1976).

A certeza da fecundidade da jovem seria então o principal elemento para a instituição do núcleo familiar. Era do casal monogâmico e proliferador a responsabilidade de gerar os braços que dariam conta do sucesso do lote. A estratégia de casar-se mediante uma gravidez confirmada, pode ter sido um dos atributos mais admiráveis para uma jovem camponesa da Serra Gaúcha. Quando esta estratégia é realmente usada por certas comunidades, o valor da fecundidade está em grande evidência. Prova disso é a proposição de Max Marcuse: “à moça grávida é atribuído mais valor do que àquela que tem de provar ainda sua fertilidade” (1923, p. 304).

Enfrentar a censura clerical e por vezes a reprimenda da família, pode ter sido uma opção dos jovens. Melhor romper com certos princípios e valores do que correr o risco de uma família infértil. A atitude de ruptura com os valores culturais em nome de interesses práticos, é algo observado nos grupos humanos. Marshall Sahlins, relata o contato entre britânicos e havaianos ocorrido no final do século XVIII, registrado no momento da chegada na ilha americana. As mulheres nativas se ofereceram aos marujos como forma de gratificar os estranhos com todos os prazeres do sexo.

Como sabemos, as mulheres logo conseguiram satisfazer suas exigências especiais, apesar dos tabus sexuais impostos pelo capitão Cook aos seus homens. Foi desse modo que mulheres comuns deram início a uma série de violações de tabus que, como logo descobriram os chefes e sacerdotes, se aplicava igualmente a suas proibições sagradas (Sahlins, 2003, p. 172).

Para Sahlins, a atitude dos havaianos resume uma provável teoria da história, da relação entre estrutura e evento, na proposição de que a transformação de uma cultura também é um modo de sua reprodução. As formas tradicionais tendem a reproduzir a cultura da forma que fora constituída. Mas para o autor, o mundo não é obrigado a obedecer a lógica pelo qual foi concebido. O contato com os europeus gerou formas de oposição que não estavam previstas nas relações tradicionais do povo da ilha. “As condições específicas do contato europeu deram origem a formas de oposição entre chefias e pessoas comuns que não estavam previstas nas relações tradicionais entre eles” (Sahlins, 2003, p. 174).

Considerando esta teoria de Sahlins para a análise dos jovens italianos e descendentes da colônia de imigração, é importante ponderar a possibilidade da estrutura cultural ter sido superada pelo evento do teste de fertilidade. Isto é, se a tradição, a cultura e os valores da sexualidade pregados pelo clero e a sociedade em geral, foram relativizados pelos jovens, mediante a necessidade da certificação da fertilidade, precisamos então sopesar a possibilidade que, diante aos interesses imediatos, ao constituir família, os jovens não obedeceram a lógica pela qual foram educados.

Os estudos organizados por Levi e Schmitt corroboram nesta hipótese em que a juventude possa ter assumido a vanguarda na alteração da conduta e da cultura em favor de uma necessidade funcional. Ou seja, seguindo a ideia dos autores, os jovens ítalo-gaúchos ao serem conclamados por uma necessidade de sustentação do modelo econômico, teriam aderido a novas estratégias, como o teste da fertilidade, contando com a complacência da sociedade.

Também pode acontecer que a sociedade peça aos jovens para romper – para o bem ou para o mal – as velhas solidariedades, familiares ou de classe, e inserir-se no interior de concreções sociais muito mais rígidas a fim de se fazerem portadores de um processo de renovação coletivo. (Levi; Schmitt, 1996, p. 12).

A ideia de que as necessidades práticas dos grupos humanos fazem surgir novos valores de ação e que estes passam a ser aceitos no interior da sociedade, parece ser uma estratégia adotada com certa frequência. E. P. Thompson, ao tratar da venda das esposas na Inglaterra no início do século XIX, dá ênfase para o fator da adesão a novos costumes.

Isso não sugere um costume antigo de origem esquecida ao longo dos séculos, mas a pressão de novas necessidades que buscavam um ritual para se expressarem. Uma explicação, sugerida por observadores do século XIX, era que a venda de esposas surgira como consequência das guerras, com a separação e as novas ligações amorosas que daí advinham (Thompson, 1998, p. 333).

O contato com uma realidade diferente daquela encontrada no Norte italiano, teria gerado um comportamento prático para os jovens. Enquanto na Europa o casamento era postergado e os filhos até certo ponto evitados, na América era estratégico e necessário um casamento precoce e fecundo. Se os jovens aderiram ao sexo antes do casamento como forma de garantia de família fecunda, isso certamente provocou um choque com a cultura tradicional.

Temos aqui, então, a segunda proposição de nossa possível teoria da história: no mundo ou na ação – tecnicamente, em atos de referência – categorias culturais adquirem novos valores funcionais. Os significados culturais, sobrecarregados pelo mundo, são assim alterados. Segue-se então que, se as relações entre as categorias mudam a estrutura é transformada (Sahlins, 2003, p. 174).

Os novos valores funcionais que Thompson e Sahlins se referem, podem ser identificados no fenômeno histórico da imigração italiana para a América, em especial, na Serra Gaúcha. Quem observa esta alteração na cultura e nos valores funcionais é a historiadora Cleci Eulália Favaro.

A mulher imigrante e sua descendência feminina após a diáspora para a América, apesar de manter-se no ideal da cristandade, teve que assumir e assimilar um compromisso muito adverso daquele vivido na Itália. É necessário irromper com o imaginário coletivo de que a mulher italiana ao deixar a Europa e se instalar na Serra Gaúcha, não teria sofrido alterações em seus valores e práticas. (Favaro, 2006, p. 126).

Favaro mostra que a principal alteração na vida da mulher imigrante se manifestou no compromisso familiar da procriação. A carência dos meios de subsistência na qual se encontravam os segmentos camponeses mais pobres italianos no período da emigração, não lhes permitia um grande número de filhos. Na Itália, comumente o camponês trabalhava as terras como meeiro ou possuía propriedade de pequena extensão. Necessitava reduzir a dimensão da família a essa realidade. No sentido contrário, nas colônias o contexto social e econômico determinou modificações culturais e ideológicas fundamentais que levaram a uma forte expansão demográfica.

Estruturada na economia familiar, a colonização italiana seguiu um arquétipo dependente da força de trabalho gerada pelo casal monogâmico. Aos moldes cristãos, o matrimônio era a inserção na vida social, onde deveriam ser mantidos os princípios morais de comportamento sexual. Em contradição com as práticas europeias anteriores à emigração, o matrimônio se realizava cedo e almejava produzir uma família fecunda. Ele ocorria por volta dos 18 a 20 anos para o homem e 16 a 18 para as mulheres. O que otimizava radicalmente a capacidade reprodutiva da mulher (Silveira, 2000).

Destacando novamente a teoria de Sahlins, observamos que ela se depara com elementos já identificados com a historiografia da imigração. São subsídios pertinentes que corroboram com a problematização do nosso tema. Afirmarões de Loraine Giron nos levam a crer que a fertilidade era de tal importância que a possibilidade de sua certificação possa realmente ter existido: “ao que tudo indica, a mulher era escolhida com tanto cuidado quanto era escolhida a terra. Ambas deveriam produzir riquezas e filhos. Tanto a terra quanto as mulheres deveriam ser férteis e reproduzir as sementes plantadas pelo homem” (Giron, 2008, p. 36).

A fecundidade do casal se transformou em imprescindível requisito econômico e social. A historiografia da imigração ítalo-gaúcha sempre deu importância para esta característica da comunidade. Os estudos de R. Gelatti nos aproximam do pensamento acerca da maternidade. Ele nos informa que “se alguém perguntasse a uma senhora: quantos filhos ela desejava?



Receberia a resposta tempestiva: quantos Deus quiser. Pois, para ela, ter prole numerosa significava ser saudável e imensamente fértil” (1985, p. 40). Essa concepção da função feminina ia ao encontro do discurso religioso que determinava comportamento sexual rigoroso, que se encerrava na família patriarcal monogâmica.

Ao destacar que para a mulher imigrante a função primordial do casamento era a prole, os estudos de Gelatti se alinham a grande parte da historiografia que focaliza a família na RCI. Nela se incluem as investigações de Olívio Manfroi para quem “a taxa de natalidade das famílias italianas no RS foi muito elevada. Uma família de 12 filhos era muito comum e, famílias de 18, 19, 20 filhos não eram raras nas colônias italianas do RS. Os exemplos dessas famílias numerosas encontram-se em toda a parte” (1975, p. 89).

Os registros paroquiais constituem uma fonte extraordinária para a historiografia da imigração. Foi com base nos documentos do clero que José Barea e Rovílio Costa estabeleceram uma relação entre a dimensão das famílias e as necessidades econômicas dos colonos. Nesse sentido, eles associam a recorrência de famílias com 18, 20 ou até 22 filhos com a necessidade de braços para levar adiante o trabalho da unidade econômica familiar. Esse comportamento fecundo estaria expressando, então, uma estratégia demográfica (Barea; Costa, 1995).

Se a mulher deveria ser escolhida com todo cuidado, e se o principal atributo deveria ser a fertilidade, temos aqui mais uma importante probabilidade do teste da fertilidade. Os filhos eram, antes de tudo, uma estratégia imprescindível na estruturação da família. Quando predomina a ideia da “escolha” da mulher e que ela seja tão fértil como a terra, enseja uma estratégia que os jovens estabeleciam como princípio. O fato de ser uma escolha nos permite crer que não seria o sentimento o que imperava na união matrimonial e sim uma tática, com requisitos a serem seguidos.

No predomínio da filosofia judaico-cristã, a mortificação do corpo e do prazer eram formas de remissão mediante os pecados do mundo. Abrir mão dos prazeres e viver na humildade e simplicidade eram os princípios para a graça, era a visão piedosa do catolicismo que predominava na colônia. O descaso em relação a estética e o desgaste físico ilimitado em prol do trabalho, eram sinônimos de comprometimento com o bem-estar da família. Mais importante ainda era o papel de proliferar. João Carlos Tedesco faz sua interpretação do vivido feminino na colônia.

A ideia de subordinação legitimada pela fragilidade física, pela capacidade de dirigir o lar, a pouca importância dada a beleza física, a necessidade de casar criaram os processos de representação definidores do papel da mulher. A imediata geração de

filhos atesta uma outra importância fundamental do corpo feminino no conjunto dos referenciais formadores da unidade familiar do colono (Tedesco, 2001, p. 54).

A beleza física e a estética, eram atributos pouco ou nada admiráveis para os jovens no momento que estes planejavam o casamento e a futura vida familiar na colônia. Como afirma Tedesco, predominava o interesse imediato para a geração de filhos. Entre os clássicos estudos da imigração, a obra de Battistel retrata a predominância desta realidade: “a beleza física e a atração não teriam sido determinantes nas relações conjugais. O bem querer não se dava pela beleza das moças ou rapazes. Os jovens eram valorizados se eram trabalhadores e simples” (1981, p. 27). Retornando a ideia de Sahlins (1990), onde as “categorias culturais adquirem valores funcionais”, os jovens da RCI seguiram realidades absolutas e objetivas com tendências ideais para a organização estratégica familiar.

Ao que tudo indica, a escolha deveria ser pragmática, as características do consorte seriam determinantes para o sucesso no contexto da vida colonial. Isso, no entanto, parece ser uma prática comum nas comunidades camponesas. Flandrin, ao pesquisar as famílias na Europa, sobretudo nos séculos XVIII e XIX, observou que no campo os jovens também seguiam estratégias objetivas na escolha do cônjuge.

Não é nem a graça nem a beleza o forte das raparigas no campo, são procuradas pelos jovens por causa da reputação de boas trabalhadoras, fortes e cuidadosas com o interior da casa. A este nível da escolha do cônjuge, os observadores parecem ter admitido o pragmatismo, porque podiam batizá-lo de “amor pela virtude” (Flandrin, 1984, p. 136, grifos do autor).

Seguindo esta definição, Edward Shorter, ao estudar a formação da família moderna, num trabalho vasto e detalhado, analisa o comportamento dos jovens camponeses europeus e seus princípios na escolha da esposa.

A necessidade de casar com mulheres grandes e fortes para meterem o ombro ao seu quinhão de trabalho pode ter cegado as camponesas para delicadeza de linhas e a perfeição de feições que constituem o nosso ideal moderno de beleza feminina. No canto oposto da França, toda a gente reconhecia que os casamentos camponeses eram “assuntos de conveniência”, a inclinação raramente contava (1995, p. 158).

Shorter indica que a conveniência na escolha da esposa, considerava os dotes para além do trabalho: “a sexualidade feminina servia apenas a produção de mercadorias normalizadas – neste caso, herdeiros varões” (1995, p. 158).

Este ideal pragmático conveniente, se aproxima daquele encontrado na colônia de imigração, e sugere a ideia de moças e rapazes desprovidos de sensualidade e beleza física, mas aptos para constituírem família. Estes apontamentos embasam a hipótese aqui apresentada, onde a vida camponesa que demandava braços fortes para a agricultura, fazia do casamento um

ato estratégico e oportuno, antes de ser permeado pela sensualidade e o desejo. Jacques Donzelot, ao pesquisar os aspectos sociais da família moderna, também destaca a característica da circularidade funcional entre o social e o econômico: “a família é uma instância cuja heterogeneidade face as exigências sociais podem ser reduzidas ou funcionalizadas através de um processo de flutuação das normas sociais e dos valores familiares” (1986, p. 13).

Retomando o exemplo de Nadalin e seus estudos sobre os imigrantes luteranos assentados em torno de Curitiba, temos outras importantes evidências referentes ao teste da fertilidade, adotado, sobretudo, por comunidades camponesas. O autor cita a tradição da *Probenächte*, comum em certas comunidades campesinas da Europa, onde os nubentes adotavam a prática das noites de prova, como forma de atestar a fecundidade feminina: “salienta a função relacionada à verificação principalmente da fertilidade da mulher. Assim, as noites de prova deveriam continuar até que ambas as partes se convenceram da recíproca aptidão física para o matrimônio ou a moça se tornar grávida” (Nadalin, 1988, p. 70).

O comportamento da juventude camponesa em relação ao casamento é objeto de análise da professora Maria Luiza Andreazza. Ao pesquisar um grupo de imigrantes ucranianos alojados ao Sul do Paraná no final do século XIX, estudou as representações no casamento e da constituição das famílias. Entre outros fatores, comparou as alterações da família ucraniana após a chegada ao Paraná. Entre os rituais e as tradições, a autora enfatiza a relação dos jovens camponeses ucranianos com o casamento, destacando sua função para o grupo: “garantia que o casamento desempenhasse sua efetiva função numa sociedade tradicional: unir jovens confirmando a constante reprodução social” (Andreazza, 1999, p. 160).

Como vimos, pesquisadores da imigração destacam a objetividade e o pragmatismo da juventude colonial italiana do Rio Grande do Sul na escolha do cônjuge, onde o trabalho e a honestidade eram sublimados. Funcionalidade adotada pelos jovens camponeses, e ao que parece, constituiu-se em prática comum das sociedades campestres ao longo do tempo.

### **Considerações finais**

Com base na historiografia da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, buscou-se contextualizar a região e o tema pesquisado. Analisando, sobretudo, as obras clássicas da imigração, deparamo-nos com indícios e possibilidades que o tema dos jovens permite. As proposições e os dados cotejados permitem asseverar como verdadeira a hipótese de que a estrutura cultural dessa comunidade imigrante tenha sido alterada pelo comportamento sexual e matrimonial dos jovens. Neste caso o evento do teste de fertilidade é a evidência mais robusta.

Permanecem, porém, questões quanto a esse processo histórico social. Como problematização de futuras investigações, fica para estabelecer-se até que ponto era habitual as trocas sexuais parciais e plenas no namoro e no noivado na RCI? Em que momento do namoro e do noivado elas surgiam, quando surgiam? Se os noivos tomavam normalmente cuidados anticonceptivos ou a gravidez era um risco menor ou, até mesmo, um acontecimento desejado?

A base documental disponível, poderá nos revelar em que valores e princípios culturais estes jovens foram formados no interior da comunidade. Constatar se estes valores e condutas estavam relacionados ao continente de origem, se foram alterados na nova terra, e quais foram os fatores que favoreceram ou exigiram a mudança dos valores e dos comportamentos. Ver como a comunidade imigrante e descendente viveu as transformações no universo juvenil. Analisar quais foram as estratégias adotadas para as atitudes inovadoras. Se ocorreram tais alterações, qual o impacto provocado no grupo étnico em relação aos jovens. Como o comportamento dos jovens se processou no interior da família. Analisar se os jovens promoveram o enfrentamento com as estruturas conservadoras. Enfim, estes são alguns apontamentos norteadores para o desenvolvimento das pesquisas do porvir.

## Referências

- ANDREAZZA, M. L. **Paraíso das delícias**: estudo de uma comunidade imigrante ucraniana. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.
- \_\_\_\_\_. Sobre regimes demográficos restritos: comportamento reprodutivo e cultura familiar entre os ucranianos no meio rural paranaense (1895-1980). **Revista Brasileira de Estudos de População**, Abep, São Paulo, v. 25, 2008.
- BAREA, D. J. COSTA, R. **A vida espiritual nas colônias italianas**. Porto Alegre: EST, 1995.
- BATTISTEL, A. I. **Colônia Italiana**: religião e costumes. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1981.
- DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- FABRE, D. Ser jovem na aldeia. In: LEVI, G.; SCHMITT, J. C. **História dos jovens**. A era contemporânea. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 49-82.
- FAVARO, C. E. **Imagens femininas**: contradições, ambivalências, violências. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- FLANDRIN, J-L. **Famílias**. Parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.
- GELATTI, R. **Casca – ontem e hoje**. Passo Fundo: Instituto Social P. Berthier, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Dominação e Subordinação**: mulher e trabalho na pequena propriedade. Porto Alegre: Edições EST, 2008.

- LE GOFF, J.; NORA, P. **História: Novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1995.
- LEVI, G.; SCHMITT, J. C. **História dos jovens**. Da antiguidade a era moderna. V. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LORIGA, S. A experiência militar. *In*: LEVI, G.; SCHMITT, J. C. **História dos jovens**. A era contemporânea. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 17-48.
- MANFROI, O. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre: GRAFOSUL, 1975.
- MARCUSE, Max. **Komnächte, Probrenächte, Zeitehe**. Handwörterbuch der Sexualwissenschaft Bonn. 1923.
- MATTÉ, A. K. **Prazeres Velados e Silêncios Suspirados: a moral sexual e as contravenções na Região Colonial Italiana (1920-1950)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.
- MEILLASSOUX, C. **Mulheres, celeiros e capitais**. Porto: Afrontamento, 1976.
- NADALIN, S. O. Sexualidade, casamento e reprodução. **Revista Brasileira de População**, São Paulo, Abep, v. 5, p. 63–91, 1988.
- SARTI, A. C. Família e individualidade: um problema moderno. *In*: CARVALHO, M. do C. B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Educ/Cortez, 2000.
- SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- SHORTER, E. **A formação da família moderna**. Portugal: Terramar Editora, 1995.
- SILVEIRA, J. P. **De Veneto a Vanini**. Casca: Koinonia, 2000.
- TEDESCO, J. C. **Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural. Dos primórdios da colonização aos dias atuais**. Passo Fundo: UPF/ACIRS, 2001.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VIDAL-NAQUET, P. Os jovens: o cru, a criança grega e o cozido. *In*: LE GOFF, J.; NORA, P. **História: Novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1995. p. 116-140.
- VANNINI, I. A. **O sexo, o vinho e o diabo**. Demografia e sexualidade na colonização italiana do Rio Grande do Sul. 2. ed. Passo Fundo: Ediupf; EST, 2003.
- \_\_\_\_\_. **História, sexualidade e crime: imigrantes e descendentes na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (1938/1958)**. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2008.

# **Tirolezes ultramontanos no interior do Brasil: aspectos identitários religiosos do Tirol mantidos nos trópicos**

Fernando de Moraes Toller<sup>1</sup>

## **Introdução**

O presente trabalho é um recorte da minha tese de doutorado (que se encontra em processo de conclusão) para apresentação em breve no curso de Doutorado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – em São Leopoldo, no estado do Rio Grande do Sul.

O objetivo principal do trabalho é o de estudar aspectos da tradição identitária e cultural dos tirolezes, no período compreendido entre os anos de 1870 e 1910, nas localidades de Santa Olímpia e Santana, dois bairros rurais de tirolezes pertencentes ao município de Piracicaba, no Estado de São Paulo.

A pesquisa foi desenvolvida mediante levantamento bibliográfico sobre o assunto a partir da análise de variados estudos análogos: livros, teses, dissertações de mestrado e artigos que, a partir da década de 1980, versam sobre o mesmo tema aqui tratado.

Nos vários autores pesquisados, ressaltarei alguns, os que considero principias e outros que de uma forma ou outra trabalham direta ou indiretamente com o tema abordado. Entre eles destaco: Marcelo Armellini Correa, Éverton Altmayer Leopoldino e Úrsula Prutasch, autores estes que tratam das questões da imigração tirolesa ocorrida no Brasil e seus aspectos identitários gerais. No trato de questões relativas a aspectos identitários oriundos da religião e da maneira de professar a religião, destaco: André Bortolazzo Correr, Maria Luísa de Almeida Leme, Sandra Giraldelli, Iracema Maria Mozer Cani, Victor Vicenzi e Renzo Grosselli. No que se refere ao conceito de identidade e relações identitárias, o meu trabalho pautou-se no entendimento de Eric Hobsbawm, Marcelo Alario Ennes, Lourenço Régis e Pierre Bourdieu.

Entre os aspectos identitários e as manifestações culturais de várias naturezas professadas pelos tirolezes no Brasil enquanto comunidade que aos poucos iam se assentando em várias partes do país, revelou-se de grande importância aspectos identitários ligados a

---

<sup>1</sup> Aluno do Doutorado em História da Unisinos, São Leopoldo, RS. Mestre em Planejamento e Análises de Políticas Públicas (área de concentração em educação) pela UNESP, Franca/SP. Graduado em História e Direito pela UNESP- Franca. Graduado em Pedagogia pela FAFIBE- Bebedouro/SP. Professor Efetivo de História na Escola Estadual Professor Orlando França de Carvalho, na cidade de Bebedouro/SP. [fmtoller@mdbrasil.com.br](mailto:fmtoller@mdbrasil.com.br)

religião que estes imigrantes aqui praticavam, pois eles tinham e mantiveram aqui no Brasil a forma de manifestação do catolicismo que trouxeram “nas malas despachadas” à América.

Na presente pesquisa, observei que os tirolezes, principalmente os de Trento (Norte da atual Itália) professavam o catolicismo tradicional e conservador, denominado de “ultramontano”, que eram, de maneira geral, utilizados como rito dos padres capuchinhos, que com os imigrantes tirolezes vieram para o Brasil. Assim, desta maneira, tantos os padres como os imigrantes tirolezes, em suas práticas religiosas primavam por um modelo de catolicismo, talvez, próprio e peculiar àquela comunidade.

O presente estudo se justificou à medida que religião, em sua forma de expressão, foram utilizadas pelo tirolês, também, como forma de manutenção de um aspecto de sua identidade, ainda que tenha emigrado na condição de outras etnias (alemães, austríacos ou italianos) ou confundidos com elas.

E a maneira ou o tipo de manifestação da profissão de sua fé mediante o catolicismo ultramontano, levaram essas comunidades tirolezas a conservar sua identidade, principalmente nos bairros rurais de Santa Olímpia e Santana em Piracicaba, no estado de São Paulo.

De todo exposto, o presente trabalho tem a intenção de demonstrar que através da concepção religiosa assumida pelos imigrantes tirolezes, foi possível estabelecer um *plus* ao processo de identidade deles ao se fixarem no Brasil, servindo a forma de professar sua religiosidade como também de corolário em suas manifestações de natureza política e ideológica, bem como nos seus costumes e na preservação de sua comunidade, principalmente através dos casamentos, estes que só eram permitidos ser realizados entre seus pares.

## **1. Origem do Tirol**

De forma introdutória, antecedendo o estudo do processo emigratório dos tirolezes para o Brasil, limitaremos a realçar em algumas linhas referências sobre a origem e a localização do Tirol.

Começamos então pelo aspecto de sua origem. Como qualquer povo que surgiu na Europa, sempre há a necessidade de se investigar cada vez mais, mas, no entanto, devemos nos ater apenas ao que se sabe sobre isto. Assim, duas, aparentemente, são as hipóteses sobre o surgimento dos tirolezes, a primeira, pautada no historiador grego Heródoto, para o qual, os tirolezes surgiram na Ásia Menor, posto que teriam em sua língua traços da língua dos fenícios associadas com o alfabeto parecido com o grego. Para este historiador, os tirolezes teriam se tornado itálicos, a medida que ocuparam o Vêneto, a Ûmbria, a Toscana etc.

Outra teoria sobre a origem dos tirolezes está assentada na versão de que eles seriam povos “réscios” e assim povos originários de povos Celtas dos Alpes suíços que ocuparam o sul da Áustria e o norte da atual Itália.

Após essa população abraçar como seu local de habitação os Alpes austríacos e italianos, sua primeira administração legal foi de ordem religiosa, posto que os territórios que ocupavam, com limites muito diferente dos atuais foram administrados pelo Principado Episcopal de Trento, em situação de um condado independente como tantos outros que compunham o mundo itálico-germânico daquela época.

Nos estertores da Idade Média, o Tirol passou aos domínios do Condado do Rei Adalberto III em 1252, em processo de ocupação futura pelo Império Austro-Húngaro, o que ocorrerá a partir de 1363 quando o território tirolês vai ser absorvido pela Casa dos Habsburgos, nas mãos do Rei Rodolfo II.

E o termo Tirol, surge, portanto, no século XIII, pois a região que hoje pertence em parte à Áustria e em parte à Itália, foram anteriormente condados sob posse e propriedade dos Condes do Tirolo. Daí surgiu o termo ou nome do território que abriga os tirolezes, também denominado de “Land Tirol” (mundo do Tirol ou província do Tirol). A parte do Sul, compostas hoje pelas regiões de Trento e Bolzano é chamado de Tirol do Sul ou Tirol Meridional (hoje pertencente à Itália) e a parte do Norte, denominada Brennero, local de Innsbrucruk, outrora capital do Condado e que hoje pertence a território austríaco.

Com exceção do período em que o povo tirolês foi governado pelo Império Napoleônico – 1806-1815, a administração do território do Tirol foi por séculos atividade do Império Austro-Húngaro o que só se findou após o final da Primeira Guerra Mundial, oportunidade em que o território milenar dos tirolezes foi dividido em parte da Áustria e parte italiana.

## **2. Localização do Tirol**

Assim, portanto, começamos por dizer que a região do Tirol, compreende atualmente parte do Sul da Áustria e parte do Norte da Itália, regiões limites e que separam esses países. No entanto, possuem pontualmente ligações de ordem histórica, ou seja: a mesma origem social, linguística, religiosa e cultural, em que pese a separação política que sofreu com o passar dos anos, havendo apenas no período da existência do Império Austro-Húngaro a unidade territorial, fato que se estendeu do século XIX até o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).



O Tirol faz fronteira com a Alemanha no Norte e no Sul com a Itália, ao Leste com a Áustria e a Oeste com a Suíça.

Antes de 1918, o Tirol formava um estado único e era essa região pertencente ao Império Austro-húngaro e sua capital era a cidade de Innsbruck (hoje capital do Tirol austríaco). Com o final da Primeira Guerra Mundial a região do Tirol ficou dividida em quatro partes: Land Tirol, dividido em Tirol do Norte (Nordtirol) e Tirol do Leste (Osttirol), regiões pertencentes à Austrália; Regiona Autonoma Trentino-Sudtirol, dividida em Tirol do Sul (Sudtirol) e o Trentino (Welschtirol – Tirolo Italiano), comportando as regiões de Belluno e Veneto. Há ainda quem particulariza mais uma parte: Ampezzo (Haydn).

### **3. Imigração tirolesa no Brasil**

Talvez, a razão maior do desejo de imigrar, do desejo de deixar a vida que muitos tiroleses levavam, está obviamente entre os “contadinos”, termo cunhado no século XX por Grosseli, na sua obra intitulada “vivere o morire”, editada e publicada pela primeira vez, em língua italiana, no ano de 1982.

A maior delas é a econômica, resultante da questão da divisão e posse da terra. Nesse cenário, devemos destacar que até os meados do século XIX, a população trentina camponesa vivia sob condições feudais.

Na Europa, principalmente no lado nórdico vivia-se num processo de revolução econômica diária e constante, fruto evidentemente da Revolução Industrial e da modificação ocorrida nos campos dos países europeus que primeiro experimentaram as novas realidades sociais advindas de uma economia capitalista onde ocorriam o processo de fabricação em larga escala, aumento considerável dos níveis de consumo entre a população, com êxodos rurais de toda ordem e escala e crescimento das cidades. Tal fenômeno ocorrera de forma inicial na Inglaterra, seu berço, na França (iluminista e burguesa), Prússia, países baixos nos seus novos contextos religiosos: luteranos, presbiterianos, metodistas, anglicanos etc.

No trentino, porém, essa libertação do regime feudal não levou a uma solução capitalista. Faltavam as condições. As terras cultiváveis eram poucas e a população densa. Para os camponeses trentinos a reforma “representou de imediato somente a conquista do direito de vender a própria pouca terra ou de continuar a viver de uma agricultura de pura subsistência na sua própria terra” (Zanotelli, 2011, p. 29).

Muito longe de tudo isto, estava e permanecia os tiroleses, haja vista que questões como industrialização e produção em massa passavam longe do universo dos tiroleses. Um “povo” que se fixara no trabalho rural aos moldes de reminiscências feudais e outros em pequenos trabalhos citadinos tipificados nas antigas corporações de ofício e nada mais.

Soma-se a isto, a “independência da Lombardia (1859) e Vêneto (1867) do Império Austro-Húngaro, regiões que serviam de mercador consumidor dos produtos agrícolas dos tirolezes e, também, serviam de disseminador desses produtos para outras regiões da Europa.

Assim fica os tirolezes cada vez mais sem capital para uma possível investida em sua indústria (artesanal), no sentido de modernizá-la e adequá-la aos “novos tempos” proporcionados pela segunda fase da Revolução Industrial.

A renda no Tirol dependia da agricultura. O povo vivia as duras penas de sua produção agrícola, ainda que o terreno, principalmente do Alto Ádige fosse íngreme, de pouca fertilidade, e, ainda subjugado às intempéries da natureza. Ora muito inverno e frio, outrora de calor e chuvas tempestuosas, tudo contribuindo para a miséria e falta de perspectivas dos “contadinos”.

Passamos agora a analisar causas do processo imigratório de tirolezes sob o prisma e interesse do Brasil como país receptor de imigrantes europeus, entre os quais se encontravam os oriundos do Tirol, que erroneamente eram chamados de imigrantes alemães, austríacos ou italianos, menos de tirolezes.

O Brasil, como qualquer outro país da América do Sul, na segunda metade do século XIX, era um mero fornecedor de produtos agrícolas e exportador desses produtos e em contrapartida um considerável importador de produtos industrializados, principalmente aqueles oriundos do parque industrial inglês.

E assim, principalmente no Brasil meridional havia a necessidade de trabalhadores rurais, pedreiros e operários para atender a demanda de construção de centros urbanos em rápido crescimento, como Rio de Janeiro e São Paulo, havia também a necessidade de operários para o trabalho na implantação e expansão da rede ferroviária.

A partir da década de 1850 a emigração vai se tornando aos poucos um negócio altamente lucrativo pois, além de trazer benefícios aos países receptores de mão de obra, promovia o lucro às empresas de transporte náutico, às empresas de colonização, às empresas de estradas de ferro e também para os países exportadores de mão de obra, pois havia o livramento de parte da população que vivia desempregada ou subempregada e em situação de miséria, o que correspondia a uma grave situação social e econômica e geravam muitos problemas, pois não havia a curto prazo solução para tão grande mazela

A maior parte dos tirolezes veio para Santa Catarina nos assentamentos oferecidos por Blumenau, fixando-se em Rio dos Cedros, Rodeio, Timbó, Ascurra e arredores. Desses, alguns dirigiram-se mais para o Sul de Santa Catarina, fixando-se em Nova Trento e São João Batista. Depois se expandiram para o todo o Estado e muitos foram para a região de Caxias do Sul, no

estado do Rio Grande do Sul. Há vertentes de imigrantes tirolezes para o interior dos estados de São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e Paraná.

#### **4. Tirolezes de Santana e Santa Olímpia**

Não foram os imigrantes tirolezes os primeiros a aportar em terras paulistas para o trabalho em fazenda de café.

Esse pioneirismo foi de fato uma ideia de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, o Senador Vergueiro. O Senador, no ano de 1847, fez uma primeira tentativa de assentamento de colonos europeus na fazenda de Ibiacaba, atual município de Limeira/SP, de sua propriedade, introduzindo nessas plagas famílias de lavradores portugueses para a substituição paulatina e progressiva da mão de obra escravizada.

Diferente do que ocorreu em Santa Catarina e Rio Grande do Sul e Minas, onde se trazia o imigrante europeu para assentá-lo em colônias e em minifúndios, no estado de São Paulo o processo de assentamento de imigrantes tirolezes, em muito se pareceu do que havia ocorrido boa parte na primeira leva de imigrantes do Espírito Santo. Assim ocorreu, porque o início da imigração tiroleza em São Paulo se deu pelo contrato de parceria entre o Visconde de Indaiatuba e os imigrantes para trabalhar, na condição de mero meeiros (e não colonos) na fazenda “Sete Quedas”. Na verdade, os primeiros trabalhadores “estrangeiros” a trabalhar na fazenda do Visconde de Indaiatuba foram alemães que lá aportaram em 1852. Nessa ocasião trabalhavam juntos os imigrantes e os escravos negros no cultivo da cana-de-açúcar. No entanto, diferentes dos negros, os alemães trabalhavam no sistema de “parceria” mediante contratos de quatro anos de vigência.

Santa Olímpia, hoje bairro da cidade de Piracicaba, dista desta cidade coisa de 22 quilômetros do centro piracicabano. Seu acesso se dá pela SP-308, ou Rodovia Hermínio Petrin (toda asfaltada). Essa rodovia começa em Piracicaba e vai se findar em Charqueada/SP (dois municípios lindeiros).

Aos arredores de Santa Olímpia, temos outros núcleos tirolezes, como o bairro de Santana, a Fazenda Negri e outras unidades agrícolas particulares que foram se formando à medida que os tirolezes foram se assentando naquela região.

Consta que a antiga Fazenda Santa Olímpia foi comprada pelos tirolezes que viviam na Fazenda Monte Alegre (também em Piracicaba). Originalmente essa fazenda possuía 580 hectares. Nessa fazenda hoje é o bairro Santa Olímpia.

Segundo Correr (2014): quem optou por essa área foi a matriarca Rosa Pompermayer Correr, que escolheu por um local mais afastado da zona urbana de Piracicaba, justamente para garantir um certo isolamento e assim manter as tradições culturais e religiosas trazidas do Tirol.

Era um local, na época, bastante isolado, havendo estradas precárias que pudessem transportar até Piracicaba. Havia também uma carroça na fazenda que permitia algum transporte urgente e necessário por parte dos colonos.

Muito parecida a origem de Santana com o bairro Santa Olímpia, pois como naquela ter sido origem de compra de uma fazenda, a mesmo se deu nessa, pois a compra da fazenda Sant'Anna, com 726 hectares na época deu a origem ao segundo núcleo tirolês em Piracicaba. Pois em 1893, os imigrantes Bortolo Vitti e Francesco Forti “adquiriram a Fazenda Sant'Anna, atual bairro de Santana (Correr, 2014, p. 85).

O bairro dista 20 quilômetros do centro de Piracicaba, servida de via de acesso pavimentada e em bom estado de conservação. Localizado a noroeste do município de Piracicaba.

Esse bairro nasceu da fazenda de mesmo nome. A fazenda no final do século XIX pertenciam ao Barão de Serra Negra. A família Vitti, por intermédio de Bortolo Vitti interessou-se na compra da propriedade, o que foi realizado no ano de 1892.

## **5. Questões identitárias dos tirolezes no Brasil**

Mas o importante disso é que os tirolezes, nos mais variados lugares que se fixaram, procuraram manter suas tradições culturais e religiosas e as mantiveram, numa demonstração constante da manutenção de suas características identitárias, o que será objeto desse estudo em capítulo ulterior.

Segundo alguns estudiosos, a escolha de muitos trentinos de emigrar e de preferir o Brasil em relação a outras terras foi motivada pelo desejo de não perder os valores da civilização camponesa, de não se adequar às transformações que o novo impunha e de viver os valores aos quais antes se inspirava, em uma nova terra. O emigrante procurou outras terras a fim de poder transplantar e garantir a continuidade de um modelo sociocultural igual àquele de sua terra de origem (Cani, 2011, p. 26).

Os dizeres da pesquisadora Iracema Cani (2011) acima, são demonstrados especialmente quando levamos em conta, principalmente, a formação dos bairros de Santa Olímpia e Santana, em Piracicaba/SP. Locais onde se mantém até hoje uma certa reprodução da vida campesina no Tirol nos trópicos brasileiros. Nessas comunidades é bastante presente

aspectos identitários preservados até hoje pelos herdeiros dos tirolezes que para aqui emigraram.

Tais referências se observam também e outras comunidades espalhadas pelo Brasil, principalmente nas pequenas cidades de Rio dos Cedros e Rodeios no interior do Estado de Santa Catarina, onde tais tradições e aspectos identitários são preservados ao correr do tempo.

Nesses bairros: a cultura, os costumes a identidade dos tirolezes estão preservados. Em que pese hoje, muitos descendentes dos tirolezes terem mudado de lá, por questão de estudo e emprego, outros por lá permaneceram e lá fincaram raízes. Progrediram economicamente, haja vista a boa qualidade de suas casas e da limpeza e conservação do lugar, que a olhos nus se percebe e se constata.

Desta forma, concluímos que os processos identitários são produzidos politicamente, com base nessa relação de poder entre os indivíduos que compõem uma determinada comunidade, onde há desigualdades e relação de dominação e subordinação que com base em contexto histórico e social, com o decorrer do tempo, até para preservação do grupo em si, estabelecem entre os indivíduos e o grupo regras morais e costumes.

Na visão de Bourdieu (1989, p.10), esta relação de poder, dentro dos grupos sociais, nasce através de produções simbólicas, que servem de dominação, que são produto da ideologia que é apropriada por quem domina o grupo e aos dominados fica apenas a dominação do que é mito. Assim, os processos identitários vão se amoldando entre todos os membros de um determinado grupo e é fruto dessa relação, ainda que haja, pelos dominados, posição de insubordinação ou transgressão da norma, mas que configuram, através do tempo, uma relação de comodidade entre os dominados e o dominante, o que redundará na preservação de tradições, de costumes, de caracteres culturais, religiosos etc.

Eric Hobsbawm (1997, p. 10), por sua vez, em sua visão de historiador, nos orienta no sentido de considerarmos a tradição diferenciada do conceito de costume nas sociedades consideradas tradicionais. Para ele a tradição é algo invariável num determinado grupo social, pois impõe práticas fixas e repetíveis, enquanto os costumes podem aceitar mudanças, pois servem há duplos fins: de motor e volante (pois, grosso modo, impulsiona e faz “caminhar” as mudanças numa determinada comunidade). Sua função primordial é possibilitar as mudanças queridas, num determinado tempo e espaço. Uma mudança que ocorrerá até certo ponto, sendo limitada pela tradição.

Assim, enquanto tradição de um grupo social, ela seria a tradição inventada, ou seja, “um conjunto de práticas... de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e

normas de comportamento através da repetição... uma continuidade em relação ao passado” (Hobsbawm, 1997, p. 9).

Naqueles grupos sociais que por uma razão ou outra, como é no caso que se dá no processo de imigração, a nosso ver, possibilita ao grupo uma reconfiguração ideológica e a “questão de identidade surge a partir do conflito ou dissenso entre indivíduo e comunidade, e este conflito abre a possibilidade ao indivíduo de identificação com outras comunidades, não obstante a mobilidade comunitária não instaure uma reconfiguração identitária plena” (Regis, 2015, p. 2).

Uma das formas de garantir a preservação de sua cultura e identidade dos trentinos no Brasil foi a de afirmar que essa identidade era própria (tiroleza) e não italiana. Tinham orgulho ao serem tratados como tiroleses.

Havia entre os originários do Tirol uma certa rivalidade com os “italianos”, pois provinham do Norte da atual Itália, região mais rica economicamente e na ótica deles mais rica culturalmente e, consideravam os originários do atual sul da Itália, principalmente os calabreses, os quais os consideravam pobres e incultos.

Os tiroleses, mesmo em outra “pátria”, mantiveram nas colônias que habitavam uma grande união, demonstrando que tinha uma relação muito estreita com a Áustria e aversão a cultura italiana ou aos italianos, ainda que falassem a língua italiana.

## **6. Catolicismo Ultramontano**

Havia outras questões que colocavam os tiroleses em situação adversa aos “italianos” era o posicionamento da Igreja Católica da Áustria que era a favor da infalibilidade e da condução pelo Papa, enquanto os italianos do sul, na ótica dos tiroleses eram influenciados por ideias anarquistas e socialista e, portanto, eram ateus ou contrários os domínios da Santa Sé.

A identidade dos tiroleses também era expressa pela religião católica. Especificamente por aquela Igreja Católica romanizada pelo Império Austro-Húngaro. Assim como no Brasil imperial, havia a instituição do regime do padroado, pelo qual as questões de hierarquia da Igreja Católica Romana no território desses impérios sofriam a interferência e influência política por parte do respectivo Imperador. Necessário destacar que isto era defendido pelos tiroleses e condenadas pelos italianos por razões políticas, teológicas e culturais.

O clero do Tirol era influenciado pelo movimento “ultramontano”, pelo qual se defendia a volta dos valores do cristianismo primitivo e a infalibilidade do Papa. Para os sacerdotes e os emigrantes tiroleses, a Igreja Católica fora dessas concepções estaria fadada à “má” influência

dos anarquistas, socialistas e dos maçons e pelos quais os valores mais “caros” aos fiéis católicos eram ameaçados e transformados em “heresias” religiosas, o que se tornavam um “perigo” às tradições identitárias religiosas dos católicos tirolezes.

É de se notar que os tirolezes eram considerados em relação aos outros imigrantes, principalmente os italianos, como conservadores, tanto em seus costumes e sua forma de professar a religião. Assim, naturalmente, essa concepção ideológica de mundo adotado pelos tirolezes o fazia a ter uma orientação política mais guinada à “direita”, com forte oposição ao “liberalismo, à maçonaria e ao anarquismo... a terem um modo de viver com acentuada disciplina, ordem e rigidez” (Corrêa, 2018).

Para Bonatti & Lenzi no intuito de descrever a psicologia do povo tirolês o qualifica como de “índole séria, frequentemente severa, laboriosa, com uma acentuada aversão à improvisação fácil, à aventura espiritual ou econômica. Portanto, conservador” (Bonatti & Lenzi, sd, p. 21).

As manifestações religiosas dos tirolezes já começavam no traslado da Europa à América. Havia neles durante o tráfico oceânico um apego ainda maior à religião e às coisas espirituais. No transcorrer da viagem se houvesse algum óbito entre os tripulantes do navio, o cadáver era jogado ao mar, forma de dar um destino ao corpo que se findava. Mas havia o “velório e acompanhava-se o morto com orações e cantos dirigidos por um leigo, até que as águas envolvessem o corpo” (Vicenzi, 2000, p. 112). Era a forma encontrada de proceder um sepultamento digno ao falecido, fosse velho, jovem ou criança. Tudo revestido da costumeira religiosidade extrema dos tirolezes que os acompanhava na travessia e nos “campos” da América foram introduzidos e cultuados em mais um tipo de manifestação cultural e identitária e como forma de manter tal identidade do grupo e que nas pequenas localidades atravessou mais de um século.

À medida que se fixavam em solo, além da construção de um tempo (ainda que precário e simples) havia a preocupação da construção e institucionalização de um “campo santo”, ou seja, a disponibilização de “um lugar sagrado para colocar os mortos, sepultados com muita dor e oração, acompanhado do sacerdote” (Vicenzi, 2000, p. 112).

Assim, a definição de um local para enterrar os mortos e a realização de rituais fúnebres eivados de simbolismo foram as primeiras manifestações de solidariedade entre os colonos em terras estranhas e demonstração da necessidade da preservação de seus liames de identidade.

A organização religiosa dos tirolesees era centrada no catolicismo, a religião que eles traziam junto à bagagem. Religião que expressava os seus princípios e valores morais em mais um aspecto de sua identidade.

Nas colônias ou alguns núcleos familiares que iam se formando pelos tirolesees no Brasil, ao construírem a Capela costumavam preservar o mesmo padroeiro que tinha no lugarejo de origem na Europa. Além disso haviam por toda parte oratórios, geralmente, montados nas próprias residências nos quais se procuravam venerar os santos de suas devoções.

Muitos sacerdotes vieram com os imigrantes tirolesees, eram originários do Tirol e tinha uma influência muito grande sobre eles, seja no aspecto religioso e no aspecto moral e de educação familiar.

No entanto não havia assim tanto clérigos para dar assistências em todas as capelas erigidas pelos tirolesees no Brasil. Assim sendo, havia sempre um leigo tirolês que era escolhido pela comunidade para os exercícios das atividades religiosas, como por exemplo as orações dominicais e em “dias santos”, a reza dos terços (prática muito comum entre eles), ensinavam o catecismo às crianças e administravam o batismo. O indivíduo geralmente escolhido para essa tarefa era alguém que associasse em seu perfil valores morais e religiosos. As vezes a escolha caia sobre alguém que no Tirol houvesse participado de um coral ou que tivesse sido catequista. “Em geral o vigário era um líder de influência compatível à do poder público, mesmo porque os católicos viviam sob um jugo evangélico rígido, cuja concepção de ideias e a efetivação de práticas morais implicavam em intolerância à falta de obediência e de respeito” (Cani, 2011, p.144).

Os tirolesees eram considerados católicos tradicionais e, portanto, professavam sua religiosidade, seguindo a melhor e mais certa maneira às leis da Igreja. Temiam, em virtude, da forma como praticavam à religião uma ameaçadora “contaminação” com os “brasileiros”, os quais eles consideravam imorais. Esse foi outro fator preponderante do isolamento inicial dos tirolesees em relação aos brasileiros e outras eventuais culturas. Mais um motivo de preservação de sua identidade perante a outros imigrantes.

No caso preciso de Santa Olímpia e Santana é sabido que além das primeiras capelas que naqueles núcleos foram construídos, a figura do padre teve uma preponderância muito grande no processo de manutenção da forma como os tirolesees expressavam a sua religiosidade e passavam para outras gerações essas características. Correr (2014) chega a dizer que “a rede religiosa talvez tenha sido a principal responsável pela inserção social dos imigrantes e do



estabelecimento em Piracicaba” e apontando que os clérigos tiveram uma participação muito relevante para tanto.

Ficou a cargo dos padres Capuchinhos (padres tirolezes) o acompanhamento dos imigrantes (tanto antes de sua saída de Trento, como sua chegada no Brasil). No caso de Santa Olímpia e Santana, esses padres capuchinhos, devido ao domínio do dialeto dos imigrantes, que hipoteticamente teriam melhores condições no trato da religiosidade da comunidade.

Esses padres chegaram ao Brasil no ano de 1889 e fixaram residência na cidade de Piracicaba. Eles passaram a evangelizar em todas as paróquias piracicabanas, inclusive os bairros tirolezes: “[...] com um forte catolicismo: romano, clerical, trentino e sacramental (Grosselli, 1990), fortemente influenciado, ainda, pelas Leis do Concílio de Trento” (Almeida, 2001, p. 45).

A religiosidade foi tão presente na vida dos tirolezes de Piracicaba que dos bairros de Santa Olímpia e Santana, segundo Almeida (2001, p. 44), mais de setenta religiosos entre padres e freiras saíram de famílias pertencentes à comunidade.

Isto posto, é de se concluir que o padre ao garantir aos imigrantes a continuação de suas práticas religiosas e seus ritos costumeiros das missas e outros eventos religiosos (inclusive festas) foi um dos motivos da preservação de seus laços identitários, mas não foi o único, pois as redes sociais que funcionam como garantia dessa preservação de costumes e aspectos culturais se deram de outras formas e maneiras, as quais serão aventadas nesse trabalho.

### **Considerações finais**

Ao finalizar o presente trabalho, achamos importante fazer algumas considerações sobre o objetivo do estudo aqui lançado. Evidente que o trabalho não teve a intenção e nem a pretensão de esgotar o assunto e nem colocar um ponto final ou uma conclusão absoluta em relação a ele. Pois o tema é, antes de tudo, instigador e provocador, onde há vários caminhos ainda a serem trilhados para fazer muitas e outras conclusões sobre o assunto.

O que se propôs aqui é apenas uma introdução sobre uma enorme possibilidade de se tratar o tema. A maneira como os tirolezes professava sua religião dentro das comunidades que formaram no Brasil é formada por constantes peculiaridades que são sazonais, dependendo, às vezes, da região em que ficaram inseridos e em contato com outros imigrantes e os nativos que aqui habitavam.

Mesmo assim, baseado em parte da bibliografia existente sobre o assunto, foi possível, a demonstração da relação entre religiosidade dos tirolezes e a manifestação e preservação da

identidade no Brasil, como uma tentativa de manter e reproduzir sua cultura como forma de demonstrar que eram imigrantes sim, mas não deviam ser confundidos com alemães, italianos ou austríacos. E assim, o casamento, o batismo, as danças, as roupas, as comidas, a língua e a forma de manifestação religiosa (incluindo aí as capelas, o santo padroeiro, os padres que lhe foram parceiros), foram fundamentais para que se mantivessem comunidades como Santa Olímpia e Santana (no Estado de São Paulo) que reproduzem até os dias de hoje a “cultura” do Tirol no Brasil.

Cabe, portanto, uma maior afluência de livros, artigos científicos, dissertações e teses acadêmicas que possam reconstruir as vivências desse povo na América, que muitas vezes aqui chegaram confundidos com alemães, austríacos ou italianos, desprezando-se sua questão identitária que aqui, pelo menos, no Brasil foi e é conservado e preservado por comunidades tirolesas que se estendem do Estado do Espírito Santo até o Estado do Rio Grande do Sul.

## Referências

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Memória e Sociedade. Lisboa: Difel, 1989.
- CANI, Iracema Maria Moser. **História e Memória de Rodeio**. Blumenau: Uniasselvi, 2011.
- CARDOSO, Marcelo Armellini. **Dos Alpes do Tirol à Serra Gaúcha: A questão da identidade dos imigrantes trentinos no Rio Grande do Sul (1875-1918)**. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.
- CORRER, André Bortolazzo. **Identidade tirolesas em Santa Olímpia (Piracicaba/SP): festas, tradições e memória**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Programa de pós-graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2014.
- ENNES, Marcelo Alario & FRANK, Marcon. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. Porto Alegre: Virtual Books. **Sociologias**. Ano 16, n.35jan/abr 2014, p. 274-305. <https://www.scielo.br/j/soc/a/jXq5XN7RP3g6wFJqpQqXBTN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 30 abr. 2023.
- GIRALDELLI, Sandra Regina. **Santa Olímpia e Santana: trajetória social e memória**. Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp, Campinas/SP, 1992.
- GROSSELLI, Renzo. **Vinceri o morire: contadini Trentini (veneti e Lombardi)**. Editora Nelle Foreste Brasiliane, s/i, s/d.
- HOBSBAWM, Eric; RANGE, Terence (Org.). **A invenção da tradição**. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- LEME, Maria Luísa de Almeida. **Dio, che brut studá...** Campinas: Unicamp, 2001.
- LEOPOLDINO, Everton Altmayer. **Cultura, História da imigração, identidade**. 160 Anos de imigração tirolesa no Brasil. Treze Tílias SC: Virtual Books. Disponível em:

<https://tirolese.com.br/2018/02/28/160-anos-de-imigracao-tirolese-no-brasil/>. Acesso em: 25 de setembro de 2021.

LEOPOLDINO, Everton Altmayer. Somos tirolese, parte 3. **Tirolese no Brasil**. Treze Tílias SC, 12 de junho 2015: Virtual *Books*. Disponível em: <https://tirolese.com.br/2015/06/12/mi-son-tirolese-parte-3/>. Acesso em 25 de setembro de 2021.

PRUTSCH, Úrsula. **A emigração de austríacos para o Brasil (1876-1938)**. [S/T]: Virtual *Books*. Disponível em [https://www.bmeia.gv.at/fileadmin/user\\_upload/Vertretungen/Brasilia/Dokumente/A\\_emigracao\\_de\\_austriacos\\_para\\_o\\_Brasil.pdf](https://www.bmeia.gv.at/fileadmin/user_upload/Vertretungen/Brasilia/Dokumente/A_emigracao_de_austriacos_para_o_Brasil.pdf). Acesso em: 27 de setembro de 2021.

REGIS, Lourenço. Identidades Consumidas. **Revista Ambivalências**, v.3, n. 5, p. 290 – 295, Jan-Jun/2015. [S/T] Virtual *Books*. file:///C:/Users/mltol/Downloads/3932-Texto%20do%20artigo-11135-3-10-20201229.pdf. Acesso em 1 mai. 2023.

VICENZI, Victor. **História e imigração italiana de Rio dos Cedros**. 3ª edição. Blumenau: Editora e Gráfica Odorizzi, 2000.

# Questões de gênero e a dinâmica vulnerável das minorias: a realidade das mulheres e crianças deslocadas internas nos campos de refugiados

Guilherme Vieira Barbosa<sup>1</sup>

Carlos Eduardo de Abreu Boucault<sup>2</sup>

## Introdução

O ser humano começou a se deslocar dentro do seu próprio território há tempos, desde os primórdios da história da sua existência em sociedade, quer seja por necessidade ou por fatores forçados. Contudo, tais movimentos migratórios internos passam a ter interesse de aplicabilidade jurídico-social mais contemporaneamente, a partir de quando os deslocamentos dessas pessoas passam a significar a opressão, ameaça e lesão a bens, direitos e valores fundamentais e inerentes do próprio ser humano. Assim, a partir do século XX, mais precisamente após a 2ª Guerra Mundial e a derrocada criação do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados)<sup>3</sup> que se pode obter uma maior incidência e aplicabilidade dos movimentos nos ramos do Direito aqui estudados.

Até a década de 20, os deslocados internos eram considerados assuntos exclusivamente internos dos países, já que diziam e se referiam diretamente à própria questão de autonomia e soberania nacional das nações. Por isso, diziam que todos os assuntos ligados e correlacionados aos *Internally displaced people* (IDPs)<sup>4</sup> eram de competência exclusiva do Estado onde se verificavam os deslocamentos; não havia iniciativa internacional ou humanitária de outros países ou organismos intergovernamentais e não governamentais.

Ocorre que o desenvolvimento da comunidade internacional e a intensificação das relações da sociedade de Estados que a compõe, tem gerado novos rumos que começam a ser traçados, novos benefícios e conquistas a serem almejados e alcançados, mas também novos

---

<sup>1</sup> Mestre e Doutorando em Direito do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Estadual Paulista (UNESP) sob orientação do Prof. Dr. Carlos Eduardo de Abreu Boucault. Facilitador e Pós-graduando no programa de Formação Didático-Pedagógica para Cursos na Modalidade a Distância junto à Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP). É advogado;

<sup>2</sup> Pós-Doutor pela Albert-Ludwigs Universität, Doutor em Direito Privado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). É professor assistente doutor da Universidade Estadual Paulista (UNESP), professor titular da Universidade Nove de Julho (UNINOVE) e professor titular da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP).

<sup>3</sup> É uma agência vinculada à ONU destinada a amparar, proteger e oferecer assistência às pessoas refugiadas, deslocadas e apátridas em todo o mundo. Ou seja, todos os tipos de pessoas que estiverem em deslocamento, inclusive os deslocados internos, embora inicialmente, tenha sido criada para amparar os refugiados, tendo sua chancela e tutela sido estendidas ao longo dos anos para os apátridas e deslocados internos.

<sup>4</sup> Sigla em inglês e usada internacionalmente para se referir aos Deslocados Internos, objeto deste estudo.

desafios e questões que precisam ser lidados sob uma óptica cada vez mais humanista, justa, coletiva e igualitária, e dentre os vários, um dos que mais se destaca é a proteção dos grupos vulneráveis de pessoas, que estão à mercê de qualquer amparo jurídico-social e político e às vezes, dentro de seu próprio país, possuem até seus bens jurídicos fundamentais e direitos inerentes ameaçados ou já lesados pela opressão avassaladora do homem sobre o próprio homem (Freire, 2018).

É sob esse prisma que se insere o estudo dos deslocados internos, um dos grandes desafios para a humanidade do século atual, já que tal questão demanda um esforço para sistematizar as normas de proteção internacional, principalmente as aplicadas às diferentes situações de migração, recepção, tolerância e acolhimento ao próprio nacional desamparado (Cholewinski; Perruchoud; Macdonald, 2007), visto que um dos árduos compromissos da comunidade internacional é o de aprimorar e efetivar a proteção dos direitos humanos basilares já assegurados a todas as pessoas em movimento (Mcadam, 2007) e que estão sem qualquer tutela e amparo nacional ou internacional devido a fatores estruturais e básicos, como por exemplo, a falta de efetividade e aplicação dos direitos e pressupostos oriundos da cidadania em si de um nacional dentro de seu próprio país, e que foi forçado a migrar para viver, o que atinge diretamente um direito fundamental do ser humano.

Segundo o ACNUR, dados de 2016 revelam que há mais de 41,3 milhões de deslocados internos no mundo, embora tal número possa ser de três a quatro vezes maior que isso dada as dificuldades que serão expostas aqui; são pessoas que estão à mercê de qualquer tutela efetiva estatal ou assistencial, e que migram especialmente para os países fronteiriços imediatos aos seus<sup>5</sup>, o que deixa claro de que se trata de um tema novo, alarmante e extremamente necessário de se abordar, especialmente na urgência da consolidação de estratégias políticas eficientes e agregadoras. Nesse sentido:

O maior grupo de pessoas recém-deslocadas (1,3 milhão) estava na República Democrática do Congo, onde uma crise humanitária longa e complexa continuava em curso, especialmente na parte oriental do país. Cerca de 630.000 deslocados internos foram registrados na Líbia, 623.000 no Afeganistão, 598.000 no Iraque e 467.000 no Iêmen. No Sudão, a população total de deslocados internos diminuiu para 2,2 milhões. Apesar disso, o país ainda registrava a quinta maior população de deslocados internos do mundo. Outros países com uma população deslocados internos de mais de 1 milhão

---

<sup>5</sup> Para ilustrar isso, veja o caso do Sudão, que hoje conta com cerca de 2,2 milhões de migrantes forçados, sendo portanto, segundo o ACNUR, o segundo país dos que mais abriga deslocados forçados no mundo, e que faz fronteira justamente com aquele que é o terceiro país que mais gera deslocados forçados no mundo, o Sudão do Sul. UNHCR. Global Trend. Forced Displacement in 2018. 2019. Disponível em: <https://www.unhcr.org/5d08d7ee7.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2022

de pessoas incluem Nigéria (2,2 milhões), Iêmen (2 milhões), Sudão do Sul (1,9 milhão), Ucrânia (1,8 milhão), Afeganistão (1,8 milhão) e Somália (1,6 milhão).<sup>6</sup>

Diante de um quadro de extrema ausência de proteção e tutela, quer seja nacional ou internacional, aliada ao fato de grande vulnerabilidade devido ao próprio Estado que teoricamente se comprometeu a protegê-los, mas que na praxe os persegue e os oprime, a partir de uma análise bibliográfica e do método dedutivo, o panorama da situação dos deslocados internos mostra-se de uma forma muito intensa e expressiva de violações, desrespeitos e falta de observação aos Direitos Humanos. Desse modo, com o aumento do fluxo de pessoas que se veem obrigadas a migrar, ainda que dentro do seu próprio território nacional, aumenta-se também os fatores e causas atualmente que induzem a esses deslocamentos massivos, bem como seus reflexos em minorias ainda mais vulneráveis em seu cerne, como são as mulheres deslocadas internas.

## **1. Quem são os deslocados internos**

Os movimentos migratórios populacionais estão no cerne da humanidade desde seus primórdios e origem. São vários os motivos que levam o ser humano a migrar, dentre os quais, os principais são por questões econômicas, políticas, familiares, profissionais e até pessoais, pressupondo a existência de uma vontade e as vezes até mesmo escolha do local-destino, com inclusive atenção e cumprimentos às exigências formais e técnicas da migração em si (exemplo: vistos). Contudo, de forma mais restritiva, gravosa e específica, os deslocamentos forçados de pessoas não abarca tantos “privilégios” assim, já que em sua maioria das vezes, as pessoas que se veem em tal situação simplesmente tem que “fugir” repentinamente, sem escolher como, quando ou até mesmo para onde, já que tais movimentos são motivados ou originados em decorrência de perseguições políticas, econômicas, religiosas, étnicas e sociais, etc., bem como, sobretudo nos últimos anos, nota-se uma sedimentação e solidificação de fatores relacionados às mudanças climáticas e conflitos bélicos/civis onde há massivo crescimento de violações aos direitos humanos básicos e fundamentais, como a dignidade humana. Assim, poder-se-ia dizer que migrar abrange o conceito de fugir; contudo ao inverso, não se aplica a mesma premissa.

De forma simples, os deslocados internos são pessoas que passam pelas mesmas situações, circunstâncias e entraves que os refugiados, e às vezes até com motivos mais abrangentes do que os próprios motivos de reconhecimento do status de refugiado, contudo

---

<sup>6</sup> ACNUR. Deslocados internos. UNHCR/ACNUR Brasil. 2022. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/deslocados-internos/#:~:text=S%C3%A3o%20pessoas%20deslocadas%20dentro%20de,fronteira%20internacional%20para%20buscar%20prote%C3%A7%C3%A3o.>>. Acesso em: 02. dez. 2022.

sempre dentro dos limites do próprio Estado de sua origem/nacionalidade/residência, ou seja, são ‘refugiados’ que não atravessam as fronteiras nacionais, e essa aqui poder-se-ia dizer que é a diferença mais aparente e identificável. Exemplos práticos de deslocados internos são: os nordestinos que migram para o Sudeste brasileiro em busca de melhores condições e qualidade de vida, além da fuga do clima acentuado e seco; a população do norte do Brasil que se desloca para o centro-oeste em busca de abrigo frente às cheias que alagam e impossibilitam o convívio em toda uma região; a questão do Sahel africano diante do clima desértico ao seu redor e dos intensos e constantes conflitos tribais na região em busca de alimentos e melhores condições de vida; dentre outros casos, que ocorrem, por exemplo, no Sudão, Ruanda, Burundi, Libéria, Colômbia, Peru, República do Tadjiquistão e Sri Lanka (Cohen; Deng, 1998). Em geral, tais deslocamentos ocorrem de forma sistêmica (ora, acontece no Brasil, como visto)<sup>7</sup>, contudo com violação aos Direitos Humanos, observa-se que se dá exclusivamente em países que sequer tutelam ou abordam de forma legislativa ou assistencial em seus ordenamentos jurídicos internos a questão dos migrantes forçados (na verdade vários deles o Estado se encontra colapsado e nem há estruturas e documentos mínimos destinados a salvaguardar as minorias vulneráveis, como os deslocados internos), inclusive, sobre direitos fundamentais basilares a esse rol de pessoas. Os sistemas legais dos países em que mais se observam a ocorrência de números de deslocados internos (vistos acima) permanecem com tendências tradicionais, privados de mecanismos de proteção e punição para violência sexual e de gênero, e formas de tutela legal sem discriminação consideradas insuficientes; em tais nações há verdadeira estigmatização do tipo de pessoas a serem violentadas (geralmente grupo/etnia/credo oposto ao que está no poder), o que diga-se é uma consequência, quase um objetivo estatal.

Assim, poder-se-ia conceituar os deslocados internos como "pessoas que, por forças alheias as suas vontades, tiveram que deixar seus lares, a fim de proteger suas vidas, e que buscam proteção" (Jubilut, 2007, p. 164), ou também, de forma mais oficial, conforme o documento de anexo, número 2, do representante do Secretário Geral da ONU sobre Deslocados Internos:

*For the purposes of these Principles, internally displaced persons are persons or groups of persons who have been forced or obliged to flee or to leave their homes or places of habitual residence, in particular as a result of or in order to avoid the effects of armed conflict, situations of generalized violence, violations of human rights or*

---

<sup>7</sup> Embora no Brasil, há legislação e tutela pioneira no amparo a pessoas em situação de vulnerabilidade social, financeira, familiar etc. em razão de movimentos migratórios, tal como a Constituição Federal de 1988 (marco na efetividade dos Direitos Humanos), a Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei de Migração - tutela toda a questão de migrações em geral) e a Lei n. 9.474, de 22 de julho de 1997 (Lei do Refúgio – também aplicável aos deslocados internos)

*natural or human-made disasters, and who have not crossed an internationally recognized State border.*<sup>8</sup>

Há ainda que se elencar o entendimento de Márcia Mieko Morikawa sobre os deslocados internos, para qual são

Pessoas que, por motivos de conflitos armados (de caráter internacional ou não), atos de violência generalizada, violação maciça e sistemática dos direitos humanos, distúrbios e graves perturbações na ordem pública interna, e desastres naturais, são obrigadas a deixar o seu local habitual de residência, fugindo da perseguição e/ou da violência e das violações de direitos humanos sem, porém, cruzar a fronteira do seu país de origem ou de residência. Permanecem, portanto - e eis a sua particularidade diante do Direito Internacional - como cidadãos refugiados em território nacional. (Morikawa, 2006. p. 65-66).

E ainda, oficialmente pela próprio ACNUR:

Os deslocados internos, pessoas deslocadas dentro de seu próprio país, muitas vezes são erroneamente chamadas de refugiadas. Ao contrário dos refugiados, os deslocados internos (IPDs em seu acrônimo inglês) não atravessaram uma fronteira internacional para encontrar segurança mas permaneceram em seu país natal. Mesmo se fugiram por razões semelhantes às dos refugiados (conflito armado, violência generalizada, violações de direitos humanos), legalmente os deslocados internos permanecem sob a proteção de seu próprio governo, ainda que este governo possa ser a causa da fuga. Como cidadãos, elas mantêm todos os seus direitos e são protegidos pelo direito dos direitos humanos e o direito internacional humanitário.<sup>9</sup>

Assim, os que essas pessoas buscam nada mais é do que acolhimento e proteção, que deveriam ser efetivados no âmbito interno de seus próprios países, mas que diante dessa impossibilidade ou inefetividade nacional, seja devido à política, à deficiência estrutural e pessoal, mal organização jurídica, falta de governo (Estado colapsado, guerra civil, etc.) ou até mesmo interesse desse (quando o Estado torna agente perseguidor de pessoas, grupos, etnias, etc.), dentre outros, resta ao Direito Internacional propor medidas e soluções a fim de amenizar ou resolver o problema. Desse modo, tem no objetivo almejado pelos deslocados internos, no fim comum, nada mais que "*all activities aimed at obtaining full respect for the rights of the*

---

<sup>8</sup> COMMISSION OF HUMAN RIGHTS. Economic and social council. Further promotion and encouragement of human rights and fundamental freedoms, including the question of the programme and methods of work of the commission human rights, mass exoduses and displaces persons. Report of the Representative of the Secretary-General, Mr. Francis M. Deng, submitted pursuant to Commission resolution 1997/39. E/CN.4/1998/53/Add.2. United Nations - United Nations High Commissioner for Human Rights. 1998. Disponível em: <<http://www.unhchr.ch/Huridocda/Huridoca.nsf/0/d2e008c61b70263ec125661e0036f36e>>. Acesso em: 15 mar. 2022. Tradução livre: "Para o propósito dos princípios aqui elencados, são deslocados internos as pessoas ou grupos de pessoas que se viram forçadas ou obrigadas a escapar ou fugir de seu lar ou de seu lugar de residência habitual, especialmente em função ou para evitar os efeitos de um conflito armado, de situações de violência generalizada, de violações de direitos humanos ou de catástrofes naturais ou provocadas pelo ser humano, e que não tenham cruzado um fronteira estatal internacionalmente reconhecida."

<sup>9</sup> ACNUR. Deslocados internos: fugindo em sua própria terra. ACNUR. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/a-quem-ajudamos/deslocados-internos/>>. Acesso em: 19 mar. 2022.



*individual in accordance with the letter and the spirit of the relevant bodies (human rights, humanitarian law, refugee law)"*<sup>10</sup> (Hickel, 2001, p. 701).

Ora, mas por que recorrer ao Direito Internacional para os casos de “deslocamentos internos”? Principalmente se eles sequer ultrapassam fronteiras e permanecem nos seus Estados de origem e/ou residência. Porque, como dito, por diversas vezes, é esse Estado de origem e/ou residência que é o responsável por gerar aquele movimento de migração forçada e erradicar a aplicação dos Direitos Humanos para um grupo de pessoas, que por sua vez, só vê na “fuga”/“migração” a sua única alternativa de sobrevivência. E quando um Estado é responsável por desrespeitar os direitos fundamentais, base de todo ser humano, seja direta ou indiretamente, ou mesmo atentar contra eles, mostra-se vital a inserção do Direito Internacional, a fim de que outros Estados ou organizações estatais chancelem, amparem e tutelem a questão ignorada, omissa ou causada por um determinado Estado, que nada tem feito ou contribuído para solucionar a questão.

Portanto, deslocados internos, apesar de doutrinariamente poderem ser conceituados<sup>11</sup>, carecem de uma definição legal oficial, o que só se alia com a falta de um órgão internacional responsável especificamente pelo tema<sup>12</sup>; da ausência de um estatuto ou carta legislativa que trate de suas situações no campo jurídico tanto nacional (do país que detém deslocados internos) e internacional (capaz de versar sobre todos, independentemente de onde estejam)<sup>13</sup>; e das condições sub-humanas a que estão destinados a passar, já que nem mesmo seu próprio país lhes confere tutela, e muitas vezes, o próprio Estado<sup>14</sup> é o opressor e causador<sup>15</sup> dos movimentos forçados dessas pessoas. Assim, diante de um cenário de falta de proteção nacional, e inclusive, internacional, os deslocados internos, nas palavras de Francis Deng<sup>16</sup>, os deslocados internos

---

<sup>10</sup> Tradução livre: " todas as atividades visando a obtenção de pleno respeito aos direitos do indivíduo de acordo com as leis e os espíritos/valores/princípios dos órgãos competentes (direitos humanos, direito humanitário, direito de refúgio "

<sup>11</sup> Ainda expressam também, no mesmo sentido conceitual de tudo que já foi dito: Robert Gersony (1990); Sadruddin Aga Khan (1990); Wilbert Van Hövell (1992).

<sup>12</sup> Como o ACNUR é para os refugiados.

<sup>13</sup> Como é a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 para com as questões dos refugiados.

<sup>14</sup> É o caso do Sudão e de Ruanda, onde campos de deslocados internos são vistos como inimigos do governo e por isso são atacados, bombardeados e destruídos.

<sup>15</sup> "Large numbers of persons are regularly turned into 'refugees' within their national borders, dispossessed by their own governments and other controlling authorities, and forced into a life of destitution and indignity" (Cohen; Deng, 1998, p. 01). Tradução livre: "Um grande número de pessoas são regularmente transformadas em 'refugiados' dentro de suas próprias fronteiras nacionais, são despojadas de seus próprios governos e outras autoridades de controle, e são forçadas a uma vida de miséria e de indignidade."

<sup>16</sup> Foi nomeado pela Comissão de Direitos Humanos da ONU, em 1992, representante especial do Secretário Geral das Nações Unidas para os problemas referentes aos Direitos Humanos aplicados às questões dos deslocados internos. Foi responsável por submeter em 1998 um conjunto de princípios (Guiding Principles on Internal Displacement), na 54ª sessão da Comissão de Direitos Humanos, a serem observados nos casos aplicados de deslocados internos.

constituem-se atualmente em um grupo de pessoas que estão entre as mais vulneráveis do mundo, pois necessitam desesperadamente de proteção, assistência e amparo jurídico-social (Deng, 1998), pois na teoria deveriam possuir os mesmos respaldos jurídicos internacionais dos refugiados, e nacionais no que diz aos seus conterrâneos, mas isso não ocorre, nem mesmo por se referir ao próprio ser humano, já que "*displacement, by its very nature, generally entails the deprivation of many rights*"<sup>17</sup> (Goldman; Kälin, 1998. p. 78).

Por isso, diante de um quadro alarmante do próprio instituto do refúgio, identifica-se situação ainda mais agravada e acentuada no que cerne aos deslocados internos, já que nem um instituto próprio de proteção estes possuem para si; daí, pode-se traçar um breve paralelo entre ambos

Sofrendo as mesmas consequências e problemas dos refugiados, os IDPs não cruzam a fronteira de um país, permanecendo como nacionais sem, porém gozar de nenhuma proteção legal especial, enquanto que os refugiados, pelo fato de terem cruzado a fronteira de um Estado internacionalmente reconhecido, gozam do estatuto de refugiado nos termos da Convenção de 51. Diversamente dos refugiados, os deslocados internos movem-se dentro de seu próprio país; por outro lado, o fato de não ter cruzado a fronteira, produz as mais imbricadas questões: a) não recebe de facto a proteção de seu país, fugindo da perseguição e das violações dos direitos humanos e ficando à mercê dos atos de violência generalizada ou dos atos hostis de um conflito armado em território nacional; b) dificilmente tem acesso à proteção e assistência humanitária internacionais por, aparentemente, tratar-se de um "internal affair" do Estado que não justificaria a ingerência internacional (Morikawa, 2006, p.59).

Por isso, um estudo e enfoque preciso sobre a questão dos deslocados internos faz-se necessário, e mais ainda, é o mínimo que se pode realizar diante da omissão, do impasse e da imparcialidade dos órgãos, países e comunidades ao redor do mundo (Geissler, 1999), frente às intensas e incessantes violações aos Direitos Humanos<sup>18</sup>, personificados nas figuras das pessoas que se sujeitam a tais migrações e são taxadas de 'deslocados internos', já que

A necessidade de proteção dos deslocados internos mostra-se imperiosa por três motivos fundamentais: a) por tratar-se, indubitavelmente, de uma questão de violação dos Direitos do Homem<sup>19</sup> - violações que ocorrem antes, durante e depois do deslocamento; b) pela ausência da proteção e da assistência do Estado nacional; c) pela falta de uma definição universalmente aceite da pessoa do deslocado interno e, conseqüentemente, da ausência de um estatuto jurídico, o que dificulta a atividade de

---

<sup>17</sup> Tradução livre: "O deslocamento, por sua própria natureza, em geral, implica a privação dos direitos de muitos".

<sup>18</sup> No mesmo sentido, a ONU entende: "Las violaciones de los derechos humanos no solo son una de las principales causas de los éxodos masivos sino que también descartan la opción de la repatriación voluntaria mientras persistan. Las violaciones de los derechos de las minorías y los conflictos étnicos figuran cada vez más entre las causas fundamentales de los éxodos masivos y los desplazamientos internos". ONU. Los derechos humanos y los refugiados. Folheto informativo n. 20. Ginebra: Centro de Derechos Humanos, 1994. p. 15-18. Tradução livre: "As violações dos direitos humanos não são apenas uma das principais causas de êxodos em massa, mas também exclui a possibilidade de repatriamento voluntário, como persistem. Violações dos direitos das minorias e dos conflitos étnicos, são cada vez mais entre as causas dos êxodos em massa e dos deslocamentos internos."

<sup>19</sup> A expressão "Direitos do Homem" está aqui como sinônimo de "Direitos Humanos", interpretada como violação aos direitos dos seres humanos em geral, inclusive do gênero feminino.

proteção e assistência , assim como a instituição de organização internacional responsável (Morikawa, 2006., p. 67-68.).

As principais causas dos movimentos dos deslocados internos e as dificuldades encontradas por essas pessoas não são objetivos específicos deste trabalho, contudo é evidente o desproporcional e injusto tratamento de que é aplicado a esse grupo de pessoas que não são consideradas nem refugiadas estatutárias (conforme a Convenção de 51) e nem de fato, mas que também não são classificadas e protegidas por mais nenhum outro documento; são problemáticas de assuntos nacionais ou um questão *sui generis* de Direito internacional?; ou seja, sua única oportunidade e opção de tutela disponível, no momento, lhes é negada.

Assim, deslocados internos, denominados também como refugiados internos (em inglês, *internally displaced people*, ou a sigla IDP), são pessoas forçadas a fugir de suas casas, de suas regiões ou dos locais de moradia dentro de seu próprio país, mas, que de maneira diferente dos refugiados, não cruzam uma fronteira internacional para encontrar abrigo, proteção e amparo, permanecendo dentro de sua própria nação.

Em contexto geral, os deslocados internos fogem e migram por razões similares às dos refugiados (como por exemplo, conflitos armados, violências generalizadas, violações de direitos humanos, perseguição religiosa, de gênero ou étnica etc.), mas permanecem dentro das fronteiras de seu país, e com isso, continuam legalmente sob proteção das autoridades do governo do seu país, ainda que esse governo possa ser o próprio causador do seu deslocamento.<sup>20</sup>

Portanto, em suma, os deslocados internos podem ser considerados todo e qualquer grupo numeroso de pessoas que foram forçadas, de forma súbita ou inesperada, a desenraizar-se e a abandonar as suas casas, fixando-se em locais diferentes no seu país. São as “pessoas que, por forças alheias as suas vontades, tiveram que deixar seus lares, a fim de proteger suas vidas, e que buscam proteção” (Jubilut, 2007, p. 164).

## **2. Mulheres deslocadas internas: um mergulho na vulnerabilidade de pessoas já oprimidas**

Não bastassem se encontrar em uma situação de grande vulnerabilidade, já que o panorama dos deslocados internos se mostra como de pessoas suscetíveis à intensas incidências de questões frágeis e delicadas, como a inobservância e até mesmo ataque aos direitos humanos mais basilares (como direito à vida, à dignidade, à moradia, à alimentação, à carreira e evolução

---

<sup>20</sup> ACNUR. Deslocados internos. ACNUR. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/deslocados-internos/>> Acesso em 25 fez. 2021.

profissional etc. – privados e expurgados dessas pessoas), existem ainda, dentre de seu cerne, grupos que se apresentam em circunstâncias ainda mais avassaladoras, já que se mostram em um quadro de extrema rendição para o contexto sociocultural e político a que estão inseridos, e dentre vários, vale-se aqui destacar o caso das mulheres deslocadas internas.

Sabe-se, que desde as transformações sociais despontadas a partir da década de 60 do século XX, a partir de incontáveis lutas, guerras e movimentos liberatórios (Scavone, 2008), busca-se com grande anseio a desconstrução do ideal de um sujeito único universal, visando a ruptura transcultural dos ditames até então impostos sob o prisma “ideal” do “homem branco europeu”, para alcançar a incompletude cultural em sua máxima possível, qual seja, a nova construção de uma concepção multicultural dos direitos humanos (Santos, 1997). Nesse sentido, vale destacar que

O termo gênero é entendido como o conjunto de aspectos sócio-culturais pelos quais as sociedades humanas sobrevalorizam a diferenciação biológica entre machos e fêmeas, atribuindo diferentes funções geralmente desiguais. Esses aspectos compõem configurações que variam espacial e temporalmente, estando ainda imersos em imbricações com diferentes hierarquizações como sexualidade, raça, classe e etnia. Desta forma, ao se fazer referência a homens e mulheres, entende-se que não há uma divisão ontológica irredutível, mas sim que essa bicategorização é fundamentada em uma diferenciação social (Mathieu, 2009, p.222-223).

Infelizmente, nos últimos anos, há “tendência crescente da feminização da migração, ou seja, uma quantidade em ascensão de mulheres que migram, inclusive para além das fronteiras nacionais, na companhia ou não de cônjuges, tem sido abordada em diferentes estudos.” (Farley, 2019, p.3). E sob esta égide que se analisa a questão das mulheres, o que se mostra bem intrigante, já que mesmo a igualdade estando, há anos, na teoria, garantida e respaldada a todos os seres humanos, inclusive e principalmente às pessoas do sexo feminino, nota-se que internamente há discrepância no que é efetivado a cada grupo específico de mulher, já que se continua a constatar uma gritante distância e uma significativa diferença no que cerne à aplicação da liberdade e da igualdade plasmada na norma e sua efetiva concretização como direito, para determinados grupos femininos, como é o caso das mulheres que são deslocadas internas.

A igualdade perante a lei não é necessariamente igualdade de facto. Precisamos que as trabalhadoras consigam a igualdade com os trabalhadores, não apenas perante a lei, mas também perante a vida. Para isto é preciso que as trabalhadoras intervenham cada vez mais na administração das empresas públicas e na administração do Estado (Chamacho, 1974. p. 49).

Há grandes e imensuráveis dificuldades para se obter dados quantitativos sobre migração específica de mulheres em deslocamentos forçados ao redor do mundo, visto que um dos

obstáculos para tais mensurações é o fato de a distinção por gênero de migrantes não estar presente no sistema de todos os países, além de que diversas pesquisas sobre migração nos variados continentes ao redor do globo enfrentam a problemática carência de dados oficiais confiáveis provenientes de amostragens ou levantamentos oficiais (censos, por exemplo), já que na maioria de nações em que há tais tipos de migrações os Estados estão em ruínas, sem estrutura mínima e basilar, ou apenas existem sob a roupagem de uma “máscara de aparências” (Flahaux; De Haas, 2005). Todavia, indubitavelmente, a situação das mulheres ainda se mostra extremamente delicada nos panoramas atuais comparadas com as demais classes e grupos formadores da sociedade atual.

A questão das mulheres deslocadas internas se apresenta em um espaço, em condições e num panorama ainda pior que os deslocamentos forçados de homens (que já é bem precária), já que em um contexto onde inexistente uma organização internacional específica destinada e criada para a proteção dos deslocados internos, pois o Alto Comissariado das Nações Unidas para o Refugiados (ACNUR) desempenha apenas papel e função subsidiária no assunto<sup>21</sup>, gera-se implicitamente a ausência de vinculação ou obrigação de um determinado organismo ou ente internacional (ou mesmo órgão interno) em protegê-las. Contudo, isso não é feito corretamente. E pior, além de todo desgaste e abuso que os deslocados por si já sofrem, as migrantes forçadas mulheres ainda são subjugadas e enfrentam óbices pelo simples fato de serem mulheres.<sup>22</sup>

Ora, se as condições “normais” de uma mulher no dia a dia já são duras e infinitamente mais árduas e rigorosas se comparadas com as pautadas na égide do “homem médio tradicional” (Butler, 2015), o contexto das mulheres deslocadas internas se mostra desesperador, pois nem a “normalidade” das demais mulheres de sua sociedade elas possuem, visto que estão eterna fuga para sobreviver. E pior, ante a ausência de um organismo internacional específico para sua tutela, como supracitado, a elas caberia apenas recorrerem ao seu Estado para ampará-las, já que este detém o controle, autonomia e domínio sobre seu território. Com isso, com recursos financeiros escassos, em um Estado praticamente colapsado e arruinado, onde há busca e

---

<sup>21</sup> O ACNUR tem atuado de forma subsidiária na defesa e tutela mínima aos direitos e necessidades dos deslocados internos, mas seu foco primordial continua sendo a questão dos refugiados ao redor do mundo

<sup>22</sup> Somam-se a isso, os diversos e incontáveis riscos adicionais enfrentados por mulheres migrantes em razão de gênero, tais como: maior incidência e frequência de casos de violência sexual em acampamentos ou enquanto buscam água ou madeira nos locais onde buscam abrigo; maior dificuldade (ou até mesmo impossibilidade e inexistência) para conseguirem regularizar suas documentações por entraves burocráticos; em caso de gravidez, há relatos de prestação da assistência médica inapropriada ou até mesmo sua negação; aumento e maior incidência de violações relativas ao acesso à saúde, à educação, a documentos, à profissão/trabalhos e até mesmo a alimentos; assédio ou abuso sexual por parte de familiares, colegas de trabalho/campo, supervisores ou deslocados homens em situação similar; maior risco das meninas e mulheres de serem deportadas ou presas por motivos diversos; dificuldades e maiores entraves para se fazer denúncias aos meios formais e oficiais (até mesmo dos campos de refúgio), o que mantém a sua convivência com os abusadores e exploradores; etc. (Khumalo, 2005).

perseguição contra minorias, meninas e mulheres deslocadas acabam por se tornar ainda mais vulneráveis a situações extremas como tráfico de pessoas, casamento forçado e trabalho sexual.

Ora, na maioria das vezes, e não raro, é o caso do próprio Estado ser o propulsor e gerador das migrações internas de pessoas observadas dentro de suas fronteiras, o que o torna, na maioria das vezes, como o principal agente potencializador de resultados e agravamentos de violência, opressão e perseguição à situação já complicada desses grupos vulneráveis, como as mulheres e crianças deslocadas internas. Nessas nações há uma “fragilidade do contrato social entre governos e cidadãos” (Warner; Shaw, 2018, p.14).

Elas que estão mais desprotegidas, as famílias monoparentais femininas,[...] As mulheres continuam a ser as mais pobres dos pobres, inclusive no pós-guerra [...] essas mulheres, algumas tinham sido raptadas, outras eram filhas de militares ou mulheres, quando era preciso eram também militares, quando não eram, estavam nos serviços de apoio, não tiveram direito a nada, passei em muitas comunidades rurais e urbanas e essas famílias eram as que estavam completamente à mercê, atacadas por doenças, não tinham ajuda para construir uma casa e trabalhar a terra, são quem vivem em piores condições, quem tem menos oportunidades, quem mais morre, são essas famílias e continuam a ser, os mais pobres dos pobres (Human Rights Watch, 2007, p.19).

Assim, essencial se mostra, primeiramente o reconhecimento, e posteriormente a devida tutela e amparo, aos grupos minoritários de direitos, como as mulheres deslocadas internas, existentes nas estranhas da sociedade moderna, já que as dificuldades e os entraves que se levantam a cada dia para a efetivação dos direitos a eles inerentes fogem do controle e ultrapassam todo limite admissível de razão e bom senso, já que tais minorias frágeis e vulneráveis lutam por preceitos basilares e direitos mínimos existenciais, tal como a ruptura do dogma de sujeito único e universal de direitos pautado em estereótipos e condições socioeconômicas (homem branco médio) extremamente divergente das suas. Beauvoir afirma “[a]grada-lhe (ao homem) permanecer o sujeito soberano, o superior absoluto, o ser essencial; recusa-se a considerar concretamente a companheira como sua igual” (Beauvoir, 1987. p. 553). Nesse mesmo sentido, Paulo Freire destaca o martírio diário sofrido há décadas pelas “subcategorias” dos severamente oprimidos dentro dos grupos vulneráveis, como o caso das deslocadas internas, sustentando que a

grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos [consiste em] libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão do seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasce da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos. Por isto é que o poder dos opressores, quando se pretende amenizar ante a debilidade dos oprimidos não apenas quase sempre se expressa em falsa generosidade, como jamais a ultrapassa. Os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua “generosidade” continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência

da injustiça. A “ordem” social injusta é a fonte geradora, permanente, desta “generosidade” que se nutre da morte, do desalento e da miséria (Freire, 1970, p. 30).

Por fim, vale destacar que desde o surgimento da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC<sup>23</sup>), tem-se que os objetivos e enfoques, especialmente no local de maior incidência de migrantes forçados no mundo, a África, transcendeu as esferas comerciais e econômicas, para alcançar assuntos políticos e securitários, especialmente sobre a questão de gênero nos deslocamentos forçados pelo mundo africano, com reverberações em várias outras partes do globo, como na Ásia, especialmente no Oriente Médio. A SADC tem exercido importante papel nessa conscientização, atuando com o intuito de erradicar e combater desigualdades entre homens e mulheres, o que vemos desde a menção à “não-discriminação baseada no gênero” que consta no seu tratado fundador do ano de 1992, bem como pela próprio exercício de suas atividades sempre atreladas às questões, e até mesmo por diferentes mecanismos e documentos legais que surgiram em seu cerne, tal como a Declaração sobre Gênero e Desenvolvimento em 1997, na qual se reconheceu os direitos de gênero como direitos humanos; e o Protocolo sobre Gênero e Desenvolvimento, de 2008 e assinado por treze dos países membros do órgão, onde se estabeleceu metas para 2015, agrupando-as em partes temáticas como governança, educação e treinamento, dentre as quais fazendo sintonia com a questão de gênero.

### **3. Das propostas e medidas jurídico sociais aplicáveis às mulheres deslocadas internas**

Por isso, diante de um quadro desanimador de extrema perseguição, diante de um vetor político e socioeconômico desfavoráveis, diante de uma perseguição descontrolada e que transcende todas as bases de essência do ser de uma pessoa, e perante uma ordem social injustamente imposta (Butler, 2004), mostra-se minimamente essencial e necessário que exista um processo de conscientização geral dos oprimidos e sobre os oprimidos (Fassin, 2010), nesse caso, das mulheres deslocadas internas, visto que o maior anseio, que é a força de sua libertação (Rago; Gallo, 2017), se encontra respaldado nelas mesmas.

A quebra de tais grilhões pelas mulheres deslocadas internas não ocorrerá e nem chegará pelo acaso, muito menos pelos seu flagelo em silêncio, pelo contrário, se dará pela prática de ações de intensa busca pelo conhecimento e reconhecimento das suas necessidades, das suas batalhas e na gana por vê-las superadas. E isso só ocorrerá quando sobrevier e se instaurar uma

---

<sup>23</sup> Do termo em inglês “*Southern Africa Development Community*”. É uma organização intergovernamental composta por dezesseis nações, dentre as quais, África do Sul, Angola, Botsuana, Comores, Eswatini, Lesoto, República Democrática do Congo, Madagascar, Malauí, Maurício, Moçambique, Namíbia, Seychelles, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue

conscientização (Freire, 1972, p.57-58), de que inexistem diferenças ou inferioridade de gênero, e principalmente com a noção solidificada de que todos somos seres humanos detentores do mais alto preceito da vida: a dignidade.

Mas medidas práticas precisam ser idealizadas e postas em ação, caso contrário, as mulheres que são forçadas a migrar internamente todos os dias, logo preferirão sucumbir desde já e sem sofrer do que se deslocar com intenso martírio e flagelo. Não basta ficarmos apenas no liame da discussão teórica e conscientização interna de uma sociedade, enquanto diariamente pessoas fogem e se deslocam dentro de seus países em colapso sociocultural apenas visando sobreviver, apenas para ter mais um dia de vida.

E dentre as várias perspectivas pragmáticas que se manifestam nesse sentido, embora ainda sejam discretos os esforços realizados atualmente, é de se destacar o relatório da ONU “Combater a violência baseada em gênero: uma chave para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”<sup>24</sup>, que apesar de não tutelar especificamente apenas sobre os problemas das mulheres deslocadas internas, abarca o assunto das opressões em virtude de gênero e perseguições lastreadas na violência contra a mulher, razão pela qual visa explicar e propor iniciativas com a finalidade de alcançar e combater a exploração e o abuso sexual de mulheres nas situações consideradas, talvez, as maiores propulsoras de deslocados internos no mundo: nos conflitos armados.

De tal documento, é possível apontar como propostas de ações, ao nível macro, que visam combater ou minimamente amparar a situação de mulheres deslocadas internas, as seguintes:

- 1) Criação de um Comitê especial responsável pela investigação, através de meios e instrumentos legais aplicáveis a cada nação, dos casos de violência baseada em gênero, visando com isso também harmonizar os meios e institutos daquele país às necessidades e defesas dos grupos de mulheres vulneráveis e adaptar os instrumentos legais daquele Estado para promover a sua implementação em regiões onde a perseguição de gênero alcança patamares alarmantes e assustadores em razão da cultura, como na África e na Ásia;
- 2) Exercer pressão sobre o sistema legal, seja dos Estados ou do meio internacional, com o intuito de criar, aperfeiçoar e reforçar leis que abominem qualquer tipo de violência, sobretudo, sexual contra mulheres em situação de vulnerabilidade, ou qualquer outra em razão do gênero, tal como objetivando a declaração do estupro como um crime contra a humanidade, sobretudo quando tal delito é utilizado como instrumento de guerra ou inibição/opressão social sobre minorias;
- 3) Inserir a classe das

---

<sup>24</sup> ONU. Combater a violência baseada em gênero: uma chave para alcançar os objetivos de desenvolvimento do milênio, Nova Iorque: ONU, 2005.



mulheres em programas de desmilitarização e reinserção de âmbito interno ou internacional, reconhecendo-as assim como agentes autônomos; 4) Impulsionar e estimular a criação e implementação pelos Estados e organismos internacionais específicos de medidas preventivas e protetivas contra a violência de gênero em situações durante e pós-guerra; 5) Pautar pela defesa e inclusão dos Princípios Orientadores relativos aos Deslocados Internos nos diálogos sobre política nacional e na legislação dos Estados ao redor do mundo; 6) Expor a questão de vulnerabilidade das mulheres em situações de conflitos, deslocadas internas ou não, através de mídia e campanhas visando a conscientização; 7) Estimular a criação e fortalecimento de ONGs que visam garantir e pressionar políticas públicas em prol das mulheres; 8) Facilitar os meios para denúncias de violência e perseguição contra mulheres, em situação de vulnerabilidade ou não; 9) Criar e fomentar locais especiais para refugiados e deslocados internos em Estados com altos índices dessas questões, visando instituir em tais áreas maior facilitação e acesso a medidas preventivas, protetivas e formas de denúncia de violência baseada em gênero.

Todas essas propostas se mostram pontuais e extremamente necessária para trazer refrigério mínimo à situação das deslocadas internas, que se veem, na maior parte das vezes, à mercê total de qualquer assistência social em seus países, carecendo de amparo internacional para se sustentarem e aguentarem mais um dia, um único dia de cada vez, pois “no sentido do empoderamento, as dinâmicas dos eixos de poder – raça, classe, gênero etc. – podem fazer com que se criem resistências e mobilizações políticas individuais e coletivas entre os membros dos grupos marginalizados” (Marques, 2017. p. 23).

Todavia, todas essas ações se mostrarão em vão se parcerias não forem firmadas entre organismos internacionais, em especial a ONU, e os vários setores e institutos sociais internos de cada Estado; bem como essencial se mostra a criação de órgão especializado de tutela dos direitos dos deslocados internos, assim como basilar é a necessidade de adoção e exigência pela ONU de padrões e códigos de conduta de seus Estados-membros, para que não apenas cessem as perseguições em si a todo ser humano, seja pelos entes estatais (forças armadas nacionais e polícia), seja pela própria sociedade em si, mas especialmente que não seja reconhecida ou mesmo promovida, ainda que indiretamente, qualquer tipo de violência de gênero contra grupos que já estão marginalizados e em situação de extrema vulnerabilidade, como as mulheres deslocadas internas.

Sabe-se que quanto maior a participação e presença ativa das mulheres nos campos de refugiados ou deslocados internos, apesar de maiores violações e transgressões em razão do gênero, também indubitavelmente maiores são os benefícios e qualidade de vida, não somente

para elas, mas para a toda a comunidade (Cohen, 1995). É certo que em todos assentamentos e organizações formadas apenas por mulheres refugiadas ou deslocadas internas, ou então por sua esmagadora maioria, nota-se maior eficácia e destreza de funcionamento de tais organizações (Cohen, 2012). Ora, o que deixa nítido e cristalino que o problema jamais esteve com as mulheres em tal situação de vulnerabilidade; pelo contrário, nelas se encontra a solução e elementos para uma maior e melhor organização.

Assim, além das ideias e medidas já postas em práticas nos campos de refugiados e de IDPs que visam diminuir e amenizar as violências e transgressões de gênero (tais como colocar banheiros e bebedouros em locais iluminados, instituição de programas de educação e saúde sexual, distribuição de apitos e lanternas à mulheres e meninas, etc.), outras propostas e medidas, mais amplas, complexas, sérias e extensivas, precisam ser acrescentadas e colocadas em prática visando o fortalecimento das mulheres como pessoas participativas e decisivas do meio que estão inseridas, já que isso (quando estão no controle), como visto, se mostra bem melhor na realidade dos campos.

Por isso, vale mencionar a importância, dentre várias medidas, a criação de comissões com participação ativa das mulheres nos campos de refugiados e IDPs visando instituir uma voz permanente e ativa contra a violência sexual e de gênero de quaisquer outro tipo, e principalmente a concessão às mulheres deslocadas internas de uma maior participação nos processos de administração e exercício de poder dos aludidos campos, tais como poder decisório sobre realojamento e distribuição das provisões básicas, dentre outros, o que por si só demonstraria atribuição de competências e autoridades, e com isso, levaria a maior autonomia, capacidade política e oportunidades das mulheres no compartilhamento de suas experiências antes e durante os conflitos que as fizeram se deslocar, assumindo posições até então exercidas majoritariamente apenas por homens, e com isso, iniciado a tão sonhada conquista da transformação da sociedade no que cerne às questões de gênero e às pessoas em deslocamento.

### **Considerações finais**

Diante de tudo que aqui foi apresentado e do atual panorama dos deslocados internos, pode-se afirmar que suas situações são, no mínimo, desconfortáveis, já que diante das dificuldades e dos problemas expostos, e por eles enfrentados, o máximo que se obtém são pretensões e clamores por um maior respaldo e uma tutela mais justa com os próprios valores, princípios e bens fundamentais e inerentes do ser humano. Não são nacionalidades ou características particulares que estão em jogo, mas a própria essência do ser humano, a própria

vida, e todas as dignidade que dela derivam. Os deslocados internos constituem-se hoje em uma das grandes preocupações jurídico-sociais globais a serem enfrentadas não somente pelo país<sup>25</sup>, local onde se dão as migrações, mas sim por toda a comunidade internacional.

Assim, com pressões, fatores externos e internos pairando sobre a necessidade de mudanças, não para uma vida mais digna, mas para sobrevivência, as pessoas deslocadas internamente em sua nação se veem influenciadas e oprimidas por fatores nacionais e internacionais, ainda que esses não escusem a responsabilidade do próprio Estado (Hofmann, 1985) em relação às causas de deslocamento; contudo, em suma, pode-se dizer que a necessidade de fuga e de se iniciar movimentos migratórios, no caso dos deslocados internos tem por base 3 (três) fatores básicos: 1) violação generalizada dos direitos humanos; 2) existência de um conflito armado; e 3) existência de um conflito internacional. Além disso, tem-se como lastro e respaldo jurídicos internacionais na tutela sobre a temática o Direito Internacional dos Direitos Humanos; o Direito Internacional dos Direitos Humanos, o Direito Internacional dos Conflitos Armados<sup>26</sup> e o Direito Internacional Humanitário (Jubilut, 2007, p. 165).

A mera e simples proteção formal, sem ferramentas pragmáticas, aos direitos das minorias migrantes, como as mulheres deslocadas internas, não será jamais suficiente para resolver o problema de integração inadequada delas ao contexto socioeconômico a que estão inseridas e que por elas é enfrentado diariamente como migrante. Mostra-se necessário a conjunção de esforços na difusão dos mecanismos jurídico-sociais de amparo, resguardo e proteção dos

---

<sup>25</sup> Os cinco países que mais possuem números de deslocados internos, dados de 2010, são em ordem decrescente: Sudão (de 4,5 a 5,2 milhões), Colômbia (de 3,6 a 5,2 milhões de pessoas), Iraque (aproximadamente 2,8 milhões de pessoas), República Democrática do Congo (1,7 milhão de pessoas) e Somália (1,5 milhão de pessoas). Cf. Internal Displacement Monitoring Centre Publications. Internal Displacement: Global Overview of Trends and Developments in 2010. IDMC. Disponível em: < <http://www.internal-displacement.org/publications/global-overview-2010.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2022.

<sup>26</sup> Cf. art. 3, da Convenção I de Genebra, de 1949, in verbis: " No caso de conflito armado que não apresente um carácter internacional e que ocorra no território de uma das Altas Potências contratantes, cada uma das Partes no conflito será obrigada a aplicar pelo menos as seguintes disposições: 1) As pessoas que tomem parte directamente nas hostilidades, incluídos os membros das forças armadas que tenham deposto as armas e as pessoas que tenham sido postas fora de combate por doença, ferimento, detenção ou por qualquer outra causa, serão, em todas as circunstâncias, tratadas com humanidade, sem nenhuma distinção de carácter desfavorável baseada na raça, cor, religião ou crença, sexo, nascimento ou fortuna, ou qualquer critério análogo. Para este efeito, são e manter-se-ão proibidas, em qualquer ocasião e lugar, relativamente às pessoas acima mencionadas: a) As ofensas contra a vida e integridade física, especialmente o homicídio sob todas as formas, as mutilações, os tratamentos cruéis, torturas e suplícios; b) A tomada de reféns; c) As ofensas à dignidade das pessoas, especialmente os tratamentos humilhantes e degradantes; d) As condenações proferidas e as execuções efectuadas sem prévio julgamento, realizado por um tribunal regularmente constituído, que ofereça todas as garantias judiciais reconhecidas como indispensáveis pelos povos civilizados. 2) Os feridos e doentes serão recolhidos e tratados. Um organismo humanitário imparcial, como a Comissão Internacional da Cruz Vermelha, poderá oferecer os seus serviços às Partes no conflito. As Partes no conflito esforçar-se-ão também por pôr em vigor por meio de acordos especiais todas ou parte das restantes disposições da presente Convenção. A aplicação das disposições precedentes não afectará o estatuto jurídico das Partes no conflito".

deslocados internos, bem como a implementação de políticas e ações de conscientização pública entre os próprios migrantes versando sobre a migração por ameaça de subsistência e a dificuldade encontrada por questões de gênero.

O primeiro passo no caminho para a integração das deslocadas internas à sociedade que as acolhe e estão inseridas perpassa pela necessidade de acolhimento e inserção no contexto jurídico-social e político em si, e aí incluído uma vida digna pautada em cargos, posições, liberdade e tomada de decisões, pois este é a forma pela qual a migrante forçada conseguirá proporcionar meios de reconhecimento socioeconômico, fixar raízes e desenvolver muito mais que uma banal sobrevivência; desenvolverá subsistência digna.

A ausência de reconhecimento e valorização das mulheres deslocadas internas, pelo simples fato de serem do gênero feminino, que migram diariamente, mas se veem impedidas de atravessar nas fronteiras é brincar com um acaso que se sabe muito bem qual é o destino. Deslocados forçados não podem mais continuar a mercê e à margem do processo de garantia dos direitos inerentes ao próprio homem afirmados pelas legislações pátrias, não podem mais encontrar tamanhos entraves para ver suas garantias efetivadas, não podem enfrentar condições precárias de desinformação e garantia dos seus direitos somada ao preconceito por estereótipos e sexo. Não se todos queremos ter um futuro. Todos, sem exceção. A batalha é a mesma: a intensa e incansável procura por plenas condições de inserção social e autossustento. E essa luta não é de uma estrangeira que precisou deslocar para sobreviver, mas do ser humano como ápice de sua diversidade.

## Referências

ACNUR. **Deslocados internos**. UNHCR/ACNUR Brasil. 2022. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/deslocados-internos/#:~:text=S%C3%A3o%20pessoas%20deslocadas%20dentro%20de,fronteira%20internacional%20para%20buscar%20prote%C3%A7%C3%A3o.>>. Acesso em: 02. dez. 2022.

\_\_\_\_\_. **Deslocados internos: fugindo em sua própria terra**. ACNUR. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/a-quem-ajudamos/deslocados-internos/>>. Acesso em: 19 mar. 2022.

ACNUR. **Deslocados internos**. ACNUR. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/deslocados-internos/>> Acesso em 25 fev. 2021

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Lisboa: Bertrand Editora, 1987.

BUTLER, Judith. **Precarious Life**. Londres: Verso, 2004.

\_\_\_\_\_. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMACHO, João (Coord.). **Sobre a emancipação da mulher:** situação da mulher na sociedade burguesa. Lisboa: Cadernos Cultura Popular, 1974.

CHOLEWINSKI, Ryszard; PERRUCHOUD, Richard; MACDONALD, Euan. **International migration law:** developing paradigms and key challenges. Hage: T.M.C. Asser Press, 2007

COHEN, Roberta. **Refugee and Internally Displaced Women:** a development perspective. Washington DC: The Brookings Institution, 1995.

\_\_\_\_\_. **Reacción de las organizaciones regionales frente al desplazamiento interno de personas en las américas.** Conferencia sobre La reacción regional frente a la migración forzada de personas en América Central y el Caribe (30 de Septiembre al 1 de Octubre de 1977). Organización de los Estados Americanos. 2012. Departamento de Derecho Internacional. Washington, D.C.. Disponível em: <<http://www.oas.org/juridico/spanish/cohen.html>>. Acesso em: 21 mar. 2022.

COHEN, Roberta; DENG, Francis M. **The forsaken people:** case studies of the internally displaced. Washington D.C.: Brookings Institution Press, 1998

\_\_\_\_\_. **Masses in flight - the global crisis of internal displacement.** Washington D.C.: Brookings Institution Press, 1998.

COMMISSION OF HUMAN RIGHTS. **Economic and social council.** Further promotion and encouragement of human rights and fundamental freedoms, including the question of the programme and methods of work of the commission human rights, mass exoduses and displaces persons. Report of the Representative of the Secretary-General, Mr. Francis M. Deng, submitted pursuant to Commission resolution 1997/39. E/CN.4/1998/53/Add.2. United Nations - United Nations High Commissioner for Human Rights. 1998. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/Huridocda/Huridoca.nsf/0/d2e008c61b70263ec125661e0036f36e>>. Acesso em: 15 mar. 2022

DENG, Francis M. **Introductory note to the Guiding Principles.** Report of the representative of the secretary-general. Resolution 1997/39, Addendum UN doc. A/CN.4/1998/53/Add.2, 11 February 1998. Disponível em: <[www.unhcr.ch](http://www.unhcr.ch)>. Acesso em: 16 mar. 2022 FARLEY, Alex. **South African Migration:** A gendered analysis. Policy Insights. South African Institute of International Affairs, Johannesburg, 70, p. 3, jun. 2019.

FASSIN, Didier. **La raison humanitaire:** une histoire morale du temps présent. Paris: Seuil/Gallimard. 2010.

FLAHAUX, Marie-Florence; De HAAS, Hein. **African migrations:** trends, patterns, drivers. Comparative Migration Studies. v. 4, n. 1, p. 1-25, 2005.

FREIRE, Paulo. **Uma educação para a liberdade.** Porto: Publicações Escorpião, 1972.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1970.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido.** 66.ed. Rio de Janeiro: paz e terra, 2018.

GEISSLER, Nils. The international protection of internally displaced persons. **International Journal of Refugee Law**, Oxford, v. 11, n. 03, p. 452, 1999.

GERSONY, Robert. Why somalis free. A synthesis of conflict experience in northern Somalia by somali refugees, displaced persons and others. **International Journal of Refugee Law**, Oxford, v. 02, n. 01, jan., p. 04-55, 1990.

GOWLLAND-DEBBAS, Vera. SAMSOM, Klaus. **Problems and prospects of refugee law.** Geneva: The Graduate Institute of International Studies, 1992.

HICKEL, M. C. Protection of internally displaced persons affected by armed conflicts: concept and challenges. **International Review of the Red Cross**, v. 83, n. 843, p. 701, set., 2001.

HOFMANN, Rainer. Refugee-generating policies and the Law of state responsibility. **Zeitschrift Für Ausländisches Öffentliches Recht und Völkerrecht**, Heidelberg, v. 45, p. 694-713, 1985.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Eles partiram as casas: desocupações forçadas e insegurança da posse da terra para os pobres da cidade de Luanda**, Luanda/Nova Iorque: Human Rights Watch, 2007.

INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE PUBLICATIONS. **Internal Displacement: Global Overview of Trends and Developments in 2010**. IDMC. Disponível em: < <http://www.internal-displacement.org/publications/global-overview-2010.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2022.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Editora Método, 2007

KHAN, Sadruddin Aga. Looking into the 1990's: Afghanistan and other refugee crises. **International Journal of Refugee Law**, Oxford, special issue, set., p. 14-28, 1990.

KHUMALO, Busisekile. Digging for gold in unknown lands: The implication of migration for African women's labour, their future, and empowerment. **BUWA: The Future of Women's Work in Africa**, v. 9, p. 54-57, dez. 2005.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; FREITAS, Viviane Gonçalves. Gênero autonomia e subjetivação política de mulheres negras no Brasil. **Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero**, São Paulo, ano XX, n. 40, ago./dez., 2017.

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e gênero. In HIRATA, Helena et al (orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

MCADAM, Jane. Book reviews, international migration law: developing paradigms and key challenges. **International Journal of Refugee Law**, Oxford, v. 19, n. 4, p. 776-779, 2007.

MORIKAWA, Márcia Mieko. **Deslocados internos: entre a soberania do estado e a proteção internacional dos direitos do homem**. Coimbra: Coimbra Editora, 2006.

ONU. **Los derechos humanos y los refugiados**. Folheto informativo n. 20. Genebra: Centro de Derechos Humanos, 1994.

\_\_\_\_\_. **Combater a violência baseada em gênero: uma chave para alcançar os objetivos de desenvolvimento do milênio**, Nova Iorque: ONU, 2005.

RAGO, Margareth; GALLO, Sílvio (orgs.). **Michel Foucault e as insurreições: é inútil revoltar-se?** São Paulo: Intermeios, 2017,

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 48, p. 11-32, 1997

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n.1, p. 173-186, 2008.

UNHCR. Global Trend. **Forced Displacement in 2018**. 2019. Disponível em: <https://www.unhcr.org/5d08d7ee7.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2022

WARNER, J.; SHAW, T. M. (eds.). **African Foreign Policies in International Institutions**. Contemporary African Political Economy. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2018.

## **Sírios e libaneses no oeste paulista: o processo de mobilidade territorial e socioeconômico em Bariri (SP)**

Miguel Brandão Martinez<sup>1</sup>

### **Introdução**

Os imigrantes que desembarcaram nos portos brasileiros nos séculos XIX e XX contribuíram para uma reconfiguração do cenário nacional. As diferentes dificuldades enfrentadas nos territórios de origem, somada a necessidade de mão de obra para a lavoura no Brasil, atraíram mais de 3,5 milhões de estrangeiros neste período, sendo que praticamente um milhão teve como destino o estado de São Paulo (Luna; Klein, 2019).

Inicialmente, a maior parcela dos imigrantes era oriunda de países como Itália, Espanha e Portugal, e ao desembarcarem, passaram a buscar oportunidades de trabalho especialmente na lavoura. O aumento do cultivo do café fez com que a necessidade de mão de obra aumentasse, e esses pioneiros aproveitaram a oportunidade para buscarem algum sucesso econômico (Holloway, 1984).

A partir da década de 1870 o Brasil passa a receber imigrantes oriundos da Ásia, especialmente da região que hoje compreende os territórios da Síria e do Líbano, que até então faziam parte do território do Império Otomano. A concentração desses imigrantes foi na cidade de São Paulo e, diferentemente de outras nacionalidades, destinaram seus esforços para o comércio, iniciando suas atividades profissionais como mascates e posteriormente com empreendimentos comerciais de bens não-duráveis (Truzzi, 2009).

Após o estabelecimento na capital, diversos sírios e libaneses começaram um processo de deslocamento para o interior do estado, aproveitando-se das oportunidades comerciais que surgiram a partir da expansão dos cafezais para a região oeste (Truzzi, 2019). Uma das cidades que recebeu esses imigrantes foi Bariri, localizada a pouco mais de 300 quilômetros da capital paulista. O presente trabalho apresenta, de forma sintética, os resultados da pesquisa de mestrado desenvolvida pelo autor, que buscou analisar o percurso de mobilidade territorial e socioeconômico da colônia de sírios e libaneses que se formou no município, abordando o *timing* de chegada, a recomposição familiar, o empreendedorismo étnico e desenvolvimento de

---

<sup>1</sup> Mestrando no programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, com bolsa de pesquisa CAPES. Membro dos grupos de pesquisa História Social das Migrações e InterMob. Desenvolve pesquisa no campo da sociologia histórica, tendo interesse nas migrações históricas para o Brasil, sobretudo de povos árabes. E-mail para contato: miguelbrandaomartinez@gmail.com.

um alto grau de capital social. Para tanto, foram analisadas fontes primárias e secundárias, delimitando-se entre os anos de 1889 e 1950, compostas especialmente por dados demográficos, registros civis e produções bibliográficas sobre o tema.

### **1. Sírios e libaneses: o deslocamento para o Brasil, a chegada em São Paulo e o estabelecimento no oeste paulista**

Essa sessão está dividida em três subtópicos e pretende apresentar os resultados obtidos durante o desenvolvimento da pesquisa. O primeiro subtópico apresenta a trajetória dos sírios e libaneses que se estabeleceram no oeste paulista, a formação histórica de Bariri e a rede migratória estabelecida com as regiões de origem. O segundo aborda a ocupação profissional da colônia árabe local, especialmente no ramo comercial. Por fim, o terceiro trata sobre o acúmulo de capital social e o reforço identitário no destino a partir da religião.

O movimento migratório de sírios e libaneses iniciou-se no Brasil por volta de 1870, mas os registros oficiais são um tanto imprecisos, especialmente pelo fato de que na chegada, os sírios e libaneses em sua maioria foram registrados como turcos, a partir das informações contidas no passaporte (Truzzi, 2009). Para migrarem rumo à América, a obtenção do documento tinha que ser feita junto às autoridades turcas, pois a região onde hoje se localiza a Síria e o Líbano integrava o território do Império Otomano (Hourani, 2006), que teve sua hegemonia até a tomada do domínio pelos franceses, em 1920 (Gattaz, 2012).

Esse fato foi motivo de revolta por parte de alguns patrícios que se sentiam constrangidos por serem chamados de “turcos”. Tal visão pejorativa do grupo encontra-se, por sua vez, associada ao conceito de orientalismo, cunhado por Said (2007), que define a visão preconceituosa por parte dos povos de origem ocidental em relação aos do oriente.

A região então chamada de Grande Síria (que atualmente corresponde a Síria e ao Líbano), tinha uma economia predominantemente de subsistência. Por questões relacionadas à precariedade do transporte e à geografia da região, o local não alcançou um alto nível de integração, gerando a necessidade de cada região se desenvolver por meio da autossuficiência. As atividades econômicas nas regiões de origem dos imigrantes estavam principalmente relacionadas à agricultura, em uma propriedade herdada de geração em geração e cultivada em regime de colaboração com toda a família (Truzzi, 2009).

Diferentemente de outros grupos étnicos, os sírios e libaneses que desembarcaram no território brasileiro não tiveram uma imigração subsidiada e acabaram tendo uma “imigração tardia” em relação aos italianos, portugueses e espanhóis. Entre 1871 e 1891, somente 156 sírios



e libaneses foram registrados como tendo entrado no Brasil. Já em 1898 o número subiu para 1131, chegando a 2110 em 1899. A partir de 1900, o governo turco otomano intensificou as proibições de imigração, exceto se o destino fosse o Egito por conta da necessidade de pessoas para servirem ao exército e participarem dos conflitos que passaram a ocorrer na região. O número de imigrantes que chegaram ao Brasil voltou a subir entre 1903 e 1910, normalizando nos anos seguintes, e com um aumento súbito no período da Primeira Guerra Mundial (Knowlton, 1961).

A maior concentração de sírios e libaneses foi no estado de São Paulo, embora Minas Gerais e Rio de Janeiro também tenham abrigados contingentes expressivos. Na capital paulista, instalaram-se ao norte do distrito da Sé ao sul do de Santa Efigênia, próximas às famosas ruas 25 de Março, Cantareira e Avenida do Estado. Após o desembarque no território brasileiro, iniciaram suas atividades profissionais como mascates, mesmo tendo ligações com atividades rurais na terra de origem. É provável que tenham escolhido o campo do comércio por dois motivos: a falta de recursos financeiros para adquirir terras e o domínio do meio rural por brasileiros e, eventualmente, outros imigrantes, como os italianos. Mas, adaptaram-se rapidamente à nova ocupação, naturalizando-a em discursos, como se fosse uma espécie de “vocação” (Truzzi, 2009).

O comércio parece ter sido o fator determinante para o sucesso econômico, principalmente para aqueles que aproveitaram a expansão do café para o oeste paulista. Começaram a percorrer a região como mascates, buscando estabelecer clientes fiéis, e posteriormente destinavam seus esforços para criar uma pequena venda, seja próxima às grandes fazendas ou a um local de intensa passagem, seja nas cidades que estavam se formando. As principais colônias árabes<sup>2</sup> foram formadas na região de São José do Rio Preto, Campias e Araraquara. Segundo Truzzi (2019), em todas essas regiões a trajetória profissional foi semelhante, tendo o comércio como o principal vetor de mobilidade socioeconômica.

## **2. Bariri, a rede migratória e a recomposição familiar**

Os primeiros habitantes que se instalaram na região que hoje corresponde ao município de Bariri eram oriundos da região de Araraquara e iniciaram a povoamento a partir da década de 1830. Em pouco tempo, outros moradores foram se juntando aos pioneiros e uma vila passou a ser formada, culminando na construção de uma igreja chamada Nossa Senhora das Dores do

---

<sup>2</sup> Utilizo o termo “árabes” para fazer referência aos sírios e libaneses, não necessariamente a outras nacionalidades que também utilizavam o mesmo idioma, apesar de suas características singulares.

Sapé, em homenagem a Nossa Senhora das Dores e ao córrego do Sapé que cortava a região central.

Assim como em outras cidades da região, o café passou a ocupar o lugar da agricultura de subsistência a partir da década de 1880. Os números iniciais em relação a produção aparecem a partir de 1899, em que a produção durante a safra foi de 130 mil arrobas<sup>3</sup> e em 1901 tinha aumentado para 350 mil arrobas, praticamente triplicando a produção em 3 anos. Em 1901, havia 5.656.000 pés de café, sendo 3.541.000 formados e o restante ainda eram novos (Zanotti, 1980).

Em relação aos imigrantes, os números são um tanto imprecisos. Assim como dito por Bassanezi (2008), nas duas primeiras décadas da República, em que a imigração para o Brasil foi a mais intensa, os dados censitários disponíveis sobre estrangeiros são escassos e pouco confiáveis. As informações apontam para dados gerais sobre a imigração e nem sempre diferenciam os imigrantes por nacionalidade. Em 1890, ano que Bariri foi elevado à categoria de vila, dos 3.657 habitantes, apenas 37 eram registrados como estrangeiros.

Sem elencar com precisão a quantidade de imigrantes, Martins (1940), Mello (1987), Zanotti (1980) e Mazoti (1990), afirmam em suas obras que os pioneiros foram italianos, portugueses e espanhóis, seguindo essa ordem em quantidade. Em relação aos sírios e libaneses, Martins (1940) relatou que os primeiros que se estabeleceram em Bariri foram Johann Ibrahim e Kalil Haddad, mas que assinavam os nomes como João Baptista Ferreira e Miguel José Ferreira (Martins, 1940). Além dos irmãos, na obra *Estatística Agrícola e Zootechnica de Bariry (1904-1905)*, constatou-se o nome de outro imigrante sírio, Salin Sabbag.

Em poucos anos, o contingente de imigrantes passou a aumentar consideravelmente, podendo ser definido como uma *rede migratória*. Esse conceito se popularizou com as publicações de Tilly (1987; 2007), em que o autor identificava, inicialmente, quatro tipos de categorias migratórias: locais, circulares, de carreira e em cadeia.

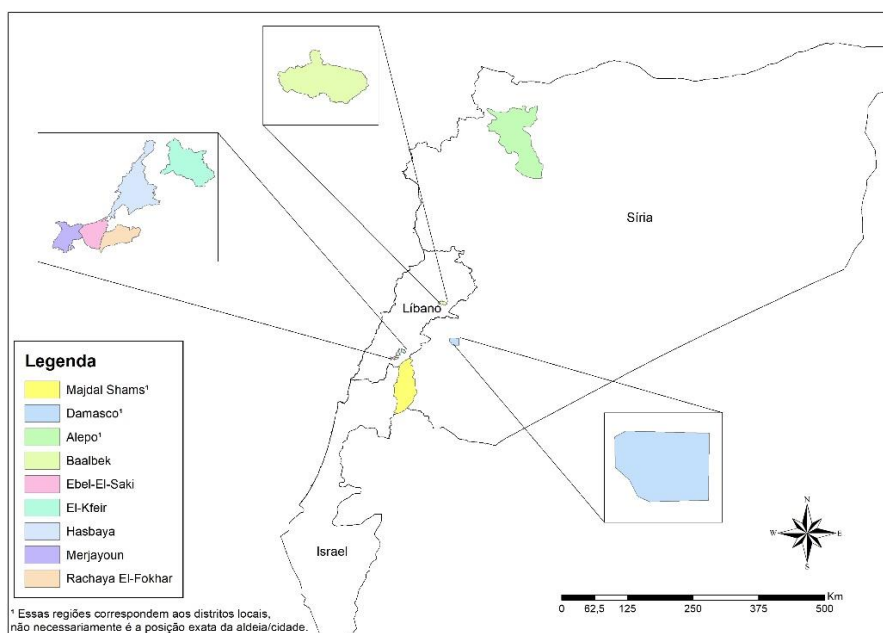
Em Bariri, o movimento migratório foi em cadeia, no qual o deslocamento para o Brasil se dava a partir de informações oferecidas à terra natal por parentes e conterrâneos que se instalavam inicialmente na região do município. Ou seja, inicialmente imigrava um integrante da família – normalmente o homem mais velho – e posteriormente enviava recursos financeiros e informações sobre a viagem para recompor a família no destino final (Knoltown, 1961; Tilly, 1987).

---

<sup>3</sup> Arroba é uma unidade de medida que corresponde a 15kg.

A partir da análise dos Registros Nacionais de Estrangeiros (RNE), conhecidos como Modelo 19, instituído pelo presidente Getúlio Vargas durante o Estado Novo mediante o Decreto-Lei nº 406 de 4 de maio de 1938, identificamos que os imigrantes<sup>4</sup> da colônia que se formou em Bariri eram provenientes de algumas regiões específicas da Síria e do Líbano, além de uma pequena parcela do atual estado de Israel, que no período em que migraram, também correspondia ao Império Otomano.

Mapa 1: Regiões de origem dos imigrantes sírios e libaneses

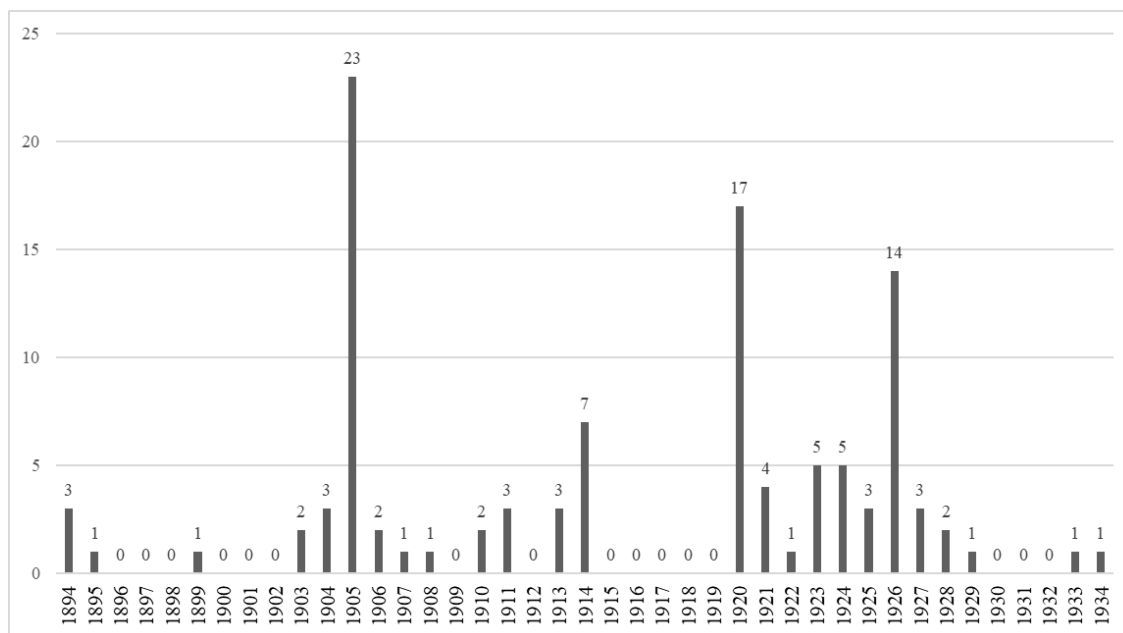


Fonte: elaborado pelo autor a partir do Registro Nacional de Estrangeiro

A maior incidência foi da aldeia de Ebel-El-Saki (51 imigrantes), seguida de Merjayoun (13 imigrantes), Rachaya El-Foukhar (13 imigrantes), Majdal Shams (11 imigrantes), Hasbaya (11 imigrantes), Baalbeck (6 imigrantes), Aleppo (2 imigrantes) e Damasco (2 imigrantes). No que se refere ao ano de desembarque no Brasil, os dados coletados apresentaram os seguintes resultados:

<sup>4</sup> Ressaltamos que só era obrigatório o registro de imigrantes que tinham entre 18 e 60 anos. Portanto, os números apresentados correspondem somente aos que estavam dentro dessa faixa etária entre 1939 e 1943.

Gráfico 1: Ano de desembarque dos imigrantes sírios e libaneses



Fonte: elaborado pelo autor a partir do Registro Nacional de Estrangeiro

Foi possível constatar que 1905 foi o ano em que desembarcaram nos portos nacionais o maior número de imigrantes que se instalaram e Bariri, com uma diminuição significativa até 1914. Não houve registro durante os anos seguintes da Primeira Grande Guerra, tendo um aumento exponencial a partir de 1920, regredindo nos próximos anos até 1926, ano com o último contingente com mais de uma dezena de imigrantes no recorte histórico analisado pela pesquisa.

Outra informação coletada nos prontuários foi o motivo da vinda de alguns imigrantes. A principal justificativa apontada pelos imigrantes era de que vieram por conta própria, junto com a família ou para se juntar a ela. Em nenhum prontuário foi registrado que a imigração havia sido subsidiada por alguma pessoa ou instituição (como já mencionado anteriormente), comprovando a aplicabilidade do conceito de rede migratória *em cadeia* para o município do oeste paulista.

### 3. O empreendedorismo étnico

Os patrícios<sup>5</sup> que se instalaram em Bariri no final da primeira década do século XX tiveram certa facilidade de inserção profissional no ramo comercial, numa espécie de empreendedorismo étnico e migrante (Diniz; Guimarães; Fernandes, 2019). Segundo Truzzi e

<sup>5</sup> Termo utilizado entre os membros da colônia para fazer referência aos outros membros.

Neto (2007), sírios e libaneses que se estabeleceram no estado de São Paulo tinham uma forte articulação interna nas colônias, “alimentada por um sentido de identidade religiosa, familiar ou de conterraneidade capaz de prover uma estrutura de recepção e acolhimento ao imigrante muito operativa” (Truzzi; Neto, 2007, p. 43).

Como tratado anteriormente, os três primeiros imigrantes sírios e libaneses que se estabeleceram em Bariri que se tem registro iniciaram suas atividades profissionais no meio agrícola. Por conta do período, a cidade que ainda estava em seu processo de formação, apresentava extensões de terra que ainda não haviam sido compradas pelos pioneiros. Mas, o vínculo com o ramo comercial, já estabelecido na região da capital paulista, logo veio à tona em Bariri.

Ao analisar o *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ)*<sup>6</sup>, constatou-se que a partir de 1909, não havia mais nenhum sírio ou libanês com vínculo de agricultor ou lavrados. No mesmo ano, oito patrícios foram registrados como “negociantes de fazendas”, além de um registrado como proprietário de “máquina de beneficiar café” e “máquina de beneficiar arroz”. Em 1910, os dados permaneceram iguais ao ano anterior, com o acréscimo de um patrício como proprietário de uma loja de “secos e molhados”, permanecendo até o ano de 1914.

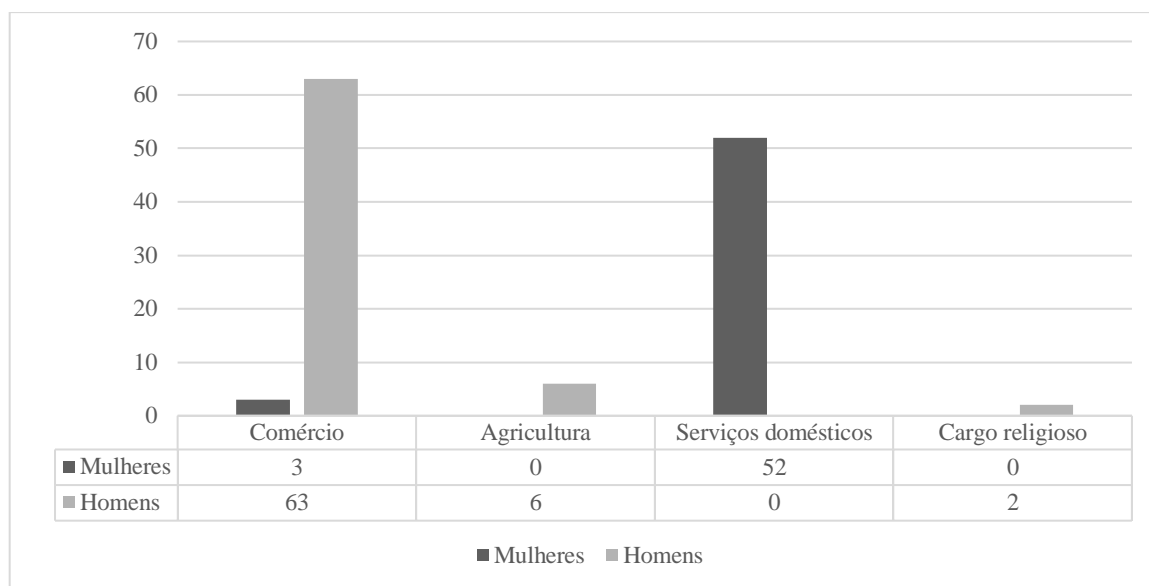
A partir de 1915, o termo “negociantes de fazendas” não deixou de ser empregado e os nomes foram direcionados para a coluna de comerciantes de “armarinhos”, com o acréscimo no nicho de “ferragens”. Já em 1916, aparecem também como “exportadores de café”, além de comerciantes de “ferragens” e “joalheiros”, estabelecendo-se até o ano de 1940, data da última publicação do *Almanak*.

Ao cruzarmos esses dados com as profissões declaradas nos Registro de Estrangeiros, constatamos que o vínculo profissional com o comércio ficava restrito aos homens, enquanto as mulheres dedicavam-se aos serviços domésticos.

---

<sup>6</sup> O documento pode ser acessado na íntegra no site da Biblioteca Nacional, a partir do seguinte link: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pesq=&pagfis=1>

Gráfico 2: Ocupação profissional dos imigrantes sírios e libaneses



Fonte: elaborado pelo autor a partir do Registro Nacional de Estrangeiro

As três mulheres que declaram relação profissional com o comércio tiveram o acréscimo de uma nota no campo “observações”, afirmando que herdaram o estabelecimento comercial do marido que havia falecido. Outro dado relevante foi o “cargo religioso”, exercido por dois padres ortodoxos que viveram no município durante o período analisado e que foram responsáveis pela igreja construída em Bariri, a qual trataremos adiante.

#### 4. O acúmulo de capital social e o reforço identitário

A origem comum que possibilitou o estabelecimento de uma rede migratória, somada ao enriquecimento econômico pelo domínio do meio comercial, culminaram no desenvolvimento de um alto nível de capital social entre as famílias da colônia árabe baririense. Para compreender o conceito, partiremos da definição de Pierre Bourdieu, que classificou o capital social como “o agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo” (Bourdieu, 1986, p. 17).

Essa rede, para Bourdieu, poderia existir no sentido prático, como auxílio em atividades do cotidiano material, em negociações econômicas relacionados ao meio profissional, em trocas simbólicas, como confraternizações e apadrinhamento em casamentos e batizados, e que poderia ser instituído socialmente e garantidos pela aplicação de um nome comum.

O capital social inicial, podendo ser classificado como individual, favoreceu a recomposição das famílias em Bariri. Também foi o responsável pelo auxílio dos imigrantes

recém-chegados para se estabelecerem e iniciarem suas carreiras profissionais em um campo já familiar para os pioneiros. Com o sucesso nessa etapa inicial, aumenta-se o nível de confiança entre os membros da colônia, tendo como passo seguinte a busca pela institucionalização desse capital social.

Esses fatores culminaram na fundação da *Sociedade Beneficente Syria* em 1915, ano em que os patrícios já estavam presentes em todos os ramos comerciais apresentados no *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ)*. Ao analisar estatuto da *Sociedade*, foi possível identificar as normas gerais de seu funcionamento e atribuição dos seus membros, além de sua função social:

Artigo 1 – A Sociedade Syria de Beneficencia é uma sociedade de trabalhos *moraes* cuja divisa é: Amizade, Fraternidade e Igualdade.

Artigo 2 – O seu fim é praticar a beneficência e sustentar toda obra moral de beneficência. Ella aceita os óbolos e a adesão das pessoas respeitadas de qualquer religião, nacionalidade ou lugar. (Sociedade Syria De Beneficencia, 1915, p. 1)

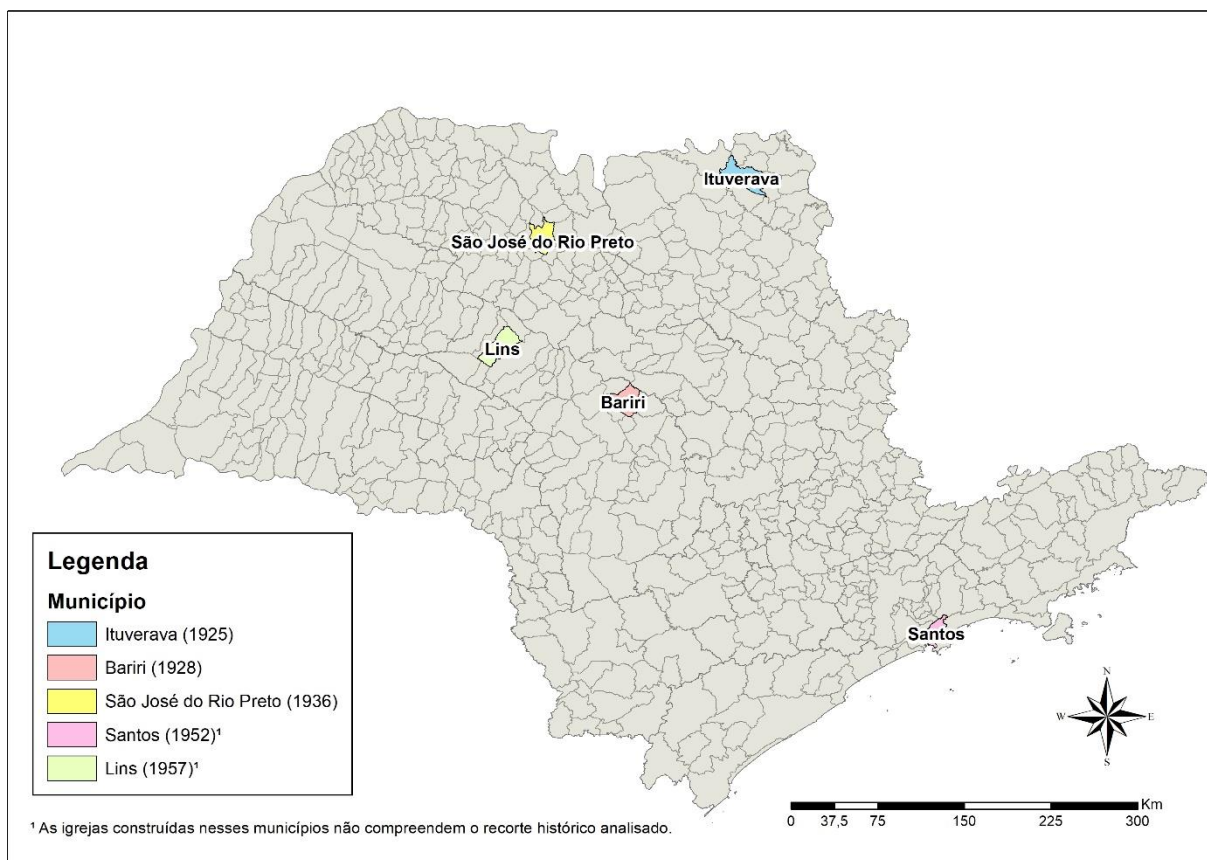
Para praticar a beneficência e sustentar (economicamente) as obras escolhidas pelos membros, era cobrada taxa de adesão e mensalidade, como descrito no *Artigo 25*, em que “*cada adherente paga dez mil réis como joia e dois mil reis mensaes. Quem atrazar no pagamento será obrigado a pagar um mil réis extra por cada mez de atrazo*” (Sociedade Syria De Beneficencia, 1915, p. 3). Um fator que merece destaque é que para ingressar na *Sociedade*, o postulante deveria ter um intermediário que já fosse sócio, conforme descrito no estatuto:

Artigo 24 - Quem desejar a sua adesão a Sociedade apresentará um pedido escripto ou verbal por intermeio de qualquer dos socios, indicando o seu desejo e o seu domicilio. A resposta ser-lhe-á dada, sim ou não, conforme decisão da maioria. (Sociedade Syria De Beneficencia, 1915, p. 3)

As relações pessoais estabelecidas previamente garantiam confiança na indicação e fortalecia o vínculo entre os membros, contribuindo para o aumento no grau do capital social. Com vínculos fortes estabelecidos, o próximo passo na busca de diferenciação da colônia em relação as outras nacionalidades ali estabelecidas teve início em 1926, quando adquiriu um terreno localizado na Avenida João Lemos (região central da de Bariri), tendo como proposta a construção de uma sede social e, posteriormente, uma igreja. As obras foram iniciadas em 1927 e o templo inaugurado em 1928

Ao analisar os dados da Catedral Ortodoxa Antiquina de São Paulo, identificamos os municípios que construíram igrejas dessa vertente oriental do cristianismo no estado de São Paulo, como pode ser observado no Mapa 2.

Mapa 2: Igrejas Ortodoxas construídas para além do território da capital



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados da Catedral Ortodoxa

A partir do Recenseamento Geral de 1920, buscou-se analisar os dados relacionados a colônia árabe desses municípios. Neste ano, Ituverava, localizada na região norte do estado e que teve uma igreja antioquina construída em 1925, tinha uma população total de 16.215 pessoas, com 1.450 imigrantes no total, sendo 153 sírios e libaneses. Bariri, localizada na região oeste do estado e que teve a igreja construída em 1928 (mas com início em 1926), contava com 19.353 habitantes, com 3.998 imigrantes, sendo 162 sírios e libaneses. E São José do Rio Preto, tinha uma população total de 30.125 habitantes, com 6.012 imigrantes, sendo 730 sírios e libaneses.

Comparando os dados, constatamos que entre as três colônias, mesmo a de Bariri sendo um pouco maior do que a de Ituverava, na comparação estatística com o total de imigrantes e população total, a baririense apresentava dados quantitativos menores, como pode ser observado na Tabela 1.



Tabela 1

Município	Sírios e libaneses em relação ao total de imigrantes (%)	Sírios e libaneses em relação a população total (%)
Ituverava	10,55	0,94
Bariri	4,05	0,83
São José do Rio Preto	12,14	2,42

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados do Recenseamento Geral de 1920

Esses fatores ressaltam o alto grau de capital social estabelecido entre os membros da colônia local. A partir da criação da *Sociedade*, o capital social passa a ser institucionalizado e, segundo Putnam (2006), a participação em associações comunitárias – nesse caso, uma associação mutualista étnica – propicia a aproximação entre as pessoas e fortalece os laços entre elas, favorecendo a busca por um bem comum, bem como os sistemas de participação cívica, que são “uma forma essencial de capital social: quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo” (Putnam, 2006, p. 183).

Podemos considerar essa associação mutualista como uma forma de participação cívica, e o benefício mútuo (ou bem comum), que levou a construção da igreja, como um elemento de coesão e reforço identitário da colônia, visto que os imigrantes de outras nacionalidades tinham o catolicismo como principal crença, diferentemente dos patrícios, que seguiam uma das vertentes ocidentais do cristianismo.

### Considerações finais

A inserção dos imigrantes sírios e libaneses no oeste paulista acompanhou o desenvolvimento do cultivo do café, que passou a ser o principal vetor econômico do estado e do país no início do século XX. Desde seu povoamento, a região que hoje se encontra o município de Bariri teve na economia cafeeira seu fator principal de desenvolvimento, criando condições favoráveis e atrativas para os imigrantes que haviam desembarcado recentemente no território nacional.

Os imigrantes sírios e libaneses que se estabeleceram no local tiveram suas atividades profissionais ligadas a agricultura, mas em pouco tempo dominaram o meio comercial, considerada como a fórmula de sucesso desse grupo, tanto no estado de São Paulo, quanto nos outros estados em que estiveram presentes.

Foi possível constatar que os patrícios que formaram a colônia de Bariri provinham de aldeias comuns ou relativamente próximas, o que favoreceu o desenvolvimento de um alto grau de capital social, inicialmente pleiteado entre os membros da mesma família ao auxiliar e incentivar a vinda de seus familiares, que posteriormente se expandiu para o restante da colônia.

A fundação da Sociedade e, posteriormente, construção da Igreja Ortodoxa de São Jorge serviu como forma da colônia institucionalizar o seu poderio econômico e social no local, que mesmo representando 4,05% em relação ao total de imigrantes estabelecidos no local em 1920, auferiu os recursos necessários para diferenciar-se em relação as outras nacionalidades, especialmente italianos e espanhóis, que representavam o maior contingente de imigrantes e tinham o tinham o catolicismo como religião oficial.

## Referências

- BASSANEZI, Maria. Silvia. et al. **Atlas da imigração internacional em São Paulo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **Las Formas de Capital**. Lima: Piedra Azul, 1999.
- GATTAZ, André. **Do Líbano ao Brasil: história oral de imigrantes**. 2ª edição. Salvador: Editora Pontocom, 2012.
- HOLLOWAY, Thomas. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras. 2006.
- KNOWLTON, Clark. **Sírios e libaneses: mobilidade social e espacial**. São Paulo: Anhembi, 1961.
- LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **História econômica e social do estado de São Paulo, 1850-1950**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019.
- MARTINS, Nelson Silveira. **Bariri (um pedaço de céu destacado do arco-íris)**. São Paulo: 1940.
- MAZOTI, Dirceu. **O imigrante italiano em Bariri de 1889 a 1920**. Dissertação de Mestrado – UNESP Campus de Assis, 1990.
- MELLO, João Baptista. **Bariri e sua História**. São Paulo: Liter Arte, 1987.
- PUTNAM, Robert. David. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.
- SAID, Edward Wadie. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- TILLY, Charles. Migration in Modern European History. In: MCNEILL, William H.; ADAMS, Ruth S. (orgs.). **Human migration, patterns and policies**. Indiana University Press, 1987. p. 48-72.

TILLY, Charles. Trust Networks in Transnational Migration. **Sociological Forum**, Vol. 22, No. 1, March 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2780243>. Acesso em: 13 de jun. de 2022.

TRUZZI, Oswaldo Mario Serra. **Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

TRUZZI, Oswaldo Mario Serra. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, v. 20, n. 1. São Paulo, 2008.

TRUZZI, Oswaldo Mario Serra. Religiosidade Cristã entre Árabes em São Paulo: Desafios no Passado e no Presente. **Religião & Sociedade**, v. 36, n. 2, Rio de Janeiro, 2016.

TRUZZI, Oswaldo Mario Serra. Sírios e libaneses no oeste paulista – décadas de 1880 a 1950. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.16. São Paulo, 2019.

TRUZZI, Oswaldo Mario Serra; NETO, Mario Sacomano. Economia e empreendedorismo étnico: balanço histórico da experiência paulista. **Revista de Administração de Empresas**, n. 47, v. 2, 2007.

ZANOTTI, Elísio Francisco. **Bariri: o café e a República**. São Carlos: Editora e Distribuidora JABURU Ltda., 1988.

# Entre a fábrica e o lar: o pleito da imigrante viúva por sua vivência materna em fins do Século XIX

Ingrid Job<sup>1</sup>

## Introdução

Quando o apito da fábrica de tecidos  
Vem ferir os meus ouvidos  
Eu me lembro de você  
[...]  
Você que atende ao apito de uma chaminé de barro  
Por que não atende ao grito  
Tão aflito  
Da buzina do meu carro  
Você no inverno  
Sem meias vai pro trabalho  
Não faz fé com agasalho  
Nem no frio você crê  
[...]  
(Rosa, Noel. *Três Apitos*, 1931)

Noel Rosa, através das suas letras, representou muito da sua vivência pelas ruas do Rio de Janeiro de início do século XX. Em “Três apitos” (1931) vemos a representação dos sons, estrutura e sujeitos que frequentavam a Companhia de Tecidos e Fiação Confiança, localizada próximo a sua residência. O cenário fabril despertou o lirismo do sambista, que eternizou os três apitos do despertar (5:45 horas), entrada (7 horas), tolerância (7:45 horas) e saída (17 horas) dos trabalhadores, em sua canção (Leite, 2017). A Companhia foi construída em 1878 na freguesia de Engenho Novo, bairro de Vila Isabel, no Rio de Janeiro, sendo uma das primeiras grandes fábricas de tecido da cidade (Gerson, 1965). Em 1885 já contava com 400 teares, e em 1905, se tornou a primeira do Brasil a funcionar com mais de 1.600 teares (Aragão, 1997).

A região que hoje conhecemos como Grande Tijuca, concentrou em si diversas fábricas, como Companhia de Vidros e Cristais do Brasil, Companhia Fábrica de Tecido S. Lázaro, Companhia Nacional de Seda. Nelas havia mulheres de diversas nacionalidades, que no caso das companhias de tecido, compunham cerca de 70% das operárias, sendo postas a fazer trabalhos leves e semiqualeificados, como nas seções de bordado, trama e tecelagem. Pois, estando em uma sociedade profundamente marcada pelo gênero, as mulheres operavam em atividade que valorizariam as suas características natas, como a atenção aos detalhes, a

---

<sup>1</sup> Mestranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense e bolsista pela CAPES. E-mail: ingrid.job.130@gmail.com.

agilidade de seus dedos e o comportamento passivo (Pires, 2016<sup>a</sup>; Araújo, 1993). Dessa forma, foi entre o lar e ambiente fabril, com uma jornada de trabalho que ia de 11 a 14 horas, em um local sujo e com pouca ventilação, que Henriqueta Vestel<sup>2</sup> como muitas outras mulheres maternaram seus filhos.

A freguesia de Engenho Novo, onde reside a família Vestel, por sua vez, servia de espaço também para diversas casas de comércio, oficinas e fábricas de chapéu, manteiga, gelo e água gasosa (Santos, 1963), que por oferecer abundância de trabalho acabou por atrair muitos imigrantes no decorrer do período da Grande Imigração. Neste momento, o Rio de Janeiro recebeu mais de 44.874 mulheres estrangeiras. Dentre elas, de acordo com o recenseamento de 1890, 1.916 imigrantes se direcionaram para a freguesia do Engenho Novo, representando a quinta freguesia suburbana com maior presença estrangeira. Quanto as nacionalidades dos que aqui chegaram, podemos destacar, a portuguesa com 68,5% do total dos imigrantes, seguida pela italiana com 11,4 % e a espanhola com 6,9 %.<sup>3</sup>

A maioria das imigrantes que deportaram no Distrito Federal e que por ventura se direcionaram para Vila Isabel eram sujeitos pauperizados. Necessitando enfrentar longuíssimas jornadas de trabalho para tentarem prover a sua sobrevivência em meio a um período de elevada carestia, gerada pela instabilidade econômica e política que o país vivia nos primeiros anos de República (Needell, 1993). O grande problema por trás disso é que o simples fato de terem que sair de casa e irem ao trabalho, a transformaram em *mulheres públicas*. Assim, sendo pessoas pobres, mesmo que estivessem casadas, seria necessário elas abandonarem o enclausuramento do lar e atravessassem as ruas da cidade em busca de emprego, as distanciando do modelo de moralidade feminina que materializava a mulher na figura da *mãe-esposa-santa* (Rago, 1987). Nele, a principal função da mulher era ser mãe, cuidar do marido, filhos e do lar.

Desse modo, ao se tornarem mães, as estrangeiras, como as nacionais desvalidas, tiveram que dividir a sua atenção entre os cuidados com a casa, o filho, o companheiro e o trabalho. Porém, por mais que se esforçassem para serem vistas como mulheres honradas e honestas, caso não tivessem um homem para perfilhar seus filhos e exercer o *pátrio poder* em sua casa, viveriam uma maternidade muito vulnerável. Podendo ser interrompida a qualquer momento por uma demanda judicial, como ocorreu com Henriqueta Vestil<sup>4</sup>, uma alemã, mãe, viúva e que assim como seus familiares, trabalhava em uma das diversas fábricas localizadas na região.

---

<sup>2</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Acervo Judiciário. 11<sup>a</sup> Pretoria do Rio de Janeiro (T8). Partes: Joana Gomes. 1895, nº5314, caixa 1.160, gal A.

<sup>3</sup> Brasil. Recenseamento da República dos Estados Unidos do Brasil em 31 de dezembro de 1890. Distrito Federal, Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1985.

<sup>4</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Acervo Judiciário. *op. cit.*

Tendo sua maternagem<sup>5</sup> interrompida por um processo de tutela aberto por José Rodrigues, em 1895. Ao longo desse texto analisaremos essa ação judicial, focando nos *sinais* da experiência materna de Henriqueta deixados na fonte. Além dos argumentos utilizados na tentativa de retirar Joanna do seu lar, afora os empregados pela mãe viúva no esforço de tê-la novamente consigo. Para isso, divido o texto em duas partes, explicando primeiramente algumas características da fonte e em seguida nos aprofundaremos na análise do caso.

## **1. Sinais da maternidade de imigrante nos processos de tutela no Rio de Janeiro**

### *1.1 Ações de tutela de mães pobres e viúvas*

Em fins do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro sofreu grandes transformações, com o Estado passando a vigiar os sujeitos de modo a tentar controlar seus padrões de comportamento e moralidade dentro e fora do lar. Uma das instituições que se responsabilizou para que todos seguissem o padrão de moralidade familiar imposto à época, foram os *Juízo dos Órfãos e Ausentes* e as diversas *pretorias* da cidade. O *Juízo dos Órfãos*, por mais que existisse desde o período colonial, cuidando das questões de partilha e herança, a partir de 1880 tem o seu número de ocorrências multiplicado, por consequência do *boom* de processos. Com diversos indivíduos vendo os menores como uma solução de mão de obra barata, utilizando as tutelas como um contrato de agenciamento de trabalho infantil (Ariza, 2017). Abrindo um processo de tutela, com o argumento de que estaria salvando o menor das perniciosidades da mãe ao trazê-los para um lar moral. E, por vezes, dando um ofício, que o ajudaria na sua formação enquanto um bom trabalhador, longe dos perigos da rua (Ariza, 2017). Entretanto, nem todas as ações tiveram como fim angariar mão de obra infantil, algumas resultaram em verdadeiros conflitos intrafamiliares ou com membros da sua rede de sociabilidade. Transformando as *pretorias* e *juízo dos órfãos* em verdadeiras arenas de batalha, como veremos no caso de Henriqueta Vestel.

A tutela, então, consistiu em um instrumento de amparo aos órfãos e menores abandonados, garantindo-os um tutor legal responsável por fornecê-lo teto, vestimenta, educação, alimentação e cuidados médicos. Se diferindo da soldada, um outro tipo de arregimentação de menor, por esta ser explicitamente um recurso para angariar mão de obra infantil, no qual a partir dos 7 anos o menor iria exercer ou aprender um ofício, sendo pago um

---

<sup>5</sup> A maternagem é aqui entendida como um sentimento construído no decorrer do contato mãe-filho, podendo “ser vivenciada como lugar liberto da maternidade como instituição patriarcal” (Lemes, 2021, p. 3), se constituindo em um campo de experiências plurais que são estabelecidas segundo as possibilidades de vivências maternas de cada mãe (Lemes, 2021, p. 12).

soldo que era depositado mensalmente na sua conta da Caixa Econômica que ele só teria acesso ao completar 21 anos ou caso se casasse. Vemos, entretanto, na análise dos processos, que a vivência por parte das crianças acaba sendo, na maioria das vezes, a mesma, pois, frequentemente os tutelados realizavam serviços domésticos, só não recebiam para isso.

Os processos de tutela eram decididos pelos pretores, curadores<sup>6</sup> e juizes dos órfãos, eles, enquanto advogados, deferiam o caso se baseando nas *Ordenações Filipinas* (1603/1823), e através dela consagravam “a ordem estabelecida ao consagrar uma visão desta ordem que é a visão do Estado, garantida pelo Estado” (Bourdieu, 1989, p. 237). Neste sentido, eles faziam parte de um poderoso sistema de dominação simbólica agenciada pelo governo, pois através da letra da lei — que tem a pretensão de ser universal—, eles aumentaram “o efeito da autoridade social que a cultura legítima e os seus detentores já exercem para dar toda a sua eficácia prática à coerção jurídica” (Bourdieu, 1989, p. 246). Fazendo com que as mães que não seguissem o padrão de moralidade e família sentissem todo o poder da violência simbólica atuando sobre seus pleitos (Bourdieu, 1989, p. 250-1). Já que eles, enquanto detentores do capital cultural das elites, tenderam a defender que o menor residisse em um lar moral, com a presença de um homem casado, que possuísse um ofício, que pudesse prover, a esposa e seus filhos. Concebendo as mulheres solteiras ou viúvas frequentemente como incapazes de exercerem a sua maternidade, por não respeitarem o modelo de *mãe-esposa*, escrito nas leis e no seu capital simbólico.

Contudo, por mais que nas *Ordenações Filipinas* (1603/1823) se afirmou o pai como tutor legal, e na sua ausência, a tutela seguiria para os homens do tronco familiar paterno. Graças ao artigo 94 do decreto nº 181 de 24 de janeiro de 1890, as mulheres viúvas, caso fossem casadas oficialmente, e após o falecimento do seu esposo não viessem a contrair segundas núpcias, “lhe sucederá nos seus direitos sobre a pessoa e os bens dos filhos menores, enquanto se conservar viúva”<sup>7</sup>. Acontece que apenas uma pequena parcela da população da cidade era legalmente casada, pois por mais que a cerimônia do casamento em si fosse gratuita, era necessário levar vários documentos (como o comprovante de residência e a prova por escrito da ausência de impedimento para casamento) que tornava todo o tramite muito custoso. Dado que para além de se pagar a cópia de tais documentações, era necessário cobrir os gastos com os cartórios de

---

<sup>6</sup> O Decreto nº 1030 cria as pretorias e fazem com que elas englobassem em si as antigas funções dos juizes dos órfãos e ausentes (artigo 165), com os pretores (artigo 50 §4º) e curador geral (artigo 169) exercendo as funções dos juizes dos órfãos na sua ausência. Ver em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d1030.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d1030.htm) >. Acessado em 26 de outubro de 2023.

<sup>7</sup> Decreto nº 181 de 24 de janeiro de 1890. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-181-24-janeiro-1890-507282-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acessado em 26 de outubro de 2023.

registro civil, despachantes e juizes (Caulfield, 2000, p.219-220). Assim, era comum que os casais vivessem amasiados ou morassem juntos até conseguirem juntar dinheiro suficiente para a preparação do casamento (Caulfield, 2000, p.220). Dessa forma, a lei supracitada acabou por contemplar poucas mulheres.

Entretanto, o fato de serem legalmente viúvas não foi o suficiente para se tornarem tutoras legais dos seus filhos. Para isso seria necessário que elas provassem, através dos seus discursos, que teriam capacidade intelectuais, morais e econômicas para se encarregarem da criação dos seus próprios filhos. Isso porque, pelas *Ordenações Filipinas* (1603/1823), as mulheres pauperizadas eram consideradas como tutoras *inábéis por incapacidade moral* ou *justo receio*. O primeiro motivo, proveio da necessidade de abandonar o lar diariamente representar para os juristas um indicativo da sua incapacidade de maternar, por preferirem trabalhar a cuidar do seu filho. Com a falta de um emprego formalmente reconhecido, simbolizando o *justo receio* de não saber se o dinheiro que as mães solas utilizaram para se sustentar vinham de meios moralmente corretos (Urruzola, 2014, p. 22-3).

Na prática, algumas mulheres utilizaram dessa lei para assegurar a sua maternagem. Abrindo um processo de *justificativa de tutela*, se descrevendo enquanto *mulheres que vivem honestamente, com todo recato, na condição de viúva*. Acionando testemunhas que pudessem comprovar que sua alegação era verídica, se mantendo solteira caso ganhasse a causa. Pois, o mesmo decreto diz que caso “for binuba, ou estiver separada do marido por culpa sua, não será admitida a administrar os bens deles, nem como tutora ou curadora” (Decreto nº 181 de 24 de janeiro de 1890). Pretendendo construir uma maternidade mais plena, as viúvas muitas vezes preferiram se manterem sós, fechando seu coração para possíveis namoros ou amasiamento até a maioridade de seus filhos. Mas, a repressão moral era tamanha que o simples fato de estarem em qualquer situação que comprometessem de alguma forma a sua imagem de viúva recatada poderia colocar em risco sua guarda (Azevedo, 1995, p.114-5). Com isso, a vitória na ação judicial muitas vezes converteu-se na perda de outro direito pela mãe (Azevedo, 1995).

Outras mulheres, por mais que não abrissem uma ação para se tornarem tutora de seus rebentos, ao terem a demanda dos seus menores realizada por terceiros, quando chamadas para declarações, da mesma forma emularam tais argumentos para conseguirem garantir a companhia dos seus filhos no seu lar. Esse foi o caso de Henriqueta Vestel, que como veremos a seguir, teve que se autoafirmar enquanto uma mãe trabalhadora, honrada, honesta e capaz de garantir o sustento de sua filha Joanna para que pudesse ser vista pelo pretor como uma possível tutora da menor.



## 1.2 A ação de Henriqueta Vestel: vitória judicial materna

No dia 14 de maio de 1895, em meio a Revolução Federalista que assolava o país, tem-se início o nosso embrolho judicial, quando José Rodrigues, um homem casado com D. Maria Rita do Desterro, morador de Vila Isabel, operário, vai até a 11ª Pretoria do Rio de Janeiro para requerer a tutela da menor Joanna, filha de Henriqueta Vestel, alegando que os motivos que o levou a tomar essa decisão foram o completo abandono da mãe da menor quando a filha mais precisava dos cuidados maternos. A procura da mãe depois de anos *talvez aconselhada por outrem*<sup>8</sup> foi o estopim para o início da demanda. Veja:

[...] tendo em sua companhia a mais de dois anos a menor Joanna Gomes, filha natural de Henriqueta Gomes, dada por esta ao suppte para tratar e vestir a menor, tendo na ocasião que a recebeu muito doente, o que o suppte prova se preciso for, acontece que apresenta se a mãe da dita menor a reclamá-la talvez aconselhada por outrem. Entende se suppte uma vez que a tem como filha e assim a tratam a V.EXa admita a assinar termo de tutela da dita menor. [...]<sup>9</sup>

José, como a maioria dos pleiteadores presentes nas petições, se descrevem enquanto um homem moralmente correto, um pai de família, bom trabalhador, casado, provedor do lar, enquanto difama a mãe do menor, realçando traços da sua personalidade que a torna completamente incapaz de exercer a maternagem dos seus filhos. Sendo justamente essa insuficiência que sustentou todo um sistema de arregimentação judicial de menores durante o período de *boom* dos processos de tutela (Ariza, 2017). Isso pois, como a maioria das mães presentes nessas situações eram mulheres em alto nível de vulnerabilidade econômica, trabalhadoras que tentavam sobreviver com um parco salário, quase sempre mães solas ou amasiadas, que nem de longe representavam o ideal moral de *mãe-esposa-santa*, sua fala tinha pouca ou nenhuma legitimação. No caso das mulheres imigrantes, ainda havia o fato delas serem estrangeiras, fazendo com que assim sofressem de forma interseccional com a tripla opressão (Crenshaw, 2002) do: gênero, tornando-as inferior a qualquer homem; pela etnia, sofrendo ataques xenofóbicos; pela classe, que as inseriram em habitações *perniciosas* (cortiços, estalagens) dividindo os mesmos espaços com os nacionais das *classes perigosas* no auge do darwinismo social no qual se acreditava que o meio poderia dissolver sua moralidade.

Dessa forma, a maior parte dos processos se encerra nesse momento, com o suplente ganhando a guarda legal do menor e muito raramente a mãe o conseguindo de volta. Contudo, no decorrer da década da 1890, com os ideais da maternidade estando cada vez mais difundidos e valorizados na sociedade, vimos que as mães eram chamadas para depor com mais frequência

---

<sup>8</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Acervo Judiciário, *op.cit*, p.2.

<sup>9</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Acervo Judiciário, *op.cit*, p.2.

do que nos anos 1880. Mesmo assim, ainda simbolizavam a minoria dos processos. O normal foi o completo silenciamento da mãe e dos sinais da sua maternagem na vida dos seus filhos. O caso aqui analisado, então, destoa do normal, pelo pretor ter respondido a petição de José Rodrigues pedindo que intimasse a mãe do menor para depor, o que nos permite ter acesso a vestígios de possíveis representações de uma vivência materna para uma mãe imigrante trabalhadora fabril.

Entretanto, antes de irmos à análise do documento no qual podemos ter acesso a “voz” dessa mãe, é relevante dizer que por mais que Henriqueta tenha realmente alegado tudo que aqui será apresentado, entre o que foi dito e o que está escrito há o filtro do escrivão. Um homem letrado, que ao escrever traduz seu depoimento seguindo as suas próprias categorias, adequando a fala de Henriqueta ao seu linguajar, atribuindo-a um capital cultural que não necessariamente a mãe possuía. Vemos, assim, a fala da depoente repleta de jargões jurídicos e burocrático que dificilmente uma operária estrangeira mobilizaria nesta situação.

Ao primeiro de junho de 1895, Henriqueta foi à décima primeira pretoria e deu a sua versão da história. Alegando que seu nome não é Henriqueta Gomes, mas sim Vestel, que era uma alemã, mãe viúva, operária de 45 anos, moradora também de Vila Isabel. E que:

[...] há dois anos, tendo adoecido, o suplicante José Rodrigues ofereceu se para ficar com a menor Joanna até que ela respondente se tratasse e que tendo ficado boa deixou sua filha continuar em casa de Rodrigues até pouco tempo, quando resolveu retomar a sua filha, pois esta não pode se dizer bem tratada, porquanto o suplicante e a mulher não apenas deixam se a em casa dos vizinhos quando vão para fábrica, ficando sua filha a carregar filhos dos outros e pela rua de vestidinhos curtos. [...] <sup>10</sup>

Nesta nova narrativa, temos acesso a algo muito comum nas vivências maternais de mulheres pobres que tendo que trabalhar para prover a si e seu filho, recebendo um parco salário e com um mercado de trabalho completamente instável, contavam com uma rede de apoio para enfrentarem as adversidades da vida. Logo, a maternidade dessas moças não se restringia a progenitora, mas sim, era um viver coletivo, que mobilizava a participação da sua rede, formada por pessoas que dividiam o mesmo espaço social. Sendo através desses laços de solidariedade e reciprocidade mútua que elas conseguiam sobreviver (Chalhoub, 2012). Driblando as vicissitudes da vida materna e acolhendo a criança no seu lar, enquanto a mãe trabalhava; resguardando o menor caso ela passasse por algum aperto econômico, ou, como lemos na declaração da respondente, diante a uma eventual doença que a impossibilitasse de zelar seu filho.

---

<sup>10</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Acervo Judiciário, *op.cit.*, p. 3-4.

Essas responsabilidades maternas eram estendidas normalmente a uma mulher (avô, sogra, tia, madrinha, vizinha) que também as acionariam para cuidar de seus filhos perante uma eventualidade (Chalhoub, 2012; Costa, 2022; Fonseca, 2003). Principalmente caso seus rebentos não estivessem em idade produtiva, pois os menores pertencentes a famílias pauperizadas começavam a trabalhar o mais cedo possível para conseguirem ajudar de alguma forma na renda familiar, diminuindo a necessidade de ter alguém a zelá-los enquanto a mãe trabalhava. Vemos nos processos de tutela que eram as próprias mães e/ou familiares que escolhiam os empregos dos menores, deixando-os em um local confiável enquanto laboravam.

Logo, o fato de José e Maria, também trabalharem em uma fábrica, provavelmente a mesma que Henriqueta, e viverem no mesmo bairro de Vila Isabel, fez com que por partilharem vivências e interesses em comum, o casal integrasse a rede de sociabilidade de Henriqueta, que ao se ver enferma os acionou, coletivizando os cuidados de Joanna. Sendo, inclusive, muito plausível que tenha sido Dona Maria Rita do Desterro que como muitas outras mulheres presentes nas ações de tutela analisados, ao inferirem que depois de anos abrigando o menor poderiam perder este desvelo, pediam ao seu esposo que fossem até o *Juízo dos Órfãos* ou a *Pretoria* mais próxima de sua casa para que garantisse a posse do rebento por meio de um termo de responsabilidade, pois, diante da masculinização do cuidado com a infância (Ariza, 2021), era muito mais fácil para um homem casado e trabalhador ter seu pleito aceito do que uma mulher pauperizada.

Durante os dois anos em que possivelmente Henriqueta se recuperava fisicamente e economicamente da morbidez, o casal de operários zelava por Joanna, com a mãe acompanhando a vivência de sua filha de longe, realizando visitas esporádicas para saber do seu proceder. Sendo, porém, durante uma dessas visitas que ela descobre que a menor tinha sido abandonada pelo casal na casa de vizinhos. Por ambos partilharem a experiência de trabalho fabril, atendendo aos *três apitos* da fábrica, despertando às 5:30 horas e só regressando após 17 horas. Sem D. Maria para cuidar de Joanna, essa função foi atribuída aos seus vizinhos, que por sua vez deveriam fazer parte da rede de José e/ou Maria<sup>11</sup>. Acontece que esses sujeitos ao invés de guardar a menor, a utilizavam como criadeira, que era uma dentre as demais funções da categoria do serviço doméstico, na qual consistia em realizar o cuidado, criação ou amamentação externa de crianças (Martins, 2012). O serviço doméstico foi, nesse sentido, uma

---

<sup>11</sup> Cada sujeito tinha a sua própria rede de solidariedade, com o amasiamento ou casamento sendo uma forma de expandi-la ainda mais, pois, ela passaria a conter os amigos, parentes, compadrios do seu parceiro. A rede, então, não era algo estático e contínuo, sendo construída e reconstruída no decorrer da vida desse agente frente a possíveis mudanças de endereço; quebra conjugal; rugas e desentendimentos entre os seus membros (Chalhoub, 2012).

face obscura das demandas tutelares, pois, frente a feminilização do trabalho doméstico que ocorria em fins do século XIX e início do século XX (Souza, 2017), os sujeitos que demandaram por menores, tenderam a dar preferência a meninas, por elas desempenharem serviços de portas à dentro, cuidando do lar e dos seus filhos legítimos. De modo que 54,8% dos processos analisados até agora tem a presença de uma ou mais meninas pleiteadas.

Joana estaria, então, cuidando dos rebentos da vizinhança no decorrer do dia, ficando a *carregar filhos dos outros e pela rua de vestidinhos curtos*<sup>12</sup>, num momento em que os juristas viam a rua como símbolo máximo de perniciosidade, estando repleta de vícios e doenças que em contato contínuo com o menor poderia empreender um dano irreparável para a sua formação moral (Ariza, 2017). Assim, o simples fato de o casal ter deixado a menor com pessoas irresponsáveis ao ponto de permitirem que a menor ficasse a vagar pelas ruas, provavelmente, já faria com que o pretor os visse como omissos e outorgasse a tutela a outrem. Tal argumento pode ter sido, inclusive, mobilizado pela viúva justamente para que eixo da balança tendesse a seu favor. Isso é reforçado ainda mais com o que veio logo em seguida, quando Henriqueta se descreve enquanto uma mãe exímia, o que contribuiria para dissolver o que José alegou em sua petição:

[...] Que tendo casado recentemente sua filha com quem atualmente vivia, quer ter em sua companhia a sua filha que reclama. Que além da menor Joanna e de sua filha casada tem mais um filho que é empregado em uma fábrica de tecidos de algodão em Vila Isabel, onde ganha de cento e dez a cento a vinte mil réis. Que seu genro é maquinista e empregado na própria fábrica em que ela respondente também o é [...]<sup>13</sup>

Descobrimos aqui que a viúva tem mais dois filhos, uma recém-casada com um maquinista que trabalha junto a Henriqueta Vestel e outro que provavelmente estava empregado na única grande fábrica de tecidos de Vila Isabel, a Companhia de Fiação e Tecidos Confiança e recebia de 110\$000 a 120\$000 por mês, o que representava um bom salário para a época, sendo mais do que o suficiente para ele sobreviver e conceder alguma ajuda a mãe. Dados que, de acordo com Eulália Lobo (1989, p.66), para o ano de 1892, um operário gastava 36\$977 com alimentação, 18\$000 com moradia e 600rs a 3\$600 para se deslocar da casa ao trabalho. Dessa forma, 58\$777 seriam o suficiente para um homem solteiro conseguir se prover com o básico (*idem*), de modo que mesmo que a inflação nesse período estivesse em crescimento exponencial, o salário do filho da declarante ainda era razoável para se sustentar e auxiliar a mãe com as possíveis necessidades da irmã.

---

<sup>12</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Acervo Judiciário, *op.cit*, p.3-4.

<sup>13</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Acervo Judiciário, *op.cit*, p.3-4.

Fora a isso, seu genro como maquinista poderia receber entre 62\$7999 e 207\$4999 mensais (1898) e Henriqueta enquanto mulher operária teria a renda mensal de aproximadamente 60\$7499 (Lobo, 1978, p. 818-9), podendo ganhar menos que isso, já que predominava o pensamento de que “a mulher trabalha apenas para os seus botões” (Soieth, 2004, p. 429). Assim, como a declarante morava junto aos recém-casados<sup>14</sup>, mesmo que a sua filha mais velha não estivesse trabalhando no momento, a família teria verba o suficiente para suprir os gastos da menor. Provando, por meio da sua fala, que era uma viúva moralmente e economicamente capaz de ter a guarda legal da sua filha. Pois, ela consegue demonstrar ter sido capaz de formar moralmente seus outros dois filhos, estando uma casada, respeitando o padrão de uma mulher moral e honrada, e o outro era um bom trabalhador. Além disso, por ser uma operária que morava em companhia de seu genro e tinha um filho com um bom soldo, poderia comprovar que o dinheiro que seria mobilizado para prover sua filha tinha origens moralmente corretas.

Um adendo importante a se fazer é que toda essa trama de relações sociais tem como plano de fundo a fábrica, com as partes dos processos trabalhando em uma das companhias da região, sendo possível que a fábrica tenha sido o espaço no qual construíram a sua relação de reciprocidade. Ademais, a presença do genro da declarante na mesma fábrica que ela, também poderia significar uma proteção, já que o dia a dia dentro de uma fábrica seria muito perigoso para as mulheres. Estando expostas a assédios desde que saíam de casa e iam à fábrica, como bem demonstrado na letra de Noel Rosa (1934), com as *buzinas aflitas* do seu carro para a operária no seu ir e vir pelas ruas de Vila Isabel. Não cessando ao adentrarem ao polo industrial, onde enfrentavam persistentes assédios, abusos de poder, violências morais e sexuais dos seus companheiros de trabalho (Pires, 2016a). Um caso famoso foi o da também viúva e imigrante, a polaca Ludovica, que em 1903 foi estuprada pelo mestre de teares Ferreira da Silva, ficou grávida e foi demitida por ele logo depois a violência sexual, e segundo Pires (2016b, p. 444-5), a demissão ocorreu como uma tentativa de evitar possíveis problemas para o seu lado. Assim, ao manter a família unida no mesmo espaço, Henriqueta poderia contar com a proteção do seu genro diante a situações semelhantes.

Como dito anteriormente, por mais que Henriqueta tenha demonstrado ao pretor ter as condições morais e econômicas para ser uma viúva contemplada pelo decreto nº 181 de 24 de janeiro de 1890, todavia, o caso não se conclui nesse momento. Há uma nova petição, no dia 3

---

<sup>14</sup> Segundo Caulfield (2000, p. 219), era comum os casais pobres morassem na casa da família da moça até que conseguissem ter um emprego menor que permitisse que eles vivessem sós de forma menos miserável.

de junho de 1895, antes mesmo que o pretor decidisse sobre a primeira ação. Nela, José Rodrigues “[...] vem perante V.Ex declarar que desiste da pedida tutela da referida menor, entregando a quem V.Ex ordene, ou à própria mãe, notando porém quer de por esta e ou própria da família que o endereça das despesas de comedorias durante 24 meses a razão de 10 mil réis mensais [...]”<sup>15</sup>. Com o pretor deferindo no mesmo dia que: “Em vista atas de declaração a fl.3<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> e da petição de fl.6, mando seja a menor entregue a mãe”<sup>16</sup>. O termo de entrega foi assinado também no dia 3 de junho pelas testemunhas presentes na pretoria por Henriqueta Vestel não saber assinar o próprio nome.

Concluimos que o maternar para uma mulher pauperizada e estrangeira, tal como para as nacionais da mesma condição, não era uma tarefa que se restringia a parturiente, mas sim, foi algo compartilhado principalmente entre as mulheres pertencentes a rede de sociabilidade da mãe da menor. Com a rede funcionando como uma grande teia entrelaçada de finitos nós que permeavam o seu campo social, com todos os participantes dessa trama tendo direitos e deveres mútuos uns com os outros (Costa, 2021). Contudo, nem sempre tais redes funcionaram em plena harmonia. No caso de Henriqueta Vestel, vemos que como escreveu o poeta Augusto dos Anjos em seu poema *Versus Íntimos* (1912): *a mesma mão que afaga é aquela que apedreja*. O mesmo casal que a ajudou num momento de enfermidade, é aquele que tentou interromper a sua maternagem.

### **Considerações finais**

Através da ação judicial de Henriqueta Vestel tivemos acesso a fatos que extrapolam a experiência individual e imprimem sinais das expressões culturais da época, demonstrando o viver de uma mulher estrangeira, operária e viúva na sua maternagem que ora se aproximava ora não do padrão instaurado pelas classes dominantes. Acessamos também um caso raríssimo de uma mãe que consegue vencer um processo de tutela, e assim continuar a maternar sua filha. Tal afirmação se deve ao fato de que dos 251 casos analisados até o momento, encontramos apenas 6 mães que se tornaram tutoras dos seus filhos, nos quais 2 delas eram mulheres imigrantes. O que nos leva a crer que essas mulheres ocupavam uma posição de privilégio quando comparada a mães nacionais que viviam no mesmo grupo social, já que as mães imigrantes que representam apenas 10,3% da nossa amostragem, concentram em si 33,3% do total de ocorrências de mães tutoras. Talvez isso se deva ao simples fato de serem mulheres

---

<sup>15</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Acervo Judiciário, *op.cit*, p. 6.

<sup>16</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Acervo Judiciário, *op.cit*, p. 7.

brancas e europeias, possuindo maior possibilidade social quando comparadas as nacionais de cor, num contexto de extrema valorização do racismo científico.

Ademais, há o fato de ambas serem mulheres legalmente viúvas, e caso conseguissem demonstrar em suas declarações que possuíam capacidade morais e econômicas de prover seus filhos, poderiam ser contempladas pelo decreto nº181 de 24 de janeiro de 1890 e se tornarem tutores dos menores. Com isso, elas mobilizavam e se apropriavam das categorias impostas pela violência simbólica da sociedade visando garantir a manutenção dos poderes sobre seus filhos. Contudo, isso não significou que a partir daquele momento a mulher teria uma maternidade plena e sem nenhum perigo, pois, caso se casassem novamente ou fosse vista tendo comportamentos que destoasse do esperado de uma viúva honesta e recatada poderia ter sua vida cruzada por uma nova ação judicial e perder o direito de exercer a maternidade. Tal fato levou muitas mães a se manterem completamente sós até que seus filhos atingissem a maioridade, pois isso diminuía as chances de perder a guarda dos mesmos devido ao seu *mau proceder* (Azevedo, 1995).

## Referências

- ABREU, Maurício. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1987.
- AZEVEDO, Aluizio. **O Cortiço**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2017.
- ANJOS, Augusto dos. Versus íntimos. In: **Eu & Outros Poesias**. V.1. Rio de Janeiro: Civilização/Itatiaia, 1982.
- ARAGÃO, Nilde Hersen. **Vila Isabel terra de poetas e compositores**. Rio de Janeiro: Editoria Conquista, 1997.
- ARAÚJO, Rosa Maria. **A Vocação do Prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- ARIZA, Marília B.A. **Mães infames, rebentos ventosos: Mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo (século XIX)**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- \_\_\_\_\_. **Ventre, seios e coração: maternidade e infância e disputa simbólica em torno da Lei do Ventre Livre (1870-1880)**. In: MACHADO, Maria Helena Pereira de Toledo; BRITO, Lucia da Cruz; VIANA, Iamara da Silva, GOMES, Flavio dos Santos (Org.). **Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação**. São Paulo: Editora UNESP, 2021, pp.19-40.
- AZEVEDO, Gislene Campos. **“De sebastianas e Geovannis”**: o universo do menor nos processos dos juízes de órfãos da cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.
- CARDOZO, José Carlos da Silva Cardozo. **“Como se fosse meu filho”?** As crianças e suas famílias no Juízo dos órfãos de Porto Alegre (1860-1899). Tese de Doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**. 3ªed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

COSTA, Lucas Gabriel. “O Legado de Eva”: Representação social de mulheres e seu trabalho no Rio de Janeiro na Virada do século (XIX-XX). **Revista Caderno de Campo**, Araquara, n.22, jul/dez 2022, pp.101-133.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relatos ao gênero. **Estudos Feministas**, 1/2002, pp.171-180

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: Org. PRIORI, Mary Dell; BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 10ªed., 2004

GERSON, Brasil. **Histórias das ruas do Rio de Janeiro**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, 1965.

LEITE, Guto. “Três apitos”: lirismo e violência em Noel Rosa. **Revista do Instituto de Estudo Brasileiros**, nº66, abr. 2016, pp.160-171.

LEMES, Luana. **Feminismo matricêntrico: um debate da história do tempo presente a fim de contribuir à história das mulheres e aos estudos de gênero**. IV Seminário internacional história do tempo presente, Florianópolis, 2021.

LOBO, Eulária. **História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)**. Rio de Janeiro: IBMEC, vol. 2, 1978.

\_\_\_\_\_; Carvalho, Lia. A; SRANLEY, Myriam. **Questão habitacional e o Movimento operário**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989.

MARTINS, Bárbara Canedo R. Reconstruindo a memória de um ofício: as amas de leite no mercado do trabalho urbano no Rio de Janeiro (1820-1880). **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, vol.6, n.2, 2012, p.138-167.

NEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PIRES, Isabelle. Gênero e trabalho em fábricas de tecidos: o caso da Companhia de Fiação e Tecido Aliança. **Cantareira: Dossiê História e Gênero**, ed.24, jan-jun., 2016a, pp.112-126.

\_\_\_\_\_. Luta operária: trabalhadores (as) da companhia de fiação e tecido Aliança na “Greve Geral” de 1903. **Espaço Plural**, ano XIII, nº 34, 1º semestre 2016b.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar. Brasil: 1890-1930**. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ROSA, Noel. **Noel pela primeira vez, vol. 6**. Produtor: Omar Abu Chahla Jubran. Velas/Funarte, 2000.

SANTOS, Noronha. **As freguesias do Rio Antigo**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1989.

\_\_\_\_\_. Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano. In: Org. PRIORI, Mary; BESSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil**. 7ªed. São Paulo: Contexto, 2004, pp.425-467.

SOUZA, Flávia F. **Criados, Escravos e Empregados: O serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)**.



Tese de Doutorado, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

URRUZOLA, Patrícia. **Faces da Liberdade tutelada:** libertas e ingênuos na última década da escravidão (Rio de Janeiro, 1880-1890). Dissertação de Mestrado. Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

# **MIGRAÇÕES E POLÍTICA**

# Imigração: Estado-nação, poder e fronteiras

Daniel Lorenzo Gemelli Scandolaria<sup>1</sup>

## Introdução

O mundo atual é inegavelmente permeado por um descompasso existente no exercício de colocar-se frente a frente o fenômeno da imigração e a recusa dos Estados nacionais em encará-lo como um direito humano. No cerne desta discussão está a dificuldade de um regimento internacional sobrepor-se aos direitos soberanos que os Estados clamam como legitimamente seus. Desta maneira, a manutenção do *status quo* nada favorece aqueles, isto é, os imigrantes; que são diretamente afetados por esta situação e que, sem cerimônia, acabam por virar alvos de uma negação de direitos.

Tendo isto em mente, o trabalho visa incitar à discussão as modalidades de poder que a configuração do pós-guerras mundiais conferiu ao Estado-nação e que nunca realmente foram mudadas – pelo contrário, se sofisticaram. Logo, se montou e se solidificou um arranjo que cada vez mais separa as ações do Estado-nação dos direitos humanos que tangencialmente permitem pensar a imigração sem os entraves convencionados, os quais são, atualmente, nacionais. Com isso, uma análise do poder dos Estados-nação em relação à posição dos imigrantes em espaço de fronteira, assim como dentro do território nacional, permite a observação mais profunda das modalidades de controle que estes conferem a tais pessoas. Para tal, usamo-nos de análises inspiradas na teoria de Michel Foucault, em especial a de Achille Mbembe (2016).

Além disso, a última sessão do trabalho visa apenas suscitar que as contribuições de K. Oberman (2016), acerca de que o reconhecimento da imigração como direito humano, podem ser um ponto de partida para, ao menos, pensarmos formas possíveis de amenização desta “soberania” do Estado-nação em relação à pessoa do imigrante, a qual parece cada vez mais imperante e potencialmente danosa.

## 1. Os precedentes

Carolina Moulin (2011), analisando a discussão referente à aplicabilidade efetiva dos chamados “direitos humanos” trazida, em diferentes momentos, por Walter Mignolo<sup>2</sup> e por

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciência Política pela Universidade de Brasília e Mestre em História pela mesma universidade.

<sup>2</sup> No entendimento de Moulin, Mignolo claramente sugere que o discurso de direitos humanos é falho justamente por não representar, na prática, o que seu discurso universalista e inclusivo apregoa (Moulin, 2011, p. 145).

Hannah Arendt, consegue identificar uma problemática fulcral: no mundo atual, ou no momento pós-guerra de Arendt (o qual não deixa de ser um prenúncio da realidade do agora), quais são os sujeitos passíveis de direitos? (Moulin, 2011, p. 145-6). Arendt notavelmente enxergou “mais adiante” de um espectro superficial do contexto sociopolítico do pós-guerra, para além de um entendimento simplista de que o cenário desolador em relação aos direitos dos povos era excepcional e momentâneo. De fato, a filósofa judaico-alemã corretamente percebeu que o fenômeno do deslocamento e da apatridia, novamente intensificados com o fim da II Guerra Mundial, já eram fatores típicos do cenário político-social completamente desregulado gerado ao final da Grande Guerra, o que implica dizer que a “crise de direitos humanos” ligados ao deslocamento externo de populações foi, na verdade, se enrijecendo ao longo dos vinte anos de “paz” no continente europeu:

As guerras civis que sobrevieram e se alastraram durante os vinte anos de paz agitada não foram apenas mais cruéis e mais sangrentas do que as anteriores: foram seguidas pela migração de compactos grupos humanos que, ao contrário dos seus predecessores mais felizes, não eram bem-vindos e não podiam ser assimilados em parte alguma. Uma vez fora do país de origem, permaneciam sem lar; quando deixavam o seu Estado, tornavam-se apátridas; quando perdiam os seus direitos humanos, perdiam todos os direitos: eram o refúgio da terra. Nada do que estava sendo feito, por mais incrível que fosse e por mais numerosos que fossem os homens que conheciam e previam as consequências, podia ser desfeito ou evitado. [...] Os apátridas e as minorias, denominados com razão "primos em primeiro grau", não dispunham de governos que os representassem e protegessem e, por isso, eram forçados a viver ou sob as leis de exceção dos Tratados das Minorias — que todos os governos (com exceção da Tchecoslováquia) haviam assinado sob protesto e nunca reconheceram como lei —, ou sob condições de absoluta ausência da lei (Arendt, 1998, p. 299-301).

Com um sintagma desta natureza, Arendt não simplesmente aponta para um contexto histórico que se formou e criou “feridas” que não foram cicatrizadas até a II Guerra Mundial. Muito mais que isso, ela aponta para o fracasso de uma nova ordem mundial que deveria prezar pelos direitos humanos destas minorias deslocadas e destes apátridas. Um fracasso que não fora simplesmente fruto da falência da Liga das Nações em si ou de suas ações não-incisivas, mas também (ou talvez sobretudo) pela falta de interesse dos Estados nacionais europeus em de fato se comprometerem para com os direitos humanos de deslocados que a verbosidade das lideranças nacionais tanto fez-se repetir durante as negociações de paz. Portanto, falhou-se, em diversas frentes e por diferentes motivos, em se construir uma ordem internacional que de fato prezasse pelos direitos aos deslocados como algo de fato “humano” e, neste sentido, não existiu uma mudança de mentalidade que preveniria que os piores cenários acontecessem, se acontecessem. O problema foi que eles aconteceram:

Com o surgimento das minorias na Europa oriental e meridional e com a incursão dos povos sem Estado na Europa central e ocidental, um elemento de desintegração

completamente novo foi introduzido na Europa do após-guerra. A desnacionalização tornou-se uma poderosa arma da política totalitária, e a incapacidade constitucional dos Estados-nações europeus de proteger os direitos humanos dos que haviam perdido os seus direitos nacionais permitiu aos governos opressores impor a sua escala de valores até mesmo sobre os países oponentes. Aqueles a quem haviam escolhido como refugio da terra — judeus, trotskistas etc. — eram realmente recebidos como o refugio da terra em toda parte; aqueles a quem a perseguição havia chamado de indesejáveis tornavam-se de fato os *indésirables* da Europa (Arendt, 1998, p. 301).

A “lógica da falta”, por assim dizer, foi a mãe do sangue inocente escorrido pelo solo europeu durante a II Guerra Mundial. Porém, enfatizemos um dos centros nevrálgicos do problema que foi apenas levemente supracitado acima: os chamados “Tratados das Minorias”, garantidos pela Liga das Nações. É fato que estes tratados significaram algo novo na história europeia, uma vez que instituíram minorias como “instituição permanente” e reconheciam, destarte, que milhões viviam fora da proteção legal normal e normativa dos Estados nacionais, fator que, por sua vez, revelaria a necessidade de uma “garantia adicional dos seus direitos elementares por parte de uma entidade externa” (Arendt, 1998, p. 307). Nesta lógica, a ideia (ou melhor, o “desejo”) era que justamente os Tratados servissem como algo duradouro, fazendo com que ficasse claro o que, nas palavras de Arendt, era, até então, apenas implícito no sistema operante dos Estados-nações, isto é

que somente os "nacionais" podiam ser cidadãos, somente as pessoas da mesma origem nacional podiam gozar de toda a proteção das instituições legais, que os indivíduos de nacionalidade diferente precisavam de alguma lei de exceção até que, ou a não ser que, estivessem completamente assimilados e divorciados de sua origem. Os discursos interpretativos sobre os tratados da Liga das Nações, pronunciados por estadistas de países sem obrigações com as minorias, eram ainda mais claros: aceitavam como natural que a lei de um país não pudesse ser responsável por pessoas que insistiam numa nacionalidade diferente. Confessavam assim — e logo tiveram oportunidade de demonstrá-lo na prática, com o surgimento dos povos sem Estado — que havia sido consumada a transformação do Estado de instrumento da lei em instrumento da nação; a nação havia conquistado o Estado, e o interesse nacional chegou a ter prioridade sobre a lei muito antes da afirmação de Hitler de que "o direito é aquilo que é bom para o povo alemão (Arendt, 1998, p. 307-8).

Em outras palavras, os Tratados não viam o problema do ponto de vista de preservação das minorias em si, mas do ponto de vista de sua destruição. Portanto, não fizeram regular os limites do Estado-nação em relação aos imigrantes, mas sim os fortaleceram através de uma visão deturpada de um reconhecimento repleto de uma lógica de inferioridade implícita. Não surpreende, portanto, que os Tratados tenham mantido inalterados os chamados direitos elementares (residir, viver, trabalhar) como relativos apenas aos “cidadãos nacionais” e que não tenham previsto questões como transferências populacionais em massa ou o problema dos “indeportáveis” (Arendt, 1998, p. 308).

Além disso, podemos notar outro fator residente em meio a esta lógica não-reparadora: em nenhum momento tais tratados reconheceram a questão da imigração como um direito, já que serviram, na prática, como uma reverência à “liberdade interna” do Estado-nação de ditar restrições aos estrangeiros e aos imigrantes, uma vez que, como lembrou Arendt, o Estado serviria à nação e à esta somente. Ernest Gellner (1983), em raciocínio semelhante, por exemplo, tipificou o Estado-nação justamente como este “casamento” entre “Estado” e “nação”, condizente a uma lógica pertencente ao nacionalismo enquanto ator político. Neste sentido, o Estado tem o papel de tão-somente servir à nação – o que implica dizer, por exemplo, em perpetuá-la, protegê-la: servir como uma legítima “cobertura política”. Portanto, isto implica dizer que um senso de nacionalidade pré-definido passa a ser protegido pelo aparato estatal (Gellner, 1983).

Este processo permitiu ao Estado-nação, portanto, justamente as condições “adequadas” de justificar medidas severas de restrição à entrada do estrangeiro, pautando-se nos mais diferentes argumentos que o discurso nacionalista pudesse julgar condizentes com os interesses e a sobriedade da nação. A questão que, dada tal configuração, é possível de pulular entre as mais variadas reflexões intelectuais sobre o tema insere-se: a partir deste momento, passaria esta a ser a prática ou o resto de século XX e o início do XXI trariam mudanças?

## **2. A expectativa dos precedentes**

Poder-se-ia, talvez, esperar que a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, após os horrores da II Guerra Mundial, constituísse um corpo jurídico que efetiva e diretamente tratasse a imigração como um direito humano ou, ao menos, redesenhasse um *status quo* tão favorável ao Estado-nação que se havia permitido. Ainda que “flerte” com a ideia de limitar o poder decisório do Estado-nacional em relação à imigração (exemplo do artigo 3<sup>o</sup>), o mais próximo de uma referência a esta como um direito humano se encontra nos artigos 13<sup>o</sup> e 14<sup>o</sup>, os quais afirmam que:

Artigo 13<sup>o</sup>:

1. Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado;
2. Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país;

Artigo 14<sup>o</sup>:

1. Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de se beneficiar de asilo em outros países;

---

<sup>3</sup> Tal artigo afirma que “Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” (Nações Unidas, 1948).

2. Este direito não pode, porém, ser invocado no caso de processo existente por crime de direito comum ou por atividades contrárias aos fins aos princípios das Nações Unidas (Nações Unidas, 1948).

O segundo inciso do artigo 13º pode, talvez, ser interpretado como uma reverência a um direito humano de imigração, já que permite, como direito, o abandono de um país. Desta maneira, por inferência, ter o direito de deixar algum lugar implica em, ao menos, ser recebido em outro lugar – ou seja, é uma “ponta” jurídica que se abre e que o inciso não define. Portanto, a condição de “abandonar algo” pode trazer diversas circunstâncias e características que dão a este uma forte carga situacional e interpretativa. O primeiro inciso do artigo 14º, por sua vez, é uma face complementar de seu anterior, uma vez que claramente aprofunda a “problemática do abandono”, mas não deixa, por isso, de cair no mesmo impasse contextual e interpretativo, justamente por optar por não o debater, preferindo, em vez, esmiuçar as condições que impedem o abandono.

É entendível que tais passagens, se lidas em conjunto, podem significar um avanço em direção ao entendimento da imigração como direito humano, porém seu trânsito pela subjetividade enfraquece a necessidade de existir, em um documento desta natureza, uma exposição jurídica clara e sólida de que a imigração é, inegavelmente, um direito humano – o que traria consigo, evidentemente, as devidas atribuições e imposições aos Estados nacionais diante desta realidade. Fica perceptível, portanto, que essa “contribuição limitada”, caso escolhamos entendê-la assim, não representa uma afronta ao que se já havia estabelecido quanto ao poderio do Estados-nações no âmbito regulatório da imigração, esta vista como um “consolo consentido” para certos casos e não como um direito.

### *2.1 O poder, as fronteiras, o Estado*

Ao pensarmos a ideia do Estado como “guarda-chuva” da nação, o que vem aliada à percepção deste como regulador legítimo de quem o “compõe”, contemplar o exercício de seu poder em relação a “súditos” e “não súditos” se torna imperante. Nesta logística, um ponto central está no funcionamento de suas fronteiras, basicamente o aparato “legal-espacial” que denota o que é “seu”, da “nação”, e o que não o é. Porém, tal pensamento resulta em maior complexidade, a qual Juan Carlos Velasco (2008) não se furta de investigar; isto é, a proporção da “magnitude” que o significado das chamadas “fronteiras nacionais” dá aos Estados. Para além de piamente acreditar que sua fronteira é um fato dado e *natural*, impassível de

contestação e portador de legitimidade inquestionável<sup>4</sup>, além de atribuído de uma forte carga político-jurídica, o Estado-nação reconhece neste espaço um ambiente onde a violência e a repressão são aceitáveis:

[...] elas [as fronteiras] desempenham ainda uma função policial, que se torna manifesta no controle dos fluxos migratórios, dado que as fronteiras são como verdadeiros muros erguidos na tentativa de conter aqueles que desejam imigrar e não possuem a documentação que os autorizaria a fazê-lo. Fronteiras e cidadania também dão as mãos para travar a liberdade de passagem e de residência (reconhecida, por exemplo, no art. 12º do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, adotado em 1966) (Velasco, 2008, p. 207).

Necessitamos, neste ponto, dar maior atenção ao proposto, tendo vista as camadas possíveis que o entendimento de Velasco permite-nos enxergar. O primeiro ponto a se destacar é como a fronteira, nesta configuração, “dá as mãos” à percepção, há anos constatada por Arendt e referendada por Gellner, do Estado “para a nação”. Nesta ordem, a combinação parece milimetricamente calculada: se se entendeu que aquela entidade político-jurídica, chamada Estado, se estruturou para servir o que seus atores políticos entendem como os componentes de sua “nação”; logo, suas fronteiras serão as primeiras a obstruir possíveis “ameaças” à “integridade” da nação – imigrantes, considerando a discussão que estamos propondo. Se Homi Bhabha (1998), de modo bastante feliz, conseguiu observar a fronteira como espaço de interação entre as pessoas, e não somente de separação, a lógica, dentro da proposição apontada por Velasco, não parece indicar que seja intuito dos Estados nacionais que esta não seja continuamente entendida e sentida como um ambiente opressivo.

Igualmente, é valoroso o entendimento, oferecido pelos autores, de pensar a fronteira como um “espaço” e não como uma simples demarcação em um mapa, um espaço onde seres humanos habitam sob os olhos e controle de postos de imigração. A contribuição de Velasco, ao apontar que nestes espaços violência e opressão tornam-se “aceitáveis”, está vinculada não somente ao delinear histórico que Arendt “desenhou”, ao demonstrar que o “império do Estado-nação” se sobrepôs ao direito humano à imigração. Logo, é possível questionarmo-nos se não se interpôs uma equação perigosa que permitiu “passividade” internacional a um espaço específico onde o próprio direito humano à vida pode “permissivamente” ser descartável.

À parte de maior elucubração sobre este questionamento, é válido pensar que se, tal como Velasco propôs, a violência na fronteira se torna “aceitável”, qual seria a fonte disso? Um caminho seria pensar, dentro da lógica já construída até o momento, em uma percepção de

---

<sup>4</sup> Necessário ressaltar que Velasco (2008, p. 206) não somente identifica este pensamento nesta esfera, mas também na ciência e filosofia políticas.



superioridade nacional em relação ao imigrante, o qual, em sua posição de inferioridade momentânea e dependente da beneficência do Estado-nação, se tornaria uma simples “coisa”. Ainda que válido de ser pensado, talvez outro caminho, um pouco mais complexo, pode ser conjugado: o das expressões de poder. Ora, o espaço de fronteira se estabelece já de partida, dado o poderio logístico e estrutural pertencente ao Estado, em um ambiente de opressão em que o poder sobre o imigrante já se estabelece pelo monopólio estatal do material, que não deixa, por sinal, de ser armado.

Não obstante, ter em mente que, naquele ambiente, o Estado possui fortíssimo controle do imigrante em sua integridade como pessoa (controlando onde este espera, para onde vai, detendo controle de seus documentos etc.), estabelece uma situação de controle da própria vida humana. Consequentemente, “surge” um ambiente em que a pessoa se torna refém dos ditames de um terceiro por meios entendidos como legalizados, ao passo que isso lhe retira sua humanidade. Com isso, o poder exercido pode até ocorrer na capacidade de constrangimento de um emissor ao inibir a tomada de decisão de um receptor, inclusive sem que nada se fale (Barach; Baratz, 2011, p. 151). Desta maneira, pensar estas expressões do poder que praticamente conferem ao Estado o total controle sobre a vida individual parece-nos um bom caminho para pensar o porquê, na fronteira, a violência e a opressão tornam-se tão “normais”.

Não obstante, a proposição de Velasco também nos enseja a pensar o espaço, dito “nacional”, que as fronteiras compreendem e onde seus habitantes residem. O ponto transita, destarte, em pensar como se dão as dinâmicas de tratamento e vivência para o imigrante “dentro” do Estado-nação, para além do já exposto no espaço da fronteira. Portanto, a pergunta que auxilia nesta busca de compreensão é: as dinâmicas de poder no espaço de fronteira, tão “peculiar”, se aplicam dentro dos limites do Estado, o qual, por uma lógica antitética, deveria se comportar de maneira distinta? Ou, já que as fronteiras permitem esta “normalização” da violência, a lógica de poder se estende ao interior do que estas “circundam”?

Uma possível resposta para isso não parece tão distante se concordarmos com o conceito de “necropolítica”, definido por Achille Mbembe (2016), o qual se estrutura em moldes nos quais

a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder. [...] Minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas ‘a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações’. Tais formas da soberania estão longe de ser um pedaço de insanidade prodigiosa ou uma expressão de alguma ruptura entre os impulsos e interesses do

corpo e da mente. De fato, tais como os campos da morte, são elas que constituem o nomos do espaço político em que ainda vivemos (Mbembe, 2016, p. 123; 125).

Neste sentido, o Estado deliberadamente escolhe, de acordo com diferentes motivações e intuítos, quais cidadãos são “descartáveis”: não é necessário fazer-se morrer por meio da violência física (embora esta, porventura, ocorra), já que a negligência quanto ao zelo da vida dos subalternos é também uma arma letal. Este talvez seja o ponto mais importante do conceito de Mbembe: a inação é uma ação – e uma ação com um intuito. Os nomeados “subalternos”, diversos grupos sociais “bestializados” pela sociedade e pelos detentores do poder por diferentes características, como classe, raça, gênero, dentre outros; são basicamente os alvos da necropolítica<sup>5</sup>. O nível de exercício de poder, especificamente do Estado, se tornou tamanho que ele possui o controle da vida de “nacionais” (ainda que não sejam todos os “nacionais” os geralmente visados), bem como do destino desta. Não obstante, as condições de uma sociedade, ao menos internacional, “vigilante” compele o Estado-nação a operar este poder sob “véus”, mascarando que a vida humana está em suas mãos, o que não diminui, muito pelo contrário, seu poderio.

Nota-se, provavelmente por beberem da mesma fonte<sup>6</sup>, que a percepção, vista por Mbembe, de como o poder se articula dentro do Estado, assemelha-se ao entendimento proposto por Barach e Baratz sobre como a posição de poder de alguém compele o comportamento de um receptor. Não obstante, a contribuição de Mbembe torna-se ainda mais importante para nosso entendimento por expressamente vincular a necropolítica como pilar da soberania. Assim sendo, a Moderna e já bastante debatida concepção de soberania, proposta por Jean Bodin (2017)<sup>7</sup>, como uma característica magnânima do Estado, que espera dos “súditos” deverem-lhe

---

<sup>5</sup> Por exemplo, podemos citar a falta de provimento de sistemas de urbanização e saneamento a comunidades carentes e desocupações forçadas como ações “necropolíticas”. Há vários outros possíveis exemplos que podem ser discutidos, mas limitamo-nos rapidamente a estes dois para demonstrar que a partir destas ações provocar-se-á um grau de debilitação, decorrente a omissão e/ou a “ação legal” de desalojamento. Com isso, toda a vida de um tecido social será atingida e danos permanentes à sua existência serão provocados.

<sup>6</sup> Mbembe reconhece a influência do trabalho de Michel Foucault em seu pensamento. Barach e Baratz formulam uma percepção de poder que se articula com a percepção foucaultiana de “microesferas” e macroesferas”. Na análise de Foucault (1998), brevemente, pode-se entender poder é um “corpo”, que flui dentro e ao longo das relações sociais. Imensurável no sentido quantitativo, o cotidiano do exercício destas relações nas “macroesferas” e “microesferas” sociais é o fator que escancara a dimensão deste poder. A validade deste tipo de análise está em “alargar” a visão do exercício do poder para além de algo estatal e material, como os “clássicos” Nicolau Maquiavel (1977) e Max Weber (2013). Esta é uma simplificação explicativa para os intuítos deste artigo, aconselha-se o leitor consultar a obra original, presente na área de Referências Bibliográficas deste estudo.

<sup>7</sup> Para mais sobre o conceito de soberania formulado por Bodin, o qual, de certa maneira, tornou-se bastante “popular”, consultar o Livro Primeiro, capítulo “Da Soberania”, de sua coletânea “Os Seis Livros da República”. Vale, todavia, diferenciar o conceito de soberania, para deixar ainda mais claro qual está sendo tratada por Mbembe e Bodin. Norberto Bobbio fornece uma explicação útil, a qual demonstra que os autores, na temática aqui estudada, referem-se a uma soberania “interior”: “A soberania tem duas faces, uma voltada para o interior, outra para o exterior. Correspondentemente, vai ao encontro de dois tipos de limites: os que derivam das relações entre

obediência e se expressa, justamente, como um poder, acaba sendo problematizada e reconfigurada por Mbembe, *mutatis mutandis*, uma vez que o autor inverte “a ordem dos fatores” e mostra como esse poder se expressa não por ser um poder de autoridade “em si”, mas sim pelas “ferramentas necropolíticas” que formam seu cerne.

Desta forma, Mbembe permite-nos entender mais claramente que o poder sobre a vida humana, tão “banalizado” na fronteira, igualmente se aplica aos limites “interiores” dos Estados nacionais. Com isso, caso entendamos os imigrantes como “subalternos”, notaremos que estes são um potencial alvo das práticas da necropolítica<sup>8</sup>, mesmo que “legais” e minimamente “integrados” à malha social. Para além de se enquadrarem entre subalternos, os quais são os principais alvos da necropolítica, parte da resposta para o porquê imigrantes podem ser “mirados” como tal está justamente se considerarmos a operação que os Estados-nações frequentemente tomam em conta: nacionalidade como vetor da cidadania e, com isso, o processo exclusivo, ao “nacional”, de plena posse de direitos civis, políticos e sociais.

Desta maneira, o aparato do Estado servir aos “nacionais”, agregado à lógica de que estes possuem direitos “natos”, decorreria perpetrar uma série de “não-nacionais”, imigrantes estabelecidos ou que buscam legalmente se estabelecer, como eternos “alienígenas” à nação. Deste ponto, há todo um processo para que estes, que já superaram o espaço das fronteiras, consigam aceder à cidadania, a qual nunca será plenamente como a de um nacional, ainda que reconhecida em lei, justamente porque o Estado nacional possui bem definido quais são “os seus”. Nesse sentido, é possível que sejam passíveis de intermináveis preconceitos e constrangimentos, bem como passem pelas mais diversas imposições à sua liberdade individual, dado seu “*status social*” de “não-nacional”, além de que se engessem em postos inferiores dentro da pirâmide econômico-social. Mas, ademais, o que se quer dizer é que, tendo o Estado estruturado sua soberania na “necropolítica”, as próprias ferramentas para aceder à cidadania, que, ainda que nunca realmente plena é necessária ao imigrante, muitas vezes constituem barreiras e entraves que, se planejadas ou não, acabam por ser mecanismos desta política de morte. Implica, também, dizer como, por meio da lógica de direitos firmados em lei, o poder de controle da vida humana, por parte do Estado, se torna “justificado”.

---

governantes e governados, e são os limites internos, e os que derivam das relações entre os Estados e são os limites externos” (Bobbio, 2007, p. 101).

<sup>8</sup> Igualmente, não deixemos de lembrar que o Estado nacional encontrou outras formas de expressão de seu poder em moldes que se assemelham à necropolítica – essencialmente pela forma “escondida” em que elas se dão, porém igualmente letais ou incapacitantes do exercício da vida humana. Para isso, por exemplo, conferir o entendimento de “necro-economia”, de Warren Montag (2005), e a discussão acerca de uma “debilitação calculada”, suscitada por Jasbir Puar (2017).

Por fim, a interligação dos conhecimentos partilhados por Arendt, Gellner, Velasco e Mbembe, nos permite unir partes do “quebra-cabeça” e demonstrar o que comumente se entende como Estado-nação (uma engrenagem que combina soberania, território, nação/povo, cidadania e direitos). Dentro desta lógica de raciocínio, que enfatiza as potentes ferramentas de poder que tem o Estado-nação em mãos, este parece, de fato, distante de algum tipo de movimento gradual de “erosão” das fronteiras nacionais ou de que seu poderio esteja em “crise”. A diferença, a qual pode causar, porventura, este possível entendimento, reside no fato de que as ferramentas de poder se diversificaram, sem perder potência, e não se mostram tão aparentes quanto o uso da força<sup>9</sup>.

Como Moulin (2011) bem resumiu quando levantou a problemática à luz das noções de Mignolo e Arendt,

a (in)segurança supostamente solucionada pela prática humanitária acaba por perpetuar o problema da realização dos direitos humanos, haja vista que aqueles que mais deles necessitam são justamente os que menos poderão por eles ser assistidos. Em termos gerais, pode-se afirmar que o sujeito dos direitos humanos é, quase que por necessidade, o cidadão, excluindo dessa maneira um enorme contingente de pessoas e grupos para os quais a cidadania possui pouco ou nenhum significado (Moulin, 2011, p. 146).

O problema todo, ao fim, retoma o processo histórico trazido por Arendt, mas a complexificação das ferramentas de poder severizou a situação do imigrante. Isto é, a inação em definir uma legislação internacional clara e realmente vinculante<sup>10</sup>, por parte dos

---

<sup>9</sup> Ademais, conforme denotou Luis Mendes (2016, p. 120), os Estados-nação tidos como democráticos, tornaram-se mais “porosos”, ao abrirem-se à “pluralidade dos fluxos sociais canalizados pelas instituições”. Com isso, o autor continua: “[...] a ativação das forças da sociedade civil constitui um Estado poroso, pondo em crise os seus poderes de dominação, ou melhor ‘re-absorvendo-os’ no interior das forças da sociedade civil. No trabalho de autores como Foucault, esta intermediação institucional que define a relação entre sociedade civil e Estado aparece como uma funcionalidade totalmente projetada para fins autoritários, mas não necessariamente repressivos no sentido de cima para baixo, mas pelo contrário, de baixo para cima, e de modo algum democráticos” (Mendes, 2016, p. 120). Para o intuito da discussão deste escrito, essa percepção resulta valorosa porque permite-nos entender que esta “pulverização controlada” do poder do Estado não somente não é verdadeiramente democrática, bem como incita a percepção de que o poder estatal se tornou tão profundo, pela institucionalização, a ponto ter a capacidade de acessar as partes mais particulares da vida humana. Deste modo, passa-se a falsa impressão de que o Estado nacional está se enfraquecendo, quando, na verdade, está este negociando parcelas de seu domínio, sob uma fachada “democrática”, as quais irão, por sua vez, ampliar o seu poder.

<sup>10</sup> Podemos citar o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, especialmente seu artigo 12, como algo que talvez pudesse nesse sentido. Porém, logo “de partida”, já são encontrados alguns entraves para tal: o artigo informa, em seu primeiro inciso, que “qualquer pessoa que se encontre legalmente no território de um Estado tem, dentro desse território, o direito à liberdade de circulação e à liberdade de escolher a sua residência.” [tradução nossa] (Ohchr, 1966). Tal enunciado, em si, já emite um caráter “limitador” à pessoa e que abre espaço para Estado nacional ditar seu poder: o trânsito é “dado” legalmente – portanto, os que não se enquadrem nisso estão, ainda mais que os “legais”, diante vontades do Estado-nação. Como agravante, há de se lembrar, como já bem discutimos e como lembrou Velasco (2008, p. 207), [...] “fronteiras e cidadania também dão as mãos para travar a liberdade de passagem e de residência”. Ademais, o próprio artigo parece “voltar atrás” e “restaurar” a soberania integral do Estado nacional, ao reconhecer que os direitos podem ser objetados caso o Estado entenda-os passíveis

organismos internacionais, em prol da imigração como um direito humano certamente fortaleceu o Estado nacional como o delimitador principal do acolhimento e do tratamento ao imigrante, tanto na fronteira quanto intra-território. Ao mesmo passo, o passar dos anos igualmente não enfraqueceu a entidade e sua política de controle: de fato, tornou-se mais sofisticada e mais potente quanto a seus fins fiscalizatórios.

### 3. Uma possibilidade

Quais seriam as possibilidades para se pensar a situação delineada em prol de, ao menos, uma possível amenização do poderio do Estado nacional frente à pessoa imigrante? K. Oberman (2016) nos fornece um caminho possível para isto, ao considerar que a imigração é sim um direito humano, utilizando-se do próprio direito internacional em vigor. Oberman não defende que o Estado-nação simplesmente renuncie ao controle de suas fronteiras e compreende que há casos excepcionais em que a imigração pode ser limitada: seu ponto está em pensar que não é critério justo entendê-la como um “não-direito”. A imigração é um direito humano, sobretudo, por estar ligada intrinsecamente à liberdade (o “grande direito”, por assim dizer) e a tudo que o exercício humano de ser livre implica dizer.

A fim de demonstrar de modo mais claro como este processo pode ser entendido, Oberman recorre justamente ao artigo 13º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, supracitado por nós, especialmente ao seu primeiro inciso: “1. Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado” (Nações Unidas, 1948)<sup>11</sup>. O autor identifica um visível paralelo entre um direito de imigração, que significa deslocamento externo, e o direito humano de deslocamento interno. Ambos possuem um grau de “decorrência”, diferindo-se apenas no ponto de que o segundo é referendado pela Declaração. À luz deste paralelo, mas com um olho no significado do direito de deslocamento interno, Oberman observa o que restringi-lo significaria que

Se o estado lhe proíbe de entrar em uma região de um país, você está excluído de acessar quase todas as opções de vida que existem nele: você não pode visitar amigos

---

disto. Entendemos o uso da palavra “passíveis” porque, justamente, ainda que o inciso dê as definições das condições, os Estados podem muito bem acabar por “formulá-las” e teoricamente torná-las enquadradas aos termos do Pacto. Logo, este parece anular-se e não mudar, de fato, muita coisa. Lê-se: “§3. Os direitos acima mencionados não podem ser sujeitos a quaisquer restrições, **exceto as previstas em lei**, que sejam necessárias para proteger a segurança nacional, a ordem pública, a saúde ou a moral públicas ou os direitos e liberdades de outrem, e que sejam compatíveis com os outros direitos reconhecidos no presente Pacto.” [tradução nossa] [grifo nosso] (Ohchr, 1966). Por fim, vale ressaltar que, ainda que tenha natureza vinculante, o Pacto permitiu adesões com ressalvas, bem como o “Comitê dos Direitos Humanos” (estabelecido pelo artigo 28) necessita fiscalizar a cumprimento, respeito e execução do assinado por parte dos signatários.

<sup>11</sup> O mesmo incisivo se encontra presente no artigo 12 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Conferir nota de rodapé número 9.

ou família, frequentar uma instituição religiosa ou educacional, expressar suas ideias em uma reunião ou evento cultural, procurar emprego ou ter um caso amoroso em qualquer lugar da região (Oberman, 2016, p. 35). [tradução nossa]

Logo, isto quer dizer que restringir este movimento interno significa restringir um fundamento da vida humana e suas opções, que são das mais variadas em tipo, alcance, e potencialidades, e que também abarcam questões de aspecto político e interações inerentes a este processo – aqui devemos também pensar que o alcance destas potencialidades não pode ser um “limitado aceitável”, porque este não o é (Oberman, 2016, p. 36-9). Mas não somente por tratarem de liberdade de locomoção e seus possíveis derivados que o direito humano de deslocamento interno referenda a imigração como um direito humano: o ser humano pode não se contentar com as opções de vida naturais à liberdade do deslocamento interno, uma vez que é igualmente lógico pensar que por fora das fronteiras de seu Estado-nação há também um mundo destas opções.

Tendo isto em vista, o que Oberman busca nos mostrar através desta analogia é justamente a noção de que imigrar torna-se uma opção tão natural e provida de sentido quanto migrar e que, noutras palavras, restringir a imigração é interferir na liberdade de outras naturezas e outros direitos fundamentados em lei, tal como o é se restrita for a locomoção de pessoas no interior de um Estado. Afinal, “se os direitos humanos devem proteger totalmente nossa liberdade de acessar toda a gama de opções de vida, então devemos ter o direito humano de imigrar para outros estados” (Oberman, 2016, p. 36).

### **Considerações finais**

Este escrito buscou suscitar a reflexão do fenômeno da imigração partindo, primeiramente, de uma reconstituição histórica breve, a qual denotou impasses criados entre a legislação internacional que se colocou “em pé”, após as guerras mundiais, e quais foram os limites que esta faceou frente à realidade da “instituição” nomeada “Estado-nação”. Com isso, notou-se que, essencialmente, os esforços para regulamentar algo que tornasse a imigração um direito humano foi minado pelo “império” da soberania do Estado nacional. Neste sentido, foi identificado uma dificuldade, dentro dos “mandos” da legislação internacional, em ultrapassar os fatores nacionais, que aparentam ainda ser o principal eixo regulador de fenômenos tais como o da imigração.

Tendo isto em conta, problemas humanitários, os quais tangem à maneira como o Estado nacional possivelmente rege seu *modus operandi* ao tratar o imigrante, surgem. Neste sentido, pôde-se defender, através de teorias baseadas em poder – em especial a de Mbembe (2016) –

que a constatação de que o poderio de controle da vida daquele que imigra, por parte do Estado nacional, não só se fortaleceu ao longo do tempo: ele igualmente se transmutou em formas distintas e sofisticadas, as quais lhe conferem uma posição sem igual.

Percebendo tal “fragilidade da vida”, frente à consideração proposta nesse exercício teórico, apenas se propôs um “ponto de partida”, elaborado sob uma outra ótica, em prol da consideração da imigração como um direito humano – reconhecimento tal que, entendemos, seria, ao menos, fator amenizador ou protetor da “condição imigrante”. Para isso, esse simples “ponto de partida” foi feito por meio de uma breve apresentação dos esforços de K. Oberman (2016) para se pensar como esta aparente necessidade de reconhecimento pode ser pensada utilizando-se justamente daquilo que a lei internacional já tem escrito e delimitado. Nesse sentido, concorda-se que esta linha pode ser frutífera para futuras reflexões que busquem refletir e pensar como reduzir as mazelas que o descompasso atual pode provocar ao imigrante.

## **Referências**

- ARENDDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton. “Duas faces do poder”. **Revista de Sociologia Política**, vol. 19, n. 40, 2011, pp. 149-157.
- BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: Para uma teoria geral da política**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- BODIN, Jean. **Os Seis Livros Da República - Livro Primeiro**. São Paulo: Ícone, 2017.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. Oxford: Basil Blackwell Publisher Limited, 1983.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe – Comentado por Napoleão Bonaparte**. São Paulo: Hemus, 1977.
- MBEMBE, Achille. “Necropolítica”. **Artes & Ensaios**, n. 32, dez. 2016.
- MENDES, Luis. “A Nova Reforma Da Administração Do Poder Local Português Ou A Arte Diabólica Neoliberal De Governar O Espaço-Capital”. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, V. 05, N. 01, 2016, 114-142.
- MONTAG, Warren. Necro-economics: Adam Smith and Death in the Life of the Universal. **Radical Philosophy**, vol.134, p.7-17, 2005.
- MOULIN, Carolina. “Os direitos humanos dos humanos sem direitos: refugiados e a política do protesto”. **Rev. bras. Ci. Soc.**, vol.26, n.76, pp.145-155, 2011.
- NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://declaracao1948.com.br/declaracao-universal/declaracao-direitos-humanos/>. Acesso em: 10 set. 2023.

OBERMAN, K. “Immigration as a Human Right”. In: FINE, S.; YPI, L. (Ed.). **Migration in Political Theory: The Ethics of Movement and Membership**. Oxford: Oxford University Press, p. 32-56, 2016.

Office of the High Commissioner for Human Rights (OHCHR). **International Covenant on Civil and Political Rights**. 1966. Disponível em <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-covenant-civil-and-political-rights>. Acesso em 18 set. 2023.

PUAR, Jasbir K. **The Right to Maim: Debility, Capacity, Disability**. Durham e Londres: Duke University Press, 2017.

VELASCO, Juan Carlos. “As migrações internacionais”. In. ROSAS, João Carlos. **Manual de Filosofia Política**. Coimbra: Almedina, p. 197-217, 2008.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. 3ª edição, São Paulo: Martin Claret, 2013.



# Políticas de integração de (i)migrantes teuto-brasileiros sob um olhar transnacional: os casos de Puerto Rico (Argentina) e Porto Novo (Brasil) – 1919-1945<sup>1</sup>

João Vitor Sausen<sup>2</sup>

## 1. Colonizações alemãs após a Primeira Guerra Mundial – os casos de Porto Novo e Puerto Rico

Desde o final do século XIX, os povoados resultantes da imigração alemã no estado do Rio Grande do Sul vivenciaram uma expressiva emigração, dada a grande expansão demográfica, as pequenas propriedades e os preços atrativos em novas frentes de colonização. Neste sentido, as migrações alemãs no estado, que desde o início do século estavam em franca expansão ao longo dos rios Caí, Jacuí, Pardo, Sinos e Taquari, passaram a se direcionar ao noroeste do Rio Grande do Sul, onde havia preços mais atrativos e a possibilidade de se inserirem em povoados com restrições étnicas e religiosas.

Neste contexto, tiveram relevância as colonizações de Neu-Württemberg<sup>3</sup>, fundada por Herrmann Meyer em 1898, e Serro Azul<sup>4</sup>, iniciado em 1902, fundada pela *Volksverein für die Deutschen katholiken in der Rio Grande do Sul*<sup>5</sup>. Ambas as colonizações foram fundadas com um recorte étnico voltado a alemães e seus descendentes, tendo a primeira um direcionamento para protestantes e a segunda para católicos. Todavia, nesta mesma época também é notável a expansão da colonização alemã para fora do Rio Grande do Sul, com o destaque para a fundação de Hohenau, no Paraguai, em 1900.

Mas este processo de colonização enfrentou significativas limitações durante a Primeira Guerra Mundial, especialmente a partir da declaração de guerra do Brasil à Alemanha, em 1917,

---

<sup>1</sup> Este trabalho tem como finalidade apresentar alguns dos resultados de nossa Dissertação de Mestrado: SAUSEN, João Vitor. Nação e nacionalização na fronteira: as relações político-culturais de Argentina e Brasil com os teuto-brasileiros de Puerto Rico e Porto Novo (1919 - 1945). 2022. 268 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022, p. 24.

<sup>2</sup> Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com bolsa CAPES/DS e sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Medianeira Padoin; Atualmente realiza o Doutorado Sanduíche como pesquisador visitante no Instituto Latino-Americano da Universidade Livre de Berlim/Alemanha, sob a orientação do Prof. Dr. Stefan Rinke, e subvenção de bolsa CAPES/PDSE; Bacharel, Licenciado e Mestre em História Pela UFSM; E-mail: [sausenjoaovitor@gmail.com](mailto:sausenjoaovitor@gmail.com).

<sup>3</sup> Atual município de Panambi, Rio Grande do Sul. Sobre o empreendimento de colonização, ver Rosane Marcia Neumann, na obra “Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)” (2016).

<sup>4</sup> Atual Cerro Largo, Rio Grande do Sul.

<sup>5</sup> Sociedade Popular para alemães católicos no Rio Grande do Sul. Sobre esta sociedade, ver Arthur Blásio Rambo, na obra “Somando forças: o projeto social dos jesuítas no Sul do Brasil” (2011).

quando foram impostas represálias para a população de origem alemã estabelecida no país. Com o final do conflito, por sua vez, foram fortalecidas novas frentes de colonização, especialmente em Santa Catarina e Misiones.

Ambas as localidades apresentavam características comuns para o contexto. Ao final do século XIX, a região esteve em disputa entre a Argentina e o Brasil, na chamada “Questão de Palmas”, resolvida em 1895 de forma favorável ao Brasil<sup>6</sup>. Todavia, quando a região de Misiones havia sido nacionalizada pelo governo argentino (1881), a província de Corrientes, a qual pertencia na época, realizou uma venda apressada de extensas faixas de terras, o que por vários anos dificultou iniciativas de colonização (Eidt, 1971).

No que diz respeito a Santa Catarina, a região oeste e serrana do estado também esteve em litígio com o estado do Paraná até 1917, de forma que por vários os empreendimentos de colonização tiveram como problemática a disputa de jurisdições sobre a região. Uma vez resolvidos os litígios e disputas internas, havia um grande interesse governamental em ocupar Misiones e Santa Catarina, bem como explorar suas capacidades produtivas.

Neste contexto, surgiram diversos empreendimentos de colonização com recortes étnicos voltados a alemães, como Monte Carlo (1920) e Puerto Rico (1919) em Misiones, e Porto Feliz (1922), Porto Novo (1926) e São Carlos (1926). Como empreendimentos contemporâneos, estes tiveram vínculos entre si, como a base em pequenas propriedades, bem como representaram continuidades de iniciativas anteriores. Neste sentido, é relevante citar a circulação de personagens como o padre jesuíta Max von Lassberg e o diretor de colonização Carlos Culmey.

Lassberg e Culmey conviviam no contexto da colonização do noroeste do Rio Grande do Sul, e, em 1919, partiram em conjunto para uma viagem de reconhecimento do Alto Paraná argentino, em vistas de identificar uma região adequada à um empreendimento de colonização. Antes da viagem, Lassberg atuava em meio a comunidades de origem alemã e italiana no estado, e Culmey atuou em diversas colonizações, entre as quais pode ser destacada a de Serro Azul. O resultado direto da viagem, por sua vez, foi a fundação das colonizações de Puerto Rico, direcionada a católicos de origem alemã, e Monte Carlo, para os alemães protestantes.

Em 1922, Lassberg retornou para o Brasil, atuando com relevância na *Volksverein*, com a qual participou da primeira expedição de visita às terras da futura colônia Porto Novo, junto a outros 30 colonos (Lassberg, 2002). Esta colonização era direcionada a alemães católicos, e foi estabelecida junto à fronteira com a República Argentina. Culmey, por sua vez, permaneceu

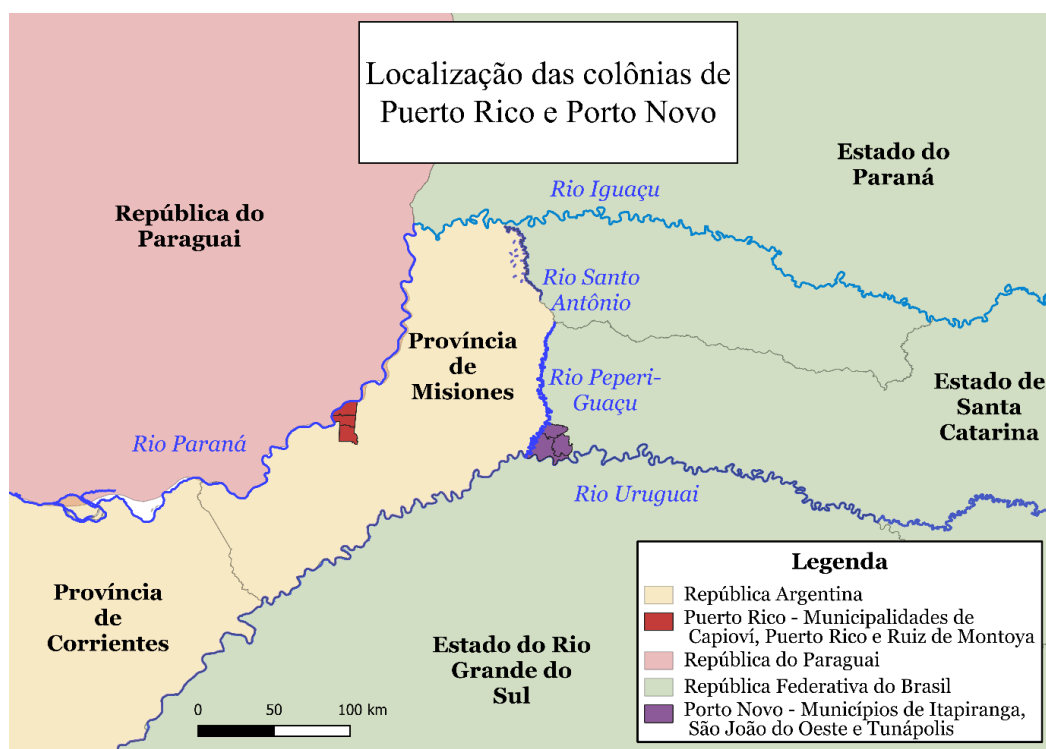
---

<sup>6</sup> Ver mais em: Adelar Heinsfeld (2007).

na administração das colonizações de Monte Carlo e Puerto Rico até a falência da empresa, e a incorporação da mesma à *Compañía Eldorado, Colonización y Explotación de Bosques S.A. Ltda.*, pertencente a Adolfo J. Schwelm, em 1924. Em 1926, passou a conduzir as colonizações da Companhia Territorial Sul, no oeste de Santa Catarina, entre as quais figuravam Palmitos, para alemães protestantes, e São Carlos, voltada a alemães católicos.

Como resultado de um mesmo contexto, Puerto Rico e Porto Novo apresentavam diversas características semelhantes. Ambas as colonizações eram voltadas a alemães católicos, como já mencionado, além disso, receberam majoritariamente migrantes oriundos da colônias velhas do estado do Rio Grande do Sul, e suas organizações internas estavam baseadas em um modelo de pequenas propriedades – as colônias -, cuja abertura partia de uma picada principal. A organização destes lotes estava baseada em um sistema que permitisse a formação de pequenos povoados, e que também garantia o acesso à cursos fluviais a todas as propriedades, conhecido como *waldhufendorf* (Eidt, 1971). No mapa a seguir estão representadas as localizações de ambas as colonizações, com um recorte a partir dos municípios atuais<sup>7</sup> decorrentes das mesmas:

**Figura 1** – Localizações atuais de Puerto Rico e Porto Novo



Fonte: SAUSEN, João Vitor, 2022, p. 24.

<sup>7</sup> Os territórios representados são, respectivamente, os das municipalidades de Capióví, Puerto Rico e Ruiz de Montoya (equivalentes à antiga colônia de Puerto Rico), e de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis (antiga colônia de Porto Novo).

## 2. A gradual inserção do Estado

Nos primeiros anos, a população de Porto Novo e Puerto Rico dependeu de si e da administração da colonização para o estabelecimento de instituições consideradas básicas, como a fundação de comunidades religiosas, as escolas, e a própria direção local. Se a última questão era vinculada, por questões práticas, à administração da colonização, a construção de igrejas e escolas (na maioria dos casos em um edifício único), coube à população, que as realizava através de obras cooperativas e voluntárias.

Mas, com o passar dos anos, a presença estatal nas localidades foi ampliada gradativamente, de forma que as instituições organizadas e geridas pela sociedade local passaram a coexistir com organizações de mesmo tipo, sob vínculo estatal. Todavia, várias delas foram substituídas de forma definitiva, ora por conveniência dos próprios habitantes, ora por pressão estatal. Este processo, de forma geral, pode ser classificado em dois contextos, a partir da fundação das colônias: a realidade em tempos de paz, onde as relações eram delineadas pelas necessidades do período e pelas possibilidades do Estado; e , após esta, com a proximidade da Segunda Guerra Mundial, e, mais tarde, a participação efetiva no conflito, quando as relações passaram a ser orientadas de acordo com as desconfianças para com as populações de origem alemã, sob o prisma de uma urgência na nacionalização destas. Estes dois contextos serão explorados a seguir.

### 2.1 *Em tempos de paz*

O estabelecimento de instituições públicas estatais perpassou a formação de uma administração, com a criação de uma Comissão de Fomento<sup>8</sup> em Puerto Rico e a alçada de Porto Novo à condição de Distrito<sup>9</sup>, ambos em 1932. Também possuem relevância, neste sentido, o estabelecimento de repartições de registro civil, forças policiais, unidades de correios e telégrafos, entre outras, que significavam uma gradual, e cada vez maior, presença do Estado em nível local.

No caso da administração local, através da Comissão de Fomento ou Intendência Distrital, estas organizações representaram igualmente uma formalização do poder de

---

<sup>8</sup> Formação administrativa local de menor categoria na República Argentina. Em termos práticos, era um conselho local que deliberava sobre um número limitado de questões, como certas obras públicas. Caso a população alcançasse mil habitantes, a Comissão de Fomento dava lugar à Municipalidade. Sobre este tema, ver María Silvia Leoni (2004).

<sup>9</sup> A localidade foi, até 1954, parte do município de Chapecó, Santa Catarina.

indivíduos locais. No entanto, ao longo das décadas de 1930, a partir de normativas cada vez mais restritivas à participação de estrangeiros nestas funções, foi constatada uma nacionalização destes cargos, e, até um cerceamento para a maior parte da população, com a imposição de requisitos de nacionalidade para a sua ocupação (Sausen, 2022).

Desta forma, é relevante que no caso de Puerto Rico, onde, segundo um estudo etnográfico conduzido por Maria Cecília Gallero (2018), cerca de 70% dos compradores de terra eram estrangeiros, as restrições a participação políticas destes representava uma exclusão da maioria da população. Ainda que em muitos casos esvaziadas de poder, estas organizações administrativas têm importância, pois eram compostas por indivíduos dotados de relevância local, que representavam a população no contato com as demais esferas do Estado, servindo de pontes e agentes dos discursos nacionais em nível local.

Mas o Estado não se fazia presente em nível local somente a partir do estabelecimento de instituições, pois tiveram relevância neste contexto as visitas de autoridades públicas. Um exemplo significativo foi a visita da caravana liderada pelo presidente do estado de Santa Catarina, Adolfo Konder, em 1929. Esta comitiva tinha como finalidade visitar, pela primeira vez, uma região distante do capital do estado, Florianópolis, cujo litígio com o Paraná havia sido resolvido há pouco. Neste esforço, documentaram a região<sup>10</sup>, e, através de uma relação dupla, representavam o país em nível local, de forma a construir um conhecimento sobre as localidades para o restante da nação, em uma espécie de “integração simbólica” (Flores, Serpa, 2005). Para Porto Novo, esta visita teve uma grande relevância, uma vez que a localidade tinha então menos de três anos de existência.

No caso de Puerto Rico, a proximidade com a capital Posadas permitiu que visitas de autoridades governamentais fossem realizadas com uma maior frequência, visto que o Rio Paraná permitia uma navegabilidade e a uma velocidade maior nestes contatos. Assim, estas iniciativas se somaram à presença contínua de instituições estatais em nível local na integração destas regiões e de sua população às perspectivas nacionais de cada país.

Além destes aspectos, as escolas também representaram um dos principais mecanismos da presença estatal, com uma importância fundamental para a nacionalização. Enquanto instituições nacionalizadoras por excelência, as escolas são centrais na difusão de perspectivas nacionais (Gellner, 2001). No meio migrante, havia uma já estabelecida tradição em erguer escolas, apenas com o ensino Primário (quatro anos), para garantir uma formação mínima às

---

<sup>10</sup> Há ao menos quatro registros da viagem realizados por membros oficiais da comitiva: José Arthur Boiteux (2005, p. 81-108. 267); Arthur Ferreira Costa (2005, p. 19-80); Othon Gama Lobo D’Eça (1992); Adolfo Konder (1929).

crianças<sup>11</sup>. O ensino, por sua vez, era realizado majoritariamente em alemão, com lições em português.

As estruturas das escolas, por sua parte, eram usualmente as capelas. Quando havia padres, normalmente no espaço das sedes paroquiais, eram eles que conduziam as atividades de ensino. Nas comunidades mais afastadas, esta função era exercida por algum membro mais instruído ou um professor vindo de fora. Este professor recebia um soldo da comunidade, sendo para ele cedida uma residência e um pequeno lote de terras, de onde deveria complementar o seu sustento e o de sua família. Junto às atividades de ensino, o professor também cumpria uma importante tarefa de liderança na comunidade onde se inseriu, atuando assim na mediação de conflitos e no controle da moral social (Eidt, 1999).

Mas estas estruturas auto-organizadas pela comunidade local sofreram significativas transformações a partir da gradual inserção do Estado. Em Puerto Rico, havia uma escola pública desde o início a partir da cessão de uma estrutura pela companhia colonizadora (Gallero, 2009). Já em Porto Novo, até 1938, havia apenas escolas auto-organizadas pela população. A presença estatal neste meio se resumia ao subsídio a algumas destas escolas, sem, no entanto, prescindirem de uma grande capacidade de orientação sobre as diretrizes delas.

Todavia, no ano de 1938 foram instaladas em Porto Novo e Puerto Rico duas escolas controladas por congregações religiosas, a da Divina Providência, na primeira, e a San Alberto Magno, na segunda. Mas, para o caso de Porto Novo, também houve naquele ano mudanças drásticas na questão do ensino, notadamente a partir de iniciativas de nacionalização conduzidas pelo governo do estado de Santa Catarina.

Desde 1935, o governo de Santa Catarina, assumido naquele ano por Nereu Ramos, implantava gradualmente políticas nacionalizadoras no ensino. Mas, em 1938, após restringir a atuação e direção em escolas por estrangeiros, bem como proibir o ensino em língua alemã, o governo fechou todas as escolas de Porto Novo, decretando também a estatização de suas estruturas, e a reorganização do ensino local sob suas diretrizes. A partir de então, a única escola privada que restou em Porto Novo foi a das Irmãs da Divina Providência, que teve de se adaptar às regras vigentes, como a remoção da diretora, a Irmã Tabita, que era alemã.

Todavia, a imposição estatal não representou uma aceitação completa por parte da população. Com a aplicação da estatização, a paróquia seguiu uma ordem do Prelado, em um protesto à perda das estruturas e também do controle sobre o ensino, transmitida a partir de um

---

<sup>11</sup> Sobre o tema do ensino no meio imigrante alemão, ver: Lúcio Kreutz (2011, p. 285-307). Com relação ao tema, para a realidade específica de Porto Novo, ver: Paulino Eidt (2018, p. 12-28; 1999).

telegrama: “sino dobre finado três dias cada semana; reúna povo todas as noites rezar terço intenção escola e governador mude parecer”<sup>12</sup>. O protesto foi em vão, mas demonstra como a questão do ensino foi demarcada por um conflito entre o governo do estado, os padres jesuítas (responsáveis pela paróquia) e parte da população em nível local.

Mas este conflito não é restrito ao contexto de estatização, pois também se estendeu ao longo dos anos seguintes, com contínuas resistências à professores ou inspetores enviados pelo governo estadual, bem como no cumprimento das diretrizes para o ensino, que implicavam em fechamentos temporários de escolas. Um exemplo significativo é o da posse do professor Bernardino Moraes na escola de Linha Baú em 20 de maio de 1945<sup>13</sup>. Na época, Moraes foi desqualificado pelos religiosos por ter sido acusado de ter atuado como motorista na empresa *Serrana*, bem como com manifestações de resistência ao seu nome. Esta ação surtiu efeito, uma vez que oito dias depois Moraes deixou a localidade<sup>14</sup>.

Em Puerto Rico, por sua vez, as escolas auto-organizadas pela população seguiram existindo até depois fim da Segunda Guerra Mundial, sem, no entanto, representar uma relação desprovida de conflitos. Isto porque o ensino em língua alemã passou a ser proibido durante a guerra, mas professores de escolas como a da Linha Mbopicuá se recusaram a cumprir a proibição, resultando em clausuras contínuas pelo governo de Misiones<sup>15</sup>. Neste contexto, já perduravam as limitações impostas durante a Segunda Guerra Mundial, quando as populações locais passaram a ser observadas sob o prisma de indivíduos vinculados a um estado agressor ou com intenções imperialistas.

## 2.2 A Segunda Guerra Mundial

A partir da desconfiança para com os interesses imperialistas alemães na América do Sul, e, em seguida à realidade da Segunda Guerra Mundial, a relação dos estados da Argentina e do Brasil com os habitantes de Puerto Rico e Porto Novo passou a ser orientada sob um novo prisma. Neste sentido, é, outra vez, o ano de 1938 significativo para este horizonte. Naquele ano, denúncias sobre um suposto plano de anexação alemão da Patagônia com o auxílio da

---

<sup>12</sup> Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 15.

<sup>13</sup> Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 29.

<sup>14</sup> Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 29.

<sup>15</sup> Archivo General De Gobernación De Misiones, Argentina. Serie E, 1939, n. 8, f. 305. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>.

Acesso em: 01 nov. 2021; Archivo General De Gobernación De Misiones, Argentina. Serie E, 1939, n. 8, f. 594. Disponível em:

<https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>.

Acesso em: 01 nov. 2021.

população imigrante naquela região<sup>16</sup>, e a participação de alemães na tentativa de golpe de estado a Getúlio Vargas promovida por participantes da extinta AIB (Ação Integralista Brasileira), fez reascender o espectro do perigo alemão. Este, levava grande desconfiança para com as populações de origem alemã, e se baseava em uma ideia de fidelidade que teriam para com a Alemanha, especialmente pela dificuldade em se integrarem aos países receptores (mesmo quando já se tratava da terceira geração no país)<sup>17</sup>.

Na Argentina, uma das principais consequências do chamado “Affair da Patagônia” foi o estabelecimento da *Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas*, responsável por investigar supostos atos antinacionais realizados no seio da nação. Ainda que tivesse um alcance amplo, a comissão era especialmente direcionada às populações de origem alemã no país, a fim de investigar supostas atividades nazistas na Argentina, e possíveis colaborações com o país beligerante. Neste sentido, foram elaborados diversos dossiês sobre a realidade de Misiones, que incluem relatórios sobre Puerto Rico.

Com relação à Porto Novo, a principal medida em razão da desconfiança para com a população local foi tomada apenas em 1942, quando, em um contexto de relações diplomáticas do Brasil rompidas com a Alemanha, foi enviado para a localidade um contingente da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, então força policial federal. Assim, a Brigada Militar passou a vigiar a população local, conduzindo atividades repressivas, que envolveram a proibição de qualquer manifestação em língua alemã a partir daquele ano.

Quando as relações entre a Alemanha e o Brasil estavam ainda mais recrudescidas, em agosto de 1942 – especialmente com a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, no dia 31 daquele mês-, vários cidadãos alemães foram presos, e alguns optaram por fugir, seja para outras regiões do Brasil, ou para a Argentina (Rohde, 2011). Os que fugiram para a Argentina passaram a ser chamados de “Coluna dos 13”, e eram conformados por um grupo de cidadãos alemães que residiam na localidade e buscavam escapar de uma possível prisão naquele contexto (Jungblut, 2011).

Apesar da numeração, os que empreenderam a fuga com sucesso eram onze, tendo se reunido a eles outros três integrantes, Maria Dietz, e seus dois filhos, que se somaram ao marido, Josef, a partir de novembro daquele ano. Na Argentina, os exilados se direcionaram para localidades como Oberá e San Pedro, tendo tido trajetórias diversas. A família Dietz (à exceção

---

<sup>16</sup> Ver mais em Germán Friedmann (2010).

<sup>17</sup> Ver mais em: René Ernan Gertz (1998).



de um dos filhos), por sua vez, e Wendling Kober, permaneceram em definitivo no país. Kober, por sua parte, havia se estabelecido em Puerto Rico.

Neste contexto de guerra e de grande desconfiança para com os habitantes de origem alemã em Porto Novo, a Brigada Militar também foi responsável, em fevereiro de 1943, pela expulsão de todos os cidadãos alemães e romenos da localidade. Todavia, havia exceções, como os casos de acamados, e aqueles casados com brasileiros, mas, para a maioria dos habitantes destas nacionalidades, a ordem representou desfazerem-se de seus bens e rumarem para região de Xanxerê – a 150 quilômetros de lá - em um prazo de dez dias.

O objetivo da remoção de estrangeiros era fazer cumprir, a partir da interpretação própria, o Decreto-Lei 1.164 de 18 de março de 1939<sup>18</sup>, que estabelecia que concessões de terras para estrangeiros a até 150 quilômetros da linha de fronteira necessitavam de autorização do Conselho de Segurança Nacional. Além disso, a venda das faixas de até 30 quilômetros estavam vedadas à estrangeiros.

Todavia, apesar de algumas famílias deixarem a localidade, a ordem de expulsão foi revertida, e estas puderam retornar. Este episódio, por sua vez, é importante para perceber como as instituições estatais locais também direcionavam ações de nacionalização e repressão com base em tomadas próprias de decisão. A expulsão de estrangeiros tinha como finalidade garantir a segurança do espaço fronteiriço, mas era desprovida de base legal substancial.

Em Porto Novo e na região adjacente, a Brigada Militar também tratou de perseguir ex-integrantes da Ação Integralista Brasileira, como Anton Kliemann e Adão Eidt, que foram presos e torturados. Pesava sobre eles a acusação de terem traficado armas a partir da República Argentina, em um esforço de armar um levante contra o governo de Getúlio Vargas em 1938. O caso, levado ao Tribunal de Segurança Nacional, acabou sendo indeferido e os réus inocentados (Mayer, 2016, 2017).

Com relação à perseguição dos integralistas, é importante compreender que estes passaram a ser gradualmente percebidos como um braço do nazismo no Brasil, apesar de existirem várias contradições entre suas ideologias. Mas esta aproximação, realizada pelo governo brasileiro, auxiliava a combater aquele grupo opositor, uma vez que classificados enquanto nazistas, constavam como inimigos do país, e poderiam ser alvos de várias ferramentas de repressão, como o próprio Tribunal de Segurança Nacional.

---

<sup>18</sup> BRASIL. Decreto-Lei Nº 1.164, de 18 de março de 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1164-18-marco-1939-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 09 set. 2021.

Outro ponto, que é comum com a realidade argentina, é o de que neste contexto ‘nazismo’ e ‘alemães’ passaram a constar como termos sinônimos em diversos documentos, o que implicava em generalizações por parte das esferas estatais (Sausen, 2022). Assim, a nacionalização, as atividades de repressão e as políticas de segurança no contexto de guerra estavam profundamente vinculadas, e, muitas vezes se confundiam.

### **Considerações finais**

As perseguições que tiveram lugar em Porto Novo representam faces mais extremas do período, que pouco foram percebidas na realidade de Puerto Rico. Nesta, perduraram limitações a atividades culturais vinculadas à comunidade de origem alemã, como em festas, na fala cotidiana do alemão e no uso desta língua em cultos religiosos. De forma geral, como a Argentina resistiu até as últimas oportunidades a declarar guerra contra a Alemanha, sua população de origem alemã teve uma liberdade muito maior do que no Brasil, fazendo com que este país inclusive se tornasse um refúgio, como observado no caso da “coluna dos 13”.

Todavia, independente das diferenças de cada contexto, as bases estabelecidas na época, com uma presença cada vez maior de instituições estatais, ou o fortalecimento daquelas que já estavam presentes, foram responsáveis pela integração das gerações seguintes às perspectivas nacionais. Ainda que tenha se fortalecido a integração destes habitantes, na atualidade ainda sobrevivem dialetos e vínculos dos imigrantes entre a Argentina e o Brasil, demonstrando as conexões históricas, bem como a possibilidade de convivência de culturas minoritárias com aquelas oficiais, ditadas pelo Estado-Nação e disseminadas por suas instituições.

### **Referências**

- EIDT, Robert. **Pioneer settlement in Northeast Argentina**. Madison/Milwaukee/London: The University of Wisconsin Press, 1971.
- FLORES, Maria Bernardete Ramos; SERPA, Élio Cantalício. A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina. **CEOM**. A viagem de 1929: oeste de Santa Catarina, documentos e leituras. Chapecó: ARGOS, 2005, p. 129-150.
- FRIEDMANN, Germán. **Alemanes antinazis en la Argentina**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.
- GALLERO, María Cecilia. **Con la patria auestas: la inmigración alemana-brasileña en la Colonia Puerto Rico, Misiones**. Buenos Aires: Araucaria Editora, 2009.
- GALLERO, María Cecilia. La cartografía etnográfica: una metodología para el estudio del poblamiento de Misiones, Argentina. **Vivência**, Natal, n. 52, p. 14-39, 2018.
- GELLNER, Ernest. **Naciones y nacionalismo**. Madrid: Alianza Editorial, 2001.

GERTZ, René E. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

JUNGBLUT, Roque. **Porto Novo**: um documentário histórico. Porto Alegre: Letra & Vida, 2011.

MAYER, Leandro. **“O triste fim de Anton Kliemann”**: a campanha de nacionalização e seus desdobramentos no oeste de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016.

MAYER, Leandro. **O retrato da repressão**: as perseguições a alemães no Oeste de Santa Catarina durante o Estado Novo (1937-1945). São Leopoldo, Brasil: Oikos, 2017.

SAUSEN, João Vitor. **Nação e nacionalização na fronteira**: a integração dos teuto-brasileiros de Porto Novo (Brasil) e Puerto Rico (Argentina) – 1919 a 1945. Itapiranga: Schreiber, 2022.

SAUSEN, João Vitor. **Nação e nacionalização na fronteira**: as relações político-culturais de Argentina e Brasil com os teuto-brasileiros de Puerto Rico e Porto Novo (1919 - 1945). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.

### Fontes

**Archivo General de Gobernación de Misiones**. Disponível em: <https://www.archivodigital.misiones.gov.ar/ConsultaDecretos/TerritorioNacional/CorrespondenciaResults>.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 1.164, de 18 de março de 1939**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1164-18-marco-1939-349147-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 09 set. 2021.

LASSBERG, Max von. **Reminiscências**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

**Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga**, Itapiranga.

ROHDE, Maria Wiersch. **Espírito Pioneiro**: a herança dos antepassados. Tradução de Heidi Collischonn Biehl. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011.

# Perspectivas de relações culturais sob o olhar de um representante consular

Douglas Márcio Kaiser<sup>1</sup>

Rosemari Lorenz Martins<sup>2</sup>

## Introdução

Em 1824, os primeiros imigrantes alemães chegaram às terras brasileiras, estabelecendo-se na cidade de São Leopoldo, Rio Grande do Sul (RS). Outros grupos de imigrantes, de outras etnias, também vieram para o Brasil, contribuindo para a formação cultural brasileira. Em relação à imigração alemã, com grande concentração no sul do Brasil, nos Estados do Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS), prosperou a criação de muitas sociedades culturais, empresas, associações e estabelecimento de órgãos consulares. Entretanto, anterior ao ano de 1824, pesquisadores, exploradores e até mesmo aventureiros e curiosos de origem alemã já haviam passado por terras brasileiras.

Nos primeiros grupos de imigrantes, conforme relatam Arendt, Witt e Weimer (2013), estavam muitos agricultores, artesãos e soldados. Tal composição, segundo os autores, ocorria pelos seguintes propósitos, traçados pelo Império do Brasil em relação à imigração proveniente da Europa:

[...] criar e dinamizar um mercado interno; contrabalançar o poder dos grandes proprietários rurais; incentivar o desenvolvimento das pequenas manufaturas, que deveriam se transformar em médias e grandes indústrias; substituir, aos poucos, a mão-de-obra escrava africana; e fornecer homens para lutar nas guerras que o Brasil travou ao longo do século XIX. (Arendt; Witt; Weimer, 2013, p. 135).

Como anteriormente mencionado, o Rio Grande do Sul absorveu muitos contingentes de imigrantes alemães e, por conta disso, desde 1871, foi estabelecido um Consulado Alemão na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do RS. Com alguns períodos de interrupção das atividades, motivados pela I e pela II Guerra Mundial, desde 1952 o Consulado Alemão em Porto Alegre mantém atividade ininterrupta e, a partir de 1969, foi elevado à categoria de Consulado Geral.

Considerando esse contexto histórico e a disponibilidade do então Cônsul Geral, Dr. Milan Andreas Simandl (que atuou entre 2020 e 2023 em Porto Alegre), realizou-se uma entrevista em julho/2023, de forma presencial, objetivando entender a visão de um

---

<sup>1</sup> Doutorando e Mestre em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade FEEVALE, Novo Hamburgo, RS. E-mail: [douglas.mkaiser@gmail.com](mailto:douglas.mkaiser@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Letras. Docente na Universidade FEEVALE. E-mail: [rosel@feevale.br](mailto:rosel@feevale.br).

representante consular em relação às relações culturais. Em razão da atuação do Cônsul Geral Milan Simandl em países como Alemanha e República Tcheca (Europa), Uzbequistão (Ásia), Burkina Faso (África), Iraque (Oriente Médio) e Brasil (América do Sul), pretendeu-se ainda entender diferenças entre culturas, características que se sobressaem, desafios a serem enfrentados, qual a importância das trocas culturais entre países e perspectivas das relações culturais.

A entrevista oral com o Cônsul Geral foi gravada e posteriormente degravada, mencionando o acompanhamento de intérprete do idioma alemão no momento da coleta de dados. O primeiro ponto a ser abordado trata de diferentes relações entre Brasil e Alemanha, seguido da abordagem sobre as relações entre países, baseando-se na entrevista com o Cônsul Geral.

### **1. As relações entre Alemanha e Brasil**

As relações entre Brasil e Alemanha, em meados do século XIX, não eram tão intensas quanto hoje, mas ganharam relevância a partir da vinda da família imperial ao Brasil, em 1808, como relata Gomes (2013), mencionando medidas como a abertura dos portos às nações estrangeiras; a liberdade de comércio e à indústria manufatureira no Brasil; a abertura de estradas e outras ações. O autor menciona também que a chegada da família real possibilitou um fenômeno que ele classificou como “[...] a redescoberta do Brasil pelos estrangeiros nesse período” (Gomes, 2013, p. 65). Entre os estrangeiros, encontravam-se alemães, e sobre esse termo convém uma explicação.

Rodeghiero (2013), fazendo referência ao estudo de Rambo (2005), comenta que em boa parte do século 19, quando ocorreram ondas de imigração alemã para a América latina, inclusive para o Brasil, a Alemanha – em termos de nação – como a conhecemos atualmente, ainda não existia; prevalecia uma identidade comum, expressa principalmente no que foi chamado de “ordem alemã”, e a língua era um dos fatores de identificação. Essa “ordem” não tinha vínculos políticos – jurídicos com os imigrantes e era representada por uma tradição cultural comum. Rodeghiero (2013) ressalta que a “Alemanha” daquela época era uma série de ducados, condados, principados e outras forma de Estados semiautônomos.

Conforme Gomes (2013), entre a vida da família real ao Brasil e a independência, os estrangeiros presentes em terras brasileiras podem ser classificados em cinco categorias: 1 - comerciantes e homens de negócios; 2 - nobres, diplomatas e funcionários do governo; 3 -

cientistas e pesquisadores; 4 - pintores e paisagistas e finalmente, 5 - aventureiros. Relata Gomes (2013, p. 67):

Em todas elas despontam personagens de origem alemã, como Eschwege e Varhagen, os naturalistas bávaros Karl Friedrich Philipp Von Martius e Johann Baptist von Spix, os pintores Thomas Ender e Johann Moritz Rugendas e o músico Sigismund von Neukomm, discípulo do compositor austríaco Franz Joseph Haydn e professor do futuro imperador Pedro I do Brasil.

Além de medidas como as citadas anteriormente, conforme relata Gomes (2013), D. João buscou promover as artes, a cultura e algum refinamento e bom gosto nos hábitos da colônia portuguesa. Foi o que o historiador Jurandir Malerba nomeou como empreendimento civilizatório, ideia corrente à época, devido à cultura eurocêntrica daquele momento histórico.

Sobre a presença da família real no Brasil, Kaiser (2023) relata que um importante fato da época foi o casamento do então príncipe e futuro imperador do Brasil, Pedro I, com a princesa Leopoldina, do Império Austro-Húngaro. Posteriormente, já como imperatriz brasileira, D. Leopoldina foi uma figura fundamental no incentivo à imigração de alemães para o Brasil.

Lisboa (2013) cita vários pesquisadores que estiveram no Brasil na época inicial da imigração e da independência do Brasil e também na época do Segundo Império. Menciona personagens como Von Eschwege, protagonista de investigações cartográficas e geográficas; Von Langsdorff, responsável por expedição de circum-navegação na costa brasileira; Alexander Von Humboldt, conhecido pela abordagem de caráter científico aliada ao estilo romântico da época; Carl Martius e Johann Baptist, que produziram uma extensa obra sobre o Brasil; e Moritz Rugendas, pintor responsável por imortalizar em desenhos os resultados das pesquisas realizadas por expedições científicas.

Lisboa (2013) comenta que estudos e pesquisas produzidos na época oitocentista contribuíram para a formação de um grande campo de conhecimento; ocorreram muitas trocas científicas e culturais. Entretanto, consoante Lisboa (2013), essas trocas e relações nem sempre foram equilibradas, pois houve muitos silenciamentos e ocultamentos de classes e pessoas, em especial por conta visão eurocêntrica predominante na época. Diz Lisboa (2013, p. 91) que “Nessas minuciosas descrições revelam-se preconceitos escorados numa visão eurocêntrica baseada em um sistema binário de civilização e barbárie, cultura e natureza, progresso e atraso”.

Retornado ao tema imigração, em busca de novas oportunidades, muitas pessoas partiram da Europa e outras partes do mundo, inclusive da Alemanha, para uma nação diferente. A chegada às terras brasileiras não foi livre de dificuldades, como se constata na seguinte afirmação de Ribeiro (2015, p. 320): “A primeira geração de imigrantes enfrentou a dura tarefa de subsistir enquanto abriam clareiras na mata selvagem [...]”. Já Seyferth (1994) comenta que

a primeira colônia alemã no Brasil foi implantada na Bahia, todavia, essa tentativa não foi exitosa. Em função disso, muitos historiadores e a população teuto-brasileira<sup>3</sup> entendem que o marco inicial da chegada dos primeiros imigrantes germânicos é a data de 25 de julho de 1824, em São Leopoldo. Seyferth (1994, p. 13) diz que “a característica mais peculiar dessa imigração é ter-se concentrado em poucas regiões, em alguns casos formando colônias etnicamente homogêneas [...]”.

Ribeiro (2015) diz também que os primeiros imigrantes criaram núcleos em uma sociedade muito diferente e isso contribuiu para a formação das próprias vidas em um modo muito similar ao país de origem, com tradições, ensino e religião, salientando-se ainda o domínio tardio do idioma português. Ribeiro (2015) menciona a formação de “ilhas de população gringa” nos centros dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e áreas de Estados vizinhos.

A respeito das contribuições dos imigrantes para a cultura e para a história do Brasil, relata Dreher (2013, p. 133):

Trouxe um novo modelo econômico, baseado no trabalho do agricultor livre e na pequena propriedade. Lançou os fundamentos dos pequenos municípios do Brasil meridional, autossuficientes, autossustentáveis. Criou uma tradição escolar, fazendo das regiões povoadas por imigrantes as mais alfabetizadas do país e as de maior difusão de livros e jornais. Culturalmente, lançou as bases de uma infinidade de associações dedicadas ao ensino, canto, teatro e música.

Do ponto de vista político-administrativo, a unificação dos Estados alemães em 1871, conforme Kupfer e Bolle (2013, p. 161), “[...] criou uma base para uma organização mais ampla e mais dinâmica das relações com os outros países”. Ainda segundo Kupfer e Bolle (2013), o estabelecimento de relações comerciais com países da América do Sul tornou o Brasil um importante parceiro comercial da Alemanha. Estados Unidos e Alemanha disputavam a hegemonia das relações com o Brasil. Para se ter uma ideia da importância da Alemanha na década de 1930, a participação do país nas importações brasileiras era da ordem de 25%, fato que foi prejudicado posteriormente com a política de nacionalização do governo Vargas e com o advento da Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil se posicionou ao lado dos Aliados.

Os vínculos diplomáticos, segundo Abdenur (2015), foram retomados a partir de 1951 e, pouco tempo depois de sua reconstrução no pós-guerra, a Alemanha retomou lugar de destaque nas relações comerciais com o Brasil. Abdenur (2015) refere que as relações a partir

---

<sup>3</sup> Termo que se atribui aos grupos de descendentes de alemães que colonizaram, desde o segundo XIX, espaços destinados no Brasil para esse fim.

da Segunda Guerra não se limitaram ao campo econômico, mas também político, diplomático e de intercâmbio; destaca-se a amplitude das relações. Abdenur (2015, p. 27) afirma:

A interação entre os dois países abarca um larguíssimo campo de atividades, que vai desde o diálogo político, passando por temas de comércio, finanças, investimentos, até as mais variadas questões da atualidade: energia, agronegócio e segurança alimentar, biotecnologia, tecnologias da informação, atividades espaciais, meio ambiente, mudança climática, educação técnica e superior, cooperação técnica, reforma das organizações internacionais, ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

No Rio Grande do Sul, de acordo com o Portal Passaporte Alemão (2021), o Consulado Alemão existe desde 1871 e, a partir de 1884, passou de consulado honorário para consulado completo. Teve atuação até 1917, quando foi interrompida até 1921, por conta da Primeira Guerra Mundial. Depois de nova atuação, foi novamente fechado em 1942, por conta dos rompimentos diplomáticos decorrentes da Segunda Guerra Mundial, com relações restabelecidas a partir de 1952 e transformação em Consulado Geral a partir de 1969.

A representação consular sediada em Porto Alegre tem como principal atividade a interlocução em termos de relações comerciais; negócios; pesquisas; intercâmbios acadêmicos; trocas de conhecimentos e relações diplomáticas propriamente ditas. De 2020 até agosto de 2023, o Cônsul Geral da Alemanha para RS e SC foi o Dr. Milan Andreas Simandl, representante consular que concedeu entrevista para a realização deste artigo. O cônsul que assumiu o posto em agosto de 2023 chama-se Marc Olivier Bogdahn.

## **2. Relações culturais entre países**

A entrevista com o Sr. Milan Simandl ocorreu de forma presencial em julho/2023, na sede do próprio Consulado Geral em Porto Alegre. Antes da apresentação dos dados obtidos com a entrevista, convém apresentar a trajetória diplomática do Sr. Simandl. Sua carreira iniciou em 1994, com a entrada no serviço diplomático. De 1996 a 1998, a atuação ocorreu no Uzbequistão, na Ásia. A segunda experiência internacional ocorreu em Burkina Faso, na África, de 2002 a 2005. Posteriormente, de 2011 a 2014, trabalhou na República Tcheca, na Europa. No Oriente Médio, a atuação ocorreu no Iraque, de 2014 a 2016. Foi designado para o Brasil a partir de 2020, permanecendo até agosto de 2023, com posterior transferência para São Petersburgo, na Rússia, em 2023. Os períodos entre as experiências internacionais foram de atividades diplomáticas no próprio país natal, Alemanha.

O objetivo central da pesquisa foi entender a visão do Cônsul Geral a respeito das relações culturais entre países. Diante disso, apresenta-se brevemente o conceito de cultura.



Laraia (2001) diz que, no século XVIII, o termo germânico *kultur* simbolizava todos os aspectos espirituais de uma comunidade; enquanto o termo francês *civilization* simbolizava as realizações materiais de um povo. Esses termos foram sintetizados por Edward Tylor, no vocábulo inglês *culture*, significando conhecimentos, crenças, arte, moral, enfim, as possibilidades de realização e aprendizado dos homens.

Santos (2006) diz que cultura se relaciona ao estudo, à formação escolar, a manifestações culturais, à comunicação, a festas e cerimônias, a lendas e crenças, ao modo de vestir e à gastronomia. De acordo com Santos (2006, p. 24), existem duas concepções distintas de cultura, como segue: “a primeira dessas concepções preocupa-se com todos os aspectos de uma realidade social. Assim, cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação, ou então de grupos no interior de uma sociedade”. Já a segunda envolveria o conhecimento, ideias e crenças, assim como suas inter-relações na vida social.

Dr. Milan respondeu a uma série de perguntas, sendo que a primeira foi: considerando suas atuações diplomáticas, o que o senhor poderia dizer quanto às características culturais que se sobressaem nos países em que você atuou como diplomata, como cônsul? Sobre isso, as respostas obtidas foram que existem muitas semelhanças mas igualmente muitas diferenças. Na Ásia Central, no Uzbequistão, Dr. Milan destacou que o povo local, onde existe influência turca, tem muitas semelhanças com o do Brasil, por conta de manter variantes da língua alemã (dialetos), religião e música. Em Burkina Faso, na África, Dr. Milan destacou a importância que as pequenas comunidades e as relações familiares têm no âmbito das relações gerais. Quanto à República Tcheca, existem muitas similaridades com a cultura alemã. A atuação no Iraque, por sua vez, foi prejudicada por conta das questões de segurança (conflitos internos do país). Quanto ao Brasil, Dr. Milan destacou a diversidade cultural existente.

Quando questionado sobre os desafios nas relações culturais, o Cônsul Geral mencionou os preconceitos que podem surgir, salientando que é necessário entender as culturas. Dr. Milan destacou que, sem conhecer outras culturas com as quais nos relacionamos, ficamos prejudicados nos relacionamentos e a comunicação. A respeito de preconceitos, a abordagem sobre identidade é necessária, pois o termo está relacionado. Assim, um dos conceitos de identidade é:

A filosofia contemporânea – principalmente a fenomenologia – tem tratado essa questão como o fundamento do ser: a identidade é o que permite ao sujeito tomar consciência de sua existência, o que se dá através da tomada de consciência de seu corpo (um estar aí no espaço e no tempo), de seu saber (seus conhecimentos sobre o mundo), de seus julgamentos (suas crenças), de suas ações (seu poder fazer). A identidade implica, então, na tomada de consciência de si mesmo. Mas para que ocorra a tomada de consciência, é necessário que haja diferença, a diferença em relação a um outro (Charaudeau, 2009, p. 309).

Na construção da identidade, conforme Charaudeau (2015), não existe como tomar consciência de si próprio sem a percepção do outro, do diferente; esse é o princípio da alteridade. Entretanto, essa noção do outro “diferente” evoca também um sentimento de “ameaça”, do “outro ser superior” e, justamente, por isso a percepção de diferença normalmente vem acompanhada de um pensamento negativo, como se identifica no trecho seguinte:

Trata-se da sobrevivência do sujeito. É como se não fosse suportável aceitar que outros valores, outras normas, outros hábitos – senão os próprios – fossem melhores ou que simplesmente existissem.  
Quando esse julgamento se consolida e se generaliza, ele se torna o que chamamos tradicionalmente de estereótipo, clichê, preconceito (Charaudeau, 2015, p. 19).

Os estereótipos, de acordo com Charaudeau (2015, p. 19), funcionam como uma espécie de proteção (por conta da “ameaça” do outro pela sua diferença), mas também como um fenômeno de refração/reflexão, pois o julgamento feito em relação ao outro diz algo sobre este, deformando-o (refração) e, de forma recíproca, esse julgamento diz algo sobre mim. É possível então imaginar o estranhamento que culturas diferentes podem causar quando ocorrem relações entre si, como no caso da resposta do Sr. Milan.

Em contraponto aos desafios, questionou-se sobre a importância das relações culturais e, nesse caso específico, a resposta do Dr. Milan foi de que a língua é um fator fundamental. O Cônsul mencionou o inglês como uma língua utilizada mundialmente, enquanto outras línguas como o finlandês, o húngaro, por exemplo, tem uso mais restrito. Nesse sentido, ao mencionar Saussure<sup>4</sup>, Lunardi e Kraemer (2005, p. 9) conceituam língua como “[...] um sistema de signos que, por sua vez, significa um conjunto de unidades que estão organizadas formando um todo, ou seja, uma língua é um processo cujos termos são todos solidários, em que o valor de um não resulta senão da presença simultânea dos outros”. Lunardi e Kraemer (2005, p. 19) ainda afirmam que “cada comunidade de homens serve-se de um sistema de linguagem, ou língua, cuja propriedade essencial é atingir uma compreensão comum, concretizada na língua”. A fala do Dr. Milan, quando menciona que o ideal seria entender outras línguas, apropriar-se, relaciona-se, de certo modo, com a citação de Lunardi e Kraemer (2005, p. 20): “É pelo exercício da linguagem, pela utilização da língua, que o homem constrói a sua relação com a natureza e com os outros homens”. As autoras citadas também dizem que os atos de linguagem individuais proporcionam a relação do indivíduo com uma coletividade, fortalecendo o processo de formação de identidades. A língua, portanto, é um fator de relacionamento social; é uma forma de comunicação que permite identificação, compreensão e posicionamentos.

---

<sup>4</sup> Ferdinand Saussure, suíço considerado um dos mais importantes linguistas da história.

Lunardi e Kraemer (2005, p. 30) comentam que “[...] a identidade é marcada por símbolos, ou seja, ocorre uma relação entre a identidade da pessoa e o que ela usa, assim como, ela também é relacional”. Mencionam que, por exemplo, a existência de uma identidade brasileira pressupõe a existência de outras identidades.

A língua é, na opinião das autoras, um elemento fundamental na formação das identidades nacionais. Segundo Lunardi e Kraemer (2005, p. 30), as línguas “[...] apelam para mitos que as fundamentem, pois sua identidade precisa ser inventada, imaginada em torno de um determinado agrupamento, vindo, assim, a criar laços imaginários que liguem pessoas, pois, de outra forma, seriam apenas indivíduos isolados”. Além das línguas, outros símbolos expressam identidades nacionais, como brasões, hinos e outros aspectos culturais.

Nas colocações feitas pelo entrevistado, são perceptíveis as menções à importância da língua, ao relacionamento possível mas também aos preconceitos e estereótipos que possam surgir, afinal, as diferenças são muitas vezes latentes. Charaudeau é um dos autores citados que trata de questões a respeito de diferença. Cada país onde o Cônsul Geral exerceu funções tinha linguagens específicas, idioma diferente, mas também dialetos variantes da língua alemã, fato enfatizado pelo entrevistado.

Ao ser questionado sobre as perspectivas de relação entre Alemanha e Brasil, Dr. Milan enfatizou a importância das relações comerciais, que é um fato presente desde o início do processo de imigração e com grande importância na relação entre os dois países. Mas o Sr. Simandl também considera a cooperação cultural como um ponto positivo.

A pergunta final referiu-se às comemorações do Bicentenário da Imigração Alemã no Brasil, em 2024. Dr. Simandl enfatizou ser uma data comemorativa marcante, entretanto, com movimentos maiores no Brasil, lamentando que na Alemanha não tenha a mesma ênfase. Reforçou ainda que o Rio Grande do Sul tem se destacado em termos deste movimento do Bicentenário, inclusive com participação efetiva do Estado, de associações e entidades representativas de diferentes segmentos.

A consideração final do Dr. Simandl para a entrevista referiu-se à adaptação da língua alemã por meio de dialetos locais, presentes nos diferentes países em que o Cônsul desempenhou atividades diplomáticas. Demonstrados os principais resultados provenientes da entrevista, apresentam-se as considerações finais.

## **Considerações finais**

O Brasil, especialmente a partir da vinda da família real portuguesa, em 1808, passou a ser destino de muitas pessoas, oriundas de diferentes partes do mundo e nacionalidades. Motivadas por necessidades existentes em seus locais de origem e com a oportunidade de refazer ou iniciar uma vida nova em uma nação e território novos, indivíduos originários de países da Europa, Ásia, África e de outras partes do mundo escolheram o Brasil como destino, em diferentes épocas e contextos históricos.

Tal qual outras origens, imigrantes alemães atravessaram o Oceano Atlântico, trazendo em sua bagagem não apenas itens pessoais e necessário ao início da nova vida mas também sonhos, costumes, anseios, perspectivas e cultura. Aqui no Brasil, por uma série de fatores, mantiveram muitos desses costumes e de sua cultura originária mas também contribuíram para a formação da cultura brasileira, em uma intensa troca cultural. Negócios, associações comerciais e culturais, escolas, igrejas: foram muitos os movimentos e ações ligados aos imigrantes alemães e seus descendentes.

Uma palavra que poderia resumir a disposição em imigrar dos pioneiros e também a disposição em transformar suas realidades é o termo oportunidade, que, nas definições obtidas no Portal Michaelis (2023), é classificado como ocasião favorável, circunstância oportuna e propícia para a realização de alguma coisa, ensejo, período de tempo, momento, ocasião. Oportunidade pode expressar também a vinda de muitos imigrantes ao Brasil, inclusive alemães, dentro dos contextos específicos de cada indivíduo, do coletivo e da época estudados. Oportunidade ainda foi realização da entrevista com o Cônsul Geral em Porto Alegre, Dr. Milan A. Simandl.

As relações entre Brasil e Alemanha ganharam importância a partir de 1824, quando chegaram os primeiros imigrantes ao Brasil. A região sul do Brasil concentrou numerosos grupos de imigração alemã, e tal fato contribuiu para a formação de comunidades e cidades onde a cultura alemã foi preservada em muitos conceitos.

Atividades comerciais, de pesquisa, de intercâmbio estudantil e cultural, entre outros, foram fatores que permearam o desenvolvimento e manutenção das relações Brasil - Alemanha em quase 200 anos de imigração oficial. A existência de um Consulado Geral da Alemanha em Porto Alegre é reflexo dessa participação efetiva de indivíduos com ligação à essa origem, pois o RS, como já mencionado, tem uma considerável parcela de sua população com descendência alemã.

As respostas do entrevistado, Cônsul Geral Dr. Milan Andreas Simandl, apresentaram um panorama geral baseado nas experiências consulares do representante, nas quais ficaram evidentes características peculiares dos países citados; também a diversidade cultural encontrada no Brasil; os preconceitos que podem ocorrer em função do uso de línguas diferentes em países com idioma próprio, entre outras considerações. Os preconceitos e estereótipos, aliás, envolvem sobretudo relação com identidades e alteridade.

A língua foi uma resposta recorrente do entrevistado, justamente porque, através dos símbolos presentes na língua, se constroem relações e aproximações. Relações que, aliás, como anteriormente citado, envolvem comércio, negócios, estudos, pesquisas e que, em 2024, atingem um marco com significado especial: os 200 anos da imigração alemã no Brasil. O entrevistado enfatizou a existência de variações da língua alemã em países distantes e diferentes uns dos outros, mostrando que, mesmo com culturas próprias, as nações também têm em seu âmbito institucional e cultural a convivência com diferentes culturas.

Mesmo que as nações e territórios tenham nas línguas pontos simbólicos de unidade e identidade nacional, as línguas são meio de expressão e comunicação. O som, a sonoridade e normas podem ser diferentes, mas os propósitos das diferentes línguas são semelhantes: aproximação, relações em seus mais diferentes níveis, comunicação, simbolização de identidade social e coletiva, sensação de pertencimento. A língua é um elemento fundamental nas relações da humanidade, possibilitando encontros, trocas de ideias, relações comerciais e diplomáticas, relacionamento e trocas culturais.

Também foram identificadas menções à importância das relações entre os países, o quanto o interesse no aprendizado e no convívio das culturas é importante em termos de relações. É fato também a existência de preconceitos e estereótipos, especialmente quanto àquilo que foge aos padrões locais, àquilo identificado como diferente, como é o caso de imigrantes. Obviamente que não é pretexto para exclusão, mas sentimentos de estranhamento são comuns.

Uma canção muito antiga e adaptada em parte como Hino da Europa é de autoria sinfônica do famoso músico alemão Ludwig van Beethoven e inspirada no poema de Friedrich von Schiller. Essa canção ficou conhecida como a 9ª Sinfonia de Beethoven, e em parte de seu estribilho (traduzido)<sup>5</sup> diz o seguinte:

Tua magia volta a unir  
o que o costume rigorosamente dividiu;

---

<sup>5</sup> Na versão na língua original, alemão, fica da seguinte forma: *Deine Zauber binden wieder/ Was die Mode streng geteilt;/ Alle Menschen werden Brüder,/ Wo dein sanfter Flügel weilt.*

Todos os homens passam a ser irmãos,  
Ali onde teu doce vôo se detém. (Praia, 2017, p. 118)

Tais versos, de certa forma, podem demonstrar um sentimento de harmonia entre os homens e, sem nos determos no porquê da escolha da canção como hino da Europa, pode-se fazer uma relação com determinadas falas extraídas da entrevista com o Cônsul. O representante consular mencionou a importância das relações entre países, entre diferentes nações. As diferenças nos caracterizam como indivíduos, é o princípio da alteridade; da mesma forma, mesmo sendo diferentes, nos encontramos na coletividade, no convívio social. No coletivo, podemos estar entre indivíduos com características semelhantes, mas também conviver com diferenças e mesmo assim criar relações. A história mostra que as construções de relações diplomáticas nem sempre foram amistosas ou tranquilas, mas normalmente prevalece o bom senso, a troca cultural e o convívio.

Por fim, identificam-se outras oportunidades de estudo, que podem ocorrer a partir dos resultados obtidos com a entrevista com o Cônsul Geral Milan Simandl, inclusive com o aprofundamento de pesquisas relacionadas ao tema língua e dos próprios relacionamentos culturais em si.

## Referências

- ABDENUR, Roberto. As relações diplomáticas contemporâneas entre o Brasil e a Alemanha. In: BOLLE, Willi; KUPFER; Eckhard E. **Relações entre Brasil e Alemanha na era contemporânea** – Deutsch-Brasilianische Beziehungen in der gegenwart. 1 ed. – Santos, SP: Editora Brasileira de Arte e Cultura, 2015.
- ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio; WEIMER, Günter. A imigração alemã no Rio Grande do Sul. In: BOLLE, Willi; KUPFER; Eckhard E. **Cinco séculos de relações brasileiras e alemãs** – Fünf Jahrhunderte Deutsch-Brasilianische beziehungen. Santos, SP: Editora Brasileira de Arte e Cultura, 2013.
- BOLLE, Willi; KUPFER; Eckhard E. Relações Diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha, 1889 - 1942. In: BOLLE, Willi; KUPFER; Eckhard E. **Cinco séculos de relações brasileiras e alemãs** – Fünf Jahrhunderte Deutsch-Brasilianische beziehungen. Santos, SP: Editora Brasileira de Arte e Cultura, 2013.
- CHARAUDEAU, P. Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. In: BARROS, Diana Pessoa; LARA, Glaucia Proença; LIMBERT, Rita Pacheco (org.). **Discurso e (dê)igualdade social**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 13-31.
- CHARAUDEAU, Patrick. Identidade social e identidade discursiva: o fundamento da competência comunicacional. 2009. In: PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) **O trabalho da tradução**. Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 309-326, 2009.
- CONSULADO Geral da Alemanha em Porto Alegre/RS. Disponível em: <https://brasil.diplo.de/br-pt/representacoes/portoalegrept>. Acesso em 13 out. 2023.

DREHER, Martin N. Primeiros imigrantes alemães no campo. In: BOLLE, Willi; KUPFER; Eckhard E. **Cinco séculos de relações brasileiras e alemãs** – Fünf Jahrhunderte Deutsch-Brasilianische beziehungen. Santos, SP: Editora Brasileira de Arte e Cultura, 2013.

GOMES, Laurentino. A fuga da corte portuguesa para o Brasil e a importância de Leopoldina de Habsburgo. In: BOLLE, Willi; KUPFER; Eckhard E. **Cinco séculos de relações brasileiras e alemãs** – Fünf Jahrhunderte Deutsch-Brasilianische beziehungen. Santos, SP: Editora Brasileira de Arte e Cultura, 2013.

KAISER, Gloria. **O ano de 1824**: Fundação da Colônia de São Leopoldo – Início de uma classe média social no Brasil. Mensagem enviada por e-mail: [bicentenarioalemao@sedac.rs.gov.br](mailto:bicentenarioalemao@sedac.rs.gov.br). Mensagem recebida no e-mail: [douglas.mkaiser@gmail.com](mailto:douglas.mkaiser@gmail.com) em 28 set. 2023.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 14 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2001.

LISBOA, Karen. Natureza e população do Brasil na visão dos viajantes alemães. In: BOLLE, Willi; KUPFER; Eckhard E. **Cinco séculos de relações brasileiras e alemãs** – Fünf Jahrhunderte Deutsch-Brasilianische beziehungen. Santos, SP: Editora Brasileira de Arte e Cultura, 2013.

LUNARDI, Márcia Lise; KRAEMER, Graciele Marjana. **Língua, cultura e identidade**: 2º semestre. 1 ed. Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria, Pró-Reitoria de Graduação, Centro de Educação, Curso de Graduação à Distância de Educação Especial, 2005.

MICHAELIS Dicionário. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em 06 dez. 2023.

**Passaporte Alemão (Portal)**. Disponível em: <https://passaportealemao.com.br/>. Acesso em 13 out. 2023.

PRAIA, Bruno Filipe Dias Moeda. **A 9ª sinfonia de Beethoven**: Um hino para a Europa? Mestrado em estudos sobre a Europa. Universidade Aberta, Lisboa, Portugal, 2017.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3 ed. São Paulo, Global, 2015.

RODEGHIERO, Luzia Costa. **Centenário da Oktoberfest da SOGIPA**: Edição Comemorativa Trilíngue – década de 1910 a 2011. Porto Alegre: SOGIPA, 2013.

SANTOS, José Luiz dos Santos. **O que é cultura?** São Paulo, SP: Brasiliense, 2006.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. **Os alemães no Sul do Brasil**: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

# A sociedade teuta de Porto Alegre

Günter Weimer<sup>1</sup>

## Introdução

Apesar da existência de trabalhos meritórios, a história da imigração alemã no Rio Grande do Sul ainda apresenta lacunas. A obra comemorativa do padre Amstadt de 1924 e extensa obra de Jean Roche foram pioneiras neste sentido e abriram muitas perspectivas a serem exploradas. Em 2005 veio à luz a lista dos imigrantes de São Leopoldo organizada pelo médico Daniel Hillebrand e transcrita por Gilson Justino da Rosa. Esta listagem serviu de base para diversas publicações genealógicas feita por Carlos Henrique Hunsche. Além destas, ainda foram publicados diversos trabalhos com base nestas publicações. Daí se percebe que este centro irradiador da ocupação da região a partir de São Leopoldo se encontra numa situação privilegiada entre os estudos teuto-riograndenses. Talvez por ter sido denominada Colônia Alemã de São Leopoldo, esse núcleo irradiador da colonização pelos vales do Rio dos Sinos e do Paranhana e pelas encostas da Serra, por vezes, tem sido apresentado como o local matricial da colonização germânica no Rio Grande do Sul.

Este entendimento, no entanto, está eivado de sérios equívocos. Depois da passagem pelo Rio de Janeiro, os imigrantes chegaram a Rio Grande e Pelotas onde alguns acabaram por se estabelecer. Com a chegada em Porto Alegre, outros imigrantes optaram por se fixar na Capital ou encontravam perspectivas atraentes para o exercício de suas profissões em cidades do interior “luso”. Desde logo surgiram iniciativas de formar grupos de pessoas destinadas a colonizar o litoral norte do Estado e as antigas Missões Jesuíticas. Estes são fatos bem conhecidos, mas pouco estudados. O que aconteceu com os que foram mandados para a fronteira noroeste ainda está por ser investigado. É sabido que a colonização do litoral apresentou problemas em seu desenvolvimento devido às dificuldades de comunicação com os centros mais dinâmicos. A colonização no Sul do Estado também tem sido tratada como certa marginalidade, porém textos sobre a colônia de São Lourenço do Sul como os de Carlos Guilherme Rheingantz de 1907, de Vivaldo Coaracy, de 1957 e de Ediberto Luiz Hammes, de

---

<sup>1</sup> Arquiteto e urbanista pela Faculdade de Arquitetura da UFRGS, em 1963. Especialista em Desenho Industrial pela *Hochschule für Gestaltung* de Ulm/Alemanha, em 1967. Mestre em História da Cultura pela PUCRS, em 1981. Doutor em Arquitetura pela FAU-USP, em 1991. Professor aposentado da FAU-UFRGS, da UNISINOS e da FA-PUCRS, ex-docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano (PROPUR) da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Autor de cerca de 40 livros de autoria exclusiva e colaborador em aproximadamente de 80 livros e 200 artigos científicos e de divulgação. E-mail [gunterweimer@gmail.com](mailto:gunterweimer@gmail.com)



2014, se constituem honrosas exceções. Todavia a participação dos imigrantes em Rio Grande, Pelotas e adjacências e demais cidades da fronteira sul ainda está carente de estudos.

Sobre os imigrantes estabelecidos em Porto Alegre, temos três obras de importância. A tese de Dietrich von Delhaes-Guenther sobre a industrialização no sul do Brasil de 1973 ainda está carecendo de uma tradução para o português; a dissertação de mestrado de Magda Roswita Gans sobre a presença teuta em Porto Alegre no século XIX está centrada na inserção dos teutos no mercado de trabalho da cidade na segunda metade do século XIX; o trabalho de Felipe Kuhn Braun e Sandro Blume está dirigido no sentido de apresentar iniciativas de sucesso de alemães e descendentes na sociedade da Capital. Porém, as colônias alemãs de Porto Alegre, hoje integrantes do município de Guaíba e Barra do Ribeiro ainda repousam em berço esplêndido.

## **1. Os teutos de Porto Alegre**

Movido pela procura de dados sobre os arquitetos de Porto Alegre empreendemos o levantamento dos paroquianos da Comunidade Evangélica Luterana (posteriormente, Igreja Evangélica de Confissão Luterana) da cidade. Por se tratar de registros escritos em letras cursivas góticas cuja leitura me era desconhecida, contei com o auxílio de minha mãe, Fanny Weimer, que os transcreveu para a escrita latina. Constitui-se numa lástima o fato de que os primeiros livros de registro não foram localizados. Mesmo assim, foi possível amealhar o nome de quase 12.000 paroquianos registrados até os inícios da II Guerra Mundial que foi escolhido por mim dada às dificuldades surgidas em decorrência dos começos dos conflitos na Europa e às graves consequências decorrentes entre nós. Com a proibição da escrita em gótico, a partir de então os registros foram realizados em escrita latina o que facilitaria a pesquisa para os não versados nos registros na escrita medieval.

A comunidade luterana foi fundada em 1856 quando se tornou a segunda paróquia da denominação e sua abrangência atingia toda a metade sul da província à qual foi incluída a região do Alto Taquari devido às facilidades de comunicação por via fluvial que se estabelecia a partir de Porto Alegre. Esta vasta amplitude territorial era atendida por pastores itinerantes que lançavam os registros de forma bastante irregular. Isso possivelmente decorreu da escassez de pastores com formação superior em teologia. Esta falta era compensada por pregadores leigos que não tiveram os cuidados curas de São Leopoldo no lançamento dos registros. Mesmo assim, estes assentamentos se constituem peças fundamentais para o conhecimento da atuação dos imigrantes e seus descendentes fora do âmbito leopoldense.

Dado ao curto espaço que me é reservado nesta comunicação, quero apresentar algumas informações mais significativas sobre as características dos imigrantes porto-alegrenses levantados em comparação o de São Leopoldo em conformidade com levantamentos realizados pelo pastor Wilhelm Wolf. Inicialmente apresento os números referentes aos imigrantes cujas nacionalidades são conhecidas.

Quadro 1 - Nacionalidade dos imigrantes

Levantamento de Wilhelm Wolf			Levantamento Günter Weimer	
%	Nº absolutos		Nº absolutos	%
90,88	2623	Declaradamente “alemães”	1673	71.96
9.81	273	Declaradamente não “alemães”	618	26.58
0.01	3	Localização não conhecida	34	1,46
100.00	2899	TOTAIS	2325	100,00

Fonte: Dados compilados pelo autor.

Estes dados mostram que os paroquianos de Porto Alegre apresentavam uma diversidade de origem bem maior que os de São Leopoldo. Enquanto os leopoldenses provinham de 21 países diferentes, os de Porto Alegre nasceram em 29 países distintos.

Quanto aos imigrantes originários do território hoje ocupado pela Alemanha, os índices se mostraram os seguintes:

Quadro 2 - Origem regional dos imigrantes alemães

Levantamento de Wilhelm Wolf			Levantamento Günter Weimer	
%	Nº absolutos		Nº absolutos	%
0,92	24	Baden Württemberg	106	6,21
0,34	9	Bayern	50	2,93
1,79	47	Brandenburg	96	5,62
5,65	148	Niedersachsen	174	10.19
8,85	232	Hessen Darmstadt	146	8,55
2,34	61	Mecklenburg	46	2.69
1,07	28	Rheinland	70	4,10
63,36	1663	<b>Rheinland Pfalz</b>	357	20.92
1,56	41	Sachsen Anhalt	40	2,34
1,10	29	<b>Sachsen</b>	161	9,43
8,66	227	Schleswig Holstein	269	15,77
1,99	52	Thüringen	44	2,58
2,25	59	<b>Westfalen</b>	114	6,68
0,11	3	Desconhecida	34	1.99
100,00	2623	totais	1707	100.00

Fonte: Dados compilados pelo autor.

Também aqui há uma diferença acentuada entre os imigrantes: em São Leopoldo, dois terços eram originários da Renânia-Palatinado (Hunsrück) e os demais centros de origem significativos são do estado de Hessen-Darmsatdt e de Schleswig Holstein. O último dado provavelmente é comprometido posto que Hamburg era o porto preferencial de embarque. Já os imigrantes de Porto Alegre também eram principalmente originários do Hunsrück, todavia em percentual bem menos (20%) enquanto os de São Leopoldo perfaziam quase dois terços do imigrados. A Capital também apresentava uma diversidade bem maior de origens, com destaque da Saxônia, da Baixa Saxônia e novamente, Schleswig Holstein comprometido pelo embarque de Hamburgo. Referente ao Alto Taquari, cumpre destacar o número de vestafalianos que aí se estabeleceram por influência do pastor Kleingünther, mas no cômputo geral sua participação era relativamente pouco expressiva.

Pelo fato de que Porto Alegre era uma cidade (juntamente com Pelotas e Rio Grande) onde transitavam os imigrantes em seu deslocamento para o Rio Grande do Sul, seria de esperar que a maioria fosse dos imigrantes fossem de origem urbana. Os dados levantados revelaram o seguinte:

Quadro 3 - Origem urbana dos imigrantes

Levantamentos de Wolf	Cidade	Levantamentos de Weimer
5	Kiel	5
17	Lübeck	12
93	<b>Hamburg – Altona</b>	91
6	Rostok	2
3	Schwerin	5
6	Bremen	12
3	Emden	3
3	Oldenburg	6
2	Osnabrück	2
18	Hannover	14
7	Braunschweig	9
12	<b>Berlin</b>	48
4	Magdeburg	5
1	Dessau	2
0	Essen	2
2	Düsseldorf	1
0	Köln	4
4	Koblenz	2
0	Mainz	4
1	Mannheim	3
2	Kassel	3

3	Darmstadt	9
2	Weisbaden	4
4	Frankfurt/Main	6
5	Erfurt	3
2	Leipzig	16
4	Dresden	16
2	Chemnitz	10
1	Karlsruhe	3
0	Stuttgart	18
0	Nürnberg	2
0	Augsburg	3
3	München	7
215/2623	Total	348/1547
8,20%	Percentual	22,50%

Fonte: Dados compilados pelo autor.

Estes dados foram surpreendentes posto que se esperava que o contingente urbano fosse bem maior posto que, pelas avaliações dos textos sobre a história da imigração, dava-se muita ênfase aos problemas da proletarização da população urbana europeia. Em verdade, apenas um quinto dos imigrantes de Porto Alegre tinham origem urbana. Claro está que havia problemas de subsistência nas cidades, mas o que fica evidente era que os maiores problemas estavam localizados nas regiões rurais. Em decorrência, ao chegar ao Brasil, a resolução de se estabelecer nas cidades era majoritariamente de imigrantes de origem rural o que significa que alimentavam a expectativa de encontrar um bem-estar maior em nossas cidades que em áreas rurais.

É claro que estes são os resultados mais imediatos que foram extraídos deste levantamento que foram levados bem mais adiante, mas o tempo que nos foi reservado não permite apresentar. No que tange ao Alto Taquari, cumpre comunicar que as primeiras referências a estes paroquianos são dadas como sendo de Taquari. Claro está que esta referência diz respeito ao então município e não à vila. Posteriormente, aparecem referências a Teutônia, a São Caetano e a Estrela, certamente em decorrência da criação do município. As referências a paroquianos de Lajeado são sumamente escassas provavelmente por terem sido registradas como sendo pertencentes ao município de Estrela. Este não é o caso de Teutônia onde há registrou bem mais completos devido aos cuidados do Pastor Kleingünther. Dentre estes registros se contam os participantes das aulas de catecismo que, todavia, não foram incluídos nos registros devido falta de indicação dos pais dos catecúmenos.

A relação dos paroquianos está acessível na Internet, no site do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul com o título de A Comunidade Evangélica de Porto Alegre,

que tive bem disponibilizar aos interessados por temer que, dada a minha idade, eu não conseguiria sozinho explorar na amplitude de suas reais possibilidades.

# Alemães étnicos na Croácia

Renato de Lucca<sup>1</sup>

## Introdução

Este trabalho está embasado em uma descoberta documental de 2021 realizada através de uma pesquisa genealógica que resultou na localização de um catálogo com diversos livros de paróquias evangélicas. Estes livros possuem efeito civil e são pertencentes à região da Eslavônia, leste da Croácia. Há registros eclesiásticos de nascimento, casamento e óbito, em idioma croata ou alemão, originados entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, sendo todos eles relacionados aos alemães étnicos que tradicionalmente habitaram aquela região há alguns séculos.

A descoberta tem permitido que os descendentes destes alemães étnicos desraigados da Eslavônia gozem de benefícios legais e socioculturais, como por exemplo, o reconhecimento da cidadania europeia e, conseqüentemente, obtenção de passaporte (no caso, a croata, que é um dos estados membros da União Europeia), bem como a utilização das certidões emitidas através destes registros para composição de inventários e outras finalidades asseguradas pelo direito civil ou da família. Com a mesma importância, podem realizar a reconstituição histórica e genealógica da sua própria família ou comunidade.

O objetivo é divulgar a localização e os livros destas paróquias evangélicas, que após as suas dissoluções na 2ª Guerra Mundial foram levados ao Arquivo da Igreja do Estado em Stuttgart na Alemanha, democratizando o acesso à informação em cerca de sete países, nos quais residem os descendentes destes Suábios do Danúbio.

Trata-se de um tema pouco conhecido e, na verdade, abrangendo apenas quatro vilas. Numericamente uma população pequena, de homens e mulheres simples, talvez até considerado como inviável para alguma instituição empregar maiores esforços para sua localização. Mesmo assim, de alto valor histórico-genealógico para parte da comunidade alemã e croata, principalmente no Brasil.

Como será relatado no artigo, muitas instituições na Croácia, inclusive governamentais e arquivos, não tiveram êxito na localização dos livros. Entretanto, através de metodologias desenvolvidas por genealogistas, como a de Gustavo Lemos, logrou-se encontrá-los.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação, Artes e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, membro da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia, ats1863@hotmail.com. <https://orcid.org/0009-0003-5549-8133>.

Lemos diz que genealogistas têm o bom hábito de buscar e interpretar diversos tipos de documentos em diversas fontes alternativas de informação, muitas vezes para encontrar uma pequena e única ligação para preencher lacunas.

Estes hábitos nos remetem à metáfora da constelação do teórico Walter Benjamin descrita em sua tese de livre docência. Nela, ele diz para não olharmos um fato no passado de forma isolada, mas sim o seu significado dentro de um contexto maior. Muitas vezes estes vestígios históricos (ou pequenos achados genealógicos) são os únicos testemunhos que permitem o acesso ao passado.

Ele rejeita a ideia de termos uma visão linear da história, pois isso seria impedir que se juntem os fragmentos da história e que se tenha uma visão como um todo, desprezando outras percepções do passado. A proposta de Benjamin seria a de promover uma renovação na escrita da história, não através do ponto de vista dos vitoriosos, com quem a história sempre estabeleceu sua “empatia”, mas dos oprimidos (pessoas comuns, como os alemães citados neste trabalho).

Para uma melhor compreensão dos fatos, este artigo está organizado nas seguintes partes: como surgiu a demanda pela localização dos livros, a dificuldade nas pesquisas, a metodologia utilizada (de Lemos, conforme citado), a situação histórica dos alemães durante a Segunda Guerra Mundial, a importância da descoberta, a citação de algumas famílias alemães na Croácia e que imigraram ao Brasil e a relação nominal dos livros.

Finaliza-se este artigo com algumas considerações e resultados positivos mapeados.

## **1. A Livros paroquiais croatas localizados em Stuttgart**

### *1.1 A demanda pela localização dos livros*

Não muito tempo atrás, eu recebi um pedido de ajuda de um descendente de imigrantes croatas, dizendo que não conseguia localizar o nascimento do seu avô nascido em uma vila chamada Velimirovac, localizada no leste da Croácia.

O que me chamou a atenção é que as instituições formais daquele país lhe informaram a inexistência de tal registro e a impossibilidade de solicitar aquela nacionalidade, ainda que o descendente tivesse uma via original da certidão de nascimento do seu avô, emitida na década de 1920, legível e em bom estado.

Após pesquisas realizadas nos arquivos históricos nacionais e regionais, cartórios, igrejas e museus de algumas regiões croatas, cujos funcionários merecem nota de louvor,

consegui apenas uma informação informal (mediante networking com uma pesquisadora que reside fora da Croácia), de que os livros possivelmente estariam na Alemanha.

Como podemos localizar algo que parece ter escapado das mãos dessas instituições?

### *1.2 Dificuldades nas pesquisas e a metodologia genealógica*

Como é possível ler em metodologias escritas por genealogistas, não é coincidência que, frequentemente, a resposta está no seio das famílias.

Certo dia, em contato com Rafael Fix, cujo avô é imigrante croata de etnia alemã, natural de Banovci na Croácia e luterano, encontrei a peça do quebra-cabeça que faltava. Seu avô, que está registrado nestes livros “perdidos”, após emigrar da Croácia ao Brasil, retornou à Alemanha muitos anos atrás, e obteve sua certidão de nascimento emitida pelo Arquivo da Igreja do Estado em Stuttgart, onde agora estão armazenados diversos livros (Veja figura 1. Não só da Croácia, mas também da Sérvia, Romênia e Eslováquia).

**Figura 1.** *Württembergische Kirchengeschichte Blog*, 2023.



Fonte: Foto do autor.



### *1.3 A situação dos alemães durante a guerra*

Apenas para exemplificar o porquê destes livros estarem fora de seus países originários, relato brevemente o que ocorreu em Velimirovac na Croácia, em um passado não remoto, cujos desdobramentos ainda se percebem atualmente.

Até o final da Segunda Guerra Mundial, Velimirovac era habitada principalmente por alemães. De acordo com o censo de 1910, esta vila tinha 797 habitantes, dos quais 764 eram alemães em grande parte protestantes.

A maioria dos alemães veio na década de 1880 desde Bačka, na Vojvodina, atual território da Sérvia, a convite de um conde para derrubar as florestas e transformá-las em terras aráveis.

Entre as duas guerras mundiais, sofrendo injusta discriminação e hostilidades, inúmeros habitantes deixaram a aldeia antes da chegada dos guerrilheiros. Afetados por esta dura realidade, algumas destas famílias imigraram também ao Brasil.

Após o fechamento da paróquia evangélica de Velimirovac em 1944, os seus representantes levaram os livros de registro da igreja para os arquivos da igreja em Stuttgart, onde agora estão armazenados e podem ser consultados.

Os habitantes que permaneceram na vila foram levados para um campo de trabalhos forçados em Valpovo por volta de 1945, uma vez que as autoridades atribuíram culpa coletiva a todos os membros de etnia alemã pelas atrocidades nazistas.

Após a guerra, despojados de seus bens, muitos também foram enviados à Áustria e à Alemanha.

### *1.4 Importância dos documentos*

Os registros paroquiais são fontes primordiais para a pesquisa genealógica e deseja-se que estejam disponíveis, preferencialmente de forma gratuita, facilitando ao grande público o resgate familiar e servindo também de base para diversos pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento.

Ainda que em menor quantidade em relação ao número de praticantes de outras religiões, nota-se que a divulgação destas fontes evangélicas tem feito notória diferença para os descendentes, tanto no acesso à informação para reconstrução histórica familiar quanto para gozarem de seus direitos civis, seja no Brasil, na Croácia ou em outras partes do mundo.

Em um dos livros consultados e cedidos pelo arquivo da igreja de Stuttgart vemos dezenas destas famílias que residem atualmente nos seguintes países: Áustria, Alemanha, França, Estados Unidos, Canadá, México, Austrália e Croácia.

### *1.5 Informações de alemães na Croácia que imigraram ao Brasil*

No livro cedido pelo arquivo da igreja de Stuttgart encontramos muitos sobrenomes, entre eles, Becker, Buchler, Benz, Kolb, Medel, Neumann, Hoffmann, Krebs, Stock, Werner, Schenkenberger, Toth, Hassmann, Heil, Szabo, Widmar, Keller, Wirges e outros.

Todos esses sobrenomes são encontrados em nosso país, mormente no sudeste e sul, sendo que algumas famílias já fazem parte de comunidades de croatas em São Paulo ou de alemães (Suábios do Danúbio) no Paraná.

É interessante notar que muitos descendentes de alemães étnicos não possuem o conhecimento de que seus antepassados nascidos na Croácia verdadeiramente estiveram em terras dos Balcãs por muitas gerações. E, conforme relatos de diversas famílias, estes alemães também podiam se comunicar em outros idiomas, o que era relativamente comum na região da Eslavônia.

Isso se deve ao fato de que a Croácia sofreu diversos deslocamentos sociais internos e externos e, por isso, nem todo cidadão nascido na Croácia é necessariamente etnicamente croata, podendo haver grupos étnicos com culturas e pertencimentos diferentes, ainda que habitem por diversas gerações em um determinado local. Como diziam muitos antigos imigrantes: “gato que nasce no forno não é biscoito!”.

Uma evidência deste fato na história da Eslavônia é que, desde os tempos mais antigos, refletindo ainda nos dias atuais, vemos naquela região a presença de outros grupos étnicos como a dos eslovacos (família Hohoš, Povinecz, Fušek/Fuszek, Marko, Čiš, Povreslo), techos (Hrala, Daruvar, Pilat), sérvios (Han, Becsi, Beara, Ivanović), eslovenos (Ule, Šimun, Sežun), húngaros (Balingask, Ugljar, Novak) e até mesmo italianos (Padovan, Pellegrini, Da Villa).

Naquela época havia uma heterogeneidade de culturas em boa parte da Eslavônia, a qual foi recolonizada por diversas etnias depois dos turcos otomanos serem expulsos na região nos séculos XVIII e XIX.

Em estudos genealógicos realizados no Brasil, encontra-se a informação de que estes alemães da Eslavônia vieram principalmente das localidades de Virovitica, Retfala, Đakovo, Gorjani, Krndija, Slavonski Brod, Sarvaš Viškovci, Vrbica, Uljanik, Našice, Tenja, Jovanovac,

Spišić Bukovica, Tomašanci, Mrzović, Semeljci, Josipovac, Našička Breznica, Velimirovac, entre outras.

Em relação à migração de povos que residiam no atual território da Croácia e que desembarcaram no Brasil, com o intuito de informação, nota-se que durante a primeira fase da imigração, caracterizada pela temporalidade de 1891 até 1918, chegaram aproximadamente 3.700 imigrantes que residiam na Croácia como um todo.

Uma vez no Brasil, estes se deslocaram principalmente para as cidades de São Carlos, Brodowski, Santa Cruz das Palmeiras, Bebedouro.

É possível serem localizadas também em Aurora, Jaboticabal, Ribeirão Preto, Corumbataí, Rincão, Anápolis, Cravinhos, Guarulhos, Itatiba, Itu, Jau, Leme, Louveira, Pirassununga, Vinhedo, Santa Rita do Passa Quatro, São Pedro, Rafard, Visconde Parnaíba e região de Iguape no litoral sul paulista (Parquera-Açu, Cananeia e Jacupiranga).

Na segunda fase de imigração, entre 1918 e 1941, vieram cerca de 23.000 pessoas, sendo muitos da região da Dalmácia (Split, Blato, Korčula, etc.) que se estabeleceram posteriormente na cidade de São Paulo.

Da data de 1941 em diante desembarcaram menos de 2.000 imigrantes, normalmente com a identificação de Iugoslavos ou apátridas.

Atualmente no Brasil, os croatas e seus descendentes residem em São Paulo (capital e Estado), nos estados do sul, no Rio de Janeiro e Minas Gerais. Há pequenos grupos de croatas em Belém do Pará, Mossoró, Recife, Macaé, Recife, Porto Alegre e outros locais.

Outro fato histórico interessante é saber que no Núcleo Colonial Campos Salles, criado no ano de 1897, uma das famílias pioneiras no local foram croatas.

Trata-se da família Wirges, cuja origem familiar mais remota é de Kirrlach na cidade de Waghäusel, Alemanha.

Conforme entrevista realizada com Lucas Xavier Wirges, descendente direto desta família, no fim do século XVIII imigraram para a cidade de Apatin, às margens do Rio Danúbio, divisa entre a Croácia e a Sérvia.

Cem anos depois, nascia Adam Würges em 12 de setembro de 1875 em Svinjarevci, condado de Vukovar-Srijem, região da Eslavônia croata, pertencente ao Império Austro-Húngaro.

Deixou sua última residência em Semeljci no condado de Osijek-Baranja, embarcando no navio Minas e desembarcando no Porto de Santos em janeiro de 1897 com a esperança de

dias melhores, pois nesta viagem conheceu a senhorita Elizabeth Peitl, também da Eslavônia (vila de Sokolovac).

Ambas as famílias se estabelecerem na fazenda Rocinha de propriedade de João D'Assis Lopes Martino, aonde vieram a se casar pouco depois. No ano de 1899 deram entrada na colônia de Campos Salles, onde nasceram alguns filhos.

Posteriormente, a família se mudou para o núcleo Nova Europa, que mais tarde se tornou município do mesmo nome. Este novo núcleo não teve um rápido crescimento e desenvolvimento em seus primeiros anos e tinha sido colocado exclusivamente para colonos suíços e, por motivo não identificado, não deu os resultados esperados, uma vez que quatorze famílias suíças o abandonaram.

Ao cumprir seu primeiro ano de estabelecimento lá residiam 93 suíços, 19 brasileiros, 70 alemães, 23 austro-húngaros e 2 italianos. Os bens imóveis foram todos construídos pelo governo, os terrenos já estavam medidos e demarcados, juntamente com duas pontes construídas, apesar de ainda estarem quase todos desocupados.

#### 1.6 Catálogo informado pelo arquivo na Alemanha

A seguir encontra-se o catálogo, somente relativo à Croácia, sendo possível consultar online pelo site ARCHION<sup>2</sup> ou contatando diretamente o arquivo alemão.

Quadro 1 - Igreja Evangélica Reformada de Szeliste<sup>3</sup>-Velimirovac (*Ungarn, lutherische Gemeinde*)

<b>Tipo</b>	<b>Período</b>	<b>Volume</b>
Livro misto	1886-1905	(Volume 1)
Registro de Batismo	1899-1924	(Volume 2)
Registro de Batismo	1924-1936	(Volume 3)
Registro de Batismo	1936-1954	(Volume 4)
Registro de Casamento	1887-1905	(Volume 5)
Registro de Casamento	1906-1938	(Volume 6)
Registro de Casamento	1939-1954	(Volume 7)
Registro de Óbitos	1887-1905	(Volume 8)
Registro de Óbitos	1906-1924	(Volume 9)
Registro de Óbitos	1924-1933	(Volume 10)

<sup>2</sup> No website ARCHION, navegar por “Württemberg: Landeskirchliches Archiv Stuttgart” (Arquivo da Igreja Estatal de Stuttgart) e “Auslandsgemeinde” (Congregações no exterior). Aparecerá uma lista de países e os respectivos livros.

<sup>3</sup> Szeliste (alemão) ou Selište (croata) era o nome de Velimirovac até 1914.

Registro de Óbitos	1934-1948	(Volume 11)
--------------------	-----------	-------------

Fonte: Dados compilados pelo autor.

Quadro 2 - Igreja Evangélica Luterana de Szeliste-Velimirovac (*Ungarn, lutherische Gemeinde*)

<b>Tipo</b>	<b>Período</b>	<b>Volume</b>
Livro misto	1886-1907	(Volume 1)
Livro misto	1904-1926	(Volume 2)
Livro misto	1927-1944	(Volume 3)
Livro misto	1940-1943	(Volume 4)
Livro misto	1902-1926	(Volume 5)
Registro de Óbitos	1939-1944	(Volume 6)

Fonte: Dados compilados pelo autor.

Quadro 3 - Igreja Evangélica Reformada de Vinkvačko Novo Selo<sup>4</sup>, Croácia - *Neudorf (Vinkvačko Novo Selo), Kroatien*

<b>Tipo</b>	<b>Período</b>	<b>Volume</b>
Livro misto	1831-1860	(Volume 1)
Livro misto	1860-1897	(Volume 2)
Registro de batismo	1881-1903	(Volume 3)
Registro de batismo	1904-1926	(Volume 4)
Registro de batismo	1926-1944	(Volume 5)
Registro de batismo	1897-1922	(Volume 6)
Registro de Casamento	1923-1944	(Volume 7)
Registro de Óbitos	1881-1910	(Volume 8)
Registro de Óbitos	1911-1944	(Volume 9)
Registro de Óbitos	1914-1918	(Volume 10)
Registro de confirmação	1927-1944	(Volume 11)
Diversos	1902-1942	(Volume 12)

Fonte: Dados compilados pelo autor.

<sup>4</sup> Antiga vila cujo território hoje pertence à Vinkovci (condado Vukovar).

Quadro 4 - Igreja Evangélica Reformada de Banovci<sup>5</sup>, Croácia - *Sidske Banovce (Banovci, Novi Banovci, Sidski Banovci, Schider Banovci, Sidske Banovce, Banowce, Banowzi), Serbien, Reformierte Gemeinde*

<b>Tipo</b>	<b>Período</b>	<b>Volume</b>
Livro misto	1862-1905	(Volume 1)
Registro de batismo	1899-1935	(Volume 2)
Registro de batismo	1936-1944	(Volume 3)
Registro de Casamento	1904-1943	(Volume 4)
Registro de Óbitos	1905-1944	(Volume 5)

Fonte: Dados compilados pelo autor.

### **Considerações finais**

A Croácia é um país plural em termos de cultura, historicamente berço de muitas etnias, e desafiador em termos de pesquisas. Seu território fez parte de impérios e reinos até alcançar sua independência. Este país sempre vivenciou muitas emigrações, até nossos dias atuais.

Graças aos estímulos das comunidades croatas no Brasil, especificamente na era das mídias digitais, cada vez mais pessoas tomam ciência da sua ancestralidade. E cada vez mais frequentemente os estudos históricos e genealógicos em idioma português possibilitam que os descendentes de croatas e demais povos oriundos de seu território tenham acesso à informação e desfrutem de seus direitos civis, de pertencimento ou identidade.

Em relação aos livros paroquiais citados neste trabalho, agregam-se como beneficiários os descendentes localizados em outros países, que pouco a pouco também vão tomando conhecimento da localização dos livros e da possibilidade de conseguirem uma certidão oficial expedida pelo arquivo em Stuttgart.

Ao que tudo indica, algumas famílias no Brasil de etnia alemã e que já solicitaram o reconhecimento da cidadania croata, ainda no ano de 2024 devem receber o deferimento do governo da Croácia, abrindo assim um precedente para inúmeras famílias na mesma condição em outros países pelo mundo.

### **Referências**

ARCHION. **Kirchenbuchportal Archion**, 2023. Disponível em: <https://www.archion.de/>. Acesso em: 23 dez. 2023.

---

<sup>5</sup> Pertence à Nijemci (condado Vukovar) e seu antigo nome era Šidski Banovci.

BARWICH, Leopold Karl. **Heimatbuch Welimirowatz: Menschen zwischen Welten, zur Erinnerung an unser deutsches Dorf in Slawonien.** Reutlingen: Heimatausschuss Welimirowatz, 1985.

BEER, Josef. **Leidensweg der Deutschen im kommunistischen Jugoslawien Band I Ortsberichte.** Munique: Donaueschwäbische Kulturstiftung - Stiftung des privaten Rechts, 1997.

EVANGELISCHE LANDESKIRCHE IN WÜRTTEMBERG. **Evangelische Landeskirche in Württemberg**, 2023. Ihr Dienstleistungsportal. Disponível em: <https://www.elk-wue.de/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

KIRCHENREGISTER von Auslandsgemeinden in Kroatien im Landeskirchlichen Archiv Stuttgart. **Württembergische Kirchengeschichte Blog**, 2023. Disponível em: <https://blog.wkgo.de/2023/02/22/kirchenregister-von-auslandsgemeinden-in-kroatien-im-landeskirchlichen-archiv-stuttgart/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

LANDESKIRCHLICHES ARCHIV STUTTGART. **Landeskirchliches Archiv Stuttgart**, 2023. Disponível em: <https://www.archiv.elk-wue.de/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

LE MOS, Gustavo de Almeida Magalhães. A genealogia como forma de conhecimento. **Revista da ASBRAP**, Belo Horizonte, n. 28, p.1-10, 2021. Disponível em: [https://www.asbrap.org.br/artigos/rev28\\_4\\_a\\_genealogia\\_como\\_forma\\_de\\_conhecimento.pdf](https://www.asbrap.org.br/artigos/rev28_4_a_genealogia_como_forma_de_conhecimento.pdf). Acesso em 23 dez. 2023.

LUCCA, Renato de. A imigração Croata no Brasil através da família Fušek Marko. **Revista da ASBRAP**, Belo Horizonte, n. 27, 2020. Disponível em: [https://www.asbrap.org.br/artigos/rev27\\_art\\_08-a-imigracao-croata-atraves-da-familia-fusek-marko.pdf](https://www.asbrap.org.br/artigos/rev27_art_08-a-imigracao-croata-atraves-da-familia-fusek-marko.pdf). Acesso em 11 nov. 2023.

LUCCA, Renato de. Registros Paroquiais Croatas localizados na Alemanha. **Revista da ASBRAP**, Belo Horizonte, n. 28, 2021. Disponível em: [https://www.asbrap.org.br/artigos/rev28\\_15\\_registros\\_paroquiais\\_croatas\\_localizados\\_na\\_alemanha.pdf](https://www.asbrap.org.br/artigos/rev28_15_registros_paroquiais_croatas_localizados_na_alemanha.pdf). Acesso em 23 dez. 2023.

OTTE, Georg; VOLPE, Mirian Lúcia. **Um olhar constelar sobre o pensamento de Walter Benjamin.** Florianópolis: Fragmentos, n. 18, 2000.

PUH, Milan; MARADEI, Rafael Padula; SILVA, Roger Cavalheiro. **Croácia no Brasil até 1918: Primeira fase de imigração**, São Paulo: Croatia Sacra Paulistana, 2017.

SCHERER, Anton. **Kratka povijest podunavskih Nijemaca.** Osijek, Zagreb, Split: Pan Liber, 1999.

STUTTGART, Landeskirchliches Archiv. **Kirchenbücher aus Jugoslawien für die Gemeinden Bečmen, Nemci, Szeliste-Velimirovac, Šidske Banovce.** Stuttgart, 1987.

# **MIGRAÇÕES, ECONOMIA E SOCIEDADE**



## **Casamentos, entre o ficar e o migrar: as estratégias sociais entre a população teuto-brasileira no Pinhal (1849-1925)**

Adriano Sequeira Avello<sup>1</sup>

### **Introdução**

Esse artigo pretende divulgar parte dos resultados analisados na investigação sobre os imigrantes alemães e teuto-brasileiros na colonização alemã no sul do Brasil durante a segunda metade do século XIX. Estes resultados são parte da dissertação de mestrado “À sombra do sucesso: dinâmica social numa Colônia alemã no sul do Brasil (Colônia do Pinhal – Itaara/RS, 1857-1984) sobretudo no Capítulo 4 - *Colhendo realidades: o resultado de uma vida* apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A pesquisa que abordou a instalação de famílias teuto-brasileiras na região central do Rio Grande do Sul, verificou-se através da História Social o desenvolvimento individual e coletivo no âmbito da colônia.

Na busca por entender o desenvolvimento econômico e social da colônia bem como os motivos de desagregação e esvaziamento populacional, analisamos na estrutura e conjuntura quais possibilidades emergiram como oportunidades para os indivíduos e suas famílias, isso a fim de garantir os bens materiais necessários para a vida nos lotes da colônia. Adicionando a isto, estratégias sociais e heranças imateriais. Verificou-se na historiografia sobre as colônias alemãs que no ambiente que viviam, muitas conseguiram não só acumular como perpetuar e compartilhar a acumulação com parentes ou quem lhe conviesse, em razão dos interesses de perpetuação das propriedades e redes de sociabilidade.

Estas estratégias podem ser ao mesmo tempo formas de exclusão do outro, principalmente os grupos que não faziam parte do conjunto étnico compartilhado na comunidade e são também uma forma autoproteção dos membros do círculo mais próximo, principalmente quando se trata das propriedades rurais e recursos financeiros. Porém, ao analisar as fontes da pesquisa de mestrado, entre os colonos do Pinhal parece não se perpetuarem tais laços como indica a historiografia em geral; há algumas singularidades que iremos indicar na sequência deste texto. Justamente em razão da ausência de alianças fora da comunidade, em certa medida, levou gradativamente a derrocada sócio econômica de algumas

---

<sup>1</sup> Professor no Instituto Estadual de Educação Vicente Dutra. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM). Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: <[adrianos.avello@gmail.com](mailto:adrianos.avello@gmail.com)>.

famílias e, conseqüentemente, da Colônia do Pinhal como um conjunto pensando dentro do contexto da colonização alemã no Rio Grande do Sul.

Enquanto proposta de investigação, empreendemos um esforço na busca de elementos que indicassem como se davam as relações e se havia coesão social para a Colônia do Pinhal. Na pesquisa, nos enveredamos por questões que tangem a parte econômica, porém sem descuidar dos laços que poderiam ser estabelecidos entre as famílias dos colonos ou com outros indivíduos de fora da comunidade. O objetivo foi procurar entender se as famílias alemãs e teuto-brasileiras no Pinhal se aproximavam pela estratégia social do casamento e como isso afetou no desenvolvimento da colônia. Casamentos, como se sabe, são o modo pelo qual famílias do grupo étnico conseguiram criar novos vínculos interna ou externamente, e reafirmar antigos laços, permanecer ou migrar com o cônjuge para outras regiões. Para averiguar isso, foi realizada a separação e análise da documentação dos livros de registros de casamentos dos nubentes e livro de óbitos de colonos católicos, no período entre 1849 a 1925. Esta estratégia de análise tem sua base nas reflexões da História Social, tentando explorar limites e possibilidade de entendimento destes grupos e considerando o cenário da colônia alemã do Pinhal. Entretanto, Cardoso e Brignoli advertem sobre o exagerado economicismo:

Na base da maioria da maioria dos conflitos sociais há motivos de ordem econômica; mas não explicam a totalidade do conflito, nem sua evolução. Enriquecimento e empobrecimentos, ascensões e baixas na pirâmide social serão temas de grande importância [...] **Que alianças, que acordos são feitos e desfeitos entre os diversos grupos no curso das lutas sociais?** A história social só pode responder a tais indagações recorrendo aos dados básicos de análise econômica, colocando-os em sua própria perspectiva de estudo (Cardoso; Brignoli, 1983, p. 356-357, grifo nosso).

Após o assentamento na mata, organização dos lotes entre os colonos e o conseqüente arroteamento das áreas florestais, decorreram alguns anos da colonização nas terras do Pinhal. Foi tentando oferecer um maturamento neste processo de assimilação do tempo transcorrido e das relações sociais que abordaremos os casamentos. No que constam as fontes, os casamentos antes ou na época de 1858-1859 não eram muito expressivos numericamente. Isso se deve ao fato de que nessa primeira parte da colonização os filhos dos colonos ainda eram em sua maioria jovens, pequenos e/ou adolescentes, e poucos adultos.

Os dados compostos para análise foram selecionados de acordo com o que se havia de fontes disponíveis em arquivos. A seleção dos casamentos ocorreu pelo método onomástico inspirado nas leituras de Ginzburg e Poni (1997, p. 169-178), buscando os nomes dos filhos e

filhas das 26 famílias<sup>2</sup> da Colônia do Pinhal, verificando também os nomes dos colonos assentados e a respectiva documentação que era relacionada a eles, traçando assim um conjunto de documentações possíveis de análise.

Identificam-se as famílias Weber e Schaeffer, que são recorrentes nos Autos de Medição de terras e as entendemos, como participantes da ocupação no Pinhal. Entretanto, ainda que algumas famílias como Kurtz, Lenhardt, Bopp não constem nos Autos de medições, são mencionadas brevemente em outras fontes como moradores do Pinhal como, por exemplo, quando identifica-se a naturalidade dos nubentes nos livros de casamentos. Isso na nossa interpretação durante a pesquisa não fora conteúdo suficiente para inseri-los diretamente no seio das 26 famílias que iniciaram a colonização na região. Embora as três famílias (Kurtz, Lenhardt e Bopp) virão a residir no local posteriormente e de certa maneira farão parte das relações sociais estabelecidas entre as pessoas que residiram na região do Pinhal.

A busca por documentação de acordo com os nomes dos colonos incorreu na identificação dos mesmos nos livros de registros de casamentos católicos da Catedral de Santa Maria agregando, ainda que de maneira geral correlações com o que é apontado por Belém (2000) sobre os casamentos daquelas famílias. As informações de Belém enquanto memorialista da cidade de Santa Maria não constam as fontes para consulta de dúvidas, quiçá, críticas, por isso o indicamos como um texto a ser refletido na correção entre análises e fontes documentais.

Embora, a diferença entre alemães católicos e protestantes (luteranos) seja pouco acentuada no Colônia do Pinhal, já que dos 139 habitantes da colônia, 45% são identificados como católicos e 55% como luteranos, verifica-se alguma presença de relações interconfessionais. Entre os 22 casais, excluindo os 03 viúvos e 1 solteiro, 6 casais católicos e 13 casais luteranos, encontravam-se ainda 3 casamentos mistos, ou seja, cônjuges católicos e luteranos.<sup>3</sup> O que implicaria, muitas vezes, segundo a historiografia, no abandono da confissão religiosa por parte de um dos cônjuges como direcionamento a uma confissão única para todos os filhos do casal. Esta estratégia também fazia parte da tentativa de manter os laços familiares estreitos e manter a organicidade das famílias alemãs.

Não foi possível conseguir os livros de registros de casamentos luteranos do Pinhal ou qualquer documentação correlata da religião na localidade no século XIX. Isso ocorre devido a

---

<sup>2</sup> Mappa estatístico da população da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte – nº 1, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRS, Colonização, C 35, M 65.

<sup>3</sup> Mappa estatístico da população da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte – nº 1, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRS, Colonização, C 35, M 65.

ausência das fontes nos arquivos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) em Santa Maria, RS, ou em São Leopoldo, RS, na biblioteca da Escola Superior de Teologia (EST), que foram os arquivos visitados durante a realização da investigação documental ao longo do mestrado e nos quais tal documentação não estava disponível. Ao que nos consta, entretanto, os documentos de batismos, casamentos e óbitos, do século XIX, dos colonos da comunidade do Pinhal e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, na própria localidade, estiveram foram estiveram todos sob a guarda da Igreja Matriz Luterana, em Santa Maria, até agosto de 1942, que era a comunidade religiosa de referência para Pinhal até serem extraviados durante ataques e saques na igreja luterana em Santa Maria durante a Segunda Guerra Mundial.<sup>4</sup>

Em 06 de abril de 1872, Jacob Albrecht e Maria Eva Albrecht, e Catharina Weber, representando seu finado marido André Weber festejaram a união de seus filhos Frederico Albrecht, “acatholico” (luterano) e Catharina Weber Filha (católica) em “casamento misto”, perante as testemunhas Carlos Gabriel Haeffner e Andre Jacob Lied na “casa de residência de Nicolau Bopp, Freguezia de Santa Maria”.

Os dados que obtivemos sobre os casamentos dizem respeito então ao culto católico havendo alguns casamentos mistos, como já foi dito. O objetivo desta investigação era procurar entender se as famílias alemãs e teuto-brasileiras no Pinhal se aproximavam pela estratégia social do casamento, como é em geral o que ocorre, tanto pelas fontes quanto pela historiografia. Este era o modo pelo qual famílias do grupo étnico conseguiram criar novos vínculos e reafirmar antigos, como evidenciaram Witt nas famílias Diefenthäler-Voges-Schmitt, em São Leopoldo e Nicoloso nas famílias Niederauer-Höehr-Scherer, em Santa Maria (Witt, 2015, p. 137; Nicoloso, 2013, p. 104-110). Da população da Colônia do Pinhal de 0 até 19 anos do sexo masculino e feminino, 86 estavam solteiros, a época de 1858. Na documentação dos registros de casamentos encontrados, selecionamos os cônjuges pelos nomes e separando-os em categorias, como nubentes da comunidade e nubentes *de fora* da comunidade.

---

<sup>4</sup> Mais precisamente na noite do dia 18 de agosto de 1942, quando houve os maiores saques e depredações em Santa Maria como resposta nacionalista aos ataques perpetrados pelo Eixo (Alemanha, Itália e Japão), sobretudo, a Alemanha nazista na Segunda Guerra Mundial (1939-1944) contra o Brasil. Os discursos nacionalistas de incitação ao combate contra aos estrangeiros, por parte dos governantes no Rio Grande do Sul, correlacionando-os como nazistas e fascistas todos os descendentes teuto-brasileiros tocou a emoção da população santa-mariense que com ódio sacudiu as ruas naquela noite de quebra-quebra e saques a instituições e estabelecimentos comerciais de teuto-brasileiros e ítalo-brasileiros. Nesse episódio a igreja luterana teria sido invadida e pilhada, provavelmente, os bancos da igreja e documentos do interior teriam sido colocados no meio da rua e sucumbido a fúria da população. Como destaca Dalmolin (2006, p. 68; p. 143) nas “perseguições aos nazistas em Santa Maria também deixaram marcas em muitos descendentes, principalmente nos ataques a religiosos e à Igreja Luterana local”, pois “a igreja evangélica teve seus bancos ateados fogo, os vidros quebrados e os crucifixos queimados ou jogados no lixo, no episódio de 18 de agosto de 1942”. Ver mais em: Dalmolin (2006).

Já em relação a idade apta para contrair matrimônios para o período investigado, dos 31 casamentos dos nubentes da comunidade do Pinhal (2ª geração), casaram-se entre si famílias da comunidade do Pinhal apenas 4 vezes entre os anos de 1849 a 1891, fazendo o restante das famílias a opção de casamentos com nubentes *de fora* da comunidade.<sup>5</sup> Ao analisar os registros de casamentos Witt reflete sobre a distância como uma dificuldade, mas não impossibilidade para a concretização dos casamentos nas colônias alemãs:

A proximidade geográfica deve ter colaborado para aproximar jovens pretendentes. E caso a distância fosse empecilho, havia festas, como as de casamento, e outros acontecimentos sociais que não eram desperdiçados para promover o contato e posterior contrato entre as famílias que planejavam e concretizavam a nova união. Esses contratos originavam-se, basicamente, de duas propostas: a que visava à satisfação afetiva das famílias, quer unindo primos ou estranhos, e a que, de maneira perspicaz, objetivava o crescimento econômico, material, das famílias envolvidas. Deve-se considerar que essas duas formas de unir os jovens e criar novos redutos familiares, em certos casos, ocorriam paralelamente, isto é, afetividade combinava-se com acertos materialmente proveitosos (Witt, 2015, p. 140).

Visando a favorável aliança pelo casamento, o que significava para além de união das famílias, a união de patrimônios, foi possível analisar alguns aspectos das relações matrimoniais estabelecidas no Pinhal. Foi o que Seyferth notou e apresentou, dizendo que “quanto a casamentos, há nítida preferência pela endogamia entre camponeses – o cônjuge é escolhido a nível local [...] por razões de ordem étnica, religiosa e também por considerações acerca dos valores camponeses” (Seyferth, 1985, p. 23). Por este viés, de acordo com uma ideia de campesinato que deve ter orientado as famílias, estas fizeram enlances conjugais no seio da pequena comunidade alemã e teuto-brasileira no Pinhal, no século XIX, com os 4 casamentos entre si, como apresentamos a seguir.

Quando Jacobi Adamy e Catharina Adamy casaram seu filho Jacobi Adamy Filho com Catharina Albrecht, filha de Jacob Albrecht e Maria Eva Albrecht (BELÉM, 2000, p. 190), na Igreja Matriz de Santa Maria da Boca do Monte, no dia 24 de setembro de 1870, às 14h, o padre Marcelino Bittencourt também havia realizado a união de Henrique Schimit, filho de João Schmidt e Elisabetha Schmidt (falecida) com Suzana Laidner, filha de João Carlos Laidner e Anna Maria Laidner<sup>6</sup>.

Em 06 de abril de 1872, Jacob Albrecht e Maria Eva Albrecht, e Catharina Weber, representando seu finado marido André Weber festejaram a união de seus filhos Frederico Albrecht, “acatholico” (luterano) e Catharina Weber Filha (católica) em “casamento misto”,

---

<sup>5</sup> Apêndice D – Casamentos dos filhos dos colonos alemães e teuto-brasileiros do Pinhal (1849-1891) (Avello, 2018, p. 283).

<sup>6</sup> AASM. Casamento - Catedral. Livro nº 4 (1870-1876).

perante as testemunhas Carlos Gabriel Haeffner e Andre Jacob Lied na “casa de residência de Nicolau Bopp, Freguezia de Santa Maria”.<sup>7</sup>

Na “casa de Miguel Kroeff, desta paróquia de Santa Maria”, em 03 de junho de 1882, foi o dia celebrar os filhos de Jacob Albrecht sem a presença de Maria Eva Albrecht, falecida em 1873, e Miguel Kroeff e Anna Maria Kroeff que uniram pelos laços do matrimônio Filipe Albrecht, noivo luterano, e Amalia Kroeff, noiva católica ficando "dispensados do impedimento - *Cultus Desparitas* - termo de juramento da admissão e educação da prole na religião catholica, e observada a forma prevista nos casamentos mistos"; assim testemunharam o cunhado Miguel Kroeff Filho e Frederico Roth.<sup>8</sup> Estes entrelaces além de demonstrarem a possibilidade de enlaces matrimoniais entre diferentes confissões religiosas, também demonstram outros laços paralelos abarcados pelos padrinhos e testemunhas presentes nas cerimônias de casamento.

A proximidade geográfica deve ter colaborado para aproximar jovens pretendentes. E caso a distância fosse empecilho, havia festas, como as de casamento, e outros acontecimentos sociais que não eram desperdiçados para promover o contato e posterior contrato entre as famílias que planejavam e concretizavam a nova união. Esses contratos originavam-se, basicamente, de duas propostas: a que visava à satisfação afetiva das famílias, quer unindo primos ou estranhos, e a que, de maneira perspicaz, objetivava o crescimento econômico, material, das famílias envolvidas. Deve-se considerar que essas duas formas de unir os jovens e criar novos redutos familiares, em certos casos, ocorriam paralelamente, isto é, afetividade combinava-se com acertos materialmente proveitosos (Witt, 2015, p. 140).

*Da comunidade* no Pinhal, fora Jacob Albrecht e Maria Eva Albrecht pelas núpcias de Catharina, Frederico e Filipe. Ao invés de casar seus filhos com membros *de fora* da comunidade, optou por casamento interno a com pessoas da comunidade do Pinhal.

O fato de que das 21 mulheres da comunidade, 18 casaram com alguém de fora do grupo local poderia trazer benefícios para Colônia do Pinhal, ainda se considerarmos o fato de que era uma colônia pequena no eclave da serra, como assevera Witt:

Do ponto de vista econômico e social, era estratégico estabelecer vínculos com esses jovens promissores, os quais por força da profissão, normalmente se fixavam na vila ou em suas proximidades. Assim, a família que estava confinada à pequena propriedade, talvez a muitas horas de caminhada ou cavalgada até a vila, ao promover o casamento entre alguém de sua casa com o jovem ligado à profissão artesanal (mais tarde, pré-industrial), como que estabelecia uma ponte entre o seu espaço e o núcleo mais desenvolvido e ‘urbano’ da Colônia. Eram as teias sociais que estavam sendo costuradas via casamento (Witt, 2015, p. 140-141).

Nesta perspectiva de Witt, o casamento enquanto elemento de análise poderia romper com a tese do isolamento das colônias alemãs, tendo o caso do Pinhal devido os muitos

---

<sup>7</sup> AASM. Casamento - Catedral. Livro nº 4 (1870-1876).

<sup>8</sup> AASM. Casamento - Catedral. Livro nº 6 (1870-1876).

casamentos com nubentes *de fora* da comunidade e possibilitando estas novas conexões e formações de redes. Entretanto, tendo em vista a herança e a estrutura familiar camponesa das filhas de colonos no Pinhal, elas não receberiam terras de herança, sendo este um legado apenas aos filhos homens, sobretudo, de primogenitura e ultimogenitura, variando de acordo com a tradição camponesa:

O destino mais frequente da renda acumulada pela família é assegurar meios para construir uma casa para cada filho. Ampliação das propriedades através do casamento ocorre só esporadicamente, porque as mulheres raramente herdam a terra, ou quando herdam, vendem suas parcelas para um irmão. Isto remete a dois problemas que merecem uma rápida reflexão. O primeiro deles diz respeito à ligação com a terra; o segundo aos casamentos preferenciais (Seyferth, 1985, p. 22-23).

O filho homem acabava, em geral, por permanecer na terra da família dando continuidade ao conjunto doméstico ou iniciando uma nova família-tronco. A filha, por sua vez, recebia o dote para a nova vida e precisaria ou poderia sair da colônia com o marido que deveria, por sua vez, herdar ou comprar uma propriedade para a constituição da sua propriedade. Geralmente o dote dependia da condição econômica da família, como apresenta Seyferth:

Os bens que compõem o dote dependem da situação financeira da família; pode ser apenas o enxoval, acumulado pela noiva (roupas e outros objetos de uso pessoal, utensílios de cozinha, etc.), ou bens considerados indispensáveis para o início de um novo ciclo familiar (como animais domésticos, móveis, máquina de costura, etc.) ou ainda dinheiro (Seyferth, 1985, p.15).

O destino mais frequente da renda acumulada pela família é assegurar meios para construir uma casa para cada filho. Ampliação das propriedades através do casamento ocorre só esporadicamente, porque as mulheres raramente herdam a terra, ou quando herdam, vendem suas parcelas para um irmão. Isto remete a dois problemas que merecem uma rápida reflexão. O primeiro deles diz respeito à ligação com a terra; o segundo aos casamentos preferenciais (Seyferth, 1985, p. 22-23).<sup>9</sup> Ao viúvo tocou a importância de 1:800\$000 réis. A filha Helena casada com Henrique Kurtz não recebeu o dote porque já fazia dez anos (13.03.1863) que era casada.<sup>10</sup> Mesmo havendo esta formalização pública da divisão, é possível prever que poderia haver reorganização pós-partilha ou com posse diante dos ritos burocráticos dos inventários no momento do falecimento de algum dos pais.

É necessário fazer a ressalva, como já foi dito, de que os casamentos pesquisados são de indivíduos católicos, mesmo que haja casamentos mistos. Na impossibilidade de acessar a documentação religiosa (Livros de Batismos, Casamentos e Óbitos) protestante sobre o Pinhal

---

<sup>9</sup> Inventário *post mortem* de Maria Eva Albrecht. Santa Maria, 1873. APERS, A 130, M 5, E 149.

<sup>10</sup> AASM. Casamento - Catedral. Livro no 2 e 3 (1849-1870).

que, conjectura-se conteriam, principalmente, os registros de quem casou e com quem, foi necessário estabelecer estratégias de análise para tentar traçar alguns indícios sobre o passado destas famílias e elaborar elementos explicativos sobre suas experiências sociais cotidianas e os laços matrimoniais estabelecidos.

Isso é importante pois nos é pertinente tentar responder o questionamento de como se dava esta dinâmica dentro da Colônia do Pinhal: Houve casamento entre os filhos dos protestantes da comunidade do Pinhal ou seguiram os passos das famílias católicas e uniram-se a matrimônios com nubentes de fora do Pinhal? Para tentar amenizar o silêncio sobre essa dúvida, nos valem de uma alternativa técnica sobre a matéria das fontes que é afiançada por Julio Aróstegui:

Mesmo que à primeira vista não pareça, o historiador deve, como qualquer outro pesquisador social, ‘construir’ também suas fontes, ainda que se encontre mais limitado para realizá-lo à medida que retrocede no tempo. Pesquisar a História não é, de modo algum, transcrever o que as fontes dizem...A exposição da História, que é o resultado final do método de pesquisa, tem que tornar inteligível e explicável o que as fontes oferecem como informação (Aróstegui, 2006, p. 95).

Nesse sentido, tentamos (re)construir nossas fontes, nesse caso para além somente dos arquivos e daquilo que é possível acessar de documentação, e fazer um levantamento de pesquisa de campo. Se por um lado, não há os livros de óbitos para conhecer a população que viveu e faleceu no Pinhal, ou seja, permaneceu na Colônia, por outro lado, há ainda hoje tanto o Cemitério Luterano quanto o Cemitério Católico do Pinhal, em Itaara-RS. Uma vez que “a maioria das pessoas percebe o cemitério como um local ‘proibido’, sem nada a acrescentar para a cultura da comunidade onde está inserido”, explica Sônia Jacqueline Fröhlich, “e também não é um espaço procurado para pesquisas” (Fröhlich, 2012, p. 531). Compreendendo esse lugar como uma possibilidade de conseguir fontes, Witt recorreu em sua pesquisa para complementar os dados biográficos dos sujeitos históricos (Witt, 2015, p. 101-149). É o que tentamos apresentar, indicado que mesmo não tendo acesso a fontes escritas, a presença de cemitérios para duas confissões religiosas indica que aqueles indivíduos, se não todos, alguns residiram e faleceram nas terras da colônia do Pinhal.

Ciente do potencial que o patrimônio fúnebre poderia nos oferecer também com as lápides contendo os dados pessoais dos colonos. Levantamos os dados necessários *in loco* nos pequenos cemitérios. A seleção das lápides nos cemitérios atendeu o critério de nascido no século XIX, para abarcar os possíveis filhos dos colonos do mapa estatístico do relatório elaborado por Normann. No cemitério luterano foram encontradas 47 lápides (24 - sexo masculino e 23 - sexo feminino) e no cemitério católico, há lápides para 34 indivíduos (19 -



sexo masculino e 15 - sexo feminino). Percebe-se que os sepultamentos são de “desconhecidos” dentro do que designamos por famílias pioneiras dentro da colônia, a não ser alguns poucos colonos chefes de família identificados previamente em nossas fontes, ou filhos (2ª geração) e netos (3ª geração) os demais indivíduos a que se tem acesso às lápides são outros imigrantes que chegaram no Pinhal, possivelmente fazendo parte de outros processos migratórios.<sup>11</sup>

A primeira conclusão é que houve um fluxo de migrantes para a região, os quais se desconhecia dentre os colonos já residentes. A qual vinha se instalando na Colônia do Pinhal numa constante enxamagem, também característica do período e do contexto da colonização alemã, bem como migrantes nacionais e alguns poucos italianos que passaram a ocupar espaço na região. Isto, considerando que nascidos após a segunda metade do século XIX deslocaram-se antes do início do século XX para o Pinhal.

A segunda conclusão é de que os filhos dos luteranos do Pinhal acabaram por realizar casamentos com nubentes *de fora* da comunidade e também se destinaram a enxamagem em outras regiões, dando continuidade à prática. As mulheres acabariam por acompanhar seus maridos nas suas colônias em outros lugares da província ou sendo os colonos artesãos, seguiriam em busca de trabalho em outros centros mais comerciais, como Santa Maria, Santa Cruz, São Leopoldo e Porto Alegre. Os homens casaram e assumiram as terras herdadas disponíveis no Pinhal. É o que podemos denominar a lógica do trabalho na terra pelos colonos, conforme ocorreria a atomização da pequena propriedade para a 2ª geração e iriam sendo empurrados para novas fronteiras agrícolas nas áreas de colonização do planalto do Rio Grande do Sul.

Isto explicaria porque a Colônia do Pinhal teve paulatinamente um esvaziamento demográfico, não mantendo a sua população nos lotes coloniais. Ficando pouquíssimos resquícios culturais da colonização alemã no Pinhal no século XX. Portanto, a tônica da Colônia do Pinhal foi a mobilidade das famílias.

As famílias colonas que permaneceram no Pinhal conseguiram no decorrer dos anos com as lavouras muito mais que apenas *fazerem face as suas despesas*, conclui-se. O patrimônio arrecadado em esforço conjunto e com “o trabalho familiar para o mesmo pote”, isto é, a mão de obra familiar em que todos prezam pelo mesmo objetivo esperando o momento em o que foi acumulado ser distribuído (Seyferth, 1985, p. 22) foi característico do que se identifica na documentação e na historiografia pertinente. Entende-se que “no comportamento de um grupo

---

<sup>11</sup> Apêndice E – Sepultamentos No Cemitério Luterano do Pinhal; Apêndice F – Sepultamentos do Cemitério Católico do Pinhal (AVELLO, 2018, 285-287).

social há muitos outros determinantes, além do interesse econômico. Entretanto, o estudo da base econômica é o ponto de partida indispensável” (Cardoso; Brignoli, 1983, p. 335).

### **Considerações finais**

Na Colônia do Pinhal, os alemães e teuto-brasileiros visaram como favorável a aliança pelo casamento para como outros colonos, de dentro e fora da comunidade, o que além de unir as famílias unia patrimônios. A exemplo disso, a família Albrecht foi uma das famílias pioneiras que optou por ficar, e não imigrar da região da colônia do Pinhal, e acumulou bens materiais na comunidade através desses laços e outras estratégias complementares. Os Albrecht deram preferência ao arranjo matrimonial casando três filhos entre as famílias da comunidade no Pinhal fora Jacob Albrecht e Maria Eva Albrecht pelas núpcias de: Catharina, Frederico e Filipe. Pois, justamente, notou-se que a ausência de alianças internas por meio de casamentos com membros de fora da comunidade foi, em certa medida, a derrocada de algumas famílias que acabaram por migrar e, conseqüentemente, da Colônia do Pinhal. Os nubentes das demais 26 famílias, em sua maioria acabaram por migrar, embora outras famílias ficassem não devido ao casamento, mas porque detinham casa de comércio e maior quantidade de terras, como o caso da família Kroeff.

Analisamos que o casamento tanto na estrutura e como na conjuntura de possibilidades emergiu como oportunidade para os indivíduos e suas famílias garantirem bens materiais. Adicionando a isto estratégias sociais, heranças imateriais, no ambiente o qual estavam vivendo E conseguiram não só acumular, como perpetuar e compartilhar a acumulação com parentes ou quem lhe conviesse dentro do círculo social a que pertenciam.

### **Referências**

- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: Edusc, 2006.
- AVELLO, Adriano Sequeira. **À sombra do sucesso: dinâmica social numa colônia alemã no sul do Brasil (Colônia do Pinhal - Itaara/RS, 1857-1894)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. 303 p.
- BELÉM, João. **História do município de Santa Maria - 1797/1933**. 3ª ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Perez. **Os métodos da história: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- FRÖHLICH, Sônia Jacqueline. O cemitério como patrimônio da imigração alemã: relatório de prática. In: FERNANDES, Evandro; NEUMANN, Rosane Marcia; WEBER, Roswithia (Orgs.). **Imigração: diálogos e novas abordagens**. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 531-538.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo O nome e o como: troca desigual no Mercado historiográfico. In: \_\_\_\_\_. **A micro-história e outros ensaios de teoria e metodologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 169-178.

NICOLOSO, Fabrício Rigo. **Fazer-se elite em Santa Maria-RS: os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais - 1830/1891**. 2013. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

WITT, Marcos. **Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, no Rio Grande do Sul – século XIX**. 2ª ed. São Leopoldo: Oikos; Editora da Unisinos, 2015.

### **Fontes**

#### **ARQUIVO DA ARQUIDIOSECE DE SANTA MARIA - AASM**

Livro de Tombo da Catedral de Santa Maria no 2 (1866-1888)

Casamento - Catedral. Livro nº 2 e 3 (1849-1870)

Casamento - Catedral. Livro nº 4 (1870-1876)

Casamento - Catedral. Livro nº 5 (1876-1882)

Casamento - Catedral. Livro nº 6 (1882-1887)

Casamento - Catedral. Livro nº 7 (1887-1891)

Casamento - São Martinho. Livro nº 2 (1855-1882)

Óbitos - Catedral. Livro nº 2 (1863-1895)

Óbitos - Catedral. Livro nº 3 (1895-1925)

#### **ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – APERS**

Inventário *post mortem* de Maria Eva Albrecht. Santa Maria, 1873. APERS, A 130, M 5, E 149.

#### **ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL – AHRS**

Mappa estatístico da população da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte – nº 1, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRS, Colonização, C 35, M 65.

# **A constituição da indústria da cerveja no Rio Grande do Sul no século XIX**

Cristian Vian<sup>1</sup>

## **Introdução**

Este trabalho discute a constituição da indústria da cerveja no Rio Grande do Sul. Debate o início da fabricação desse produto e o processo de racionalização da indústria da cerveja, de uma pequena manufatura para uma fábrica com um elevado grau de controle sobre seus processos produtivos. O aporte teórico-metodológico é proveniente da História Econômica. Como forma de desenvolver a narrativa, apresenta informações sobre os primeiros ensaios dessa produção em solo brasileiro e rio-grandense no século XIX. Essas informações são oriundas de periódicos do período compreendido pelo recorte temporal e de bibliografia pertinente. Elas possibilitam identificar como a produção e o consumo de cerveja foram difundidas a partir da iniciativa de imigrantes europeus, conhecer os procedimentos para a fabricação da cerveja e a história de algumas das principais indústrias do estado no século XIX. Na primeira seção, *Os antecedentes e a situação industrial brasileira no século XIX*, apresenta pesquisa em periódicos do século XIX na busca de informações sobre a produção cervejeira no Rio Grande do Sul e no Brasil. Também discute, o processo de industrialização brasileiro correlacionando-o com o desenvolvimento da indústria da cerveja. Na segunda seção, *Da pequena manufatura à indústria racionalizada*, discute alguns dos processos de fabricação da cerveja realizados pelas indústrias brasileiras no século XIX e a situação econômica destas até meados do século XX. Por fim, este trabalho é fruto de uma pesquisa mais ampla. Pretende-se com ele, contribuir para o debate historiográfico acerca do processo de industrialização do Brasil e da indústria da cerveja.

## **1. Os antecedentes e a situação industrial brasileira no século XIX**

A relação da sociedade brasileira com o consumo de cerveja, começou a tomar proporções significativas com a entrada da cerveja inglesa nos portos do Brasil no início do século XIX. A indústria inglesa se desenvolvia a passos largos e o fluxo de comerciantes nos portos brasileiros, interessados em comercializar os produtos manufaturados de sua pátria de origem crescia dia após dia. As relações políticas e culturais entre ingleses e portugueses,

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF), com bolsa de pesquisa CAPES (2023). É membro do Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMUR). Possui graduação em História pela Universidade de Passo Fundo (2020). Contato: 129241@upf.br

fortaleceram e aceleraram o processo de disseminação do consumo dessa bebida entre as camadas mais abastadas da sociedade, que começava a se desenvolver nos primeiros anos da nação. Dentre os tipos de cerveja que os ingleses produziam e vendiam nos portos brasileiros destacavam-se as marcas *Porter* e a *Pale Ale* (Köb, 2000, p. 31-32).

A industrialização, conforme Sandra Jatahy Pesavento, “é, ao mesmo tempo, um processo social e um processo técnico, ou uma forma específica de combinação das forças produtivas sob determinadas relações de produção” (1983, p. 14). No Brasil tem seu início no século XIX, movida, sobretudo, por uma necessidade interna de modernização dos meios de produção. Desencadeada, principalmente, pela chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808, devido à invasão de Portugal por Napoleão Bonaparte no ano anterior. O Príncipe-regente de Portugal, Dom João VI, alguns dias após sua chegada, lançou o Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas, além dos Alvarás do dia 1º de abril daquele mesmo ano e o de 28 de abril de 1809, que passaram a permitir a instalação de fábricas e manufaturas em terras brasileiras. Nícia Vilela Luz destaca a relevância dos Alvarás naquele momento para uma mudança no paradigma manufatureiro brasileiro:

O primeiro revogou as peias do regime colonial, formulou os princípios e expôs os motivos da nova orientação. Todo o país abriu-se, por assim dizer, às perspectivas da industrialização com o objetivo de multiplicar a riqueza nacional, promover o desenvolvimento demográfico e dar trabalho a certo elemento da população que não se acomodava à estrutura socioeconômica vigente. O segundo estabelecia medidas de ordem prática, concedendo isenção de direitos aduaneiros às matérias-primas necessárias às fábricas nacionais, isenção de imposto de exportação para os produtos manufaturados do país, utilização dos artigos nacionais no fardamento das tropas reais, concessão de privilégios exclusivos, por 14 anos, aos inventores ou introdutores de novas máquinas e a distribuição anual de 60 mil cruzados, produtos de uma loteria do Estado, às manufaturas que necessitassem de auxílio, particularmente as de lã, algodão, seda, ferro e aço (2004, p. 41-41).

Apesar das iniciativas para impulsionar o desenvolvimento manufatureiro no Brasil, a herança colonial de uma elite agrária que se fazia presente nos círculos da alta sociedade brasileira, exercia grande influência na tomada de decisões sobre os rumos do país. Defendiam que sua vocação era agrícola, o que conseqüentemente, retardava o desenvolvimento industrial brasileiro. “Lutava, em vão, contra esses interesses a minoria dos que acreditavam na industrialização” (Luz, 2004, p. 47). Mesmo com a independência do Brasil em 1822, que de certa forma, decretou o fim da colônia portuguesa e do monopólio comercial que este exercia sobre o país e de algumas medidas econômicas de incentivo à industrialização como a tarifa alfandegária promulgada por Manuel Alves Branco, então Ministro da Fazenda em 1844. Não ocorreram grandes mudanças na dinâmica econômica do Brasil e surtiu um efeito razoável (Luz, 2004, p. 47-48). A medida de Alves Branco, de cunho protecionista, taxava em até 60% alguns

artigos de importação, os que recebiam a maior alíquota geralmente eram produtos dos quais o Brasil produzia internamente (Villela, 2005, p. 39). O intuito era de que comerciantes e empresários brasileiros produzissem esses artigos em solo nacional.

Até pouco antes dos anos 1850 as informações relativas à fabricação de cerveja no Brasil e no Rio Grande do Sul eram bastante escassas, se limitando a alguns anúncios em periódicos da época e relatórios provinciais. Köb faz menção a um anúncio do dia 27 de outubro de 1836 do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, que se refere a venda da “cerveja brasileira”, segundo o mesmo: “Esse é na verdade o primeiro documento conhecido sobre a produção desta, a princípio bastante humilde no Brasil” (Köb, 2000, p. 33). Porém, após pesquisar no mesmo jornal, foi possível encontrar menções a uma fábrica e a fabricação de cerveja em edições anteriores a mencionada na pesquisa de Köb. Como na edição de agosto de 1832 na coluna das vendas, que diz o seguinte: “Na rua d’Ajuda n. 67, fabrica de serveja, vendem-se bagos de zimbro, e baunilha por preço commodo” (Vendas, 22 ago. 1832, p. 3). Outra nota do mês seguinte menciona a mesma cervejaria e traz também o valor de cento e sessenta réis por botija, um recipiente feito de argila, “Na rua d’Ajuda n. 67, acha-se serveja de superior qualidade a 160 réis por botija o caldo, vinagre, baunilha, bagos de zimbro, rhum etc” (Vendas, 15 set. 1832, p. 5). Também foi possível encontrar menções sobre a mesma fábrica da rua d’Ajuda no *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro na edição 252 do dia 15 de novembro de 1831, ou seja, cinco anos antes da cervejaria mencionada por Köb, o Rio de Janeiro contava com uma fábrica produzindo cerveja de alta fermentação em solo nacional: “Na Fábrica de Cerveja da rua d’Ajuda n. 67, vende-se além dos gêneros pertencentes à dita fabricação, e distillaria, bagos de zimbro novamente chegados de Hamburgo, e Baunilha, de primeira sorte, por preços commodos” (Vendas, 15 nov. 1831, p. 2). Uma nota na edição 726 do periódico *Aurora Fluminense*, do dia 25 de janeiro de 1833, discorre sobre a mesma cervejaria e chama a atenção por fazer menção à vitivinicultura, que segundo a nota, ensaios de sua produção se iniciavam em solo brasileiro. Além de detalhar sobre outros gêneros alimentícios que se faziam presentes no cotidiano da primeira metade do século XIX como, o trigo que era importado, o modo de preparar a carne, que conforme a matéria, era semelhante ao europeu:

A farinha de trigo vêm-nos de fóra, mas fabrica-se o pão muito bem; os carnicheiros preparaõ a carne ao modo Europeo; os distilladores tiraõ da agoa ardente de cana, espiritos e licores que brevemente desterraraõ dos nossos mercados productos identicos, vindos de fóra. Outro tanto diremos da serveja. A fabrica da rua da Ajuda completamente resolveo o problema da sua preparaçã debaixo dos tropicos. Quanto ao vinho, vêm tudo de fóra; mas não deve estar longe o tempo em que o Brazil o dê; ensaios praticados em differentes pontos fazem nascer esperanças certas a tal respeito (Interior, 1833, p. 1).

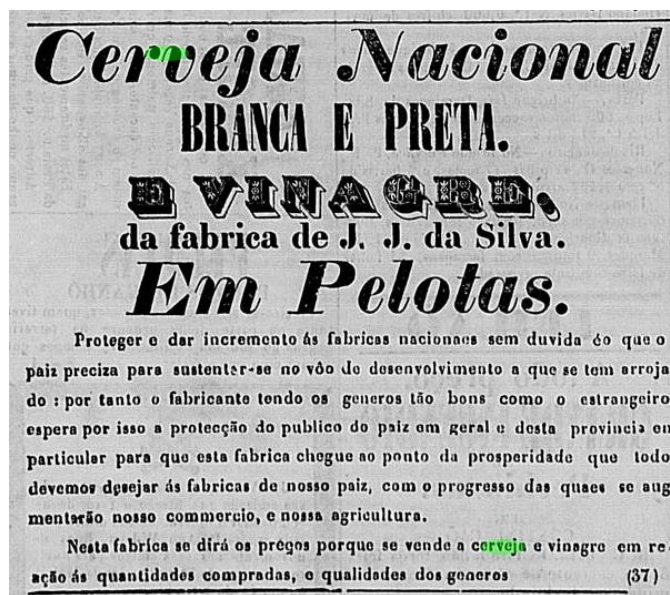
Em agosto de 1832 o jornal *A Verdade* do Rio de Janeiro, publicou uma nota que revela a fabricação de cerveja em Minas Gerais nesse período sob a influência da presença inglesa naquela província:

Em Minas Gerais os Inglezes são os melhores Juizes de Paz contra os vadios, por que dão-lhes taes ordenados, e jornaes, que muitos tem renunciado inteiramente á ociosidade, e estão perfeitos officiaes de ferreiro, de carpinteiro etc., e o que mais é, já toda a Provincia sabe extrair ouro. Já ali se vê empregar a charua para cultivar campos, até aqui julgados inuteis. Já se fabrica serveja, e mil outras coisas, que o bom exemplo tem ensinado (Rio de Janeiro, 1832, p. 2).

Com a evolução das tecnologias de informação e a ampliação de bancos de dados com fontes digitais salvaguardadas, os periódicos digitalizados e os mecanismos de busca, possibilitam obter importantes informações que contribuem para o desenvolvimento da pesquisa histórica, “a Imprensa é rica em dados e elementos, e para alguns períodos é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas, etc.” (Zicman, 1985, p. 89).

A pesquisa realizada em periódicos do Rio Grande do Sul, disponíveis no banco de dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional revelou que as menções mais antigas encontradas sobre fábricas no Estado, estão nos *Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras*, na primeira edição, do dia primeiro de junho de 1849. Foi possível localizar a informação de uma cervejaria funcionando, naquele mesmo período, em grande escala na cidade de Pelotas (Mappa, 1849, p. 60). No jornal *O Rio-Grandense* de agosto de 1852, encontra-se o anúncio da *Cerveja Nacional* de propriedade de J. J. da Silva como mostra a Imagem 1.

**Imagem 1** - Anúncio da Cerveja Nacional



Fonte: *O Rio-Grandense*. Porto Alegre. p. 4, 30 ago. 1852. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

No anúncio da Imagem 1 observa-se a partir do texto como estava orientado intelectualmente, parte do empresariado rio-grandense. É possível identificar o teor político do texto do anúncio, que defende a proteção da indústria, comércio e agricultura nacional, conclamando que a sociedade e o governo tomem partido na causa defendida, para que o país possa prosperar. “A imprensa age sempre no campo político-ideológico”, como bem destaca Zicman e que, portanto, é necessário tomar alguns cuidados metodológicos com relação aos agentes envolvidos na produção das informações (1985, p. 90).

A partir da segunda metade do século XIX, a produção industrial brasileira passou por períodos de ascensão, sobrepujados por acontecimentos de origem interna e externa como a Guerra Civil Americana (1861-1865) e a Guerra do Paraguai (1864-1870), que impulsionaram, principalmente, a indústria têxtil. A situação não melhoraria até o início da Primeira República (1889-1930), o mundo capitalista passara por grandes turbulências econômicas na década de setenta dos oitocentos, que chegaram ao Brasil e levaram ao fechamento de bancos e inúmeros negócios (Luz, 2004, p. 51-52). Porém, apesar da decadência de determinados setores, é nesse mesmo período que o ramo das cervejarias passa por um forte desenvolvimento e que conseqüentemente, diminuiu a importação dessa bebida (Köb, 2000, p. 34). Mesmo o setor industrial tendo se organizado, com a constituição da Associação Industrial em 1881, não conseguiu de forma efetiva concretizar seus anseios diante do governo imperial, não obstante a organização dos industriários tem um grande peso quanto à tomada de decisões sobre a política econômica na Primeira República (Luz, 2004, p. 52-53).



## **2. Da pequena manufatura à indústria racionalizada**

O período monárquico no Brasil desencadeou, além do processo de modernização citado anteriormente, um esforço de repovoamento e colonização de regiões até então pouco aproveitadas pelo governo brasileiro, como é o caso do Rio Grande do Sul, atraindo imigrantes de várias partes da Europa, entre eles, os de origem germânica. A ocupação dessas regiões, algumas povoadas por indígenas e caboclos, visava atender, não apenas questões demográficas, mas também questões morais, sociais, militares e econômicas. A colonização alemã no Rio Grande do Sul data dos primeiros anos da década de vinte dos oitocentos (Oberacker, 2004, p. 263). Segundo Pesavento:

A indústria da cerveja no Rio Grande do Sul associa-se à história da imigração alemã, como um ramo característico ao qual se dedicaram os teuto-brasileiros, objetivando atender o consumo da própria comunidade, que trouxera o hábito de beber este artigo de sua pátria de origem (1983, p. 125).

O argumento de Pesavento também é reforçada por Köb, segundo o mesmo: “os que introduziram no Brasil a técnica de fazer cerveja eram imigrantes provenientes principalmente da Alemanha e da Itália, passando à frente estes conhecimentos dentro da própria comunidade” (Köb, 2000, p. 34). Entretanto, como podemos observar no tópico anterior, até mesmo os ingleses tiveram influência na sua produção em solo brasileiro. Quanto aos insumos para produção da cerveja, em especial a cevada, Pesavento indica que:

A cevada era cultivada pelos colonos e desenvolvia-se na zona de São Leopoldo, vale do Taquari e no planalto em torno de 1850. O governo provincial, representante dos interesses do centro no Rio Grande do Sul e, como tal, promotor da vinda dos imigrantes, fornecia aos colonos sementes selecionadas. A produção que resultava deste cultivo era aproveitada pelas pequenas cervejarias caseiras (1983, p. 125).

Pesavento ainda salienta que a precariedade infraestrutural nas colônias, aliada ao custo da cerveja importada, contribuiu para a disseminação de pequenas cervejarias artesanais (1983, p. 125). Esse cenário manteve-se praticamente até o início da Primeira República. Segundo Köb:

Durante muito tempo as cervejarias brasileiras se caracterizaram por sua pequena manufatura e instalações simples. Uma caldeira de cobre de 500 a mil litros, uma máquina de engarrafamento e outra de enrolhar, um moedor de grãos e duas tinas para fermentação eram suficientes para se montar um estabelecimento e produzir cerveja de alta fermentação, a qual era na maior parte das vezes consumida em bares e tavernas na própria localidade. O abastecimento com cevada e lúpulo consistia entretanto num problema permanente sendo que a cevada produzida aí não alcançava os padrões de qualidade necessários e como ingrediente o lúpulo não era nem mesmo cultivado. Assim sendo os fabricantes recorriam ao uso de ingredientes substitutos. Entre outros empregavam-se numa primeira fase o milho, arroz e açúcar. A princípios

do século XX já se usava o malte de cevada importada, muitas vezes adulterado com açúcar (2000, p. 34).

Portanto é necessário enfatizar que, a cerveja como a conhecemos hoje passou por inúmeras mudanças se comparada à cerveja que era produzida séculos atrás. Tereza Cristina de Novaes Marques destaca que, “[...]a questão da temperatura é particularmente relevante para o implante dessa indústria em países tropicais como o nosso, porque só a refrigeração industrial garantiu homogeneidade e qualidade ao produto feito aqui” (Marques, 2014, p. 26). Existem técnicas e processos diferentes para a fabricação da cerveja, que resultam em produtos distintos, de acordo com a tecnologia e matéria prima empregada. Por exemplo, a cerveja de alta fermentação, necessita de menos capital para sua produção. A de baixa fermentação exige um maior rigor quanto ao controle de temperatura para ser produzida e como consequência, necessita de investimentos em maquinário (Marques, 2014, p. 26). Conforme Marques:

Reconhece-se que, tanto no passado como hoje, existe uma centena de variedades de cerveja, de aspecto claro ou escuro, do tipo *Munchen*, do tipo *Pilsen*, ou do tipo *Stout*. Algumas delas exigem o emprego da técnica da baixa fermentação, outras só se fazem com alta fermentação, mas, sobretudo, a diferença entre as formas da bebida se deve à qualidade e à quantidade de matéria-prima empregada (2014, p. 26).

Marques ainda defende que a popularização do consumo da cerveja está associada também, a valorização das inovações tecnológicas. O advento da refrigeração e da pasteurização, transformaram o produto final e conseqüentemente, a qualidade e o grau de confiabilidade dos mesmos (Marques, 2014, p. 31-35). Quanto às diferenças entre as cervejas de alta e baixa fermentação, estão sobretudo, no tipo de levedura empregada para a fermentação dos cereais maltados. Na cerveja de alta fermentação, segundo Marques:

[...] empregava-se, e ainda hoje se usa, um tipo especial de levedura que opera seus efeitos sobre a mistura do malte com a água, causando a aglomeração dos grânulos de malte na superfície do líquido em temperaturas consideradas elevadas: entre 16°C e 24°C. A refrigeração é necessária durante algumas etapas do processo de fabricação, especialmente no resfriamento da mistura já fervida (2014, p. 37).

O resultado desse processo é a cerveja de alta fermentação, que recebe esse nome justamente por que sua fermentação ocorre em temperaturas elevadas, além de que, os grânulos de malte se precipitam na superfície da mistura (Marques, 2014, p. 37). Marques explica que:

Pode ser pasteurizada, conservava-se por mais tempo, mas os fabricantes brasileiros resistiam a pasteurizar a bebida, para evitar perdas de garrafas, o que aumentaria muito o custo de produção de suas empresas. Por não ser pasteurizada, essa cerveja deve ser consumida em poucos dias, porque o líquido no interior da garrafa continua se expandindo, levando à expulsão da rolha ou tampa que veda a garrafa. Como, habitualmente, usava-se a rolha amarrada com barbante para selar as garrafas, esse tipo de cerveja ficou conhecido como cerveja barbante (2014, p. 37).

Até o final do século XIX, antes da chegada de algumas inovações nas técnicas de envasamento, o engarrafamento da cerveja se constituía em um grande problema para os fabricantes, visto que, as garrafas fabricadas no Brasil, não eram padronizadas e o sistema de engarrafamento era precário. Ocasionalmente, inúmeras perdas para os fabricantes de bebidas e que acabavam, em períodos de expansão da produção, a ter de importar garrafas. Uma das alternativas dos fabricantes para evitar prejuízos, era manter um salão nas dependências das fábricas, para que a bebida pudesse ser consumida ali mesmo, em meio a festas, jogos e afins (Marques, 2014, p. 38-39).

Com relação à cerveja de baixa fermentação, se distingue por empregar um tipo diferente de levedura que opera em baixas temperaturas, em torno de 3°C a 13°C, com os grânulos de malte ficando no fundo da tina de fermentação. Após esse processo, a cerveja pode ser estocada por meses, desde que resfriada, podendo ser comercializada conforme a disposição de consumo. A possibilidade de constituir um estoque, poderia se converter em algumas vantagens econômicas, de acordo com a oferta e demanda do produto e da oscilação dos preços da cerveja ou das matérias-primas necessárias para sua produção (Marques, 2014, p. 40-41).

Uma das primeiras cervejarias a aplicar a técnica de baixa fermentação e se racionalizar no Rio Grande do Sul, ou seja, ter um elevado grau de controle sobre seus processos produtivos, foi a do imigrante alemão Friedrich Christoffel. Antes de se estabelecer em Porto Alegre e abrir sua própria cervejaria, havia trabalhado em uma fábrica de vinagre no Rio de Janeiro (Pesavento, 1983, p. 126). Uma reportagem do jornal *A Federação* de março de 1904 traz algumas informações importantes sobre o início da cervejaria e as técnicas de produção que a mesma empregava:

A fabrica de cerveja denominada Christoffel, foi fundada em 1864 por F. Christoffel, na rua da Floresta. D'ahi passou a funcionar na rua do Rosario esquina do Caminho Novo, d'onde mudou-se para a rua Voluntarios da Patria n. 487, onde se conserva até hoje. A fabrica de cerveja Christoffel emprega os mais aperfeiçoados processos na sua indústria. Estes processos resumem-se nas seguintes operações: 1ª moagem de cevada; 2ª preparação do liquido, chamada impropriamente infusão; 3ª fervura com o lúpulo; 4ª resfriamento, feito por meio do ar ou nas adegas, artificialmente. A moagem da cevada é feita em uma machina moderna, com todo o capricho. Na sala da fabricação ha uma tina ou cuba de infusão, destinada á preparação do liquido. O principio em que se baseia esta operação é a transformação do amido do grão de cevada pela diástase em liquido saccharino. O processo empregado pela fabrica é o do aquecimento lento, e n'esta primeira cuba o liquido é paulatinamente elevado a temperatura de 40 graus. E' o systema de München, na Baviera. D'esta tina de infusão é o liquido retirado por meio de 5 torneiras de grande diâmetro para uma cuba d'onde é levado por meio de uma bomba para a caldeira superior, voltando á tina de infusão pela diferença de nível, para atingir a temperatura de 70 graus.

No trecho seguinte da matéria, destaca-se a técnica utilizada para fabricação, mencionando as diferenças entre a forma como os ingleses e os alemães produziam a cerveja e o porquê da cervejaria de Christoffel ter optado pelo método alemão:

O processo inglez eleva bruscamente a temperatura a 70° durante a infusão, ao passo que o processo allemão prefere fazer esta elevação de temperatura lentamente. Como consequência o processo inglez dá cerveja com mais alcool, e o processo allemão a produz com maior somma de materiais nutritivas. E' por isto que a fabrica Christoffel preferio o processo allemão. D'ahi segue o liquido por meio de uma calha para os resfriadores. Estes resfriadores são grandes peças de metal a semelhança de taboleiros, de pouco fundo e excessiva extensão. Estes resfriadores têm capacidade para 12 mil garrafas, são em numero de dois e funcionam numa sala vastissima, na parte mais superior do edificio. Como dissemos, este resfriamento pôde tambem ser praticado nas adegas. A entrada para essas adegas é feita por aberturas pequenas, munidas de escadas de ferro. Estas aberturas são pequenas para ser aproveitado todo o frio, e a construcção é de ferro. A adega mais superior é a da fermentação, cuja temperatura regula 6° Reaumur. Tem 25 tinas para a fermentação do liquido e o resfriamento é feito por meio de serpentinas. A fermentação dura de 8 a 15 dias. A adéga mais inferior é destinada ao deposito, onde a cerveja se clarifica por si mesmo e é retida pelo espaço de dois mezes, para depois ser filtrada e engarrafada. O liquido passa dos resfriadores ao ar livre para as adegas, passando por um aparelho especial onde cae sobre tubos, pelos quaes corre agua internamente, auxiliando tambem o resfriamento. Todas as construcções são de ferro. Das adégas vem a cerveja para a secção do engarrafamento, que é feito por um processo especial. A vantagem do processo da fabrica Christoffel é que o liquido não tem contacto com o ar ambiente, indo diretamente para a garrafa por contrapressão, o que tem, por efeito, de um lado o aproveitamento total do acido carbonico e do outro o não permitir que a cerveja espume em demasia. Depois do engarrafamento vae a cerveja ao banho-maria a 40° Reaumur ou 50°, si é para exportação, em vastas cubas apropriadas. São ahi mesmo selladas as garrafas e collocadas nas prateleiras.

Na sequênciã da matéria, chama atencção a abrangência de mercado da cervejaria, que exportava seus produtos naquele período, para regiões bem distantes do local de origem como o Ceará. Também traz detalhes sobre as garrafas utilizadas, importadas de fora do Estado e sobre o sistema de refrigeração:

A secção de encaixotamento é bem montada e ahi prepara-se a mercadoria, afim de ser exportada para o norte, Rio, Ceará, e sul do Estado. Emprega-se unicamente madeira do paiz. Na secção de lavagens de garrafas ha uma escova rotativa para este serviço, além de dois esguichos com pressão de uma atmospherã, correspondendo a 10 metros de altura mais ou menos. Vimos em deposito alguns saccos de garrafas fabricadas em S. Paulo, acondicionadas em capsulas de palha, mandadas vir para consuno da fabrica. E' de lamenta que em uma capital como Porto Alegre, não haja ainda uma fabrica em condições de fornecer as garrafas necessarias a tão vulgarisada indústria. A machina frigorifica pôde produzir 300 kilos de gelo por hora. Esta machina é do systema Caré, aperfeiçoado, e pelo amoniaco. O vapor aquece-se no cylindro vertical, e na serpentina, e é submetido a pressão de 13 athmospherã. Dahi é submettido ao resfriamento por meio d'agua, liquefazendo-se então o gaz amoniaco. Modifica-se a pressão para 12 athmospherã, vaporisando-se de novo a amoniaco em consequencia, e nesta mudança de estado absorve calor, gerando o gelo. O gaz é de novo aproveitado no cylindro, e theoreticamente não devia haver necessidade de novo gaz amoniaco, se não se perdesse nos attrictos. A bomba d'agua da 800 litros por minuto, e trabalha tambem dia e noite. Os reservatórios d'agua tem 20.000 litros cada um e é depositada antes de ser usada. A caldeira a vapor é do systema *Belevil*,

aperfeiçoada, de Demayer & C., de Villabroek, Belgica. O combustível empregado é tóros de madeira e a caldeira tem uma superfície de fogo de 82m,2, correspondendo mais ou menos a 60 cavallos vapor.

No último trecho, verifica-se as informações sobre a capacidade produtiva da fábrica, o valor em capital, os nomes do então proprietário e do técnico cervejeiro, além de destacar que a fábrica supostamente respeitava a *Reinheitsgebot*<sup>2</sup>, utilizando apenas cevada e lúpulo na fabricação:

Como anexos da fabrica estão as estribarias, e os depositos das carretas. O canal para a vinda d'agua tem uma boa construcção, e n'elle cabe um homem de pé para fazer a limpeza. No escriptorio faz-se a analyse de cerveja, de cevada, etc. A fabrica possui terrenos de marinhas onde funcionam dois trapiches, um com o edificio da *Rudderverein Germania*, e o outro alugado a fabrica de vidros contigua. A propriedade dos terrenos de marinha é importante para assegurar a boa qualidade da agua. Ao lado da fabrica funciona a sociedade sportiva Radfahrer Verein, <Blitz>, em terreno cedido gratuitamente pela fabrica. A sociedade *Foot-ball* funciona tambem em terrenos da fabrica. Está portanto, a fabrica cercada por três sociedades sportivas. O pessoal da cervejaria, em numero de 45 pessoas, no momento, é composto de brasileiros de origem allemã e italiana. A fabrica póde produzir até 1.500.000 garrafas de cerveja annualmente, trabalhando dia e noite. A cervejaria <Christoffel> produz cerveja branca e preta simples, dupla, Lager-Bier, Export-Bier, Culmbacher, chopps simples e duplo. E' proprietário desta fabrica, cujo capital é de 600.000\$000 o illustrado profissional dr. Luiz Englert, competente, activo e emprehendedor. Seu nome, por si só, assegura a franca prosperidade do estabelecimento, que trabalha agora dia e noite. E' mestre da fabricação o sr. Ioncher, que tem diploma pela academia de mestres de fabricação de Munich, na Baviera, e desempenha com proficiencia o seu cargo. A fabrica só emprega cevada e lupulo como materia prima, e no contracto lavrado com o mestre é severamente punida qualquer falta neste sentido. A fabrica nunca teve uma condenação. E' premiada na exposições de Paris, Rio de Janeiro, Berlim, Brasileira-allemã, e do Estado em 1901 (PELAS FÁBRICAS, 1904, p. 1).

Ainda que de cunho propagandístico, exaltando as qualidades técnicas da cervejaria e virtudes do então proprietário Luiz Englert. A reportagem do jornal *A Federação* sobre a cervejaria Christoffel, relata detalhes importantes de como era fabricada a cerveja no Rio Grande do Sul. Dando ênfase a produção de nível industrial, no final do século XIX, além de destacar a quantidade de operários, os tipos de cerveja produzidos, o capital social da cervejaria, o problema das garrafas que fora comentado anteriormente e a capacidade produtiva da indústria. No *Anuário da Província do Rio Grande do Sul* de 1885, uma página é dedicada a cervejaria de Christoffel, o anúncio chama atenção por creditar a cervejaria como a mais antiga do Estado, informação que não procede, visto que apresentamos no tópico anterior uma fábrica tão antiga quanto à em questão na Figura 1 (*Anuário da Província*, 1885, p. 293).

Além da cervejaria Christoffel, outras também começaram a se destacar na capital, como a de Bernardo Sassen fundada em 1878 com 500:000\$000 de capital inicial e que até o final da

---

<sup>2</sup> Lei de pureza da cerveja promulgada pelo duque Guilherme IV da Baviera em 23 de abril de 1516. Esta, instituiu que a cerveja deveria ser fabricada apenas com água, malte de cevada e lúpulo em seus domínios.

virada do século se manteve competitiva produzindo uma média de 10.000 garrafas de cerveja por dia e contando com 26 operários. A de Wilhelm Becker em 1879 e a de Karl Bopp em 1881. Becker faleceu em 1889, a viúva Elizabeth Ritter, filha de outro pioneiro da cerveja no Rio Grande do Sul, Georg Heinrich Ritter, casou-se com Bernardo Sassen, ocasionando a fusão das duas cervejarias (Pesavento, 1983, p. 127).

A família de Georg Heinrich Ritter na Alemanha era originalmente de cervejeiros, ele imigrou para o Brasil em 1846, seguiu a tradição familiar e seus filhos, Heinrich Ritter e Karl Ritter também fundaram cervejarias. Heinrich e seus filhos, Henrique Waldemar Ritter, Carlos Oscar Ritter e Frederico Augusto Ritter formaram a *Ritter & Filhos* em 1907, em Porto Alegre, com capital de 1.000:000\$000, capacidade de produção de 15.000 garrafas por dia e 20.000kg de gelo. Karl Ritter fundou a sua cervejaria em Pelotas em 1872, até meados da primeira década do século XX, a cervejaria de Karl contava com 70 operários e uma capacidade de produção diária de 10.000 garrafas de cerveja. Até o final do século XIX somente na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, somavam-se 13 cervejarias (Pesavento, 1983, p. 128).

Há uma ligação entre a atividade comercial paralela de alguns dos proprietários dessas cervejarias e o crescimento econômico das mesmas. Isso possibilitou que fossem adquiridos maquinários modernos para a fabricação de diferentes tipos de cerveja e a racionalização de seus processos produtivos, ou seja, houve melhorias e padronização do produto final obtido. O maquinário de origem importada, gerava credibilidade e confiabilidade a cervejaria e ao produto. A maioria das pequenas manufaturas ainda utilizavam a técnica de alta fermentação, por não possuírem essas reservas de capital relativas à atividade comercial paralela que alguns empresários tinham, houve o fortalecimento das indústrias que conseguiram modernizar seu maquinário (Vian, 2022).

Nas zonas onde concentrou-se a imigração italiana, como Caxias do Sul e Bento Gonçalves, também surgiram indústrias cervejeiras de grande porte, destaca-se entre elas a de Ambrosio Leonardelli fundada em 1882 (Pesavento, 1983, p. 129). Os italianos, assim como os alemães, também sabiam produzir cerveja como fora mencionado anteriormente. O jornal *O Cosmopolita* de 1903, publicou uma nota bibliográfica dedicada a contar a trajetória do imigrante italiano Rodolpho Felice Laner, a quem, segundo o jornal, atribui a abertura da primeira cervejaria daquela localidade:

Em meados do anno de 1876 chegou a esta villa, então séde, da ex-colônia Duque de Caxias, com as primeiras turmas de colonos italianos que o governo imperial enviara para povoarem as uberrimas terras deste futuro município. Intelligente e dotado de uma perseverança invejável, não quis dedicar-se ao cultivo da terra, como fizeram os seus demais companheiros, por ver que o seu trabalho só poderia ser

convenientemente remunerado, quando a colonia possuísse boas estradas de rodagens que facilitassem o transito de seus productos para os centros populosos. Por isso procurou aproveitar sua actividade na carreira commercial, fundando, em 7 de Setembro de 1877, a primeira casa de negocio que se abriu á frequencia publica. Foi tambem Felice Laner quem estabeleceu a primeira cervejaria, a primeira olaria mechanica, e quem primeiro divulgou o emprego do sulfato de cobre, nas vinhas, para evitar-se a Peronóspora, moléstia que aqui grassava fortemente, trazendo incalculaveis prejuízos aos colonos (Traços Biographicos, 1903, p. 1).

A historiadora Marcia Sanocki Stormowski aponta que no inventário de Felice Laner, aparece apenas a atividade de oleiro e as demais constam em livros de impostos entre os anos de 1894 e 1909. Também defende a possibilidade de Felice Laner ter imigrado da Itália com algum capital, o que possibilitou sua ascensão como comerciante, industriário e também como arrendatário de terras em Caxias do Sul (Stormowski, 2005, p. 96).

No norte do Rio Grande do sul, cervejarias como a Bramatti & Filhos, de Getúlio Vargas e Bade Irmãos & Barbieux, de Passo Fundo, tiveram grande representatividade no círculo industrial de suas localidades, inclusive, exportando seus produtos para outros estados do Brasil no início do século XX (Vian, 2022). Conforme o jornal *A Federação* de outubro de 1914, existiam 134 cervejarias no Rio Grande do Sul naquele período (Mensagem, 1914, p. 4).

À medida que as condições do país em termos creditícios e infraestruturas iam mudando, até meados da década de trinta século XX. Inúmeras dessas pequenas manufaturas acabavam por desaparecer ou eram absorvidas por outras. As que permaneciam, conseguiam se consolidar no mercado e empregar certa concorrência aos grandes grupos cervejeiros.

No final do período imperial e início da república, a política emissionista e creditícia do Estado brasileiro, desvalorizou a moeda brasileira e elevou a inflação, isso aumentou o custo das importações. Segundo Pesavento:

Paralelamente os governos tomaram medidas de protecionismo alfandegário para dotar o Estado de um certo lastro: elevação dos impostos de importação, cobrança da taxa-ouro sobre os artigos importados. O efeito específico que esta política financeira trouxe sobre a fabricação da cerveja foi tornar mais difundido o seu consumo, na medida em que se tornava mais difícil a importação do vinho português. Entretanto, a inflação ocorrida representava uma faca de dois gumes, na proporção que a desvalorização cambial tornava mais cara a importação de máquinas e do malte e lúpulo, matérias-primas para a cerveja. Em compensação, algumas medidas de proteção alfandegária, levadas a efeito pelo governo central, vieram favorecer a proliferação das cervejarias (1983, p. 131).

Ainda no começo da Primeira República, Pesavento indica que “[...]novas medidas protecionistas foram tomadas, respondendo a necessidade de arrecadação fiscal do governo federal e a solicitações dos produtores na defesa de seus interesses (1983, p. 131). Entretanto, a grande concorrência, a expansão, a modernização e o deslocamento de indústrias oriundas dos grandes centros e com grande concentração de capital, contribuíram para o desaparecimento

das pequenas e médias manufaturas familiares. Até meados da década de quarenta dos novecentos, boa parte dessas indústrias locais acabariam por se tornar parte de grandes monopólios.

### **Considerações finais**

A indústria da cerveja teve papel importante no desenvolvimento do parque industrial brasileiro, sendo uma das primeiras indústrias a racionalizar seus processos produtivos no século XIX. A reserva de capital oriunda da atividade comercial somada ao conhecimento técnico do imigrante europeu, forneceu as condições necessárias para a constituição dessa produção. A popularização de seu consumo em virtude do preço acessível e de maior oferta em algumas localidades contribuiu para a proliferação das cervejarias. O crescimento de alguns mercados favoreceu o desenvolvimento dessa indústria, o resultado foi a constituição de grandes grupos cervejeiros nas primeiras décadas do século XX. Em algumas regiões do país, a pequena produção desapareceu, ou viveu à margem destes grandes grupos cervejeiros.

### **Referências**

**ANUÁRIO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL**, Porto Alegre. 1885. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 out. 2020.

**CERVEJA NACIONAL. O Rio-Grandense**. Porto Alegre. 30 ago. 1852. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 18 out. 2020.

**INTERIOR. Aurora Fluminense**. Rio de Janeiro. p. 1, 25 jan. 1833. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 22 out. 2020.

KÖB, Edgar. Como a cerveja se tornou bebida brasileira: a história da indústria de cerveja no Brasil desde o início até 1930. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 161, n. 409, p. 29-58, 2000.

LUZ, Nícia Vilela. As tentativas de industrialização no Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org). **História geral da civilização brasileira**. 6. ed. Tomo II, vol. 6. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

**MAPPA DEMONSTRATIVO DAS FABRICAS E PRODUCTOS DE ALGUNS MUNICIPIOS DESTA PROVINCIA, E DE SUAS RIQUEZAS NATURAES. Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras**. Porto Alegre. p. 60, 1 jun. 1849. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 30 out. 2020.

MARQUES, Teresa Cristian de Novaes. **A cerveja e a cidade do Rio de Janeiro: de 1888 ao início dos anos 1930**. Brasília: EdUNB, 2014.



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO. **A Federação**. Porto Alegre. p. 4, 7 out. 1914. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 02 nov. 2020.

OBERACKER, Carlos H. A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org). **História geral da civilização brasileira**. 8. ed. Tomo II, vol. 5. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PELAS FABRICAS. **A Federação**. Porto Alegre. p. 1, 16 mar. 1904. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 26 out. 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS: agropecuária colonial e industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

RIO DE JANEIRO. **A Verdade**. Rio de Janeiro. p. 2, 28 ago. 1832. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 24 out. 2020.

STORMOWSKI, Marcia Sanocki. **Crescimento econômico e desigualdade social: o caso da ex-colônia Caxias (1875-1910)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

TRAÇOS BIOGRAPHICOS. **O Cosmopolita**. Caxias do Sul. p. 1, 29 nov. 1903. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 24 out. 2020.

VENDAS. **Jornal do Comercio**. Rio de Janeiro. p. 3, 22 ago. 1832. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 out. 2020.

VENDAS. **Jornal do Comercio**. Rio de Janeiro. p. 5, 15 set. 1832. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 out. 2020.

VENDAS. **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro. p. 2, 15 nov. 1831. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 out. 2020.

VIAN, Cristian. A constituição da indústria cervejeira em Passo Fundo (1880-1947). In: VANIN, Alex Antônio; CARVALHO, Djiovan Vinícius; TEDESCO, João Carlos (org.). **Passo Fundo -Estudos Históricos: dinâmicas econômicas nos séculos XX e XXI**. Passo Fundo: Acervus Editora, 2022, v. 4, p. 101-133.

VILLELA, André. Política tarifária no II reinado: evolução e impactos, 1850-1889. **Nova Economia**. Belo Horizonte, 2005.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, São Paulo, v. 4, jun. 1985.

# Os colonos e o ato de solidariedade ao Cel. Dico: análise de uma trama de relações em Ijuí (1934-35)

Paulo Adam<sup>1</sup>

## Introdução

Como consta nas fontes, o arcabouço econômico de Ijuí descansava sobre a gordura do porco<sup>2</sup>. E um episódio singular, reflexo das atribulações do mercado da gordura do porco, foi a inusitada “eleição da banha” que aconteceu em 1934. Nesta eleição, o Partido Republicano Liberal, situação no Estado do Rio Grande do Sul e no município em questão, sofreu uma contestação eleitoral, representada numa expressiva votação da Frente Única, de oposição, coligação que reunia o Partido Republicano Rio-grandense e o Partido Libertador. Estava em jogo a representação na Câmara Federal e a representação na Assembleia Constituinte do Estado. Num universo que reunia pouco mais que 4 mil eleitores no município de Ijuí, a Frente Única fez 1.129 votos contra 1.627 do Partido Republicano Liberal na disputa federal, enquanto que na disputa estadual o escore foi de 1.086 votos contra 1.638, respectivamente.<sup>3</sup> Como notou Avancini ([s.n.], p. 38), quando divulgado o resultado, a “notícia caiu como uma bomba”. Em face das eleições anteriores, em que a máquina eleitoral, primeiro do PRR e depois do PRL, mantinha-se incontestada e os números alcançados pela oposição não escapavam ao previsível, o episódio de 1934 fugiu à regra.

Ao que tudo indica, o resultado da eleição de 34 impôs-se como uma questão nevrálgica na posição de poder do mandatário de Ijuí na época, o Cel. Dico, o que ajuda a explicar o evento que mobilizou em seguida os colonos maciçamente, num grande ato de solidariedade. O colono Max Hoffmann, na manifestação que dirigiu aos presentes sobre os fins da reunião convocada para organizar o ato de apoio ao Cel. Dico, “disse que o resultado do pleito de outubro dava margem a interpretação de que a população do município não se considerava solidária com o

---

<sup>1</sup> Doutor em História pelo PPGH-UPF, e professor do Instituto Federal Farroupilha – *Campus* Panambi. E-mail: pauloadam2@gmail.com.

<sup>2</sup> Relatórios da Colônia Ijuhy e Relatórios da Intendência. 1890-1937. MADP. Os dados estatísticos da região de Ijuí, do início da então Colônia Ijuhy até os primeiros três decênios do município, alguns dos eventos da história política e muitas das movimentações dos mais importantes grupos sociais constituídos no lugar demonstram a importância da banha no desenvolvimento local. O crescimento da Colônia Ijuhy teve no desenvolvimento da produção de banha um fator fundamental. É certo dizer que a banha ocupou, a grosso modo, entre 1900 e 1940, um papel que caberia a soja nas décadas de 70 em diante.

<sup>3</sup> Jornal Correio Serrano. Edição de 10.11.1934. MADP.

Sr. Com. Soares de Barros”.<sup>4</sup> Na acepção do Sr. Hoffmann esta versão não podia ser mais falseada visto que o “prestígio do Sr. Com. Prefeito era maior do que nunca”.

Portanto, não parece ser um disparate afirmar que a crise da banha e a eleição de 1934 cumpriram o papel de bagunçar um pouco as coisas em Ijuí, mobilizando os colonos em torno de seus interesses e questionando o lugar do Cel. Dico no esquema das relações e na organização do poder na pequena comunidade que se imaginava “trabalhadeira e ordeira”<sup>5</sup>, além de “consoante com a liderança de seu chefe maior”<sup>6</sup>.

### **1. Um cenário: os colonos, o Cel. Dico e o problema da banha**

A eleição de 1934 ocorreu sob o manto de um novo regramento eleitoral implantado no Brasil com a Constituição de 1934, sendo assim o primeiro ensaio com o voto secreto, uma justiça eleitoral em tese independente e o voto feminino. Neste novo panorama que configurava, pelo menos formalmente, as eleições, as duas chapas realizaram intensas mobilizações em Ijuí, na busca pelo voto.

Para Amaral, “se a população ijuiense votou na oposição nas eleições de 1934, foi porque ocorreu uma articulação local de integrantes que não apoiavam a política do Coronel Dico” (Amaral, 2009, p. 81). Há, portanto, um aspecto específico da realidade política local que ajuda a conformar o episódio em questão: o início de uma fratura que iria opor parte da elite de Ijuí ao esquema coronelístico que predominava desde os tempos da Colônia Ijuí. A ideia principal de Amaral é de que em Ijuí, no período de 1937 até meados dos anos 40, ocorreu uma mudança na estruturação do poder político, replicando um fenômeno nacional, assinalado de um lado por uma certa superação do coronelismo, com a saída do Cel. Dico da titularidade da

---

<sup>4</sup> Jornal Correio Serrano. Edição de 22.12.1934. MADP. Na maior parte do tempo, o principal mandatário de Ijuí aparece referido como Coronel. Mas é observável a partir de 1934 o uso da expressão Comendador, por conta de uma condecoração que o então Cel. Soares de Barros recebeu, entendida por muitos em Ijuí como uma Comenda, sendo dali para diante tratado como Comendador.

<sup>5</sup> Jornal Correio Serrano. Edição de 09.01.1935. MADP.

<sup>6</sup> Conforme Cremonese (2006, p. 136-137), Ijuí foi marcada na sua história inicial pelas “práticas centralizadoras e autocráticas” de seus líderes primordiais que, do período da formação da colônia (1891) até praticamente 1940, foram principalmente dois: Augusto Pestana e Antônio Soares de Barros, o Coronel Dico. A “autocracia foi a característica principal” de Augusto Pestana na condução da colônia, aspecto que também caracteriza o seu sucessor, bem como o longo tempo que ambos conduziram os destinos da localidade, 13 anos de Augusto Pestana (como Diretor da Colônia e primeiro Intendente Municipal) e 26 de Antônio Soares de Barros. Considerando o período de 1912 a 1938, é observável que somente o pequeno interregno, de 21/04/1925 a 12/02/1930, assinala um período em que o Coronel Dico não esteve à frente do executivo municipal. Isto ocorreu principalmente por causa do Acordo de Pedras Altas, que vedou as reeleições continuadas de ocupantes de cargos executivos. Interessante observar que neste período Antônio Soares de Barros exerceu o cargo de Delegado de Polícia, mantendo, assim, de 1912 a 1938, a liderança incontestada, ou melhor dizendo, a chefia política em Ijuí. A análise de Amaral (2003), constata que, ao longo dos anos de predomínio do Cel. Dico, nenhum grupo ou pessoa confrontou ou colocou em risco o seu poder.

administração municipal, na qual permanecera por mais de 20 anos, e por outro marcado pela ascensão de uma fração da elite que até então estava alijada do aparato do poder público da cidade, fração esta que Amaral denomina de contra elite. O início deste processo pode ter sido no decorrer de 1934, materializado na disputa eleitoral que se deu naquele ano.

Entretanto, não há como não considerar central o problema da banha.<sup>7</sup> Neste sentido, vários autores concordam em estabelecer esta correlação. Como Amaral (2009, p. 73) escreve: “essa votação expressiva na oposição ocorreu em virtude dos baixos preços pagos aos colonos, produtores de banha, pelo Sindicato da Banha”. Avancini ([s.n.], p. 23) aponta que “os colonos se deram conta que estavam vendendo a arroba da banha ao Sindicato pelo mesmo preço que este vendia o quilo na praça do Rio de Janeiro”, análise que Weber (1987) também considera pertinente para entender o episódio de 1934. A imprensa da época dá conta do quadro. Por exemplo, escrevia-se no *Die Kolonie* de Santa Cruz, um artigo reproduzido pelo Correio Serrano: “o resultado das eleições santa-cruzenses é um digno companheiro de Lajeado, Estrela, Venâncio Aires, Candelária, Santa Rosa e Erechim”.<sup>8</sup> Ou seja, as regiões coloniais, imersas no problema da banha, concederam a Frente Única uma votação que se não superou os números da chapa situacionista, foi expressiva.

Como Avancini ([s.n.], p. 20) avalia:

O episódio da ‘eleição da banha’ não é um dado isolado, nem restrito apenas a Ijuí. Trata-se de um confronto de produtores pequenos e grandes, ante o qual o governo republicano liberal é obrigado a mostrar a sua verdadeira face e onde a democracia fundamentada no voto secreto faz seus primeiros ensaios.

A autora da mesma forma atribui às Uniões Coloniais<sup>9</sup> um papel ativo na conformação do resultado eleitoral de 1934: “anote-se a conjuntura política do Estado, sabiamente

---

<sup>7</sup> Na região colonial do Rio Grande do Sul, os anos trinta do século XX foram marcados pela ‘crise da banha’, quando o preço pago ao produtor caiu no pior patamar, principalmente em 1933 e 1934. Esta crise atingiu sobretudo os colonos e as comunidades cuja vida econômica se lastreava na renda do colono, ou seja, numa renda proveniente principalmente da banha. A banha, como o fumo, eram artigos da economia colonial que propiciavam a entrada de recursos monetários para o colono. A principal causa desta crise foi a atuação do Sindicato da Banha, um cartel montado em 1928 pelos grandes comerciantes de banha do Rio Grande do Sul, com o objetivo de controlar o mercado da banha. A principal consequência da formação do cartel foi a derrubada do preço da banha comprada dos colonos (Adam, 2015).

<sup>8</sup> Jornal Correio Serrano. Edição de 24.11.1934. MADP.

<sup>9</sup> Nos anos 20 e 30 do século XX, os colonos-agricultores no Rio Grande do Sul estavam articulados, principalmente, em torno de duas organizações: o *Deutsch-Katolischer Volksverein*, ou Sociedade União Popular, e a Liga das Uniões Coloniais. As origens de ambos os movimentos remontam a *Bauerverein*, ou seja, a Associação Riograndense de Agricultores, que surgiu em 1899, com o propósito de atuar na defesa dos interesses econômicos dos colonos de origem germânica e na construção do seu bem-estar material e espiritual. Em 1909, por força das normativas legais, esta organização foi fracionada e dela surgiram diversos sindicatos agrícolas. Em 1912, os colonos teuto-católicos se rearticularam em torno da Sociedade União Popular. As Uniões Coloniais, também remanescentes da *Bauerverein*, que se espalhavam por diversos municípios, se articularam em 1929 na Liga das

aproveitada pela Liga das Uniões Coloniais para o seu movimento de protesto” (AVANCINI, [s.n.], p. 47)<sup>10</sup>. Ou seja, o período inicial dos anos 30 foi marcado por inúmeros memoriais descrevendo o problema da região colonial no tocante a banha, por várias reuniões com o governo, envio de telegramas, sem falar no convênio estabelecido entre o Sindicato da Banha e a Liga das Uniões Coloniais numa tentativa de assegurar um preço mínimo, para ao final das contas, o preço da banha, que é o que interessava, não sofrer uma melhoria significativa. Um protesto via eleitoral de certo se apresentou como plausível.

Por outro lado, parece lógico que a Frente Única não deixaria de aproveitar a oportunidade que o problema da banha representava para granjear votos na região colonial, dado que esta região, por conta de sua densidade demográfica, era cada vez mais importante. O indignado articulista do *Die Kolonie* escrevia: “deve-se atribuir a derrota do partido governista à campanha sórdida em torno do Sindicato da Banha. Cabe aguardar si se verificará agora a alta do preço da banha prometida pela Frente Única.”<sup>11</sup> O articulista do Correio Serrano corroborava que “os partidos da oposição aproveitaram-se do descontentamento” entre os colonos<sup>12</sup>. Algum tempo depois, Emílio Frederico Bühner, importante comerciante, ao conceder entrevista ao Correio Serrano, comentou que:

[...] os fatores que influíram para a grande votação nos candidatos da oposição são por demais conhecidos para merecerem nesta palestra, uma nova explicação, de outra parte, uma série de fatos serviram para que os adeptos da oposição deles se servissem para uma exploração engendrada por elementos estranhos ao município que, infelizmente, surtiu os seus efeitos.<sup>13</sup>

Face ao resultado da eleição de 1934, muitas das manifestações procuravam dar a entender que o governo não sabia da situação da colônia frente ao preço da banha. O Correio Serrano veiculou uma informação que seguia neste sentido:

[...] nos últimos 10 dias que precederam a eleição, pessoa destacada da Frente Única que está em contato íntimo com os colonos da região serrana, por sua origem e por dever de ofício, fez ver aos poderes supremos do Estado quais os motivos do

---

Uniões Coloniais Riograndenses. Em 1932, a Liga das Uniões Coloniais se transformou em um sindicato central. Posteriormente, a transformação das Uniões Coloniais em consórcios cooperativos fez com que a Liga deixasse de ser uma central sindical para se tornar uma central das cooperativas (Ertzogue, 1992; Schallenberger, 2009).

<sup>10</sup> A principal pesquisa sobre as Uniões Coloniais é a de Schallenberger (2009). Neste estudo, que se detém bastante no problema da banha pelas suas implicações na vida dos colonos e, por consequência, na organização do movimento, ele não menciona se as Uniões Coloniais exerceram alguma influência ou mesmo atuaram ativamente para influir no resultado da eleição de 1934. Cita, entretanto, que a “qualificação para o exercício do voto e, portanto, para a cidadania passou a ser uma ação abraçada pela Liga das Uniões Coloniais como um fator imprescindível para a afirmação dos agricultores no conjunto da sociedade” (Schallenberger, 2009, p. 430).

<sup>11</sup> Jornal Correio Serrano. Edição de 24.11.1934. MADP.

<sup>12</sup> Jornal Correio Serrano. Edição de 24.11.1934. MADP.

<sup>13</sup> Jornal Correio Serrano. Edição de 27.12.1934. MADP.

descontentamento dos colonos, havendo então recebido como resposta: ‘infelizmente temos sido mal-informados’.<sup>14</sup>

Após o resultado da eleição, o administrador de Ijuí, Cel. Soares de Barros viajou a Porto Alegre, com o intento, segundo alguns, de solicitar o aumento do preço da banha (Amaral, 2009). No seu retorno, em reunião da União Colonial local que ocorreu no dia 9 de dezembro de 1934, com a presença de mais de 100 pessoas, o Intendente, que era presidente de honra da organização, voltaria a afirmar a mesma leitura do problema. Na ocasião, relatou alguns pormenores de sua reunião com o mandatário estadual:

Clara e insofismavelmente mostrou como, em parte por falta de interesse de certos elementos que o cercam, em parte pelas informações de rodas comercialmente interessadas, o Sr. General Interventor era de convicção de que, graças à existência dos sindicatos, imperava na colônia fartura e satisfação. As informações verídicas que o Cel. Barros lhe prestou sobre a verdadeira situação nas colônias, causaram-lhe forte surpresa.<sup>15</sup>

Na reunião o Cel. Dico aproveitou para afirmar que considerava a votação expressiva da Frente Única na localidade uma ingratidão para com o general Flores da Cunha, interventor do Estado, que elevara Ijuí a condição de cidade, cumprindo a promessa feita quando estivera em Ijuí por conta da campanha eleitoral. Mas ao final das contas, o resultado da eleição trouxe alguns efeitos, em certo sentido, benéficos para os colonos. Flores da Cunha ordenou a instauração de uma “sindicância minuciosa da atividade dos sindicatos”, sendo, pois, de esperar que, “em breve serão tomadas medidas radicais que ponham cobro a exploração da colônia pelos trustes”.<sup>16</sup> Mais particularmente em Ijuí, para a eleição de 1935, a lista de candidatos do PRL aprovada pelo Gal. Flores da Cunha para a Câmara de Vereadores contava com 7 nomes, sendo três deles oriundos do meio rural, o que constituía uma novidade, dando a entender que se procurava contemplar o setor que ainda era majoritário em termos demográficos (Amaral, 2009).

---

<sup>14</sup> Jornal Correio Serrano. Edição de 24.11.1934. MADP.

<sup>15</sup> Jornal Correio Serrano. Edição de 12.12.1934. MADP. Quando do seu retorno concedeu uma entrevista ao jornal local. Dentre as informações que repassou, consta a que discutira, ainda, com o General Flores da Cunha a questão da banha “na sala de espera” do Palácio Piratini. O Cel. Dico tinha grandes esperanças que entrar-se-ia numa era de franco progresso na área objeto do debate, pois que “o general se interessou de tal modo pelo assunto, que interrogou sobre o caso a diversas pessoas que se encontravam acidentalmente ali” (Jornal Correio Serrano. Edição de 24.11.1934. MADP). Entretanto, é pouco provável que o titular do executivo estadual não estivesse informado da situação, pois que o tema da banha povoava constantemente a imprensa regional e estadual. Além disso, diversas comissões, de vários municípios da região colonial, se dirigiam rotineiramente ao governo do Estado no intuito de discutir o problema do preço da gordura do porco (Jornal Correio Serrano. Edição de 17.02.1934. MADP).

<sup>16</sup> Jornal Correio Serrano. Edição de 12.12.1934. MADP.

## 2. O Ato Público de solidariedade ao Cel. Dico

Na reunião da União Colonial de 9 de dezembro de 1934, o colono Max Hoffmann, da localidade de Alto da União, “propôs que a União Colonial fizesse uma demonstração de solidariedade ao Comendador Barros”<sup>17</sup> de modo a desagrar a impressão de que a população de Ijuí não estaria inteiramente ao lado do Cel. Dico. Também foi decidido que cada liderança presente traria o máximo de colonos quanto possível<sup>18</sup>. No dia 22 de dezembro aconteceu a reunião de articulação da referida demonstração, na qual compareceram mais de 100 delegados, representando 45 associações que se espalhavam pelo município. A notícia sobre a reunião dos colonos escrevia que

Desejosos de dar uma demonstração cabal e insofismável do verdadeiro sentir da população, convocou-se esta reunião para deliberar sobre uma grande manifestação do elemento colonial. A proposta foi aceita com grande aplauso, sendo resolvido que a manifestação de solidariedade ao Com. Barros se realize no dia 6 de janeiro entrante, ou, caso chover, no domingo subsequente.<sup>19</sup>

A programação da manifestação logo foi divulgada. Às 8 horas aconteceria a organização do cortejo em frente ao Clube Ginástico e de Cantores (também chamado de Clube Alemão); às 8:30 horas iniciaria o desfile pela rua do Comércio; às 9:30 horas seria a manifestação em frente à Praça da República; e às 11:30 horas ocorreria o retorno ao Clube Alemão e a dissolução do movimento.<sup>20</sup> Também se anunciava que nas proximidades do edifício da Prefeitura Municipal “será armado um coreto onde se alojarão o homenageado, os oradores, membros das comissões organizadoras e demais pessoas gradas”.<sup>21</sup>

---

<sup>17</sup> Jornal Correio Serrano. Edição de 12.12.1934. MADP.

<sup>18</sup> A penetração da União Colonial era particularmente consistente no norte-noroeste do Estado, na época chamada de região serrana, com os centros de Erechim, Santa Rosa, São Luiz Gonzaga, Passo Fundo, Alto Jacuí e Cruz Alta, além da central de Ijuí. O Centro de Ijuí reunia as Uniões Coloniais da Linha 3 Oeste, Linha 8 Oeste, Linha 6 Leste, Coronel Barros, Alto da União, Ramada, Serro Cadeado, Linha 8 Norte, Linha 10 Norte, Linha 15 Norte, Linha 19 Norte, Linha 21 Norte e Linha 25/30 Norte (*Nachrichtenblatt/Noticiário da Liga das Uniões Coloniais*. Edição de fevereiro de 1932. MAHP). No caso específico de Ijuí, em 1929 reunia 979 sócios, número que caiu para 650 em 1930, em função dos não pagamentos das contribuições. Em 1930 eram distribuídos na região cerca de 1.320 exemplares do *Nachrichtenblatt/Noticiário da Liga das Uniões Coloniais*. Assim, pode-se dizer que Ijuí era, efetivamente, um dos centros das Uniões Coloniais com o maior número de filiados (*Nachrichtenblatt/Noticiário da Liga das Uniões Coloniais*. Edição especial de 01.04.1931. MAHP).

<sup>19</sup> Jornal Correio Serrano. Edição de 22.12.1934. MADP.

<sup>20</sup> Jornal Correio Serrano. Edição de 29.12.1934. MADP.

<sup>21</sup> Jornal Correio Serrano. Edição de 02.01.1935. MADP. Como é possível apurar pelas notícias seguintes, este coreto não foi construído, e o Cel. Dico e as demais “pessoas gradas” ficaram na sacada da Prefeitura e os oradores num veículo postado em frente.

**Imagem 1:** Capa do Correio Serrano sobre o ato de solidariedade ao Cel. Dico



Fonte: Correio Serrano. 09 de janeiro de 1935. MADP.

Na edição que noticiou a manifestação de solidariedade ao Comendador Antônio Soares de Barros, o Correio Serrano a classificou como o “maior ato público de que há memória em Ijuí”.<sup>22</sup> Como era descrito, “uma grande coluna desfilou pelas principais ruas da cidade, com seus estandartes e bandeiras, comparecendo, ainda, 8 bandas de música do interior do município”. A frente da coluna “seiscentos cavalarianos puxavam a manifestação”, que seguiu pelas principais ruas da cidade até o prédio da prefeitura, onde já havia “uma grande massa popular”. Ainda, de frente ao paço municipal, “se colocaram, sob a sacada, as diretorias das sociedades, com os seus estandartes.” Ali junto fora colocado um veículo que serviria de tribuna para os oradores. O Comendador Soares de Barros, em companhia dos membros da comissão organizadora e demais “pessoas gradas” e suas famílias, “estavam na sacada da Prefeitura”.

Perfilados em frente à Prefeitura, os oradores pronunciaram seus discursos: o primeiro e principal discurso foi o de Ianne Thorstemberg que “usou da palavra, proferindo belíssima oração que colheu fartos aplausos”; usaram a palavra ainda “os senhores professor Kurt von Meusel, professor João Specialski, Dr. Frederico Linck, Dr. Fortunato Pimentel e Dr. Álvaro de Magalhães”. Além disso, dois alunos das escolas rurais também falaram e arrancaram os mais calorosos aplausos da multidão.<sup>23</sup> Na ocasião “foi entregue ao Sr. Comendador Soares de Barros e lida na sacada da Prefeitura pelo Senhor Setembrino Lopes”<sup>24</sup> uma moção de apoio e solidariedade assinada pelas lideranças de 65 entidades associativas do interior de Ijuí, das uniões coloniais às associações escolares, grupos de tiro, cantores e recreativas.

<sup>22</sup> Jornal Correio Serrano. Edição de 09.01.1935. MADP. Não há, entretanto, nenhuma menção a números, com exceção dos 600 cavalarianos que puxavam a manifestação. As referências quanto ao tamanho alcançado pela maior manifestação da história de Ijuí até então citam “uma grande massa popular” e uma “extraordinária multidão”.

<sup>23</sup> Jornal Correio Serrano. Edição de 09.01.1935. MADP.

<sup>24</sup> Antônio Setembrino Lopes, originário de São Luiz Gonzaga, foi funcionário público municipal e estadual, além de comerciante e político, ocupando diversos cargos, dentre eles o de prefeito nomeado de Ijuí por duas ocasiões no ano de 1945.



Nos meses seguintes a eleição de 1934, foram comuns as notícias sobre comissões de colonos que visitavam o Cel. Dico no intuito de desculparem-se pelo ocorrido e reforçar os atos de lealdade, para não dizer de submissão. Como o que segue:

Afonso Schwender, presidente da União Colonial de linha 17 e Gustavo Kitlaus, secretário da Sociedade Escolar da Linha 15, estiveram em visita ao comendador prefeito municipal, em seu gabinete e declararam que, autorizados pelos membros das sociedades que representam que, mal informados, nas eleições de 14 de outubro, votaram em candidatos de oposição. Asseveram ainda, que doravante este fato não mais se repetirá, pois reconhecem no general Flores da Cunha e no Cel. Soares de Barros os seus únicos e verdadeiros chefes políticos.<sup>25</sup>

Ou como este:

Estiveram em visita ao comendador Prefeito, em seu gabinete, uma comissão composta dos senhores Francisco Zientarski, Estevão Jezsorni e Francisco Piasetski, que em seu próprio nome e pelos demais associados da Sociedade Escolar 7 de Setembro, da Linha 2, margem direita, vieram hipotecar indelével solidariedade a sua excelência e ao PRL. Em nome de alguns associados, declararam ainda os membros da citada comissão que uma pequena parte deles votara, nas últimas eleições, em candidatos da oposição, que isso o fizeram sem representar o abandono das fileiras liberais. Este fato não mais se repetirá, uma vez que todos estão, hoje, convencidos, de que só o governo e administração liberal poderá encaminhar o município e o Estado ao progresso em geral, dentro de um ambiente de ordem, segurança e tranquilidade.<sup>26</sup>

### 3. Algumas interpretações

O padre Pio Busanello, que foi, de 1932 a 1964, vigário da Paróquia da Natividade em Ijuí, teceu um vivo panorama da localidade por meio de suas crônicas, abordando vários aspectos da vida, inclusive os meandros das relações econômicas e políticas em torno da banha. Quanto a trama em que se viram os colonos envolvidos por ocasião da eleição da banha, escreveu ele: “os colonos fizeram a ‘arte’ e depois foram todos arrependidos desculpar-se em praça pública” (Busanello citado por Avancini, [s.n.], p. 45). A sutil ironia do padre parece evidenciar que a trama em que se viam imersos os diversos sujeitos eram mais profunda e complexa.

Revel (2009) problematiza a tarefa da reflexão historiográfica:

O imaginário comumente aceito de um maquinário acéfalo, produzindo incansavelmente efeitos imperturbáveis, foi substituído pela análise de um mundo social irregular, descontínuo, regido por formas de racionalidade discretas, impondo obrigações aos atores por certo, mas também oferecendo os recursos, apropriações e interstícios, possibilidades de escolha. A partir de um jogo de posições e de relações singulares, eles participam aí da construção do social em temporalidades particulares.

---

<sup>25</sup> Jornal Correio Serrano. Edição de 19.12.1934. MADP.

<sup>26</sup> Jornal Correio Serrano. Edição de 02.01.1935. MADP.

Embora a organização da União Colonial fosse particularmente consistente no interior, não há como estabelecer, pelas notícias da imprensa, qual foi o papel da entidade no ato público. Uma verificação das entidades associativas que se se fizeram presentes e assinaram a referida moção de solidariedade ao Cel. Dico, permite ver a União Colonial Ijuyense discretamente enumerada entre as outras entidades. Das 65 entidades mencionadas, as associações escolares somam 33, seguidas das sociedades de tiro, recreativas e de cantores. Se a União Colonial de fato atuou na consecução do pleito de 34, parece justificada sua presença discreta no evento, para não dizer sua ausência. Ou seja, em vez de um corpo monolítico, coeso, os colonos constituíam um segmento de múltiplas filiações e lealdades divididas<sup>27</sup>.

A reunião de articulação da manifestação de solidariedade que viria a acontecer em janeiro de 1935, ocorrida no dia 22 de dezembro de 1934, fora convocada por uma comissão composta por E. F. Bühner, Bernardo Gressler, Gustavo Geiss e o Dr. Ulrich Kuhlmann, ou seja, elementos urbanos, sendo, respectivamente, 2 comerciantes, um industrial e o último médico e ex-intendente. Na entrevista que concedeu, E. F. Bühner procurou destacar que a manifestação era promovida “por elementos das sociedades do interior”, no entanto os seus promotores “convidaram para constituir a comissão central, nesta cidade, a elementos aqui radicados”. Mas igualmente frisou que “essa manifestação encontrou franco apoio no comércio, nas indústrias e, em geral, em todas as classes sociais”.<sup>28</sup>

Uma olhada nos nomes dos membros da comissão organizadora da manifestação permite ver sua composição: E. F. Bühner, Bernardo Gressler, Gustavo Geiss e o Dr. Ulrich Kuhlmann, os doutores Artur Oscar Germani, juiz da comarca, Tótilas Carvalho, juiz distrital, José Danton de Oliveira, promotor público, e os senhores Antônio Setembrino Lopes, coletor estadual, Crisanto Leite, tesoureiro da prefeitura, Alcindo Gomes, secretário do município, Francisco Panicchi, Otávio Coriolano Bós, doutor Érico de Assis Brasil, Pelópidas Glasherster e Álvaro Nicofé.<sup>29</sup> Conforme o estudo de Amaral demonstra, “todos esses nomes não tinham vínculo nenhum com os produtores de banha, ou seja, os colonos”, exceção que poderia ser

---

<sup>27</sup> Acrescente-se a este conjunto de associações a dimensão étnica, ignorada por completo neste artigo. Para Ijuí, a partir da fundação da Colônia, em 1890, confluíram diversos étnicos, provenientes do estrangeiro, mas principalmente das Colônias Velhas do Rio Grande do Sul. Assim, havia alemães, puros e legítimos vindos da Alemanha, além de teuto-russos, teuto-romenos, teuto-hungaros, e teuto-brasileiros, italianos, poloneses, suecos, finlandeses, árabes, libaneses, ucranianos, russos e brasileiros dentre outros, somando-se ainda a população originária de caboclos e índios que se fazia presente de uma forma ou outra, de modo que em dado momento se falavam 19 línguas (Cuber, 1975).

<sup>28</sup> Jornal Correio Serrano. Edição de 27.12.1934. MADP.

<sup>29</sup> Jornal Correio Serrano. Edição de 09.01.1935. MADP. Francisco Panicchi era comerciante, Otávio Coriolano Bós, comerciante e dono de frigorífico e Álvaro Nicofé era sobrinho do Cel Dico, exerceu diversos cargos públicos, dentre eles prefeito nomeado de Ijuí nos anos 40, além de dono de tabelionato.

feita aos comerciantes, que atuavam como compradores de banha, ou seja, eram integrantes do judiciário, funcionários públicos estaduais e municipais, proprietários de indústrias, comerciantes e advogados, em realidade, “integrantes da elite política [...] essencialmente urbana, vinculados ao Cel. Dico” (Amaral, 2009, p. 76-77).

Amaral (2009, p. 78) entende que o evento de solidariedade ao Cel. Dico e a publicação das desculpas por terem votado na oposição representam “a sua rearticulação nas bases municipais”, tendo em vista as eleições para a prefeitura que se dariam em 1935. Avancini ([s.n.],) aponta que, mesmo num contexto de voto secreto e justiça eleitoral independente, os mecanismos de cooptação em que estavam envolvidos os colonos ainda funcionavam, o que conduzia a sua participação na encenação política que estava em curso.

Por outro lado, não é possível desmerecer o passado comercial do mandatário e suas conexões no comércio, “numa zona de colonização onde o comerciante era a ponte de contato do colono com o mundo”, o que maximizava sua rede de influências. Além disso, o Cel. Dico, por meio de seu estabelecimento comercial, era correspondente de muitos bancos, o que vale dizer que atuava como banco na localidade, e muitos deviam estar comprometidos com ele em termos financeiros. Por fim, havia também a questão da “ameaça de cobrança de impostos e taxas que são fixadas pelo Conselho Municipal e que poderiam recair com maior rigor sobre determinados distritos e produtos” (Avancini, [s.n.], p. 37), o que gerava preocupações e temores em meio a uma população rural e nem sempre provida de recursos monetários para fazer frente a despesas extras inesperadas. Quanto aos mecanismos de cooptação, muito se falava no chamado ‘livro do coronel’ que “tomava o compromisso dos colonos em votar na situação”.

As diversas falas do dia não foram publicadas no Correio Serrano e não se sabe se sobreviveram como vestígio físico, o que inviabiliza o seu exame nos limites deste estudo. Mas o discurso de Ianne Thorstemberg<sup>30</sup> foi reproduzido todo ele na íntegra pelo veículo de imprensa. Em termos gerais, resguardado o viés da análise em curso, o discurso se desdobra nos aspectos listados a seguir.

Inicialmente dá conta da grande coesão e unanimidade alcançada pelo ato de solidariedade: “não houve até a presente data, momento em que alma desta terra vibrasse com mais unanimidade e coesão”. Na sequência aponta para a incansável dedicação do Cel. Dico ao

---

<sup>30</sup> Ianne Thorstemberg era um imigrante nascido na Suécia em 1889 e chegado no Brasil em 1891. Atuou como comerciante e dono de uma fábrica de beneficiamento de dormentes para ferrovia. Em 1940 instalou uma casa comercial de móveis e armazém de secos e molhados (Amaral, 2009, p. 91).

trabalho de administração do município: “O Comendador Barros nunca respeitou o mau tempo quando o dever o chamava a visitar as linhas e os distritos”. Por conta desta dedicação, se solidificaram os laços de lealdade que uniam os colonos e o Cel. Dico: “dos íntimos laços que unem o nosso prefeito com a população rural do nosso município e que são tão estreitos e tão firmes que não haverá força capaz de romper os laços que prendem mutuamente os colonos ijuienses e o prefeito”. Por isso, invoca na sequência a mútua lealdade, ou melhor dizendo, o dever de retribuição dos colonos em relação ao líder: “retribuamos a lealdade de nosso chefe com indefectível lealdade!”. Menciona então o fato descrito como a nuvem que turvou esta relação modelar entre os colonos e o Cel. Dico, o pleito de 1934: “ninguém dentro e fora do município esperava que o eleitorado ijuiense não acompanhasse coeso o seu chefe”. Invoca a ideia de que Ijuí era até então um lugar único: “porque em Ijuí, por contraste aos demais municípios do Rio Grande do Sul não há política, nem partidarismos, nem pretensiosos, nem ambiciosos, nem intrigantes, nem oligarquia, enfim, nenhum agrupamento de pessoas que, para atingir vantagens mesquinhas e egoístas, não trepidam em semear entre a população pacífica a semente perniciosa da discórdia, dos ciúmes, da inveja, e da oposição sistemática e que instigam as paixões ao ponto da população se perder na politicagem”. Como Ijuí se via livre da política, define o que seria este aspecto da ação humana como um “germe epidérmico, deste micróbio pestilento e dissolvente, desta infame doença que infesta e dizima a nossa pátria”. No entender do orador, o povo de Ijuí era uma “população essencialmente trabalhadeira e ordeira e quasi todos que aqui residem conseguiram a custa do seu trabalho e inteligência, edificar uma existência digna cuja conservação e melhoria é sua constante e quasi única preocupação”. Neste contexto, o papel do líder é explicitado na atuação do Cel. Dico: “o nosso município encontrou em seu administrador o chefe político o homem que soube manter e garantir com mão forte a ordem, a calma e a paz, mas que também soube tratar com benevolência e justiça”. Por tudo isso, havia um “estado perfeito de harmonia serena que reinava entre a população e chefe”, fazendo com a atitude do eleitorado fosse perfeitamente previsível: “tal circunstância, forçosamente, tinha de se evidenciar também na atitude do eleitorado que em todas as eleições se apresentava como um exército disciplinado de soldados, que seguem as ordens de seu chefe experimentado e que nunca se engana”. Por fim, a culpa de tudo era “a atuação do Sindicato da Banha, que subtraía a toda a classe de agricultores laboriosos o fruto de seu labor de muitos anos, expondo-os à miséria e a insolvência. Eles queriam, pelo seu voto, chamar a atenção do governo aos seus sofrimentos”. Termina afirmando que o Cel. Dico era o verdadeiro defensor dos colonos: “os cidadãos que assim procederam não refletiram de que possuíam justamente na

pessoa do Coronel Dico o seu melhor aliado e o seu guia propriamente dito na luta contra os sindicatos”<sup>31</sup>.

Avancini e Amaral convergem na análise, ao apontar que o ato público em prol do Cel. Dico e os discursos, principalmente o de Ianne Thorstemberger, atuam na construção de uma representação de Ijuí, que poderia ser sintetizada nos termos de “uma comunidade trabalhadora, ordeira, sem conflitos e apolítica”, perpassando ainda na ótica do orador principal uma visão em que “a questão política era deixada ao próprio coronel, pois era o líder, que deveria tomar as decisões, sendo que o colono assumia uma posição de ‘neutralidade política’” (Amaral, 2009, p. 79). Além de tecer elogios ao Cel. Dico e explicar os motivos da votação de outubro, Ianne Thorstemberg procurou situar o próprio mandatário local como defensor dos colonos frente ao *trust* da banha. Ao que parece, a posição de líder e defensor dos colonos indefesos que construía em parte a posição de Soares de Barros no imaginário local se fragilizava à medida que o avanço do processo acumulativo nos trustes derrubava o preço da banha, o que tornava necessário, por outro lado, a reconstrução de sua imagem. Neste sentido, é possível recolocar o significado da fala de Ianne Thorstemberg, que assim proferiu no seu discurso: “infelizmente, nossos concidadãos que assim procederam não refletiram que possuíam justamente na pessoa do Cel. Dico o seu melhor aliado e o seu guia propriamente dito na luta contra os sindicatos”.<sup>32</sup> Mais adiante salientou a postura do mandatário frente aos sindicatos, que era de coragem no enfrentamento: “quero referir-me a atitude varonil do Comendador Barros contra os sindicatos em geral, e contra os sindicatos da banha, da erva e do álcool em especial.” Por tudo isso, os colonos não poderiam fazer mais do que agradecer:

Senhor Comendador Barros, si neste momento vos dirijo a palavra em nome destes milhares incontáveis de ijuienses, devo dizer-vos quão profundo, indizivelmente profundo é o sentimento de gratidão que está pulsando em todos estes corações pelo que fizeste em prol do salvamento da classe agrícola da penúria, da miséria e do perigo que a avassala.<sup>33</sup>

A partir da afirmação de Amaral (2009) de que no ato público, pelas falas, pelos símbolos, pela hierarquização dos sujeitos, há uma reconstrução da representação da comunidade, e por conseguinte da figura do Cel. Dico dentro dela, cabe remeter a discussão ora em curso para outras dimensões: o da cultura e o da representação. O que não é uma incorreção ou incoerência, mas pelo contrário. Conforme Prost (1998, p. 137): “toda a história é, ao mesmo tempo e indissociavelmente, social e cultural”, pois “sendo a história de grupos, de

---

<sup>31</sup> Jornal Correio Serrano. Edição de 09.01.1935. MADP.

<sup>32</sup> Jornal Correio Serrano. Edição de 09.01.1935. MADP.

<sup>33</sup> Jornal Correio Serrano. Edição de 09.01.1935. MADP.

coletividades (...) toda a história é social”, que “preocupada em apreender o real na sua totalidade deve ser também história cultural”.

Conforme Burke (2000), a história cultural clássica se viu questionada por uma nova história cultural, marcada por fortes influências da antropologia e da semiótica. Esta perspectiva levou ao abandono do contraste entre sociedades com e sem cultura, ou cultura inferiores e superiores, impondo igualmente uma redefinição da cultura: não só a arte, mas a cultura material, não só o escrito, mas o oral, não apenas o drama, mas os ritos, não só a filosofia, mas as mentalidades e representações, a vida cotidiana<sup>34</sup>. A aproximação com a semiótica e a antropologia leva a valorização de uma perspectiva da cultura a partir dos seus elementos simbólicos, dos significados partilhados dentro de um universo cultural (Geertz, 2008) e ou dos conflitos e embates que se dão tendo a cultura como pano de fundo, meio de ocorrência ou objeto de apropriações e disputas, num contexto de práticas e representações (Bourdieu, 1998; Chartier, 1991; Ginzburg, 1991). O grande desafio de uma história cultural, ainda nos termos de Burke, é evitar duas simplificações opostas: a suposição enganadora da homogeneidade, da sincronia, cega as diferenças e conflitos, ou a visão da cultura como um campo essencialmente fragmentado, sem pontos de ligação que permita conectar as partes (Burke, 2000).

Cultura é um termo extremamente polissêmico, podendo significar várias coisas, dependendo da perspectiva adotada. Geertz (2008, p. 4)<sup>35</sup>, acreditando em Max Weber, pensa “que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”, assumindo “a cultura como sendo essas teias”. Embora não sejam físicos, os elementos da cultura não constituem um universo oculto, mas sim público, à medida que os seus significados são partilhados publicamente. O que torna possível sua compreensão, mas também abre a possibilidade para um sem número de compreensões, por conta da enorme ambiguidade

---

<sup>34</sup> Ainda conforme Burke (2000), não é de todo descabido afirmar que a história cultural é sucedânea, em parte, da história das mentalidades, à francesa, que se configura a partir dos anos 70 e 80, com novas problemáticas, novos aportes teóricos e rompendo com vieses que fechavam as perspectivas em conjuntos fechados, estabelecidos a priori, como as classes sociais, grupos profissionais, a oposição cultura erudita versus cultura popular, para citar alguns exemplos. Serve-se, da mesma forma que se diferencia profundamente, de inúmeras ‘formas de história cultural’, como a história das disciplinas, do pensamento ou das ideias, da língua e da literatura, das doutrinas e da reforma, das artes, dos artistas e da música. Nesta trajetória rompeu com as diretrizes de uma história cultural clássica, identificada com a alta cultura (ilustração, erudição), proveniente do grande legado ocidental, perspectiva esta que primava por um postulado de unidade ou consenso em torno do espírito de um tempo (o homem grego, homem medieval, homem renascentista).

<sup>35</sup> Geertz, muitas vezes situado pela crítica no campo da pós modernidade, tem sido muito criticado. Um exemplo da contraposição, que seria moderna, pode ser encontrado em Ciro Flamarion Cardoso, que entende como desnecessário e dispensável a utilização do conceito de cultura, de operacionalização complicada, bem como pela enorme problemática gerada pela suplantação de conceitos bem mais úteis e produtivos, como de sociedade, formação social ou estrutura social. Na impossibilidade de descartar por completo um conceito tão desengonçado, Ciro Flamarion Cardoso acaba por advogar uma posição semelhante a Prost – a preservação do indissolúvel vínculo entre o social e o cultural (Cardoso, 2005).

suscitada pelas práticas e significados. Entretanto, para Geertz, é na “ação social”, no “fluxo do comportamento”, nas práticas, que as formas culturais encontram articulação. Assim, propõe “manter a análise das formas simbólicas tão estreitamente ligadas quanto possível dos acontecimentos sociais e ocasiões concretas”, pois “olhar as dimensões simbólicas da ação social (...) não é afastar-se dos dilemas existenciais da vida em favor de algum domínio empírico de formas não-emocionalizadas; é mergulhar no meio delas” (Geertz, 2008, p. 21)<sup>36</sup>.

Chartier (1991, p. 182-185) propõe uma nova maneira de articular os recortes sociais e as práticas culturais, escapando do falso debate que se dá entre a objetividade das estruturas e a subjetividade das representações. Ou seja, buscando fundamentação em Durkheim e Mauss, defende “considerar as representações coletivas como as matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social”. Conforme Mauss “mesmo as representações coletivas mais elevadas só tem existência, só são verdadeiramente tais, na medida em que comandam atos” (citado por Chartier, 1991, p. 183). Esta noção de representação coletiva permite articular três dimensões da relação com o mundo social: 1) o trabalho de classificação e recorte que permite a construção da realidade pelos diferentes grupos; 2) as práticas que permitem o reconhecimento de uma identidade social, isto é, a visualização, a apresentação simbólica de um grupo; 3) as formas institucionalizadas e objetivadas pelas quais os representantes do grupo marcam ou demarcam a sua existência (Chartier, 1991, p. 183).

Se para Geertz (2008, p. 10), “a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos”, mas sim o “contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível”, ou seja, um elemento neutro, Chartier de outro lado entende as representações com um espaço de conflito e disputa, o que lhe permite falar em “lutas de representação”. Ou seja, as identidades sociais resultam sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear, e o poder de contraposição por parte dos grupos, isto é, definir, resistir ou aceitar esta representação. De outra parte, “o recorte social objetivado” dá-se por conta da capacidade dos grupos de se fazerem ver e reconhecer, demarcando posição, construindo uma representação de si (Chartier, 1991, p. 183). Este raciocínio permite falar em “estratégias simbólicas”, ou seja, as estratégias usadas pelos grupos

---

<sup>36</sup> Revel (2009, p. 115), lamenta que os historiadores, acerca das contribuições de Geertz tenham retido muito mais o que ia no sentido das coerências e homogeneidades do que da “ambiguidade das situações de interação”, o que segundo sua opinião, “a teoria de Geertz não implica de modo algum”.

para se fazerem ver, para demarcarem sua existência, ou por aqueles que pretendem de alguma forma impor uma dada representação, o que vale dizer, sua dominação<sup>37</sup>.

A relação de representação ocorre entre uma imagem presente e um objeto ausente. Esta relação pressupõe uma inteligibilidade, a depender de duas condições: a compreensão do signo como signo e a existência de convenções regulando a relação do signo com o objeto. Uma possível incompreensão da representação pode se dar pela incapacidade de leitura de uma das partes (o leitor, o receptor) ou pela extravagância, ou perversão, da relação entre signo e significado, fazendo com “que a coisa não tenha existência a não ser na imagem que exhibe, que a representação mascare ao invés de pintar adequadamente o que é seu referente”. Esta é a brecha que faz da representação um mecanismo de dominação, uma “máquina de fabricar respeito e submissão, num instrumento que produz uma exigência interiorizada, necessária exatamente onde faltar o possível recurso à força bruta” (Chartier, 1991, p. 185-186). Neste sentido, a imposição se dá pela aparência.

Por outro lado, Ciro Flamarion Cardoso, cético quanto a viabilidade do conceito de representação como colocado no debate em torno dos pós modernos e do ‘*linguistic turn*’, ampara-se na psicologia social numa tentativa de construir um entendimento mais realista da relação do sujeito com o mundo mediado pelas abstrações que confecciona no processo. Com base em Jodelet, caracteriza a representação social em 4 aspectos: 1) trata-se de um saber prático que liga um sujeito a um objeto; 2) a representação mantém com seu objeto uma relação de simbolização e de interpretação de modo que pode ser colocada no lugar do objeto; 3) a representação é uma mobilização do objeto; 4) a representação desempenha um papel crucial no ajuste prático do sujeito ao seu ambiente (Cardoso, 2000, p. 30).

### **Considerações finais**

Portanto, a eleição da banha foi um episódio que, por um lado, aponta para o cenário da decadência do poder dos coronéis, e por outro, parece sinalizar a organização dos colonos e sua postura política, que ganharia mais relevo com o passar do tempo. Também parece claro que o imenso ato de solidariedade ao Cel. Dico procura dar uma resposta a este processo, procurando por um lado demonstrar a sua força na política ijuiense, e por outro atuando na reconstrução de sua imagem, certamente desgastada pela questão da banha, justamente como defensor dos colonos frente aos grandes trustes e cartéis que dominavam os segmentos da economia colonial

---

<sup>37</sup> Também denominado de violência simbólica por Bourdieu (1998, p. 11-12).



como o da banha, principalmente. Neste processo, sobressai-se a importância da representação da comunidade, dos colonos e do lugar ocupado pelo líder político. O ato público de solidariedade e o discurso pronunciado por Ianne Thorstemberger são momentos de reconstrução desta representação.

Dadas as limitações da pesquisa em termos de fontes, não é possível explicitar o exato papel da União Colonial na articulação do ato. Está claro que foi, segundo a notícia do Correio Serrano, numa reunião da entidade que o ato foi proposto pela primeira vez. Mas na sequência dos fatos, tudo parece que correu à revelia da entidade, sendo o evento coordenado por um grupo de pessoas muito mais ligadas ao Cel. Dico do que exatamente aos colonos. Além disso, é sintomático a enumeração de um grupo grande de entidades pelo veículo de imprensa enquanto evita maiores menções a União Colonial, pra não dizer nenhuma.

Obviamente que o artigo apresenta importantes limitações. Uma delas é a desconsideração da dimensão étnica para avaliar as relações dos colonos com a figura do líder político, bem como sua relação com a construção da ideia de comunidade que se pretende objeto da ação dos sujeitos envolvidos no ato público. Outro grande limite é a questão da recepção deste jogo de poder que se dava também no nível das representações. Se a praça da cidade foi tomada por uma multidão nunca vista até então, o que todas essas pessoas lá faziam e o que pensavam? Estavam todas imbuídas do mesmo ideal, ou seja, prestar a justa homenagem ao líder e benfeitor dos colonos ou a curiosidade para ver o circo também foi um fator de aglutinação. Um dia diferente, de festa, com desfile, também pode ser mais do que um bom motivo para moças e rapazes saírem do interior em busca de um pouco de animação.

## Referências

- ADAM, Paulo Rogério Friedrichs. **“Ouro Branco”**: O porco e a banha em Ijuí (1890-1950). Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2015.
- AMARAL, Sandra Maria do. **Elite política e relações de poder**: o caso de Ijuí (1938 – 1945). Ijuí: Unijuí, 2003.
- AVANCINI, Elza Gonçalves. **O mandonismo local em Ijuí** (1912 – 1937). Ijuí: texto datilografado, [s/d.]. MADP.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1998.
- BURKE, Peter. **Variadas de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Sociedade e Cultura: conceitos complementares ou rivais? In: **Um historiador fala de teoria e metodologia**: ensaios. Bauru: EDUSC, 2005. p. 255-282.
- \_\_\_\_\_. Introdução: uma opinião sobre as representações sociais. In: MALERBA, Jurandir, CARDOSO, Ciro Flamarion (orgs). **Representações**: Contribuições a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000. p. 9-40.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos Avançados. São Paulo, nº 11, V. 05, p. 173-191, jan/abril 1991.

CREMONESE, Djalma. **Capital social e padrões de participação político-social em Ijuí – RS**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Porto Alegre: UFRGS, 2006.

CUBER, Padre Antoni. **Nas margens do Uruguai**. Ijuí: MADP, 1975.

ERTZOGUE, Maria H. **A formação dos sindicatos agrícolas no Rio Grande do Sul durante a 1ª fase do governo Borges de Medeiros (1905-1909)**. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUC-RS, 1992.

PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Para uma História cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 123-137.

REVEL, Jacques. Cultura, culturas: uma perspectiva historiográfica. In: **Proposições: ensaios de história da historiografia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. p. 97-137.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **Associativismo cristão e desenvolvimento comunitário: imigração e produção social do espaço colonial no sul do Brasil**. Cascavel: Edunioeste, 2009.

WEBER, Regina. **A formação do trabalhador fabril: história oral em Ijuí/RS**. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Unicamp, 1989.

\_\_\_\_\_. **Os inícios da industrialização de Ijuí**. Ijuí: Livraria Unijuí Editora, 1987.



## AS CONTAS NÃO BATEM: O DESVIO DOS PAGAMENTOS DOS LOTES NA COLÔNIA GUARANI (1914-1916)

Kalinka de O. Schmitz (Unisinos)<sup>38</sup>

### Introdução

A linha temporal e espacial – pode-se dizer assim – da criação de Colônias no Rio Grande do Sul, mostra a forma como as Colônias foram sendo criadas próximas a Porto Alegre e posteriormente gradualmente expandidas para as margens mais distantes do centro original. São Leopoldo, o primeiro núcleo em 1824, foi criada próxima a Porto Alegre, que contava além das estradas (ainda que precárias), com um transporte fluvial, mais rápido e barato. Conforme essa Colônia cresce, vai ultrapassando os limites originais, e ao passo que ela mesma expande, também passa a ocorrer a criação de novas Colônias. Essa expansão gradual leva ao salto para o Planalto, conforme Roche (2022). A criação de Colônias no Planalto, no município de Cruz Alta, já era demandada desde o período imperial, conforme aponta Neumann (2016). Contudo, esse pedido apenas foi atendido após a Proclamação da República, com a criação da Colônia Ijuí.

Esta região do Rio Grande do Sul foi palco de intensa ação de colonização particular, fosse com projetos constituídos ou apenas visando a venda de lotes a partir do desmembramento de suas próprias propriedades, para quem possuísse condições de pagar pela terra (Schmitz, 2023). Objetivo diferente daquele que o governo possuía; embora em qualquer forma de colonização (pública ou particular) houvesse o interesse na venda da terra através dos lotes coloniais, a colonização governamental objetivava desenvolver outros aspectos que envolveriam a criação e administração de um núcleo colonial. Essa forma mais ampla de pensar e aplicar a colonização foi resultado tanto da observação do cenário geral que chegou no primeiro período republicano, mas também das influências que o governo contava.

A colonização avança para a região do Planalto rio-grandense ao longo da Primeira República no processo denominado por Jean Roche como enxamagem (2022), com a criação de núcleos coloniais públicos ou particulares, transformando a paisagem e a situação jurídica sobre a propriedade da terra, de uma região que ainda não havia sido profundamente alterada pelo aumento das pequenas propriedades coloniais. Das várias transformações que ocorreram na aplicação do processo colonizatório com imigrantes europeus e depois com seus

---

<sup>38</sup> Doutoranda em História pelo PPGH da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Bolsista Capes. Email para contato: kalinka.oschmitz@gmail.com

descendentes, juntamente com a diminuição da área dos lotes coloniais até que se chegasse à extensão de 25 hectares, estava a necessidade do pagamento da propriedade, para que só após a quitação houvesse a expedição do título definitivo.

Essa modificação gerou para o governo uma nova forma de arrecadação através da chamada dívida colonial, sistema onde as administrações de Colônias ou mesmo as Comissões de Terras e Colonização (CTC) eram encarregadas de receberem e fiscalizarem o pagamento das parcelas dos lotes coloniais, quer compusessem Colônias ou não, enviando devidamente registrados as entradas, inadimplências ou adiantamentos. A partir de tais informações, a Diretoria de Terras e Colonização (DTC) num trabalho conjunto com a Fazenda estadual, organizavam o panorama e as perspectivas financeiras advindas do processo de privatização das terras públicas.

Em projetos públicos de colonização, os colonos deveriam realizar o pagamento das parcelas de seus lotes diretamente para a administração colonial, que, a partir disso, realizava o registro do pagamento e encaminhava os valores para o Tesouro estadual em Porto Alegre. Embora houvesse mais de um funcionário que poderia participar do processo de recebimento dos pagamentos, o principal envolvido era o chefe da Colônia, que para isso possuía acesso a todo o processo que ocorria até o envio dos valores para a capital do Estado. É nesta etapa do processo de pagamento da dívida colonial que ocorrera o crime pelo qual Clarimundo de Almeida Santos se tornara réu, ocorrido entre 1914 e 1916.

## **1. A colonização pública no Planalto Rio-grandense**

Reflexo da grande influência que o Positivismo possuía sobre os governantes estaduais, incluindo o diretor da DTC, Carlos Torres Gonçalves, que se identificava como positivista religioso, a colonização das terras do Rio Grande do Sul era vista como um meio para alcançar o desenvolvimento industrial e econômico do Estado (Silva, 2013). Com a atribuição de tanta importância para esse processo, na perspectiva a longo prazo, o governo se preocupava na forma como ocorria; tal preocupação, juntamente com o entendimento que possuíam sobre qual seria a melhor maneira de organizar e direcionar o processo colonizatório. Como consequência desse posicionamento, o governo tecia fortes críticas à forma como a iniciativa particular geria a colonização.

A atuação do governo não se restringia, contudo, apenas à medição e demarcação de lotes, para a venda de forma isolada ou através da criação de núcleos coloniais. Considerando as necessidades que uma Colônia possuía para que obtivesse uma sustentabilidade e

desenvolvimento econômico, vias de transporte e comunicação eram de grande valia. Dessa forma, havia uma preocupação por parte do poder público na construção de vias de transporte – estradas e ferrovias por exemplo –, de modo que esses espaços coloniais distantes de Porto Alegre, tivesse facilitada o contato e tráfego de pessoas e produtos com a capital e mesmo outros importantes espaços urbanos do Estado.

A colonização pública precisa ser compreendida para além apenas da criação dos núcleos de Ijuí, Guarani, Erechim e Santa Rosa. Isto pois as ações governamentais nesse sentido acabavam impactando toda a região circunferente de cada núcleo, sua população e a influência em núcleos particulares, demonstrando como interesses públicos e particulares podem acabar se entrelaçando, também dentro de núcleos públicos. Sendo intrinsecamente ligado à questão agrária, a DTC que trabalhava na organização dos trabalhos coloniais, buscava realizar serviços de discriminação de terras, de forma a separar as áreas que eram já de particulares daquelas que poderiam ser utilizadas para atender a demanda por novos lotes coloniais, ou ainda serem utilizadas para pagamentos de indenizações (que em vários casos seriam utilizadas para empreendimentos particulares).

O trabalho dos funcionários do governo então, os levavam para diversas regiões do Planalto rio-grandense, e também a terem contato com a população que já habitavam esses espaços. Sendo até então vistos com desconfianças, visto que os nacionais poderiam considerar a chegada desses sujeitos na região, como dos últimos sinais para o avanço da colonização para ali, o que poderia significar a expulsão ou no mínimo marginalização em detrimento dos colonos que para ali se dirigiriam. Contudo, a forma como a DTC defendia a realização do serviço, bem como uma maior atenção às possibilidades de regularização dos apossamentos, tornando o processo menos complexo, fez com que a população autóctone não mais se retraísse ante os funcionários do governo estadual (Schmitz, 2021).

A ocupação dos projetos públicos, com colonos se dirigindo de diferentes regiões do Estado e mesmo imigrantes, com os funcionários desses núcleos sendo os responsáveis pela instalação nos novos lotes coloniais, se tornando também pontos de apoio no atendimento das dificuldades da população colonial, permitia a criação de uma confiança entre colonos e administração colonial. Não significa que não houvesse problemas, reclamações e desconfianças entre uma parte e outra, que comprometeria a suposta boa ordem colonial que pode ser observada nos relatórios dos chefes das Colônias, e nos relatórios produzidos pela DTC e pela Secretaria das Obras Públicas. Os processos crime, então, são um tipo documental

que possibilita ao historiador perspectivas diferentes daquelas obtidas a partir de documentação produzida pelos órgãos públicos.

A Colônia onde ocorreram os acontecimentos que serão analisados neste artigo a partir de dois processos criminais, é a Colônia Guarani, criada no ano de 1891 nos municípios de Santo Ângelo/São Luiz Gonzaga, apenas um ano após a criação da primeira Colônia pública da Primeira República, que foi Ijuí no município de Cruz Alta. É então, uma das primeiras Colônias criadas a partir do entendimento e objetivo do governo estadual do PRR (Partido Republicano Rio-grandense), tanto para atender à crescente demanda da população imigrante e colonial por novos espaços para se assentarem, como também consolidar a ideia de uma colonização mista, ainda que com preponderâncias étnicas. Após a sua criação, o governo apenas criará um novo núcleo no ano de 1908, com a Colônia Erechim em Passo Fundo, e mais especificamente na região de Guarani, no ano de 1914 com Santa Rosa, o que podemos considerar, teve importante papel para que o projeto de 1891 ganhasse novo fôlego no recebimento de colonos e conseqüentemente em seu crescimento.

## **2. A organização de um núcleo colonial e a possibilidade de irregularidades**

No ano de 1916 é impetrada a denúncia e intimação da Justiça Pública contra o Tenente Coronel Clarimundo de Almeida Santos<sup>39</sup>, chefe da Colônia Guarani, e “arrecadador da dívida colonial”. O agora réu era funcionário de carreira em trabalhos relativos a terras e colonização, deixando claro em sua defesa todas as funções que desempenhara desde que entrara no serviço público. Tendo iniciado em 1886, quando foi nomeado pelo Ministério da Agricultura como agrimensor na Comissão de terras da Colônia Caxias, quando trabalhou com sujeitos como Severiano de Almeida (chefe da Colônia Erechim), e Ernesto Muzzel Filho, também nome constante na documentação produzida pela DTC ao longo da Primeira República.

Após a emancipação de Caxias, em 1890, Clarimundo alega que teria sido ele que informara ao governo que “em Missões nas margens do Uruguai existia grande área devoluta de campos e matos excelente para colonizar, que eu conhecia por ter visitado a zona em 1879, quando depois de obter carta de agrimensor fiz parte de uma comissão que explorou o Rio Uruguai desde São Borja até Buricá”<sup>40</sup>, como seria conhecedor da região, além de defensor da criação de um núcleo público ali, teria sido indicado para ser o chefe de Guarani. Além de ser uma forma de conhecer o réu, narrada por ele próprio, e por isso, passível de questionamento

---

<sup>39</sup> APERS. Autos de processo crime. Número 1404, maço 47, estante 155.

<sup>40</sup> APERS. Autos de processo crime – Defesa escrita do réu Clarimundo de Almeida Santos. 16/07/1916. fl. 29. Número 1404, maço 47, estante 155.

também devido ao momento em que ocorre tal narrativa, permite ainda, uma visualização da evolução do processo colonizatório no Estado, visto o personagem do processo ter estado envolvido numa importante Colônia do período imperial, e depois passar a atuar nas proximidades da fronteira com a Argentina, na segunda Colônia criada pelo governo republicano rio-grandense.

A denúncia ocorre a partir da constatação por parte do Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas do atraso do repasse dos pagamentos da dívida colonial de Guarani, a qual deveria ser realizada pelo agora réu. O secretário das Obras Públicas então, comunica sua descoberta ao Secretário da Fazenda, onde havia sido constatado um déficit de 223:500\$576, valor desviado entre outubro de 1914 a maio de 1916.

O valor desviado, contudo, foi corrigido posteriormente, após os trabalhos de uma comissão de funcionários responsáveis pelo exame da documentação relativa à Colônia Guarani. Com a realização de tal sindicância, uma das atitudes tomadas foi a exoneração de Clarimundo de Almeida Santos; o agora ex-chefe da Colônia teria desviado a quantia de 212:446\$490, e além da perda do cargo, foi decidido pela necessidade que indenizasse a Fazenda estadual na quantia desviada. Diante desse resultado do levantamento feito pela equipe designada para análise da documentação do referido núcleo colonial, optou-se pela instauração do processo contra Clarimundo, pelo crime de peculato, além da realização de prisão preventiva, a realizar-se na Capital<sup>41</sup>. Para o pagamento da indenização, os bens móveis que o réu possuía seriam também confiscadas, uma vez que apenas os bens imóveis não dariam conta do valor a devolver aos cofres públicos.

Na discriminação detalhada dos valores da dívida colonial de Guarani que haviam sido deixadas de serem recolhidas aos cofres públicos, encontramos os seguintes dados:

**Tabela 1** - Discriminação da importância da cobrança da dívida colonial de Guarani<sup>42</sup>

<b>Período</b>	<b>Valor</b>
4º trimestre de 1914	29:202\$636
Ano de 1915	136:961\$866
1º trimestre de 1916	38:633\$593
Mês de abril de 1916	11:598\$210
Mês de maio de 1916	7:104\$271

<sup>41</sup> APERS. Autos de processo crime - Denúncia. Número 1404, maço 47, estante 155.

<sup>42</sup> APERS. Autos de processo crime – Ofício de Carlos Torres Gonçalves ao Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas. 27/06/1916. fl. 5. Número 1404, maço 47, estante 155.



TOTAL	223:500\$576
-------	--------------

Produzido pela autora.

Estes dados que aparecem no ofício que o diretor da Diretoria de Terras e Colonização encaminha ao secretário das Obras Públicas no dia vinte e sete de junho de 1916 foram o estopim para que se iniciasse a averiguação da situação fiscal de Guarani. Há uma variação nos valores sonegados, o que pode ser explicado pelo fato de que são dados de recortes temporais diferentes, excetuando-se os dois últimos registros, que se referiam aos dois meses anteriores à escrita do referido ofício. Atendo-nos a eles, por considerar que caso separássemos os recortes anteriores em meses, também haveria uma variação dos valores em haver. Logo, os valores contrastam em si, com o mês de maio sendo o que apresenta o menor valor; essa flutuação no valor desviado pode ser explicada a partir de uma possível estratégia do chefe da Colônia, de desviar apenas uma parte do valor, de modo que ainda houvesse remessas para a capital, e ele ficasse com outra parte. Ou ainda, uma variação nos próprios pagamentos realizados pelos colonos, a depender da produção colonial de cada um. Não constam nos processos, quais seriam as quantias totais da dívida colonial que deveria ser recolhida naquela Colônia, de modo que limita a possibilidade de análise, no momento em que tolhe-se a possibilidade de contrastar o valor total que deveria ser recolhido, com aquele que não chegou até a Secretaria da Fazenda, à parte da criação dos vales falsificados.

Em junho de 1916 inicia-se as oitivas do processo com o depoimento do réu. Assim sendo, Clarimundo de Almeida Santos, de 58 anos de idade e natural do Rio Grande do Sul tem a oportunidade de narrar os acontecimentos a partir de sua perspectiva. Sobre o que o teria levado a ser processado, considerava que “o motivo principal que o colocou nessa posição, isto é, a que alude a nota de culpa, foi devido a ter sido defraudado no serviço de emissão de vales, meio pelo qual era feito o pagamento de todos os serviços afeitos à comissão a seu cargo”<sup>43</sup>. Em sequência explicava a dinâmica de recebimento dos imigrantes na Colônia, com o governo encaminhando junto aos imigrantes, uma relação com os auxílios a que cada imigrante (família ou isolado) teria direito; desses valores, que apenas tinham direito aqueles que chegavam via Povoamento do Solo, trinta mil réis seriam para ferramentas, vinte mil réis para sementes e duzentos e cinquenta mil réis para a construção de casa<sup>44</sup>. Para além desses valores, o Estado

<sup>43</sup> APERS. Autos de processo crime – Assentada (depoimento de Clarimundo de Almeida Santos). 30/06/1916. fl. 8. Número 1404, maço 47, estante 155.

<sup>44</sup> APERS. Autos de processo crime – Assentada (depoimento de Clarimundo de Almeida Santos). 30/06/1916. fl. 8v. Número 1404, maço 47, estante 155.

via CTC ainda proveria aos imigrantes, subsídios para outras questões, como alimentos, vestimentas, transportes, estradas e afins.

O imigrante não receberia todo o valor a que tinha direito em apenas uma parcela. Os valores seriam entregues conforme a necessidade e requerimento de cada colono, que deveria se dirigir para a administração da Colônia e solicitar a quantia que lhe conviria no momento. A circulação dos valores dentro de Guarani e sua região ocorriam então, não de maneira instantânea com a chegada das levas de imigrantes, o que poderia permitir uma situação financeira mais estável, através dessa maneira de garantir um fluxo contínuo de valores. Desses valores que as parcelas de imigrantes colocadas pelo Estado teriam direito, e que deveriam ser ressarcidos, estava também os valores dos lotes coloniais, que deveriam ser quitadas para que apenas então se expedisse o título definitivo do lote.

O sistema de expedição dos vales ocorria da seguinte forma

A emissão dos vales era feita por diversos funcionários, quanto à designação do indivíduo e auxílio a que tinha direito, verificando, entretanto, a faculdade da assinatura dos vales aos auxiliares de escritório; esses vales circulavam pelo comércio e eram todos resgatados à proporção, que as verbas requisitadas mensalmente<sup>45</sup>.

O processo de confecção dos vales poderia ser realizado por outros indivíduos que não apenas o chefe da Colônia, Clarimundo. Tal fato acabou sendo citado e utilizado pela defesa do réu, como argumento de que os vales não teriam sido falsificados por Clarimundo, mas sim, por qualquer funcionário que possuísse acesso ao armário onde os canhotos de vales, carimbos e afins ficavam guardados. Os vales seriam utilizados para o pagamento de compras no comércio local, bem como poderiam ser utilizados para o pagamento da dívida colonial, e posteriormente havia o recolhimento dos mesmos e pagamentos em dinheiro, realizado por uma empresa comercial. Ao explicar a dinâmica dos trabalhos que realizavam na referida Colônia, Clarimundo, dá espaço em sua narrativa para as dificuldades que eram enfrentadas por ele administrador daquele espaço, e das adaptações que eram necessárias diante dos recursos disponíveis.

Quando começou o serviço do povoamento do solo não tinha eu quem me auxiliasse nos serviços decorrentes dessa imigração, agrimensor, médico, fiscais e técnicos para o serviço de estradas, o que me obrigava a fazê-los pessoalmente, ficando a cargo do pessoal auxiliar de que dispunha a emissão de vales, por fluência de serviço. Quando em agosto de 1908 foi iniciado o serviço do povoamento, ponderei, ao doutor Vespasiano Rodrigues Corres, então diretor do serviço de Terras e Colonização, que minha comissão não estava aparelhada para a execução desse serviço, por falta de pessoal, e de casas para alojar os imigrantes, pedindo pessoal, instrumentos e meios

---

<sup>45</sup> APERS. Autos de processo crime – Assentada (depoimento de Clarimundo de Almeida Santos). 30/06/1916. fl. 8v. Número 1404, maço 47, estante 155.

de que carecia para realizar o serviço; não tenho obtido, em setembro, insisti para me aparelhar destes meios ou dar-me exoneração do cargo, superior das minhas forças, o que repeti ainda e fiz referências em diversos ofícios de outubro, dezembro de 1908 e janeiro de 1909. Instado pelas circunstâncias tomei diversos empregados, não só para coadjuvar-me nos serviços de campo e escritório, como para servirem de intérprete<sup>46</sup>.

Diversas vezes Clarimundo destaca as dificuldades de falta de pessoal, de dinheiro e outras, na busca por dar conta do grande número de imigrantes que eram direcionados para Guarani. Para que se atendessem a todas as demandas, emitiam-se os vales, de acordo com as verbas, para que fosse tendo andamento a fixação e início da vida dos imigrantes no lote colonial.

Não dando continuidade na ideia de sair da função de diretor da Colônia, afirmava que no ano de 1913 percebeu que havia funcionários que estariam produzindo vales falsificados, construindo o cenário de que a Colônia possuiria muito mais despesas do que a realidade apresentava; nessa confusão, precisou lançar mão de valores arrecadadas da dívida colonial para preencher os espaços produzidos pela falsificação de vales. Teria ainda, pedido uma quantia em dinheiro ao seu irmão, residente no Mato Grosso, para que entregasse o dinheiro para o Tesouro estadual.

Ao passo que em seu depoimento procurava se defender das acusações também apresentava nomes considerados por ele como suspeitos de realizarem a adulteração das assinaturas necessárias e na utilização dos carimbos das comissões, seriam eles “os empregados de nomes Kurt von Beherend, Otto Isenhagem, Gustavo Isenhagem, e Albino Züchel, os quais dois foram despedidos pelo depoente e dois fugiram”<sup>47</sup>. Para chegar a tal ponto de citar tais indivíduos como culpados, Clarimundo teria colocado seu filho trabalhar na comissão, de modo que pudesse observar as ações que os referidos funcionários tomavam, enquanto ele próprio iria para um dos povoados da Colônia Guarani, o Núcleo Uruguai. Em seu retorno à sede da Colônia, seu filho Gastão teria confirmado as suspeitas do pai, ao contar-lhe sobre as falsificações; ao ir ele próprio conferir os vales que haviam sido feitos durante sua ausência, teria observado a utilização de uma parte dos selos, além de alguns vales duplicados. Foi a partir de tal constatação que a movimentação para buscar dinheiro de modo a sanar os cofres públicos teria iniciado, bem como uma própria investigação sobre as falsificações.

Ao longo de sua defesa escrita, Clarimundo de Almeida Santos, além de direcionar suspeitas aos seus funcionários, que possuiriam janelas de oportunidades para tais crimes,

---

<sup>46</sup> APERS. Autos de processo crime – Assentada (depoimento de Clarimundo de Almeida Santos). 30/06/1916. fl. 9. Número 1404, maço 47, estante 155.

<sup>47</sup> APERS. Autos de processo crime – Assentada (depoimento de Clarimundo de Almeida Santos). 30/06/1916. fl. 12. Número 1404, maço 47, estante 155.

considerando as longas ausências do chefe no prédio administrativo em vista de suas tarefas nas mais diversas regiões da Colônia, também indicava outra possibilidade para as falsificações. Para o réu, uma possibilidade válida seria a existência de imigrantes, dentre aqueles chegados à Guarani, que, contrastando com os honestos e de boa índole, possuíam más intenções além de conhecimentos para o trabalho de falsificar ou duplicar a emissão de vales, como aqueles que possuíam conhecimento laboral sobre alguma das partes que compunham a criação dos talões de vales, ou o seu preenchimento.

A emissão dos vales aos imigrantes/colonos seriam então, uma forma de dinamizar a economia colonial, de modo que não fosse dependente do dinheiro em espécie que o governo mandava mensalmente, de modo que “quando o Tesouro do Estado pagava as folhas de demonstrações mensais e correspondentes aos vales emitidos eram estes trocados pelos portadores e dava-se baixa dos mesmos no livro de escrituração ou lançamento da emissão, sendo depois queimados”<sup>48</sup>. A queima dos vales após a baixa deles na documentação, seria efetivada por outros funcionários que não o chefe da Colônia, o que poderia permitir uma janela de ação para quem quisesse reutilizar os vales, com as devidas falsificações de datas; esse serviço não era fiscalizado por parte de Clarimundo, até que entre 1913 e 1914 começou a desconfiar, ao observar a emissão de vales e que contariam também como pagamento da dívida colonial.

### **3. Clarimundo de Almeida Santos se torna réu e é julgado**

Ainda que argumentasse que teria sido enganado pelos funcionários que praticassem a fraude dos vales, o procurador fiscal do Estado ainda mantinha o posicionamento de considerar Clarimundo culpado, uma vez que, ainda que não fosse ele a pessoa que fraudasse os vales, teria tomado conhecimento de tal crime muito antes do caso chegar à justiça, ou seja, não denunciou às autoridades policiais tão logo descobriu.

No andamento do processo, iniciou-se as oitivas das testemunhas. Várias eram envolvidas em algum nível com comércio e, portanto, trabalhavam em algum momento, com os vales, falsificados ou não. Ainda, pelo próprio fato de terem algum conhecimento sobre o ocorrido, possuíam proximidades com o réu e possivelmente com outros nomes citados, considerando os espaços permitidos dentro do universo colonial de Guarani. Dos relatos, também se poderá observar algumas menções à busca de Clarimundo por conversar com essas

---

<sup>48</sup> APERS. Autos de processo crime – Defesa escrita do réu Clarimundo de Almeida Santos. 16/07/1916. fl. 34. Número 1404, maço 47, estante 155.

pessoas, apresentando sua versão do ocorrido, numa possível tentativa de direcionar a opinião das posteriores testemunhas, mas também em uma manobra para se colocar de uma maneira que seu posicionamento social não fosse deveras afetado dentro da Colônia, ou ao menos, trabalhar para que a opinião da população colonial não se voltasse radicalmente contra ele.

As duas primeiras eram sócios da firma responsável por intermediar o trânsito de valores entre a Comissão e o Tesouro do Estado; um dos associados era originário da Itália. Sobre a atuação da firma, declaravam que “a firma não retiraria nenhum lucro direto da prestação desse serviço à comissão, mas havia serviço de juros, pois recebia dinheiro e o colocava à disposição, auferindo resultados comerciais por ‘facilitar a movimentação de fundos da Colônia Guarani para o comércio dessa praça e de lugares vizinhos’”<sup>49</sup>, numa exemplificação de como a economia daquele espaço e os subsídios do governo circulavam. A terceira testemunha é justamente o diretor da DTC, Carlos Torres Gonçalves; o diretor da DTC declara que após a constatação de atrasos nos relatórios de recolhimento da Colônia Guarani, já havia ficado alerta, mas após o recebimento em três de julho daquele ano, da guia de recolhimento enviada pelo réu, instaurou uma sindicância, com o primeiro escriturário Wenceslau Zielinsky como chefe de tal processo. Porquanto até aquele momento a arrecadação era enviada junto das relações nominais dos colonos devedores em recortes trimestrais, mas que após o problema identifica em Guarani, esses reportes passaram a ocorrer mensalmente.

O quarto entrevistado, José Duarte Lages, 40 anos de idade e escriturário na Colônia Guarani, declarou que ficou sabendo do ocorrido após regressar de viagem feita à Porto Lucena; teria ficado sabendo de maiores detalhes após conversar com Clarimundo, que inclusive lhe havia mostrado alguns vales falsificados, onde constava a assinatura do chefe da Colônia, visivelmente falsificadas. Teve a oportunidade de ver apenas alguns poucos vales onde constatou a falsificação da assinatura, o que poderia indicar que haveria uma maior quantidade de vales na mesma situação que os mostrados pelo réu. Outro ponto sensível que vira pauta nos testemunhos é a denúncia de que as falsificações teriam sido produzidas por outros funcionários da comissão, que não o seu chefe. Neste sentido, José Duarte Lages declara que tinha conhecimento de que Gustavo Isenhagen possuía um desses talões para emissão dos vales, e que sua esposa os falsificava; ciente dessa situação, teria o depoente levado tal informação para Clarimundo; além de informar o chefe da Colônia sobre a falsificação que seria realizada pelos Isenhagen, acrescenta que teria tido conhecimento de que o funcionário Antonio Armick teria

---

<sup>49</sup> APERS. Autos de processo crime – Segunda testemunha – Carlos Lubisco. 20/07/1916. fl. 80. Número 1404, maço 47, estante 155.

recebido o valor de trezentos e setenta e cinco mil réis de um colono de nome Engels, que morava no quarto distrito de São Luiz, mas que não teria entregado tal importância ao chefe da Colônia, tal como seria sua função<sup>50</sup>.

A quinta testemunha, Alcides Vieira Marques, 28 anos, residente em São Luiz das Missões, afirma que saberia do ocorrido por conta de leitura de jornais, e também por conversa que teve com Clarimundo. Para além de informações similares àquelas dadas pelas outras testemunhas, Alcides Marques declara que sabia que dois funcionários da comissão, Wenceslau Rabuch e Otto Isenhagen, que recebiam da comissão apenas sessenta mil réis de salário, e não possuíam outras fontes de renda, haviam a não muito tempo atrás, adquirido “uma boa casa, duas Colônias” e um dinheiro para tornar-se dono de uma cervejaria que seria avaliada em cerca de vinte contos de réis. Ainda, teria ficado sabendo de que Otto e o irmão Gustavo teriam brigado com trocas de acusações sobre o outro ter falsificado vales de pagamentos aos colonos<sup>51</sup>.

Nas testemunhas de defesa, há o depoimento de Hugo Barreto, 22 anos e “sobrinho político” de Clarimundo. Tanto Hugo quanto a outra testemunha de defesa, possuem relatos parecidos, informando o conhecimento sobre a dinâmica econômica colonial através dos vales, de que teriam conhecimento sobre os funcionários que teriam feito as falsificações, bem como reforçaram uma boa índole que possuiria Clarimundo de Almeida Santos.

A Justiça apresenta ao juiz, no dia 3 de agosto de 1916, um balanço geral e documentos relativos ao exame da situação econômica da Colônia Guarani<sup>52</sup>, do período entre fevereiro de 1898 até 30 de junho de 1916, tanto verificando os registros financeiros da Colônia, quanto também analisando todo e qualquer documento que constava no cofre de Clarimundo no prédio da administração colonial. Desse relatório anexado ao processo, Carlos Torres Gonçalves explana, após inquirição de inúmeras pessoas, funcionárias ou não do Estado, que

1º - haver fraudes nos vales, de duas naturezas: a) falsificação dos diversos manuscritos e das assinaturas dos funcionários incumbidos dos serviços, servindo-se os falsificadores de talões mandados imprimir pelo diretor da Colônia; b) adulteração de vales verdadeiros por acréscimo de algarismos e modificação nos dizeres manuscritos afim de elevar o valor dos mesmos.

Quanto ao primeiro gênero de fraude, nenhum dos depoentes pode formar juízo sobre os autores, nem nos foi possível colher elementos para a responsabilidade criminal dos quatro acusados pelo agrimensor Clarimundo de Almeida Santos: - Kurt von

---

<sup>50</sup> APERS. Autos de processo crime – Quarta testemunha – José Duarte Lages. 26/07/1916. fl. 86. Número 1404, maço 47, estante 155.

<sup>51</sup> APERS. Autos de processo crime – Quinta testemunha – Alcides Vieira Marques. 03/08/1916. Número 1404, maço 47, estante 155.

<sup>52</sup> APERS. Autos de processo crime Relatório - balanço geral e mais documentos relativos ao exame da escrita da Colônia Guarani. 03/08/1916. fl. 97-104. Número 1404, maço 47, estante 155.

Behrend, Albino Zückel, Otto Isenhagen e Gustavo Isenhagen. Dos dois últimos tomamos depoimentos, os outros dois estão na República Argentina, segundo consta. Quanto ao segundo gênero, a fraude é atribuída, nos depoimentos tomadas, aos próprios colonos, sendo grosseiramente feita.

2º - a falsificação de vales parece ter sido em pequeno número, porquanto, dos representantes das firmas comerciais que negociam com a Colônia, por cujas mãos passavam os vales, na sua quase totalidade, nenhum os encontrou, o mesmo tendo acontecido ao comércio local, segundo consta dos depoimentos. A convicção do pequeno número dos vales falsificados parece sobretudo confirma-se pelo número também pequeno dos exibidos pelo agrimensor Clarimundo de Almeida Santos<sup>53</sup>.

Diversos foram então, as formas encontradas de falsificar os vales, a depender de quem estivesse por trás de tal ação, como por exemplo ações dos próprios colonos que buscavam via falsificação aumentar os valores dos vales que recebiam. Mas ao passo que pudesse ser variada a falsificação, o relatório produzido e apresentado por Torres Gonçalves aponta para uma pequena quantidade de vales modificados ilegalmente. Acabou não sendo constatado igualmente, aumento indevido dos bens do réu, com a situação de filhos e genros sendo descritas como “de inteira pobreza”.

Os pagamentos da dívida colonial é outro aspecto investigado<sup>54</sup>, visto considerarem que havia um grande número de colonos e posseiros que pagavam prestações de suas terras, entre 1913 e 1916, mas que embora escrituradas como depósito, não constavam nos quadros da arrecadação da dívida colonial.

Uma nova ronda de oitivas teve início em julho de 1916. Eram relativas ao alcance de dinheiros verificados na administração da Colônia na vigência da direção do Cel. Clarimundo de Almeida Santos. Em um desses depoimentos, conta-se que teria ocorrido o sumiço de quatro talões com 100 vales cada, assinados, numerados e carimbados, mas não saberia informar se teriam sido utilizados com interesses escusos. Outros depoimentos dão conta de que ainda em 1914 Clarimundo já conversava sobre a sua descoberta quanto aos vales falsificados, inclusive mostrando aos interlocutores alguns dos vales falsificados, chegando ao ponto de afixar editais nas portas dos comércios, de que apenas seriam pagos os vales apresentados no escritório que fossem considerados legítimos.

Testemunhas também davam conta, boa índole de Clarimundo, que ele era facilmente ludibriado por seus funcionários, o que induz a incluir nessa ação, também as falsificações que ocorreriam, em maior período, sem o seu conhecimento. Sua defesa então, embasava sua

---

<sup>53</sup> APERS. Autos de processo crime Relatório – balanço geral e mais documentos relativos ao exame da escrita da Colônia Guarani. 03/08/1916. fl. 102-103. Número 1404, maço 47, estante 155.

<sup>54</sup> APERS. Autos de processo crime. Relação das prestações pagas por concessionários de lotes e por posseiros da Colônia Guarani, desde 1903 até 30 de junho do corrente ano (1916), que fizeram escrituradas como Depósito e não figuraram nos quadros da arrecadação da dívida colonial. 17/07/1916. fl. 110-116v. Número 1404, maço 47, estante 155.

arguição no fato do desconhecimento do réu quanto às irregularidades, sustentando que isso não seria peculato, por não ser ele o infrator. A dinâmica financeira do governo ante seus projetos coloniais é posta em evidência, quando a defesa discute a deficiência no envio dos valores necessários para o funcionamento colonial, que resultava numa maior dependência do uso dos vales, havendo ainda, uma ineficiência na fiscalização.

A junta da Fazenda, ao produzir o seu relatório quanto ao processo de demissão de Clarimundo de Almeida, destaca, dentre os seus argumentos, de que por mais que Clarimundo possa não ter tido ligação direta no processo de falsificação dos vales, tanto em sua defesa quanto nos depoimentos de diversas testemunhas, demonstra que já possuía conhecimento de que tal crime ocorreria, alguns anos antes de 1916, inclusive. Em outras palavras, teria tido conhecimento de tal prática ilícita e não teria tomado nenhuma ação efetiva para coibir o crime, nem mesmo denunciando o fato para seus superiores na DTC ou na Secretaria da Fazenda estadual. Em consequência de tal constatação é que o parecer final do relatório era de defender a procedência da acusação de peculato contra Clarimundo, considerando que o código penal, uma vez que o mesmo entendia peculato também como o consentimento de qualquer maneira, que um terceiro se aproprie indevidamente contra o erário público.

A Justiça, no parecer emitido pelo juiz responsável, seguiu a mesma linha do que havia sido escrito no relatório produzido pela Secretaria da Fazenda; ainda que não tenha sido possível ter certeza absoluta quanto a quem produzira os vales falsos, a negligência de Clarimundo, ao descobrir o caso e não denunciar de pronto, o caracteriza como culpado. Dessa forma, em 1º de setembro de 1916, a sentença expedida é de condenação de Clarimundo de Almeida Santos, com a perda do cargo e obrigado a indenizar o Estado no valor de 212:446\$490<sup>55</sup>.

Em um processo aberto em outubro de 1916<sup>56</sup>, ou seja, apenas um mês após a expedição da sentença, considerando nulo o processo encerrado em setembro do mesmo ano. Consequência de um aparente desentendimento quanto a quem recairia a competência de julgar tal caso. Clarimundo só poderia ser julgado pela Promotoria da Comarca de São Luiz Gonzaga, e não de Santo Ângelo, como ocorreria, pelo fato de que os crimes teriam ocorrido na parte da Colônia pertencente à São Luiz Gonzaga, além de o ex-chefe de Guarani também residir nesta parte do projeto público de colonização. Ainda que em partes subsequentes do processo se declare a procedência da maneira como foi conduzido o processo pela Comarca de Santo Ângelo, novas oitivas ocorrem.

---

<sup>55</sup> APERS. Autos de processo crime – Vistos e Examinados Estes Autos, Etc... . 01/09/1916. fl. 187-188v. Número 1404, maço 47, estante 155.

<sup>56</sup> APERS. Processo Sumário. fl. 6-7v. 25/10/1916. Número 1403, maço 47, estante 155.



Novamente são feitas menções aos vales falsificados, mas também ao desvio dos valores pagos pelos colonos da dívida colonial, uma vez que Clarimundo seria o responsável por recolhê-los e não os direcionava ao Tesouro estadual, desde 1914, como deveria.

Após essa nova leva de interrogatórios, a 2 de março de 1917 é expedida nova condenação de Clarimundo de Almeida Santos<sup>57</sup>, que havia estado preso preventivamente em Porto Alegre até certo tempo antes. Porém, quando do anúncio da decisão por sua prisão, o oficial de justiça encarregado de encontrar Clarimundo e entregar a ordem de prisão, não o encontrou nem obteve notícias sobre o paradeiro do ex-chefe da Colônia Guarani, em estratégia próxima do observado por Vendrame (2014).

Novas peças são acrescentadas ao processo sumário apenas no ano de 1932. Em junho do referido ano, Clarimundo e sua defesa apresentam ao juiz competente o pedido de extinção da ação penal contra ele, considerando que a disposição penal utilizada para condená-lo indicava como pena, de quatro a doze anos de prisão, além da proibição de assumir qualquer serviço público em período entre doze e vinte anos. E como no momento que tal documento era escrito já haviam transcorridos dezesseis anos, não havia motivos para a manutenção de tal ação penal, que previa tempo de prisão menor do que o período transcorrido. Desse modo, em 07 de julho de 1917, em vista do pedido da defesa, o juiz acata o pedido e declara a extinção da referida ação penal contra Clarimundo de Almeida Santos<sup>58</sup>.

### **Considerações finais**

O depoimento da quarta testemunha apresenta uma nova perspectiva e informação. Além de corroborar a versão onde outros funcionários seriam os falsificadores, Duarte ainda cita um trabalhador que não havia sido citado nos autos. A presença de um talão de vales na casa de um funcionário que não o chefe, poderia visar uma facilidade para os colonos que necessitariam dos vales ou que buscavam pagar sua dívida colonial, e aproveitaria a facilidade de não precisar ir até a sede da Colônia para tal.

A devassa realizada tanto no escritório da administração colonial de Guarani, quanto também nas contas e bens pessoais de Clarimundo, ainda que possa ser vista como a rigidez de uma investigação em um crime que prejudicava o governo, mas também como uma forma de se colocar foco no réu, e não nas falhas que a colonização pública, via Diretoria de Terras e

---

<sup>57</sup> APERS. Processo Sumário. fl. 26v. 02/03/1917. Número 1403, maço 47, estante 155.

<sup>58</sup> APERS. Processo Sumário. fl. 29. 07/07/1917. Número 1403, maço 47, estante 155.

Colonização (e portanto o governo estadual), nas falhas dos envios de dinheiro, sem considerar as necessidades que um núcleo em crescimento possuía.

Através da análise dos processos referentes ao crime de peculato pelo qual Clarimundo de Almeida Santos fora tornado réu, pode-se observar, juntamente com as questões econômicas que permeavam as várias camadas da sociedade colonial, como se colocavam as dinâmicas burocráticas, do atendimento às necessidades dos colonos, quanto as obrigações que deveriam ser atendidas pelos funcionários das administrações coloniais, para com os colonos e com os seus superiores em Porto Alegre. Nesse sentido, ainda convém refletir sobre as distâncias geográficas que abarcavam o espaço colonial rio-grandense durante a Primeira República.

Com precários (lentos) meios de transporte em um espaço colonial amplo, localizado em dois municípios, e a necessidade de circulação interna, para fiscalização do processo de instalação dos colonos e o seu desenvolvimento e dificuldades, bem como das obras públicas que deveriam acompanhar a ocupação do espaço com os novos habitantes, tomava do chefe da Colônia, vários dias distantes da sede administrativa. Era então, momentos em que não haveria uma supervisão sobre os demais funcionários da Colônia, abrindo espaço para práticas ilícitas como a falsificação dos vales. A circulação do chefe da Colônia também poderia ser utilizada pelos colonos para realizarem o pagamento de parcelas de suas dívidas coloniais; não sendo acompanhado no serviço, ou mesmo após o retorno à sede, não ser devidamente fiscalizado ou observado, haveria janelas para que ocorresse o desvio dos pagamentos dos colonos.

Para além das diferentes formas de falsificação de vales que foi observada através da investigação do processo crime, constatou-se ainda, uma divergência nos registros de pagamento das parcelas da dívida colonial de um grande número de colonos e posseiros. Nos processos concernentes à ação de Clarimundo na direção da Colônia Guarani, não há, contudo, menção sobre possíveis desagradados ou revoltas dos colonos quanto a terem realizado os pagamentos que deviam, e não terem eles sido devidamente registrados, o que sem dúvida, poderia prejudicá-los em alguma medida. Consideramos que a ausência do posicionamento dos colonos sobre tal assunto, tanto poderia ser por conta da inserção nos quadros de pagamentos posteriormente, daqueles valores que haviam dispendido ao governo, como também não pode-se descartar que a relação construída entre essa população e o chefe da Colônia não amenizasse possíveis descontentamentos, fosse uma relação amistosa pelo suporte recebido ou mesmo apenas um respeito por uma proximidade ou uma demonstração de preocupação do chefe da Colônia.

Finalizando, e levando em consideração o desfecho do processo sumário encerrado em meados de 1917, observamos a utilização da vastidão do interior do Rio Grande do Sul como estratégia para a fuga do mandado de prisão expedido após a sentença final do juiz. Sem que o oficial de justiça consiga entregar a intimação ou que recolha informações sobre o paradeiro do condenado, nada há o que fazer a respeito. E estando o condenado e sua defesa cientes das letras da lei, aparecem para a justiça somente após um determinado período, de modo que consigam a anulação do processo pelo qual havia sido condenado, sem maiores prejuízos.

## Referências

NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Oikos, 2022.

SILVA, Marcio Both da. Positivismo e colonização no Rio Grande do Sul da Primeira República (1889-1930). In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane. (orgs). **Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**. Volume III. Porto Alegre: Letra&Vida, 2013. p. 117-143.

SCHMITZ, Kalinka de O. “Entretanto, são ávidos de terras, pois sabem por experiência, constituírem elas excelente emprego para suas economias”: a colonização no Rio Grande do Sul e a migração de colonos para Santa Catarina. **Revista Aedos**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 804-838, 2021.

SCHMITZ, Kalinka de O. Reflexões sobre pequenos núcleos coloniais particulares no Planalto Rio-grandense (1897-1938). In: TEDESCO, João Carlos. NEUMANN, Rosane. **Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**. Passo Fundo: EDIUPF, 2023. v. VI. p. 165-183.

VENDRAME, Maíra. Poder local e violência: imigrantes e nacionais nos núcleos coloniais do sul do Brasil. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 14, n. 1, jan./jun. 2014. p. 63-76.

# A Saga dos Açorianos no Rio Grande de São Pedro

Thiago Araujo Vaucher<sup>1</sup>

## Introdução

Em 20 de janeiro de 1680, D. Manoel Lobo fundou Colônia do Sacramento um posto avançado português em frente a Buenos Aires sob domínio Espanhol, segundo Ana Luiza Setti Reckziegel (2015, p. 433) “com a finalidade de quebrar o monopólio comercial do porto de Buenos Aires, que viria contribuir para a ocupação do território oriental nos séculos posteriores, ao mesmo tempo que inaugura uma época caracterizada pelas lutas contínuas entre as Coroas rivais e por um desordenamento da exploração da riqueza pecuária.” Segundo Miguel Frederico do Espírito Santo (2006, p. 25), “a fundação da Colônia do Sacramento foi orientada pela interpretação portuguesa do limite traçado em Tordesilhas e no marco do direito natural de raiz católica.” Em 1750 com a assinatura do Tratado de Madri, Portugal e Espanha revogaram o Tratado de Tordesilhas de 7 de junho de 1494 que durante dois séculos e meio foi a grande referência para a delimitação dos territórios

O Tratado Provisional assinado em 1681 estabeleceu a devolução da Colônia do Sacramento a Portugal, mesmo com a vigilância constante dos espanhóis, assim sendo a Companhia de Jesus e seus padres espanhóis voltaram ao território antes ocupado. Em 1626 o padre Roque Gonzales de Santa Cruz fundou em 3 de maio a redução de São Nicolau, em 1634, o padre Cristóvão de Mendoza foi o responsável pela introdução do gado no território que hoje corresponde ao Rio Grande do Sul. Em 1641 os portugueses foram derrotados em M’Bororé, os padres jesuítas e os indígenas partiram rumo a margem direita do rio Uruguai. Após quarenta e um os jesuítas voltaram ao território rio-grandense com a fundação de reduções. Em 1687 em resposta à fundação da Colônia do Sacramento foi fundada a redução de São Francisco de Borja e no decorrer dos anos outras reduções. A Companhia de Jesus por intermédio de seus padres Jesuítas espanhóis estabeleceu ao longo de quinze anos uma barreira frente a uma possível expansão lusitana na região. No que tange a região destacamos ser, uma região que se organiza a partir da relação que o homem estabelece com a natureza, principalmente através de seu trabalho, resultando dessa troca de espaços geográficos, dotados de especificidades naturais, econômicas e humanas. Segundo Reichel (2006, p.44) “as relações sociais, fundamentais nas

---

<sup>1</sup> Cientista Social, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UPF, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Alegrete, membro pesquisador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. E-mail: thiagoav84@gmail.com. Bolsista Institucional UPF.

experiências vividas, nas ideias e nos sentimentos que os homens desenvolvem entre si, bem como a cultura por ela produzida, são igualmente importantes para configurar um espaço determinado ou, em outras palavras, para definir uma região.”.

Os padres da Companhia de Jesus com a ocupação da região das Reduções buscaram recuperar o gado que havia sido abandonado devido a fuga por conta da perseguição dos Bandeirantes que buscavam mão de obra indígena. Esse gado abastecia as Missões de carne, couro, sebo, graxa. Segundo Heredia

En los primeros tiempos, el lugar elegido para la fundación de las ciudades debía servir, primero, para que se constituyesen en hitos o postas en el camino de búsqueda de los metales preciosos y, también, por su cercanía a las zonas donde había ya una importante población indígena, para contar de esa manera con la mano de obra necesaria; de todos modos, esta segunda prioridad fue suplida luego por el desplazamiento compulsivo de contingentes hacia los centros de producción (Heredia, 2007, p. 206).

Em 22 de junho de 1713, iniciaram as negociações de Utrecht entre portugueses e espanhóis, no dia 19 de agosto, a rainha Ana da Inglaterra, garantiu a Portugal que a Colônia do Sacramento seria devolvida como condição do tratado definitivo. Em 6 de fevereiro de 1715, o Tratado de Paz e Amizade ou de Utrecht como ficou conhecido, entre Portugal e Espanha foi ajustado, sendo ratificado por Felipe V, em 2 de março e por dom João V. Segundo Miguel Frederico do Espírito Santo,

em 9 de novembro de 1723, o Conselho Ultramarino examina a possibilidade de se povoar a Ilha de Santa Catarina, Laguna e Montevidéu e fortificar a Ilha Grande a fim de evitar que os estrangeiros as tomem e em 7 de fevereiro de 1728, consulta sobre o informe do Governador Antonio Pedro de Vasconcellos respeitando à necessidade de se criarem povoações desde o litoral da Ilha de Santa Catarina até o Rio Grande de São Pedro em face da ameaça de invasões castelhanas (Frederico, 1993, p.17).

Em 1735 a tensão entre Portugal e Espanha levou os dois países a vias de fato, a Colônia do Sacramento foi sitiada por Miguel de Salcedo e por indígenas missioneiros, anos antes em 1732, Francisco de Brito Peixoto requereu concessão de campos e terras do rio Tramandaí ao Rio Grande de São Pedro. A concessão de sesmarias antecederam a fundação oficial do Rio Grande de São Pedro em 1737, se fazendo valer do *uti possidetis*, implementando as melhores condições para assegurar aos portugueses as campanhas do sul. No dia 19 de fevereiro do mesmo ano foi fundado o Presídio do Porto do Rio Grande de São Pedro, com o objetivo de evitar as deserções a São Catarina, foi montado uma guarda na margem norte do rio Tramandaí, enviadas por Gomes Freire de Andrada em agosto chegaram as primeiras famílias oriundas do Rio de Janeiro. Em 13 de janeiro de 1750 foi assinado o Tratado de Madri entre Dom João V de Portugal e Dom Fernando VI de Espanha determinando que a Colônia do Sacramento seria

entregue aos Espanhóis em troca do território dos Sete Povos das Missões aos Portugueses. Porém se inviabilizou pela forte resistência da população que vivia nas colônias, os Indígenas e os comerciantes portugueses na Colônia do Sacramento. Além disso uma das reações indígenas levou a culminância da Guerra Guaranítica (1754-1756). Em 1757, os padres ainda se encontravam na colônia até 1759 quando chegou a notícia da expulsão dos jesuítas do Império português. Após um período bem conflituoso entre ambas as Coroas, foi assinado em 1777 o Tratado de Santo Ildefonso. Porém antes destes fatos é importante recordar alguns acontecimentos, em 18 de junho de 1736 o governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada deu instruções ao brigadeiro José da Silva Paes para que tomasse posse do território rio-grandense com o objetivo da defesa da Colônia do Sacramento e expulsar os espanhóis, além de ocupar e fortificar o porto de Rio Grande de São Pedro. Silva Paes chegou em fevereiro de 1737 e já havia no território povoadores de outros locais da Colônia e com o passar dos anos o povoamento foi aumentando com a vinda de portugueses do continente e dos Arquipélagos sob domínio lusitano. Porém o povoamento só se intensificou a partir de 1764, provocado principalmente devido a invasão de dom Pedro Cevallos, governador de Buenos Aires, mostrando aos portugueses a necessidade de ocupação da região, se não seria ocupada pelos espanhóis.

Segundo Corcino Medeiros dos Santos (2006, p.66) “O povoamento efetivo levou as autoridades portuguesas a transformar o continente do Rio Grande de São Pedro do Sul em capitania.” A dependência ao Rio de Janeiro não agradava, porém era necessária devido a constante ameaça que vinha do Prata. Tanto Portugal quanto Espanha militarizaram a área, construindo fortes, destacamentos com milícias de soldados e guardas de fronteira. Segundo Golin (2002, p. 11) “Para o Estado a fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central.” Assim se torna compreensível a presença de proteção das Fronteiras por parte das Coroas Portuguesas e Espanholas. Ainda segundo Golin

Na história da fronteira rio-grandense, a fixação da linha divisória, sua afirmação ou suas oscilações, em épocas diferentes, apesar das operações concretamente regionais, dependeram de decisões acordadas politicamente nos centros de decisão de poder, a exemplo do Rio de Janeiro, Lisboa, Madri, Londres, Buenos Aires e Montevidéu (Golin, 2002, p.13).

Os portugueses se utilizavam do Uti possidetis, concedendo sesmarias a civis com a intenção de forçar o avanço da linha demarcatória para o oeste, segundo Golin (2002, p.50),” o uti possidetis foi sempre recurso jurídico-político mediador de incorporação de territórios na construção dos espaços colonial e nacional.” Mas também é importante recordar que “no caso

rio-grandense, a fronteira, ao cabo, foi um produto do *uti possidetis*, de um processo histórico de conquista e ocupação, o que não se explica pela fronteira natural e seu direito decorrente (Golin, 2002, p.50).

Com a instalação de Rio Grande mesmo sabendo que a construção da fortaleza não seria suficiente para proteção do povoado, sendo necessário um povoado mais consistente, segundo Beatriz Vasconcelos Franzen (2006, p. 95) “O projeto de colonizar o Rio Grande com casais açorianos já era objeto de estudos.” Os açorianos buscavam fugir dos tremores de terra, das erupções vulcânicas, seca, isolamento e a falta de perspectiva. Em Portugal e no Arquipélago dos Açores se organizavam para vinda para o Brasil. Para Miguel Frederico do Espírito Santo (1993, p.21), “a viagem, que levava de dois a três meses, era extremamente penosa, não discrepando das viagens comuns do século XVIII. A falta de higiene tornava precária a convivência a bordo do navio.” Os primeiros anos da chegada aos Açorianos no Rio Grande de São Pedro foram anos de muita dificuldade, não tendo condições de se acomodarem de forma mais satisfatória. Chegaram ao porto da vila de Rio Grande de 1751 a 1765, tendo muitas dificuldades em se fazer cumprir as determinações régias de demarcação e distribuição de terras, além de serem entregues instrumentos, ferramentas e sementes conforme havia sido prometido aos recém-chegados. Segundo Cleusa Maria Gomes Graebin (2006, p. 203) “Iniciando pela Vila do Rio Grande, os açorianos foram alcançando, por caminhos terrestres e fluviais, outros espaços, numa linha estratégica traçada pela Coroa Portuguesa para fixação de povoadores, garantindo o avanço luso na ocupação e posse de territórios”.

Por volta de 1751, na Vila de Rio Grande com o forte Jesus-Maria-José, a igreja, quartéis, armazém, ferraria, a casa do armeiro e uma pequena população, foi o que os primeiros açorianos encontraram em sua chegada a Vila.

#### Segundo Graebin

Os casais açorianos, segundo os propósitos da Coroa portuguesa, deveriam ocupar espaços da própria vila, bem como ser deslocados e reacomodados nas terras que corriam do Ribeiro de Castilhos Grande, pelas cabeceiras do Rio Negro e do Ibicuí, e pelas sete aldeias dos padres da Companhia e outras que passavam para os seus domínios, através do tratado (Graebin, 2006, p. 204).

A situação que se encontravam os Açorianos era precária, coube a Cristóvão Pereira de Abreu alistar homens a fim de formar uma tropa que ficaria encarregada de abrir os caminhos, explorando terrenos e rios, para conduzir as famílias recém chegadas que deveriam povoar o território português, com isso em 1752, foram transportados da Vila do Rio Grande para os Campos de Viamão um contingente de famílias açorianas, tendo como primeira parada o Porto do Ornelas, que hoje é a cidade de Porto Alegre, onde aguardariam antes serem enviados para

as Missões. Por consequência da Guerra Guaranítica que ocorreu na região das Missões entre os anos de 1754 a 1756, impossibilitou a ida dessas famílias. Visto tamanha repercussão que a Guerra Guaranítica fez com que Gomes Freire de Andrada achou necessário organizar uma linha de fortificações e comunicações ao longo do rio Jacuí. Para ocupar essas localidades e proteger as fronteiras lusitanas, Gomes Freire de Andrada solicitou o transporte de famílias açorianas para a região, não havendo nenhum tipo demarcação e regularização de posse das terras recebidas pelas famílias açorianas, nem mesmo subsídios, instrumentos para a lavoura, animais ou sementes, vivendo assim por sua conta em risco, sendo somente em 1764 que as demarcações de terra iniciaram.

Em 1762, em meio a conflitos devido a assinatura do Tratado de El Pardo de 1761, que anulava o de Madri de 1750, Pedro de Cevallos, governador de Buenos Aires sitiou a Colônia do Sacramento e rumou em direção ao Rio Grande de São Pedro, em abril de 1763, as defesas começaram a cair e 24 de abril os espanhóis ocuparam a Vila do Rio Grande. Entre os anos de 1763 e 1765, as famílias que permaneceram na vila entre elas açorianos, foram enviados para San Fernando de Maldonado pelos espanhóis, essas famílias fundaram a vila de San Carlos, recebendo terras de Pedro de Cevallos. É importante recordar que muitas dessas famílias quando aqui chegaram não receberam o que fora prometido pela Coroa Portuguesa, possibilitando assim o apoio massivo aos espanhóis por parte daqueles recém-chegados. Muitas famílias com a invasão da Vila fugiram para diferentes locais e os que permaneceram ficaram sob mando da Coroa Espanhola.

Em 1766, algumas famílias retornaram a Vila, muitas atraídas por conta das concessões de terras que haviam iniciado em 1764. No ano de 1776 a Coroa portuguesa recupera Rio Grande, um ano após em 1777 foi assinado o Tratado de Santo Ildefonso, segundo o qual a Colônia do Sacramento foi entregue em definitivamente aos espanhóis, com a linha divisória começando no Arroio Chuí subindo o Jaguarão. Segundo Domingues:

Houve, então um segundo surto imigratório de açorianos, que se localizaram em sua quase totalidade em Povo Novo, Pelotas, Camaquã, Piratini e margem esquerda do Jaguarão, para onde afluíram muitos dos fundadores de San Carlos. Este novo surto, que não vimos assinalado por nossos historiadores, esta a merecer cuidado estudo. A margem sul do baixo Jacuí também foi ocupada e surgiu Encruzilhada, ao passo que nasciam Cachoeira, Santa Maria, Caçapava, onde a presença de de filhos e netos de açorianos é assinalada desde o começo (Domingues, 1993, p. 32).

No ano de 1782, os açorianos voltavam a ocupar as terras da Vila de Rio Grande e logo que chegavam recebiam espingardas, foices, machados, picaretas, serras, martelos. As famílias que retornavam eram atraídas pela distribuição de datas e sesmarias.



Muitos dos açorianos que aqui chegaram tornaram-se soldados a serviço do Rei, atuando como peões do exército, desempenhando diversas funções, mas também exerciam funções como sapateiros, alfaiates, ferreiros, entre outros trabalhos. Os açorianos foram transformando-se de colonos agricultores em grandes fazendeiros, sendo eles os primeiros estancieiros do Rio Grande do Sul. Os açorianos que foram soldados na defesa das terras portuguesas receberam da Coroa Portuguesa como forma de pagamento a doação de uma ou mais sesmarias, surgindo o açoriano-estancieiro.

Segundo Vera Lúcia Maciel Barroso (2009, p.14), “não fosse o processo de legitimação dos arranchamentos” ou a doação de terras através dos títulos de concessão de sesmarias seria muito provável que o oeste sulino se convertesse sob o domínio espanhol, conforme determinava o Tratado de Santo Ildefonso.” Os espanhóis preocupados com a ocupação e fundação de grandes cidades, já os portugueses concediam grandes extensões de terras, promovendo um povoamento extensivo.

Segundo Comissoli:

Em 1801, os luso-brasileiros avançaram militarmente sobre o território a sul do rio Ibicuí, aproveitando a declaração de guerra dos espanhóis aos portugueses na Europa, a elite militar e aventureiros que viam uma oportunidade na guerra, prepararam um rápido ataque aproveitando a crise diplomática entre os dois países. Graça a aliança com grupos de indígenas missionários os luso-brasileiros conquistaram o Forte de São Martinho e a região das missões, que não se limitava aos Sete Povos do lado oriental do Uruguai, mas era formada ainda pelos vastos campos da campanha, onde os índios das reduções possuíam estâncias de criação de gado. Com a conquista, os luso-brasileiros puderam se apoderar desses campos e rebanhos. Com a declaração de paz entre as duas nações ibéricas não tratava dos limites americanos, a fronteira do Rio Grande foi alargada até o rio Uruguai no Noroeste, e até o Jaguarão no sul. A incorporação da porção missionária ao território português não só dobrava o território da Capitania, como adicionava cerca de quatorze mil indígenas, auxiliando a dobrar a população dela (Comissoli, 2011).

Percebemos que não foi fácil somente a chegada dos açorianos, bem como também não foi fácil a fixação deste território que hoje conhecemos por Rio Grande do Sul, uma história carregada de lutas e disputas desde os seus primeiros anos.

## Referências

- BARROSO, Vera Lúcia Maciel. O povoamento do território do Rio Grande do Sul/Brasil o Oeste como direção. **Estudios Historicos** – CDHRP – Agosto 2009 – Nº2
- COMISSOLI, Adriano. **A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (c.1808 -c. 1831)**. Rio de Janeiro: tese de Doutorado PPHIS-UFRJ. 2011

DOMINGUES, Moacyr. O Rio Grande do Sul antes dos Açorianos. In BARROSO, Vera Lúcia Maciel (org.). **Presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1993.

DOS SANTOS, Corcino Medeiros. Importância da capitania do Rio Grande para o Brasil. In BOEIRA, Nelson (Coord) e GOLIN, Tau (Coord II). **História do Rio Grande do Sul – Colônia I**. Editora Méritos. Passo Fundo, 2006.

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. Açorianos no Sul do Brasil: da prata de Potosi ao ouro das Gerais. In BARROSO, Vera Lúcia Maciel (org.). **Presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1993.

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. Fundamentos da incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao espaço português. In BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau. (org.). **História Geral do Rio Grande do Sul - Colônia: Méritos**, 2006.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. Jesuítas Portugueses nos séculos XVII e XVIII. In BOEIRA, Nelson (Coord) e GOLIN, Tau (Coord II). **História do Rio Grande do Sul – Colônia I**. Editora Méritos. Passo Fundo, 2006.

GOLIN, Tau. **A Fronteira**. vol 1. Editora LePM. Porto Alegre, 2002.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Vida cotidiana dos açorianos pelas freguesias e caminhos. In BOEIRA, Nelson (Coord) e GOLIN, Tau (Coord II). **História do Rio Grande do Sul – Colônia I**. Editora Méritos. Passo Fundo, 2006.

HEREDIA, Edmundo A. Conosur: el fin de las regiones de frontera. **Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática**. – Ed. Especial. Brasília, DF: A Fundação, 2007.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. Fronteiras fluídas: Rio Grande do Sul e a Banda Oriental no processo de fixação de limites. **Revista História: Debates e Tendências** – v. 15, n2, jul/dez. 2015, p. 429-440.

REICHEL, Heloisa Jochims. Fronteiras no Espaço Platino. BOEIRA, Nelson (Coord) e GOLIN, Tau (Coord II). **História do Rio Grande do Sul – Colônia I**. Editora Méritos. Passo Fundo, 2006.

# **MIGRAÇÕES, LITERATURA E IMPRENSA**

# **A imigração açoriana na ficção de Luiz Antonio de Assis Brasil: um olhar a partir da micro-história**

Edemilson Antônio Brambilla<sup>1</sup>

## **Introdução**

Luiz Antonio de Assis Brasil é um escritor sul-rio-grandense que se destaca pela representação literária da imigração e colonização da região Sul do Brasil. Em suas obras, o autor retrata a região sulina sob a ótica do estrangeiro, que passa a habitar o Estado e se vê envolto nas mais diversas questões políticas, sociais e culturais. Por ser descendente de imigrantes açorianos, Assis Brasil faz da estetização dos conflitos sociais e dos desafios enfrentados por esse grupo étnico na formação do Estado sul-rio-grandense uma temática recorrente em sua literatura. Dessa forma, ele se constitui como um intérprete dos processos migratórios.

Em seu romance de estreia, *Um quarto de légua em quadro* (1976), Assis Brasil narra a história de um grupo de imigrantes açorianos que chega ao Rio Grande do Sul no século XVIII. O romance retrata os desafios enfrentados por esses imigrantes para se adaptar a uma nova terra e cultura. No conto *O primeiro Natal no Continente de São Pedro ou 1752* (1994), Assis Brasil narra a história de um grupo de imigrantes açorianos que celebra o primeiro Natal no Rio Grande do Sul. O conto aborda as relações entre os imigrantes e os nativos da região.

Juntamente com esse conjunto de obras, o autor também escreveu uma importante gama de estudos teóricos nos quais se ocupou de estudar a presença desse imigrante dos Açores região do Rio Grande do Sul, ou então em Estados vizinhos. A esse respeito, podemos destacar escritos como: os ensaios críticos intitulados *A narrativa açoriana pós-25 de Abril*, publicado em 1994, e *A narrativa açoriana pós-revolução dos cravos: uma breve notícia*, datado de 1999; além disso, ainda escreveu os livros: *Escritos açorianos: a viagem de retorno – tópicos acerca da narrativa açoriana pós-25 de abril* (2003) e *Mar horizonte: literaturas insulares lusófonas* (2007), compostos por textos organizados e escritos por Luiz Antonio de Assis Brasil e demais pesquisadores da imigração açoriana, onde discutem amplamente essa perspectiva temática, especialmente levando em conta abordagens que enfocam a presença açoriana na região Sul brasileira.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo (PPGL/UPF). Mestre em Letras pela mesma instituição. Contato: edemilson.brambilla@gmail.com.

Nesse sentido, a obra de Luiz Antonio de Assis Brasil é uma importante contribuição para o estudo da imigração e colonização da região Sul do Brasil. O autor oferece uma perspectiva original e sensível sobre esse tema, que é fundamental para a compreensão da história e da cultura do Rio Grande do Sul. Em *O códice e o cinzel* (2007), documentário sobre sua vida e obra, Luiz Antonio de Assis Brasil comenta essa estreita ligação com os açores, afirmando:

Eu tenho uma grande felicidade de ter antepassados, tanto de pai como de mãe, lá dos Açores. E isso ficou muito claro para mim quando eu fui a primeira vez aos Açores, quando o avião pousou no aeroporto de Ponta Delgada, eu me senti voltando depois de 250 anos. E lá vivem pessoas de grande sensibilidade. Eu tenho grandes amigos como se fossem meus irmãos e eu volto para lá com muitíssima frequência. E quero poder sempre fazer isso. Então, os Açores, realmente, são a minha segunda Pátria. Eu me sinto perfeitamente em casa lá e isso aconteceu desde a primeira viagem e permanece até hoje.

Ainda em *O códice e o cinzel* (2007), Vamberto Freitas, ao interpretar a escrita de Luiz Antonio de Assis Brasil e sua proximidade com a vida e a cultura açoriana, afirma que, especificamente no caso de Assis Brasil:

[...] não se trata de um olhar exterior sobre os açores, de um olhar distante. Trata-se de um olhar em casa. A única distância aqui é que Assis Brasil está mais ou menos a 11 mil quilômetros de distância. Mas quando ele chega cá, quando participa no nosso mundo cultural, creio que ninguém o pensa como vindo do exterior, faz parte de nós, é nosso, é um estudioso nosso! Que ainda por cima se identifica como açoriano. A única diferença entre Assis Brasil e nós será, eventualmente, um sotaque, sequer já nem tanto.

Sob essa perspectiva, este trabalho busca analisar a presença açoriana nas obras de Luiz Antonio de Assis Brasil, tomando como base para análise tanto seus escritos ficcionais, quanto os ensaios críticos em que o autor se dedica a abordar o tema. A hipótese a ser investigada nesta abordagem é que tanto os escritos ficcionais de Assis Brasil, quanto seus estudos teóricos, possuem pontos de contato no que se refere ao posicionamento do escritor com relação à questão açoriana, sendo que, a perspectiva teórico-crítica assisiana acerca da produção literária sobre os Açores, as características que, segundo o autor, identificam a literatura de base açoriana e identificam o indivíduo como sendo um luso-açoriano, dialogam diretamente com as características expostas por Assis Brasil em suas criações ficcionais.

Desse modo, o presente trabalho está organizado da seguinte maneira: após este percurso introdutório, discutimos os pressupostos teóricos da micro-história e suas principais contribuições para a análise historiográfica e literária da segunda metade do século XX. Em seguida, analisamos a posição de Luiz Antonio de Assis Brasil acerca das características identitárias do imigrante dos Açores e a conseqüente representação literária desses personagens;

por fim, abordamos a representação literária desses indivíduos, tomando como base os escritos ficcionais de Assis Brasil, atentando para como o autor aborda os desafios, a cultura e a vida social desse grupo étnico ao buscar sua adaptação no cenário sul-rio-grandense do século XVIII, e como tal representação está em comum acordo com o exposto pelo escritor em seus ensaios críticos.

### **1. A literatura ao microscópio**

Durante a década de 1970 tem-se a ascensão e definição de um novo gênero histórico, denominado micro-história, vinculado a um pequeno grupo de historiadores italianos, em especial nomes como Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e Edoardo Grendi. Peter Burke (2008, p. 61-62), sintetiza o movimento de três maneiras, quais sejam: em primeiro lugar, a micro-história foi uma reação contra um certo estilo de história social que seguia o modelo da história econômica, empregando métodos quantitativos e descrevendo tendências gerais, sem atribuir muita importância à variedade ou à especificidade das culturas locais.

Em segundo, a micro-história foi uma reação ao encontro com a antropologia. Os antropólogos ofereciam um modelo alternativo, a ampliação do estudo de caso onde havia espaço para a cultura, para a liberdade em relação ao determinismo social e econômico, e para os indivíduos, rostos na multidão. O microscópio era uma alternativa atraente para o telescópio, permitindo que as experiências concretas, individuais ou locais, reingressassem na história.

Em terceiro lugar, o micro-história era uma reação à crescente desilusão com a chamada “narrativa grandiosa” do progresso, da ascensão da moderna civilização ocidental, pela Grécia e Roma antigas, a Cristandade, Renascença, Reforma, Revolução Científica, Iluminismo, Revolução Francesa e Industrial. Essa história triunfalista passa por cima das realizações e contribuições de muitas outras culturas, para não falar dos grupos sociais do Ocidente que não haviam participado de tais movimentos. Há um paralelo óbvio entre a crítica a essa grande narrativa na história e a crítica ao chamado “cânone” dos grandes escritores da literatura inglesa, ou dos grandes pintores na história da arte ocidental. Por trás delas, pode-se ver uma reação contra a globalização, enfatizando os valores das culturas regionais e dos conhecimentos locais.

Algumas obras publicadas em meados da década de 1970 situaram os preceitos basilares da micro-história, em especial obras como *Montaillou* (1975), de Emmanuel Le Roy Ladurie, e *O queijo e os vermes* (1976), de Carlo Ginzburg. O primeiro deles, de acordo com Burke (2008, p. 62), faz um retrato histórico de uma pequena aldeia francesa nos Pireneus e seus cerca de 200 habitantes, no começo do século XIV, retrato possível pela sobrevivência dos registros

da Inquisição, inclusive os interrogatórios de 25 aldeões suspeitos de heresia. O livro tem a forma geral de um estudo de comunidade do tipo muitas vezes realizado por sociólogos, mas cada capítulo levanta questões debatidas pelos historiadores franceses na época, acerca da infância, por exemplo, da sexualidade, do sentido local de tempo e de espaço, ou da casa camponesa como representação dos valores familiares. Tal obra foi uma contribuição à história cultural, no sentido amplo de que incluía cultura material e mentalidades.

Em *O queijo e os vermes*, de acordo com Burke (2008, p. 62), o autor Carlo Ginzburg também se baseava nos registros da Inquisição, dessa vez na região do Friuli do século XVI, no nordeste da Itália, e tem seu foco na personalidade de um indivíduo interrogado sob suspeita de heresia, o moleiro Domenico Scandella, conhecido como “Menocchio”. Para surpresa dos inquisidores, Menocchio respondeu às perguntas de maneira detalhada, expondo sua visão do cosmos. O título do livro deve-se à explicação do personagem de que no princípio tudo era o caos, e os elementos formavam uma massa exatamente como o queijo faz com o leite, e naquela massa aparecem alguns vermes, que eram os anjos. Ao longo de seu interrogatório, Menocchio também falou longamente sobre os livros que havia lido e sobre a maneira como os interpretava. Dessa forma, o estudo de Ginzburg contribuiu para a nova “história da leitura”

Ainda de acordo com Burke (2008, p. 62-63), *O queijo e os vermes* pode ser descrito como uma “história de baixo”, porque se concentra na visão de mundo de um membro de uma “classe subalterna”. O herói do livro, Menocchio, pode ser descrito como um “extraordinário homem comum”, e o autor explora suas ideias sob diferentes ângulos, tratando-o algumas vezes como um indivíduo excêntrico que deixava seus interrogadores desconcertados porque não se encaixava no estereótipo de herege, e em outras ocasiões como porta-voz da cultura camponesa, tradicional e oral. Nem sempre a argumentação é consistente, mas necessariamente instiga o pensamento.

Além da antropologia, áreas como a geografia e o folclore também inspiraram estudos históricos que examinaram unidades locais mais amplas, regiões e não somente aldeias ou famílias. Tais estudos significativamente para a afirmação dos estudos pautados pela análise micro-histórica. Pode-se citar como exemplos desses estudos autores como o inglês Charles Phythian-Adams, e o americano David Fischer. O fato é que, de acordo com Burke (2008, p. 64), da década de 1970 em diante foram publicados centenas de estudos micro-históricos, focalizando aldeias e indivíduos, famílias e conventos, badernas, assassinatos e suicídios. É claro que, a partir disso, relacionar acontecimentos locais com fatos globais se tornou um desafio a todos os historiadores.

## 2. A literatura açoriana sob a ótica de Luiz Antonio de Assis Brasil: uma historiografia literária

A presente seção busca analisar a posição de Luiz Antonio de Assis Brasil acerca das características identitárias do imigrante dos Açores, e a consequente representação literária desses sujeitos históricos. Para isso, tomamos como base para análise os trabalhos teóricos nos quais o autor se ocupou em estudar a presença açoriana no espaço sul-rio-grandense, a exemplo de seus ensaios críticos intitulados *A narrativa açoriana pós-25 de Abril* (1994), e *A narrativa açoriana pós-revolução dos cravos: uma breve notícia* (1999). Neles, Luiz Antonio de Assis Brasil discute amplamente essa perspectiva temática, buscando caracterizar e definir esse indivíduo açoriano, e sua consequente representação literária.

Segundo Assis Brasil (1999), a situação de imigrante acabou caracterizando diretamente esses grupos que chegaram ao Rio Grande do Sul em meados do século XVIII. Por isso, o escritor aponta algumas características peculiares da literatura que versa sobre esse modo de vida açoriano, sua condição de imigrante, e o local ocupado por esse sujeito, envolto entre o saudosismo pela terra mãe, e a difícil realidade encontrada no novo mundo. A esse saudosismo, o autor denomina *açorianidade*, ou seja, o orgulho sentido por esses indivíduos na sua condição de ilhéu, que faz com que o açoriano reivindique para si uma outra escala de valores éticos e sociais, distinta do Continente e, quiçá, melhor. Seria incorreto, segundo ele, chamar de *bairrismo* a esse sentimento, pois o transcende em muitos aspectos: enquanto o *bairrismo* considera *o outro* como a síntese dos males e estabelece uma visão dicotômica da realidade nacional, o *açorianismo* não aparta o açoriano da comunidade portuguesa – mas o identifica perante os seus patrícios ocidentais.

Unida a esta ideia da *açorianidade*, e quase se confundindo com ela, Assis Brasil (1994) situa a questão da *consciência insular*, que ultrapassa o estritamente literário. É um sentimento que se expressa pela distância, pela nostalgia, pela contemplação melancólica da paisagem, dos garajaus que voltam todo o ano, da bruma que tudo obscurece, do mar quase sempre crespo, das tempestades, das nuvens densas e baixas do inverno, do *azorean torpor*; significa uma espécie de resignação às inclemências e dificuldades da vida insular, algo indizível, mas profundamente experimentado.

A esse respeito, Assis Brasil (1999) ainda nos alerta para o fato de que, é evidente que não estamos tratando de *regionalismo*, tenha ele o conceito que tiver. Aqui, se configura uma outra atitude, não passadista nem refratária às mudanças; é uma perspectiva lúcida, de



conhecimento crítico da realidade, sem os equívocos a que o regionalismo chegou não apenas nos Açores. Nesse aspecto, a questão das origens é fundamental: o Arquipélago formou-se por erupções vulcânicas oriundas do subsolo oceânico (o que, aliás, é causa de inúmeros episódios tectônicos, como o de primeiro de janeiro de 1980, que destruiu a cidade de Angra do Heroísmo, ou o vulcão dos Capelinhos, no Faial) e essa origem com forte conotação de lenda gerou narrativas que igualmente criam, sob a luz da ironia, suas próprias lendas.

No caso específico das temáticas presentes nas narrativas açorianas, Assis Brasil (1999) aponta que é curioso notar que essas narrativas mais focam os sentimentos e efeitos relativos às partidas e chegadas do que propriamente a experiência emigrante. É que nas ilhas, onde o tempo e o espaço se condensam, intensificando formas de estar e sentir, tal realidade impõe-se não tanto como fenômeno social em si, mas antes como marca de uma condição existencial de forte sofrimento, emoção e perspectiva universal. Nesse sentido, cabe atentarmos para o fato de que esse mesmo sentimento apontado por Assis Brasil parece ser problematizado por outros autores, a exemplo do pensador argelino Abdelmalek Sayad, que alerta para a dicotomia existente entre as noções de “presença” e “ausência”, vivenciadas pelos imigrantes. Segundo ele, os imigrantes sentem-se ausentes onde estão presentes, e presentes onde estão ausentes. Nas palavras de Sayad (2000, p. 20):

Esse é um dos numerosos paradoxos da imigração: ausente onde está presente e presente onde está ausente. Duplamente presente – efetivamente aqui e ficticiamente lá – e duplamente ausente – ficticiamente aqui e efetivamente lá – o imigrante teria uma vida dupla, que ultrapassa e que é diversa da oposição tradicional entre vida pública e vida íntima: uma vida presente, banal, cotidiana, vida que pesa e enreda, vida segunda, ao mesmo tempo cronológica e essencialmente secundária; uma vida ausente, figurada ou imaginada, rememorada, uma vida que foi primeira cronologicamente e que permaneceu primeira, essencial, afetiva e efetivamente, e que, sem dúvida, voltará a sê-lo um dia.

Esses e outros aspectos constituem a representação literária do sujeito oriundo dos Açores, e seu conseqüente agir em sociedade. O que buscamos, de um modo mais específico, na seção subsequente, é discutir como essas características se refletem no universo literário do escritor Luiz Antonio de Assis Brasil, tomando como base para análises narrativas ficcionais assisianas que parecem abordar vários aspectos que foram expostos nesta seção.

### *2.1 A imigração açoriana sob a ótica de Luiz Antonio de Assis Brasil: suas criações ficcionais*

Na presente seção buscamos investigar a representação desse imigrante açoriano na obra ficcional do escritor Luiz Antonio de Assis Brasil. Para tanto, tomando como base para análise

as narrativas assisiana onde essa temática é retratada, a saber: o romance *Um quarto de légua em quadro*, e o conto *O primeiro Natal no Continente de São Pedro ou 1752*.

Já em sua obra de estreia, denominada *Um Quarto de Légua em Quadro*, publicada em 1976, a figurativização dos primórdios da presença açoriana no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina é tema principal. De acordo com Mutter (2008, p. 10; 2017), nessa obra “o romancista gaúcho foi um dos primeiros a recusar a reflexão sobre o presente encapsulado pelos problemas políticos e pensar a história mais remota. Uma opção que busca as origens e por isso faculta a revisão do passado para melhor compreender o presente”.

Escrito em forma de diário, o enredo assisiano em *Um quarto de légua em quadro* narra, através da perspectiva do médico Gaspar de Fróis, o processo migratório e a colonização portuguesa no Estado do Rio Grande do Sul. A aventura da qual se ocupa o doutor Gaspar e os imigrantes açorianos se inter-relacionam diretamente, uma vez que nenhum deles alcançou de fato o objetivo traçado com a vinda para o Brasil, qual seja: encontrar e felicidade na nova terra e esquecer os conflitos e dilemas da vida que levavam em Portugal. De acordo com Mello (2014, p. 88):

*Um quarto de légua em quadro* trata de um período histórico fundacional para o Rio Grande do Sul: a povoação e a demarcação de seu território sob uma perspectiva que repensa o português não como o explorador que ‘roubou’ as terras dos brasileiros, mas como um povo miserável que também foi abandonado pela Coroa e subjugado pela ganância da Metrópole. O Brasil, terra dos sonhos, da felicidade e da riqueza – inexistentes já em Portugal –, torna-se um pesadelo, uma decepção.

Desde o início da narrativa, conhecemos o narrador e os detalhes de sua vida. Gaspar Fróis, de 46 anos, é viúvo e sem filhos, e trabalha como médico, responsável por curar as dores e o sofrimento dos viajantes, mas que não consegue resolver seus próprios conflitos pessoais. Ainda que esteja inserido na narrativa como os demais imigrantes, Gaspar se vê diferente dos demais, vejamos:

Naquele momento, dei-me conta de como estou longe deste povo, metido nesta bojuda embarcação, emparedados uns contra os outros, gemendo as mesmas dores, curtindo os mesmos desesperos, ansiando as mesmas tênues esperanças. Absorto comigo, desempenhando meu ofício com perícia e isenção, tornava-me um engenho de curar. E só. Procurando fugir, desenredar-me das minhas fontes de sofrimento, deleitava-me com um jogo em que esquecia que também sou das Ilhas, agora tão distantes, tão pequenas, tão minúsculas na carta geográfica que a mão gordalhufa do Eleutério perpassa, esmagando com o polegar a Terceira, sujando com o indicador as Flores e o Faial. Cuspindo a baba sonolenta sobre São Jorge e o Pico (Assis Brasil, 1997, p. 23).

Ao perceber o destino que os espera em terras brasileiras, distantes da cultura e da geografia lusitana, Gaspar Fróis encontra na escrita e na representação de suas vivências em

território brasileiro uma forma de se relacionar com os infortúnios dessa nova vida. A partir de então, temos várias representações dos desafios e dilemas que envolvem a realidade daqueles imigrantes que chegaram ao Brasil em busca de melhores condições. Vejamos um trecho em que ficam evidentes essas questões, onde, para além da representação dos desafios enfrentados pelos imigrantes dos Açores, temos, em certa medida, uma tomada de consciência, por parte do personagem, da sua condição de ilhéu e migrante, voluntário ou não:

– Talvez nós, açorianos, nunca chegaremos a entender os reinóis. Nunca entenderemos por que somos sempre preteridos em relação ao pessoal da metrópole. Veja agora: há que tapar um buraco, há uma região difícil, toca a reunir os ilhéus e, quer queiram, quer não queiram, devemos ir. Foi um embuste muito bem aplicado. Quando tudo parecia pronto, quando os colonos estão prestes a receber suas terras, quando pensavam já terminada a sua provação, eis que se apresenta a novidade: povoar lugares perdidos, numas Missões que nem se sabe ao certo onde ficam. Acho que por esses motivos o desentendimento entre portugueses e ilhéus será perene (Assis Brasil, 1997, p. 38).

Ficam evidentes também as discussões acerca da noção de pertencimento, uma vez que os imigrantes não se sentiam integrantes dessa nova terra habitada, o que acabava por revelar, conforme visto nas discussões assisianas da seção anterior, esse sentimento de nostalgia e saudosismo com relação à terra natal. Nesse sentido, de acordo com Sayad (2000, p. 11-12):

O retorno é naturalmente o desejo e o sonho de todos os imigrantes, é como recuperar a visão, a luz que falta ao cego, mas, como cego, eles sabem que esta é uma operação impossível. Só lhes resta, então, refugiarem-se numa intranquila nostalgia ou saudade da terra [...]. A noção do retorno estaria no centro do que pode ser ou do que desejaria ser uma antropologia total do ato de emigrar e de imigrar: antropologia social, cultural, política, na qual se introduz eficazmente a lembrança da dimensão universal do fenômeno migratório.

Vejamos um trecho de *Um quarto de légua em quadro* onde essas questões ficam evidentes:

– O fato é que nunca estarei bem. Longe das vinhas do Monte Brasil, serei sempre um estrangeiro. Por outro lado, acaso não somos todos nós estrangeiros? Só porque no mapa diz: aqui é terra de Portugal – devemos também sentir assim? É uma contingência. Amanhã, se o castelhano tomar tudo, será terra da Espanha. E daí? Seremos ainda estrangeiros. Nunca, nada será como a terra em que nascemos; adota-se apenas um novo chão, não se é daquele chão. Hoje, por exemplo, casa-se a filha do Eunápio Soeiro com o filho do Almeida. Já se sentem em casa (Assis Brasil, 1997, p. 34).

Vejamos outro trecho de *Um quarto de légua em quadro* em que as questões supracitadas também estão presentes:

Deixei passar o meio-dia. Enquanto comia, vogava pela cabeça tudo o que me acontecera, em menos de um ano: a viagem, eivada de mortes, mal-de-Luanda e tempestades. O lento consumir-se de uma gente tão cheia de esperanças, quando embarcou. O Desterro, a segunda povoação. O amor. O Rio Grande, com a

consumação e a posse tão desejada. Em seguida, a terceira provação do povo predestinado a sofrer. E a decepção da posse não seguida da felicidade. Acompanhada de humilhação (Assis Brasil, 1997, p. 94).

Percebe-se, no trecho supracitado, toda a expectativa criada pelos imigrantes com a realidade a ser encontrada no cenário brasileiro, fato que, como se sabe, acabou não se cumprindo, uma vez que, segundo Mello (2014, p. 90) “as terras prometidas são negadas aos portugueses que povoaram o Rio Grande do Sul; não havia um lugar fixo para eles. Desembarcavam no Desterro (atual Florianópolis) e eram enviados de um lugar a outro, sem que o edital fosse cumprido”.

No conto assisiano intitulado *O primeiro Natal no Continente de São Pedro ou 1752*, publicado em 1994, na coletânea de contos *Amigos secretos*, temos, novamente, esse imigrante açoriano sendo retratado. Nessa narrativa, assim como na obra analisada anteriormente, encontram-se elementos que possibilitam uma reflexão sobre a influência do imaginário açoriano na construção da cultura e da vida social no espaço gaúcho, sendo evidenciado o olhar estrangeiro sobre o Rio Grande do Sul. Tem-se, assim, um retrato bastante verossímil da realidade encontrada pelo grupo no território sulino, especialmente porque, nesse conto, Assis Brasil ficcionaliza a história social dos imigrantes, criando mais uma versão possível do primeiro Natal que passaram na nova terra.

O título do conto, em si, já faz referência direta ao ano de 1752, tido como o referencial cronológico que assinala a chegada maciça de imigrantes açorianos ao Estado do Rio Grande do Sul. Como se viu na seção anterior, a presença açoriana na região é anterior ao ano de 1752 – especialmente no Estado catarinense –, mas é a partir desse ano que se tem a chegada desses imigrantes vindos de Portugal diretamente para o Rio Grande do Sul.

Narrado por um personagem cuja identidade não nos é revelada, o conto assisiano apresenta as aflições de um imigrante açoriano, pai de família, que descreve como está sendo o primeiro Natal da sua família depois da vinda da Ilha dos Açores, em Portugal, para ocupar a região interiorana do Rio Grande do Sul. A narrativa inicia com o personagem-narrador dirigindo-se à esposa, chamada Joana, para revelar sua aflição perante a realidade vivenciada na noite natalina. Vejamos:

— Peço perdão por te acordar, Joana. É que estou aflito, preciso conversar com alguém. Pelo que eu sei, é noite de Natal. Nem parece, Joana. Hoje nos levantamos como se fosse um dia comum, e nem te lembraste de fazer massa sovada, nem licor de café. Muito longe daqui, em Viamão, devem estar rezando missa e nós aqui neste fim de mundo, sem lapinha, sem devoção. Estamos ficando igual a esses gaúchos sem alma, igual a esses índios que a gente vê revirando campo, tudo descrente e bandido, tudo mal-encarado (Assis Brasil, 1994, p. 41).

Como se percebe, o personagem encara a noite natalina com grande nostalgia, merecedora de um comportamento típico, oriundo do ambiente cultural do qual este indivíduo integrava antes de migrar para o cenário sulino. Ainda ficam evidentes, em trechos como: *Estamos ficando igual a esses gaúchos sem alma, igual a esses índios que a gente vê revirando campo, tudo descrente e bandido, tudo mal-encarado*, o descontentamento por parte do personagem com a formação cultural e com a maneira como os habitantes sul-rio-grandenses se portavam perante a data natalina.

A nostalgia e o saudosismo com relação à terra natal ficam ainda mais evidentes em outra passagem do conto assisano, onde o personagem-narrador expressa seu desejo de que o filho jamais se comporte como os gaúchos, alheios à memória coletiva de seu povo. Vejamos como isso é retratado no conto assisiano:

Há pouco, quando tu dormias o Antoninho também dormia, fui para frente da casa e fiquei olhando para o céu. E vi uma estrela grande quase em cima da minha cabeça, brilhando, brilhando. E fiz um desejo, de que o Antoninho cresça bem forte, e que nunca seja igual a esses gaúchos, e que guarde a devoção como a gente igualmente guardava em nossa Ilha nos Açores. E que a mulher dele possa um dia sovar massa e botar a tigela de trigo ao lado da lapinha de Nosso Senhor Jesus Cristo (Assis Brasil, 1994, p. 41-42).

No trecho supracitado, encontram-se algumas características apontadas por Assis Brasil (1994) como representantes dessa *consciência insular*, uma vez que, em diversos momentos de seu conto, o escritor descreve os hábitos religiosos, a indumentária, a culinária, e demais hábitos culturais próprios ao povo açoriano. Vejamos outro exemplo de como isso é representado na narrativa:

Vou fazer de conta que é mesmo Natal, e que amanhã, em vez do pedaço de carne salgada, essa coisa nojenta, a gente vai comer leitão assado no forno e que, em vez da água do poço, a gente vai beber vinha de cheiro. E que a nossa casa vai-se encher dos vizinhos e dos amigos e dos compadres, e que o senhor vigário vem dar uma chegada para provar nossa sopa de couves e nossos figos passados, e as nozes. E que vai ter dança no quintal. Tudo como na Ilha, Joana (Assis Brasil, 1994, p. 42).

Nota-se, nesse caso, que o personagem assisiano trata das questões que norteiam a vida de sua família e seu povo para o Brasil, e toma o Natal como uma metáfora, já que, faz-se sempre uma comparação entre a comemoração natalina estando no Rio Grande do Sul com a maneira que a família passava o Natal na Ilha dos Açores. Enquanto em Portugal a data era envolta em grandes comemorações, apesar das dificuldades, no Rio Grande do Sul a data passa praticamente despercebida por todos. Apesar dessas particularidades, e das dificuldades enfrentadas, o personagem-narrador tenta esquecer tais aspectos negativos, e busca encontrar motivos para comemorar o Natal na nova terra.

Em outros trechos, também é possível perceber a oscilação do personagem-narrador entre a saudade que sente de sua terra natal e as dificuldades e os desafios encontrados ao ocuparem a nova terra. Isso nos mostra como a narrativa construída por Luiz Antonio de Assis Brasil aborda tanto os conflitos de ordem política e social vividos por esses imigrantes ao desembarcarem em terras brasileiras, mas retrata também os conflitos inerentes ao próprio sujeito, que se vê deslocado e em dissonância com o espaço em que habita.

No trecho a seguir, por exemplo, o personagem nos fornece um panorama bastante significativo dos desafios pelos quais esses imigrantes passaram para ocupar as terras sul-riograndenses, seja na dificuldade da longa viagem marítima, na escassez alimentícia, ou nas promessas não cumpridas, feitas pelos governantes aos imigrantes que iriam viajar para outros territórios, uma vez que, com o intuito de convencê-los a aderir ao plano colonizador, era prática corriqueira a promessa, feita pelos governos vigentes, de auxílio aos imigrantes em sua adaptação na nova terra, seja por meio do fornecimento de ferramentas de trabalho variadas, de animais, ou mesmo uma quantidade significativa de extensão territorial. Essas promessas, no entanto, não se cumpriam, o que acabava deixando os imigrantes à própria sorte ao chegarem a seu destino. Vejamos como isso é representado no conto assisiano:

Vou tentar esquecer do longo mar tenebroso que atravessamos, e toda a fome que temos passado, e a falta dos animais que nos prometeram, dos arados que disseram que iam nos dar, das injustiças, da falta dos vizinhos. Aqui somos ricos, Joana. Toda essa terra é nossa. Na Ilha a gente seria fidalgo, daqueles com solar e vinhedos, e que passavam arrogantes por nós, e que a gente tinha que dobrar o joelho e tirar o chapéu. Aqui somos ricos, mas toda essa terra não pode dar um Natal que seja. Posso ir para o meio do campo e abrir os pulmões, gritando *sou rico, sou rico!*, mas e a alma? e o Natal? (Assis Brasil, 1994, p. 42).

Percebe-se que, através de uma escrita ligada à terra, à emigração, ao mar, ao apelo religioso, ao modo de vida açoriano – especialmente ao vivido na Ilha, em Portugal –, tem-se, de acordo com os estudos de Cabral (2010), uma importante ferramenta de expressão das injustiças e mazelas enfrentadas pelos imigrantes açorianos ao partirem de sua terra natal em busca de melhores condições de vida, um drama vivido por milhões de portugueses que, um dia, partiram em busca da felicidade em terras distantes, e que encontraram apenas a miséria, a exploração e o racismo oriundos da sociedade em que passaram a integrar.

### **Considerações finais**

Como se pôde perceber, tanto nos ensaios críticos de Luiz Antonio de Assis Brasil quanto em suas criações literárias, a importância dada à questão açoriana é evidente, e faz desses escritos um diferencial no que se refere a essa abordagem temática. Em seus textos ficcionais,

de um modo especial, há sempre o retrato das dificuldades enfrentadas pelos imigrantes açorianos nesse novo território, em contraste direto com a realidade vivenciada por esses indivíduos da Ilha dos Açores, em Portugal.

Nesse sentido, se pensarmos esses textos ficcionais em sua relação com a abordagem teórica de Assis Brasil em seus ensaios, veremos que, tanto no romance *Um quarto de légua em quadro* quanto no conto *O primeiro Natal no Continente de São Pedro ou 1752*, o autor privilegia e destaca a representação do que denomina como *consciência insular* – em detrimento da noção de *açorianidade*, ou seja, o orgulho da condição de ilhéu –, uma vez que, como vimos, essa consciência insular caracteriza-se pela expressão da distância, da nostalgia, da contemplação melancólica da terra natal. Nesse sentido, de acordo com Mello (2014, p. 104-105), tanto o romance *Um quarto de légua em quadro*, quanto o conto assisiano, apontam para a formação identitária do Rio Grande do Sul, “narrando a colonização portuguesa em meados do século XVIII, em uma postura que se afasta da crítica aos colonizadores, uma vez que retrata o sofrimento pessoal e coletivo na perda da identidade e na transculturação que esse povo sofreu ao buscar a utopia de uma vida melhor no Brasil”.

Essas angústias e dualidades são amplamente representadas na narrativa construída por Assis Brasil, como se o próprio autor as tivesse vivido ou experienciado de alguma forma. Tais aspectos estão de acordo com as principais características das narrativas pautadas pela micro-história, uma vez que conferem importância à variedade ou à especificidade das culturas locais, neste caso à portuguesa; mostra-se como uma alternativa válida para narrar experiências concretas, sejam elas individuais ou legais, e as recoloca na narrativa histórica de seu tempo; a abordagem de tais narrativas faz oposição direta à história triunfalista, grandiosa e canônica oriunda da historiografia oficial; busca enfatizar os valores das culturas regionais e dos conhecimentos locais; e focaliza a vivência de indivíduos, famílias e pequenos grupos, a exemplo dos imigrantes do açores.

O fato é que o escritor Luiz Antonio de Assis Brasil consegue representar como poucos os mais variados conflitos políticos, sociais e culturais ligados ao povo açoriano e à imigração destes para fora do território português. Isso se deve, em grande parte, à sua descendência açoriana, mas também parece ser originada de uma importante sensibilidade assisiana para com os conflitos e dilemas humanos.

## Referências

- ASSIS BRASIL, L. A. A Narrativa Açoriana Pós-25 de Abril. **Organon**, v. 8, n.21, p. 71-79, 1994. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/39218/25068>. Acesso em: 27 set. 2021.
- ASSIS BRASIL, L. A. A narrativa açoriana pós-revolução dos cravos: uma breve notícia. **Via Atlântica**, São Paulo, v. 3, 1999, p. 204-223. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/49018>. Acesso em: 26 set. 2021.
- ASSIS BRASIL, L. A. O primeiro Natal no Continente de São Pedro ou 1752. In: CUNHA, M. C. **Amigos secretos**, 1994, p. 39-44.
- ASSIS BRASIL, L. A. **Um quarto de légua em quadro**. Porto Alegre: Movimento, 1997.
- ASSIS BRASIL, L. A. **Escritos açorianos: a viagem de regresso**. 1. ed. Lisboa: Salamandra, 2003. v. 1. 173p.
- ASSIS BRASIL, L. A.; TUTIKIAN, J. (Orgs.). **Mar horizonte**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 1, 2007.
- BURKE, P. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- CABRAL, M. M. S. **O conto literário de temática açoriana: a ilha, o mar e a emigração**. Tese (Doutorado em Literatura) - Universidade de Aveiro, 2010. 377p. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/3963/1/Tese%20Doutoramento.pdf>. Acesso em: 25 set. 2021.
- LAYTANO, D. **Origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983, p. 21-22.
- MACHADO, D. **Luiz Antonio de Assis Brasil – O Códice e O Cinzel**. Porto Alegre: TRINCA/FILMES, 2007. Disponível em: <http://www.laab.com.br/roteiro.pdf>. Acesso em: 23 set. 2021.
- MELLO, J. C. **A formação do Rio Grande do Sul em Um quarto de légua em quadro, de Luiz Antonio de Assis Brasil: da utopia à distopia**. Fórum de Literatura Brasileira Contemporânea, v. 6, n. 12, p. 81-107, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/flbc/article/view/17305/14271>. Acesso em: 27 set. 2021.
- MUTTER, D. T. **Imagens do século XIX na ficção de Luiz Antonio de Assis Brasil**. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. 233p. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/14750>. Acesso em: 25 set. 2021.
- MUTTER, D. T. **Um romancista ao sul: a ficção de Luiz Antonio de Assis Brasil**. Porto Alegre: BesouroBox, 2017.
- SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. **Travessia**, v. 13, n. esp., p. 7-32, jan. 2000. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/449>. Acesso em: 19 dez. 2021.
- TORRES, L. H. A colonização açoriana no Rio Grande do Sul (1752-63). **Biblos**, Rio Grande, 16: 177-189, 2004. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/421>. Acesso em: 25 set.2021.
- TORRES, L. H. **Câmara Municipal do Rio Grande – berço do parlamento gaúcho**. Rio Grande: Salisgraf, 2001.



# Políticas editoriais e étnicas nos almanaques editados em Blumenau: uma análise do *Wille Kalender*

Méri Frotscher<sup>1</sup>

## Introdução

Este capítulo trata de um gênero de periódico conhecido como almanaque ou *Kalender*, cuja prática de leitura era presente entre falantes de língua alemã no Brasil. Tratar-se-á aqui dos *Kalender* publicados no município de Blumenau-SC, em especial o *Wille Kalender*, o mais longevo deles, editado pelo imigrante Otto Wille. Seu primeiro número foi o referente ao ano de 1934 e o último, ao ano de 1965, com uma interrupção entre 1940 e 1952. O almanaque Wille, ao longo de sua trajetória, teve diversos títulos, mas sempre incluindo o sobrenome do editor, daí ser conhecido como almanaque Wille ou *Wille Kalender*, e sofreu outras mudanças, seja no conteúdo, na abrangência do público-leitor, no uso da(s) língua(s), em sua materialidade. Sua longevidade, abrangência e aceitação entre o público-leitor justificam um olhar mais apurado para o seu conteúdo.

Neste capítulo analisarei os editoriais e alguns textos da pena do editor e de outros autores publicados nos números relativos ao período entre 1934 e 1940 e ao número de 1952, quando sua edição foi retomada, com o intuito de: identificar a política editorial e mudanças ocorridas; perceber sinais diacríticos de identificação e de diferenciação étnica (Poutignat; Streiff-Fenart, 1998) presentes no conteúdo; compreender as condições que possibilitaram a retomada da publicação no início dos anos 1950. Antes disto serão apresentados os *Kalender* publicados entre 1900 e 1940, com o objetivo de tratar do mercado editorial e do consumo desse tipo de periódico numa região com significativa presença de falantes e leitores de língua alemã.

## 1. A imprensa em língua alemã em Blumenau e a publicação dos *Kalender*

Embora a colônia Blumenau, empreendimento privado fundado em 1850 pelo farmacêutico Hermann Blumenau, tenha se tornado um dos mais conhecidos centros de colonização com base em mão de obra europeia no Sul do Brasil, a publicação de periódicos só teve início trinta anos depois, na década de 1880. Até então a colônia foi administrada por Hermann Blumenau, que, segundo João Klug (2004, p. 20), era contrário à atuação da imprensa

---

<sup>1</sup> Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO/Campus Irati. Email: merikramer@unicentro.br

na “sua” colônia, muito embora desde 1860 a administração fora assumida pelo governo imperial que, todavia, o manteve na direção enquanto funcionário público. Notícias sobre Blumenau eram publicadas no jornal *Kolonie Zeitung*, que trazia como subtítulo “para Dona Franzisca e Blumenau”, editado desde 1862 pelo imigrante Ottokar Dörffel em Dona Francisca.

Quando Blumenau foi elevada ao status de município, em 1880, em meio às querelas políticas, surgiram jornais que refletiram diferentes posições naquele centro urbano em desenvolvimento. O conservador *Blumenauer Zeitung* foi fundado em 1881. Dois anos depois, em 1883, surgiu o jornal *Immigrant*, como contrapeso liberal. Dez anos depois, em 1893, foi publicado o *Der Urwaldsbote*, que mais tarde também se tornou o boletim informativo da administração municipal.

Até a proibição da imprensa em língua estrangeira no Brasil, em 1941, uma série de periódicos em língua estrangeira foram ali publicados. No livro *A imprensa de Blumenau* (1977), o jornalista e historiador José Ferreira da Silva descreve pelo menos 60 jornais, revistas e almanaques publicados entre 1881 até 1941; praticamente metade foi publicada em língua alemã, a outra, em língua portuguesa e dois títulos em língua italiana. Se levarmos em conta regularidade e duração da publicação, os de língua alemã tiveram hegemonia,. Apenas na década de 1920 surgiu o primeiro jornal de língua portuguesa que conseguiu se estabelecer no mercado por mais tempo, o jornal *A Cidade*, editado pelo referido Ferreira da Silva. A língua alemã também predominou nos almanaques, como mostra a tabela a seguir. Dos 6 títulos, apenas o *Calendário Blumenauense* era publicado em português.

Tabela 1 – Almanaque publicados em língua alemã em Blumenau (1900-1965)

<b>Título</b>	<b>Período</b>	<b>Editor/ Tipografia</b>
Der Urwaldsbote: Kalender für die Deutschen in Südbrasilien [Almanaque para os alemães no Sul do Brasil]	1900	Der Urwaldsbote
Blumenau's Illustrierter Familien-Kalender für das Jahr 1914 [Almanaque Ilustrado para a Família para o ano de 1914]	1914	Typographia Baumgarten
Landwirtschaftlicher Kalender für die Kolonisten in Brasilien [Almanaque Agrícola para os colonos no Brasil]	1927-1929*	C. W. F. Grothe/Tipografia Grothe
Blumenauer Volkskalender [Almanaque Popular Blumenauense]	1933-1938	Tipografia Nietsche & Hoemke, renomeada em 1937 para Empreza Graphica Catarinense
Calendário Blumenauense	1934-1935	José Ferreira da Silva/?
Deutscher Kalender für die Südstaaten Brasiliens [Almanaque Alemão para o sul do Brasil]	1934	Otto Wille/?
Wille's Deutscher Kalender für die Südstaaten Brasiliens [Almanaque Alemão Wille para os estados do Sul do Brasil]	1935-1937	Otto Wille/ Typ. Carlos Meier & Cia. Ltda, Rio de Janeiro (1935); Typ. Max Roesner & Filhos, Curityba (1936); Imprensa Paranaense (1937)
Wille's Deutscher Kalender für Brasilien [Almanaque Alemão Wille para o Brasil]	1938	Otto Wille/Impressora Paranaense
Wille's Kalender für Brasilien [Almanaque Wille para o Brasil]	1939	Otto Wille/Impressora Paranaense

Almanaque Wille Kalender	1940;1952-1960	Otto Wille/Impressora Paranaense
Almanach Wille	1961-1965	Otto Wille/Impressora Paranaense

Tabela elaborada pela autora.

\* Os anos do *Landwirtschaftlicher Kalender für die Kolonisten in Brasilien* citados acima se referem apenas aos números publicados em Indaial, então pertencente ao município de Blumenau. Os números relativos a 1930, 1931, 1932 e 1938 foram publicadas em Brusque.

Como se percebe, 4 das 5 primeiras empresas também publicavam outros periódicos e possuíam gráficas: o almanaque de jubileu *Der Urwaldsbote*, de 1900, foi impresso na tipografia que publicava jornal de mesmo título; o *Familien-Kalender* foi impresso na gráfica do *Blumenauer Zeitung*; a tipografia Grothe, que imprimiu o almanaque agrícola, também imprimia mensalmente o jornal agrícola o *Landwirtschaftliche Zeitung für die deutschen Kolonisten in Brasilien*; Nietsche & Hömke também publicava mensalmente, desde 1933, o *Mitteilungsblatt der NSDAP für Santa Catharina*, boletim informativo do NSDAP. Otto Wille era o único que não possuía tipografia própria.

Não considero esses periódicos e os jornais publicados em línguas faladas por imigrantes como “imprensa estrangeira” ou “mera imprensa imigrante”, mas, como destaca Valéria Guimarães em seus estudos sobre imprensa francófona no Brasil, como parte da história da imprensa publicada no Brasil e que necessitaria ser abordada em perspectiva transnacional (Guimarães, 2019, p. 18).

Blumenau representou importante mercado para o consumo de impressos em língua alemã no Brasil. A urbanização e a dinamização das atividades socioeconômicas estimulou a produção, circulação e leitura de periódicos. A abrangência do sistema de ensino primário e alfabetização contribuíra para a existência de um público-leitor também nas áreas rurais, para quem, todavia, os almanaques eram um tipo de leitura mais acessível, com a vantagem de conter informações práticas para o dia a dia. Eram lidos não apenas *Kalender* publicados em Santa Catarina, mas também em outros estados na Alemanha e em outros países com presença alemã, como se pode apreender nos anúncios e, antigamente, nos próprios acervos familiares. Imgart Grützmann, que pesquisou sobre *Kalender* no Brasil, Argentina e Chile, os define como “um meio de comunicação de massa que utiliza a linguagem verbal e não-verbal, destinado à informação, ao entretenimento e à formação dos leitores”, que contém três elementos básicos em sua estrutura, o calendário, textos de conteúdo prático e opções de leitura em sentido estrito (Grützman, 2004, p. 49).

Com o objetivo de tornar acessível aos interessados o conteúdo dos almanaques e revistas publicados em língua alemã em Blumenau entre 1900 e 1965, a autora e duas discentes

do curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, proficientes em língua alemã, produziram entre 2003 e 2004 um catálogo com informações sobre cada periódico e indexação de cada número publicado, com os seguintes dados: autor (se existente), título do texto (com tradução para o português) e palavras-chave em português, disponível para consulta no Arquivo Histórico de Blumenau.

Na sequência, os almanaques serão apresentados considerando sua política editorial, público-leitor ao qual se dirigiam, conteúdos publicados, posicionamentos em relação ao *Deutschtum* e papel dos editores enquanto mediadores culturais.

O almanaque *Der Urwaldsbote: Kalender für die Deutschen in Südbrasilien* foi publicado em 1900 como uma edição comemorativa aos 50 anos de Blumenau. Como é próprio do discurso do memorialista, como explica Tzvetan Todorov (2022, p. 154-155), alguns textos relativos ao passado, daquele almanaque apresentam em geral um discurso glorificante e simplificador do passado. Neles, se vincula o sucesso da (re)ocupação dos espaços pelos imigrantes ao desenvolvimento da agricultura nos moldes capitalistas, em propriedades privadas, e das instituições étnicas, como a “escola alemã”, a Igreja luterana e a Sociedade de Ginástica (*Turnverein*). Além de matérias sobre história local, o almanaque também traz textos comemorativos ao “descobrimento” do Brasil, visto que naquele ano também se comemoravam os 400 anos daquele acontecimento no país.

A importância de se estimular um elo com a Alemanha é demonstrada por meio de textos sobre personalidades militares e políticas e de estatutos de diversas associações ligadas à política colonialista alemã, entre elas a *Deutsche Kolonialgesellschaft* (Sociedade Colonial Alemã) e a *Centralverein für Handelsgeographie und Förderung deutscher Interessen im Auslande* (Associação Central de Geografia Comercial e para a Promoção dos Interesses Alemães no Exterior). Isto evidencia a difusão global dos discursos do colonialismo alemão e as relações transnacionais<sup>2</sup> de Blumenau, apesar desta localidade não fazer parte do império colonial alemão. É o que demonstra o texto “*Den Deutschen in fernen Weltweiten*“ (Aos alemães em partes distantes do mundo). Uma clara ligação do(s) produtor(es) do *Kalender* com a Liga Pangermânica (*Alldeutschen Verband*) pode ser percebida na publicação de seus estatutos e de um texto elogioso àquela Liga de autoria de um imigrante alemão estabelecido em Blumenau.

---

<sup>2</sup> Segundo Wirz (2001), o projeto de uma história transnacional parte da necessidade expressa de desprovincializar o conhecimento histórico e de apreender as relações e influências recíprocas entre diferentes Estados, regiões, grupos, indivíduos.

Entre os textos voltados para o entretenimento do público-leitor, encontram-se poemas, contos, ditados populares, alguns dos quais permeados pelo discurso do *Deutschtum*, como os textos “*Zehn deutsche Gebote*” (Dez Mandamentos Alemães) e “*Deutsche Worte*” (Palavras Alemãs). Percebe-se, assim, o intuito de difundir um sentimento de coesão grupal entre os “alemães”, entendidos ali enquanto uma categoria étnico-racial e nacional homogênea, como pertencentes ao *Deutschtum*, conceito forjado por nacionalistas a partir do século XIX para afirmar uma comunidade constituída por língua, ascendência, tradições e cultura em comum (Schulze, 2016, p. 16). Encontram-se também no almanaque textos sobre disciplina na escola, dicas para jovens donas de casa, charadas e outros materiais que correspondem a esse tipo de impresso. O conteúdo diversificado e o subtítulo do almanaque (*Kalender für die Deutschen in Südbrasilien*) demonstram que visava atingir não somente o público blumenauense.

Já o *Blumenau's Illustrierter Familien-Kalender für das Jahr 1914* era mais local e dava maior ênfase ao entretenimento, no sentido de um almanaque familiar. Além de conteúdo literário - poemas e prosa, parte deles de escritores locais, - publicou biografias e textos sobre história local, curiosidades, ditados populares, textos de humor, dicas para o dia a dia, para a casa e cozinha, textos sobre saúde, alimentação infantil, fotografias feitas no município, textos sobre colonização, agricultura, economia e perspectivas econômicas futuras para Blumenau. Esses representam a localidade como resultado da imigração alemã e do trabalho de colonização e modernização. Muito embora traga os calendários mensais e informações astronômicas sobre 1914, preços de postagens e envio de telegramas, esta foi a única edição, o que talvez esteja relacionado com o fato de a mesma tipografia ter passado a publicar o jornal *Blumenauer Zeitung* duas vezes por semana, em 1914, ao invés de só uma vez. (Gehse, 1931, p. 62).

Somente nos anos 1930 surgem, em Blumenau, *Kalender* com publicação contínua. Nessa época houve um aumento das atividades gráficas e editoriais, que acompanhou um processo em curso de diferenciação sociopolítica na região. Em 1935, o município contava com pelo menos 6 gráficas, 5 delas eram de propriedade de imigrantes alemães. O surgimento do *Blumenaer Volkskalender*, cujo primeiro número é o relativo a 1933, e, um ano depois, do *Deutscher Kalender für die Südstaaten Brasiliens* e do *Calendário Blumenauense*, o único em português, demonstra essa dinamização, assim como diferentes políticas editoriais.

O *Blumenaer Volkskalender* foi editado e impresso pela Tipografia Empreza Graphica, de Franz Nietzsche e irmãos Hömke. Nietzsche nasceu nos Sudetos, tornou-se litógrafo e migrou para o Brasil no início do século XX. Em Blumenau se tornou sócio da gráfica dos irmãos Hömke. Em 1930 se filiou ao NSDAP (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*) e, mais

tarde, tornou-se líder de grupo local de Blumenau e, depois, do partido em Santa Catarina (Moraes, 2002, p. 167, 176, 190).

A essa corrente político-ideológica o almanaque também estava alinhado. Nos prefácios das primeira e segunda edições os chamados “*deutsche Volksgenossen*“ (camaradas alemães), fossem eles industriais ou comerciantes, trabalhadores ou agricultores, eram mencionados como público-leitor alvo, razão pela qual também o intitularam *Volkskalender*, conforme o sentido ideológico que o nacional-socialismo dava à palavra *Volk* (povo). Os princípios *völkisch* – concepção por meio da qual os nacional-socialistas compreendiam um povo como uma suposta raça - podem ser percebidos tanto em alguns conteúdos, quanto no uso frequente de palavras como *Volksgenosse* (camarada) - entendida tanto como comunhão fraternal entre indivíduos de classes distintas, como categoria racial (Kammer & Bartsch, 1992, p. 223), - *völkstümlich*, *völkische Kultur*.

A publicação desse almanaque ocorreu após o NSDAP ganhar legitimidade pública em Blumenau, alcançada em 1932, segundo Luis Edmundo Moraes (2002, p. 173), que investigou sobre o grupo local do partido. Este fato e o conteúdo do almanaque contradizem a afirmação expressa num dos editoriais de serem “absolutamente apolíticos e imparciais”. A orientação política fica mais clara no prefácio e nos demais textos da segunda edição, relativa a 1934, após a ascensão do NSDAP ao poder na Alemanha. A partir dessa edição foram publicados textos literários extraídos da imprensa nacional-socialista alemã, citações de políticos nacional-socialistas, poesias em homenagem ao *Führer* e em louvor à chamada “nova Alemanha”. Também propagandas difundiam propaganda política, como também destacou Irmgart Grützmann, que analisou o seu conteúdo (Grützmann, 2005, p. 3-4). Antissemitismo e anticomunismo podem ser percebidos em textos sobre política internacional e, nas últimas edições, também em textos sobre o contexto brasileiro. Nas retrospectivas fica também clara a simpatia pelo movimento integralista, que teve ampla aceitação no Vale do Itajaí.

No geral, porém, o conteúdo era mais variado. Em média, dois quintos de cada volume eram compostos de textos e fotografias, dois quintos, de anúncios, e um quinto era reservado aos calendários mensais, na parte inicial, e a tabelas e informações úteis para o cotidiano, no final. A aceitação desse almanaque na região é atestada pelo editor do *Calendário Blumenauense*, o jornalista e político José Ferreira da Silva, que em razão da língua não concorria com o *Blumenauer Volkskalender*. Segundo ele, quase todos os prédios comerciais e industriais da cidade estavam listados em todas as edições desse último almanaque. Significativa parte dos textos do *Blumenauer Volkskalender* tinha função educativa, se referia

à melhoria da agricultura, da saúde - receitava remédios caseiros - ao comportamento e à moral. Visava o entretenimento e a educação dos leitores, contendo relatos de viagens, memórias, descrições de lugares do Brasil, gêneros da literatura, peças de teatro, humor, discursos de personalidades consideradas históricas e textos sobre história, a maioria sobre a Alemanha. Nestes, assim como em memórias e até em piadas, chama a atenção a avaliação positiva do militarismo.<sup>3</sup>

Pode-se considerar Nietzsche e Hömke mediadores culturais entre regiões de língua alemã na Europa e no Brasil e entre localidades no Brasil. A Alemanha é representada como *altes deutsches Vaterland* ou a *alte deutsche Heimat* (velha pátria alemã) e os imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil, como integrantes da *Volksgemeinschaft* (comunidade étnico-racial alemã). O Brasil é mencionado enquanto *neue Heimat, neues Vaterland* (nova pátria) ou *unser zweites großes Vaterland* (nossa segunda grande pátria), enquanto Blumenau aparece enquanto *unser engeres Blumenauer Heimatgebiet* (nossa pátria estreita).

Ao todo foram publicados seis números, o último relativa a 1938, quando começou a chamada “Campanha de Nacionalização” e os partidos estrangeiros foram proibidos no Brasil. Em 1939 a gráfica foi vendida para a Impressora Paranaense, de Curitiba (Schmidt-Gerlach, 2019, p. 154) e Nietzsche mudou-se para o Rio de Janeiro para trabalhar na Embaixada da Alemanha.

## **2. Almanaque Wille: o papel do editor enquanto mediador cultural e agente étnico**

Em contrapeso ao *Blumenauer Volkskalender* surgiu, em 1934, o *Deutscher Kalender für die Südstaaten Brasiliens*, publicado pelo imigrante alemão Otto Wille, então radicado no Brasil há 30 anos. A coexistência de ambos já sugere políticas editoriais diversas.

Wille migrou no início do século com seus pais da Alemanha para Hansa Hammonia, então pertencente ao município de Blumenau, no Alto Vale do Itajaí, onde se estabeleceram em terras adquiridas da Sociedade Colonizadora Hanseática. Ali, mais tarde, Wille se dedicou a trabalhos de colonização e, a partir de 1928, atuou em Blumenau como representante comercial de diversas empresas, também de outros estados (*Almanach Wille*, 1961, p. 294, 296) Essa função lhe permitiu acumular capital social e econômico necessário para começar a editar o *Deutscher Kalender für die Südstaaten Brasiliens* referente ao ano de 1934, voltado para

---

<sup>3</sup> Sobre este aspecto e outros elementos da ideologia nacional-socialista contidos neste almanaque, vide FROTSCHER (2007).

leitores de língua alemã no Sul do Brasil. Wille mandou imprimir os números dos almanaques em diversas tipografias ao longo de sua existência.

No editorial do primeiro número, o relativo a 1934, Wille explica aos leitores porque decidira editá-lo, já que até 1933 ele havia atuado como representante comercial do *Blumenauer Volkskalender*. E ele justifica essa decisão no início do prefácio por meio de um suposto diálogo entre ele e o leitor: “*‘Schon wieder ein neuer Kalender!’*, so wird vielleicht mancher ausrufen, wenn er dieses Büchlein zu Gesicht bekommt, und wir antworten: *‘Gewiss; denn noch immer haben wir **den** Kalender nicht, der unseren Verhältnissen am besten entspricht!’*”<sup>4</sup> (grifo no original). Percebe-se que além de apontar para a profusão de almanaques que circulavam entre leitores de língua alemã no Sul do Brasil, o editor apresenta seu almanaque enquanto um “livrinho”, tal como se apresenta esse gênero de impresso, um “livro periódico” (Cruz, 2000, p. 83). Ademais, e o mais importante, em sua justificativa, é que Wille apresenta seu almanaque como o mais ajustado ao público-leitor local e regional, que vinha suprir uma lacuna. Desta forma, indiretamente desautoriza os almanaques que circulavam até então na região.

No prefácio do primeiro número ele dá exemplos do tipo de material a ser oferecido aos leitores: um panorama sobre os acontecimentos a nível nacional e internacional do ano que passou, assuntos técnicos e outras invenções, conteúdo sobre os estados do Sul do Brasil que familiarizasse o público-leitor sobre diferentes localidades e sua importância econômica. Seu papel enquanto agente étnico é expresso ao afirmar ter assumido aquela tarefa “a serviço do *Deutschtum*”, ao intencionar mostrar “[...] como, no Sul do Brasil, o espírito empreendedor alemão, a força e tenacidade alemãs, associadas ao trabalho alemão incansável, criaram tudo o que possibilita o desenvolvimento dos três estados, especialmente no âmbito econômico”.<sup>5</sup> Percebe-se aqui a positividade dos imigrantes alemães e descendentes por meio de atributos ligados ao trabalho. E todos esses substantivos positivos – força, tenacidade, diligência, espírito empreendedor<sup>6</sup> -, recebem adjetivação étnico-nacional. Reproduz-se, assim, um discurso do *Deutschtum* corrente em outras publicações em língua alemã no Brasil e no mundo que

---

<sup>4</sup> Tradução livre da autora: “Novamente um novo almanaque”, assim dirão, talvez, algumas pessoas que verem este livrinho. E nós então respondemos: “Claro; já que nós ainda não temos o almanaque que melhor corresponda às nossas circunstâncias”. [grifo no original]. WILLE, **Deutscher Kalender für die Südstaaten Brasiliens, 1934**, sem indicação de página.

<sup>5</sup> No original: “*Gleichzeitig erfüllen wir hiermit eine Aufgabe “im Dienst am Deutschtum”, wenn wir zeigen, wie gerade im Süden Brasiliens deutscher Unternehmungsggeist, deutsche Kraft und Zähigkeit verbunden mit unermüdlichen deutschen Fleiss all das geschaffen haben, was die Entwicklung dieser drei Staaten ermöglicht und ihren Fortschritt, besonders auf wirtschaftlichen Gebiet, bis heute gezeitigt hat.*” WILLE, **Deutscher Kalender für die Südstaaten Brasiliens, 1934**, sem indicação de página.

<sup>6</sup> O substantivo *Unternehmungsggeist* é formado pela reunião de dois substantivos, traduzidos no português por meio de um substantivo e um adjetivo.



enfativavam o trabalho “alemão” (Schulze, 2016). Na sequência, afirma-se a continuidade de valores da “cultura alemã” entre os descendentes de imigrantes, definida a partir da ancestralidade, da língua alemã, dos costumes e da tradição Estes seriam, então, os sinais diacríticos de identificação e de diferenciação étnica em relação a outros habitantes no Brasil. Nessa cultura, segundo o editor, estariam firmadas as fortes raízes das quais os descendentes de alemães criavam a força para viver e trabalhar no Brasil, representado como a nova pátria (*neue Heimat*) muito bem provida pela natureza.

A ligação com o Brasil é expressa já na capa, onde se vê, além do brasão do Estado brasileiro e, acima deste, as bandeiras dos três estados do Sul, fotografia de moageira de grãos estabelecida no município de Joinville. Tais elementos, junto com o prefácio e o material publicado, compõem narrativas textuais e visuais que reforçam os elos com o país da imigração, e não tanto com o país da emigração. Vê-se, portanto, no projeto editorial e na publicação de conteúdos a atuação de um editor e representante comercial que atua como mediador e agente étnico. Segundo Regina Weber, ao conjugar “práticas (‘ações’) com representações, os agentes fundamentam, reforçam e propagam identidades étnicas, as quais, se possuírem um elemento de criação e invenção, não operam no vazio, pois o passado e a história foram chamados a serem fiadores da memória” (Weber, 2014, p. 727). Ao representar o seu projeto editorial enquanto um serviço em prol do *Deutschtum*, Wille explicitamente representa a si próprio enquanto um agente étnico, com o intuito de promover a coesão social entre leitores de língua alemã em torno de uma ideia de etnicidade. Giralda Seyferth observou a adaptação do conceito de *Deutschtum* no Brasil, ao analisar textos publicados pelas elites e classes médias em Blumenau no final dos anos 1920, cujo sentido, a meu ver, é o mesmo usado por Otto Wille:

Termos conceituais como *Volkstum* ou *Deutschtum* remetem à ideia de uma cultura popular apropriadamente germânica, construída na longa duração, mas o significante nacional inclui também uma noção de pertencimento comunitário que, no discurso teuto-brasileiro, está mais próximo de uma representação “nativa” de etnicidade primordial. Há uma reinvenção da “civilização” germânica no território colonizado, que incorpora a mudança social e cultural ocasionada pela conversão do emigrante em imigrante, tendo em vista a opção por uma nova *Heimat* (pátria) (Seyferth, 2004, p. 155-156).

A etnicidade deve ser entendida como forma de interação social, como desenvolveu Fredrik Barth, uma vez que não é o conteúdo cultural interno, mas as fronteiras étnicas que determinam o grupo étnico (Poutignat; Streiff-Fenart, 1998, p. 153). Imgart Grützman (2006, p. 99) destacou, para o caso dos *Kalender* publicados em Joinville, Brusque, Indaial, que a maior parte desses “apresentavam uma política de manutenção dos vínculos com a cultura

alemã, ainda que essa defesa do germanismo apresentasse diferentes gradações no âmbito de cada tipo desses periódicos”.

O surgimento do almanaque Wille sugere uma disputa de repertórios de identidade entre “alemães” na cidade, evidente na justificativa dada para a sua edição. A concorrência com o *Blumenauer Volkskalender* fica subentendida no prefácio do segundo número, relativo a 1935, no qual menciona que o recorde de vendas do primeiro número havia tornado “impossível destruir Otto Wille”. O gênero literário escolhido para o prefácio é um poema com versos rimados de sua autoria, intitulado “*Vom Kalendermann!*” (Do editor do almanaque), no qual Wille salienta o sucesso de seu projeto editorial, ao ponto de ninguém ousar imitá-lo e de ser impossível “exterminar Otto Wille”.<sup>7</sup> O prefácio-poema também trata do tipo de conteúdo, gêneros de textos, da feitura do almanaque e do seu papel como mediador e editor, ao receber e selecionar materiais a ele entregues nos diversos locais por onde havia passado no ano anterior. E, apesar do difícil trabalho, ressalta sua resistência e obstinação: „*Des Kalendermann Gedanken,/sind ja stets die gleichen:/ Wo ein Wille ist, ist auch ein Weg!/Und er tut nicht weichen/ Weiter zieht er seine Bahn!*”.<sup>8</sup> A tradução para o português não deixa entrever o trocadilho feito por meio do uso do seu sobrenome – *Wille*, que em português significa vontade, – que, inclusive, é incorporado ao título do almanaque a partir dessa edição, e que acaba se tornando a sua marca, ao longo dos anos.

A importância de falar alemão é tema do texto seguinte, um poema cujo título imperativo – “*Sprich deutsch!*” (Fale alemão!), se repete como mantra no final de cada estrofe, uma evidência do papel de intelectuais étnicos tais como esse autor, H. Engelbach, e o próprio editor, no investimento em prol da manutenção das fronteiras étnicas entre os leitores.

Pode-se afirmar que as edições da década de 1930 atualizavam constantemente uma concepção de etnicidade por meio do realce de uma suposta origem e de um parentesco comum, da fixação de lembranças e mitos e da afirmação de traços culturais que servem de marcadores da diferença. Entre esses traços estão a língua alemã, o assim adjetivado “trabalho alemão” e o papel dos imigrantes e descendentes na “colonização” do Brasil. Este discurso, que em geral silencia fracassos, dissensos, conflitos interétnicos, - a não ser os indícios sugeridos no prefácio de 1935 - cria uma imagem positiva e homogênea dos imigrantes de fala alemã, associados ao

---

<sup>7</sup> Trecho no original: “*Jetzt schon den Rekord geschlagen,/so dass keiner sich erdreistet,/auch kein anderer tut es wagen,/ das zu ahmen, was er leistet./ Auch ist es durchaus unmöglich,/ Otto Wille zu vernichten. [...]. WILLE, Otto. Vom Kalendermann! Wille's Deutscher Kalender für die Südstaaten Brasiliens. Blumenau, 1935. p. 30.*

<sup>8</sup> Tradução livre da autora: “Os pensamentos do editor ainda são os mesmos:/ Onde há uma vontade também há um caminho!/ E ele não desiste/ continua sua trajetória”. WILLE, Otto. Vom Kalendermann! **Wille's Deutscher Kalender für die Südstaaten Brasiliens.** Blumenau, 1935. p. 30.

progresso econômico e à modernização do Brasil. Nesta perspectiva, desde o primeiro número foram publicados textos e fotografias sobre a história da “colonização” e os trabalhos das empresas colonizadoras no vale do Itajaí, no vale do Uruguai, no Oeste do Rio Grande do Sul, no Norte do Paraná, no Mato Grosso do Sul, assim como anúncios de empresas colonizadoras. No prefácio do almanaque para o ano de 1936 o apreço pelo tema da história da colonização alemã é evidente no pedido de colaboração dos leitores:

Em todas as partes do nosso lindo país há muita coisa interessante: alguns acontecimentos, mesmo os ocorridos nos primórdios da colonização, merecem ser tirados do esquecimento e na pasta de alguns fotógrafos amadores encontra-se uma ou outra fotografia pictórica ou pitoresca que poderia ilustrar o nosso almanaque! Ou seja, mãos à obra.<sup>9</sup>

A diferença estabelecida entre os que imigraram há muito tempo— daí a importância dada à história da colonização alemã - e os recém-chegados é evidenciada exemplarmente no texto “*Zehn Gebote für Neueingewanderte*” (Os Dez Mandamentos para recém-imigrados). De um lado, prega-se a valorização da língua e da “origem alemã”, de outro, o respeito a todos os habitantes do país de acolhimento, cuja língua deveria ser aprendida e a cujas circunstâncias dever-se-ia adaptar. (*Wille's Deutscher Kalender für die Südstaaten Brasiliens*, 1936, p. 284). O último mandamento, que recomenda abertura para o aprendizado no novo país e não se portar como o que sabe melhor, remete a um dos principais marcadores da diferença entre velhos imigrantes e/ou descendentes e os por esses chamados de *Neudeutscher*.

Os contatos comerciais de Wille e suas viagens permitiram-lhe não somente aumentar o número de anunciantes, como também expandir o alcance de sua publicação. O conteúdo, incluindo os anúncios, a mudança do título e da capa demonstram claramente esse processo. A partir do número de 1938, o almanaque deixa de ser dirigido para os estados do Sul e aparece com o título *Wille's Deutscher Kalender für Brasilien* (Wille Almanaque Alemão para o Brasil). As três bandeiras desaparecem da capa e o brasão nacional brasileiro ocupa mais espaço nela. No prefácio, no qual Wille se refere à modernização da economia e dos transportes, em conexão com a abrangência do almanaque, se reconhece novamente a relação entre o lugar social ocupado por Otto Wille, sobretudo um representante comercial, e a publicação daquele impresso: “O editor sempre se esforçará em oferecer aos seus leitores algo sólido em termos de entretenimento, conhecimento útil, geografia e fotografias e servir também ao comércio e à

---

<sup>9</sup> No original: “*In allen Tilen unseres schönen Landes gibt es viel Interessantes; manche Begebenheit, auch aus älteren Tagen der Besiedlung, verdient der Vergessenheit entrissen zu werden, und in der Mappe manchen Photographen-Amateurs ruht das eine oder das andere malerische oder pittoreske Bild, das unseren Kalender schmücken könne! Also auf zum Aufbau unseres Kalenders!*.” DER KALENDERMANN. An unsere Leser! Willes's Kalender für die Südstaaten Brasiliens, Curitiba, n. 3, p. 32, 1936.

indústria, por meio da divulgação mais ampla possível de anúncios e da intermediação de conexões comerciais. Saudações alemãs. Do editor do almanaque”.<sup>10</sup>

Enquanto o almanaque *Blumenauer Volkskalender* e o jornal *Blumenauer Zeitung* deixam de ser publicados, Wille continua a publicar o seu almanaque até o exemplar relativo a 1940. Todavia, na edição referente a 1939, preparada em 1938, ano em que iniciou a chamada “Campanha de Nacionalização”, o adjetivo *deutscher* (alemão) não aparece mais no título, reduzido então para *Wille’s Kalender für Brasilien*. Entretanto, praticamente todo o conteúdo textual do almanaque permanece na língua alemã, a não ser alguns anúncios em português, como também ocorria em anos anteriores.

O almanaque relativo ao ano de 1940, produzido em 1939, quando havia recrudescido a nacionalização, tem o título novamente modificado para *Almanaque Wille Kalender*. O título era bilíngue e um pouco mais da metade dos textos foi publicada em língua alemã, o resto em português. Parte do conteúdo foi publicado nas duas línguas, demonstrando querer-se alcançar ambos os públicos e a importância dada aos temas – trata-se de textos sobre personalidades históricas brasileiras (Getúlio Vargas, Rio Branco, representados como os homens mais importantes da história brasileira, e Floriano Peixoto) e data histórica da “nação” (7 de setembro), colonização alemã no Brasil, transportes no país, o “progresso” no Norte do Paraná e em Santa Catarina, entre outros. Na primeira página, antes da seção de calendários mensais, o almanaque traz o Hino Nacional Brasileiro. Textos literários foram publicados somente numa das duas línguas.

No prefácio, que aparece em duas línguas, Wille se vê na necessidade de justificar a inserção de conteúdo em português: “Se certas partes aparecem também em nossa língua vernácula, é porque nossa clientela, sobretudo do Norte de nosso país, aumentou consideravelmente, e para ajudar a todos que querem aperfeiçoar-se em nosso idioma, este desejo”. (Prezados amigos!/Wertgeschätze Freunde! *Almanaque Wille Kalender*. Blumenau, 1940, p. 32). Estes elementos mostram como o editor procurava se adaptar à conjuntura político-cultural para permanecer no mercado. Wille foi, sobretudo, um representante comercial. A propósito, todas as capas dos *Kalender*, até o último, eram ilustradas com propaganda de produtos e/ou empresas.

---

<sup>10</sup> No original: “Der Herausgeber wird sich immer bemühen, seinen Lesern Gediegenes zu bieten an Unterhaltung, Wissenswertem, Landeskunde und Bildern, dem Handel und der Industrie aber dienen durch weitgehendste Verbreitung von Inseraten und Vermittlung von Geschäftsverbindungen. Mit deutschem Gruss.” Zum Geleit!. *Wille’s Deutscher Kalender für Brasilien*. Blumenau, 1938, p. 32.

Para o ano de 1941 Wille não mais editou seu almanaque. Em meados desse ano foi proibida a publicação da imprensa em língua estrangeira no Brasil. Somente doze anos depois, passado o rescaldo da guerra e da Campanha de Nacionalização, Wille reedita novamente o seu almanaque, este para o ano de 1952. No prefácio ele informa que a proibição da língua alemã havia sido suspensa em 1949.

Cabe explicitar antes as dificuldades de se publicar material em língua alemã em Blumenau após o Estado Novo (1937-1945) e o fim da guerra. Em 1947, quando o jornal *A Nação*, que utilizava as mesmas máquinas de impressão do extinto *Der Urwaldsbote*, fechado em 1941, havia tentado publicar uma “*Deutsche Spalte*” (Coluna Alemã), encontrou oposição de autoridades na cidade. Em breve texto que anunciava aquele projeto, o editor esclarecia que o propósito era integrar melhor os colonos, que mal sabiam ler português, no processo de nacionalização. Embora tenha se antecedido a críticas, pedindo compreensão para com aquele chamado “patriota sincero”, no mesmo dia autoridades militares e do poder judiciário da cidade refutaram o intento, o que levou o jornal, no dia seguinte, a se manifestar contra aquela posição, citando a constituição liberal de 1946 e sua concepção democrático liberal (Gomes, 2021, p. 36-38). Todavia, o intento não foi efetivado.

O ápice da polêmica sobre o uso da língua alemã ocorreu em 1949, quando a revista *O Cruzeiro*, de circulação nacional, publicou o texto “Olhos Azuis”, da escritora Raquel de Queiroz que, após visita a Blumenau, afirmara ter observado um “processo de desnacionalização” (Frotscher, 2007, p. 202-205). Esse texto e as reações de jornalistas e políticos de Santa Catarina ligados a Blumenau apontam que o chamado “problema de integração” e “assimilação” dos estrangeiros e descendentes ainda era uma questão. Todavia, o novo contexto político possibilitava críticas públicas ao uso da violência e a arbitrariedades cometidas contra “alemães” durante a guerra.

Em 1952 voltou a ser comercializado o *Almanaque Wille Kalender*, que repetiu o título bilíngue do número relativo a 1940. A continuidade, apesar dos 11 anos de interrupção, já é expressa no número da edição: “oitavo ano/achter Jahrgang”. A maior parte dos textos foi impressa na língua alemã e apenas uma pequena parte em português, como dois textos sobre o dia do Colono, 25 de julho, um em prosa, outro em poesia. Um texto sobre a história de Santa Catarina é o único publicado nas duas línguas. De 30 textos publicados em alemão, 8 têm como tema a i/emigração e/ou colonização alemã, entre eles as poesias “*Der Auswanderer*” (O emigrante), “*Der Heimat Erde*” (À terra da pátria), “Blumenau” (poema produzido por ocasião da despedida de Dr. Blumenau). A língua alemã é valorizada no texto cujo título traduzido é

“A língua de nossos ancestrais”. Como o título sugere, o autor parte da constatação do desinteresse pela língua alemã por parte de muitos filhos de imigrantes, relacionando-o à pressão nacionalizadora de “chauvinistas”, “fanáticos” imbuídos de ódio ao estrangeiro, havida anos antes. Segundo o autor, não somente o lado luso-brasileiro da “nossa história” deveria ser valorizado, mas também a “herança dos **nossos** ancestrais” – grifo no texto –, sem que “os méritos e conquistas de nossos irmãos brasileiros de outras ascendências” e os seus ancestrais fossem esquecidos ou diminuídos. (Schrappe Sobrinho, Oscar. *Die Sprache unserer Vorfahren*, Almanaque Wille Kalender, 1952, p. 208). A repressão ao uso da língua alemã durante a campanha de nacionalização é associada à escravidão e a declaração dos Direitos Humanos da ONU é citada para justificar o direito à liberdade de expressão.

A crítica à repressão aos alemães – a qual o próprio Otto Wille sofrera anos antes – é percebida também indiretamente na decisão em publicar texto do político Marcos Konder, ligado a Blumenau, impedido de ser publicado em dois jornais locais pela censura em 1940, quando Getúlio Vargas visitou a cidade. No texto intitulado “Blumenau”, Konder trata de um livro do autor norte-americano, Roy Nash, sobre as colônias alemãs de Santa Catarina, após sua visita, no qual ele elogiara o encanto e a adaptação das casas dos colonos ao meio ambiente do Sul do Brasil e as estradas com calçamento das “colônias alemãs” de Santa Catarina como as melhores do Brasil.

Textos valorizavam o uso da língua alemã, a memória da imigração e de imigrantes alemães bem sucedidos economicamente, o “modelo” de colonização alemã, que, segundo autor do artigo “25 de Julho – Dia do Colono”, teria inaugurado o sistema de colonização baseado na formação de “comunidades”. Propagandas de empresas colonizadoras e textos sobre a sua ação no Norte e Leste do Paraná e do Mato Grosso demonstram novamente o papel de Wille na defesa daquele modelo de ocupação de terras baseado na associação entre Estado e empresas privadas. Elementos aqui brevemente elencados, presentes em parte do conteúdo do *Kalender* referente a 1952, renovavam um discurso de identidade étnica dirigido para um público-leitor descendente de imigrantes de língua alemã.

Nos anos 50, além de voltar a publicar seu almanaque, Otto Wille tornou-se o responsável em escrever para a “*Deutsche Spalte*” (Coluna Alemã), a partir de 1953, quando o jornal *A Nação* implementou aquela ideia, surgida anos antes, mas que não havia encontrado condições de exequibilidade.

## Considerações finais

A análise do *Wille Kalender* demonstrou que o seu surgimento tem a ver com a existência de um mercado para o consumo desse tipo de periódico no Brasil, com as atividades e interesses de Otto Wille enquanto representante comercial e com seu intuito de difundir um discurso do *Deutschtum* que, apesar das similitudes, divergia, em parte, do *Blumenauer Volkskalender*. Ao expressar querer “servir ao Deutschtum” por meio da publicação do seu almanaque, Wille atuou enquanto agente étnico, definindo sinais diacríticos de identificação e de diferenciação étnica, sobretudo a crença numa origem étnica e nacional comum, - apesar de uma série de diferenças existentes entre os “alemães” no Brasil, - o uso da língua alemã, costumes e tradições “alemãs”, o trabalho “alemão” e a experiência comum da imigração e da colonização no Brasil, que distinguiria tanto os “alemães” do Sul do Brasil daqueles da Alemanha, como os “alemães” e outros grupos populacionais no Brasil.

A própria trajetória de Otto Wille, que, de imigrante vindo ainda criança para o Brasil, tornou-se experiente em atividades voltadas ao comércio e à colonização, com ampla mobilidade nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, demonstra sua capacidade de comunicação e de mediação sociocultural. Por meio da edição do seu *Kalender*, aproximou leitores de fala alemã de distintos espaços no Brasil. A consciência do seu papel enquanto agente étnico, sua maleabilidade e capacidade de adaptação às condições sociopolíticas ajudam a entender a sobrevivência do *Kalender* até a edição relativa a 1940, sua retomada em 1952 e a sua sobrevivência até 1960, período último que, devido aos limites desse texto, não pôde ser explorado aqui. Espero, contudo, ter demonstrado aqui a potencialidade desse tipo menos estudado da imprensa alófono no Brasil.

## Referências

- CRUZ, Heloísa. A cidade do reclame. Propaganda e periodismo em São Paulo – 1890/1915. **Projeto História**. São Paulo, n. 13, p. 81-92, jun. 1996.
- FROTSCHER, Méri. Lobo em pele de cordeiro: nacional-socialismo no material de entretenimento do *Blumenauer Volkskalender* (1933-1938). **Blumenau em Cadernos**, v. 48, Edição Especial 50 Anos, p. 209-230, 2007.
- FROTSCHER, Méri. A cidade e a colônia: representações dos mundos urbano e rural em almanaques de língua alemã (Blumenau-SC). In: DUARTE, Geni R.; LAVERDI, Robson; FROTSCHER, Méri. (Org.). **Práticas socioculturais como fazer histórico**: abordagens e desafios teórico-metodológicos. Cascavel: Edunioeste, 2009, v. 1, p. 103-137.
- FROTSCHER, Méri. Almanagues e revistas publicados em alemão em Blumenau entre 1900 e 1965. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, v. 45, n. 7-8, p. 96-113, 2004.

- FROTSCHER, Méri. Imprensa, migração e propaganda no almanaque *Wille Kalender* (Blumenau - SC). In: **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História: História e Multidisciplinaridade. Territórios e Deslocamentos**. São Leopoldo: Unisinos, 2007. p. 01-09.
- GEHSE, Hans. **Die deutsche Presse in Brasilien von 1852 bis zur Gegenwart**. (Deutschum und Ausland, v. 43). Münster: Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung, 1931.
- GOMES, André Procópio. **A construção da memória: identidade e narrativa na Blumenau pós Campanha de Nacionalização (1946-1980)**. Florianópolis, 2021. Tese (Doutorado em História do Tempo Presente) – Universidade do Estado de Santa Catarina.
- GRÜTZMANN, Imgart. Almanques em língua alemã em Santa Catarina (1864-1938): tipos, editores, objetivos. **Dimensões**, Vitória, n. 18, p. 71-103, 2006.
- GRÜTZMANN, Imgart. O almanaque (*Kalender*) na imigração alemã na Argentina, no Brasil e no Chile. In: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (Org.). **Imigração & Imprensa**. Porto Alegre: EST Edições, 2004. p. 48-90.
- GUIMARÃES, Valéria. A imprensa francófona no Brasil: circulação transnacional e cultura midiática nos séculos XIX e XX. **História**, São Paulo, v. 38, p. 1-23, 2019.
- KAMMER, Hilde; BARTSCH, Elisabet (unter Mitarbeit von Manon Eppenstein-Baukhage). **Nationalsozialismus**. Begriffe aus der Zeit der Gewaltherrschaft. 1933-1945. Reinbek bei Hamburg, 1992.
- KLUG, João. Imprensa e imigração alemã em Santa Catarina. In: DREHER, Martin; RAMBO, Arthur B., TRAMONTINI, Marcos (Org.) **Imigração & Imprensa**. Porto Alegre: EST, São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004, p.11-25.
- MORAES, Luis Edmundo de Souza. **Konflikt und Anerkennung**. Die Ortsgruppen der NSDAP in Blumenau und in Rio de Janeiro. Berlin, 2002, Tese (Doutorado) – Zentrum für Antisemitismusforschung -Technische Universität zu Berlin.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade: seguido de Grupos étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: UNESP, 1998.
- SCHMIDT-GERLACH, Gilberto (Org.). **Colônia Blumenau no Sul do Brasil**. São José: Clube de Cinema Nossa Senhora do Desterro, 2019.
- SCHULZE, Frederik. **Auswanderung als nationalistisches Projekt**. “Deutschum” und Kolonialdiskurse im südlichen Brasilien (1824-1941). Köln, Weimar, Wien: Böhlau Verlag, 2016.
- SEYFERTH, Giralda. A idéia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 10, n. 22, jul./dez. 2004.
- SILVA, José Ferreira da Silva. **A Imprensa em Blumenau**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1977.
- TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX**. Tradução Joana A. D’Ávila Melo. São Paulo: Arx, 2002.
- WEBER, Regina. Líderes, intelectuais e agentes étnicos: significados e interpretações. **Diálogos**, Maringá, v. 18, n.2, p.703-733, mai./ago. 2014.
- WIRZ, Albert. Für eine transnationale Geschichte. **Geschichte und Gesellschaft**, n. 27, p. 489-498, 2011.



# Contribuições de um educador católico na imprensa étnica *St. Paulus Blatt*

Mariane Fruet de Mello<sup>1</sup>

Eliana Rela<sup>2</sup>

## Introdução

Este estudo é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, e está inserido na Linha de Pesquisa da História e Filosofia, e tem como temática as contribuições de um educador católico na imprensa étnica *St. Paulus Blatt* e como objetivo pretende analisar um dos textos produzidos por José Octávio de Gregory para revista *St. Paulus-Blatt* (Folha de São Paulo). A partir da temática proposta para este estudo, bem como o objetivo definido, informamos que esta pesquisa se insere no simpósio temático Migrações, Literatura e Imprensa, uma vez que será apresentado um dos escritos de um educador numa comunidade alemã na revista *St. Paulus Blatt*.

Inicialmente, abordaremos sobre a revista *Skt. Paulusblatt* que teve seu início de circulação no ano de 1912 no Rio Grande do Sul e foi editado e dirigido pelo sacerdote jesuíta Teodoro Amstad a um contingente específico da população teuto-brasileiros católicos do Rio Grande do Sul. De acordo com Klauck (2014, p. 142), “a revista foi um dos instrumentos utilizados pelo catolicismo da imigração implantado pelos jesuítas entre os alemães e descendentes, desde a última metade do século XIX”. A revista teve sua circulação entre os leitores católicos de língua alemã nas regiões coloniais, e circulou com as finalidades de civilizar, construir, instruir e até mesmo orientar a condução da vida cotidiana dos teuto-brasileiros.

Dessa forma, tendo a revista este papel orientativo a partir dos textos, é possível compreender que podem ser entendidos que além de serem discursos de cunho religioso, também sociais, partindo de uma premissa de ilustrar a visão de um mundo a partir das representações. De acordo com Rambo (2002, p.301) “a revista assumiu o papel de porta-voz mais importante da Sociedade União Popular e de seu papel no Projeto da Restauração Católica”. As publicações da revista foram classificadas como de formação e informação.

---

<sup>1</sup> Mestra e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul RS (UCS). Especialista em Gestão Pública Municipal, em Auditoria e Perícia. Bacharela em Ciências Contábeis, auditora municipal de controles internos. E-mail: mfmello@ucs.br

<sup>2</sup> Doutora em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestra em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: erela@ucs.br

A revista brasileira em língua alemã Sankt Paulusblatt<sup>3</sup> foi fundada, em 1912, durante um Katholikentag<sup>4</sup>, em Venâncio Aires. Contudo, a redação funcionou, desde o início, em Porto Alegre (RS), até 1988, quando foi transferida a Nova Petrópolis (RS), onde permanece até hoje. Criada como meio de comunicação oficial entre a Sociedade União Popular (Schaedler; Dorneles, 2016, p. 1)

A revista *Skt.Paulusblatt* assumiu o meio de comunicação oficial entre uma sociedade denominada hoje como Associação Theodor Amstad cuja sede é em Nova Petrópolis no Rio Grande do Sul. O objetivo preponderante da revista *Skt.Paulusblatt* era comunicar as pessoas que assinavam a revista, acerca de assuntos que faziam parte do cotidiano, como por exemplo maneiras da mulher se portar, orientações sobre higiene, receitas para curar enfermidades, agropecuária, textos diversos, entre outros assuntos. Assim, a *Skt.Paulusblatt* se tornou um meio legítimo de manifestação e de informações entre uma população que era, naquele período, “esquecida” pelo Estado (Schaedler; Dorneles, 2016).

De acordo com Caparelli (1980, p.103), “A imprensa teve papel importante na manutenção da cultura germânica quando começou um intercâmbio maior com a sociedade de adoção dos imigrantes. Ao lado da escola, a imprensa foi elemento dinâmico desta cultura”.

A revista passou por algumas fases, sendo que a primeira teve seu início em 1912 e no mês de setembro de 1939 sua última edição. Nesta primeira fase defendeu de maneira rígida o catolicismo teuto (Rambo, 2002).

No ano de 1948, ou seja, uma década se passou, e então voltou a circular, perdurando até o ano de 1960, e neste período deu continuidade a missão de defender o Projeto da Restauração Católica. Permanece até hoje sendo publicado, e é considerado como um dos raros periódicos em língua alemã no Brasil, mas como é compreensível, seguindo uma linha editorial ajustada às circunstâncias do mundo e da Igreja de hoje (Rambo, 2002). Ainda conforme destacado,

[...] os alemães desenvolveram, desde muito cedo, uma imprensa rica e diversificada, posta a serviço do empreendimento colonizador. Dessa forma, caracterizou-se a imprensa teuto-brasileira como o instrumento por excelência dos imigrantes alemães para assegurar o êxito de suas intenções em terras brasileiras. E a intenção desses imigrantes foi marcada, desde o início, pela decisão de adotá-la como sua (RAMBO, 1994, p.77)

Especialmente para este estudo, analisamos a edição de abril de 1980, ano 63, circulação mensal, na página 130, com o texto: *Die Politikstrasse von Vale Real, Feliz RS- Geschichtliche*

---

<sup>3</sup> Tradução para o português, Folha de São Paulo.

<sup>4</sup> Katholikentage, sua tradução literal quer dizer: Dias dos Católicos, ou seja, eram realizados congressos, geralmente bianuais, em que integrantes da Igreja Católica se reuniam para abordar temáticas que se relacionavam a instituição

*Ereignisse*, traduzido literalmente para o português: A política de Vale Real, Feliz RS- Eventos históricos, conforme evidenciada na figura 1.

**Figura 1:** Capa da edição do mês de abril de 1980, Ano 63 - Porto Alegre



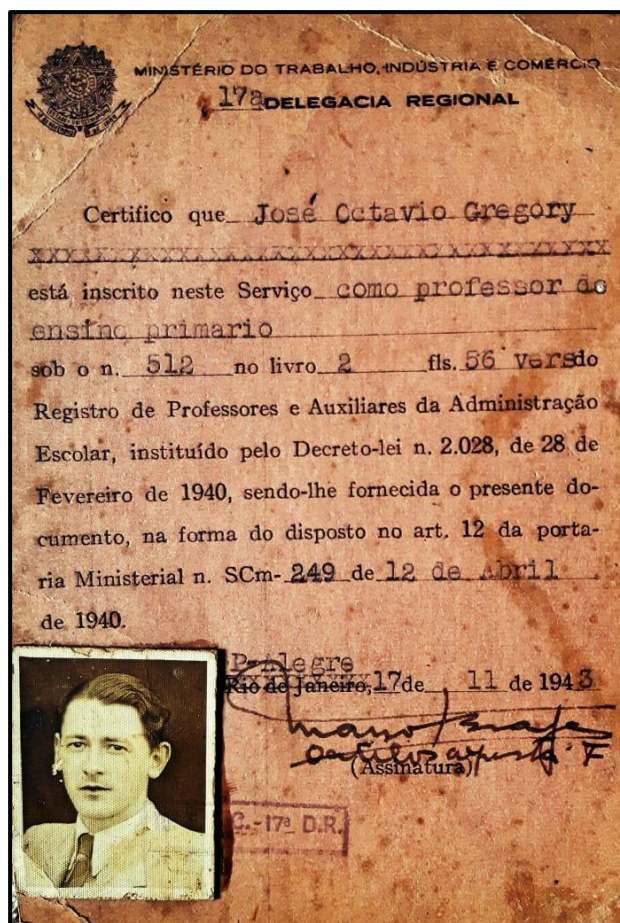
Fonte: Acervo pessoal de Dulce Maria Ruschel (2019)

### **1. Um educador católico na imprensa étnica St. Paulusblatt**

José Octávio de Gregory, foi um grande colaborador da revista *São Paulusblatt*, deixando diversos textos memorialísticos, bem como crônicas e contos da localidade de Vale Real. O professor José Octávio era oriundo de São Sebastião do Caí, e estudou na Escola Normal Católica de Hamburgo Velho. Essa escola formou professores para o desempenho de atividades docentes em zonas rurais de imigração nos anos 1920 e 30, conforme pesquisa de Rambo (1994).

A imagem abaixo ilustra o documento expedido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio da 17ª Delegacia Regional, que certificava a habilitação do Sr. José Octávio de Gregory para a atividade como professor de ensino primário, datado de novembro de 1943.

**Figura 2** - Habilitação profissional do professor José Octavio de Gregory



Fonte: Acervo pessoal de Beatriz Gregoy Sehnem (1943)

O preparo para a docência representava uma organização didática maior, assim como o controle pedagógico sobre o que era ensinado aos alunos. É provável que conduzisse suas aulas com o auxílio de um caderno de Literatura em língua alemã e em língua portuguesa, ou seja, com essa especificidade, demonstrava a necessidade de ensinar nas duas línguas, embora o período em que lecionou já havia perpassado a proibição das línguas estrangeiras em comunidades de imigração.

O conteúdo deste caderno, traz conceitos de literatura, poesia dramática, literatura portuguesa, poesia, prosa, romantismo, contos, romances e novelas. E ao final do caderno, nas últimas páginas, há um plano de ensino de português nas aulas rurais isoladas, com o planejamento que vai do 1º ao 4º ano, conforme ilustram as figuras abaixo.

**Figura 3 - Plano de ensino de português**

Escola Tendo - Brasileira		Plano do ensino português		nas Aulas Páreas Especiais.	
	1 <sup>o</sup> Trimestre	2 <sup>o</sup> Tr.	3 <sup>o</sup> Tr.	4 <sup>o</sup> Trimestre	1 <sup>o</sup> ano (alfabetização)
Conteúdo:	Combinamentos dos objetos e cores: letras, partes do edifício; móveis utilitários etc.	Objetos ao redor de sala, objeto de casa, partes que são: Co. móveis	Os profissões (alguns) de cidade e suas afixos, instrumentos. Bancos importantes.	Pequenas histórias infantis contadas pelo professor e apreciadas pelos alunos idem.	
Gramática:	Figura e sint. os adjetivos, artigo dependente e indep., adj. dep. e indep., possessivos, adj. dep. de monstrativos, verbos indefinidos e mais simples conjugação (aff. positivos e negativos)	Idem: (Comarcas)	O verbo 1 <sup>a</sup> e 3 <sup>a</sup> pessoa! do verbo singular (fazer, poder, saber, poder, querer)	Continuação de	
Por escrito:	Alfabetização dedicados de letras e sílabas	Idem: algumas palavras	Silábicos, com. d-f, h-p. ga - ca	pequenas sentenças, a par: bilante - ch - g.	
Arithmética:	1 - 10 números	1 - 20	1 - 100	Tábua de	

Fonte: A autora.

**Figura 4 - Unidade didática em língua alemã**

<p>Esse Alcega subscrito nos dia certos: Volkman - Kuntze - Kuntze - Kuntze Kuntze - Kuntze - Kuntze - Kuntze Kuntze - Kuntze - Kuntze - Kuntze</p> <p><b>Sagen</b></p> <p>Sagen ist eine wichtige Fähigkeit in der die Entwicklung der ausgesprochenen Sprache, dem Erzählen an bestimmt den Sagen der Sagen schreiben. Man kann Sagen Kuntze (Sagen). Eine zusammenfassende Gruppe von Sagen sagen Sagen (Sagen) - Sagen von Sagen</p> <p><b>Laende</b></p> <p>Laende ist eine wichtige Fähigkeit in der die Entwicklung der ausgesprochenen Sprache, dem Erzählen an bestimmt den Sagen der Sagen schreiben. Man kann Sagen Kuntze (Sagen). Eine zusammenfassende Gruppe von Sagen sagen Sagen (Sagen) - Sagen von Sagen</p> <p><b>Fabel</b></p> <p>Fabel ist eine wichtige Fähigkeit in der die Entwicklung der ausgesprochenen Sprache, dem Erzählen an bestimmt den Sagen der Sagen schreiben. Man kann Sagen Kuntze (Sagen). Eine zusammenfassende Gruppe von Sagen sagen Sagen (Sagen) - Sagen von Sagen</p>	<p><b>Ballade</b></p> <p>Ballade ist eine wichtige Fähigkeit in der die Entwicklung der ausgesprochenen Sprache, dem Erzählen an bestimmt den Sagen der Sagen schreiben. Man kann Sagen Kuntze (Sagen). Eine zusammenfassende Gruppe von Sagen sagen Sagen (Sagen) - Sagen von Sagen</p> <p><b>Allegorie</b></p> <p>Allegorie ist eine wichtige Fähigkeit in der die Entwicklung der ausgesprochenen Sprache, dem Erzählen an bestimmt den Sagen der Sagen schreiben. Man kann Sagen Kuntze (Sagen). Eine zusammenfassende Gruppe von Sagen sagen Sagen (Sagen) - Sagen von Sagen</p> <p><b>Romanze</b></p> <p>Romanze ist eine wichtige Fähigkeit in der die Entwicklung der ausgesprochenen Sprache, dem Erzählen an bestimmt den Sagen der Sagen schreiben. Man kann Sagen Kuntze (Sagen). Eine zusammenfassende Gruppe von Sagen sagen Sagen (Sagen) - Sagen von Sagen</p> <p><b>Anekdoten</b></p> <p>Anekdoten ist eine wichtige Fähigkeit in der die Entwicklung der ausgesprochenen Sprache, dem Erzählen an bestimmt den Sagen der Sagen schreiben. Man kann Sagen Kuntze (Sagen). Eine zusammenfassende Gruppe von Sagen sagen Sagen (Sagen) - Sagen von Sagen</p> <p><b>Schwank</b></p> <p>Schwank ist eine wichtige Fähigkeit in der die Entwicklung der ausgesprochenen Sprache, dem Erzählen an bestimmt den Sagen der Sagen schreiben. Man kann Sagen Kuntze (Sagen). Eine zusammenfassende Gruppe von Sagen sagen Sagen (Sagen) - Sagen von Sagen</p>
--	--

Fonte: A autora.

Essas imagens que ilustram o “Caderno de Literatura” utilizado pelo professor Gregory na Escola Normal Católica em Hamburgo Velho no ano de 1937 demonstram sua “profissionalização” e a preparação para o desempenho da atividade docente. O caderno também ilustra que a língua alemã estava presente desde a formação do professor paroquial da

época, pois continha ensinamentos e planejamentos em ambas as línguas, a alemã (uma vez que se sabia do destino e atuação desse futuro professor em alguma colônia germânica) e a nova, a ser aprendida.

Também foi possível acessar o salvo-conduto utilizado pelo professor José Octávio de Gregory para se movimentar entre as cidades em que atuava (Figura 7).

**Figura 7** - Salvo-conduto do professor Gregory

**RIO GRANDE DO SUL**  
BRASIL

**REPARTIÇÃO CENTRAL DE POLÍCIA**  
Extra REGIÃO POLICIAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA

C A I , 12 de Fevereiro de 1942.-

**SALVO-CONDUTO N.º 39.-**

Válido por 60 dias, salvo revalidação

Nome: OCTAVIO GREGORY.-  
Nacionalidade: Brasileira.-  
Idade: 26 anos solteiro.-  
Profissão: Professor Particular.-  
Residência: Vale Real (Cai).-  
Destino: PORTO ALEGRE.-

Assinatura do portador:  
*Jose Octavio Gregory*

Nenhum impedimento existe a respeito do portador, pelo que as autoridades que deste tiverem conhecimento não deverão opôr-lhe quaisquer embaraços.

Não tem valor a fotografia abaixo, que não tiver o carimbo desta Delegacia.

**OBSERVAÇÕES**  
*Viaja acompanhado de: Identidade. apresentou carteira da 2ª Delegacia Regional de Educação.*

*Amado Ferreira Filho*  
DELEGADO DE POLÍCIA

Mod. 52

Fonte: Acervo pessoal de Beatriz Gregoy Sehnem (1942).

Esse documento é justificado, uma vez que durante o período da Segunda Guerra Mundial, inúmeras violências foram cometidas contra alemães e seus descendentes, sendo a mais notável a proibição do direito de ir e vir livremente. Consoante com Fachel (2002), o direito de ir e vir desapareceu com a instituição dos salvos-condutos para que as pessoas pudessem transitar de uma cidade para outra.

Outra foto, ainda, mostra a classe do professor Gregory, sem identificação de ano. Essa imagem evidencia várias características da organização da turma na escola. Para VIDAL (2009b, p. 36), “O recurso à fonte fotográfica, como de resto à documentação escrita, também permite apreciar como os sujeitos lidaram com as imposições e construíram seus percursos individuais e coletivos no interior da escola”.

**Figura 8-** Turma do professor José Octavio de Gregory



Fonte: Arquivo pessoal de Miron Stoffels (194-?).

Essa é uma fotografia tradicional de uma turma de alunos com o professor, demonstrando uma ordenação muito comum a outras imagens do âmbito escolar da época. Registra, portanto, uma uniformidade em relação a outras fotografias de mesmo teor mantidas em arquivos. Uma análise mais profunda da foto poderia, então, proporcionar outras discussões acerca da cultura escolar, com enfoque na presença das crianças. Para Juliá (2001, p.11) [...] por cultura escolar é conveniente compreender também, quando é possível, as culturas infantis

(no sentido antropológico do termo), que se desenvolvem nos pátios de recreio e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares.

O educador José Octávio de Gregory, depois de ter exercido suas atividades como professor na Escola Paroquial, e se aposentado da sala de aula, seguiu colaborando e envolvido com a comunidade local. Conforme registros, na década de 1980 o professor escrevia textos de caráter memorialísticos e histórias de Kronenthal/Vale Real-RS para a revista Srt. Paulusblatt. E o texto que passaremos a analisar, conta um pouco do contexto político de um determinado período de Vale Real-RS.

## **2. A política de vale real, Feliz RS - eventos históricos. Memórias de um educador**

A memória não é apenas um meio de preservar dados, no entanto, proporciona ao homem a renovação de conhecimentos que permanecem no passado. Dentre os diversos exemplares que alcançamos no decorrer da pesquisa, analisamos a edição de abril de 1980, ano 63, circulação mensal, páginas 130-131, com o texto: *Die Politikstrasse von Vale Real, Feliz RS- Geschichtliche Ereignisse*, traduzido literalmente para o português: A política de Vale Real, Feliz RS- Eventos históricos. Realizamos a tradução do texto da edição referenciada do alemão para o português.

A justificativa para escolha desta edição, que permeia a década de 1980, se deu pela possibilidade de explorar parte do contexto histórico e político que o município esteve envolvido desde praticamente o início do povoamento (1855) até o período que antecede a emancipação de Vale Real (1992).

A imprensa teuto católica foi um instrumento importante para as comunidades, por isso nos valem de Klauck (2011, p. 133), “para compreendermos e interpretarmos o papel da imprensa como instrumento de manutenção da catolicidade, a partir de um primado defendido pela Igreja, definimos os aportes teóricos vinculados à história social e cultural”

Assim, vamos destacar as principais passagens do texto e para isso, nos valem de (Bardin, 2016, p. 48) que compreende a análise de conteúdo como sendo “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens [...]”.

O texto inicia o seu primeiro parágrafo mencionando: “Quando as dez primeiras famílias alemãs chegaram aqui em 1855, tudo era virgem. Vale Real, o lindo Vale da Coroa, era uma selva densa. Animais maus e índios selvagens viviam lá” (Gregory, 1980, p.130). Analisamos este trecho sob o olhar do imaginário social que o educador e autor do texto escreve, e com base no que Bazko (1985, p.311) indica que [...] torna-se inteligível e comunicável através da



produção de “discursos” nos quais e pelos quais se efetiva a reunião de representações coletivas numa linguagem.

O trecho acima vislumbra o que a coletividade num determinado momento escutou a respeito dos animais e dos índios por exemplo, mencionando no texto como “animais maus e índios selvagens”. Para tanto, “o uso da linguagem, ou melhor, tanto a maneira como a matéria do discurso, depende da posição social do locutor que, por sua vez, comanda o acesso que lhe abre à língua da instituição, à palavra oficial, ortodoxa, legítima” (Bourdieu, 1996, p.87).

Na sequência do texto, o professor Gregory faz menção a realidade que a localidade de Vale Real vivia em relação a questões de infraestrutura, dessa forma mencionamos o seguinte trecho: “Não havia estradas e tampouco veículos, a única via de trânsito era o rio Caí, com suas inúmeras cachoeiras. Neste contexto, destacamos o que Chartier compreende como representações uma vez que:

[...] Não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Para isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio (Chartier, 1990, p.17).

O texto vai demonstrando aspectos do cotidiano das pessoas que viviam naquele período e naquela localidade, então na sequência José Octávio de Gregory comenta que “as pessoas compravam e vendiam a crédito. Antes do Natal, os homens saíam para fazer compras com sacos cruzados no pescoço e suas mulheres gritavam atrás deles: Para comemorar, tragam pratos floridos”.

A representação das mulheres no trecho destacado acima também se fez presente, uma vez que ganha destaque a vontade da mulher e o sentimento conforme será mencionado no parágrafo a seguir:

No terceiro dia, quando os homens estavam retornando para suas casas, todos estavam muito carregados das compras realizadas e os pratos acabaram caindo e quebrando-se. As mulheres e as crianças quando avistaram os homens já cantavam de alegria. Mas quando souberam dos pratos quebrados, exclamaram: Mas ah! Que pena! Felicidade e vidro como se quebra facilmente (Gregory, 1980, p.130).

Nesta passagem do texto é possível estabelecer o imaginário social coletivo, que em uma compreensão de Baczkó (1995, p. 311), “[...] torna-se inteligível e comunicável através da

produção dos discursos nos quais e pelos quais se efetiva a reunião de representações coletivas numa linguagem”.

Aos poucos o texto anunciava as mudanças significativas que ocorriam na localidade e uma delas era a política de Kronenthal e suas implicações. Também evidenciava a constituição e a evolução da ocupação da rua principal da localidade, o que tudo indica ser a atual rua Rio Branco, que foi o primeiro acesso da região ao município de Caxias do Sul. Assim destacamos algumas passagens do texto: “mais e mais moradores vieram e foram acolhidos. A rua foi se tornando mais ampla”

Também é destacada a visão política descrita por Gregory (1980) “Houve eleições no município. Um dos bravos pioneiros com mais de cem anos, contou seus feitos históricos. O sol brilhou intensamente em 1900, o século profetizado, a preparação para o fim do mundo”. Podemos compreender que parte da premissa de que só é possível decifrar a representação através da articulação texto/contexto, conforme é evidenciado por Pesavento (1995):

O imaginário é, pois, representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o ‘verdadeiro’ e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber. Persegui-lo como objeto de estudo é desvendar um segredo, é buscar um significado oculto, encontrar a chave para desfazer a representação de ser e parece (Pesavento, 1995, p 24).

Com a política destacada por Gregory, conforme descrito no texto que foi prometida uma estrada nesta rua que se consolidou, porém passaram-se anos e mais anos, partidos perderam e outros venceram, mas permanecia a estrada com muitos buracos e sem manutenção alguma, conforme dito por Gregory, “Os meninos pescavam na rua, havia poças de água que eram grandes e profundas”.

Gregory, desvela que, “[...] a esperança estava presente a cada mudança de governo, foi que então no ano de 1954 sob o governo de Ernesto Dornelles, que o estado se manifestou publicamente prometendo ao povo da localidade uma estrada, então em dois anos em Vale Real teve parte de algumas estradas construídas”.

Com estas escritas podemos dizer que as representações mentais abarcam práticas de conceitos, de conhecimento e reconhecimento e estabelecem um espaço onde os propulsores sociais designam seus interesses e sua bagagem cultural.

O texto vai chegando na sua escrita final e com ela aparece novamente a esperança quando Gregory destaca: “As máquinas voltaram! As pessoas estavam afoitas, quando então chega o ano de 1979. Em um ano, foi feito mais que um quarto de século. Então as pessoas diziam: Querido Deus, nós te louvamos”.

## Considerações finais

Ao concluir este estudo, evidenciamos que a revista *São Paulus Blatt* com ampla circulação entre os teuto brasileiros foi um instrumento muito importante e que esteve dentro de muitas casas de famílias de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, levando muitas informações em diversos aspectos.

Podemos observar no texto explorado para este estudo que há indícios de representações do professor José Octávio de Gregory em relação à memória local, bem como do imaginário da comunidade nas primeiras décadas de instalação dos imigrantes alemães.

Também destacamos a importância que Gregory teve para a comunidade e também como um representante cultural que levou o nome da localidade de Kronenthal para outras regiões do Rio Grande do Sul.

O texto analisado neste estudo contou aspectos da organização de infraestrutura mínima constituída na localidade e a luta da população por melhorias e construção de uma via de acesso que permitisse uma condição mínima para as pessoas que ali viviam.

Por fim, destacamos que a revista *São Paulus Blatt*, teve uma ampla abrangência nas colônias alemãs, e um instrumento de divulgação da própria localidade por meio das representações tecidas pelo professor, o que tornava reconhecida por meio de suas memórias.

## Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70. Brasil, 2016.
- BACZKO, B. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Enaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, v. 5, p. 296-332.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 1996.
- CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. São Paulo: Cortez, 1980.
- CHARTIER, R. **História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990
- FACHEL, José Plínio Guimarães. **As violências contra os alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul**. Pelotas: Editora UFPEL, 2002.
- KLAUCK, Samuel. A imprensa como instrumento de defesa da Igreja Católica e de reordenamento dos católicos no século XIX. **MNEME - Revista de Humanidades**, 11(29), 2011 - Jan/Julho. Disponível em: <http://www.periódicos.ufrn.br>

JULIÁ, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-45, 2001.

PESAVENTO, SANDRA J. **Representações** Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/ Contexto, vol.15, nº 29, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatagy. **História & História Cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

RAMBO, Arthur Blásio. **A Escola Comunitária Teuto-Brasileira Católica**. 1 ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1994.

RAMBO, Arthur B. A restauração católica no sul do Brasil. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 36, p. 279-304, 2002. Editora UFPR Disponível em:<https://revistas.ufpr.br/> acesso em: 03 de outubro de 2023

SCHAEDLER, Cândida; DORNELES, Beatriz. A revista brasileira em língua alemã Sankt Paulusblatt no contexto da Folkcomunicação. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Curitiba - PR – 26 a 28/05/2016

ST.PAULUS-BLATT. **Die Politikstrasse von Vale Real, Feliz RS- Geschichtliche Ereignisse**. Porto Alegre. P.130-131. Ano 63. Circulação mensal, abril 1980.

VIDAL, Diana Gonçalves. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares. **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.1, pp.25-41, Jan/Jun 2009b.

## ***Die Hilfe*: um jornal para os alemães na América Latina**

João Vítor Sand (PUCRS)<sup>5</sup>

### **Introdução**

No pós-Segunda Guerra Mundial, atuaram na América Latina diversas organizações humanitárias internacionais, com o propósito de arrecadar alimentos e roupas para a Alemanha. Dentre estas organizações, destaca-se a *Deutschlandshilfe*, uma campanha da Igreja Evangélica da Alemanha (*Evangelischen Kirche in Deutschland*) que, no Brasil, atuou em conjunto da Cruz Vermelha Brasileira, tendo como representante na América Latina o Pastor Harald Niedner. Após uma estadia no continente, ao retornar à Alemanha, o Pastor Niedner fundou o Boletim Informativo *Die Hilfe* (*Mitteilungsblatt Die Hilfe*), com o objetivo de “aconselhar e ajudar os alemães na América Latina”<sup>6</sup>. O periódico procurava trazer notícias da política alemã, poesias, contos de fadas, lendas e passagens da história da Alemanha, para “criar uma ligação entre todos os alemães dos vários países da América Latina e manter a ligação com a vida intelectual germanófona da Europa”, mas, seu principal objetivo era “a preservação da antiga cultura intelectual da antiga pátria” alemã. Assim, através da circulação do jornal buscou-se reforçar e reativar o *Deutschtum*<sup>7</sup>, a identidade alemã nos e/imigrantes e seus descendentes na América Latina.

O presente texto analisa a primeira edição do Boletim Informativo *Die Hilfe*, destacando algumas das características das publicações contidas no periódico. Como fontes, utiliza-se a primeira edição do periódico, que se encontra no acervo da *Deutschen Rotes Kreuzes* (Cruz Vermelha Alemã), em Berlim, Alemanha. Metodologicamente, dialoga-se com a Micro-história e com a História Transnacional, possibilitando realizar uma investigação da *Deutschlandhilfe*, enquanto uma organização estrangeira, dentro do cenário do pós-Segunda Guerra Mundial na Alemanha, na arrecadação de mantimentos e donativos para as vítimas da guerra. Reduzindo a escala de análise, é possível observar a atuação dentro do cenário da

---

<sup>5</sup> Mestre em História (PPGH/PUCRS). Graduado em História (UPF). Email: joaovsand@gmail.com

<sup>6</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.1. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

<sup>7</sup> A palavra *Deutschtum* engloba a especificidade germânica, a essência do povo alemão, considerada como a síntese da cultura alemã comum, do costume alemão, da virtude alemã, da língua alemã. A germanidade assim definida constitui a identidade étnica e cultural do povo alemão, ou seja, o seu caráter nacional, responsável pela sua individuação no âmbito de outros povos e nações, que se encontra metaforizado pela palavra alma (Grützmann, 1999, p. 78-79 apud Neumann, p.429).

América Latina, fundando novos comitês dentro de vários países e mantendo um diálogo com outras organizações e entidades em diferentes escalas.

O texto inicialmente trará um panorama geral sobre a atuação das organizações humanitárias e internacionais no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial. Em seguida, uma análise do cenário brasileiro, com foco no trabalho da Cruz Vermelha Brasileira e dos Comitês étnicos, fazendo uso do caso do Rio Grande do Sul, possibilitando assim compreender qual o cenário nacional em que a *Deutschlandhilfe* se inseriu. Por fim, analisaremos a primeira edição do Boletim Informativo *Die Hilfe*, destacando algumas das matérias publicadas.

## **1. Organizações humanitárias no pós-Segunda Guerra Mundial**

Entre o final dos anos 1940 e a década de 1950 houve a criação de um conjunto de organismos multilaterais de gestão global oriundo do sistema da ONU; no plano dos deslocamentos humanos foi criada a principal, a Organização Internacional para Refugiados (OIR), vinculada às Nações Unidas, sendo sua primeira versão a Administração de Assistência e Reabilitação das Nações Unidas - UNRRA<sup>8</sup>, fundada em 1943, com atuação até 1947 (Sakurai, Salles, Paiva, 2009). Estas organizações tinham como proposta recuperar o mais rápido possível a Europa, baseando-se no modelo de atuação da Cruz Vermelha Internacional, mas com a ideia de utilizar ela para forjar um sistema de instituições relacionado de maneira vital com o tipo de mundo que se queria construir. As funções atribuídas a ela eram alimentar, dar auxílio médico e repatriar os milhões de deslocados (Shephard, 2012).

Limitada a auxiliar as Pessoas Deslocadas, a UNRRA foi proibida de ajudar os alemães, posteriormente a OIR também excluiria os alemães do quadro de auxílios. Esta restrição de ajuda não se aplicava às organizações humanitárias independentes, como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha – CICV, e outros grupos vinculados a igrejas católicas e protestantes, que realizavam distribuição de alimentos e primeiros socorros. Havia, contudo, um sentimento de recusa em ajudar os alemães por parte de algumas organizações, exemplo são as caridades britânicas, o grupo de escoteiros “não tinham vontade de trabalhar para ajudar [os

---

<sup>8</sup> A UNRRA herdou alguns poderes do Escritório de Auxílio e Reabilitação Estrangeiros (OFFRO, em inglês), um órgão americano criado em novembro de 1942, mas que continuou distanciado burocraticamente da questão dos refugiados, ainda responsável do Comitê Intergovernamental para Refugiados (IGCR), criado em 1938, e, nos Estados Unidos, do Diretórios de Refugiados de Guerra, fundado em 1944. Em 1947, quando a UNRRA foi fechada, um novo órgão foi criado sob os cuidados da ONU, a Organização Internacional de Refugiados, que herdou as responsabilidades da UNRRA. Ao mesmo tempo, uma agência exclusivamente para crianças, o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para Crianças) foi estabelecido. Quando o mandato da OIR expirou, ainda outra agência, o Alto-comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) foi criado, atuando até os dias de hoje (Shephard, 2012).

alemães] quando nacionalidades inocentes que eles tinham tratado como lixo estavam precisando de assistência” (Shephard, 2012, p.163). As organizações humanitárias não poderiam deixar de ajudar aos alemães, ainda que se recusassem a tal, pois isso seria um risco de lançar os alemães para “os braços do comunismo”, outro fator era a União Soviética demonstrando que se contentaria com o estabelecimento de um estado socialista em parte da Alemanha do pós-guerra (Bessel, 2010).

Conforme Wollasch (1980), atuaram na Alemanha cerca de 200 organizações de ajuda oriundas de cerca de 30 países ao redor do mundo. Não é possível afirmar que todas estas organizações estavam inseridas nos interesses das políticas de desenvolvimento econômico que os Estados Unidos possuíam na Europa. As maiores ajudas vieram dos Estados Unidos, alguns jornais mencionavam a atuação destas organizações, trazendo principalmente informações de como conseguir beneficiar-se das remessas encaminhadas por elas. Dentre elas, o *Council of Relief Agencies Licensed for Operation in Germany* (CRALOG), formada por diversas caridades americanas que se reuniram em uma comissão e foram para a Alemanha, em 1946, ver a situação que se encontrava o país e a população, analisando os caminhos viáveis para providenciar ajuda (Wollasch, 1980). Outra organização americana que encaminhou diversos pacotes foi o *Cooperative for American Remittances to Europe* (CARE)<sup>9</sup>, as remessas ficaram conhecidas como *CARE-Pakete*. Inicialmente, os pacotes eram endereçados para familiares ou conhecidos de cidadãos americanos. Entretanto, milhares de pacotes não conseguiram chegar aos destinatários desejados. Ficou decidido devolver aos doadores seus cheques com uma carta de acompanhamento, informando que o destinatário do pacote não foi encontrado na Europa. Para evitar que tal situação ocorresse novamente foi decidido, em 1948, que as encomendas também poderiam ser entregues a destinatários desconhecidos no futuro (Geueke, 2002). Os pacotes, que custavam 10 dólares, continham “alimentos de alta qualidade, como gordura, chocolate, carne e café ou roupas” (Wurm, 1975, p. 279). Estes dois exemplos de organizações destacam a cooperação de diversas caridades ou entidades – religiosas, trabalhistas e civis – para encaminhar mantimentos para a Europa e, em destaque, para a Alemanha. Desta forma, a logística de aquisição, armazenamento, transporte e distribuição de mantimentos era facilitada. Contudo, estas organizações tinham uma atuação limitada aos Estados Unidos, fornecendo pacotes de mantimentos de cidadãos americanos para seus conhecidos e familiares, como no caso da CARE.

---

<sup>9</sup> Em tradução livre: Cooperativa de Remessas Americanas para a Europa. A CARE foi fundada em 1946 por 22 organizações de caridade sediadas nos Estados Unidos com origens cívicas, trabalhistas e religiosas.

Outra organização, com mais experiência que as demais na ajuda às vítimas de guerra é o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, fundado pelo suíço Henry Dunant, em 1876, após presenciar o sofrimento e abandono dos soldados nos arredores de Solferino e publicar o que viu em “Lembranças de Solferino”, em 1862., Suas ideias passaram a ser estudadas por um grupo de cidadãos suíços, que fundaram o CICV, cuja missão “exclusivamente humanitária é proteger a vida e a dignidade das vítimas de conflitos armados e outras situações de violência, assim como prestar-lhes assistência”<sup>10</sup>.

## **2. A Cruz Vermelha Brasileira e os Comitês étnicos no pós-Segunda Guerra Mundial**

No Brasil, a Cruz Vermelha Brasileira - CVB, foi fundada no ano de 1907, tendo como primeiro presidente o sanitarista Oswaldo Cruz, estando presente atualmente em 21 estados do país. Após a Segunda Guerra Mundial, a Cruz Vermelha Brasileira organizou uma campanha nacional de arrecadação de alimentos, através da criação dos

denominados Comitês de Socorro às Vítimas da Guerra que coletavam doativos e preparavam pacotes individuais (colis) que eram remetidos ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Os Comitês de Socorro tinham a sua sede na Capital da República e Subcomitês nos Estados, capitais e cidades, todos diretamente subordinados ao Órgão Central. Cessada a guerra o Comitê Internacional desincumbiu-se dessa missão fechando os seus escritórios e liquidando a sua comissão de socorros e a Agência de Prisioneiros.<sup>11</sup>

A fundação e atuação de Comitês e Subcomitês de apoio às vítimas de guerra, precisavam ser autorizadas previamente pela Cruz Vermelha, a nível nacional e estadual. Desta forma, estes comitês estavam subordinados e atuaram dentro das estruturas físicas – nos prédios pertencentes a organização – e estruturas de atuação/redes transnacionais da Cruz Vermelha. As atividades dos Comitês e Subcomitês possuíam prazo para acabar, pois estavam relacionadas à necessidade da população europeia. Conforme a recuperação da Europa fosse ocorrendo, não haveria mais a necessidade de manter escritórios com Comitês de Socorro, como escreveu Oscar Soares em carta anteriormente citada.

Devido a esse apelo os Comitês continuaram a funcionar com a única finalidade de remeter socorros a granel para serem distribuídos indistintamente entre os civis necessitados. A remessa de pacotes individuais constitui uma tolerância, mesmo porque a situação econômica da Europa, dia a dia, se consolida e se caracteriza pela abundância de alimentos e um melhor padrão de vida, sendo de assinalar que os preços

---

<sup>10</sup> <https://www.icrc.org/pt/o-cicv>.

<sup>11</sup> Correspondência. Rio de Janeiro/RJ. 16/09/1949. Oscar Soares, Secretário Geral da Cruz Vermelha a Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Porto Alegre/RS. Pasta 2. ACV-RS/POA.



das utilidades alimentares são mais baixos que os do Brasil que não teve o seu solo devastado pela guerra.<sup>12</sup>

Os critérios da permanência das atividades dos Subcomitês estavam, portanto, relacionados às necessidades das populações dos países europeus, sendo necessária obrigatoriamente a autorização do Órgão Central da Cruz Vermelha, no Rio de Janeiro. Alguns Comitês continuaram atuando, como é o caso do Comitê Hebreu e o Comitê de Socorro às Vítimas na Palestina, pois “as suas finalidades são de socorrer os israelitas”<sup>13</sup>. Portanto, a Cruz Vermelha Brasileira mobilizou-se para enviar mantimentos à Europa através dos Comitês de Socorro às Vítimas da Guerra e Subcomitês espalhados pelas capitais estaduais.

Outra organização com bastante relevância neste cenário foi o Comitê de Socorro à Europa Faminta – SEF, fundado no Rio Grande do Sul pela *Cáritas Avdelning Europahjälpen*, da Suécia, a qual era presidida pelos padres jesuítas. O superior dos jesuítas no Sul do Brasil, P. Leopoldo Arntzen, ao final de abril de 1946 “nomeou o P. Henrique Pauquet SJ presidente do SEF, a quem por livre vontade se juntaram os srs. Willy Siegmann, P. Balduino Rambo SJ e Fernando S. Coutinho” e, em junho do mesmo ano, agregou-se o Sínodo Evangélico Riograndense. O SEF, conforme Evandro Fernandes (2005, p. 61), foi uma “organização de socorro sem fins lucrativos, de caráter pessoal e privado, sem a interferência dos organismos eclesiais”. A articulação e atuação do Comitê se deu nas colônias teuto-brasileiras no Rio Grande do Sul e tinha como objetivo atender aos “refugiados, famintos e miseráveis anônimos” da Alemanha e Áustria. Conforme destaca o autor, “apesar do comitê designar-se de Comitê de Socorro à Europa Faminta, suas atividades estavam restritas à solidariedade material aos alemães e austríacos”.

Em 12/08/1946, houve uma reunião entre as lideranças do SEF e da Cruz Vermelha Brasileira, filial Rio Grande do Sul, intermediada pelo Coronel Guilherme Gaelzer Netto, com quem P. Balduino Rambo possuía grande amizade e aquém agradecia que “as boas relações com a CV [Cruz Vermelha] daqui que devemos a vossa intermediação”<sup>14</sup>. A mediação de Gaelzer Netto foi necessária pois, conforme Evandro Fernandes, a presidente da Cruz Vermelha, Dona Odila Gay da Fonseca demonstrou “preocupação com a ação isolada da SEF, o que demonstra a iminência de conflitos entre os dois organismos caso a SEF não tivesse se

---

<sup>12</sup> Correspondência. Rio de Janeiro/RJ. 16/09/1949. Oscar Soares, Secretário Geral da Cruz Vermelha a Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Porto Alegre/RS. Pasta 2. ACV-RS/POA.

<sup>13</sup> Correspondência. Rio de Janeiro/RJ. 16/09/1949. Oscar Soares, Secretário Geral da Cruz Vermelha a Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Porto Alegre/RS. Pasta 2. ACV-RS/POA.

<sup>14</sup> Correspondência. Porto Alegre/RS. 07/11/1946. Padre Balduino Rambo a Guilherme Gaelzer Netto. Porto Alegre/RS. Porto Alegre/RS, PUCRS, DELFOS, Acervo Benno Mentz, Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklaerungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern.

manifestado junto à Cruz Vermelha” (2005, p.105). O próprio P. Balduino Rambo diz que “quando as damas perceberam que nós não interferíamos em seu ofício, elas ficaram satisfeitas. Eu vou uma vez por semana para conversar com elas, apesar de ser uma perda de tempo precioso, mas, no meu entender, promovo a nossa obra”. Assim, outro motivo de vincular-se a Cruz Vermelha foi evitar eventuais problemas que pudessem ocorrer com a organização, não apenas isso, na reunião decidiu-se que ambas as organizações atuariam em conjunto e que,

o SEF transportaria, a partir de sua terceira remessa, as doações da Cruz Vermelha Brasileira, mediante o pagamento do transporte, assim como fariaria responsável pela distribuição por meio da Caritas e da Cruz Vermelha Sueca. **O SEF usufruiria os mesmos benefícios e regalias da Cruz Vermelha Brasileira**, para o qual foi nomeado representante o Pe. Pauquet (Fernandes, 2005, p.89, grifo nosso).

As regalias mencionadas por Fernandes referem-se, sob o nosso ponto de vista, da estrutura de redes e influências que a Cruz Vermelha Brasileira possuía, enquanto isso, o Socorro à Europa Faminta resolveria o problema da Cruz Vermelha de enviar as remessas de donativos, desde que ela pagasse por tal. Entretanto, o SEF queria “manter a sua autonomia, ou seja, não estar sujeita à Cruz Vermelha” (Fernandes, 2005, p.106). O nome da Cruz Vermelha foi utilizado para conseguir vistos dos embarques de mantimentos para a Europa. Em ofícios enviados por P. Henrique Pauquet, então Delegado da Cruz Vermelha, o pedido era feito em nome da Cruz Vermelha, e não em nome do Socorro à Europa Faminta. Havia, portanto, o interesse da SEF de se constituir como um Subcomitê Alemão, desvinculado da Cruz Vermelha, esta ideia é reforçada através dos comentários de P. Rambo a respeito da Cruz Vermelha, que definindo-a como “bastante lenta e complicada”. Assim, esta parceria poderia atrasar os envios de pacotes coletivos e particulares do SEF. Porém, não poderia simplesmente

deixar de lado a CVB [Cruz Vermelha Brasileira]. Tudo dependerá de encontrarmos uma solução satisfatória para ambos os lados, no qual a maldita questão do dinheiro é o ponto neurálgico. De um lado a CV [Cruz Vermelha] não quererá renunciar aos seus 50 cruzeiros por pacote, do outro nós não podemos tornar-nos dependência desta instituição.<sup>15</sup>

Portanto, o Comitê de Socorro à Europa Faminta buscou outras maneiras de encaminhar pacotes privados para a Alemanha, tornando-se independente, até certo ponto, da Cruz Vermelha Brasileira, filial do Rio Grande do Sul. Independente dos interesses particulares, a Cruz Vermelha Brasileira, filial do Rio Grande do Sul e Comitê de Socorro à Europa Faminta atuaram em conjunto de 1946 até 1949. Os pacotes eram reunidos na sede da Cruz Vermelha

---

<sup>15</sup> Correspondência. Porto Alegre/RS. 07/11/1946. Padre Balduino Rambo a Padre Jorge Steiger. Colégio Cristo Rei. São Leopoldo/RS. Porto Alegre/RS, PUCRS, DELFOS, Acervo Benno Mentz, Pasta Inland Correspondenz (238).

em Porto Alegre, e deviam estar acompanhados da relação de conteúdo e assinatura do remetente. De lá, eram enviados para a Suécia onde a Cáritas fazia a entrega dos donativos coletivos do SEF, e a Cruz Vermelha Sueca encarregou-se de distribuir os pacotes privados<sup>16</sup>. Compreender a relação entre o Comitê de Socorro à Europa Faminta – SEF e a Cruz Vermelha Brasileira é necessária para entender o funcionamento da *Deutschlandhilfe* no Brasil.

### 3. A atuação da *Deutschlandhilfe* no Brasil

É a partir de 1946, que a *Deutschlandhilfe*, fundada pela Igreja Evangélica da Alemanha, por meio da *Evangelisches Hilfswerk in Südamerika*, passou a atuar na América do Sul. Por meio do Pastor Harald Niedner, que viajou por toda a América Latina solicitando ajuda e fundando comitês de ajuda para enviar à Alemanha (Barbian, 2013,). No Brasil, a *Deutschlandhilfe* ficou subordinada à Cruz Vermelha Brasileira, e atuou na região Norte e Nordeste, mas também em outros estados com o Rio de Janeiro, onde ficava a sede da organização. A escolha de atuar nestes estados, foi devido a “nenhuma outra organização ter assumido a campanha de ajuda à Alemanha”. Os sujeitos que “fizeram sacrifícios pela sua antiga pátria” doando para a campanha foram, principalmente, os alemães (*Deutschen*) e alemães étnicos (*Deutschstämmigen*), mas também ajudaram os latino-americanos (*Lateinamerikaner*), que procuraram “aliviar a necessidade alemã”<sup>17</sup>.

A *Deutschlandhilfe* enquanto uma campanha, buscou organizar-se dentro da comunidade étnica alemã, contemplando tanto os emigrados quanto os descendentes “nacionalizados”. Indiretamente, também se apoiava a germanidade na América Latina – considerada o último “bastião da germanidade” no mundo –, tornando-se uma questão transforteira e política da identidade alemã (Barbian, 2013). Assim, é através de diversas organizações, dentre elas a *Deutschlandhilfe*, que se buscava manter e preservar o vínculo entre os alemães e os “alemães no exterior” (*Auslandsdeutschen*). A prática da manutenção do *Deutschtum* era realizada, a partir de 1880, por associações, organizações e igrejas, fazendo parte da política externa cultural da Alemanha<sup>18</sup> (Arendt, 2011).

---

<sup>16</sup> Correspondência. Porto Alegre/RS. 20/02/1947. Padre Balduino Rambo a Maria Laveuve. Ijuí/RS. Porto Alegre/RS, PUCRS, DELFOS, Acervo Benno Mentz, Pasta Ausschlussreiche Inslanschreiben aus der Mitaberit, Rio Grande u.s. Santa Catarina.

<sup>17</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.15. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

<sup>18</sup> No campo das instituições atuaram a *Alldeutscher Verband*, a *Deutsche Kolonial Gesselschaft*, *Evangelischer Hauptverein und Auswanderer*, a *Hanseatische Kolonisationsgesellschaft*. No campo religioso, a *Evangelische Gesselschaft*, o *Evangelischer Oberkirchenrat*, e o *Gustav-Adolf-Verein*. Já o campo dos interesses políticos se deu

“Com grande agradecimento, deve-se enfatizar que não apenas os alemães e descendentes de alemães fizeram sacrifícios consideráveis por sua antiga pátria, mas também os latino-americanos tentaram aliviar a miséria alemã com grandes doações”<sup>19</sup>, escreveu o Pastor Harald Niedner na primeira edição do *Die Hilfe*. O Pastor fazia referência a sua participação na *Deutschlandhilfe* na América Latina. Durante sua atuação, o pastor circulou por diversos países da América Latina e quando retornou para a Alemanha, “informei às várias organizações para as quais enviamos nossas doações que, por meio dessa campanha de ajuda da *Deutschlandhilfe* na América Latina, dinheiro e bens no valor de cerca de 1 milhão de dólares foram enviados para a Alemanha”.

Quando a Alemanha havia perdido a guerra e experimentado o terrível colapso, consegui permissão dos Aliados através da mediação do conhecido Pastor Niemöller, agora [sic] presidente da Igreja Evangélica na Alemanha [*Evangelischen Kirche in Deutschland*], para convocar uma campanha de ajuda na América do Sul e Central para os necessitados na Alemanha.<sup>20</sup>

Conforme o pastor, a campanha de ajuda atuava em lugares “onde nenhuma outra organização havia assumido o trabalho de socorro para a Alemanha”, tendo uma atuação maior em países “onde há [sic] um alto nível de imigração alemã, por exemplo, na Argentina, no sul do Brasil e no Chile, foi realizado campanhas de ajuda à Alemanha que superam inclusive o resultado da *Deutschlandhilfe*”<sup>21</sup>. No Brasil, a atuação da campanha se deu na região nordeste, principalmente no Recife.

No final de 1947, os delegados da *Deutschlandhilfe* no Brasil (sede no Rio de Janeiro), o pastor protestante Harald Niedner e o padre católico Erich Rath, foram comissionados para abrir filiais no nordeste do Brasil. Todo esforço foi feito em Recife para montar uma diretoria funcional. Inicialmente, o medo de defender os interesses alemães teve que ser superado, já que o Brasil ainda não havia feito as pazes com a Alemanha e em alguns círculos de massa ainda havia forte animosidade contra os alemães, especialmente porque havia um grande navio brasileiro de submarinos alemães na costa do Recife havia sido torpedeado, matando muitas mulheres e crianças. Seguindo os alemães, mulheres e crianças pereceram.<sup>22</sup>

---

por meio da entidade *Allgemeiner Schulverein zur Erhaltung des Deutschtums im Ausland*, passando em 1908 a designar-se *Verein für das Deutschtum im Ausland* – VDA, e durante o período nazista, seu nome foi alterado para *Volksbund für das Deutschtum im Ausland* (Arendt, 2011, p.3-4).

<sup>19</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.15. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

<sup>20</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.15. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

<sup>21</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.15. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

<sup>22</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.16. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

O trabalho da *Deutschlandhilfe* inicialmente não foi bem aceito inicialmente pela população local, tendo que ser feito um trabalho de superação do preconceito com os alemães, ainda vistos como inimigos. A campanha recebeu apoio da Cruz Vermelha Brasileira no Recife, o então Presidente da filial, Professor Dr. Arthur B. Coutinho, “forneceu um depósito de embarque, até mesmo escritórios e telefone no prédio da Cruz Vermelha. Ele ajudou pessoalmente a esclarecer quaisquer dificuldades que surgissem”<sup>23</sup>. Além da Cruz Vermelha, houve um apoio das igrejas cristãs, os padres “das várias congregações católicas estiveram particularmente envolvidas nas coletas. As igrejas evangélicas de todas as denominações realmente deram seu apoio à campanha. Merecem destaque também as coletas nas escolas dirigidas por freiras católicas”.

Através da cooperação entre alemães e seus descendentes e com igrejas cristãs em Pernambuco, a *Deutschlandhilfe* conseguiu encaminhar 260 caixas com pacotes de mantimentos, 449 engradados com pacotes, pesando um total de 107.240 kg, e mais de 150.000 dólares.<sup>24</sup> Estas doações coletadas foram entregues para organizações humanitárias na Alemanha, como a *Evangelische Hilfswerk*, a Caritas e a Cruz Vermelha, mas também foram entregues “diretamente para lares de idosos, instituições infantis, hospitais e campos de repatriados da Rússia, bem como para famílias carentes.” A ajuda também se estendeu aos alemães que se encontravam no estado de Pernambuco, “os alemães carentes do próprio Pernambuco, principalmente os imigrantes, também encontraram apoio no comitê”. Assim, a proposta da *Deutschlandhilfe* era não apenas ajudar às vítimas da guerra na Alemanha, mas também os alemães recém-imigrados que se e estavam em Pernambuco.

A organização também fazia anúncios nos jornais da região Sudoeste do Brasil ofertando o envio de pacotes de mantimentos. Conforme o anúncio de 10/08/1947, no jornal carioca *Correio da Manhã*, a organização enviava pacotes de 5kg de alimentos com aproximadamente 15.750 calorias, com o preço de Cr\$100. Também fazia o envio de pacotes com até 5kg de roupas, cobrando apenas o valor do frete de Cr\$80. Mas, o mais importante é que abaixo do título da organização contém “Comitê de Socorro às Vítimas de Guerra na Alemanha” e “Autorizado pela Cruz Vermelha Brasileira”, o que confirma e reforça que a *Deutschlandhilfe* foi uma organização estrangeira que teve que se submeter à Cruz Vermelha Brasileira para poder atuar no Brasil.

---

<sup>23</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.16. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

<sup>24</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.18. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

Figura 1: Anúncio Deutschlandhilfe no Correio da Manhã, 10/08/1947

**DIE DEUTSCHLAND - HILFE**  
(Comité de Socorro ás Vítimas de Guerra na  
Alemanha)  
(Autorizado pela Cruz Vermelha Brasileira)  
versendet folgende Pakete:  
1) 5 kg Lebensmittel-Paket Preis: Cr\$ 100. —  
(Naehwert ca. 15.750 Kalorien)  
2) 5 kg Kleider-Paket Versandpreis: Cr\$ 80. —  
(Vom Absender selbstgepackte Pakete mit  
*neuen und gebrauchten* guterhaltenen Kleidungsstuecken)  
Einzelheiten ueber Inhalt, Annahme, Versand ect. sind  
zu erfragen bei der  
Deutschland — Hilfe  
Av, Presidente Vargas, 1111  
Annahmestelle fuer Lebensmittelpakete auch  
Rua Mexico, 31, 6º, Sala 601  
Der Praesident:  
Abt D. Thomas Keller S.O.B.  
(37704)

Fonte: Correio da Manhã (RJ). 10/08/1947. Disponível em: Hemeroteca Digital Brasileira.

O jornal carioca *Diário de Notícias*, em matéria no dia 04 de julho de 1951, intitulada “A Venezuela Socorre”, informava que o Pastor Harald Niedner se encontrava na Venezuela, onde estava fundando um comitê da Deutschlandhilfe em Caracas, “sob a proteção da Cruz Vermelha, como antes no Brasil e na Bolívia” (*Diário de Notícias*, 04/07/1951). Na Venezuela, o pastor foi autorizado pelo Ministério da Educação para realizar palestras “em todas as escolas superiores onde também se faziam coletas. Ele falou também nas Igrejas Evangélicas e nos clubes sociais”. Conforme o periódico, a atuação destes comitês é “uma ação humanitária modelar em que venezuelanos e alemães, americanos e ingleses, católicos e protestantes, de mãos dadas, cumprem os seus deveres de homens”.

Dentro deste cenário de atuação da *Deutschlandhilfe* no Brasil e na América Latina, o Pastor Harald Niedner atuou como um mediador entre Brasil e Alemanha, através da campanha, mediou o envio de donativos entre as comunidades locais onde realizava palestras e fundava comitês de ajuda e as comunidades que receptoras Alemanha. Desta forma, agia “como mediador no campo político e social, encaminhando as demandas locais” (Vendrame, 2015, p.79). Sua posição de pároco o legitimava perante as comunidades onde palestrava, é através

desta posição que provinha a capacidade de realizar a ponte entre esferas políticas, econômicas e sociais diferentes, muitas vezes distantes umas das outras” (Vendrame, 2016, p.245). Sendo “um ator cultural ativo através de fronteiras linguísticas, culturais e geográficas, ocupando posições estratégicas dentro de grandes redes e portador de transferência cultural” (Meylaerts et. al, 2017, p.13). Entendendo este personagem enquanto um mediador cultural, buscando através da publicação do boletim informativo *Die Hilfe* realizar a transferência de elementos culturais para outra cultura, transferindo elementos da germanidade para alemães étnicos, isto é, descendentes de alemães cuja identidade e cultura já sofreram com a hibridização.

#### 4. O Boletim Informativo *Die Hilfe*

Ao regressar à Alemanha, o pastor Harald Niedner passou a publicar um Boletim Informativo *Die Hilfe*, como uma forma de agradecimento aos colaboradores da *Deutschlandhilfe*, especialmente aos “alemães da América do Sul e Central, em particular para os comitês de ajuda alemães, bem como para as associações culturais alemãs da América Latina”<sup>25</sup>. Durante suas viagens pela América Latina para arrecadar mantimentos, o Pastor Niedner fora questionado por alemães e descendentes

para que escolas podemos enviar os nossos filhos? Onde podemos alojar os nossos idosos e doentes? Como é que podemos alojar os nossos idosos e doentes? Como é que podemos viver juntos sem desperdiçar as nossas almas? Que livros devemos ler para nos mantermos sob a influência dos nossos grandes poetas e pensadores alemães? O que devemos fazer para que as nossas crianças aprendam as belas canções e rimas infantis alemãs? Como é que lhes contamos os contos de fadas e as lendas alemãs, como é que preservamos a canção popular alemã, as canções de Natal alemãs e os costumes natalícios para as nossas famílias? Onde é que se arranjam boas composições ou discos alemães? Como obter plantas medicinais alemãs e como cultivar os nossos jardins, tirando o melhor partido das plantas que crescem aqui nos trópicos?<sup>26</sup>

Através destas publicações, o Pastor pretendia “aconselhar e ajudar os alemães na América Latina”<sup>27</sup>, construindo uma grande rede para “tentar pôr em contato os alemães de todos os países da América Latina e informá-los sobre as possibilidades de vida e de trabalho em outras regiões da América do Sul e Central”<sup>28</sup>. Desta forma, o pastor pretendia com que fosse evitado o desvanecimento da cultura alemã dos emigrantes alemães, pois isso significaria

---

<sup>25</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.1. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

<sup>26</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.1. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

<sup>27</sup> O Pastor utiliza a expressão “*Deutschen in Lateinamerika*”, fazendo referência aos alemães emigrantes que residiam na América Latina, porém, entende-se que a pretensão era contemplar tanto os emigrados, quanto os descendentes de alemães, os alemães étnicos, no caso do Brasil, os teuto-brasileiros.

<sup>28</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.1. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

“um triste empobrecimento interior para eles se perdessem esta posse espiritual, a fonte do espírito alemão [*Deutschen Gemütes*]”. Por meio deste boletim, o Pastor Niedner buscava reforçar as raízes do germanismo, o qual era calçado numa ideia de uma “nação constituída a partir da cultura e de uma origem comum, geralmente denominada de uma ‘comunidade de descendência étnica’” (Arendt, 2011, p.6). O nacionalismo romântico alemão teve como uma característica marcante a “a descoberta folclórica do povo, a partir das pesquisas dos irmãos Grimm, filólogos dedicados à poética, mitos e contos da tradição oral, mas que contribuíram, através da linguística comparada, para o debate sobre as relações étnicas com base nas formas comuns da linguagem” (Seyferth, 2008, p.26). Assim, o *Die Hilfe* buscava reforçar elementos de pertencimento étnico gestados no pensamento romântico-nacionalista através da publicação de contos de fadas, canções, poemas e lendas alemãs. Outro fator que contribuiu para a manutenção da germanidade é a publicação em língua alemã, preservando assim a originalidade do sentido do texto, pois a sua tradução (em espanhol e português) poderia levar a uma perda do sentido do original. Não há, contudo, como precisar a (in)eficiência que o boletim teve na manutenção da germanidade.

A primeira edição conta com 63 páginas e 20 matérias, das quais destacaremos alguns. A primeira delas, “Ajuda aos alemães” [*Hilfe für Deutsche*]<sup>29</sup>, de autoria do próprio Harald Niedner, descreve o começo dos trabalhos da Deutschlandhilfe e tece explicações –sobre os objetivos que haviacom a publicação do *Die Hilfe*. Ainda sobre a atuação da Deutschlandhilfe, há outras duas matérias, a “Deutschlandhilfe na América Latina” [*Die “Deutschlandhilfe” in Lateinamerika*] e “Deutschlandhilfe no Recife” [*Die Deutschlandhilfe in Recife*], estas matérias já foram contempladas neste texto.

Duas matérias tratavam sobre a ajuda para os alemães, a primeira, intitulada “Ajuda!” [*Helft!*]<sup>30</sup>, fazia um apelo às pessoas que tinham “um teto, que não passam frio, que tem trabalho e pão, que são saudáveis e que não são afetados diretamente pelas dificuldades, ou que são capazes de as controlar até certo ponto”, para que elas não esquecessem dos “seus semelhantes que não tem o mínimo necessário”. O apelo era especialmente dirigido para ajudar aos que viviam na zona leste, na zona soviética, que se não tivessem ajuda de familiares na Alemanha Ocidental ou no estrangeiro que fornecessem roupas e alimentos regularmente, caminhariam “inevitavelmente para a miséria, a fome e a decadência, dia após dia!”.

---

<sup>29</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.2. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

<sup>30</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.4. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.



Não há, de fato, palavras para tanto sofrimento e agonia! Vamos lá! Queremos ajudar! Todos o que puderem, como puderem e onde puderem! E imediatamente! Imediatamente! Na próxima hora já será tarde demais! Perceberam? Sim? Então é tarde demais!! A culpa é nossa se for tarde demais! Todos os habitantes da Alemanha Ocidental e de Berlim Ocidental devem obter o endereço de uma família ou de uma pessoa necessitada da zona oriental e enviar-lhes alimentos e roupas de boa qualidade e tentar aliviar as suas necessidades particulares.<sup>31</sup>

Já a segunda matéria, de título “Ajuda para os alemães do oriente” [*Hilfe für Ostdeutsche*]<sup>32</sup>, escrita pelo Presidente da Câmara Municipal de Berlin, Ernst Reuter<sup>33</sup>, segue na mesma linha da anterior, inicia descrevendo o trabalho realizado pela UNRRA no alojamento das pessoas deslocadas em outros países, e das organizações humanitárias como a Caritas, a *Hilfswer der Evangelischen Kirchen*, a Cruz Vermelha e a *Arbeiterwohlfahrt*, que trabalhavam para aliviar a necessidade e a fome da população na Alemanha, bem como ajudar os “alemães étnicos deslocados, ainda trabalhando para tornar mais suportável a sorte dos infelizes mantidos em regime de escravatura nos campos de trabalho soviéticos”. Destaca a ajuda feita pelos Estados Unidos através do Plano Marshall e das organizações norte-americanas. Já sobre a América do Sul, que também encaminhou diversas doações de ajuda, e que salvaram muitas pessoas do frio e da dificuldades. Estas doações foram um alívio e uma esperança para os que receberam estas doações, “muitos redescobriram a sua fé na humanidade através da experiência de que completos estranhos em diferentes partes do mundo estenderam as suas mãos para os ajudar”. Porém, ainda não deveriam diminuir as doações e deveriam “sobretudo, estender-se a aqueles que continuam a sofrer: os refugiados da zona leste, a população da Alemanha do leste, os prisioneiros e os que foram levados para a Rússia. Para o efeito, apelamos aos alemães da América do Sul e Central!”<sup>34</sup>.

Três matérias tratavam sobre o assunto da e/migração, “Algumas dicas para quem deseja emigrar” [*Einige winke für Auswanderungswillige*]<sup>35</sup> trazia alguns conselhos para os que estivessem dispostos a emigrar, também pedia aos comitês de ajuda da Deutschlandhilfe nos países da América Latina para que informassem as condições de acolhimento aos emigrantes. Aos que desejassem emigrar, deveriam estar cientes de que não teriam quaisquer assistência a

---

<sup>31</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.4. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

<sup>32</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.5. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

<sup>33</sup> Acreditamos que seja a reprodução de uma chamada ou publicação anteriormente feita por Ernst Reuter, uma vez que havia falecido em 28 de setembro de 1953.

<sup>34</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.6. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

<sup>35</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.19. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

não ser a inicial, que deveriam trabalhar para ajudar a si próprios, mesmo que não encontrassem na sua profissão. Também deveriam saber que os países de imigração se reservavam no direito de selecionar os imigrantes.

Os homens com mais de 60 anos, as mulheres solteiras e as crianças quase sempre só podem entrar com familiares de imigrantes autorizados se estes assumirem as obrigações de os sustentar ou se os residentes ou os cidadãos naturalizados, que já se encontram no país, pagarem por eles. Muitos países excluem os imigrantes que pretendam exercer uma atividade profissional que crie concorrência laboral para os nativos. Os médicos, os professores, os farmacêuticos e os advogados só podem exercer a sua profissão se passarem previamente nos exames (na língua local) exigidos nos países em causa, o que é geralmente muito difícil. Em geral, são sobretudo os trabalhadores qualificados que são admitidos, especialmente no setor da construção, ou aqueles que trazem conhecimentos novos e especializados para uma indústria, e sobretudo os agricultores.<sup>36</sup>

Ressalta que a ideia de emigrar para os Estados Unidos era fácil estava errada, pois era reservada a uma pequena cota para refugiados. Sugeria que, para os que estivessem dispostos a trabalhar, procurassem ir ao Canadá, cujos relatórios são “sistematicamente favoráveis, também no que respeita ao acolhimento de imigrantes no futuro”. Outros países também estavam recebendo imigrantes para o trabalho, como a Inglaterra que desejava “colonos para suas colônias africanas”, Paraguai e Honduras também buscavam agricultores. Para emigrar para a Venezuela foi publicada outra matéria, “Entrada a Venezuela” [*Einreise nach Venezuela*]<sup>37</sup>, onde traz informações de que o governo do país procurava atrair colonos com formação e experiência no setor agrícola, fornecia aos imigrantes

terras em condições favoráveis, material para a construção de casas, sementes e ferramentas, encarrega-se da construção de estradas de acesso e de sistemas de irrigação, da criação de escolas primárias, de cuidados médicos e de transportes para a zona em causa. Os imigrantes estrangeiros são colocados em pé de igualdade com os venezuelanos. No entanto, a fim de evitar a formação de enclaves, não se considera instalar os imigrantes em assentamentos fechados, mas acomodar os estrangeiros misturados com os colonos nativos, de modo a conseguir uma integração gradual no corpo de pessoas venezuelanas, facilitando a aceitação da cidadania.<sup>38</sup>

Em contrapartida, o periódico trouxe o relato de um emigrante que viveu na Venezuela, onde este alerta que os que possuíssem propriedades e uma boa vida na Europa, para que não emigrassem para a Venezuela, o que poderia ser uma boa alternativa aos deslocados, que poderiam conseguir, inicialmente, uma boa vida como colonos no país. O correspondente informou que nos primeiros anos, o governo acolheu muito bem e em diferentes

---

<sup>36</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.20. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

<sup>37</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.21. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

<sup>38</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.21. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

formas os colonos, o que justificava o número elevado de alemães que se instalaram durante a guerra. Mas, na Venezuela era “impossível para qualquer agricultor alcançar qualquer tipo de prosperidade tangível; é por isso que há um êxodo tão grande do país (que é o motivo do governo venezuelano para atrair agricultores estrangeiros)”<sup>39</sup>. Em comparação com a América do Norte, onde a agricultura era mecanizada, na Venezuela os produtos agrícolas chegavam em quantidades e preços que os produtores não conseguiam competir. O motivo disso eram as taxas dos produtos importados da América do Norte, que comprava “petróleo venezuelano em condições muito favoráveis, mas exige tarifas favoráveis na Venezuela para os seus próprios produtos”, o que fazia com que o custo de vida fosse elevado. Ainda reforça que havia muitos alemães que vagavam pelas cidades, que mesmo com seus esforços não conseguiam encontrar emprego, por isso aconselhava a aqueles que desejassem emigrar para o país, que tentassem arranjar inicialmente um contrato de trabalho permanente. O periódico solicitava que outros alemães que vivessem na Venezuela informassem, através de relatórios, as condições de vida, o mesmo valia para outros países da América Latina.

É apresentado um relatório, baseado nas informações oficiais brasileiras, sobre a “Imigração para o Brasil” [*Einwanderung nach Brasilien*]<sup>40</sup>. A matéria traz as estatísticas da imigração de alemães dos anos de 1884 até 1951, registrando um total de 182.906 pessoas, sendo “1924 de longe o ano de imigração mais forte com 22.168, seguido de longe por 1923 com 8254 e 1926 com 7674, e contrastado por 1950 e 1951 com apenas 2725 e 2829”. Estes imigrantes dirigiram-se, quase que totalmente, para o Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Santa Catarina, ainda que os números parecessem baixos, já havia, antes de 1884, “uma forte imigração de alemães, especialmente para os estados do sul do Brasil, mas também para outras áreas, como o Espírito Santo. As famílias de colonos alemães, em particular, multiplicaram-se muito fortemente”<sup>41</sup>. A estatística, para os estados do sul, era de que, provavelmente, “um em cada três habitantes é de origem alemã”, podendo supor que houvesse “mais de 1 milhão de falantes de alemão no Brasil, além dos muitos alemães étnicos que já não falam mais alemão”.

Outras matérias referiam-se a questões burocráticas e políticas, como a “Propriedade privada confiscada e o contrato geral” [*Das beschlagnahmte Privateigentum und der*

---

<sup>39</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.22. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

<sup>40</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.23. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

<sup>41</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.24. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

*Generalvertrag*]<sup>42</sup>, que trata sobre a propriedade privada de comerciantes, agricultores, e particulares alemães e deslocados que foi confiscada durante a Segunda Guerra Mundial. De acordo com estimativas, os bens alemães confiscados equivaleriam a pelo menos 20 mil milhões de marcos alemães, sendo só na América Central cerca de 50 milhões de dólares em bens imobiliários e o mesmo valor aproximado em contas bancárias. Outra matéria, “Datas para as pessoas deslocadas e expropriadas”, sobre a Lei Federal dos Expulsos, de 1953, que considera como expulsos as pessoas “que foram expulsas ou reinstaladas no âmbito da formação de zonas de ocupação na Alemanha, ou que vieram para o território federal como refugiados por outros motivos”, e ‘todos os cidadãos alemães que foram admitidos no território federal com base em expulsão, fuga ou reinstalação’. Com base nessa lei, era possível solicitar um cartão de refugiado, e poderiam pedir indenização de bens de uso doméstico caso tenham perdido pelo menos 50% dos bens, além dos bens agrícolas e imobiliários, de empresas industriais e comerciais. Também poderiam solicitar uma pensão por danos de guerra para quem não recebesse mais de 85 marcos por mês sozinho ou 200 marcos em família, ou que tivesse mais que 65 anos.

Ainda sobre a situação política da Alemanha havia a matéria “Nosso relatório da Alemanha: o novo Parlamento – os novos Ministros – a nova Política” [*Unser Deutschlandbericht: Der neue Bundestag – Die neuen Minister – Die neue Politik*]<sup>43</sup>, que informava sobre a eleição do novo Parlamento Alemão e do Chanceler na República Federal, que se baseava na “tradição de uma Alemanha civil e ordeira, e de um Estado cristão e socialmente orientado”. Os desafios do novo governo, após a destruição completa do país, era a “reconstrução do que foi destruído, a organização estatal, o estímulo a todas as forças produtivas, sejam da indústria, do comércio ou das obras públicas, a criação de um espaço vital, de consumo e de exportação de mercadorias”. A expectativa do escritor da matéria era de esperar do novo governo uma “reflexão sobre as substâncias espirituais, morais, cristãs e culturais da civilização ocidental”.

Uma seção do boletim foi reservada às Curtas Notícias [*Kurtznachrichten*]<sup>44</sup>, que serviam para informar aos leitores sobre o dia a dia da Alemanha. Algumas referiam-se aos refugiados, “em 1953, a Sociedade de Cooperação Internacional em Offenburg garantiu a

---

<sup>42</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.25. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

<sup>43</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.38. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

<sup>44</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.44. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

estadia de 8 semanas com famílias francesas para 1300 crianças alemãs refugiadas. Em 1952, 900 crianças conseguiram encontrar alojamento na França e, em 1951, 400 crianças”. Outra referia-se à emigração, ao noticiar as informações do Instituto de Relações Exteriores de Stuttgart de que muitos países da América do Sul procuravam especialistas e organizadores alemães para desenvolver as suas indústrias. Algumas outras referiam-se ao cotidiano alemão, como os impostos sobre o café que foram reduzidos, com isso teve-se um aumento no consumo, “as vendas nas lojas dos melhores cafés aumentaram 50%, as das variedades médias cerca de 100%, e as dos cafés mais baratos 200%”. Outras notícias atingiam quase que diretamente ao leitor, como a que informava que os casamentos à distância, que passaram a ser comuns devido “às regulamentações de entrada de vários países da América do Sul, não podem ser reconhecidos pelas leis alemãs existentes. Isto cria dificuldades para as noivas que saem porque o passaporte é emitido no nome de solteira da mulher, enquanto a autorização de entrada e o visto são no nome do homem adquirido através do casamento”.

#### 4. “*Aus der deutschen Literatur*”: Poemas, contos de fadas e pregações

Além das notícias, o objetivo de manter a ligação entre os alemães no exterior e seus descendentes, com a vida intelectual germanófona da Europa, era através da cultura que se preservaria a “antiga cultura intelectual da antiga pátria”<sup>45</sup>. Isso seria feito através da leitura de “velhos contos de fadas alemães, lendas e belas passagens de história e poemas alemães – para que possam apreciá-los de novo, precisamente porque lhes eram queridos e familiares do passado – e passá-los aos filhos e aos filhos dos filhos”. Nesta primeira edição, na seção *Da literatura alemã* [*Aus der Deutschen Literatur*]<sup>46</sup>, dividida em duas partes: *Palavras do poeta* [*Dichterworte*], e um conto de fadas, desta edição, foi escolhida *O anão-nariz* [*Der Zwerg Nass*], de Wilhelm Hauff,

Foram publicados dois poemas que remetiam à temática da *Heimat*, a terra natal, um conto de fadas e quatro pregações para os leitores protestantes. O primeiro poema, *Von drinnen* [De dentro], trata-se do poema *Abschied vom Walde* [Adeus à floresta], de Joseph von Eichendorff.

O Täler weit, o Höhen, o schöner grüner Wald,  
du meiner Lust und Wehen andächtiger Aufenthalt!  
Da draußen, stets betrogen, saust die geschäftige Welt;

<sup>45</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.1. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

<sup>46</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.46. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

schlag‘ noch einmal die Bogen um mich, du grünes Zelt!

Wenn es beginnt zu tagen, die Erde dampft und blinkt,  
die Vögel lustig schlagen, dass dir dein Herz erklingt,  
da mag vergehen, verwehen, das trübe Erdenleid,  
da sollst du auferstehen in junger Herrlichkeit.

Da steht im Wald geschrieben ein stilles, ernstes Wort  
vom rechten Tun und Lieben, und was des Menschen Hort.  
Ich habe treu gelesen die Worte, schlicht und wahr,  
und durch mein ganzes Wesen wards unaussprechlich klar.

Bald werde ich dich verlassen, fremd in die Fremde gehen,  
auf bunt bewegten Gassen des Lebens Schauspiel sehen;  
und mitten in dem Leben wird deines Ernsts Gewalt  
mich Einsamen erheben, so wird mein Herz nicht alt.<sup>47</sup>

O poema trata da despedida à uma floresta personificada, e a partida em direção ao exterior enquanto um estranho/desconhecido. Dentro do contexto do periódico, fala sobre a tristeza e melancolia de partir da terra natal em direção à uma nova, sendo um desconhecido, tendo que recomeçar. O tema principal que permeia os poemas de Joseph von Eichendorff é o pertencimento, a busca por um lugar de estabilidade, em diversos poemas “a voz lírica empreende uma busca por essa sensação, deparando-se de forma reiterada com um elo perdido que impede o estabelecimento de uma residência fixa no sentido geográfico, mas sobretudo, no sentido identitário existencial” (Mathias, 2018, p.185). O poema é contraposto pelo *Von draußen* [De fora], de H. Bruns, publicado no Rio de Janeiro em 1928.

Und lägen Ewigkeiten zwischen uns  
Und weltenweiter Raum bis zu den Sternen –  
das alles mag wohl äußerlich,  
doch nie im Geist von dir mich zu entfernen.

Und führten keine Brücken heim zu dir,  
ja hattest du dein Kind auch gar vergessen –  
auf Flügeln des Gedankens bin ich stets bei dir,  
kein Mensch kann mir zu hindern sich vermessen.

Dein Zauber webt ein unsichtbares Band  
mir um das Herz, weit über Land und Meere:  
so bin ich stets bei dir, mein Vaterland,  
als wenn es anders nie gewesen wäre.<sup>48</sup>

O autor busca retratar a distância da sua pátria, mas que ela sempre está presente em seus pensamentos e em seu espírito, que são a ponte que liga os dois em um vínculo invisível, mesmo estando distante fisicamente. Não se tem quaisquer informações a respeito do autor H.

---

<sup>47</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.46. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

<sup>48</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.46. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

Bruns, ou do título original de seu poema. Os editores do Boletim Informativo *Die Hilfe* buscavam, com estes dois poemas, trazer uma comparação sobre o olhar para a pátria/terra natal, com dois pontos de vista – de dentro e de fora –, enquanto “de dentro”, tratando da despedida da terra, do desejo de não querer abandoná-la, “de fora” trata da conexão que se possui com ela, a qual transcende as barreiras físicas e temporais. Os poemas relacionam-se com o tema da imigração, já que eram dirigidos à um grupo que emigrou, isto é, que deixou sua pátria, é esta presença e ausência que caracteriza o processo migratório enquanto um fato social completo (Sayad, 1998).

Para as crianças, havia a seção de contos de fadas, a escolhida para a primeira edição foi feita uma adaptação da obra *O anão-nariz* [*Der Zwerg Nass*], de Wilhelm Hauff, publicado em 1826. O conto é iniciado com um narrador direcionando a fala direta às crianças: “Queridos meninos e meninas, quero contar-lhes uma história que aconteceu há muito tempo em uma terra distante. Isso significa que o país pode não estar tão longe de você, porque seus queridos pais e avós vieram de lá pelo mar. Às vezes faz muito frio lá e grandes flocos brancos flutuam do céu”<sup>49</sup>. A obra conta a história de Jakob, um menino que ajudava sua mãe no mercado central vendendo legumes, quando ele insultou, apontando os defeitos físicos de uma senhora, foi levado até sua casa e transformado em um esquilo vestindo calças e chapéu. Com o desenrolar dos eventos da história, a feiticeira o transformou de volta em um anão com um nariz comprido, não sendo reconhecido por seus pais. A essência desta história é que a essência da pessoa é muito mais importante que sua atratividade, isto é, o interior tem mais valor do que o exterior.

Por fim, o Boletim Informativo *Die Hilfe* trouxe uma seção, nomeada de *Suplemento do “Die Hilfe” para os leitores protestantes* [*Beiblatt der “Hilfe” für evangelische Leser*]<sup>50</sup>. Este espaço se dava pois, em suas viagens, o pastor Harald Niedner era supostamente questionado por alemães protestantes. Tanto os questionamentos iniciais, quanto o relato seguinte expõe uma situação de alemães isolados de quaisquer comunidade religiosa, especialmente à protestante.

Como podemos ouvir uma devoção alemã novamente, o que podemos fazer para garantir que nossos filhos recebam uma educação religiosa? quem conta aos nossos pequeninos as histórias da Bíblia? Não é irresponsável que nossos filhos cresçam sem os mandamentos? Agora que nosso filho está em idade da confirmação, ele ainda não aprendeu nada sobre a nossa fé, o que pode acontecer? Recentemente, nossa querida mãe estava muito forte, e todos na família estavam fora de si com muita dor que nunca havíamos sentido na Alemanha quando houve um luto na família. Isso só funciona

---

<sup>49</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.47. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

<sup>50</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.52. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

porque não existe mais fé verdadeira entre nós. Sim, sentimos muita falta da igreja. Se ao menos pudéssemos viver aqui novamente sob os costumes cristãos, como na casa dos nossos pais, as coisas eram melhores naquela época! É uma pena que quando um de nós morre, seja enterrado como um animal. Não há ninguém que possa ler uma oração ou algumas palavras de Deus.<sup>51</sup>

O pastor faz uma crítica ao não aproveitamento dos materiais religiosos existentes, ao questionar “você não tem muito mais oportunidade de absorver o depósito da fé dentro de si e espalhá-lo ainda mais do que as pessoas da antiguidade que ouviram a partir do apóstolo?”<sup>52</sup>. Fazendo referência aos materiais existentes e disponíveis, como Bíblias, hinários, catecismos, livros devocionais, histórias bíblicas, calendários com reflexões diárias”, além de ser possível ouvir através dos rádios as músicas, discursos e pregações da igreja alemãs, “por que aproveitamos tão pouco tudo isso?”. Assim, o suplemento seria uma forma de aconselhamento e indicações de onde poderiam conseguir tais materiais, para a próxima edição, iniciar-se-ia as instruções para as aulas de ensino confirmatório, para isso, solicitava “a quem não tem a Bíblia, o catecismo ou livro de hinos, que adquiram nas editoras listadas ou com o nosso colega, o livreiro Dr. Helmut Burgert”<sup>53</sup>.

### **Considerações finais**

A partir da análise da primeira edição do Boletim Informativo *Die Hilfe*, conclui-se que o objetivo de “aconselhar e ajudar os alemães” pode ser entendido como uma maneira de propagar e preservar uma nova identidade, afastando a imagem da Alemanha e dos alemães do Nacional-Socialismo, fortalecendo também a “germanidade no exterior” [*Auslandsdeutschtum*], e especial na América Latina, em contrapartida a perda da identidade, do “ser alemão” [*Deutschseins*], reaproximando os alemães no exterior com a Alemanha.

Este periódico ainda inédito nos estudos historiográficos, procurou informar os seus leitores sobre a nova situação em que a Alemanha se encontrava, principalmente com notícias focadas na reorganização populacional do país. Também buscou aconselhar apresentando oportunidades de emigração e trabalho em diversos países, contrapondo os relatórios oficiais com os relatos pessoais de alemães naqueles países, como no caso da Venezuela.

A análise deste material evidencia uma tentativa de (re)construção e fortalecimento de um grupo étnico alemão, em um período em que a própria identidade alemã ainda era associada

---

<sup>51</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.52. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

<sup>52</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.52-53. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

<sup>53</sup> Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.55. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.



ao nazismo. O periódico pode ser entendido como uma zona interativa (*interactive zone*) onde proliferam as relações entre os poderes, os grupos e as culturas (Gruzinski, 2001, p.21). Da mesma forma, o pastor Harald Niedner é um agente étnico, buscando reforçar estes laços identitários entre os alemães e descendentes espalhados pela América Latina. Em edições futuras, talvez forneçam mais informações sobre os impactos deste periódico junto aos alemães e as comunidades em que circulavam e, talvez, possa-se constatar se o jornal conseguiu atingir seu objetivo. Assim, o Boletim Informativo *Die Hilfe* foi o produto cultural final, do qual faz parte de um processo histórico complexo da atuação da *Deutschlandhilfe* na América Latina, em uma marcha de manutenção das relações da Alemanha com a América Latina e da germanidade.

### **Referências bibliográficas**

ARENDRT, Isabel Cristina. **Um periódico para as escolas alemãs no exterior e a tradução cultural de e(i)migrantes na América Latina**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

BARBIAN, Nikolaus. **Auswärtige Kulturpolitik und „Auslandsdeutsche“ in Lateinamerika 1949-1973**. Wiesbaden: Springer VS, 2013.

FERNANDES, Evandro. **SOS Europa Faminta: Comitê de Socorro à Europa Faminta – SEF**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

MATHIAS, Dionei. Sobre o pertencimento na poesia de Joseph von Eichendorff. *Texto Poético*, v.14, n.24, jan./jun. 2018, p.171-187.

MEYLAERTS, Reine. **Mediadores culturais na História Cultural: o que aprendemos ao estudarmos as complexas atividades de transferência dos mediadores na Bélgica do período entre guerras?** *Litterata*. Ilhéus. vol. 7/2. jul.-dez. 2017.

NEUMANN, Rosane Marcia. **Campanha de nacionalização no Rio Grande do Sul: a inviabilidade das colônias étnicas**. In: LUCHESE, Terciane Ângela; MALIKOSKI, Adriano (Org.). *Italianidades, polonidades e germanidades*. Caxias do Sul, RS: Educus, 2021.

SAKURAI, Célia; SALLES, Maria do Rosário Rolfsen.; PAIVA, Odair da Cruz (Org.). **Migrações pós-segunda guerra mundial**. Série Reflexões. São Paulo: Memorial do Imigrante/D Livros Editora, vol. 2, 2009.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração**. São Paulo: Edusp, 1998.

SEYFERTH, Giralda. **A imigração no sul do Brasil: identidade e alteridade**. In: Dreher, Martin. Noberto.; Kunz, J. A. e Mugge, Miquéias. H. (Org.). *Imigração e Relações Interétnicas*. São Leopoldo (RS). São Leopoldo (RS): Editora Oikos, 2008.

VENDRAME, Maíra Inês. **Redes, mobilidade social e justiça comunitária: a trajetória de um padre italiano no Brasil Meridional**. Censive (Université de Nantes), v. 8, p. 71-94, 2015.

WOLLASCH, Hans-Josef. **1945: Die "Stunde null" als Stunde der Caritas**. In: SCHWARZMAIER, Hansmartin. Landesgeschidite und Zeitgeschichte: Kriegsende 1945 und demokratischer Neubeginn am Oberrhein. Karlsruhe: Braun [in Komm.], 1980.

WURM, Franz F. **Wirtschaft und Gesellschaft in Deutschland 1848-1948**. Opladen: Leske Verlag + Budrich GmbH, 1975.

## Fontes

Correspondência. Porto Alegre/RS. 07/11/1946. Padre Balduino Rambo a Guilherme Gaelzer Netto. Porto Alegre/RS. Porto Alegre/RS, PUCRS, DELFOS, Acervo Benno Mentz, Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklaerungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern.

Correspondência. Porto Alegre/RS. 20/02/1947. Padre Balduino Rambo a Maria Laveuve. Ijuí/RS. Porto Alegre/RS, PUCRS, DELFOS, Acervo Benno Mentz, Pasta Auschlussreiche Inlanschreiben aus der Mitaberit, Rio Grande u.s. Santa Catarina.

Correio da Manhã (RJ). 10/08/1947. Disponível em: Hemeroteca Digital Brasileira.

Correspondência. Rio de Janeiro/RJ. 16/09/1949. Oscar Soares, Secretário Geral da Cruz Vermelha a Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Porto Alegre/RS. Pasta 2. ACV-RS/POA.

Diário de Notícias (SP). 04/07/1951. Disponível em: Hemeroteca Digital Brasileira.

Boletim Informativo Die Hilfe, Edição 1. 1954. Pasta SN 28. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

## **Geografia, clima, imigração e colonização: a racialização dos discursos migratórios na América Latina (Século XIX)**

Wellington Augusto Blume<sup>54</sup>

### **Introdução**

A imigração estava em pauta nos países da América Latina na metade do século XIX. Cada vez mais a ideia de que os imigrantes europeus poderiam resolver questões de ordem econômica e social estava presente na retórica de políticos e intelectuais. Célia Maria Marinho de Azevedo salientou que a imigração europeia passou a estar vinculada com pressupostos civilizatórios, e que o imigrante europeu, de forma majoritária, era percebido como disciplinado e responsável, suficientemente condicionado à ética do trabalho contratual e possuía capacidades de iniciativa que não eram percebidas nas populações nacionais (Azevedo, 1987). Essas bases narrativas que estão sedimentadas em noções racializadas dos seres humanos encontraram ressonância em diversos autores que escreveram obras sobre imigração e colonização durante a primeira metade do Oitocentos. Para o presente artigo, tem-se como objetivo analisar como essas noções racializadas estiveram presentes em obras imigrantistas<sup>288</sup> durante as décadas de 40 e 50 do século XIX, com ênfase para os temas da geografia e do clima. As obras selecionadas para a análise foram escritas por autores como Domingo Faustino Sarmiento (1851), Ignacio Domeyko (1850), Benjamin Vicuña Mackenna (1854), Miguel Calmon du Pin e Almeida (1846) e Vicente Pérez Rosales (1854).

A base teórica para a análise está sedimentada no pressuposto da racialização, cujo princípio é o de refletir sobre processos sócio-históricos, por meio dos quais as categorias raciais são criadas, habitadas, transformadas e destruídas, significando e simbolizando conflitos e interesses sociais em referência a diferentes tipos de corpos humanos (DIDIER, 2018, p.63). Para tanto, foram escolhidas algumas passagens das obras para que seja possível identificar quais identificadores raciais foram utilizados pelos autores para abordar questões geográficas e climáticas vinculadas com discussões migratórias.

---

<sup>54</sup> Mestre em Estudos Históricos Latino-Americanos pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Graduado em Licenciatura em História pela mesma instituição. É professor da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul e pesquisador vinculado à Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras. E-mail para contato: welingtonblume@hotmail.com.

## 1. Imigração e colonização: modelos ideias, geografia e clima

Domingo Faustino Sarmiento<sup>289</sup>, foi diretor da revista *Sud-America* – publicada no Chile em três tomos, no ano de 1851 – destinada para a elite intelectual latino-americana. Para os idealizadores da revista:

Los antiguos suscriptores de la Crónica encontrarán en Sud América una continuación de aquellos trabajos que, nos complacemos en recordarlo, no han sido del todo estériles para ayudar a producir el bien. La materia de nuestras elucubraciones no estará circunscrita a los límites de la política de Chile, hoy muy especiales, a causa de la proximidad de las elecciones de Presidente, ni esperamos que las ocurrencias diarias vengan a imponer un dedo sobre estas páginas. Hemos escogido título espacioso donde cupiese lo poco i lo mucho, pudiendo holgarnos en la elección de los asuntos, con tal que concurren a la consecución de nuestro objeto, que es formar el juicio de una porción de la sociedad, sobre graves cuestiones de política comercial" (Sud América. Santiago, 1851, p. 2).

Os artigos presentes na revista contemplavam questões de diferentes âmbitos, normalmente organizados em forma de artigos de opinião e ensaios de colaboradoras da América Latina ou até mesmo traduções de publicações estrangeiras. Entre os autores, merecem destaque o próprio Domingo Faustino Sarmiento e Vicente Pérez Rosales<sup>290</sup>.

No primeiro tomo, Sarmiento traduziu o texto intitulado *Emigracion Alemana a la América del Sud – Rio de la Plata* (originalmente publicado em 1846), escrita por Wappaüs, – professor de estatística e geografia da Universidade de Göttingen, da Alemanha –, que descreve as vantagens que os imigrantes alemães poderiam encontrar ao escolherem a América do Sul como destino de suas emigrações. Na aceção do autor, os Estados Unidos já estariam sobrecarregados de alemães, as terras estariam com uma variação de preços considerável e era bem provável que a procura por empregos seria um empecilho, tornando a vida tão difícil quanto na Europa. Para justificar seu argumento, apresenta um espaço alternativo e propício para os alemães: a região do Rio da Prata, com clima agradável e abundância de terras e possibilidades de trabalho. A região é definida da seguinte forma:

La parte de la América del Sud llamada Provincias Unidas del Rio de la Plata en las cartas de jeografía, o la Republica o Confederacion Argentina, se estiende de Sur a Norte desde el trópico de Capricornio, abrazando toda la zona templada del Sud, hasta la Patagonia i el estrecho de Magallanes, por una distancia de mas de ochocientas leguas, i desde la Cordillera de los Andes que la separa de Chile i el Océano Pacífico, hasta el Atlántico i el Brasil, sus límites al Naciente, una distancia de cuatrocientas leguas en su mayor anchura (Wappaüs, 1851, p.209).

O autor argumenta que nessa região o clima era favorável para a vida dos europeus, pois havia uma distância considerável da área em comparação com a “América Tropical”. E segue:

La ciudad de Buenos-Aires tiene por ejemplo la misma temperatura de Barcelona, pero los inviernos mas templados i los veranos mas frescos i por conseguinte un clima

mas igual, mas agradable que aquel de la mencionada ciudad en Cataluña [...] Mendoza provincia situada al pié de los Andes, a donde se cultiva la uva en abundancia tiene fama por la salubridad i hermosura de su clima, recomendado, como en Europa el Sud de la Francia a los que adoccen del pulmón” (Wappaüs, 1851, p.210).

A discussão que o autor propõe se estende por mais alguns parágrafos e a lógica de argumentação segue a mesma: as cidades situadas na região platina teriam plenas condições de receber europeus, pois seu clima era semelhante com o das cidades europeias. Com isso, os imigrantes alemães não precisariam se preocupar com o clima, que era similar ao europeu e não deixava nada a desejar em comparação com os Estados Unidos. Para fortalecer o argumento, o autor ainda tece comparações: “el clima de Chile i de la República Argentina es análogo al de la Andalusia en España, i al del medio día de la Francia” (Wappaüs, 1851, p.211). Assim, os alemães, elogiados a partir de marcadores raciais como sua “horraidez proverbial, sus costumbres laboriosos i carácter pacífico e tranquilo”, poderiam encontrar na América do Sul alternativas para emigrar, tendo em vista que o contexto estadunidense estava se tornando desfavorável para os imigrantes.

Na historiografia, a vinculação entre imigração, clima e geografia foi contemplada nos estudos de Marlon Salomon (2005). Para o autor, havia alguns questionamentos em vigência no contexto do século XIX: “até que ponto era viável o estabelecimento de emigrantes europeus nas partes tropicais do globo? Poderiam eles resistir à ação desse clima? A que tipo de mutações eles estariam passíveis, uma vez transferidos das partes amenas da Europa para essa região?” (Salomon, 2005, p.98). Essas são perguntas que estão presentes em outros dois documentos aqui analisados. *Memoria sobre os meios de promover a colonisação* (1846) e *Memoria sobre emigracion, inmigracion e colonizacion* (1854)<sup>291</sup>, escritas por Miguel Calmon du Pin e Almeida, o Visconde de Abrantes<sup>292</sup> e Vicente Pérez Rosales, contemplam essas reflexões. Rebatendo críticas europeias quanto ao clima insalubre de Brasil e Chile, Abrantes e Pérez Rosales defenderam que ambos os países possuíam espaços propícios para a colonização.

Abrantes inicia suas considerações citando uma nota do Barão de Reden – Chefe da Estatística do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de Berlim (Abrantes, 1846, p.13) – cuja visão negativa sobre o estabelecimento de colônias no Brasil gerou preocupação. Na perspectiva do intelectual, a única região propícia para receber europeus estava localizada no Sul do Brasil, sobretudo nas Províncias de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, “tanto á respeito das circunstancias geographicas como do clima” que “são recomendáveis para colonias agrícolas de Alemaens” (Abrantes, 1846, p.60), enquanto o restante do território deveria ser observado com uma série de ressalvas, sendo mais recomendado que os imigrantes se dirigissem para os Estados Unidos.

Percebendo que há depreciação do clima brasileiro, Abrantes argumenta da seguinte forma:

A'esta des-favoravel opinião, dominante na classe que pensa e dirige a multidão, acresce que as Companhias que vivem da emigração quase exclusiva para a America do Norte, receozas de que se ella desvie para o Brazil, tem o cuidado de avivar de quando em quando nas gazetas, mais lidas pela gente commum, a lembrança da miseria, ja encontrada por muitos, e que aguarda a todos os colonos que para la se destinarem; assim como de exagerar **os ardores do nosso clima, contrario á saude dos Alemaens**, a difficuldade de adquirir terras e achar emprego entre nos, a existencia da escravatura que obsta ao desenvolvimento do trabalho livre (Abrantes, 1846, p. 13). [Grifo meu].

Ou seja, na interpretação de Abrantes, quem estaria interessado nessa representação do Brasil como espaço insalubre para os alemães eram os donos de companhias de colonização que levavam imigrantes para os Estados Unidos. O autor retoma o assunto ao final da sua obra, onde apresentou seis pontos que seriam essenciais para alavancar um processo de colonização nas terras devolutas brasileiras. O quarto ponto volta a tratar do clima e da geografia. Para Abrantes, a demarcação e venda de terras deveria ser feita, o quanto antes,

em alguns pontos do litoral de S. Paulo, do Continente de S. Catharina, e do Rio Grande do Sul, e de paragens mais accessiveis das outras Provincias. Ouso asseverar, que a primeira porção de terras que for exposta á venda, mormente fora dos trópicos, achará compradores na Alemanha, e será logo occupada por bons colonos. Ao primeiro ensaio desta natureza, que não deixará de ser bem succedido, seguir-se-hão outros e outros; e desde que for conhecido na Europa o bom exito dos colonos assim estabelecidos, poderemos contar com a perene emigração de braços livres para as nossas Provincias (Abrantes, 1846, p. 40).

Para aprofundar o assunto, Abrantes ainda inseriu uma nota de rodapé para explicar o que entendia sobre a colonização em regiões tropicais. Para isso argumenta:

Bem que o Sabio R. de la Sagra (Histoire Phis. Et Polit. De l'Isle de Cuba 1844) acade de sustentar que os Europeos podem trabalhar entre os Tropicos sem perigo de vida; **he com tudo certo que a opinião contraria, e de longa data, prevalece na Europa**. O Governo Inglez, cujos actos tem a maior influencia, como que deo ganho de causa aos que entendem que a raça branca não serve para a cultura das Antilhas, pois não so conservou nelas os emancipados, mas proca introduzir novos Africanos á titulo de colonos. Outros sabios, que tem grande autoridade por viagens e observaçoens que fizeram, não aconselhão aos Europeos das regioens septemtrionaes que se vão estabelecer em paizes proximos do Equador; e entre os que assim pensão figura o celebre e veneravel Barão de Humboldt, residente aqui. Entretanto ninguem duvida do prospero futuro das regioens da America situadas na Zona torrida; admitindo todos, que os filhos dos Europeos, nascidos nas vizinhanças dos Tropicos podem trabalhar sem risco em qualquer paragem da mesma Zona. Isto posto seria prudente da nossa parte, **que favorecessemos desde ja a emigração para as Provincias meridionaes do Imperio, afim de que se va organizando nellas o trabalho livre**, eformando o viveiro de colonos aclimatados, que devão substituir, em tempo, aos braços escravos na cultura das Provincias do Norte (Abrantes, 1846, p.40). [Grifo meu].

Há vários elementos dessas passagens que precisam ser analisados. O primeiro e mais perceptível trata do destaque dado por Abrantes às províncias localizadas no Sul do Império. Segundo Salomon (2005), durante a metade do século XIX, ocorre uma mudança conceitual importante acerca dessa região do território nacional. Na nomenclatura, as regiões antes denominadas de “meridionais” passam a ser designadas por outros conceitos e outras ideias, como é o caso de “Sul do Brasil”. A única referência que Abrantes faz à “Províncias meridionaes” está contida na citação acima; no restante da sua obra, a expressão é substituída por “Províncias do Sul do Império”. Essa ideia está em sintonia com outros trabalhos publicados no período, como é o caso de *Ideen zu einem Vereine zum Schutze und zu Uterstützung deutscher Einwanderer in Südbrasilien* [Ideias fundamentais para uma emigração sistemática para o sul do Brasil], escrito por Johann Jakob Sturz em 1845; *Südbrasilien in seinen Beziehungen zu deutschen Auswanderung und Kolonisation* [O sul do Brasil em suas relações com a emigração e colonização alemã], escrito por Hermann Blumenau, em 1850 e *Südbrasilien. Ein Handbuch zur Belehrung Jedermann, insbesondere für Auswanderer* [O sul do Brasil. Um livro de instrução para todos, em especial para os emigrantes], de Hörmeier, escrito em 1857 (Salomon, 2005, p.103). O que estas obras têm em comum é a percepção do Sul do Brasil como um espaço propício para receber imigrantes alemães. A região, delimitada e circunscrita em um espaço preciso, teria as características ideais para a imigração com europeus. Para Salomon,

a condição para se pensar a especificidade de uma determinada região em relação ao clima que lhe é característico, torna-se possível com a constituição na Alemanha no início do século XIX, da geografia como ciência, através de Karl Ritter e Alexander von Humboldt. Sabe-se que com Humboldt constitui-se a biogeografia, ou seja, uma geografia botânica e uma geografia zoológica, cujo objeto de estudos é justamente “a repartição das plantas segundo os climas”. O interesse de Humboldt, o que veremos publicado em *Kosmos* a partir de 1845, é precisamente o de estudar “a vida sobre a terra e as relações da vida com o meio físico”. Sem dúvida, a biogeografia torna possível que se fale na especificidade do clima no sul do Brasil em relação ao Império e das suas características, como meio físico, através das influências exercidas sobre os emigrantes que ali podem ser estabelecidos (Salomon, 2005, p.106).

As províncias que passam a compor o sul do Brasil são as mesmas que faziam parte do Brasil meridional. Todavia, as diferenças estão circunscritas nas associações que passam a ser feitas sobre esse espaço biogeográfico, cujo clima saudável e propício para o desenvolvimento de uma vida em pleno equilíbrio era contraposto aos trópicos, no qual a insalubridade do seu clima seria prejudicial à saúde dos imigrantes (Salomon, 2005). As afirmações de Abrantes também trazem em seu bojo marcadores raciais. Na sua concepção, depois de um período de adaptação ao clima subtropical brasileiro, os colonos estariam aptos a trabalhar em regiões mais

quentes, como São Paulo e Minas Gerais, substituindo, com o tempo, os africanos escravizados – transformando as relações de trabalho com vistas a introduzir o trabalho livre no Império.

O que não está dito nessa passagem é a ideia pré-concebida de Abrantes acerca dos malefícios que o clima tropical viria a causar nas populações originárias dessas regiões – caso de grande parte das populações latino-americanas e africanas – e as possíveis consequências que este poderia ter sobre os europeus. O tema em questão possui ampla discussão. Francisco Bethencourt (2015) compreende que há um processo longo de representações sobre as diferentes populações humanas desde o início da Modernidade, período em que se percebe com maior clareza a caracterização dos seres humanos oriundos dos diferentes ambientes. É desse período que data também a construção da divisão geográfica do mundo em continentes, segunda a qual se desenvolveu, pela primeira vez, uma série de características que descreviam americanos, europeus, asiáticos e africanos. Segundo Bethencourt, “em 1570, Abraão Ortélio publicou o primeiro atlas impresso relevante do mundo, *Theatrum Orbis Terrarum*, uma das obras mais vendidas da altura, apesar do custo, com quarenta e uma edições impressas até 1612” (Bethencourt, 2015, p.100). Esse atlas trazia uma representação dos continentes, segundo a qual,

a Europa está sentada à frente do frontão. Segura um cetro na mão direita e, na esquerda, qual leme, tem uma cruz assente no topo de um grande globo. Atrás dela crescem parras e uvas sobre uma treliça em arco, sublinhando-lhe a fertilidade e a riqueza. Esta figura da Europa é a única sentada, totalmente vestida e calçada. A posição de domínio é ainda definida pela representação de dois globos (celestial e terreno) em cada lado do frontão, com os símbolos da prodigalidade e do trabalho (o prato e a cabeça de boi) no entablamento imediatamente abaixo. A Ásia ocupa a segunda posição, bastante abaixo, mas à direita da Europa, de pé no pedestal de “mármore” do portal, à frente de uma coluna. Usa um toucado elegante, está adornada com pedras preciosas e enverga roupas belas, embora semitransparentes, que lhe revelam o corpo. Está descalça e tem um turíbulo na mão esquerda. A terceira posição, à frente da coluna à esquerda da Europa, é destinada a África, com uma posição simétrica à da Ásia. A África é representada como uma mulher quase nua, com uma fia na cabeça e um pedaço de tecido largo transparente à volta das ancas que mal lhe cobre o sexo. Os raios do Sol rodeiam-lhe a cabeça, sublinhando a etimologia grega da palavra etíope como rosto queimado. Na mão direita segura um ramo de madeira perfumada – uma referência ao Egito retirada diretamente da *Cosmographia* de Sebastian Münster. O único fenótipo estereotipado é o nariz. A África está representada de perfil, numa referência à tradição romana de personificar o Egito como perfil de mulher em moedas e medalhas. Nas versões coloridas deste frontispício, a África está representada em castanho-escuro. A quarta posição é ocupada pela América, no fundo do portal, à frente do pedestal, deitada quase nua, com uma maçã estilizada na mão direita, enquanto com a esquerda exhibe a cabeça decepada de uma vítima de canibalismo. A única “roupa” da América é uma fiada de penas em torno da cabeça. Apresenta ainda outros dois ornamentos exóticos: pedras preciosas engastadas na testa e um anel de pequenos sinos à volta de uma perna. Por baixo do corpo estão um arco e duas flechas, que a mostram como guerreira amazona. Ao seu lado está o busto nu de uma mulher no topo de uma coluna que mostra uma chama. Isso representa a Terra do Fogo a mítica quinta parte australiana do mundo indicada nos mapas de Ortélio e inspirada pelo mapa-múndi revolucionário publicado



em 1569 por Gerardo Mercator. A cena exótica fica completa com a rede pendurada na parede atrás das figuras da América e da Austrália” (Bethencourt, 2015, p.100-101).

O programa iconográfico desse atlas revela a percepção estereotipada europeia acerca dos demais continentes, originados no contato colonialista inaugurado pelo que Bethencourt chama de “exploração oceânica”. O que é mais perceptível nesse primeiro atlas são as características atribuídas aos continentes africano, americano e asiático: ambos são representados por mulheres seminuas, distantes do centro da tela e que denotam algum tipo de submissão. Como Bethencourt demonstra no decorrer de seu trabalho, esse atlas serviu de base para a construção de diversos estereótipos sobre as civilizações não europeias. Com o decorrer do tempo, foram inseridas as hierarquias, por Linnaeus, a degeneração humana, por Buffon e a naturalização das desigualdades, por Gobineau. Todas essas concepções, com suas variações, foram construídas a partir de denominadores comuns, como o atlas de Abraão Ortélio. Assim, essas descrições estereotipadas dos seres humanos serviram de base para o desenvolvimento de representações posteriores, que passaram a englobar, além de características como cor, vestimentas e organização social, as relações dos seres humanos com a natureza e com o clima - que passaram a ser percebidos, sob o prisma da racialização, como marcadores raciais.

As aceções mais depreciativas da relação entre o clima e as capacidades cognitivas dos seres humanos se desenvolveram sobre o continente africano a partir de uma série de oposições: o Norte, no qual o clima era seco e frio e o Sul no qual o clima era quente e úmido. Mais próximo da Europa, no norte do continente, os homens seriam sadios e belos, enquanto no Sul os homens eram doentes, feios e frágeis. Essa relação se daria, entre outros motivos, pelo clima tórrido, que deixava os corpos negros e frágeis sujeitos a males como a gangrena, epilepsia e diarreias. Ao Norte, os corpos, isentos de doenças, teriam uma coloração mais rosada (Priore; Venâncio, 2004, p.58). Essa concepção, como demonstrou Bethencourt (2015), atravessou os séculos e foi resignificada constantemente. Seja por viajantes, naturalistas, botânicos ou intelectuais e políticos, tais ideias serviram de base para justificar o colonialismo em diferentes períodos. Na pena de Kant, as condições ambientais condicionavam as capacidades humanas. O frio úmido sempre estava associado à população da Europa Setentrional, o frio seco à pele acobreada americana, o calor húmido aos negros da Senegâmbia e o calor seco à pele de um tom azeitona-amarelado dos indianos (Bethencourt, 2015, p.347). De forma hierárquica, os europeus sempre são relacionados aos climas frios e húmidos, que seriam mais propícios ao desenvolvimento intelectual; característica raramente encontrada em outras regiões do globo, onde prevaleciam os climas quentes e úmidos ou quentes e secos.

Essas representações influenciaram de forma significativa as representações sobre o continente americano e por isso, como reclamou Abrantes, a ideia de que o Brasil seria um país com clima insalubre o incomodou. No bojo dessa discussão, está a ideia de racialização, porque o clima passou a estar relacionado com as capacidades cognitivas dos seres humanos. Desde Montesquieu, a inferioridade da América foi posta em relação com o clima, “as instituições e os costumes, sendo a escravidão, a poligamia e o despotismo considerados formas características dos países quentes” (Ventura, 1988, p.46). Além disso, o clima do continente também estaria relacionado com a predisposição da população ao alcoolismo e à concubinação. Em contraposição, “na América do Norte o clima temperado atrairia povos laboriosos e livres, favorecendo a cultura pacífica e sedentária, na zona tórrida do continente, a escravidão e as monarquias absolutas seriam os efeitos diretos das condições naturais” (Ventura, 1988, p.46). Por isso o esforço de Abrantes em construir a ideia de um lugar ideal para receber imigrantes europeus. O Sul do Império passa a constituir esse espaço, onde o clima frio e húmido estaria em conformidade com o modo de vida europeu, dando melhores condições para sua adaptação e posterior desenvolvimento da agricultura, comércio e demais atividades de cunho social e econômico.

Pérez Rosales parte do mesmo princípio para abordar as potencialidades regionais chilenas para a imigração com europeus – sendo o autor um defensor da biogeografia chilena. Pérez Rosales faz parte do grupo de intelectuais que pretendia construir uma imagem positiva do território chileno, contraposta à parte significativa dos cronistas que percorreram o território durante o período colonial (Baeza, 2008). Para o autor, “Chile es uno de los países mas favorecidos en esto por la naturaleza. En su clima benigno i templado, no existen aquellas enfermedades endémicas que son el azote de la humanidad en otras partes” (Pérez Rosales, 1854, p.38). O autor se refere a gangrena, epilepsia, febres e diarreias, muito presentes em países tropicais. Além disso, Pérez Rosales salienta que “en su suelo no se encuentran ni animales penzoñosos, ni plagas de zancudos, ni fiera alguna que pueda turbar la tranquilidad del solitario habitante de los bosques” (Pérez Rosales, 1854, p.38). Essas características positivas do território chileno seriam essenciais para um país que pretendia receber um contingente significativo de europeus oriundos do norte da Europa. E o exemplo prático dessa relação entre o clima e as migrações europeias poderia ser percebida em Valdivia, onde

existen varios emigrados que alhagados con ventajas conocidas, se habían trasladado a Coquimbo i a Santiago, i que no pudiendo sufrir el calor para ellos insoportables de nuestro norte, lo han abandonado todo por el cielo fresco i humedo de aquella Provincia. Esta indicacion pudiera aprovechar a los que pretenden hacer venir

emigrados por su cuenta. El norte de la Europa solo puede proporcionar habitantes a nuestro sur (Pérez Rosales, 1854, p.38-39).

De tal modo, Pérez Rosales também aposta no argumento de que o clima frio e húmido do sul do território chileno é propício para imigrantes europeus. Nesse sentido, tanto Abrantes como Pérez Rosales realizam essas discussões a partir de uma concepção racializada da geografia e dos climas, cujas diferenciações serviram para hierarquizar os diferentes seres humanos, desde o continente africano até o europeu. As aptidões, qualidades e características estão em diálogo com as variações climáticas. E de tal modo, é notável o esforço que os autores fazem para aproximar as condições climáticas sulinas de Brasil e Chile das estadunidenses – onde o clima e a geografia favoreceriam a vinda de imigrantes laboriosos e livres, compatíveis com a imagem do imigrante ideal que construíram –, criando assim uma região ideal para a imigração e colonização com europeus.

O contexto intelectual do século XIX, marcadamente a partir de obras imigrantistas, denota a produção de diversas narrativas similares e que compõe o mosaico racializado que está em consonância com as discussões sobre a vinda de imigrantes europeus para as Américas. Os marcadores raciais estão presentes a partir de diversas formas, mas de maneira mais perceptível a partir de variações como a percepção de que os europeus seriam populações mais “inteligentes” e “industriosas” (Wappaüs, 1851, p.209). Outros exemplos são encontrados a partir do breve panorama descrito abaixo.

Na Argentina, Sarmiento publicou a obra *Facundo: civilización y barbarie*, em 1845, e mesmo que o tema central da obra não seja imigração e colonização, tratou de defender a vinda de imigrantes europeus para o território argentino. Fez isso a partir de uma crítica a Juan Manuel Rosas, na qual atacou sua política centralizadora e sua hostilização à imigração estrangeira. Para Sarmiento, a chave para o desenvolvimento econômico e social estava sedimentada na vinda de imigrantes europeus para a Argentina. Em 1852, Juan Bautista Alberdi publicou *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*, a partir do qual defende que “governar es poblar”, dedicando um capítulo inteiro da obra sobre o assunto. Dentro desse debate, insere-se a vinda de europeus para trazer o progresso e a cultura para a América do Sul, no qual defende que “la Europa nos traerá su espíritu nuevo, sus hábitos de industria, sus prácticas de civilización, en las inmigraciones que nos envíe” (Alberdi, 1916, p.97).

No Brasil, o tema foi amplamente debatido ao longo do Oitocentos, com a especificidade de que no Império a discussão sobre a vinda de imigrantes europeus era feita ao lado da substituição do trabalho com escravizados pelo trabalho livre. Em 1821, João Severino

Maciel da Costa publicou *Memoria sobre a Necessidade de Abolir a Introdução dos Escravos no Brasil; sobre o Modo e Condições com que esta Abolição se Deve Fazer; e sobre os Meios de Remediar a Falta de Braços que ela Pode Ocasionalar*, no qual questiona o tráfico e o sistema escravista e apresenta o negro como inimigo, em função de sua natureza bárbara. Seu argumento seria de que a escravidão deveria ser gradualmente substituída pelo trabalho livre com a introdução de imigrantes europeus. Em 1826, José Eloy Pessoa da Silva publicou *Memoria sobre a Escravatura e Projecto de Colonisação dos Europeus e Pretos da Africa no Imperio do Brazil*, propondo assim como Costa a gradual abolição da escravidão mediante a inserção de europeus e africanos – estes deveriam ser trazidos da Costa Ocidental do ocidente, onde a Inglaterra estava a civiliza-los. O próprio Visconde de Abrantes, em 1835 publicou *Memoria sobre o estabelecimento d’uma companhia de Colonisação nesta Província [Bahia]*, no qual questionava “a funesta necessidade de Africanos” (Almeida, 1835, p.3) e propunha a introdução de imigrantes europeus oriundos de Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Suíça e França.

No Chile, Ignacio Domeyko publicou *Memoria sobre la colonizacion en Chile*, no ano de 1850, na qual defende a vinda de agricultores europeus para ocupar as terras devolutas chilenas. Considerava que o Sul do território deveria ser explorado para esse empreendimento, em decorrência de seu clima se adequar melhor com os europeus e reiterava que essa era uma aposta concreta para atrair o “progreso moral e intelectual” (Domeyko, 1850, p.4). Anos depois, Benjamin Vicuña Mackenna publicou *Bases del informe presentado al Supremo Gobierno sobre la inmigracion extranjera*, em 1854. O autor argumentou que a imigração deveria ser pensada como um grande processo civilizatório, que transformaria por completo os sistemas produtivos, a sociedade e a economia chilena, alavancando-a como potência do continente. Ao lado disso, entendia que a imigração seria fundamental para criar zonas de contato entre europeus e indígenas, com o intuito de civilizar esses povos e afirmando que os melhores imigrantes seriam de origem alemã, por serem considerados por seu “carácter, como individuo de uma raza especial, como ciudadano de una comunidad política, como ser, enfin, sujeto a ciertos hábitos i a ciertas necesidades” (Mackenna, 1854, p.40).

Nesse sentido, o interesse em atrair imigrantes europeus ultrapassava as fronteiras de Brasil e Chile, tendo ressonâncias também em países como a Argentina – e outros países do continente, como o Uruguai, a partir de 1890, no Paraguai, a partir de 1872 e no Peru, a partir de 1832. O que há em comum nessas narrativas é a naturalização de que os europeus eram racialmente superiores e possuíam as características necessárias para civilizar as nações recém independentes da América Latina. As especificidades nacionais demonstram os diferentes

interesses que estavam em jogo na metade do XIX, condicionadas pelo contexto internacional de migrações europeias.

### **Considerações finais**

O presente texto teve como objetivo refletir sobre as discussões racializadas acerca do clima e da geografia vinculados às discussões sobre imigração e colonização entre as décadas de 40 e 50 da América Latina do século XIX. Para tanto, foram exploradas obras produzidas por intelectuais latino-americanos durante o período.

A análise evidenciou que os autores construíram suas argumentações a partir de uma perspectiva racializada, que serviu para legitimar sua defesa na imigração com imigrantes europeus. As concepções apresentadas estavam sedimentadas nas ideias científicas que foram desenvolvidas desde o início da modernidade, com maior ênfase para autores como Linnaeus – o qual defendeu que os seres humanos possuíam qualidades e capacidades que diferiam conforme o continente de nascimento, dando preponderância ao continente europeu e desqualificando os demais seres humanos –, Buffon – cujo princípio da inferioridade do continente americano foi apresentado em *Historie Naturelle* – e Humboldt – que apesar de defender a exuberância da natureza americana desqualifica sua população.

Tais conotações ficaram evidenciadas a partir dos trechos selecionados para a análise. Primeiro, através da descrição dos imigrantes ideais. A nacionalidade foi um dos marcadores raciais mais preponderante. A escolha retórica dos autores se concentrou no imigrante alemão. A ele eram atribuídas qualidades como resignação, aptidão para o trabalho, bom colono, industrioso, amor pela família e inteligência. Segundo, a partir da desqualificação das populações nacionais. Os autores percebiam as sociedades latino-americanas como inferiores. Sem a imigração europeia, dificilmente se poderia esperar que as nações se transformassem em países civilizados e modernos. Isso porque ambos partiam do pressuposto que as populações eram desqualificadas para tal. No Brasil, os africanos eram vistos como sinônimo de barbárie e incapazes de participar da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. No Chile, as populações nacionais e os povos indígenas também eram percebidas sob o mesmo prisma e tal como Pérez Rosales defendeu, sem a imigração europeia não se poderia esperar algum avanço na área econômica e nem na área social e cultural. Terceiro, através da construção de regiões adequadas para receber imigrantes europeus. Os autores defenderam que os imigrantes europeus deveriam ser alocados nas regiões localizadas nas regiões sulinas da América Latina, pois o clima frio e húmido era propício para a melhor aclimatação dos imigrantes e ao mesmo

tempo condizia com um espaço que proporcionava condições para o desenvolvimento intelectual. A construção desse espaço territorial ideal estava relacionada com as condições climáticas que os imigrantes encontrariam nos Estados Unidos; ou seja, apontar que havia lugares parecidos na América Latina poderia despertar o interesse dos imigrantes.

Essas características que marcam a narrativa sobre os imigrantes, as populações nacionais e as condições climáticas possuem antecedentes hierárquicos racializados. A aptidão do colono europeu é contraposta à indolência e a preguiça dos povos americanos e africanos. O clima frio e húmido do sul dos países é contraposto ao clima quente dos trópicos, no qual os seres humanos estariam sujeitos a doenças, ao alcoolismo e à concubinação. Novamente, a característica climática europeia favorece as capacidades cognitivas dos seres humanos enquanto o clima quente dos trópicos os condiciona a diversos vícios. Com isso, ficou perceptível os autores manipularam diferentes proposições teóricas para defender um projeto de imigração e colonização com imigrantes europeus. Essas proposições partiam do pressuposto da hierarquização dos seres humanos, que estavam racializadas e foram utilizadas para viabilizar projetos políticos de ocupação territorial.

## Referências

ABRANTES, Visconde de. **Memoria sobre os meios de promover a colonisação**. Berlim: Typographia de Unger Irmãos, 1846.

ABRANTES, Visconde de. **A missão especial do Visconde de Abrantes**. De outubro de 1844 á outubro de 1846. Rio de Janeiro: Imprensa da casa Imperial, 1853.

ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. **Memoria sobre a cultura do tabaco**. Bahia: Typographia do diário, 1835.

ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. **Memoria sobre o estabelecimento d'uma companhia de colonisação nesta província**. Bahia: Typographia do diário, 1835.

Alberdi, Juan Bautista. **Bases y puntos de partida para la organización política de la República de Argentina**. Buenos Aires: La Cultura Argentina, 1916.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Dois estudos sobre imigração e racismo**. São Paulo: Annablume, 2012.

AZEVEDO, Célia Martinho de. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BLUME, Welington Augusto. **As inúmeras faces de um escrito: análise da obra "Memória sobre os meios de promover a colonisação"**, do Visconde de Abrantes. [Trabalho de Conclusão de Curso]. UNISINOS, 2017.

BLUME, Welington Augusto. **Memórias imigrantistas: Abrantes, Pérez Rosales e seus escritos. Brasil e Chile. Século XIX**. [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-graduação em História. São Leopoldo, 2020.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: das cruzadas ao século XX**. Lisboa: Temas & Debates/Círculo de Leitores, 2015.

Costa, João Severino Maciel da. **Memoria sobre a Necessidade de Abolir a Introdução dos Escravos no Brasil; sobre o Modo e Condições com que esta Abolição se Deve Fazer; e sobre os Meios de Remediar a Falta de Braços que ela Pode Ocasionar**. 1821.

DOMEYKO, Ignacio. **Memoria sobre colonización en Chile**. Santiago: Imprenta Julio Belén y Ca., 1850.

FASSIN, Didier. Nem Raça, nem Racismo: o que Racializar significa. In: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). **Emancipação, Inclusão e Exclusão: desafios do passado e do presente**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

MACKENNA, Benjamin Vicuña. **Bases del informe presentado al Supremo Gobierno sobre la inmigracion extranjera**. 1854

NORAMBUENA, Carmen. **Política y legislacion inmigratoria en Chile**. 1830 – 1930. Universidad de Santiago de Chile: Santiago, 1990.

ODDONE, Juan. **Fuentes uruguayas para la historia de la inmigración italiana**. Estudios Interdisciplinarios De América Latina Y El Caribe, 3(1),1992, 83-92. Disponível em: <http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/1273>

PANIAGUA, Edson Romario Monteiro Paniagua; COLVERO, Ronaldo Bernadino; PINTO, Muriel. A geopolítica e a política externa do Império brasileiro na região platina no século XIX (1844 – 1864). In: **Estudios Históricos**. CDHRPyB. Año VII, Nº 15. Uruguay, 2015. Disponível em: <http://www.estudioshistoricos.org/15/eh%201507.pdf>

PALAU, Tomás; PÉREZ, Noemia; FISCHER, Sara. **Inmigración y emigración en el Paraguay 1870 – 1960**. BASE Investigaciones Sociales IPGH, Instituto Panamericano de Geografía e Historia. Asunción, 1997. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Paraguay/base-is/20120911120450/Doc90.pdf>

Pratt, Mary Louise. **Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato Pinto. **Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

PÉREZ ROSALES, Vicente. **Diario de un viaje a California: 1848-1849**. Sociedad de bibliófilos chilenos. Santiago, 1949.

PÉREZ ROSALES, Vicente. **Ensayo sobre Chile**. Introducción y notas de Rolando Mellafe, Santiago, Ediciones de la Universidad de Chile, 1986.

PÉREZ ROSALES, Vicente. **Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion**. Santiago: Imprenta de Julio Belin, 1854.

PÉREZ ROSALES, Vicente. **Recuerdos del pasado (1814-1860)**. Tomo I e II. Santiago: Editorial Andrés Bello; Sociedad Editora Revista ERCILLA Ltda, 1983.

SALOMON, Marlon. O clima, a imigração e a invenção do Sul do Brasil. In: ARRUDA, Gilmar (Orgs.). **Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas**. Londrina: Eduel, 2005.

Sarmiento, Domingo Faustino. **Facundo: civilización y barbarie**. 1845.

SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. In: **Revista brasileira de Ciências Sociais** - vol. 26 n° 77, São Paulo, outubro de 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n77/07.pdf>

SEYFERTH, Giralda. A noção de raça no Brasil. In: ZANINI, Maria Catarina Chitolina (orgs.). **Por que “raça”?:** Breves reflexões sobre a questão racial no cinema e na antropologia. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007.

SEYFERTH, Giralda. **Colonização, imigração e a questão racial no Brasil.** Revista USP, n. 53, p. 117-149, 2002.

SEYFERTH, Giralda. Colonos morigerados e estrangeiros irreduzíveis. Representações contraditórias sobre os imigrantes no Brasil. In: BAHIA, Joana; SANTOS, Mirian (Orgs.). **Migrações, redes e trajetórias entre a Alemanha e o Brasil.** Porto Alegre: Letra&Vida, 2015.

SEYFERTH, Giralda. **Estudos sobre a imigração alemã no Brasil.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

Silva, José Eloy Pessoa da. **Memoria sobre a Escravatura e Projecto de Colonisação dos Europeus e Pretos da Africa no Imperio do Brazil.** 1826

VENTURA, Roerto. **Leituras de raynal e a ilustração na América Latina.** Estudos avançados. vol.2 n°3. São Paulo Sept./Dec. 1988. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141988000300003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000300003)



# **MIGRAÇÕES ATUAIS, EXILADOS E REFUGIADOS**

# Migrações atuais nas histórias em quadrinhos: possibilidades para o ensino de História<sup>1</sup>

Fabian Filatow<sup>2</sup>

## Introdução

Sou professor de História na rede municipal de ensino de Esteio (RS). Muitos estudantes estrangeiros estão matriculados na escola Oswaldo Aranha, onde leciono. No passado recente, estudantes de outras nacionalidades também frequentaram esta unidade escolar. Estas experiências fomentaram inquietações sobre a necessidade de aproximar as pesquisas acadêmicas sobre imigração com a Educação Básica. Neste sentido, nossa proposta será refletir sobre imigrações, refugiados e o ensino de história através das histórias em quadrinhos (HQ's).

Almejando construir um diálogo entre imigrações e ensino de história selecionei algumas HQ's que abordam a imigração sendo estas utilizadas para refletir e fazer conhecer o universo da imigração e seus desdobramentos. Tais obras foram publicados para dar visibilidade e denunciar a situação vivenciadas pelos refugiados. Alguns dos materiais selecionados oportunizam um olhar mais individualizado das trajetórias pessoais, demonstrando os impactos da imigração nas vidas dos seus protagonistas.

No âmbito teórico-metodológico, o presente estudo encontra-se orientado pelos trabalhos de Zygmunt Bauman (2017) e de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2016). Partindo destes, realizaremos análises das HQ's selecionadas e apresentaremos os seus recursos para o estudo das migrações.

## 1. Alguns dados sobre imigração contemporânea.

Segundo a Organização das Nações Unidas, 2,5 mil imigrantes da África e do Oriente Médio morreram ou desapareceram na travessia do Mar Mediterrâneo tentando chegar à Europa até 23 de setembro de 2023. Estes dados representam um aumento de dois terços se

---

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no XVI Encontro Estadual de História da ANPUH-RS em 2022 e publicada nos Anais do evento com o título *Migrações e Ensino de História: reflexões sobre as possibilidades das histórias em quadrinhos em sala de aula* (Disponível em: <https://www.eeh2022.anpuh-rs.org.br/site/anais>). Esta nova versão foi revista e ampliada.

<sup>2</sup> Pós-Doutor em História (UFRGS). Doutor em História (PUCRS). Graduado e mestre em História (UFRGS). Professor de História na Rede Municipal de Ensino da Prefeitura de Esteio/RS. Professor de História na Rede Estadual do Rio Grande do Sul. E-mail: [fabianfilatow@gmail.com](mailto:fabianfilatow@gmail.com)

comparados com o mesmo período do ano de 2022, quando foram registrados 1.680 casos de pessoas mortas ou desaparecidas<sup>3</sup>.

Casos semelhantes foram registrados em travessias que tinham como meta chegar ao Sul da Europa. Entre 1º de janeiro e 24 de setembro de 2023, um total de 186 mil migrantes chegaram a Itália, Grécia, Chipre e Malta. Destes, aproximadamente 130 mil foram para a Itália, registrando um aumento de 83% em comparação com o mesmo período do ano de 2022<sup>4</sup>.

No âmbito escolar também é possível identificarmos o fluxo migratório contemporâneo. Do início do ano letivo do ano de 2023 até o mês de setembro, a escola Oswaldo Aranha registrou 18 estudantes estrangeiros matriculados.

Tabela 1. Estudantes estrangeiros (EMEB Oswaldo Aranha – Esteio/RS)

Estudante	País de Origem	Matrícula	Série
1 (M)	Venezuela	cursando	1º Ano
2 (M)	Venezuela	cursando	2º Ano
3 (F)	Venezuela	transferida	2º Ano
4 (F)	Venezuela	cursando	2º Ano
5 (M)	Venezuela	cursando	2º Ano
6 (M)	Venezuela	transferido	2º Ano
7 (F)	Venezuela	cursando	3º Ano
8 (M)	Venezuela	cursando	4º Ano
9 (M)	Venezuela	cursando	4º Ano
10 (M)	Venezuela	transferido	5º Ano
11 (F)	Venezuela	cursando	6º Ano
12 (M)	Venezuela	cursando	6º Ano
13 (F)	Venezuela	cursando	6º Ano
14 (M)	Venezuela	cursando	7º Ano
15 (M)	Venezuela	cursando	8º Ano
16 (M)	Venezuela	cursando	9º Ano
17 (M)	Venezuela	transferido	9º Ano
18 (M)	Venezuela	cursando	6º Ano (ingresso em 26/09/2023)

**Fonte:** A presente tabela foi elaborada pelo autor para fins de amostragem da realidade escolar. Os nomes dos estudantes foram suprimidos para manter a privacidade. Legenda: (M) Masculino. (F) Feminino. Dados coletados na secretaria da escola. Data: 29 de setembro de 2023.

Alguns destes estudantes, do 1º ao 5º Ano, não foram alfabetizados ou encontram-se em processo de alfabetização tardia. Muitos estavam afastados das suas respectivas escolas nos seus países de origem por estarem em processo imigratório ou devido a pandemia da Covid-19. A realidade é que alguns sabem falar o espanhol, mas não sabem escrever ou ler neste idioma.

<sup>3</sup> Fonte: <https://revistaforum.com.br/global/2023/9/28/imigracao-25-mil-morreram-ou-desapareceram-em-travessia-do-mediterraneo-144931.html> (Acesso em 28/09/2023).

<sup>4</sup> <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/09/28/mais-de-2500-migrantes-morreram-ou-desapareceram-no-mediterraneo-em-2023-alerta-onu.ghtml> (Acessado em 29.09.2023)

Com o auxílio do professor de espanhol da escola, existe um momento no qual estes estudantes reúnem-se para estudar o idioma português.

Os estudantes estrangeiros permanecem pouco tempo na escola. Podemos identificar 13 meninos e 5 meninas matriculados. Entre eles há graus de parentesco. A maioria está em território brasileiro a pouco mais de um ano. A faixa etária encontra-se entre os 7 e os 14 anos.

Acreditamos que estes dados, internacionais e locais, contribuem para uma melhor compreensão da imigração na atualidade. Antes de analisarmos as HQ's acreditamos ser prudente apresentar, mesmo que de forma sucinta, nossa compreensão sobre ensino de história e histórias em quadrinhos. E, a partir destas, apontarmos as possibilidades dos usos das HQ's para o estudo da imigração e seus desdobramentos.

## **2. Ensino de história e histórias em quadrinhos**

Não é de hoje que nos deparamos com reflexões sobre os múltiplos usos dos quadrinhos no ambiente escolar. Mas é necessário estar ciente de que esta mídia apresenta peculiaridades, ou seja, agregam diferentes aspectos da comunicação, tanto visual quanto verbal. Assim,

A configuração geral da revista de quadrinhos apresenta uma sobreposição de palavra e imagem e, assim, é preciso que o leitor exerça as suas habilidades interpretativas visuais e verbais. As regências da arte (por exemplo, perspectiva, simetria, pincelada) e as regências da literatura (por exemplo, gramática, enredo, sintaxe) superpõem-se mutuamente. A leitura da revista em quadrinhos é um ato de percepção estética e de esforço intelectual. (Eisner, 1989, p. 8).

As histórias em quadrinhos têm muito a contribuir com o desenvolvimento das competências e habilidades que fazem parte das exigências do ensino de história na Educação Básica. Sua compreensão exige decifrar imagens, compreender “sons”, perceber os diferentes tempos e espaços da narrativa. Ou seja, é necessário compreender a presença do múltiplo numa HQ. Nesse sentido “a alfabetização na linguagem específica dos quadrinhos é indispensável para que o aluno decodifique as múltiplas mensagens neles presentes e, também, para que o professor obtenha melhores resultados em sua utilização” (Vergueiro, 2016, p. 31).

Não podemos nos esquecer que as HQ's são produtos fabricados pela sociedade, assim como toda fonte histórica (Barros, 2020, 2019; Pinsky, Luca, 2009; Pinsky, 2018; Rodrigues, 2017) utilizada em sala de aula também esta pode oferecer uma significativa contribuição para o desenvolvimento do conhecimento histórico. Pois,

(...) ensinar História é estabelecer relações interativas que possibilitem ao educando elaborar representações sobre os saberes, objetos de ensino e da aprendizagem. O ensino se articula em torno dos alunos e dos conhecimentos, e as aprendizagens dependem desse conjunto de interações. Assim, como nós sabemos, ensino e

aprendizagem fazem parte de um processo de construção compartilhada de diversos significados, orientado para a progressiva autonomia do aluno. (GUIMARÃES, 2012, p. 166-167)

As histórias em quadrinhos podem contribuir com a construção do conhecimento. Esta mídia exige dos estudantes uma atitude ativa, permitindo a formulação de diversos questionamentos e reflexões. O grande desafio da educação é, no nosso entender, contribuir para a formação de indivíduos autônomos do ponto de vista da capacidade de construir conhecimento e saberes, principalmente, de saber utilizá-los na vida cotidiana. No passado, o importante era dominar o conhecido, hoje, o foco está em dominar o desconhecido. A educação visa contribuir para que o sujeito consiga desenvolver habilidades e competências para serem aplicadas diante de situações que lhe são impostas. Entre estes desafios está a competência para compreender as imigrações e os seus desdobramentos. E mais, saber se colocar no lugar do outro, a prática da alteridade e da empatia.

### **3. Imigrações e HQ's: possibilidades para o ensino de história**

No presente tópico, destacaremos alguns quadrinhos que abordam a temática da imigração e apresentaremos suas possibilidades para o ensino de história.

#### *3.1 A odisseia de Hakim – da Síria até a França*

A obra *A odisseia de Hakim*, escrita pelo francês Fabien Toulmé, é composta por três volumes. O primeiro é intitulado *A odisseia de Hakim: Da Síria à Turquia* (TOUMÉ, 2020). O segundo traz a sequência da viagem em *A odisseia de Hakim: Da Turquia à Grécia* (TOUMÉ, 2020) e o último volume, *A odisseia de Hakim: Da Macedônia à França* (TOUMÉ, 2021) narra a viagem até sua chegada na França. A trilogia narra a história real de um jovem sírio que vivenciou os horrores da guerra na Síria, motivo pelo qual deixou seu país natal. A obra inicia-se em 2011 e acompanha Hakim até o ano de 2015 quando ele se reúne com sua família na França.

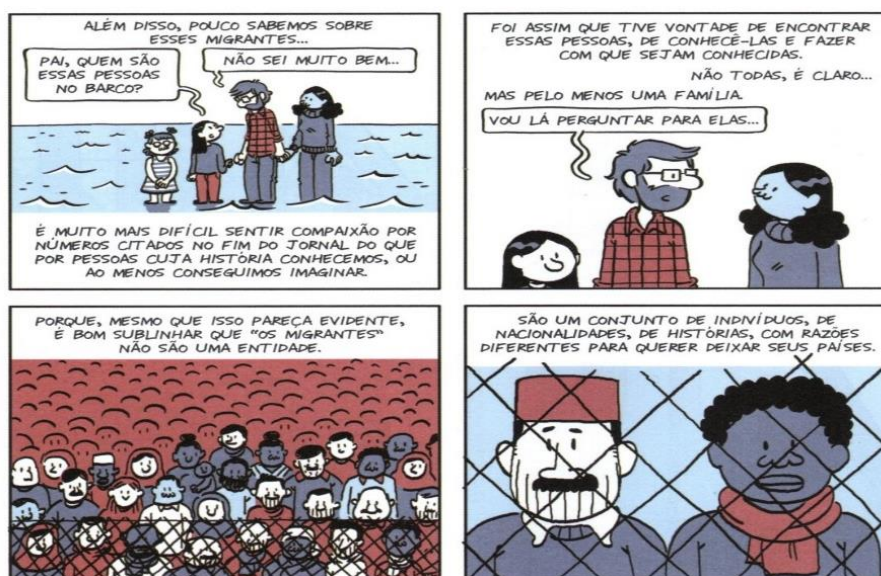
Na obra temos acesso a informações da vida pessoal de Hakim: seu casamento; atividade profissional; conhecemos seus filhos e ficamos a par de questões familiares. É uma obra que narra, através de testemunhos, parte da vida de Hakim, do seu cotidiano abruptamente alterado pelo conflito em seu país de origem.

A trajetória de Hakim e sua família demonstra a dura realidade vivenciada por todos e todas que, por diferentes motivos, tiveram que deixar seu país e sair em busca de um novo lugar para viver. Os volumes foram produzidos partindo de entrevistas realizadas entre o protagonista

e o autor dos quadrinhos. Temos a oportunidade de abordar o recurso da entrevista, o uso da história oral no contexto da sala de aula. Temos acesso a imagens do entrevistado e do entrevistador em diálogos nos quadrinhos, inclusive fazendo uso do gravador. Salientar que o relato oral, o testemunho e o relato de vida, também se configuram em fontes históricas e que fazer uso destas informações mediadas por um suporte teórico-metodológico também é uma das possibilidades para que se produza conhecimento histórico.

Ainda explorando a narrativa destacamos as inúmeras manobras que devem ser realizadas para ultrapassarmos as barreiras dos idiomas. O uso de um tradutor foi necessário para que a história de Hakim pudesse ser compartilhada, divulgada, denunciada. Por fim, destaco a presença de crianças na obra, como o filho de Hakim, o pequeno o acompanha em toda a jornada e também vivencia as dores e os sofrimentos da condição de imigrante primeiramente e, posteriormente, de refugiado. Nas sequências selecionadas, temos a importância do conhecer para compreender.

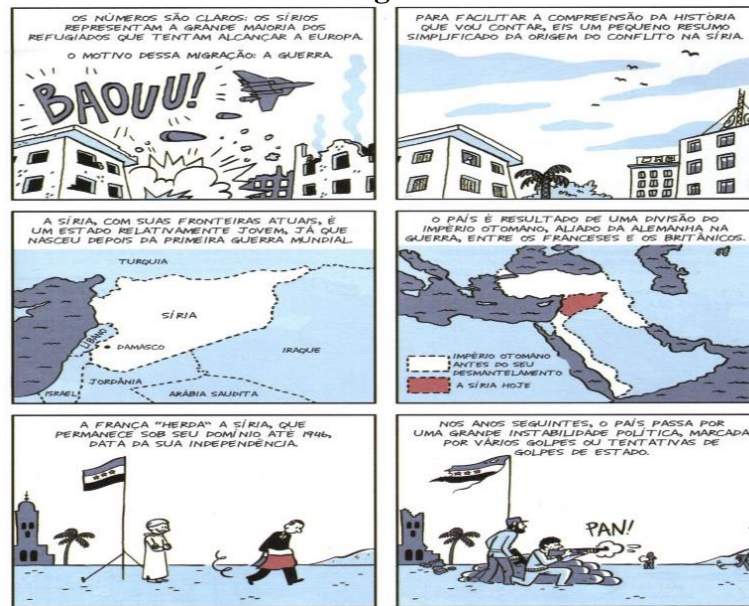
### Imagem 1



Fonte: Toulmé, vol. 01, 2020, p. 10.

Na seleção acima temos questões importantes para serem refletidas em sala de aula. Destaco a definição genérica de imigrante ou refugiado. Os imigrantes ou refugiados têm suas individualidades e suas histórias pessoais apagadas ou silenciadas pelo simples uso da expressão “são imigrantes” ou “são refugiados” nos meios de comunicação. Através da *Odisseia de Hakim* podemos conhecer pelo menos uma destas histórias individuais com mais detalhes.

## Imagem 2

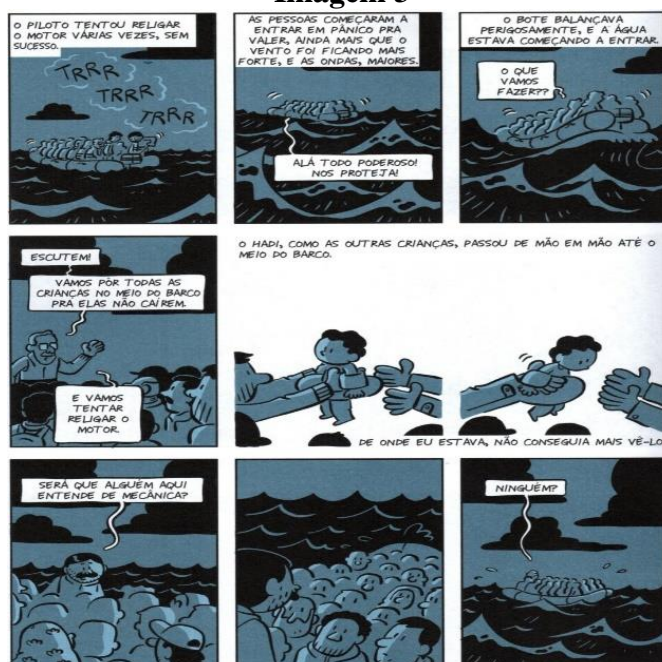


Fonte: Toulmé, vol. 01, 2020, p. 11.

Na imagem 2 destaca-se a preocupação em oferecer uma localização geográfica da Síria e uma breve história do país, bem como dos conflitos contemporâneos lá ocorridos. Contextualiza-se geográfica e historicamente o cenário da narrativa para o leitor.

Nas imagens 3 e 4 as cenas nos permitem identificar a presença do medo, da angústia e os sofrimentos vivenciados pelos imigrantes e refugiados. Os desdobramentos também se fazem presentes, tais como a xenofobia e o preconceito.

## Imagem 3



Fonte: Toulmé, vol. 02, 2020, p. 204.

## Imagem 4



Fonte: Toulmé, vol. 03, 2021, p. 144.

Enfim, *A odisseia de Hakim* oferece inúmeras possibilidades para discutirmos a temática da imigração. Pode contribuir para uma construção da alteridade e da empatia. Podemos nos questionar sobre os motivos que contribuíram para que alguém assumisse a condição de refugiado. Sobre quais foram as dificuldades enfrentadas pelos refugiados ao ingressarem em outro país, lugar ou região. Pensar a questão do racismo, do preconceito e da xenofobia que estão no contexto das imigrações. É possível promover a reflexão sobre o nacionalismo que muitas vezes é percebido nos discursos de ódio contra as pessoas em situação de imigrantes ou refugiados.

### 3.2 Refugiados, a última fronteira

A segunda obra que mencionarei é intitulada *Refugiados, a última fronteira*, da britânica Kate Evans (2018). Retrata o cotidiano dos refugiados que se dirigiram para a cidade portuária de Calais, na França, no ano de 2015. Já na abertura da obra temos:

Em 2015, mais de um milhão de refugiados chegaram à Europa (e pelo menos três mil trezentos e setenta e cinco pessoas morreram ao longo do caminho). Dessa expressiva massa humana, milhares de pessoas afluíram para Calais, na França, tentando realizar a perigosa travessia para a Inglaterra. Esta é uma parte muito pequena da história delas. (Evans, 2018, p. 6.)

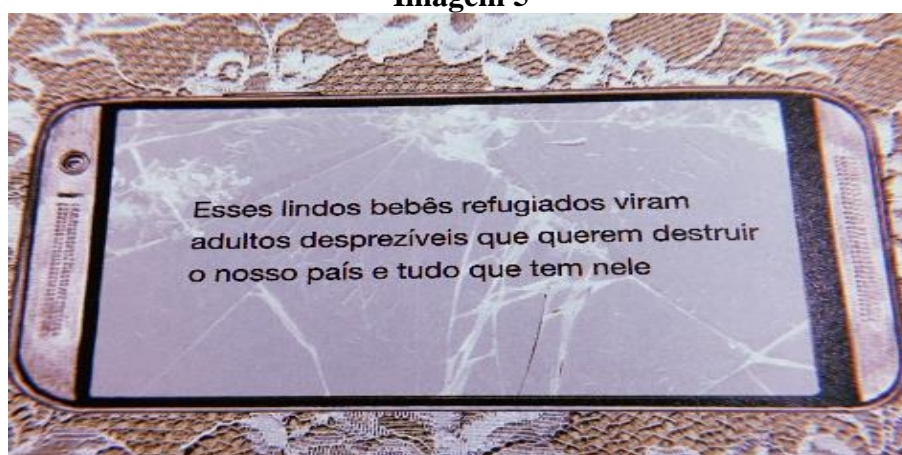


A história está datada entre o dia 1º de outubro de 2015 e a primavera de 2016. Calais é uma cidade portuária reconhecida por sua histórica indústria de rendas, renda esta que se faz presente na história como fio condutor da narrativa. A cidade portuária foi o destino de muitos refugiados vindos do Oriente Médio e da África que almejavam imigrar para o Reino Unido.

Uma outra cidade surgiu dentro de Calais, nomeada de “selva”. Era uma comunidade de contêineres e barracas, com a presença de ratos e lixo, sem saneamento ou segurança. Evans moveu-se para dentro desta comunidade unindo reportagem documental com histórias em quadrinhos e produziu uma obra que incorpora denúncias e fatos comoventes. A obra busca humanizar as pessoas que estão na “selva”, relatando suas histórias e vivências. Há relatos de violência, de perseguição, de privação, de medo, mas também existe espaço para a esperança e o desejo de uma vida mais justa e igualitária.

Para demonstrar o pensamento de ódio existente na sociedade naquele momento a autora fez uso das mensagens recebidas em seu celular. Estas foram impressas na HQ em forma de tela de celular contendo os textos oriundos de diferentes pessoas e lugares.

**Imagem 5**



Fonte: Evans, 2018, p. 32.

A reprodução das mensagens do celular dialoga com nossos estudantes. Permite evidenciar que o universo virtual é real e pode ter sérias consequências nas vidas das pessoas.

Em outra cena, temos uma referência a líder da extrema-direita francesa Marine Le Pen. Ela teria realizado um discurso de ódio, no qual se opõem aos imigrantes e refugiados: “Bravos guerreiros da resistência! Ela exorta a multidão como se os moradores locais fossem a resistência francesa enfrentando bravamente a invasão muçulmana”. (Evans, 2018, p. 10). A solução, retratada no discurso de Le Pen, é a implementação de fronteiras maiores. Ela classifica

os franceses como parte de uma resistência, culpando os próprios migrantes pelas violências e privações sofridas. Temos xenofobia associada ao nacionalismo extremado.

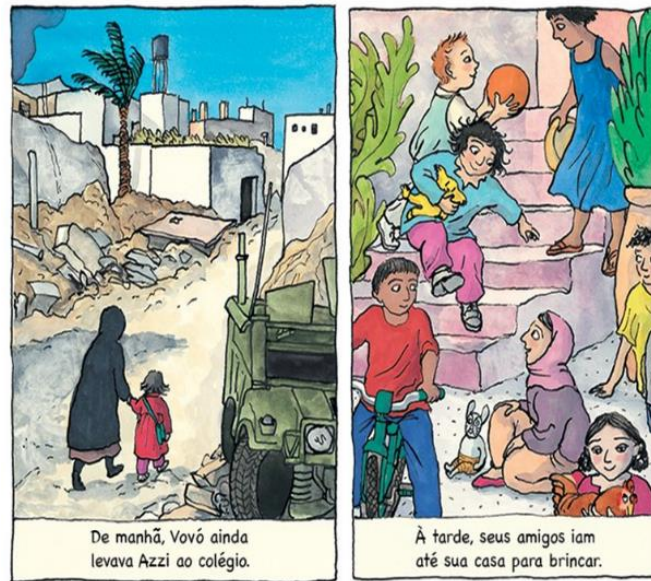
### *3.3 Um outro país para Azzi*

*Um outro país para Azzi*, escrito pela inglesa Sarah Garland (2012), é uma HQ que busca apresentar a imigração a um público mais jovem. Publicada originalmente na França, traz uma história ficcional tendo como cenário o Oriente Médio mas sem nomear um país específico. Apresenta a realidade de uma criança refugiada em processo de adaptação em um novo país, numa nova comunidade, em uma nova sociedade. Retrata as dificuldades para compreender uma cultura diferente. A narrativa é construída sob aspectos do real, ou seja, o país no qual a família vivia estava em guerra, fato que obrigou a família a deixar sua terra natal e procurar outro lugar para sobreviver. Temos a desconstrução do universo infantil, ou seja, rupturas com familiares – a avó de Azzi fica no local de origem enquanto ela e seus pais buscam refúgio em outro país.

A HQ retrata cenas de conflito onde identificamos soldados marchando e conquistando o país. Helicópteros sobrevoam as casas gerando o medo. Retrata a arriscada jornada em busca de um refúgio seguro. A travessia de barco, o medo das ondas no mar e do escuro. Os sons dos diferentes idiomas, das palavras desconhecidas por Azzi e seus pais. A obra aborda a inserção de Azzi na sua nova escola.

Esta HQ tem como ponto importante evidenciar a imigrante ou refugiado em idade infantil. Poucas vezes paramos para refletir sobre os impactos da imigração na vida das crianças e dos jovens. A mudança de país, cultura, idioma, família, escola e amigos e colegas. Além do medo e da angústia sofridos e vivenciados por estes sujeitos numa idade que por si só já é muito delicada e decisiva em muitos casos.

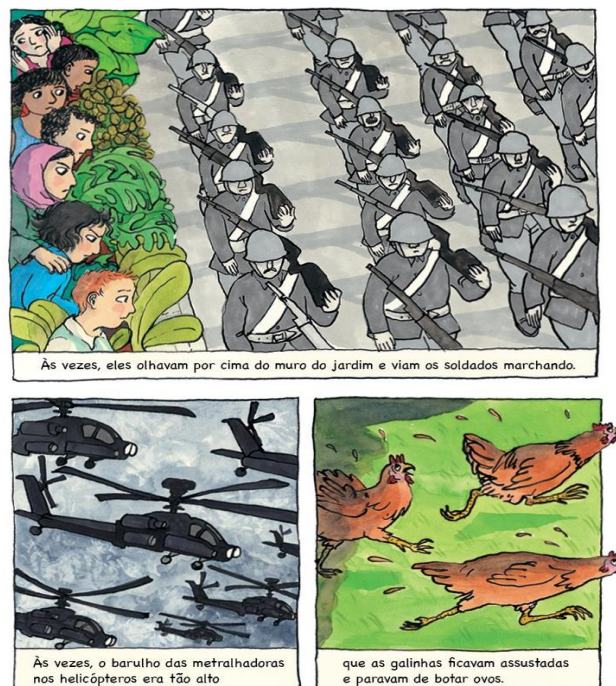
### Imagem 6



4

Fonte: GARLAND, 2012, p. 4 e 5.

### Imagem 7



5

Fonte: GARLAND, 2012, p. 4 e 5.

A história em quadrinhos aborda duas questões relevantes numa sala de aula: mudança e resiliência. A maior parte da narrativa desta HQ se desenrola num ambiente escolar e em torno desta temática para Azzi. A história se aproxima da vivência dos nossos estudantes. Pode ser um excelente instrumento para adentrarmos na temática da imigração.

### 3.4 Sala de espera da Europa: uma história de refugiados

Aimée de Jongh, quadrinista holandesa, produziu a HQ intitulada *Sala de espera da Europa: uma história de refugiados* (2022). O trabalho é uma reportagem em quadrinhos que retrata sua viagem e estadia no campo de refugiados na ilha grega de Lesbos, em outubro de 2017. No campo de refugiados câmeras fotográficas não eram permitidas. Assim, surgiram os desenhos que retrataram aquela realidade e as condições dos refugiados que lá se encontravam.

A obra documenta tanto os moradores e seus lugares de descanso e de refeições, quanto as dificuldades cotidianas vivenciadas por pessoas que encontram-se a espera de ingressar na Europa. Menciona também os diferentes transtornos afetivos nas crianças. Toda esta vivência é transmitida pelas cenas que compõem a HQ.

Imagem 7



Fonte: Jongh, 2022, p. 15.

Imagem 8



Fonte: Jongh, 2022, p.16.

### 3.5 Imigração e refugiados: através do tempo.

Neste último tópico iremos apresentar algumas HQ's que abordam a imigração e temas relacionados em diferentes temporalidades e espacialidades. A proposta visa evidenciar que a imigração é um tema presente ao um longo tempo na história da humanidade.

Joe Sacco é um nome de referência nas HQ's reportagens. Mencionamos duas histórias intituladas “Os indesejáveis”. Estas foram compiladas na obra *Reportagens* (2016). Em suas páginas o autor retrata a imigração africana na ilha de Malta. A obra apresenta as dificuldades dos que se aventuram a imigrar para chegar até a ilha atravessando o Mar Mediterrâneo. Aborda, igualmente, o medo e apreensões dos malteses frente a chegada de um significativo número de imigrantes.

Em *When stars are scattered* (Jamieson; Mohamed, 2020), temos a história de dois irmãos, Omar e Hassan, que cresceram em um campo de refugiados em Dadaab, no Quênia, separados de sua mãe. Relata a difícil vida naquele lugar e as dificuldades em se obter acesso a cuidados médicos. A HQ conta a história do ex-refugiado Omar Mohamed, nascido na Somália e divulgada em formato de quadrinhos por Victoria Jamieson. Retrata a vida difícil na época do campo de refugiados. No final da HQ temos a informação sobre a formação na graduação de Omar na Universidade do Arizona, nos Estados Unidos.

A história em quadrinhos *Scape from Syria* (Kullab; Roche; Freiheit, 2020) segue a longa jornada de 6 anos de uma família de refugiados. É uma obra fictícia, porém partindo de experiência real. A narrativa é contada por Amina, uma jovem adolescente. A residência da família ficava na cidade de Aleppo, na Síria. Esta foi destruída num bombardeio, fato que forçou a se retirarem do país em busca de segurança. Imigraram para o Líbano, onde foram residir nos campos de refugiados lá existentes. A HQ relata a luta constante da família em encontrar alimentos, por acesso à educação e outros recursos básicos, muitos destes negados pelo governo libanês. A família fictícia pode ser compreendida como uma reunião de diferentes pessoas que a jornalista iraquiana Samyra Kullab conheceu quando trabalhava como jornalista no Líbano, na Cisjordânia, na Turquia, no Iraque e em Gaza. A jornalista restringiu suas informações a experiência dos personagens como refugiados. Destacando os impactos dos conflitos sobre as pessoas que tiveram que fugir motivados pela guerra e violência. Sentimentos como raiva e medo estão presentes na narrativa. Aborda o tema do casamento como forma de obter segurança no campo de refugiados. Através da embaixada do Canadá em Beirut a família conseguiu imigrar para o Canadá em 2016. Um novo país, uma nova cultura. Alguns elementos podem servir como referência para o trabalho com os estudantes, tais como o uso do celular, do youtube, das vídeo chamadas e a importância do estudo e da escola na vida da jovem Amina na sua nova vida no Canadá, preparando-se para quando a guerra terminar e finalmente poder retornar para o seu país natal. A busca por se encontrar neste novo país, de superar a sensação de desconectados, é uma marca deste quadrinho.

Toronto, Canada, 2017.

This is our stop.

What has the hardest part been for you, Dad?

In Syria, I knew who I was. I knew the logic of the place, even when there was war.

But here, I'm swimming in an ocean and I'm still searching for my footing. (Kullab; Roche; Freiheit, 2020 p. 85)<sup>5</sup>

Para concluir este item, mencionarei três histórias em quadrinhos de maneira sucinta. Acredito que sejam oportunas para demonstrar o tema da imigração ao longo do tempo e os efeitos na vida das pessoas que vivenciam esta experiência. Abordam a percepção da infância, lembradas e recontadas na fase adulta.

Em *O melhor que podíamos fazer: memórias gráficas*, de Thi Bui (2017), temos a história do autor nascido no Vietnã e que imigrou para os Estados Unidos quando ainda era

---

<sup>5</sup> “Toronto, Canadá, 2017. Esta é a nossa parada. Qual foi a parte mais difícil para você, pai? Na Síria, eu sabia quem eu era. Eu conhecia a lógica do lugar, mesmo quando havia guerra. Mas aqui, estou nadando no oceano e ainda estou procurando o equilíbrio.” (Livre tradução)

criança. A HQ aborda a busca por um futuro melhor e o saudosismo pelo passado. Explora, em suas páginas, a angústia da imigração e os efeitos a longo prazo causados pelo deslocamento na vida de uma criança. Em sua obra Thi Bui retratou a fuga de sua família, após a queda do Vietnã do Sul, na década de 1970.

Em *Ao redor do Sol*, de autoria de Talessak (2022). A autora utiliza-se das memórias de sua avó e de fatos reais para narrar a vida de imigrantes japoneses no Brasil do período da Segunda Guerra Mundial até o ano de 1954. Uma obra que pode contribuir para trabalhar a relação entre memória (FELIX, 2004; TEDESCO, 2004, 2011) e História e aprofundar as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes japoneses no Brasil daquele período conturbado tanto da história brasileira quanto mundial.

Por fim, *Fujie e Mikito*, de Yuri Andrey e Marcelo Costa (2019). Retrata a vida dos Fukutas, imigrantes japoneses no Brasil. Apresenta as dificuldades enfrentadas pelo imigrantes através dos anos. É uma obra que contribui para o estudo da imigração japonesa no país. Nesta obra a motivação para a imigração é a carestia e os problemas econômicos vividos pela família no Japão. A HQ é oportuna para ampliarmos nosso olhar sobre os motivos que contribuem para a imigração.

### **Apontamentos finais**

Para encaminharmos um fechamento, retomo a afirmativa de que é possível utilizar-se das HQ's como fonte para o estudo e o ensino da História. Já faz um longo tempo que a historiografia vem demonstrando a utilização de novas fontes para a pesquisa histórica. Atualmente é comum o uso de jornais, fotografias, documentos policiais, processos crimes, prontuários médicos, depoimentos, cinema entre outros documentos como fontes históricas. E os resultados são excelentes. Mas estes documentos não foram produzidos por historiadores, nem mesmo redigidos visando serem utilizados para a pesquisa histórica. O mesmo vale para as HQ's. Elas são produções culturais. Produtos da cultura humana ao longo do tempo. Logo, a crítica a esta mídia, deste documento, de não ser uma fonte histórica não tem espaço na atualidade. É necessário avançarmos na discussão teórico-metodológico para explorá-las cada vez melhor para a produção do conhecimento histórico.

Assim sendo, com as histórias em quadrinhos aqui apresentadas, temos a ênfase no sujeito individual, nomeando-o, inserido no seu contexto, uma pessoa comum que vivenciou um contexto traumático e violento que desestabilizou sua história social e sua vida familiar. Muitas dessas históricas ficam por vezes perdidas e homogeneizadas quando retratadas como de

forma genérica como número de refugiados num gráfico do telejornal, por exemplo. Com a leitura e análise das histórias em quadrinhos podemos identificar as dificuldades, os problemas vividos por aqueles(as) que buscaram um novo lugar para viver.

Fica evidenciado os resultados destes grandes conflitos que fomentam as marchas migratórias forçadas e o que essa realidade impacta na vida pessoal, familiar e nas relações sociais dos sujeitos. Presenças das lembranças do passado, perspectivas sobre o presente e planos para o futuro, relações de afeto que foram desfeitas e reconstruídas, as relações familiares. Todas estas questões permeiam as narrativas e podem ser temas de discussão e trabalhados em sala de aula.

Fazendo uso das histórias em quadrinhos aqui mencionadas promovemos um olhar microscópico, ou seja, elencamos um caso, sim, a história em quadrinho relata um caso, mas é um caso ímpar, singular, único, mas certamente devem existir outras tantas histórias e relatos que ficaram no esquecimento ou foram silenciadas, afundados na massa disforme nomeada refugiados, imigrantes. Quase sempre apresentados pela grande mídia como pessoas sem rostos, sem identidade, sem nomes, apenas números.

A utilização destas histórias em quadrinhos contribui para promovermos no ambiente sala de aula da Educação Básica um refinamento conceitual pertinente ao tema das imigrações, a questão do nacionalismo, do racismo, xenofobia, preconceito, diversidade cultural, mundo do trabalho, dos direitos humanos, refugiados.

Enfim, acredito que esta atividade tenha importância para cada estudante, pois o/a instrumentaliza diante dos inúmeros discursos que são veiculados em outras mídias.

## Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Xenofobia**: medo e rejeição ao estrangeiro. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

ANDREY, Yuri; COSTA, Marcelo. **Fujie e Mikito**. São Paulo: Mino, 2019.

BARROS, José D'Assunção. **A fonte histórica e seu lugar de produção**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BUI, Thi. **O melhor que podíamos fazer: memórias gráficas**. São Paulo: Nemo, 2017.

EISNER, Will. **Quadrinhos e arte sequencial**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

EVANS, Kate. **Refugiados: a última fronteira**. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2018.



- FELIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. 2ed. Passo Fundo: UPF, 2004.
- GARLAND, Sarah. **Um outro país para Azzi**. São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2012.
- GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia Lima (orgs.). **Questões da teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- JAMIESON, Victoria; MOHAMED, Omar. **When stars are scatered**. New York, USA: Dial Books, 2020.
- JONGH, Aimée de. **Sala de espera da Europa: uma história de refugiados**. São Paulo: Conrad, 2022.
- KULLAB, Samya; ROCHE, Jackie; FREIHEIT, Mike. **Scape from Syria**. Richmond Hill, Canada: Firely Books, 2020.
- PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.
- RODRIGUES, Rogério Rosa. **Possibilidades de pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 2017.
- SACCO, Joe. **Reportagens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 115 – 163.
- TALESSAK. **Ao redor do Sol**. São Paulo: Minski Editora, 2022.
- TEDESCO, João Carlos. **Passado e presente em interfaces: introdução a uma análise sócio-histórica da memória**. Passo Fundo; Ed. Universidade de Passo Fundo; Xanxerê: Ed. Universidade do Oeste de Santa Catarina; Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2011.
- TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.
- TOULMÉ, Fabien. **A odisseia de Hakim. Da Síria à Turquia**. vol. 1. São Paulo: Nemo, 2020.
- TOULMÉ, Fabien. **A odisseia de Hakim. Da Turquia à Grécia**. vol. 2. São Paulo: Nemo, 2020.
- TOULMÉ, Fabien. **A odisseia de Hakim. Da Macedônia à França**. vol. 3. São Paulo: Nemo, 2021.
- VERGUEIRO, Waldomiro. A linguagem dos quadrinhos uma alfabetização necessária. In: RAMA, Angela; VERGUEIRO, Waldomiro. **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 7-29.

## **Mobilidades forçadas: os impactos da guerra da Ucrânia no refúgio contemporâneo e para a comunidade internacional**

Henrique Schlumberger Vitchmichen, Henrique<sup>1</sup>  
Tiago Boruch<sup>2</sup>

### **Introdução**

Apesar de históricas, as dinâmicas e tensões entre Rússia e Ucrânia ganharam contornos distintos tanto para os atores principais, quanto diante da geopolítica mundial, a partir da autonomia ucraniana proclamada em 1991 após a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Perpassando momentos posteriores, como a retirada do arsenal nuclear russo da região (processo este concluído em 2004), a Revolução Laranja ocorrida no mesmo ano, que opôs mais uma vez russos e ucranianos em âmbito diplomático (quando o candidato vencedor das eleições e apoiado pela Rússia, Viktor Yanukovich, foi acusado de fraudes no pleito e teve que se retirar frente ao seu rival Viktor Yuschenko (2005-2010), e a Crise da Crimeia iniciada em 2014, após a anexação da Península da Crimeia pelos russos, todas as tensões culminaram na invasão ao território ucraniano, implementada em fevereiro de 2022.

Submetendo boa parte da região à destruição generalizada de sua infraestrutura, e mais ainda, impactando diretamente a vida de milhares de pessoas, a Guerra da Ucrânia que já se estende por quase dois anos, promoveu nesse meio tempo não apenas o mais grave conflito em solo europeu desde a Segunda Guerra Mundial, mas também a mais extensa crise de refugiados ucranianos desde 1945 com o fim do conflito. Essa massiva onda de deslocados, promoveu não apenas uma grave situação humanitária na região, mas para boa parte do mundo, em especial no continente europeu, onde países precisariam se mobilizar para o acolhimento dos necessitados, além disso, organismos internacionais, especialmente a ONU através do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) foram acionados para vigilância e ajuda humanitária às vítimas da guerra.

É vital questionar também, se a mobilização necessária para o acolhimento dos deslocados foi de fato equitativa entre os países europeus. Muitas vezes, vemos uma disparidade nas respostas, com alguns países assumindo uma carga desproporcional, enquanto outros relutam em participar. Isso levanta questões históricas sobre a solidariedade e cooperação

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS-UFPR) e Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGH-UEPG). E-Mail: [henrique-sv@hotmail.com](mailto:henrique-sv@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Mestre em História pela Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO). E-Mail: [boruch.tiago@gmail.com](mailto:boruch.tiago@gmail.com)

internacional, elementos fundamentais em situações de crise humanitária. E não apenas no caso ucraniano, observa-se que os discursos e políticas de acolhimento adotados não são simétricos, se formos analisar o conflito russo-ucraniano em comparação com outros, especialmente vindouros do Oriente Médio, e de regiões do continente africano. Nesse sentido, discursos de ódio, racistas e xenófobos, contra minorias e/ou certas etnias, tendem a se projetar no debate público, e se organizar muitas vezes de acordo com agendas políticas de diferentes grupos, estes que justamente em momentos de crise e dramas humanitários, atingem extensas localidades e vidas humanas, assim: “[...] observou-se que grupos ligados à extrema direita divulgam informações falsas sobre supostos crimes cometidos por refugiados negros, com a intenção de que “regressem ao seu país”, um claro exemplo de frivolidade num contexto tão duro como o atual”. (Sánchez, 2022, tradução nossa)<sup>3</sup>.

Compreende-se que a catástrofe humanitária que vêm acometendo milhares de ucranianos desde 2022, entrelaça-se com uma questão mais ampliada, que é a crescente onda de exilados, apátridas, deslocados e fugitivos de guerra no mundo. Seja por conta de regimes autoritários, guerras ou desastres de toda sorte, o fato é que a crescente violência no mundo, coloca em xeque lideranças e práticas humanitárias, mais ou menos eficientes, para o acolhimento aos necessitados.

Diante da problemática dos deslocamentos forçados, e levando em conta outras que englobam os direitos humanos e suas preservações fundamentais, atentando-se sobretudo aos organismos que visam o resguardo dos vitimados, o artigo visa compreender os impactos do conflito na produção do deslocamento contemporâneo e as decorrentes discussões e debates internacionais que se fazem presentes no cenário mundial.

Os deslocamentos forçados não apenas representam a tragédia individual de milhões, mas também testam a humanidade coletiva. Silva (2017, p. 164) reitera que: “A questão migratória, assim como outros parâmetros de cunho social, cada vez mais, tem evidenciado um contexto em expansão, em que uma série de direitos tem sido contestada e retirada”. Em cada pessoa deslocada à força, vemos não apenas a urgência de resposta, mas uma necessidade fundamental de construir um mundo onde a busca por refúgio não seja apenas mais uma narrativa comum.

---

<sup>3</sup> Además, se advirtió que grupos vinculados a la extrema derecha dispersan información falsa sobre presuntos delitos cometidos por refugiados de color, con la intención de que sean “devueltos a su país”, una clara muestra de frivolidad en un contexto tan duro como el actual (Sánchez, 2022, p. 02).

## 1. A guerra da Ucrânia

Antes de adentrarmos na questão dos deslocamentos em particular, é importante darmos algum panorama ao leitor sobre a Guerra da Ucrânia, e como ela se desenvolveu desde o efetivo início, sobretudo em seus efeitos geopolíticos mais ampliados. Faz-se pertinente salientar que, como se trata de um evento demasiadamente recente, e que ainda se coloca como processo inconcluso, as análises aqui colocadas, longe de estabelecerem algum senso de “verdade única” estão postas como uma possibilidade de abertura de diálogo e troca de ideias, levando em conta as complexidades e pluralidades da conjuntura russo-ucraniana.

Como afirma Romano Carmona (2022, p. 89) quando coloca sobre os embates:

Podemos afirmar que a eclosão da guerra na Ucrânia em 24 de fevereiro de 2022 representou um “acelerador de tendências” já pré-existentes, como a crise na globalização, as tensões sobre as cadeias produtiva e o imperativo dos fatores de segurança nacional na “grande estratégia” das principais potências ocidentais.

Frisamos o que o autor coloca em conta a respeito das tensões cada vez mais agravadas dos últimos tempos, principalmente em relação as constantes crises político-financeiras que permeiam boa parte do mundo, as crescentes desigualdades sociais, o descontentamento generalizado, e o estabelecimento de novos acirramentos geopolíticos entre diferentes regiões.

Esses eventos<sup>4</sup> que colocaram em perspectiva a “Nova Ordem Mundial” estabelecida no pós-guerra fria pelos Estados Unidos e aliados ocidentais, podem servir para complementar as análises a respeito dos crescentes movimentos de violência global das últimas décadas, mas especialmente no caso russo-ucraniano, salientamos como ponto focal a Crise da Crimeia em 2014 (que diretamente opôs as duas nações e mobilizou o mundo para isso, de uma forma não antes vista desde o encerramento da era soviética), e o constante avanço da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) nas fronteiras geopolíticas do leste europeu sob influência russa<sup>5</sup>:

A atual guerra na Ucrânia, portanto, se origina de uma combinação de fatores, que vão da cosmovisão nacional russa a respeito do que representa esse país para sua própria nacionalidade, combinada com a expansão contínua da OTAN à esfera de influência da Rússia, cuja “linha vermelha”, na argumentação de Moscou, foi a ameaça da incorporação à instituição militar norte-atlântica (Carmona, 2022, p. 92).

---

<sup>4</sup> Alguns outros exemplos para o desgaste do campo sociopolítico e econômico: Crise financeira de 2008, Brexit (2016), a eleição de Donald Trump (2016) e o crescimento da extrema-direita mundial (principalmente a partir de 2013), e a pandemia de Covid-19 (2020).

<sup>5</sup> Nesse caso em específico, o aceno da OTAN e da UE para os ucranianos no contexto da Crise da Crimeia de 2014, foi substancial para as posteriores reações russas, inclusive a eclosão da guerra de 2022.

Essa análise destaca a complexidade das razões por trás do conflito, indo além das questões geopolíticas e abordando elementos culturais e identitários que desempenham um papel significativo na compreensão do panorama atual na região.

### *1.1 A guerra efetiva e seus deslocamentos*

O ponto inicial dos conflitos, deu-se na região de Donbass, no leste ucraniano. Essa mesma região, composta pelas autointituladas “repúblicas populares”<sup>6</sup> de Donetsk e Luhansk, foi o ponto de entrada das forças militares russas em solo ucraniano, nesse sentido em se tratando da primeira frente efetivada no leste do país, a conquista de Donetsk, território majoritariamente compostos por grupos etnicamente russos, seria um dos objetivos centrais do Kremlin.

Seguindo em outras frentes e avançando pelo país, com conquistas na cidade de Kherson (próximo ao Rio Dnipro) e outros territórios metropolitanos, como Odessa, o objetivo central de Moscou, ao menos nos primeiros meses de guerra, estava focado na tomada da capital ucraniana Kiev, e em uma eventual deposição do governo de Volodymyr Zelensky:

Aparentemente, o objetivo inicial russo com o ataque a Kiev foi obrigar as tropas ucranianas a se dividirem, pela importância central que tem, para qualquer país, a defesa de sua capital. Contudo, se forem corretas as declarações do chanceler russo no início de julho na reunião da Liga Árabe no Cairo, que o objetivo russo é a deposição do regime de Kiev, será inevitável a retomada, como objetivo militar, da conquista de Kiev, o que por certo prolongaria a guerra em muitos meses ou até anos. (Carmona, 2022, p. 94).

Observamos nas palavras de Carmona, que a perspectiva de retomar a conquista de Kiev como um objetivo militar, se confirmada, aponta para uma possível prolongação do conflito, aumentando a complexidade e as ramificações do cenário, com implicações não apenas para as partes envolvidas, mas também para a estabilidade regional e internacional. No entanto, a menção às declarações do chanceler russo, indicando o objetivo de deposição do regime de Kiev, adiciona uma camada política à dinâmica do conflito.

### *1.2 A guerra no cenário internacional*

A partir da invasão russa em fevereiro, a reação da comunidade internacional foi imediata, apesar de divergente entre seus membros. Enquanto países aliados de longa data do Kremlin, como Belarus, terem permanecido ao lado da Rússia, alguns outros ou escolheram uma situação de neutralidade estratégica, como a China, ou abertamente condenaram a invasão,

---

<sup>6</sup> As autointituladas repúblicas populares de Donetsk e Luhansk, proclamaram o desejo de separação do governo ucraniano de Kiev, ainda em 2015, no contexto das reverberações da Crise da Crimeia iniciada um ano antes.

como Estados Unidos e grande parte dos países ocidentais e membros da OTAN. Em fato, uma boa demonstração do posicionamento geopolítico internacional materializou-se em sessão da Assembleia Geral da ONU datada de 02 de março de 2022. A resolução aprovada, condenando a invasão da Ucrânia pela Rússia, terminou com 141 votos a favor da condenação, trinta e cinco abstenções, e cinco votos contrários, estes últimos, proferidos por Rússia, Belarus, Síria, Coreia do Norte e Eritreia.

Nos meses posteriores à resolução, o ambiente diplomático viu-se também permeado de polêmicas e protestos enérgicos de ambos os lados. Enquanto a Rússia afirmava estar atuando legitimamente em um processo de “desnazificação” do território ucraniano, incluindo aí o governo central de Kiev, boa parte da comunidade europeia e especialmente os países componentes do G7<sup>7</sup> anunciariam pacotes de sanções à Rússia, o que ao fim e ao cabo, teriam como objetivo minar o poderio econômico-militar de Moscou:

A guerra econômica teria potencial até mesmo de contrabalançar a assimetria de poder entre as forças russas versus ucranianas e tendo em vista, como mencionado, a impossibilidade de engajamento direto das forças norte-atlânticas. A Rússia, que rigorosamente sofre com sanções à sua economia desde a guerra na Geórgia, em 2008, e viu recrudescer essas sanções com a ocupação da Crimeia e de parte do Donbass em 2014, viu, após a deflagração da atual fase da contenda, em 24 de fevereiro último, uma elevação a níveis sem precedentes dessas penalidades de natureza econômica. No limite, pode-se dizer que se buscou, por parte dos países do G7, uma exclusão da economia russa do sistema capitalista global, de suas relações de comércio, de trocas e meios de pagamentos (Carmona, 2022, p. 97).

Destarte as sanções, no entanto a escalada dos conflitos não foi interrompida. Em fato, a dimensão sobretudo urbana dos combates e bombardeios, produziu não apenas uma substantiva quantidade de destruição da infraestrutura local, mas uma dramática onda de deslocamentos forçados. A proteção aos refugiados seria mais uma vez acionada, e tema de debates e mobilizações ao longo do continente.

A proteção de refugiados é um dever jurídico e civilizacional da UE e dos seus Estados-Membros, assente no respeito pela Convenção de Genebra de 1951 e pelo seu Protocolo de 1967 e no princípio do non refoulement (artigo 78.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia – TFUE), bem como nos princípios da solidariedade e da partilha equitativa de responsabilidades (artigo 80.º do TFUE). Também a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (CDFUE) garante, no seu artigo 18.º, o direito de asilo das pessoas que nos seus países de origem correm risco de perseguição relevante [...]. (Sousa, 2023, p. 104).

Estimando em números, segundo dados da ACNUR (2023) apenas no ano de 2022, 108.400.00 de pessoas foram deslocadas em todo o mundo, destes, a Ucrânia ocupou a segunda

---

<sup>7</sup> Criado na década de 1970, o grupo consiste nos sete países mais industrializados, são eles: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, e Reino Unido.

posição, com 5.700.00 deslocados, atrás apenas da República Árabe da Síria, com 6.500.00 pessoas em situação de refúgio. Acerca das consequências humanas da guerra, observa-se que: “Doze meses após a invasão russa na Ucrânia, mais de 13 milhões de pessoas permanecem longe de suas casas, incluindo quase 8 milhões de refugiados em toda Europa, e mais de 5 milhões de deslocados internos na Ucrânia” (ACNUR, 2023). Ainda de acordo com o relatório, as perspectivas de retorno breve são dificultadas pela constante destruição da região. Apesar de cerca de 77-79% dos deslocados cultivar expectativas de volta para casa, apenas 12% vislumbraram essa possibilidade para os três meses posteriores.

É significativo nesse caso, que a mobilização para o auxílio dos ucranianos em grande parte dos países foi feita a partir do acolhimento temporário, o que daria para os deslocados, a perspectiva de regressarem futuramente. Enquanto parte significativa das mobilizações foram feitas por países fronteiriços e próximos da Ucrânia, outros mais longínquos também ofereceram refúgio aos necessitados: Os ucranianos que abandonaram seu país, em sua imensa maioria mulheres e crianças (a Ucrânia impede a saída dos homens entre 18 e 60 anos), se depararam com as portas abertas dos Estados fronteiriços com a UE. São eles, que juntamente com a Moldávia, estão recebendo a maior parte das pessoas. Além disso, foram recebidos com múltiplas iniciativas sociais, tanto nos Estados fronteiriços como no restante da UE, empenhados no auxílio aos refugiados nas fronteiras, seu transporte e acolhimento (Enríquez, 2022, tradução nossa)<sup>8</sup>.

É notório verificar que apesar de boa parte dos refugiados ucranianos procurarem asilo em outros locais mais distantes, outros procuram ajuda justamente nos lugares mais próximos, a Polônia por exemplo, contou com quase 1 milhão de asilados até dados de outubro de 2023, outros como Belarus (32.435 até agosto de 2023) e Federação Russa (1.275.315 até dezembro de 2022) também são importantes para contabilizar a crise humanitária decorrente do conflito. Além disso, é pertinente salientar a diferença numérica de deslocados para além da Europa e nos limites do continente, até outubro de 2023, do total de 6.218.000 pessoas em situação de refúgio, 392.000 rumaram para outros continentes, e 5.826.700 se encontravam em solo europeu.

Milhares são os que se encontram tanto em apoio direto de outras nações que atuam diretamente para o socorro das pessoas, como em campos de refúgio improvisados. Apesar de a União Europeia ter garantido o direito aos ucranianos de permanecer e trabalhar nos países membros por três anos, tendo inclusive acesso aos serviços sociais, moradia, assistência médica

---

<sup>8</sup> Los ucranianos que han abandonado su país, en su inmensa mayoría mujeres y niños (Ucrania impide la salida a los hombres de entre 18 y 60 años), se han encontrado con las puertas abiertas de los Estados fronterizos de la UE. Éstos son los que, junto con Moldavia, están recibiendo el grueso de las llegadas. Además, han sido recibidos con múltiples iniciativas ciudadanas, tanto en esos Estados fronterizos como en el resto de la UE, destinadas a recoger a los refugiados en las fronteras, trasladarlos y acogerlos. (Enríquez, 2022, p. 01).

e educacional, naturalmente nem todos possuem as mesmas condições para conseguir estes acessos, já que a própria jornada é por si só um desafio. Segundo dados da Organização Internacional para Migração (OIM) das Nações Unidas de maio de 2022, a maioria dos deslocados internamente, provém das seguintes regiões: 27% de Kharkiv, 16% de Kiev, 16% provenientes de Donetsk, na Ucrânia oriental, e 24% afirmaram que suas casas foram danificadas ou atacadas durante a guerra. Ainda além, segundo informações divulgadas pela BBC (2022, tradução nossa) “A OIM estima que mais da metade dos deslocados internos são mulheres. Muitas são particularmente vulneráveis pois estão grávidas ou com crianças pequenas, possuem alguma dificuldade ou são vítimas da violência”<sup>9</sup>.

Imagem 1 – Refugiados ucranianos em alguns países da Europa.

Country	Data Date	Refugees from Ukraine recorded in country as of date	Refugees from Ukraine who applied for Asylum, TP or similar national protection schemes to date
Albania	07/06/2023	3.800	30
Armenia	17/07/2023	605	605
Austria	16/10/2023	68.700	105.370
Azerbaijan	15/10/2023	4.690	100
Belgium	23/08/2023	73.095	73.095
Bosnia and Herzegovina	08/10/2023	200	200
Croatia	20/10/2023	23.710	24.700
Cyprus	16/10/2023	19.910	20.210
Denmark	22/10/2023	39.680	46.010
Finland	24/09/2023	61.520	64.375
France	31/12/2022	70.570	75.310
Georgia	04/10/2023	27.000	520
Germany	11/10/2023	1.105.210	1.005.030
Greece	30/06/2023	25.050	25.480
Iceland	20/09/2023	3.250	3.385
Ireland	15/10/2023	97.505	97.505
Italy	01/09/2023	167.525	187.150
Liechtenstein	12/09/2023	525	725
Luxembourg	11/08/2023	6.065	6.065
Malta	17/09/2023	2.285	2.285
Montenegro	02/10/2023	62.075	9.720
Netherlands	26/05/2023	94.415	94.415
North Macedonia	01/10/2023	18.345	405
Norway	23/10/2023	56.970	65.885
Portugal	04/06/2023	56.995	56.995
Serbia and Kosovo: S/RES/1244 (1999)	30/09/2023	4.175	5.440
Slovenia	24/10/2023	10.315	11.120
Spain	22/10/2023	185.875	193.260
Sweden	19/10/2023	41.440	63.290
Switzerland	22/09/2023	66.065	90.310
Türkiye	12/10/2023	42.905	4.475
United Kingdom	01/08/2023	210.800	1.200
<b>Total</b>		<b>2.651.270</b>	<b>2.334.665</b>

Fonte: <https://data2.unhcr.org/en/situations/ukraine>

### 1.3 Mobilidades forçadas e suas desigualdades

A problemática das mobilidades forçadas é um reflexo das turbulências que assolam nosso mundo contemporâneo. À medida que testemunhamos milhões de pessoas sendo

<sup>9</sup> The IOM estimates that more than half of the people who are internally displaced are women. Many are particularly vulnerable because they are pregnant or have small children, have a disability or are a victim of violence (BBC, 2022).



empurradas para o desespero devido a conflitos, perseguições e desastres, somos confrontados com a fragilidade das estruturas sociais e políticas que deveriam proteger e amparar. A crise dos deslocamentos forçados não é apenas uma questão humanitária; é uma manifestação gritante das falhas sistêmicas que perpetuam o sofrimento humano. É crucial questionar as raízes dessas mobilidades, muitas das quais são alimentadas por conflitos geopolíticos, governos opressivos e desigualdades sistêmicas, fatos esses que associamos com o conflito entre Rússia e Ucrânia.

A definição de refugiado vai muito além da declarada no Estatuto dos Refugiados, de que: Em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951, e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha a sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (ACNUR, 2011, p. 11)

A tendência de estigmatizar os deslocados frequentemente obscurece a compreensão pública desses problemas, perpetuando preconceitos e dificultando os esforços para implementar soluções de longo prazo. É essencial ir além das fronteiras políticas e culturais para abordar as raízes profundas das mobilidades forçadas, estabelecendo uma base sólida para a cooperação global na busca por respostas humanitárias e equitativas. Desta forma, a gravidade dos conflitos bélicos, no entanto, está relacionada, principalmente, com as consequências humanas, sobretudo para os civis, sendo forçados a partirem em busca de uma solução, seja ela temporária ou definitiva.

Os refugiados, diante das mobilidades forçadas, encontram-se em um constante fluxo, não apenas em termos de deslocamento geográfico, mas também nas reflexões sobre sua própria identidade, impulsionadas pelos inúmeros desafios que enfrentam. Durante o movimento forçado em busca de proteção e novas oportunidades para reconstruir suas vidas, eles reconfiguram ativamente sua relação com o espaço circundante.

Dentro desta seara de designação e acolhimento aos refugiados, vale notar que apesar das formulações iniciais propostas ainda no ano de 1951, e que previa apenas auxílio aos afetados especificamente pela Segunda Guerra Mundial e delimitados ao continente europeu, anexos foram sendo feitos no decorrer do tempo, para atualizar as atividades de ajuda humanitária aos novos tempos e demandas, portanto, a própria conceitualização do refúgio, não é algo imóvel:

No entanto, esse conceito será disposto em plenitude e de acordo com o entendimento atual, de forma sutil, apenas em 1969, no continente africano, diante de seu cenário

de constantes guerras civis. Assim sendo, na África, houve a ampliação, pela Convenção da Organização de Unidade Africana (OUA), da conceituação de “refugiados”, abarcando também aqueles que fogem de alguma violação aos direitos humanos. Posteriormente, o conceito, constituído de tal expansividade, aparecerá com maior visibilidade apenas no ano de 1984, por intermédio da Declaração de Cartagena Sobre os Refugiados (Mendes, 2022, p. 342).

Carregando consigo uma territorialidade "extra", uma espécie de extraterritorialidade, eles nutrem a esperança de conquistar um novo território e avançar na criação de novos laços. Mas também nutrem o desejo de regresso, em que a vontade de retornar para muitos refugiados é uma manifestação de seu desejo de reconectar-se com suas raízes e sua terra natal. No entanto, tal decisão é frequentemente moldada pela evolução das condições em seus locais de origem, considerando a segurança e as oportunidades disponíveis. A esperança de retorno muitas vezes coexiste com a necessidade de encontrar estabilidade e construir novas vidas em seus destinos atuais.

A problemática dos refugiados no mundo segue ainda outra questão que os coloca não apenas como vítimas diretas de conflitos e situações de calamidade humanitária, mas que também retira suas próprias possibilidades de reconstrução. É justamente a retirada de direitos fundamentais para a vida em sociedade, nessa toada, na contramão do direito humanitário, perdem conforme Hannah Arendt (2013) o “direito a ter direitos”, assim:

[...] ao refugiados não se portam assegurados por nenhuma proteção legal, uma vez que, nem mesmo os direitos humanos universais podem interferir em seus ordenamentos jurídicos. Sendo prudente considerar que, nem mesmo a ONU possui poder de interferência direta e efetiva, por mais que detenha o poder de enviar tropas aos locais que julgue estarem acometidos por violação dos direitos humanos (Mendes, 2022, p. 346).

No caso particular do conflito que observamos em curso, esses direitos mesmo que violados em múltiplas instâncias, sobretudo a partir da agressão russa ao território ucraniano, e a expulsão de seu povo, fruto de destruições das cidades e impossibilidades estruturais, aparecem readaptados em outros momentos por parte da comunidade internacional, sobretudo na Europa e suas políticas de ajuda aos deslocados. Portanto, em um cenário marcado por sistemáticas limitações e agressões aos ucranianos, seus direitos básicos continuam sendo operados em boa parte do continente:

De suma importância considerar alguns exemplos de tal excepcionalidade de tratamento aos ucranianos, quais sejam, o fornecimento de uma rede de trens, por companhias aéreas da União Europeia e de outros países, para facilitar a saída daqueles que almejam sair da Ucrânia. Assim como, os diversos times de refugiados, de todos os lugares do mundo, nas fronteiras do país, distribuindo produtos essenciais, como água e remédios (Mendes, 2022, p. 348).

A noção, portanto, da falta de direitos absolutos no caso do refúgio, ou de um sujeito que ao chegar na fronteira, se encontra despido de qualquer amparo sociopolítico, tanto por parte do território deixado para trás, como pela ótica de quem o acolhe, apesar de ser ainda pertinente para os estudos do refúgio e a problemática desses deslocamentos no mundo, não podem ser generalizados para todos os contextos e tempos. No entanto, quando analisamos com mais cuidado a receptividade de líderes e nações europeias aos refugiados ucranianos, se comparado a outros momentos pregressos, compreende-se como sua receptividade também é distinta:

O ano de 2015 foi marcante para a Europa e para o mundo, pois foi quando aconteceu o maior afluxo de refugiados no continente desde o fim da Segunda Guerra Mundial. A crise migratória, desencadeada pela chegada de milhões de refugiados principalmente do Oriente Médio e de países do Norte da África, foi capaz de colocar essa questão na agenda dos meios de comunicação de todo o mundo [...] Assim, de maneira morosa e burocrática, líderes europeus tentam encontrar, ainda hoje sem sucesso, uma solução simples e rápida para um problema complexo e perene. Enquanto países mais ao Norte da Europa se diziam receptivos aos refugiados, nações do Sul, especialmente a Grécia buscavam formas de barrar a chegada de imigrantes e refugiados (Abdo, 2022, p. 232).

A situação ucraniana, no entanto, não deve ser menosprezada, é mais uma manifestação dos sequenciais processos de deslocamentos, violações humanitárias, conflitos e situações de violência generalizada que vem ganhando maior proeminência nas últimas décadas, seja por questões diretamente ligadas às guerras, ou outras formas de expulsões advindas de crescentes desigualdades sociais e ambientais. A mobilização europeia na guerra, ainda que destoante de outros momentos, assim como a disposição continental para com a acolhida aos refugiados, são percebidas como mais um episódio dramático na história recente, esta que se apresenta estreitamente ligada aos conflitos, deslocamentos e violações humanitárias.

### **Considerações finais**

Ao longo do texto percebemos como a Guerra da Ucrânia firma-se como um dos mais recentes episódios conflituosos e de graves crises humanitárias de nossa história recente. Apresentando-se como a mais acentuada movimentação de refugiados ucranianos desde a Segunda Guerra Mundial, os embates russo-ucranianos iniciados em 2022 reacenderam disputas que ao menos desde 2013 já se encontravam tensas, ainda além, a comunidade internacional de mesmo modo viu-se dividida entre apoiadores da causa ucraniana, aliados do Kremlin, ou outros que buscaram um distanciamento pragmático do conflito e suas reverberações diplomáticas.

Longe de se construir como uma análise fechada, o artigo proposto tem a intenção de abrir o debate para problemáticas demasiadamente atuais e preocupantes. As constantes crises humanitárias e processos violentos que se perpetuam de maneira disseminada em diferentes regiões, são processos que podem ser analisados tanto de forma conjunta, como em suas particularidades, desse modo, mesmo que o conflito russo-ucraniano e suas consequências seja fenômeno individual, ao mesmo tempo se coloca como indicação de uma instabilidade global que se agrava com o tempo.

Além de analisarmos posturas e debates geopolíticos que cercam o evento, procuramos encará-lo não apenas em suas particularidades, mas comparando a crise dos refugiados ucranianos (e a postura europeia frente a isso) com outros casos, diante disso, é evidente que não apenas os discursos diferem, mas as políticas de acolhimento também, dessa forma constata-se que os massivos deslocamentos e processos de refúgio do mundo contemporâneo, não possuem apenas um caráter violento por conta dos conflitos bélicos, mas de como são recebidos pelos olhares “de fora”, discursos de ódio, raciais e xenofóbicos, e a desumanização dos sujeitos, são inerentes à eles, pois ao fim e ao cabo, a política se constitui através da violência, e a violência permeia inteiramente os processos de refúgio.

## Referências

ABDO, Cláudio. Europa, Mídia e a Guerra na Ucrânia: “nossos refugiados são melhores que os outros”. **Extraprensa**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 230 – 248, jan./jun. 2022

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. *Dados sobre Refúgio*. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>. Acesso em: 01 novembro, 2023.

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Um ano após invasão russa, insegurança dificulta intenções de retorno de ucranianos, diz ACNUR. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2023/02/23/um-ano-apos-invasao-russa-inseguranca-dificulta-intencoes-de-retorno-de-ucranianos-diz-acnur/>. Acesso em: 01 novembro, 2023.

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado: de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados. 3. ed. 2011. Disponível em: [http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2013/Manual\\_de\\_procedimentos\\_e\\_criterios\\_para\\_a\\_determinacao\\_da\\_condicao\\_de\\_refugiado.pdf?view=1](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2013/Manual_de_procedimentos_e_criterios_para_a_determinacao_da_condicao_de_refugiado.pdf?view=1). Acesso em: 04 novembro, 2023.

ARENDRT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, autoritarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BBC. How many Ukrainian Refugees Are There and Where Have They Gone? London, 6 jul. 2022. News. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-60555472>. Acesso

em: 16 novembro, 2023.

CARMONA, Ronaldo. A guerra na Ucrânia: uma análise geopolítica. **CEBRI – Revista**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, jul-set 2022, p. 88-111.

ENRÍQUEZ, Carmen González. La acogida a los refugiados ucranianos: algunos desafios e incertidumbres. **Real Instituto Elcano**. Madrid, 2022, p. 01-08.

MENDES, Mariana Fontes. Refugiados e a vida nua: uma perspectiva sobre o conceito de “refugiados”, a partir da crise ucraniana. **Vianna Sapiens**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, jul-dez 2022.

SILVA, D. F. O fenômeno dos refugiados no mundo e o atual cenário complexo das migrações forçadas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S. l.], v. 34, n. 1, p. 163–170, 2017. DOI: 10.20947/S0102-3098a0001. Disponível em: <https://rebep.emnuvens.com.br/revista/article/view/917>. Acesso em: 16 nov, 2023.

SOUSA, Constança Urbano de. A resposta da União Europeia à “crise” dos refugiados da Ucrânia: um episódio isolado de humanismo europeu? In: **Em torno do pensamento de Luís Motta: Humanismo e Relações Internacionais**. Lisboa: OBSERVARE – Universidade Autónoma de Lisboa, 2023, p. 101-112

SÁNCHEZ, Enzo Daniel. Xenofobia y Refugiados: caras de una misma moneda en el conflicto ruso-ucraniano. **Centro de Estudios Estratégicos de Relaciones Internacionales**, Buenos Aires, 2022, p. 01-05.

## **O homem, os limites e o trabalho: as dificuldades laborais impostas aos refugiados no seu processo de deslocamento forçado e recepção em um novo país**

BARBOSA, Guilherme Vieira<sup>1</sup>  
BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu<sup>2</sup>

### **Introdução**

Dia após dia, enormes contingentes de refugiados acolhidos pelos mais variados países ao redor do globo necessitam de amparo e suporte humanitário, jurídico, educacional, de saúde e laboral no país que os acolhem e onde buscam socorro. Para o migrante é uma nova história, é preciso recomeçar, e para isso, para fixar raízes, mostra-se necessário oportunizar trabalhos e empregos dignos que atestem a possibilidade desse recomeço.

Todavia, essa não é a realidade simples encarada pelos refugiados, pois ainda que adentrem legalmente como refugiados nos países, acabam sofrendo percalços, discriminações e entraves que dificultam sua estadia, permanência e desenvolvimento como ser humano ali em território estrangeiro. São inúmeros os grandes obstáculos enfrentados por esses migrantes forçados para reestruturarem suas novas vidas, como a falta de moradia e emprego, ou então, a dificuldade de obtê-los de forma digna e humana, já que quando conseguem inserir-se no mercado de trabalho, por exemplo, são submetidos a condições degradantes e genéricas que jamais atendem suas reais necessidades. Apenas postergam o problema para outro plano. É uma situação extremamente delicada, pois no geral, o melhor que os refugiados terão é a informalidade e o mínimo para sua subsistência.

Dessa forma, através do método dedutivo e da pesquisa bibliográfica, utilizando textos e publicações nacionais e do direito comparado, almeja-se aqui expor as graves infrações aos direitos trabalhistas e personalíssimos a que são submetidos diariamente os refugiados que se arriscam a ingressar no país, fugindo para sobreviver, mas que ali apenas encontram péssimas oportunidades laborais, extrema informalidade, terríveis condições de trabalho e salários insatisfatórios incondizentes muitas vezes com sua formação e qualificação. Assim, objetiva-se analisar brevemente quais são as principais causas e dificuldades que impossibilitam a

---

<sup>1</sup> Mestre e Doutorando em Direito do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Estadual Paulista (UNESP) sob orientação do Prof. Dr. Carlos Eduardo de Abreu Boucault. Facilitador e Pós-graduando no programa de Formação Didático-Pedagógica para Cursos na Modalidade a Distância junto à Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP). É advogado;

<sup>2</sup> Pós-Doutor pela Albert-Ludwigs Universität, Doutor em Direito Privado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). É professor assistente doutor da Universidade Estadual Paulista (UNESP), professor titular da Universidade Nove de Julho (UNINOVE) e professor titular da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP).

inserção adequada dos refugiados no mercado de trabalho dos países que os recebem, bem como a sua inserção em um panorama laboral que se mostra hostil e nada receptivo a essa mão-de-obra estrangeira. Com isso, objetiva-se aqui explicar e discutir a frágil efetividade e garantia dos direitos humanos ao trabalho decente de refugiados e seus impactos na coletividade e Estado que se propõe a recebê-los.

## **1. Refugiados: quem são?**

Pode-se afirmar que o surgimento do contexto e das discussões acerca da tutela dos refugiados se deram com a Liga das Nações (Andrade, 1996. p. 20.), após 1921, com a criação de organismos temporários em janeiro de 1939, o Alto Comissariado da Liga das Nações para os Refugiados e o Comitê Intergovernamental para os Refugiados.

Esses acontecimentos, ou seja, os enfoques ao instituto do refúgio, só foram possíveis mediante os fatos ocorridos durante e posteriormente a Primeira Guerra Mundial, sendo a Segunda Guerra Mundial<sup>3</sup> responsável pela consolidação do refúgio internacionalmente e pela criação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); cabendo as guerras civis atuais, sobretudo as africanas e os confrontos orientais serem responsáveis por manter os refugiados na mídia, demonstrando que o tema ainda tem muito a ser descoberto e abordado, alavancando para uma atenção contemporânea para o assunto nas legislações nacionais.

Foi intensificada e com maior abrangência somente depois do surgimento da ONU, e atualmente regulamentados e geridos pelo ACNUR e seu Estatuto dos Refugiados elaborado na Convenção de 1951, que recebe seu nome, e aperfeiçoado pelo Protocolo de 1967. Em suma:

O fim da Segunda Guerra Mundial e as convulsões verificadas no mundo, a guerra fria e os movimentos de libertação nacional provocaram o deslocamento de milhares de pessoas em busca de um país onde o regime político-econômico lhes fosse favorável. Uma das consequências da confrontação entre a Europa Ocidental e a Europa Oriental foi precisamente a adoção pelos países do Ocidente de legislações destinadas a proteger os cidadãos do leste que conseguissem emigrar. Esta política liberal acabou por provocar uma onda de emigrantes, muitos vindos das antigas possessões africanas ou asiáticas, criando inúmeros problemas sociais (Araújo, 2001, p.12).

De forma breve e sucinta, tem-se como os motivos clássicos, que constituem em características próprias, pessoais e inerentes dos refugiados, e que acarretam o fluxo de refúgio e a intensificação da concessão de asilo a indivíduos oriundos dos fenômenos migratórios são:

---

<sup>3</sup> Durante tal conflito, a atuação dos órgãos especializados foi impedida devido ao intenso fluxo migratório, e só havia a possibilidade de mudança para os países ditos neutros do entrave armado, que eram Suécia, Suíça, Espanha e Portugal.

a raça, a nacionalidade, a opinião política, a religião e a filiação a determinado grupo social<sup>4</sup>. Esses motivos foram apresentados pela Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, e posteriormente pelo documento que a aperfeiçoou, o Protocolo de 1967; sendo assim, considerados fatos louváveis, por apresentar uma definição abrangente e qualificada do status de refugiado, até então inexistente. Tais motivos clássicos têm por primazia de suas origens os princípios fundamentados e imortalizados pela Revolução Francesa de 1789: a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

Cabe destacar que essa conceituação do instituto do refúgio conforme a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e o Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados de 1967, baseia-se no fundado medo de perseguição em virtude de motivos étnicos, religiosos ou políticos; e é estruturada em torno do princípio non-refoulement, ou seja, a impossibilidade de retorno forçado do refugiado a um país onde ele possa sofrer outras perseguições.

Em outros termos, os motivos clássicos, que constituem em características próprias, pessoais e inerentes dos refugiados, e que acarretam o fluxo de refúgio e a intensificação da concessão de asilo a indivíduos oriundos dos fenômenos migratórios são: a raça, a nacionalidade, a opinião política, a religião e a filiação a determinado grupo social; adiciona-se a essa lista as situações de guerra e os fenômenos ambientais. É nesse contexto que tem se inserido à tutela dos direitos e deveres de todos os milhões de refugiados em torno do mundo. De uma maneira mais técnica, tem-se a definição da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, apresentada por Flávia Piovesan, como refugiado sendo toda pessoa:

Devido ao fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, participação em determinado grupo social ou opiniões políticas, está fora do país de sua nacionalidade, e não pode ou, em razão de tais temores, não queira valer-se da proteção desse país; ou que, por carecer de nacionalidade e estar fora do país onde antes possuía residência habitual não possa ou, por causa de tais temores ou de razões que não sejam de mera conveniência pessoal, não queira regressar a ele (Piovesan, 2006, p.57).

A chancela e amparo internacional aos refugiados é feita pelo ACNUR, estabelecido em

---

4 Cf. JUBILUT, Liliana Lyra. O direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro. São Paulo: Editora Método, 2007. p. 113-114

5 Sobre o status de refugiado: art. 1º, §1º, c, da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, in verbis: “Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.” E art. 1º, §2º, do Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados de 1967, in verbis: “Para os efeitos do presente Protocolo, o termo refugiado deverá, excepto em relação à aplicação do parágrafo 3 deste artigo, significar qualquer pessoa que caiba na definição do artigo 1, como se fossem omitidas as palavras como resultado de acontecimentos ocorridos antes de 1 de Janeiro de 1951 e... e as palavras ... como resultado de tais acontecimentos, no artigo 1-A (2).”



1950, que nada mais é que um dos órgãos subsidiários<sup>6</sup> da Organização das Nações Unidas, embora atue independentemente dela, sendo responsável pela tutela internacional aos direitos dos refugiados, cujas funções primordiais são “providenciar proteção internacional e buscar soluções permanentes para o problema dos refugiados” (Jubilut, 2007, p.151). Sua atuação está relacionada com a aplicação da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e posteriormente o Protocolo de 1967, que o aperfeiçoou, sendo um diploma e documento legal afirmado pela ONU e assinado pelos Estados signatários, que apesar de defender os princípios inerentes dos refugiados constitui em “um dispositivo internacional cuja eficácia depende da vontade política dos Estados signatários, posto que a ONU não conta com órgãos sancionadores fortes para descumprimento dos tratados que patrocina” (Jubilut, 2007, p.159). Assim:

Com o escopo de realizar plenamente o seu mandato, o ACNUR procura encorajar os Estados a criar condições adequadas para a proteção dos direitos humanos e para a solução pacífica dos conflitos, ou seja, procura não apenas apresentar soluções para os refugiados, mas também tem em vista eliminar as causas do êxodo dos refugiados. (Jubilut, 2007, p.155).

Os conceitos legais trazidos pela Convenção de 1951 e pelo Protocolo de 1967 constituem, além de um enunciado oficial acerca das características do refúgio, são obrigações contratuais e convencionais para os seus Estados signatários, o que tecnicamente, deveria favorecer e estimular por si só o surgimento de políticas públicas voltadas para a defesa desses migrantes e sua vivência com dignidade nos países que os acolhe.

## **2. O direito ao trabalho digno e formal na migração dos refugiados**

É inquestionável a íntima relação entre o fenômeno da migração com a questão da inserção laboral e meio ambiente do trabalho a que é submetido o estrangeiro. Ora, todos os migrantes, sejam oriundos de deslocamentos livres ou forçados, almejam a inserção e fixação socioeconômica no país que os acolhe, e isso, tem início, justamente na procura por um trabalho que atenda a suas carências pessoais e as necessidades básicas de sua família.

O direito ao trabalho, deve ser compreendido como extensão natural do Direito como Ciência Social Aplicada, ou seja, necessita ser vislumbrado como um direito balizador à diversidade, como um verdadeiro direito humano a ser exercido por todos os seres humanos, visto que é através do trabalho e das atividades laborais que homem dá significado para sua existência, contribui para sua coletividade que o cerca e adquire condições mínimas para possibilitar o uso e exercício efetivos dos demais direitos sociais e direitos inerentes à dignidade

---

<sup>6</sup> A ONU possui três tipos ou formas de órgãos subsidiários: os fundos (Ex: UNICEF), os comissariados (Ex: ACNUR) e os programas (Ex: PNUD).

humana. Ora, o trabalho digno e um meio ambiente laboral estável e sustentável, representa muito mais que o simples sustento e sobrevivência para o refugiado, mas também e principalmente constitui na possibilidade de crescimento e expectativa de uma vida sem perseguição, uma vida sem medo.

Por isso, possibilitar um trabalho sério e condizente com as reais qualificações e capacitações do migrante forçado é trazer-lhe condições que transcendem a obtenção de alimentação, moradia, vestuário, saúde e transporte para o refugiado e sua família, para alcançar um viés de melhores possibilidades de educação, lazer e futuro; ou seja, o migrante passa a trabalhar para VIVER, e não mais para sobreviver. Poder recomeçar, indubitavelmente, é uma das características mais marcantes da resiliência do ser humano. Mas para isso, tal panorama deve constituir-se em real possibilidade para o estrangeiro refugiado que bate à porta de uma nação pedindo socorro.

Assim, o trabalho como rompedor da própria barreira da vulnerabilidade socioeconômica criada pelo deslocamento forçado do refugiado, já que insere tal indivíduo em uma coletividade nova que lhe diz através da atividade laboral “você agora faz parte de nós”. Ou seja, o trabalho exerce um significado muito mais profundo do que ganhar dinheiro, manter o estrangeiro ocupado ou poder alimentá-lo, pois passa a legitimar, primeiro para ele mesmo e depois para a sociedade em si, seus direitos civis e políticos dentro de uma nova nação. A proposta do presente estudo não é alienar-se da realidade que nos abraça. Pelo contrário, sabe-se muito bem os prós e contras da inserção de migrantes forçados em massa em um contexto laboral nacional. Todavia, o que se pretende aqui é não fugir da questão, já que esta é uma realidade inconveniente que bate a nossa porta todos os dias. E que infelizmente não cessará ou mudará, na verdade só se agravará, enquanto a humanidade caminhar a passos largos para as escolhas que tem feito nas últimas décadas.

Sabe-se de igual forma que o meio ambiente laboral é afetado tanto pelas incertezas e incongruências geradas por um modelo de produção globalizado e de transformação acelerada, que põe em risco a própria diversidade dos seres humanos, quanto pela grande e massiva oferta de mão de obra migrante, atualmente sobretudo de deslocamentos forçados, que apesar de constituir e representar uma possibilidade de reafirmação de valores dos direitos humanos e dignidade humana, acabam, por vezes, sendo utilizados como instrumentos para piorar ainda mais aquilo que já estava ruim, como quando migrantes são mobilizados para inflamar uma área de produção ou determinado local, a fim de gerar uma redução de direitos já sedimentados, como a diminuição de salários.

Mattoso (1995) e Antunes (2011) destacam bem que há verdadeiro mundo de extremos no atual panorama de migrações forçadas e na recepção de tais migrantes pelo mundo, pois ao mesmo tempo em que há latente endurecimento e redução de vagas e postos de trabalhos para estrangeiros que a cada dia mais se tornam numerosos e indesejáveis em alguns países, contraditoriamente, tais refugiados e outros deslocados forçados são até “desejáveis”, pois são tratados como verdadeiros instrumentos para gerar diminuição/rebaixamento do valor da força de trabalho, e conseqüentemente, na piora das condições de trabalho, já que representam um excedente funcional, uma força de trabalho sobrando e um “estoque” de mão-de-obra a ser utilizado em situações emergenciais e/ou de crise, ou então, de conveniência caso os nacionais não aceitem as condições degradantes ali impostas, visto que lamentavelmente é praticamente retirado o direito de escolha dos estrangeiros, pois à deriva e na sarjeta das possibilidades laborais, eles aceitarão qualquer condição para sobreviver em uma terra forasteira.

### **3. As principais dificuldades e barreiras enfrentadas pelos refugiados no sucesso laboral e na conquista de um trabalho**

São inúmeros e incontáveis os desafios enfrentados pelos refugiados e demais deslocados forçados que ingressam em um novo país buscando mais do que fugir de uma perseguição, buscando se fixar. Trata-se de uma realidade global que vem se desdobrando, sobretudo nos últimos anos, a partir de sistemas e políticas restritivas às migrações providas de países desenvolvidos e influentes (Latour, 2017), dentre eles destacando o papel desempenhado pelos Estados Unidos e sua política anti-migratória (Bauman, 2017), mas que tem sido repetido e refletivo em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, como o Brasil<sup>7</sup> (Magalhães, 2017).

Dentre vários, vale destacar os principais fatores que acabam por dificultar ou impedir o ideal acesso ao mercado de trabalho pelo refugiado<sup>8</sup>: a nova perseguição e xenofobia encontrada no país e na sociedade que lhes acolhe, a burocracia daquele país, o novo idioma (na maioria das vezes, bem diferente do falado pelo migrante), falta de documentos em razão da fuga apressada, ausência de prestação ou acesso a serviços básicos (como saúde, moradia,

---

7 O Brasil, mesmo historicamente sendo reconhecido como país que abre suas fronteiras e recebe muito bem os migrantes dos mais diversos países do mundo, começa a adotar postura contrária no acolhimento de migrantes forçados, tipicamente conservadora e características dos países desenvolvidos, como por exemplo, os venezuelanos e haitianos que adentram o país nos últimos anos com a instabilidade política que assola aquela nação vizinha.

8 Cf. MASON, Paul. Vencendo o medo da liberdade. In: GEISELBERGER, Heinrich. (Org.) A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los. São Paulo: Estação Liberdade, 2019. p. 149-174

educação, etc.), impossibilidade de utilizar os conhecimentos e capacitações adquiridos em seu país de origem, dentre outros.

A fim de melhor dimensionarmos o problema do acolhimento nas políticas migratórias brasileiras que trataremos na sequência, importa que nos apropriemos dessas categorias: a desintegração do consenso sobre migração, devido aos custos da proteção social, compreendidos como intoleráveis na conjuntura de “grande regressão”; a precarização da mão de obra migrante, a menos instrumentalizada para resistir a condições de trabalho lesivas à dignidade humana; a dissonância de status entre formação, ocupação e remuneração dos migrantes, que impõe um tempo no país de destino até que recuperem a posição social perdida na partida. Por exemplo, entre os refugiados, 89% deles estão em ocupações que não exigem o seu nível de formação, portanto são vítimas desse gargalo na promoção de integração laboral conforme a qualificação. (Silva, 2021. p. 173)

Certo é que as condições de trabalho, seja mais ou menos, são consideradas insatisfatórias e indevidas para o migrante forçado, em especial, os refugiados em termos gerais, assim como as perspectivas laborais a eles possibilitadas, tais como as vagas de emprego oferecidas e os níveis salariais auferidos. Tudo sempre está muito aquém do ideal, e principalmente do que é praticado aos nacionais daquele país que acolhe o estrangeiro.<sup>9</sup>

Pior, por vezes a própria origem nacional daquele estrangeiro acaba por gerar lamentável correlação com a posição na hierarquia social que ele deterá naquele novo Estado que o recebe<sup>10</sup>, o que reforça a desigualdade estigmatizante que assola a sociedade moderna, que permite que raças, etnias e credos repercutam e gerem diferenças salariais, diversidade nas oportunidades laborais e limites à mobilidade socioeconômica de parcelas de pessoas<sup>11</sup>, o que escancara a fragilidade e imperfeição de um sistema globalizado baseado apenas em produção e resultado, e a herança colonial e escravagista do ser humano como verdadeiro risco à diversidade.<sup>12</sup>

É precário o acesso do deslocado forçado e refugiado a serviços públicos de qualidade, principalmente quando comparado ao que os nacionais daquele país fazem jus, e são raros os casos de reconhecimento e respeito da diversidade em si, bem como de capacitação do estrangeiro através de certificados e diplomas universitários por ele adquiridos em seu país de origem. Isso quando não ocorre de apenas uma simples terminologia designada para se referir

---

9 Cf. STANDING, Guy. O precariado: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 99-133

10 Cf. VILELA, Elaine. Desigualdade e discriminação de imigrantes internacionais no mercado de trabalho brasileiro. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, 2011. p. 89-128

11 Cf. VILELA, Elaine; COLLARES, Ana; NORONHA, Claudia. Migrações e trabalho no Brasil: fatores étnico-nacionais e raciais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 30, n. 87, 2015. p. 19-42.

12 Cf. SILVA, Camila; BAENINGER, Rosana. Mudança de perfil dos imigrantes venezuelanos em São Paulo — perspectivas sobre a política de interiorização do governo federal. Anais ABEP. 2019. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/3166/3027>>. Acesso em 24 mai. 2021.

ao estrangeiro deter o condão de poder modificar radicalmente as possibilidades daquele migrante.

A integração através do trabalho, o Ministério do Trabalho e Emprego em 2006 decidiu que na identificação da Carteira de Trabalho dos migrantes forçados conste “estrangeiros com base na Lei 9.474/97” ao invés do termo “refugiado”. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) tem oferecido cursos profissionalizantes apenas para os refugiados. (Bógus; Rodrigues, 2011. p. 110).

Por isso, decididamente não são poucos os problemas enfrentados pelos refugiados ao redor do mundo em seu ingresso e realocação no mercado de trabalho do país que os acolhe. Um dos maiores desafios, se não talvez o maior deles, encarados pelos refugiados que buscam melhorar suas condições de vida e perspectivas de futuro ao procurar um emprego digno continua sendo a discriminação, o preconceito e a xenofobia ao estrangeiro diferente do padrão “nacional” pré-constituído.

Os deslocados forçados, em especial os refugiados, ao ingressarem em uma nova nação, necessitam de oportunidades de emprego e trabalho para conseguirem recompor e reconstruir suas vidas no país que os recebe, mas nesse momento, infelizmente, com muita frequência, acabam encontrando grande resistência, preconceitos e discriminações xenófobas. Mas a pergunta que fica é: por quê? Por que perseguir alguém que chegou fugindo justamente de uma perseguição em seu país de origem? A verdade é que a resposta mais simples talvez seja a mais próxima da realidade, pois a ignorância e a própria falta de conhecimento pelo nacional que o recebe sobre o quadro migratório e sobre a própria temática do refúgio em si, bem como a ausência de vontade em se aprofundar sobre o verdadeiro panorama do deslocado forçado talvez seja uma das maiores causas propulsoras da discriminação ao estrangeiro migrante no Brasil e no mundo.<sup>13</sup>

Apesar de parecer difícil acreditar, em pleno século XXI, no auge da era da globalização, o estigma do suposto “risco” e “ameaça do estrangeiro à segurança nacional e à ordem econômica de um país ainda se sustenta, e pior, ainda é difundida. O migrante, em muitos lugares, apesar de bem vindo pelo próprio governo ou por parcela da sociedade, ainda é identificado como “inimigo” ou uma figura “inferior” por grande gama da coletividade de muitos Estados, que acaba não apenas discriminando e impedindo a ascensão socioeconômica desses estrangeiros nesses países que os acolhe, como também acabam por gerar uma

---

13 Cf. PEREIRA, Gustavo; ABREU, Márcia. Transformando o ‘intruso’ em ‘incluso’: xenofobia e discriminação na acolhida de imigrantes no Brasil. In: GRUPO DE ASSESSORIA A IMIGRANTES E REFUGIADOS (GAIRE). (Org.). Múltiplos olhares: migração e refúgio a partir da extensão universitária. Porto Alegre: Faculdade de Direito da UFRGS, 2016. p. 131-142

debandada de violência moral, física, emocional e psicológica sobre os refugiados e suas famílias<sup>14</sup>, degradando sua diversidade e diminuindo suas perspectivas, que já eram, infelizmente, muito baixas, diante do contexto de perseguição que fugiram. E esse quadro piora ainda mais dependendo da origem desses migrantes e refugiados, pois se advindos de nações periféricas e pobres, tal estigma e preconceito ao estrangeiro é ainda mais acentuado e alarmante, beirando a tratar o ser humano como um animal.

Fato é que, seja no Brasil (considerado um país receptivo e tolerante até certo modo) ou no mundo, o medo e temor extremo ao estrangeiro migrante, sobretudo por um complexo de inferioridade que se expressa no receio dele tomar o lugar do nacional, o emprego do nacional e as chances/oportunidades do nacional ainda é muito difundido, sem qualquer razão ou fundamento. A substituição da mão de obra nacional pela estrangeira, com um iminente desemprego aos nacionais, ainda é um flagelo e ponto de tensão encarado pelos refugiados que entram no país que os acolhe pensando apenas em sobreviver e ser recebido, e não tomar o lugar dos que ali já vivem. Nesse sentido:

Ainda assim, a presente pesquisa demonstrou que a população brasileira tende a apresentar atitudes de preconceito e xenofobia, refletidas no âmbito do trabalho. Dos venezuelanos entrevistados, mais de 30% afirmaram ter sofrido discriminação para obter um emprego em razão de ser estrangeiro. Já quando indagados se haviam sofrido discriminação dentro do ambiente do trabalho, esse número diminuiu para 11 pessoas (17,5%). Ainda assim, esse número é deveras expressivo em face do vasto arcabouço jurídico de combate à discriminação, com destaque para a Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil e vigente desde 1966. Desse diploma normativo, pode-se extrair que a discriminação dos migrantes ultrapassa questões como nacionalidade, raça, sexo e crença. Portanto, a não discriminação deve englobar também as categorias de ocupação, profissão, oportunidade de trabalho e emprego e opinião política. (Silva, 2021, p.186).

Mas nem só no aspecto discriminatório ou de tolerância social se encontram as dificuldades enfrentadas pelos refugiados, pois os óbices vão muito além e abarcam panoramas formais intrínsecos ao próprio movimento migratório do estrangeiro e aos fatores que o levou a migrar. Muitos são os fatores que dificultam a estadia e fixação do refugiado em terra estranha e ali poder trabalhar para conseguir se desenvolver e viver. Por exemplo, o acesso à documentação e a obtenção de determinados documentos, como documentos de identificação pessoal e laboral (carteira de trabalho ou recolhimento previdenciário, por exemplo) ainda se apresenta como grande dificuldade para a maioria dos refugiados que entram em território estrangeiro buscando amparo e socorro.

Ora para conseguir viver, mais do que sobreviver, o refugiado precisa de um trabalho

---

14 Cf. REIS, Andressa; VIEIRA, Miriam Steffen. Os novos imigrantes: construções discursivas sobre haitianos e senegaleses em um jornal do Sul do Brasil. Ciências Sociais Unisinos, Florianópolis, v. 55, n. 3, 2020. p. 387-396

digno, e isso não encontrará na informalidade. Mas para obter um registro de emprego formal, que lhe pague o que faz jus e merece, é necessário documentos, que no geral, o deslocado forçado não possui, sendo que não maioria das vezes não possui nem mesmo para se regularizar como próprio refugiado no país que os acolhe, já que teve que sair às pressas de seu país de origem, deixando tudo para trás, inclusive documentos.

Os documentos do migrante estrangeiro são peças imprescindíveis para a própria possibilidade de ser acolhido como refugiado, sem falar que são inafastáveis para a possibilidade desse refugiado obter o necessário para ser contratado em um emprego pelo regime formal de trabalho. Mas como tiveram que deixar tudo que tinham às pressas, de maneira abrupta e violenta, no seu país de origem, em razão da perseguição que os afligia, a eles não é dado escolha a não ser obter a vida que lhes permitam ter no novo país sem a documentação mínima necessária. E essa vida é geralmente taxada pela informalidade e desrespeito às condições laborais e ao meio ambiente do trabalho adequado. Sem documentos pessoais, o refugiado não consegue nem sua própria regularização, impedindo sua fixação correta na nação que os acolhe, e conseqüentemente, não obterão (ou terão imensa dificuldade e morosidade) a expedição de documentos novos ali em terra estranha que lhes propiciariam uma possibilidade de recomeço, como a própria CTPS (no Brasil). Esse é o caso de muitos refugiados haitianos e venezuelanos que adentram o Brasil, pois a “[...] *the majority of people seeking refuge are Venezuelans and this situation usually compels them to leave their country without enough time to prepare. A life in a new country without the necessary documents is unconceivable*”<sup>15</sup> (Raffoul, 2018, p.19-20).

Ao chegar em terra estrangeira, o migrante forçado que foge de perseguição geralmente já solicita o refúgio, pois este é indubitavelmente o instituto que impede logo de cara dele ser devolvido ao seu país de origem, bem como se mostra o meio menos custoso de permanecer naquele novo país com real oportunidade e possibilidade de inserção no mercado laboral, já que em poucos dias é possível se expedir documentos necessário para que aquele novo refugiado possa trabalhar, como carteira trabalho e emprego (CTPS, no Brasil). Todavia, uma das condições para que esse novo refugiado obtenha tamanho regularização e tais documentos de forma mais célere e ágil é que detenha em sua posse documentos pessoais que atestem sua capacidade e possibilidade para uma nova vida ali naquela nova nação, além de que comprove

---

15 Tradução livre: “[...] A maioria das pessoas que buscam refúgio são venezuelanos e essa situação geralmente os obriga a deixar seu país sem tempo suficiente para se preparar. Uma vida em um novo país sem os documentos necessários é inconcebível.”

que o estrangeiro é capacitado ao labor<sup>16</sup>. E é aí que reside e se inicia mais um problema para o refugiado, e que fugiu sem trazer nada consigo a não ser o fôlego de vida.<sup>17</sup>

Além disso, um determinado país ao abrir suas fronteiras para receber contingentes de refugiados faz verdadeiro compromisso com reafirmação à dignidade humana e também com a própria comunidade internacional em proporcionar àquele migrante a possibilidade de interagir e integrar-se com sua sociedade, seja através de políticas públicas, seja por meio de oportunidades ao mercado de trabalho. E é aí que também reside uma outra dificuldade do estrangeiro migrante, pois nem sempre as oportunidades laborais a ele oferecidas no novo país que os acolhe são condizentes ou compatíveis com o nível de escolaridade que o refugiado possui. E isso é grave, pois um trabalho ou ocupação laboral incompatível com o nível de instrução e capacitação já possuído pelo estrangeiro afeta muito mais do que apenas no salário a ser percebido por ele, pois acaba por minar e atentar contra a própria dignidade daquele refugiado, que acaba vendo toda sua trajetória profissional e história sendo jogada no lixo. Há degradação da dignidade humana nesse sentido.

Se destrincharmos os principais panoramas de refúgio pelo mundo, ver-se-á que um número significativo de refugiados que detém qualificação profissional e até formação universitária específica está trabalhando em áreas totalmente diversas e diferentes daquelas as quais são habilitados, capacitados ou possuem formação para tal. Na verdade, nem mesmo próximo trabalharão. Na verdade, a chance de nos depararmos com um refugiado diplomado e devidamente capacitado e habilitado exercendo atividade informal ou um emprego considerado “resto” e desprestigiado é imensa.

Com acesso restrito a empregos que ofereçam melhores salários e condições de trabalho, esses imigrantes — possuindo ou não um título universitário e/ou

---

16 A migração sem a documentação devidamente habilitada acaba por gerar e alimentar a informalidade do trabalho no país que recebe o estrangeiro, já que não podendo trabalhar formalmente, o refugiado procurará qualquer condição ou situação que lhe pague algo para conseguir sobreviver. Assim, a discussão sobre condições do meio ambiente de trabalho adequado fica para segundo ou terceiro plano nas preocupações do estrangeiro. Ele simplesmente precisa sobreviver, e para isso, precisa trabalhar. E isso acaba por agravar um outro panorama, já que não encontrando respaldo ou oportunidades na informalidade, é certo que tal estrangeiro irá acabar indo ou acentuando a questão da criminalidade, que por sua vez, não escolhe rosto, raça ou cor, ante a necessidade de pessoas para suas práticas. E isso acaba por convergir no mesmo ponto: o aumento da pobreza, desigualdade social e fatores socioeconômicos entre os estrangeiros naquele novo país. Assim, a ausência de documentação pelo estrangeiro migrante acaba por impactar direta ou indiretamente o próprio mercado de trabalho em si, pois migrantes sem documentos criam situações de maior vulnerabilidade no sistema e expõe os graves riscos e problemas à exploração da mão de obra por empregadores oportunistas, sem atendimento aos seus direitos trabalhistas. A falta de documentação está entre os principais motivos que fazem com que os imigrantes se sujeitem à informalidade, ficando à mercê dos traficantes de mão de obra, de empregadores de fachada, de trabalho análogo à escravidão, da servidão por dívidas e outras degradantes formas de trabalho.

17 Cf. ANONNI, Danielle; SILVA, Joana. Os direitos trabalhistas dos refugiados no Brasil: desafios para a aplicação da norma mais favorável na era da terceirização. Revista de Relações Internacionais da UFGD, Monções, v. 4, n. 8, p. 63-79, 2015.



experiências de trabalho consideradas qualificadas — estão em relação direta com atividades laborais de baixa remuneração (geralmente de um a dois salários-mínimos), muitas vezes informais e desprotegidas legalmente, em particular intensas em horas e sobrecarga de trabalho (Villen, 2015. p. 260).

É extremamente comum, e chega a ser até rotineiro, encontrar refugiados com consideráveis experiências profissionais e significativa formação universitária atuando na informalidade ou em empregos periféricos “indesejáveis” pelos nacionais daquele país. A adversidade extrema do refugiado conseguir se inserir em sua área de trabalho e formação no novo país que os recebe, aliada a necessidade que aquele estrangeiro tem de comer e sobreviver (recomeçar), faz com que o migrante forçado abandone sua carreira e formação, e acabe por recorrer àquilo que se encontra palpável e acessível a ele, tal qual empregos que exigem menos qualificação ou mesmo a informalidade<sup>18</sup>. Por exemplo, é muito comum, dentro dos movimentos migratórios de refugiados, observar advogados e engenheiros devidamente formados e habilitados em seu país de origem laborarem no trabalho informal, como garçom, atendentes de restaurantes e bares, caixas de supermercado, etc. Tudo em razão da dificuldade de comprovação e efetivação de suas formações no país que os acolhe.

*Even though many of them have higher education degrees, the circumstances led some to accept jobs they would never think of. It is not uncommon to know that Venezuelans accept job positions paid illegally less than a minimum wage. Such situation creates even more hostility towards some Brazilians, who feel that foreigners are stealing their jobs (Raffoul, 2018, p.19).*

Essa batalha do estrangeiro para obter um emprego digno, formal e devidamente condizente com sua capacitação e competência não se mostra apenas pela falta de oportunidade, mas também em decorrência da própria dificuldade que o refugiado detém de comprovar sua formação, sua qualificação profissional e sua habilitação laboral específica, em razão da dificuldade de convalidação de diplomas e reconhecimento de formações no novo país que os acolhe.

Os imbróglios e entraves burocráticos no reconhecimento e revalidação dos diplomas constitui em outra grande dificuldade encarada pelos refugiados em seu recomeço e nas condições laborais a que tem que se submeter. A própria burocracia, que por si só já é bem diferente nos mais diversos países ao redor do mundo, acaba por impedir ou dificultar demais o processo de revalidação de diplomas e formações dos refugiados no exterior e em seu país de origem, e isso acaba impedindo ou impossibilitando o profissional estrangeiro refugiado continue sua carreira esforçadamente conquistada ali no país que os acolhe, o que faz com que

---

<sup>18</sup> Cf. MIRANDA, Ana. Direitos humanos e o direito ao trabalho dos migrantes indocumentados. In: ANONNI, Danielle (Org.). Direito internacional dos refugiados e o Brasil. Curitiba: Gedai-UFPR, 2018. p. 171-193

agrave ainda mais sua situação. Pois, além de baixa renda, péssimo emprego, aumento da informalidade, há ainda degradação da dignidade e humana com a insatisfação profissional e pessoal daquele estrangeiro, já que utilizemos o exemplo citado acima, o que um advogado refugiado tem de conhecimento sobre construção civil ou manufatura de roupas para pode atuar no ramo informal dessas áreas no país que os acolhe? Isso seria perpetuar a perseguição velada a que aquele estrangeiro migrou para fugir. É continuar limitando sua vida a sobreviver, enquanto o que ele mais deseja é recomeçar, poder se desenvolver, poder, enfim, viver! E por isso é inaceitável.

Alguns fatores dificultam a desejada inserção no mercado de trabalho desta população: falta de qualificação, quando qualificados a necessidade de revalidação de diplomas no país e a ausência do domínio da língua local. Nem sempre a condição migratória permite espera e os imigrantes acabam por se sujeitar a condições laborais inadequadas (Boas, 2018, p.237).

Todavia, isso acaba sendo ruim até mesmo para o próprio país que acolhe o refugiado, pois além de ver seus números de problemas sociais e informalidade labora crescerem, acabam por não aproveitando o potencial profissional desses migrantes em seu território.<sup>19</sup>

São inúmeros e variados os óbices ao reconhecimento da formação e diplomação dos refugiados, como por exemplo: a necessidade de reconhecimento consular de tal documentação; a exigência de planos de ensino e ementa das disciplinas cursadas; a perda do diploma ou documento equiparado em razão da fuga repentina e das condições que assolam o país de origem (por exemplo, guerras que destruíram as casas e tudo que havia nelas); até mesmo o risco da universidade, faculdade ou instituto nem mais existir no país de origem do refugiado, por variados motivos, como extinção, fechamento por perseguição política ou até mesmo destruição por causa de guerra e conflito armado civil; dentre outros. A verdade é que seja de ordem grave ou mais ameno, formal ou intangível, esses entraves tornam muitas vezes impossível o acesso a condições de trabalho e oportunidades profissionais melhores pelos refugiados, e isso acaba por inviabilizar o próprio processo de fixação do estrangeiro na nova terra que lhe acolheu, remontando aos problemas acima elencados novamente: exploração laboral do estrangeiro, crescimento da informalidade e salários menores do que sua formação/capacitação:

Os principais direitos trabalhistas e previdenciários violados são decorrentes da formalização do contrato e do desvio de função intensificado por problemas relativos à validação do diploma. Neste contexto, o refugiado é contratado para exercer uma função de menor hierarquia com um salário mais baixo, mas, de fato, exerce função

---

19 Cf. COMPASSIVA. Refugiar: revalidação de diplomas. Compassiva. 2019. Disponível em: <<http://compassiva.org.br/refugilar-revalidacao-de-diplomas/>>. Acesso em 25 mai. 2021.

de maior hierarquia compatível com sua qualificação (Getirana, 2018. p. 425)

E por fim, há ainda mais uma grande barreira, muitas vezes esquecida, encarada pelo refugiado para se estabelecer e se inserir no mercado de trabalho que é idioma. A diferença de línguas entre a que o estrangeiro refugiado fala e aquela do país que o acolhe é ainda tido como, quiçá, o maior entrave enfrentado pelo migrante forçado ao redor do mundo, até porque em razão de fugirem na maioria das vezes às pressas de seu Estado de origem, os refugiados acabam não escolhendo exatamente para onde irem; pelo contrário, o que buscam naquele momento é sobreviver, seja onde for. E os destinos acabam sendo variados, com idiomas variados e bem diferentes do falado pelo estrangeiro. Assim, sem o domínio da língua do país que os acolhe, os refugiados começam a deter imensa e incalculável dificuldade para se inserir no mercado de trabalho, e com isso agravam todo já exposto aqui, em especial a informalidade, baixos salários e lesões sérias a direitos trabalhistas, visto que acabam por serem reduzidas as possibilidades e oportunidades de trabalho a ele conferidas que podem ignorar tal premissa linguística.

O idioma aparece nesse aspecto mais uma vez, pois o desconhecimento do mesmo pela população refugiada tem sido usado como “vantagem” para que diversos empregadores neguem direitos trabalhistas aos refugiados, que se submetem a um emprego informal e sem CTPS assinada, já que necessitam sobreviver. (Jubilut; Lopes, 2018, p.147).

Ora, o próprio conhecimento e a noção aprofundado sobre os direitos trabalhistas que uma pessoa detém em determinado país está atrelado e vinculado na capacidade que ele tem de compreender o idioma em que as leis e tais direitos estão afirmados. E qual a consequência disso? Exploração do estrangeiro como mão-de-obra barata e descartável, já que não será possível empossá-lo em cargos, empregos e funções que exijam qualquer tipo de comunicação com o público ou compreensão do idioma. E o que sobra? Trabalhos informais, trabalhos subvalorizados, trabalhos desprezados, como ajudante de cozinha, em obras, limpeza, etc., que por muitas vezes é exercido por refugiados com formação profissional, diplomados e habilitados para empregos técnicos e bem remunerados. O entrave linguístico acaba por minar o próprio migrante em si e se torna mais um verdadeiro obstáculo ao estrangeiro se inserir devidamente no mercado de trabalho.

Todas essas dificuldades e empecilhos encarados diariamente pelos refugiados em território estrangeiro demonstram nitidamente a exploração sofrida por eles no campo laboral, e que acabam por impedir o acesso deles a melhores condições de inserção no mercado trabalho, e isso é um fator a ser levado em consideração pelas mais variadas nações ao redor do mundo. Não basta apenas receber. É necessário tutelar e conceder condições mínimas para que aquele

migrante possa se desenvolver e viver, possa ali criar raízes e se integrar, e não apenas sobreviver precariamente.

Todos se beneficiam: o estrangeiro que adquirem a possibilidade de reconstruírem suas vidas, e o país que os acolhe com recebimento de mão-de-obra diversificada que pode aumentar sua produção de riquezas e enriquecer sua cultura. Nesse viés, toda relação empregatícia tem almejar alcançar também sua função social ao estrangeiro, ou seja, proporcionar àquele trabalhador migrante a proteção à sua dignidade humana, honra, vida privada, imagem, e expectativas, bem como sua integridade física e psíquica, tudo partir de condições mínimas e dignas de formalidade, reconhecimento e remuneração na relação laboral, assim como, também o fornecimento de um meio ambiente de trabalho equilibrado, sadio e adequado, para o bom desempenho do trabalho por uma pessoa que largou tudo para fugir e recomeçar.

### **Considerações finais**

O mundo contemporâneo globalizado é marcado por contrastes, lastreado de um lado na expectativa humana de crescimento e desenvolvimento pessoal a partir do trabalho, e de outro lado com perspectivas que visam apenas fugir e sobreviver. Negligenciar essas nuances, e pior, não as fazer se encontrar a fim de que a primeira englobe a segunda, coloca em risco a própria diversidade do homem, e acaba por ocasionar em verdadeiro atentado à dignidade humana, já que o trabalho digno e formal, devidamente reconhecido e exercido em um meio ambiente de trabalho seguro e equilibrado é direito de todos, independente de língua, nação, religião, cor, credo, raça, etc.

Assim, o trabalho como expressão social vivenciada na coletividade, envolve não apenas as relações laborais e meio ambiente de trabalho, mas também e principalmente a oportunidade e possibilidade do ser humano se fixar, crescer e se desenvolver, independentemente de onde ele veio ou quem ele seja. Por isso, mostra-se como medida necessária o reforço pelo fim da alienação e da precariedade dos espaços de trabalho, bem como da informalidade e das ofertas de emprego abaixo da qualificação e com pouca remuneração, não apenas visando a minimização e erradicação da insegurança aos trabalhadores, sejam nacionais ou principalmente estrangeiros, mas sobretudo no respeito à diversidade e igualdade entre seres humanos na concorrência de mercado.

Nesse contexto a garantia de direitos e deveres a sujeitos estrangeiros, que migraram e fugiram a força, sem escolha, de seus países, e que foram obrigados a abdicar de sua cultura, seus espaços de trabalho, suas raízes, sua vida, por vezes vários deles já sedimentados e

consolidados, mostra-se como mais do que uma necessidade, passando a se tornar um grito que aflora no âmago de todo ser humano. Não há lastro ou viés para justificar a ausência de políticas públicas eficazes que melhorem a condição do estrangeiro migrante em seu processo de acolhimento; e mais, não há margem para tolerância de qualquer ideologia de discriminação ou óbices ao refugiado e sua possibilidade de crescimento no país que os acolhe, ainda que proveniente da sociedade ou do próprio Estado, pois limitar o acesso aos espaços de trabalho formal e digno, ou quando acessíveis, remunerá-los de forma inadequada e incondizente com as qualificações e capacitações do estrangeiro, se tornam verdadeiras violações não apenas àquela pessoa, mas sim aos próprios direitos humanos em si.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, José H. Fischel de. **Direito internacional dos refugiados: Evolução Histórica (1921 – 1952)**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.
- ANONNI, Danielle; SILVA, Joana. **Os direitos trabalhistas dos refugiados no Brasil: desafios para a aplicação da norma mais favorável na era da terceirização**. Revista de Relações Internacionais da UFGD, Monções, v. 4, n. 8, p. 63-79, 2015.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ARAÚJO, Nadia de; ALMEIDA, Guilherme Assis de. (Org.). **O Direito internacional dos refugiados: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. São Paulo: Zahar, 2017.
- BOAS, Marina Vilas; DANIELE, Anna; PAMPLONA, Danielle. **Direito humano ao trabalho: políticas públicas para a inserção dos imigrantes, refugiados e apátridas no mercado de trabalho na região sul do país**. In: ANONNI, Danielle. (Org.). **Direito internacional dos refugiados e o Brasil**. Curitiba: Gedai-UFPR, 2018.
- BÓGUS, L. M. M.; RODRIGUES, Viviane Mozzine. **Os refugiados e as políticas de proteção e acolhimento no Brasil: História e Perspectivas**. Dimensões, Vitória, n. 27, 2011.
- COMPASSIVA. **Refugiar: revalidação de diplomas**. Compassiva. 2019. Disponível em: <<http://compassiva.org.br/refugilar-revalidacao-de-diplomas/>>. Acesso em 25 mai. 2021.
- GETIRANA, Larissa; LIMA, Fernanda. **O papel da sociedade civil no acolhimento e integração dos solicitantes de refúgio**. In: ANONNI, Danielle. (Org.). **Direito internacional dos refugiados e o Brasil**. Curitiba: Gedai-UFPR, 2018.
- JUBILUT, Liliana Lyra. **O direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Editora Método, 2007
- JUBILUT, Liliana; LOPES, Rachel; SILVA, Joanna. **O acesso ao direito do trabalho para refugiados no Brasil**. In: ANONNI, Danielle. (Org.). **Direito internacional dos refugiados e o Brasil**. Curitiba: Gedai-UFPR, 2018.
- LATOURET, Bruno. **Où atterrir? Comment s’orienter en politique**. Paris: La Découverte, 2017.
- MAGALHÃES, Luís. **A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico**

**do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti**, Tese de Doutorado em Demografia. Universidade de Campinas, Campinas, Brasil. 2017.

MASON, Paul. **Vencendo o medo da liberdade**. In: GEISELBERGER, Heinrich. (Org.) A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

MATTOSO, J. e L. **A desordem no trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995

MIRANDA, Ana. **Direitos humanos e o direito ao trabalho dos migrantes indocumentados**. In: ANONNI, Danielle (Org.). Direito internacional dos refugiados e o Brasil. Curitiba: Gedai-UFPR, 2018.

PEREIRA, Gustavo; ABREU, Márcia. **Transformando o ‘intruso’ em ‘incluso’: xenofobia e discriminação na acolhida de imigrantes no Brasil**. In: GRUPO DE ASSESSORIA A IMIGRANTES E REFUGIADOS (GAIRE). (Org.). Múltiplos olhares: migração e refúgio a partir da extensão universitária. Porto Alegre: Faculdade de Direito da UFRGS, 2016.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**. São Paulo: Saraiva, 2006.

RAFFOUL, Jacqueline. **Crisis in Venezuela: The Brazilian response to the Massive Flow of Venezuelans in Roraima**. Revista de Direito Internacional, Brasília, v. 15, n. 2, 2018.

REIS, Andressa; VIEIRA, Miriam Steffen. **Os novos imigrantes: construções discursivas sobre haitianos e senegaleses em um jornal do Sul do Brasil**. Ciências Sociais Unisinos, Florianópolis, v. 55, n. 3, p. 387-396, 2020.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SILVA, Camila; BAENINGER, Rosana. **Mudança de perfil dos imigrantes venezuelanos em São Paulo — perspectivas sobre a política de interiorização do governo federal**. Anais ABEP. 2019. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/3166/3027>>. Acesso em 24 mai. 2021.

SILVA, Renata Ferreira da; BENTO, Juliane Sant’Ana. **Política migratória e direito ao trabalho: estudo de caso sobre a acolhida de imigrantes venezuelanos no Sul do Brasil**. Colômbia Internacional, Bogotá, n. 106, abr.-jun., p. 165-198, 2021.

VILELA, Elaine. **Desigualdade e discriminação de imigrantes internacionais no mercado de trabalho brasileiro**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, 2011. p. 89-128.

VILELA, Elaine; COLLARES, Ana; NORONHA, Claudia. **Migrações e trabalho no Brasil: fatores étnico-nacionais e raciais**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 30, n. 87, 2015. p. 19-42.

VILLEN, Patrícia. **O estigma da ameaça ao emprego pelos periféricos na periferia: crise e imigração no Brasil**. RUA, v. 21, n. 12, 2015.

## **Práticas de governança migratória no município de Santa Maria/RS e a luta por reconhecimento e autonomia**

Marina Mayora Ronsini<sup>1</sup>  
Tainara Mariana Mallmann<sup>2</sup>

### **Introdução**

A construção do texto parte da seguinte problemática: existem práticas locais na cidade de Santa Maria/RS que reflitam algum dos padrões de reconhecimento preconizados por Axel Honneth? Delimita-se, então, o tema da pesquisa, na investigação sobre a existência de práticas de governança migratória local no município de Santa Maria/RS, que se encontrem de acordo com o que Axel Honneth preconiza a respeito da luta por reconhecimento.

Para embasar os aspectos teóricos do texto, elegeu-se Axel Honneth, importante filósofo da teoria crítica, que formulou uma teoria social contemporânea consistente para pensar a sociedade. Para o delineamento da pesquisa, foi realizada uma revisão de literatura acerca do tema da governança migratória, articulando-a com a teoria do reconhecimento social de Honneth, utilizando as suas categorias de reconhecimento intersubjetivo através do Direito e da solidariedade/estima social.

O texto é desenvolvido em três tópicos. Primeiramente, faz-se uma breve exposição acerca da integração local de imigrantes e refugiados, e a sua importância para a garantia de diversos direitos e, sobretudo, de produção de autonomia em todos os âmbitos – econômica, cultural e social. Posteriormente, são feitos relatos acerca de duas experiências extensionistas realizadas no âmbito do MIGRAIDH, Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional da UFSM, em parceria com a Secretaria de desenvolvimento Social de Santa Maria, visando exemplificar como ocorre a integração local de imigrantes no local objeto de análise.

Por fim, a atividade extensionista do MIGRAIDH será associada a dois dos três padrões de reconhecimento desenvolvidos por Axel Honneth, compreendendo a importância desse referencial teórico para pensar criticamente como se desenvolve o processo de reconhecimento dos imigrantes e refugiados como grupos social, e a importância de assumir eticamente a

---

<sup>1</sup>Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Integrante do projeto de pesquisa Proteção e Promoção dos Direitos Humanos de Migrantes e Refugiados no Brasil (MIGRAIDH) e do Programa de Extensão Assessoria a Imigrantes e Refugiados, ambos coordenados pela Professora Dra. Giuliana Redin. E-mail: marina.ronsini@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Integrante do projeto de pesquisa Proteção e Promoção dos Direitos Humanos de Migrantes e Refugiados no Brasil (MIGRAIDH) e do Programa de Extensão Assessoria a Imigrantes e Refugiados, ambos coordenados pela Professora Dra. Giuliana Redin. E-mail: tainaramarianamallmann@gmail.com.

responsabilidade deste reconhecimento recíproco, conferindo a sua participação autônoma na vida pública.

### **1. Respostas de governança migratória à integração local de imigrantes e refugiados**

A migração forçada constitui objeto do diálogo regional governamental recorrente dos países da América Latina e do Caribe no denominado Processo de Cartagena, o qual detém como marco a Declaração de Cartagena de 1984. O diálogo entre os países resultou na realização de meios para a proteção integral de imigrantes e refugiados, através do que se denominou de soluções duradouras (Redin; Monair, 2018).

A integração local é reconhecida como uma das três soluções duradouras pelo Processo de Cartagena, incentivando a atuação dos Estados e o desenvolvimento de políticas públicas. Dessa forma, constitui instrumento basilar para a proteção integral de migrantes forçados, trazendo consigo, no entanto, inúmeros desafios de direitos humanos impostos no cotidiano de quem vive a migração, seja em virtude da estrutural relação de desigualdade do não nacional, seja pelo que representa a mobilidade, sobretudo forçada, na subjetividade humana (Redin; Monair, 2018).

Muito embora tenha surgido como forma de proteção integral do imigrante forçado, a integração local vai além de um direito restrito a uma categoria migratória, constituindo também a possibilidade do exercício do Direito Humano de Migrar. A negativa desse direito, por intermédio de condicionalidades político-jurídicas, potencializa a situação de vulnerabilidade de migrantes tradicionalmente não reconhecidos como forçados, mas que também possuem necessidade de desfrutar de políticas públicas para a integração local, como requisito essencial para a realização de seus projetos migratórios (Redin; Monair, 2018, p.753-754).

Neste sentido, a depender das respostas de integração local que os municípios fornecem a demandas sociais sensíveis, como as resultantes dos processos migratórios, se possibilita ou não a hospitalidade como prática social. Para o estrangeiro, que se depara com cultura, língua e normas jurídicas-sociais distintas das suas, é necessário mais do que uma hospitalidade em seu sentido tradicional, mas uma hospitalidade absoluta ou incondicionada, como nos ensina Jaques Derrida (2003).

Nesse sentido:

O sujeito migrante ou o estrangeiro diante de mim também desperta para o plano ético da ideia de hospitalidade, porque na prática a hospitalidade é sempre condicionada e mantém a condição subalterna e até mesmo negadora do status de sujeito do migrante. Esse algo que naturaliza a exclusão e impede uma mudança paradigmática da relação do Estado e da sociedade diante do imigrante e de sua condição está em alguma



engrenagem psicossocial que, por alguma razão, não aparece, não é dita, não se consegue perceber (Redin, 2022, p. 22).

A hospitalidade a ser praticada no interior das sociedades de acolhida não é aquela que, como sociedade, estamos acostumados a praticar, inscrita dentro dos limites do direito<sup>3</sup>. Essa é a hospitalidade que vincula o sujeito a um determinado status, por menos reconhecido que ele seja, ou que “condiciona as migrações aos pactos de reciprocidade e a proteção ao enquadramento em categorias jurídicas dependentes dos interesses securitários e econômicos do Estado” (Redin, Monaiar, 2018, p.772).

É por isso que Derrida afirma que “a hospitalidade justa rompe com o a hospitalidade de direito” (2003, p.25). A cidade em si não contém a hospitalidade, que precisa ser constituída por uma coexistência dos indivíduos com as instituições, em relação paritária. Esse conjunto que forma a cidade, deve ser constantemente estimulado por práticas avessas ao tipo de hospitalidade que acabamos de citar. Queremos dizer com isso, que a cidade deve ser preparada para a virtude da hospitalidade incondicionada.

Uma boa governança migratória local, possui o potencial de ser a expressão do que estamos falando. A governança migratória é compreendida como um conjunto de estruturas formadas por:

Normas, leis e regulamentos, políticas e tradições, bem como estruturas organizacionais (subnacionais, nacionais, regionais e internacionais) e os processos relevantes que moldam e regulam as abordagens dos Estados no que diz respeito à migração em todas as suas formas, abordando os direitos, responsabilidades e promoção da cooperação internacional (OIM, 2019, p. 138).

Nessa definição também estão incluídos os municípios, que devem promover ações coordenadas com os estados, em termos de gestão das políticas migratórias. Dentre os atores que comumente participam dessa gestão, além do Governo Federal, Governos Estaduais e Governos Municipais, estão a sociedade civil, a academia, representada por universidades públicas e privadas, setor privado, associações e grupos de imigrantes, e organizações internacionais (OIM, 2022, p. 15).

Nesse movimento de ação coordenada, deve haver uma preocupação na inclusão dos sujeitos a que são destinadas as políticas migratórias, reconhecendo-os como sujeitos autônomos, capazes de falar por si mesmos, participando ativamente do debate político.

---

<sup>3</sup>Assim se manifesta Jacques Derrida: “A hospitalidade consiste em interrogar quem chega? Ou a hospitalidade se torna, se dá ao outro antes que ele se identifique, antes mesmo que ele seja (posto ou suposto como tal) sujeito, sujeito de direito e sujeito nominável por seu nome de família?” (2003, p.25-27).

Como recorda Paulo Freire, “é com ela, a autonomia, penosamente construindo-se, que a liberdade vai preenchendo o “espaço” antes “habitado” por sua dependência” (Freire, 2000, p. 48). Da mesma forma, é através da integração local que se concederá autonomia ao imigrante, substituindo a dependência estatal pela liberdade e responsabilidade inerente a qualquer sujeito de direitos.

Este é um dos aspectos mais sensíveis ao tema das migrações: a autonomia política. Ela se torna elemento central, por ao sofrerem o processo de desenraizamento e adentrarem um país que não é o seu, sujeitam-se às categorias político-jurídicas de enquadramento dos sujeitos da mobilidade humana internacional em uma ordem que os define (Redin, 2022, p.24), e em sendo não nacionais, são submetidos a uma autonomia que é sempre restrita, pois não gozam de direitos como um membro pleno.

Essa situação permanece mesmo quando imigrante adquire residência permanente, pois o “o direito de residência permanente continua a ser um ato de beneficência soberana e é por esta razão de que a condição do hóspede é sempre precária” (Benhabib, 2018, p.10). Na condição ainda mais limitante de não-cidadão, o estrangeiro não detém o privilégio da participação democrática, que muito para além do direito de votar em eleições nacionais, envolve também influir na formação de leis que lhe atingem:

A agenda de direitos humanos está situada no campo da composição de um circuito social, que é político, e que, portanto, está no campo do discurso. não por outra razão, Hannah Arendt afirma que a condição humana decorre da possibilidade do sujeito ser visto e ouvido no espaço público (Redin,2022, p. 39).

As dimensões de governança migratória<sup>4</sup>, de acordo com a Organização Internacional para as Migrações, envolvem 1) Estrutura Institucional de governança e estratégia local; 2) Capacitação de servidores públicos; 3) Participação social e cultural de migrantes; 4) Transparência e acesso à informação para migrantes; 5) Parcerias institucionais (2022, p. 35).

Nesse contexto, é fundamental que as iniciativas de governança migratória local tenham sejam guiadas por algumas diretrizes já pensadas e discutidas a nível internacional, tais como as apresentadas pela OIM. Da mesma forma, é salutar que possamos aprender com boas práticas de governança migratória de outros municípios visando uma integração social plena do grupo social aqui estudado.

---

<sup>4</sup>Além disso, a OIM apresenta outras 05 dimensões relacionadas ao acesso a direitos: Acesso à saúde; Acesso e integração à educação; Acesso à assistência e à proteção social; Acesso ao mercado de trabalho; e Acesso aos serviços de proteção: gênero, LGBTIQ+ e igualdade racial (2022, p. 35).

## **2. A experiência extensionista do MIGRAIDH e as práticas de governança migratória local**

Por intermédio do MIGRAIDH, Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão, criado para a difusão acadêmica do Direito Humano de Migrar, e para o desenvolvimento de ações práticas voltadas à promoção desse direito, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) tem promovido inúmeras iniciativas voltadas à integração local de imigrantes e refugiados. No ano de 2015, a UFSM firmou Termo de Parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), visando a instituição da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) no âmbito da Universidade, sendo o MIGRAIDH responsável técnico pelo convênio (Redin; Monair, 2018).

Visando ilustrar a experiência extensionista promovida pelo MIGRAIDH, será efetuado o relato de dois cursos de capacitação promovidos pelo grupo, como instrumento para a integração local da população migrante e refugiada de Santa Maria/RS. As ações foram desenvolvidas na esteira de outras práticas de integração local de iniciativa do MIGRAIDH, como a política de acesso à Universidade Federal de Santa Maria para imigrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade, implementada através da Resolução 41/2016 (Redin, et al; 2018).

Na semana marcada pela celebração do Dia Internacional do Refugiado, ocorrida em 20 de junho de 2017, o MIGRAIDH promoveu o 1º Curso de Formação e Capacitação para Servidores Públicos, denominado “Migração, Refúgio e Políticas Públicas”, no âmbito de uma parceria entre a UFSM e a Secretaria de Desenvolvimento Social do município. Objetivando a discussão acerca das migrações no local em comento, o curso foi dividido em três etapas, ocorridas nos dias 21 de junho, 03 e 11 de julho de 2017 (Redin; Monair, 2018).

A capacitação contou com a participação de imigrantes a partir de suas experiências pessoais, da Defensoria Pública da União (DPU), de instituições e órgãos engajados na proteção dos direitos dessa minoria e de pesquisadores de diversas áreas - Direito, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras e Psicologia (Redin; Monair, 2018).

Tratou-se de evento de suma importância para a sensibilização na pauta de direitos humanos e difusão de experiências voltadas a políticas inovadoras de direitos humanos para imigrantes e refugiados. Na oportunidade, “a comunidade local e os agentes públicos foram convidados a compreender a realidade migratória, para construir práticas e ações de direitos humanos, acolhida e integração local de migrantes e refugiados” (Redin, et al; 2018, p. 951).

O público alvo do evento foram servidores públicos municipais, estaduais e federais, pesquisadores, migrantes e refugiados, profissionais de diversas áreas e demais interessados (Redin, et al; 2018), tendo buscado inserir o debate sobre a complexidade e os desafios advindos da mobilidade humana, perfazendo subsídio para as práticas locais de atendimento, acolhimento e integração local voltada à agenda migratória, objetivando, principalmente, a concretização de políticas públicas de acolhimento e integração de imigrantes e refugiados, “sobretudo diante da omissão legislativa quanto a diretrizes para políticas locais (Redin, et al; 2018, p.951).

O objetivo geral do curso consistiu na capacitação de servidores públicos para o atendimento e atenção da população migrante e refugiada em Santa Maria, fomentando, com isso, o desenvolvimento de políticas públicas locais de promoção e acesso a direitos. O evento promoveu o entendimento acerca da importância da atuação estatal, ao destacar a responsabilidade pública diante do acesso a direitos. A iniciativa também facilitou o diálogo entre os agentes públicos municipais, estaduais e federais e a comunidade local, dando voz àqueles indivíduos mais afetados nessa relação - os próprios imigrantes (Redin, et al; 2018).

Através dessa integração poder público/comunidade local, foi possível a criação de um espaço de participação política e de construção de iniciativas, visando orientar os agentes governamentais acerca das diretrizes associadas ao atendimento, acolhimento e integração local da população migrante e refugiada. Ao final de cada etapa do Curso, os participantes foram provocados a procederem na avaliação sobre a contribuição da iniciativa para as respectivas atuações profissionais. Alguns dos resultados obtidos foram os seguintes:

Cerca de 30 participantes responderam a avaliação ao final de cada etapa: 97% consideraram que a partir de sua área de atuação e/ou interesse, o curso contribuiu para compreensão dos desafios da agenda das migrações e do refúgio, sugerindo mais edições do Curso; sobre o formato do Curso, 100% responderam que atendeu às expectativas, tendo sido destacada a abertura para respostas aos questionamentos e depoimentos de migrantes e refugiados que aconteceram ao longo das três etapas; em relação ao tempo e conteúdo, 100% dos participantes entenderam que o Curso atendeu às expectativas, alguns avaliaram a falta de tempo, outros reconheceram a dimensão e complexidade do tema, sendo que sugeriram mais módulos, destacando, contudo, que foram colocados diante de "uma realidade nova" e "preocupante"; (...) as discussões em grupo (do caso de elegibilidade e da carta) foram bem avaliadas, bem como o espírito de integração entre os participantes; a Carta de Santa Maria também foi destacada como um resultado palpável do Curso para além das reflexões provocadas sobre como receber e atender migrantes e refugiados [...] (Redin, et al; 2018, p. 956).

Ao final, produziu-se uma Carta de Santa Maria sobre Políticas Públicas para Migrantes e Refugiados, a qual foi, posteriormente, entregue aos Poderes Públicos Legislativo e Executivo municipais. O documento, que foi elaborado de forma conjunta por agentes públicos, sociedade civil, academia, migrantes e refugiados, tratou, fundamentalmente, sobre diretrizes e ações

essenciais para o desenvolvimento de políticas públicas locais aptas a promoverem o atendimento, acolhimento e integração de imigrantes e refugiados na cidade de Santa Maria (Redin, et al; 2018).

Já a segunda edição do curso, intitulada de "Curso de Formação em Direitos Humanos para Servidores Públicos e Atores Sociais de Santa Maria", ocorreu nos dias 06 e 13 de dezembro de 2021, no plenário da Câmara de Vereadores do município. O curso teve como objetivo central o fortalecimento da atenção dos serviços públicos aos imigrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade.

Os painéis contaram, no módulo I, com os temas “Fluxos migratórios: categorias e proteção de direitos humanos”, “Múltiplas Vulnerabilidades e Redução das Desigualdades”; no módulo II, “Direitos Fundamentais e Proteção de Migrantes e Refugiados, “Acesso a Direitos e Informação”, “Políticas Públicas para Migrantes e Refugiados; no módulo III, “Português Como Língua de Acolhimento; “Atendimento Psicossocial”, “Regularização Documental”, “Inserção Laboral”.

Destaca-se que, mais uma vez, que o curso teve a participação da UFSM, em conjunto com o poder legislativo municipal e poder executivo, estando essas iniciativas alinhadas com o que preconiza a Organização Internacional para as Migrações (OIM) acerca de boas práticas de governança migratória local, que apenas são possíveis a partir do esforço coordenado de diversos atores.

Em sua etapa final, foi proposta a criação do Comitê Municipal de Atenção ao Migrante e Refugiado (COMIRE) no município de Santa Maria/RS, aprovado como Projeto de Sugestão número 0062/2021, com minuta que contou com 09 artigos dispendo sobre a finalidade do Comitê, suas atribuições, princípios e diretrizes que os guiam, dentre outras disposições (Câmara Municipal de Santa Maria-RS, 2021). De

De forma a ilustrar a relevância do comitê, destaca-se as suas atribuições:

Art. 2º. São atribuições do COMIRE-SM:

I - propor e coordenar a estratégia municipal de atenção ao migrante e refugiado, observada a situação de apatridia, das vítimas de tráfico de internacional de pessoas e da mobilidade humana internacional, na rede de serviços, equipamentos e políticas públicas no Município;

II - estimular a criação de políticas públicas voltadas às pessoas imigrantes e refugiadas no âmbito municipal e acompanhar a sua implementação;

III - propor e articular parcerias com instituições governamentais e da sociedade civil, voltadas ao atendimento, acolhimento e integração da população migrante e refugiada no Município de Santa Maria, observada a situação de apatridia e da mobilidade internacional;

IV - promover a formação e capacitação permanente de agentes públicos e atores sociais para o atendimento, acolhimento e integração local de migrantes e refugiados;

- V - receber denúncias de violação dos direitos das pessoas migrantes, refugiadas, apátridas e em mobilidade internacional, e encaminhá-las às autoridades competentes;
- VI - reunir, atualizar, estimular estudos e pesquisas e documentos orientadores sobre as migrações internacionais;
- VII - estimular e apoiar a realização de debates, fóruns, seminários e outros eventos que visem ao atingimento das finalidades do Comitê Municipal de Atenção ao Migrante e Refugiado de Santa Maria;
- VIII - estimular a auto-organização das associações de migrantes e refugiados, bem como promover a participação de migrantes e refugiados nos espaços na elaboração, acompanhamento, execução e monitoramento das políticas públicas (Câmara Municipal de Santa Maria-RS, 2021).

Ainda no contexto de proposta de criação do Comitê, em 2023, ano em que o MIGRAIH comemora os seus 10 anos de atividades, foi promovido evento no Dia Mundial do Refugiado, com o tema “Sujeito de Direitos e Participação Social”, e, nessa data, o atual secretário de Desenvolvimento Social de Santa Maria, João Chaves, entregou ao MIGRAIDH a minuta que prevê a criação do referido Comitê.

O gesto, fruto da incidência política do grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão, representa um grande avanço, no entanto, até a data de finalização do presente artigo, ainda aguarda ato executivo do prefeito do município para instituir Decreto de Lei que a regule, havendo, portanto, uma perspectiva de concretização do compromisso firmado.

Todos esses esforços, problematizam a relação Estado-Migrante, já que o poder público insiste em reduzir o estrangeiro a um mero conteúdo normativo - não o considerando como aquilo que realmente é: um sujeito de direitos. A situação de precariedade agrava-se quando não há um preparo dos setores administrativos municipais.

É por esse motivo que a preocupação central dos dois cursos foi sinalizar para a política da agenda migratória, que ainda está estruturada no paradigma da vigilância e controle, chamando atenção para o dever de o poder público estar capacitado para o atendimento construído a partir de outras bases, que não as da precariedade e provisoriedade do imigrante na sociedade de acolhida, mas de promoção e proteção de direitos.

Os cursos promovidos tiveram, então, o intuito de potencializar o acesso à direitos para imigrantes e refugiados, através da capacitação de servidores públicos que lidam diretamente com a população imigrante e refugiada, amenizando, com isso, as vulnerabilidades apresentadas e progredindo no que tange ao reconhecimento dessa parcela da população.

Ressalta-se, novamente, que os cursos estão alinhados com o que a OIM orienta em matéria de boas práticas de governança migratória, especialmente com relação à dimensão de *capacitação de servidores públicos*; de *parcerias institucionais*, que constitui “a colaboração entre diferentes instituições, órgãos e setores que se ocupam da temática das migrações e questões correlatas a essa temática e trata do estabelecimento de parcerias formais e informais

pela gestão pública local”, (2022, p.37); e de *participação social e cultural dos migrantes*, que “considera a participação social das pessoas migrantes nas políticas destinadas a elas, por meio da escuta e da consulta durante as etapas de elaboração, execução e avaliação das políticas públicas” (*Ibidem*).

### **3. A luta por reconhecimento em Axel Honneth e a experiência extensionista do MIGRAIDH**

Axel Honneth, filósofo e sociólogo alemão, desenvolveu, em sua obra, “Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais” (2009), três padrões de reconhecimento intersubjetivo que, ao longo dos anos, fundamentaram a luta por reconhecimento das minorias sociais: o amor, o direito e a solidariedade.

O autor se vincula à tradição da teoria crítica, que “não se limita a descrever o funcionamento da sociedade, mas pretende compreendê-la à luz de uma emancipação ao mesmo tempo possível e bloqueada pela lógica própria da organização social vigente” (Honneth, 2009, p. 09). Dessa forma, a teoria crítica demanda que os conhecimentos produzidos e a própria realidade social que esse conhecimento pretende apreender, sejam a expressão de um comportamento crítico dos teóricos afiliados à essa vertente intelectual (*Ibidem*).

Honneth segue estes princípios fundamentais, buscando em sua teoria social — centralizada na ideia de luta dos indivíduos, quando adquirem consciência da falta de reconhecimento no contexto das três esferas mencionadas —, um real desenvolvimento da sociedade através do conflito social (ou da luta por reconhecimento).

Para os propósitos deste artigo, nos deteremos nas esferas do direito e da solidariedade, para avaliar os elementos que circundam os desafios vivenciados pelos imigrantes na sociedade de acolhida, com relação ao acesso de direitos e produção de autonomia dos sujeitos, a partir da valorização de suas capacidades e propriedades concretas, e do reconhecimento do seu igual valor a partir do estabelecimento de um status de sujeitos de direito.

As esferas do reconhecimento citadas representam “expectativas normativas dos sujeitos”, ou pretensões de autorrealização individual (Honneth, 2009), que “formam a identidade pessoal, de modo que o indivíduo pode se autocompreender como membro autônomo e individualizado, vale dizer, reconhecido nas formas de sociabilidade comum (Werle, Melo, 2013, p. 320).

Inicialmente, cumpre destacar que tanto o direito como a solidariedade, diferentemente da esfera do amor, que se refere às relações primárias que os indivíduos detêm com pessoas de

referências (relações parentais e de amizade, exemplo), se vinculam ao reconhecimento a partir da participação autônoma na vida pública (Honneth, 2009).

O direito, como uma das formas reconhecimento intersubjetivo, se refere, em suma, às bases para o reconhecimento do outro enquanto membro de uma comunidade e como detentor de direitos, o qual somente pode ser construído na sequência de uma evolução histórica. Dito de outra forma, o reconhecimento recíproco na esfera do direito pressupõe reconhecer e ser reconhecido na comunidade política como igual portador de direitos (Honneth, 2009).

Nesse contexto, Honneth se reporta à psicologia social de Mead, a qual havia definido que o conceito de "reconhecimento jurídico" designa uma relação na qual o Alter e o Ego se respeitam mutuamente enquanto sujeitos de direito, já que sabem as normas sociais em que os direitos e os deveres são distribuídos na comunidade. Entretanto, a definição não contém a indicação nem sobre a espécie de direitos cabíveis a cada um, nem sobre o modo de fundamentação através de que são constituídos no meio social (Honneth, 2009).

Visa-se, tão somente, a circunstância de o sujeito poder ser considerado portador de alguns direitos, já que reconhecido como membro da coletividade a qual está inserido. Assim, do papel aceito enquanto membro de uma organização social, resulta para o indivíduo determinados direitos, cuja manutenção pode ser apelada a um poder de sanção provido de autoridade (Honneth, 2009).

O sistema jurídico deve ser entendido como a garantia dos interesses universalizáveis de todos os membros da sociedade, de modo que não mais se tolerem exceções e privilégios. A obediência às normas jurídicas somente pode ser exigida de determinados grupos quando assegurado o assentimento desses indivíduos ao sistema normativo, na qualidade de seres livres e iguais (Honneth, 2009).

O reconhecimento mútuo como pessoa de direito significa mais do que poderia significar nos primórdios do desenvolvimento do direito moderno. Para o autor, “um sujeito é respeitado se encontra reconhecimento jurídico não só na capacidade abstrata de poder orientar-se por normas morais, mas também na propriedade concreta de merecer o nível de vida necessário para isso” (Honneth, 2009, p. 193).

Mencionando Mead, Honneth aborda uma intensificação da faculdade de referir a si mesmo como sujeito moralmente imputável. Assim como a criança - que adquire confiança para manifestar espontaneamente suas carências - mediante a experiência do reconhecimento jurídico, será possível que o adulto evidencie a sua própria autonomia, que deverá ser respeitada pelos demais indivíduos.



É através desse processo que o autorrespeito é desenvolvido, sendo que isso possível na medida em que “(...) o sujeito adulto obtém a possibilidade de conceber a sua ação como manifestação da própria autonomia, respeitada por todos os outros, mediante a experiência do reconhecimento jurídico” (Honneth, 2009, p.194).

Importante compreender que, quando os sujeitos não são reconhecidos como portadores de direitos de igual valor, há uma exclusão diante dos demais que possuem esse status reconhecido. Esse status está completamente vinculado à concepção de autonomia. Quando um sujeito é considerado moralmente imputável, se pressupõe que possua capacidade para agir de forma moralmente responsável e autonomamente.

Já a solidariedade como outra forma de reconhecimento na dimensão pública, é responsável por gerar autoestima, já que os sujeitos precisam, além dos padrões já mencionados, de uma estima social que lhes permita a referência positiva às suas propriedades e capacidades concretas. Um padrão de reconhecimento dessa espécie somente é possível quando existe um horizonte de valores intersubjetivamente partilhados como seu pressuposto (Honneth, 2009).

O que determina esse tipo de reconhecimento é, portanto, a estima pelo que os indivíduos possuem de diferenças específicas, expressadas pelas suas capacidades e propriedades particulares que os caracterizam e diferenciam de outros indivíduos (Honneth, 2009, p. 187).

Assim, o valor social da personalidade é medido pelo grau em que parece estar em condições de contribuir para a realização dos objetivos sociais. A autocompreensão cultural de uma sociedade constitui fator determinante para o estabelecimento de critérios fundamentais para a estima social das pessoas, “já que suas capacidades e realizações são julgadas intersubjetivamente, conforme a medida em que cooperaram na implementação de valores culturalmente definidos” (Honneth, 2009, p. 200).

Considerando que a estima social é determinada por concepções éticas socialmente predominantes em um determinado período, as formas que pode assumir constituem uma grandeza não menos variável historicamente do que as do reconhecimento jurídico. Por conseguinte, “quanto mais as concepções dos objetivos éticos se abrem a diversos valores e quanto mais a ordenação hierárquica cede a uma concorrência horizontal, tanto mais a estima social assumirá um traço individualizante e criará relações simétricas” (Honneth, 2009, p. 200).

Neste contexto, o debate acerca das migrações e a inclusão de estrangeiros é um desafio em qualquer esfera da vida pública. Quando se trata da sua integração social plena, parece haver um abismo enorme entre a retórica da luta por reconhecimento e a realidade experimentada por

quem vive diariamente a luta por integração na sociedade. Destaca-se a necessidade de preocupação quanto à real inclusão dos sujeitos a que são destinados às políticas migratórias, o que significa reconhecê-los como sujeitos autônomos, capazes de falar por si mesmos, participando ativamente do debate público.

Nesse sentido, os cursos de formação para servidores realizados no município de Santa Maria foram de suma importância para a concretização de dois padrões de reconhecimento estabelecidos por Axel Honneth – o direito e a solidariedade. Primeiramente, cabe salientar que os cursos sinalizaram para a responsabilidade estatal no que tange a garantia de direitos aos imigrantes. Através dessas ações, buscou-se erradicar do imaginário de qualquer um dos participantes a ideia de redução do sujeito imigrante a um mero objeto que deve ser “socialmente enquadrado”.

Em suma, as iniciativas sinalizaram para a necessidade de reconhecimento do imigrante enquanto sujeito de direitos – buscando quebrar, portanto, o círculo vicioso de exclusão, de modo a perpetuar o segundo padrão de reconhecimento – o direito. Destaca-se que os cursos tiveram o objetivo de sensibilizar servidores públicos quanto à situação migratória do país, desconstruindo a lógica securitária ainda presente na legislação brasileira, e buscar, com isso, respostas eticamente implicadas para garantia dos direitos dos imigrantes no município de Santa Maria/RS.

Para além disso, os cursos também visaram a aceitação local do imigrante enquanto um sujeito que detém particularidades, já que buscaram desconstruir no seu âmbito de alcance a lógica de objetificação do imigrante – o que perpassa o reconhecimento através da esfera da solidariedade.

As características individuais da população imigrante e refugiada, como ocorre com todos os indivíduos, necessitam ser respeitadas e valorizadas, para que possam exercer a autorrelação positiva descrita ao longo do texto, sendo por esse motivo que os cursos destacaram a importância de o sujeito não ser objeto de enquadramento à nossa cultura, de modo que possam coexistir enquanto sujeitos respeitados e autônomos. Essa coexistência também integra a lógica de ser reconhecido como sujeito de direitos, já que essa condição pressupõe o reconhecimento mútuo entre todos os indivíduos.

## **Conclusão**

Diante do exposto, é possível concluir que as atividades de integração local, inseridas em um contexto de governança migratória, desenvolvidas na cidade de Santa Maria, a exemplo

dos cursos para formação de servidores ofertado pelo MIGRAIDH em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social do município, servem como instrumento para a afirmação de dois padrões de reconhecimento elaborado por Axel Honneth - o direito e a solidariedade.

Conforme destacado, os cursos objetivaram a sensibilização acerca da situação atual dos imigrantes, promovendo debates sobre a legislação vigente - ainda securitária - no trato das questões atinentes à migração no Brasil, bem como sobre os desafios políticos e jurídicos para respostas de direitos humanos frente ao cotidiano de violência ligado à população migrante e refugiada.

Com isso, no campo do reconhecimento através do direito, conforme preconizado por Axel Honneth, os cursos contribuíram para a conscientização acerca da necessidade de reconhecimento dos imigrantes enquanto sujeitos de direitos, bem como da necessidade de desenvolvimento de políticas públicas capazes de assegurar a garantia efetiva desses direitos a essa parcela da população, que ainda vive em situação de extrema vulnerabilidade.

Buscou-se, portanto, uma melhoria no preparo dos setores públicos que prestam serviços aos imigrantes no município de Santa Maria, promovendo a conscientização dos servidores quanto à necessidade de promover o atendimento eticamente responsável.

Ademais, no âmbito do reconhecimento pela solidariedade, pode-se afirmar que os cursos foram de fundamental importância para problematizar a objetificação e enquadramento social do sujeito imigrante, de modo a contribuir para que se perceba a necessidade de reconhecimento de suas capacidades e propriedades particulares, como forma, inclusive, de reconhecê-los enquanto sujeitos de direito.

## **REFERÊNCIAS**

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA, RS. **Projeto de sugestão número 0062/2021**. Santa Maria, RS, 2021. Disponível em: <https://camara-sm.rs.gov.br/atividades-legislativas/projetos/projeto-de-sugestao/78178/projeto-sugestao-n--0062-2021>. Acesso em: 28 jul. 2023.

DERRIDA, Jacques. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade**. Tradução de Antonio Romane. São Paulo: Escuta, 2003.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2009.

FRASER, Nancy. FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** In: MATTOS, Patrícia; SOUZA, Jessé (Orgs.). **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 15ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

International Organization for Migration (IOM), 2019. **International Migration Law: Glossary on Migration**. Disponível em: [https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml\\_34\\_glossary.pdf](https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml_34_glossary.pdf). Acesso em: 20 ago. 2023.

REDIN, Giuliana; MONAIAR, Alex Barcelos. Os Desafios da Integração Local na Perspectiva das Soluções Duradouras para a Proteção Integral de Refugiados e Migrantes em Situação de Vulnerabilidade: a experiência de Santa Maria. In: **Migrantes forçados: conceitos e contextos**. Organizadoras: Liliana Lyra Jubilut, Fernanda de Magalhães Dias Frinhani e Rachel de Oliveira Lopes. – Boa Vista, RR: Editora da UFRR, 2018.

REDIN, Giuliana; et al. Curso migração, refúgio e políticas públicas para servidores públicos em Santa Maria: da formação e capacitação em direitos humanos ao espaço de participação política e construção de iniciativas locais. In: BAENINGER, Rosana. et al. **Migrações Sul-Sul**. 2ª ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.

OIM. **Governança migratória local: ferramentas e métodos**. Marcelo Torelly, Ana Laura Anschau e Anelise Dias (Orgs.). Brasília: Organização Internacional para as migrações, 2022. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/Governança%20Migratória%20Local%20-%20Ferramentas%20e%20Métodos.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2023.

PEREIRA, Gustavo de Lima. **A pátria dos sem pátria: direitos humanos e alteridade**. Porto Alegre: Editora Uniritter, 2011.

REDIN, Giuliana. **Psicologia social da vulnerabilidade do migrante internacional**. Santa Maria: Editora UFSM, 2022. Disponível em: [https://editoraufsm.com.br/downloadable/download/linkSample/link\\_id/49/](https://editoraufsm.com.br/downloadable/download/linkSample/link_id/49/). Acesso em: 20 jul. 2023.

WERLE, Denilson; MELO, Rúrion. Um déficit político do liberalismo hegeliano? Autonomia e reconhecimento em Honneth. In: MELO, Rúrion (Coord.). **A teoria crítica de Axel Honneth: reconhecimento, liberdade e justiça**. São Paulo, SP: Editora Saraiva, 2013.

**MIGRAÇÕES EM ESPAÇOS URBANOS: TRAJETÓRIAS,  
BIOGRAFIAS E INTELLECTUAIS**

## **Benno Mentz e sua atuação na preservação da germanidade no Estado do Rio Grande Do Sul (1924-1954).**

Alex Latronico<sup>1</sup>

### **Introdução**

Neste artigo demonstrarei como ocorreu o processo de formação e defesa do germanismo e como ele influenciou na vida, de Benno Frederico Mentz (1896-1954), um importante empresário teuto-brasileiro, que fez sua fortuna em Porto Alegre, atuando também em diversas ações para a defesa e promoção da germanidade, ligadas as comemorações do 25 de julho, e pela fundação do Instituto Genealógico e Beneficente Frederico Mentz, uma instituição sem fins lucrativos, que proporcionava seu acervo genealógico e histórico para pesquisas ligadas a imigração e colonização alemã no estado do Rio Grande do Sul.

O processo de formação da identidade étnica alemã é expressa pela germanidade e está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento dos primeiros núcleos coloniais, e nos valores culturais trazidos pelos primeiros imigrantes, como o espírito gregário<sup>2</sup>.

O espírito gregário proporcionou a união da comunidade em favor de um bem comum, bem como no desenvolvimento de associações e sociedades, na qual tiveram um papel importante na divulgação e no desenvolvimento da germanidade. Nestes locais de sociabilidade circulavam os valores do germanismo, tais como, a manutenção da língua alemã, cultura, música, dança, literatura, esporte, e principalmente o sentimento de amor à pátria.

O que me motivou a escolher este tema deste artigo, foi a partir da minha pesquisa de mestrado onde busco identificar as ações de Benno Mentz como um mediador cultural e a defesa de uma identidade germânica.

A partir da documentação analisada até o momento, foi possível identificar alguns processos em que o germanismo influenciou sua vida, ao ponto que, Benno Mentz, em suas ações como mediador conseguiu também propagar esses ideais a comunidade teuto-brasileira.

Podemos dividir este processo em dois momentos distintos. O primeiro momento entre os anos de 1896-1923, quando se dá o processo de construção de sua germanidade e está voltado

---

<sup>1</sup> Bacharel em História (2021) pela PUCRS, atualmente (2023) cursando o mestrado em História pela PUCRS sob a orientação do Prof. Dr. Antonio de Ruggiero

<sup>2</sup> Segundo Telles (1974), o espírito gregário é uma filosofia de vida, baseadas no realismo que se encara a existência e ao apego a terra, bem como o temor a Deus e a fé protestante ou católica, a consciência de classe e o orgulho de pertencer a ela, e por fim o conservadorismo, que preserva o contexto comunitário e fator de resistência a assimilação.

aos valores familiares e religiosos, além de sua participação ativa em clubes e associações voltados para a comunidade teuto-brasileira de Porto Alegre.

No segundo momento, entre os anos de 1924-1954, ocorre o processo de defesa de sua germanidade, a partir das festividades do centenário da imigração alemã, onde participou na arrecadação de fundos para a construção dos monumentos, e a partir de então participando cada vez mais ativamente na comunidade alemã, como na fundação do centro 25 de julho e em outras instituições como no Instituto Genealógico Beneficente Frederico Mentz, na qual abriu de forma gratuita o seu arquivo pessoal para o público, fomentando a pesquisa histórica e genealógica.

### **1. Gênese da germanidade teuto-brasileira**

A imigração alemã no estado do Rio Grande do Sul tem como marco inicial o dia 25 de julho de 1824, data que marcou o desembarque das primeiras famílias germânicas na Real Feitoria do Linho Cânhamo, hoje São Leopoldo.

Neste local, desembarcaram entre os meses de julho a novembro de 1824 cerca de 124 pessoas, “oriundos das cidades marítimas de Hamburgo, Bremen, Holstein, Hanover, e mais tarde chegaram famílias das províncias do Reno, do Hesse e do Platinado (Petry, 1936, p. 17), entre esses pioneiros, está Johann Liborius Mentz (1765-1826), tataravô de Benno Mentz, vindo da segunda leva de imigrantes alemães em 06 de novembro de 1824.

A partir deste núcleo inicial de São Leopoldo se formaram outras colônias, seja elas de iniciativa particular ou do estado. Cabe destacar que o fluxo migratório não foi sempre constante, chegando a diminuir por um breve período durante a Revolução Farroupilha, mas retoma após o conflito Roche (2022). De acordo com René Gertz (2016), um século depois da chegada destes imigrantes, em 1930, calcula-se que 20% da população gaúcha tinha descendência germânica e as colônias eram etnicamente homogêneas

Nos primeiros anos da colonização alemã, os pioneiros tiveram muitas dificuldades, que de acordo com Petry (1936), foram três: A penosa viagem, os primeiros trabalhos e a adaptação ao meio. A viagem ao Brasil durava cerca de quarenta dias e ao chegar nas colônias esses pioneiros tiveram que construir do zero sua comunidade, principalmente construindo escolas e igrejas.

A organização em comunidade e paróquia, típicas das zonas rurais da Alemanha. Esta sociabilidade e cooperação espontânea na construção de escola e igreja e na solução de problemas comuns a fora de ser um traço hereditário, era grandemente favorecida pelos núcleos agrícolas construídos muitas vezes por gente do mesmo lugar de origem,

da mesma parentela, e ainda embora não nos núcleos iniciais, por famílias da mesma religião (Rambo, 1956, p. 84).

Com o desenvolvimento econômico e social das colônias, surgiram as associações (*Vereine*) onde se praticavam a sociabilidade. Podemos dividir estas associações em três tipos: associações culturais, sociedades recreativas e sociedades de beneficência.

As associações culturais fomentavam a germanidade, bem como a manutenção da memória e da cultura alemã e ao longo do século XIX e XX, surgiram diversas sociedades como a Sociedade do Monumento (que surge em 1923 para a construção dos monumentos da imigração); O Grupo de Trabalho 25 de julho formado em 1936, por representantes de várias sociedades representativas, fomentando as festividades do dia do colono, bem como uma produção intelectual sobre a germanidade.

Surgiram também as sociedades de canto, que além de cantar nas igrejas, “cultuavam as belas composições dos músicos de além-mar entoadas nas reuniões festivas” (Petry, 1936, p.38), sendo que a Sociedade Orpheu, é o clube social mais antigo do Brasil, fundado em 1858, que recebeu a visita ilustre do imperador Dom Pedro II no ano de 1865.

Além da sociedade de canto, surgiram também outras sociedades de cunho recreativa, onde havia grupos de escoteiros, bolão, fotografia, blocos de carnaval etc. Todas essas associações tinham um caráter recreativo, cultural e “com o tempo, precedeu a fundação de sociedades visando além dos fins culturais o bem-estar e o ingresso econômico de seus sócios em particular e da coletividade em geral (Petry, 1936, p.39). Surgindo assim as sociedades de beneficência como o Asilo Pella Betânia fundada em 1892, o Hospital Alemão (*Deutsche Krankenhaus*), fundado em 1927, o Instituto Frederico Mentz, fundado em 1931, entre outras.

Essas associações de alemães, foi o resultado do desejo de pessoas que tinham interesses em comum em manter sua preservada sua identidade étnica e que durante o século XIX e início do século XX, ser teuto-brasileiro ou o teuto eram condições para participar de uma sociedade de origem alemã, limitando assim a participação de brasileiros, principalmente por causa do idioma e das diferenças culturais (Kleber, 1997).

O idioma alemão tem duplo significado: primeiro servindo de meio de comunicação, de entendimento, entre o povo e a cultura. E segundo quando a língua é preservada e falada dentro das famílias e da comunidade, ganha um novo significado, “a propagação dos usos e costumes alemães, da política do *Deutsches Reich*, manter vivos os laços étnicos com a velha pátria” (Telles, 1974, p. 12). A língua serve como elo entre a terra natal e os imigrantes no novo mundo, e o seu emprego é uma tentativa de preservação de valores étnicos e culturais, de um



*Geisteswelt* (mundo espiritual), onde a língua está presente na música, na filosofia, no direito etc., que com o tempo foi se evoluindo como fator preservativo e fomentador do Germanismo.

A preservação da língua materna, a *Muttersprache*, é considerada por Seyferth (1981), ao lado da laboriosidade, categoria relevante da identidade teuto-brasileira. Ela aparece até de forma mais explícita que a laboriosidade nos discursos que procuravam promover a germanidade. Já na segunda metade do século XIX, ela é considerada o meio para manter vivo o “espírito alemão”. A língua alemã tornou-se a principal forma de diferenciação da “comunidade nacional alemã” fora da Alemanha, a maneira mais concreta de identidade étnica. (Gans, 2004, p.178).

O germanismo (*Deutschtum*), segundo Gertz (1980), é uma ideologia difundida com mais intensidade a partir do final do Século XIX, destinada a preservar a identidade étnica<sup>3</sup> e cultural dos alemães, sendo que esta ideologia estava representada em quase todas as organizações eclesiais, educacionais, culturais e esportivas das zonas coloniais, e muitas das vezes determinava sua linha de atuação. Coube aos intelectuais a sua divulgação, através da literatura, dos livros didáticos, almanaques e jornais.

A atuação dos intelectuais teutos foi de grande importância para a Constituição de uma identidade própria dos alemães no sul do Brasil e de seus descendentes, ou seja, uma identidade nem alemã nem Brasileira, mas sim original, que chamarei de teuto Brasileira [...] são considerados intelectuais, nesta ocasião, aqueles indivíduos que elaboravam ou reproduziam proposições claras a respeito da comunidade Imigrante e de sua inserção na sua sociedade local, e que se encontravam em posição de divulgá-las como jornalistas escritores clérigos políticos professores líderes comunitários. Divulgadas pela imprensa local em língua alemã, por instituições como as igrejas luterana e católica ou por associações recreativas, filantrópicas e educacionais teutas diferentes concepções a respeito da condição de ser de origem alemã buscavam interpelar os teutos estabelecidos na província (Gans, 2004, p. 112).

Associado ao germanismo, temos o conceito de *Volkstum*, um termo trazido por Friedrich Ludwig Jahn, que significa:

Tudo aquilo que é comum a todo o povo, o que é inerente ao seu ser, a sua atividade, a sua vida, sua capacidade de produção, de reprodução. Por este motivo predomina em todos os membros do povo um pensamento e sentimento populares, um sofrer em agir, uma privação e ânsia, um pressentimento e uma crença nacionais. [...] Jahn sintetiza na denominação *Volkstum* tudo o que a vida e a história de um povo são capazes de conter e criar de singular, de diferenciador dos demais povos. [...] *Volkstumkunde* (conhecimento nacional) seria o perscrutar das reservas espirituais e das forças criativas, que emprestam a história de um povo, interna e externamente a sua peculiaridade. [...] contudo aquilo que resulta do trabalho contínuo das suas diversas características sobre si mesmas, e do produto psíquico originário dos diversos eventos formativos de sua História, é propriedade particular de cada povo e o

---

<sup>3</sup> O conceito de etnicidade utilizado neste artigo se relaciona com elementos de identidade cultural de uma determinada comunidade que estabelece um sentimento de solidariedade, reivindicando o pertencimento de uma história e memória coletiva entre os descendentes e imigrantes. A defesa de uma etnicidade deste tipo se torna estratégica também para satisfazer uma necessidade de pertencimento e para estabelecer recursos simbólicos a serem utilizados para defesa de seus interesses (Zanfrini, 2007 p.19-21).

diferencia dos demais. A isso denominamos Volkstum nacionalidade (Telles, 1974, p.9).

### *1.1 A construção da germanidade de Benno Frederico Mentz - primeiro momento 1896-1923*

A história da família Mentz em solo gaúcho, começa em 06 de novembro de 1824 quando Johann Liborius Mentz, desembarcou em São Leopoldo, juntamente com sua esposa e quatro filhos, se estabelecendo no lote colonial número 01, localizado em Hamburgo Velho, onde atualmente está o Monumento da Colonização.

No Brasil a família Mentz ganha muita importância tanto para historiografia, quanto para os germanistas locais, por conta de alguns descendentes que tiveram papel importante em movimentos sociais como os muckers, ou então envolvidos com o germanismo e a identidade étnica como Benno Mentz e o seu Pai, Frederico Mentz:

Johann Liborius Mentz, tornar-se-ia, por um lado, o bisavô do conhecido comerciante rio-grandense Frederico Mentz e por outro lado, o avô da famigerada Jacobina Mentz Maurer (1841-1874), protagonista mais importante do episódio dos Muckers em Sapiranga (1872-1874) (Hunsche, 1975, p.26-27).

Seu bisneto Frederico Mentz iniciou sua carreira comercial na cidade de São Sebastião do Caí, onde alcançou sucesso financeiro a ponto de se associar com seu sogro Cristiano Trein no ano de 1898. Em 1909, a Família Mentz se muda para Porto Alegre, passando a matriz da empresa Frederico Mentz & Cia para capital e inaugurando uma filial em Caxias do Sul.

Quando a família está estabelecida na capital, encontra uma cidade povoada também por imigrantes alemães e teuto-brasileiros, muitos deles comerciantes de sucesso, como Alberto Bins, Jorge Pfeiffer, Aloys Friederichs etc., além de diversos clubes, associações e sociedades, que mantinham vivas as tradições e a germanidade.

Dentre essas sociedades formadas esta *Deutscher Hilfsverein* fundada em 1858, como uma sociedade beneficente alemã, que fazia assistência social, colocação de empregos e orientação profissional, para aqueles imigrantes que necessitassem de ajuda Telles (1974), sendo que em 1886 foi fundada a escola para meninos.

Benno Mentz foi aluno desta instituição entre os anos de 1910 e 1912, onde foi preparado para a carreira comercial. Nesta escola, as aulas eram ministradas em alemão, “e por outro lado é de grande importância que os rapazes desde cedo ouçam uma boa pronúncia do português é a dominem” (Telles, 1974, p.73). O português seria então uma língua estrangeira no ponto de vista dos meninos que estudavam na escola já quem casa se ouvia somente o idioma Alemão, além disso:

A escola da sociedade de beneficência alemã *Hilfsverein* pretende em primeiro lugar, a formação de meninos para a carreira comercial ou industrial. Dirigida de maneira uniforme e segundo paradigmas alemães, contudo acatando totalmente as condições locais, ela pretende desenvolver as forças morais da Juventude pela educação e ensino e formar o espírito dos alunos de maneira universal e uniforme, de modo que aos alunos, após cursarem o estabelecimento, seja possibilitada a aquisição de conhecimentos especializados e a prática de uma profissão técnica ou acadêmica. [...] A escola de meninos do *Hilfsverein* é interconfessional, isto é, ela ensina aos meninos a História Bíblica e os ensinamentos morais cristãos, baseados na primeira, de forma comum as confissões cristãs. [...] Do currículo escolar constavam ensino prático, Alemão, português, Alemão-português, francês, Aritmética, Contabilidade Comercial, Geometria, Álgebra, História Natural, Física, Química, Geografia, História, História Bíblica Caligrafia, Desenho, Canto e Ginástica (Telles, 1974, p. 76).

Em 10 de janeiro de 1913, Benno Mentz, inicia sua carreira comercial, na filial Cristiano J. Trein & Cia de Caxias Sul, permanecendo lá até o final de 1913, quando é transferido para Porto Alegre devido a desentendimentos com o sócio Germano Steigleder. Na capital Benno Mentz trabalha inicialmente na sessão de sal como estivador, permanecendo no cargo por algumas semanas. Em junho de 1914 assume como caixa da firma no lugar de Guilherme Trein. Mentz (1930).

A partir de 1918, Benno Mentz foi socio de diversas entidades sociais<sup>4</sup>, essas sociedades praticavam diversas atividades como: dança, carnaval, música, fotografia, esportes aquáticos, política, colecionismo, ginástica. Essas sociedades estavam vinculados a elite germânica da capital e fortaleciam os laços de sociabilidade, bem como a circulação dos valores defendidos pelo germanismo.

Benno Mentz teve posição de destaque em algumas dessas associações, seja como socio honorário, tesoureiro, ou então atuando como administrador, por parte de uma revista comemorativa aos 75 anos da Sociedade Leopoldina<sup>5</sup>.

Em 1922, Benno Mentz retornou ao Brasil após um período de formação nos Estados Unidos, onde estudou “Propaganda e Organização” na Academia de Comércio de Poughkeepsie e de uma viagem pela Europa, passando pela Itália, Suíça e Alemanha, de onde teve contato com as primeiras instituições culturais, despertando também seu interesse pela genealogia, conforme relatou Klaus Becker, no jornal Correio do Povo de 14 de julho de 1956:

O interesse Benno Mentz, pelos assuntos atinentes as pesquisas históricas sobre a imigração alemã no rio grande do sul data de 1922. Sendo possível que fosse

---

<sup>4</sup> Club Concordia, Club Juvenil, Sport Club Navegantes, Club Musical Dynamite, São Jose, A.L.R, Associação Agrícola Pastoril, Club Pfadfinder (escoteiros), Club José Bonifácio, Club Phoenix, Tiro nº4, Sentenciados, Turnbund, Sociedade Austríaca de Beneficência, Sociedade Leopoldina, Club de Regatas Guahyba, Club Caixerai, Photo Club Helios, Club Republicano Getúlio Vargas, Club Almirante Barroso, Sociedade Filatélica (1931), Country Club, Club Haydn, Sport Club Eiche, Associação de Estradas de Rodagem.

<sup>5</sup> A veterana 1863-1938: Álbum Revista Comemorativo ao 75º Aniversário da Veterana Sociedade Leopoldina Porto Alegrense. Faziam parte da redação da revista: Benno Frederico Mentz (Administração), Thiago M Würth (literário), e José Carlos Daudt (organização).

despertado por ocasião de sua viagem à Europa, quando teve oportunidade de também manter contato com instituições culturais. Interessava se, porém de início, somente pela genealogia dos velhos troncos alemães aqui chegados desde 1824 e dos quais era descendente (Becker, 1956, p.8).

A partir de então, as atividades comerciais e culturais exercidas por ele demonstram que sua germanidade já estava formada. A partir de 1924 em decorrência das comemorações do Centenário da Imigração alemã no estado, vemos uma demonstração cada vez mais ativa de sua germanidade, fazendo parte de comissões, associações culturais e defendendo seus interesses, sempre em favor da comunidade teuto-brasileira.

### *1.2 A defesa da germanidade de Benno Frederico Mentz – segundo momento 1924-1954:*

O período entre os anos de 1924-1954, tiveram fatos marcantes que moldaram sua trajetória de vida bem como a defesa da germanidade. Sua primeira ação foi durante as comemorações Centenário da Imigração alemã no estado ocorridas em 1924.

De acordo com René Gertz (2002), havia uma confusão em torno da coleta de fundos para a edificação de um monumento alusivo à imigração alemã em seu centenário, pois havia duas comissões atuando em paralelo, uma por Novo Hamburgo e outra por São Leopoldo. “Só depois da intervenção de pessoas de Porto Alegre, foi possível concentrar esse trabalho numa única comissão” (Gertz, 2002, p. 206).

Benno Mentz foi convidado a participar desta comissão, e através da iniciativa de vários empresários foi fundada a *Denkmalverreine* (Sociedade do Monumento) em 1923. Benno Mentz e Júlio Adams ficaram encarregados de percorrer o Estado do Rio Grande do Sul, munidos de uma carta de recomendação de Borges de Medeiros a fim de angariar fundos, através da coleta de joias, mensalidades e assinaturas para um livro ouro, para a construção de dois monumentos, um deles na cidade de São Leopoldo – o monumento do desembarque *Landungsdenkmal* – e outro em Novo Hamburgo – o Monumento da Colonização *Kolonisationdenkmal* (Diário de Notícias, 21 ago. 1954, p. 6). Este episódio da arrecadação de fundos foi muito noticiada em diversos jornais da capital e do interior, dando ênfase as localidades em que os valores eram arrecadados, as empresas e as pessoas físicas que contribuíram com as festividades.

Utilizando seu prestígio comercial bem como a rede de clientes da empresa Frederico Mentz & Cia, Benno Mentz e Júlio Adams conseguiram arrecadar fundos suficientes para construção dos monumentos, bem como colocar pessoas responsáveis em comissões locais para organizar as festividades do 25 de Julho. Benno Mentz também tinha a intenção de construir um Museu-Arquivo ao lado do Monumento da Colonização em Novo Hamburgo. Em algumas

cartas enviadas aos Intendentes Municipais do Estado, Benno Mentz expôs esta ideia, buscando convencer as autoridades a doarem documentos para o museu-arquivo:

Pedimos vênha para chamar o vosso interesse sobre o Arquivo do Centenário em via de se realizar, e ao qual se incorporarão todos os documentos, notícias, artigos e crônicas de jornais, mapas, desenhos, fotografias de pessoas de destaque no meio Riograndense, de panorama de cidades, vilas e povoações, enfim, tudo o que possa interessar a história evolucionar do nosso próspero Estado. Como a maior de desvanecimento, tais documentos serão aqui recebidos para ulterior classificação e exposição no dito Arquivo- Museu podendo eles ser também endereçados a nossa firma, sob nota: para o Arquivo do Centenário (Mentz,1924, p.2).

Esta foi a primeira ação de Benno Mentz, de defesa da germanidade, pois além de arrecadar os fundos necessários, ele foi responsável por divulgar esta data comemorativa por todo o estado, além de formar comissões locais, dando mais visibilidade e importância a esta efeméride.

Nos anos posteriores a comunidade germânica pleiteou a decretação de um feriado a nível estadual, já que em alguns municípios de colonização alemã, o dia 25 de julho já era comemorado. Em 1934, o Interventor do Estado General Flores da Cunha decretou feriado estadual do Dia do Colono, e em 5 de dezembro de 1936, foi formado um grupo denominado *Arbeits-Gemeinschaft 25 Juli* (Grupo de trabalho 25 de julho).

Este grupo era representado por Benno Mentz que era um dos representantes da Liga das sociedades germânicas de Porto Alegre, além de um grupo de intelectuais representantes das diversas associações germânicas<sup>6</sup>, que tinham por objetivo promover as festividades do dia do colono, além de preservar e fortalecer a germanidade.

Para que não se contentasse com uma mera comemoração externa do 25 de julho homens preocupados com a preservação e o fortalecimento da germanidade tentaram transformar esta comunidade de comemoração do 25 de julho em uma comunidade de trabalho para o 25 de julho (*Sankt Paulus Blat*, 1936, s/p).

Além de organizar as festividades em torno do 25 de julho, este grupo de trabalho fomentou a publicação de livros, periódicos, bem como artigos nos principais jornais de língua alemã. Os artigos defendiam os valores étnicos bem como a importância de se comemorar este feriado.

---

<sup>6</sup> O Grupo de Trabalho 25 de julho, era constituído segundo (Petry,1936), das seguintes entidades: Sínodo Riograndense, Liga das Sociedades Germânicas, Federação das Sociedades de Ginástica do Rio Grande do Sul, Associação dos Professores Católicos Teuto-brasileiros, Associação dos Professores Evangélicos Teuto-brasileiros, Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul, Liga das Uniões Coloniais Riograndenses, Liga dos Cantores do Rio Grande do Sul.

**Figura 1:** Comitê Fundador do A. G 25 de julho.



Fonte jornal Sankt Pauls Blat, jan./fev. 1937. Acervo Benno Mentz – Delfos \_ Pucrs. Benno Mentz é o terceiro da direita para esquerda.

Das ações de defesa da germanidade, a mais importante e que se tem impacto até os dias de hoje é sem dúvidas o Acervo Benno Mentz, que se encontra, desde o ano de 2009, sob a guarda da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), no Instituto Delfos – Espaço de Documentação e Memória Cultural.

A origem deste acervo está relacionada com o projeto do Museu-Arquivo, de 1924, que não foi adiante. Porém a documentação arrecadada por Benno Mentz, foi reunida em uma biblioteca particular, e utilizadas por ele em suas pesquisas genealógicas e históricas.

Durante os anos posteriores a 1924, esta biblioteca foi sendo acrescida de novas fontes históricas como jornais, almanaques e livros na qual Benno Mentz, fez um grande investimento como por exemplo entre os anos de 1927 e 1930, comprou duas coleções de jornais *Deutsche Zeitung* (1861-1917), *Der Kolonist* (1852 e 1853), e o *Kalender Rotermund* (1915-1930) pagando a quantia de 6:024\$600 Réis. Mentz (1930).

Esta biblioteca particular permaneceu nos escritórios da firma Frederico Mentz & Cia, sendo transferida apenas com a fundação do Instituto Genealógico e Beneficente Frederico Mentz e durante o Estado Novo, correu perigo de se perder, por conta da nacionalização, a ponto que Mentz teve que dar explicações aos sócios da empresa a função desta biblioteca:

Biblioteca Particular: Nosso socio Benno Mentz explica aos demais sócios que conserva no escritório de nossa firma uma coleção de livros, revistas, jornas e outros documentos que se referem a colônia alemã do Rio Grande do Sul, sem jamais durante

as horas de expediente se ocupar com dito assunto, salvo se os interesses da firma o exigirem (Frederico Mentz & Cia., 1939, p. 13).

A biblioteca correu perigo novamente em maio de 1941, durante a enchente, onde as águas do Guaíba atingiram a marca de 4,75 metros. Guimarães (2013). E foi alvo de várias denúncias anônimas que falavam que o acervo era de cunho nazista, fazendo com que o arquivo fosse transferida de local: “embora de se tratasse de matéria de interesse única e exclusivamente histórico e cultural, sua preciosa coleção teve que ser mudada de lugar na calada da noite” (Becker, 1956, p.9). Os esforços realizados por Benno Mentz em preservar o seu acervo tiveram êxito, apesar de ter algumas perdas.

A biblioteca bem como o acervo privado, foi disponibilizado para o público de forma gratuita, a partir do final de 1949, quando a Fundação Frederico Mentz, passou a ser chamada de Instituto Beneficente e Genealógico Frederico Mentz, inaugurada em 21 de dezembro de 1949.

O objetivo de Benno Mentz ao criar este instituto, era promover a germanidade, através da organização das festas do 25 de julho, divulgar artigos científicos e promover a pesquisa histórica, além de conservar documentos históricos relativos à imigração alemã no estado do Rio Grande do Sul, adquirindo por permuta ou definitivamente arquivos particulares de personalidades importantes do germanismo local como Alberto Bins, Arno Phillip, Aloys Friederich. Benno Mentz tinha ainda o intuito de criar um museu, mas que não foi concretizado pois ele faleceu em 1954.

O instituto tornou-se um dos locais mais importantes de pesquisas e sua coleção “Uma fonte inestimável que nem o célebre instituto Hans Stadten de São Paulo, possui material mais valioso como o Instituto Benno Mentz” (Becker, 1956, p.9). essas fontes atraíam pesquisadores conceituados do Brasil e do estrangeiro, como Jean Roche, Klaus Becker, Leopoldo Petry, Karl Oberacker, entre outros.

Além das festividades do 25 de julho, o instituto fomentou a pesquisa histórica sobre imigração alemã e a história do Brasil. promovendo também o contato e intercâmbio cultural com outras instituições de pesquisas, como o Instituto Hans Stadten de São Paulo.

O Instituto também colaborava e patrocinava a publicação de artigos e livros, como por exemplo do livro: O Episódio do Ferrabráz, de Leopoldo Petry, que utilizou de fontes disponíveis na instituição, bem como a intermediação de Benno Mentz para a obtenção de entrevistas e aquisição de outros documentos.

Na confecção do presente trabalho foi eficientemente auxiliado por meu particular amigo prematuramente falecido Benno Mentz, do alto comércio de Porto Alegre, ao

qual pois a minha disposição diversos documentos sobre os Muckers do seu valiosíssimo arquivo histórico, sem favor um dos mais completos em matéria de imigração e colonização existentes no estado (Petry, 1966, p. 7).

A partir de 1953, o Instituto tinha como objetivo a publicação do livro Dona Leopoldina, escrito pelo cônsul Heinrich Schüler, e para isso Benno Mentz utilizou de seu prestígio e contatos no Rio de Janeiro para conseguir o maior número possível de fontes, pois se interessava alguns assuntos sobre a família real portuguesa como: a viagem de dom Pedro I a Alemanha, e as relações do imperador com Richard Wagner, Nietzsche e o Kaiser Guilherme I. Mentz (1953).

Em junho 1954, Benno Mentz iniciou sua última viagem à Alemanha munido de uma autorização do consulado da República Federal da Alemanha para sua livre entrada nos arquivos municipais (Consulado Alemão, 1954), ele havia planejado um roteiro de pesquisas genealógicas nas regiões do Mosela, Hunsrück, Baviera e Viena, além de buscar ilustrações e manuscritos para o livro Dona Leopoldina, além de prestar uma homenagem ao presidente e chanceler Alemão Dr. Adenauer Ritzinger (1954).

Em junho de 1954, na cidade de Monique, Benno Mentz deu sua última entrevista ao jornalista alemão Max Ritzinger do Jornal München Merkur, onde ele fala um pouco de como surgiu a pesquisa genealógica e sobre o instituto.

Mas como é que a pesquisa genealógica entrou em sua vida? “Comecei minhas pesquisas com a história da minha própria família, pela qual me interessei. Ela descende de Hamburgo. Iniciei minhas pesquisas familiares há 30 anos. Todo o resto seguiu quase que inevitavelmente. [...] Estes velhos descendentes de alemães nunca esqueceram a terra natal de seus pais, mas dificilmente sabem maiores detalhes a respeito das suas histórias. [...] São erguidos monumentos perenes, placas em seus respectivos locais de nascimento pretendem homenageá-los, memoriais nos locais da primeira colonização já foram erguidos e ainda estão sendo erguidos, afinal se trata da história do germanismo brasileiro, de sua tradição, de suas conquistas e da herança deixada por eles. Entendidas desta forma, as tediosas pesquisas realizadas nos livros paroquiais e nos arquivos das comunidades tem um grande significado para os trabalhos da Fundação, que as centraliza no “Instituto Beneficente e Genealógico Frederico Mentz”, cujo arquivo já abrange 30.000 cartões com informações familiares (Ritzger, 1954, p.3- tradução Helena Richlin).

No mês seguinte em julho na cidade de Essen, estado da Renânia do Norte-Vestefália, Benno Mentz foi acometido por uma doença grave, causada por pedras na Vesícula Biliar e conseqüentemente um Ataque Cardíaco, que ocasionou seu falecimento em 30 de julho de 1954. A notícia de sua morte surpreendeu a todos seus amigos e familiares, sendo noticiada em vários jornais da capital gaúcha. Benno Mentz foi enterrado no Cemitério evangélico no dia 21 de Agosto de 1954.



## **Considerações finais**

Durante esta breve trajetória de Benno Mentz, podemos notar que a germanidade esteve presente em diversos momentos de sua vida e foi produto de um longo processo de construção. A maior expressão de sua germanidade, foi na comissão dos monumentos, quando ele teve a iniciativa de coletar os valores para a construção dos monumentos, utilizando de seu prestígio como empresário bem como as redes comerciais de seu pai. A construção do monumento em Novo Hamburgo tem duplo significado para ele, pois, significa a memória dos primeiros colonos, mas também, ganha significado pessoal por ser o local onde seu bisavô morou, valorizando ainda mais a história de sua família.

Os ideais da germanidade estiveram presentes também na constituição da sua biblioteca particular, onde tudo que se relacionava a história, a cultura e a memória dos alemães e seus descendentes foi preservada, mesmo que esses objetos fossem alvos de perseguição durante o Estado Novo, bem como na ideia de construir um museu-arquivo, que preservasse e mostrasse para as próximas gerações quem foram essas primeiras pessoas que viveram e prosperaram no estado. Somente em 1959, quatro anos após o seu falecimento, foi criado o Museu Visconde de São Leopoldo, um museu que é dedicado a imigração e colonização alemã no estado.

Benno Mentz utilizou seus recursos financeiros e pessoais a serviço da germanidade, atuando em diversas comissões e defendendo os direitos dos alemães e seus descendentes, seguindo o legado de seu pai, Frederico Mentz, contribuiu com recursos próprios ou da Fundação Frederico Mentz, diversas entidades sociais como o Asilo Pella e Betânia, as Comunidades Evangélicas de Porto Alegre, a Fundação Evangélica de Novo Hamburgo, O Sanatório Belém e o Educandário São Luiz, localizado hoje na Avenida Benno Mentz, na Vila Ipiranga.

O grande legado que Benno Mentz deixou para a germanidade, foi sem dúvida o seu valioso acervo, principalmente as fichas genealógicas que ainda servem como fontes para pesquisas familiares além da vasta coleção de jornais, disponibilizados ainda de forma gratuita aos pesquisadores no Instituto Delfos, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

A germanidade ajudou a forjar culturalmente a vida de Benno Mentz, e deu sentido as suas pesquisas e interesses pessoais, incentivando outros pesquisadores a seguir no mesmo caminho. O amor dele a causa se reflete na organização de seu acervo, e na criação do Instituto Genealógico e Beneficente, pois liga os valores de sua família as causas sociais e o seu desejo pessoal de fomentar as pesquisas e essa dedicação é reconhecida até os dias de hoje.

## Referências

- ABE 1858. **Quem Somos.** Disponível em <<http://colegiofarroupilha.com.br/abe1858/inicio/quem-somos/#:~:text=Foi%20fundada%20h%C3%A1%20mais%20de,legisla%C3%A7%C3%A3o%20e%20busca%20por%20moradia>>. Acesso em 02 Jul. 2023
- BECKER, Klaus. Benno Mentz e Sua Fundação. *In Correio do Povo*, 14/07/1956. Porto alegre. 1956, pág. 8-9.
- BECKER, Klaus. Instituto Mentz. *In Correio do Povo*, 10/05/1956. Porto alegre. 1956, pág. 9.
- CONSULADO ALEMAO, **An die Standessaemter und die Amtlichen Kirchlichen Stellen in der Bundesrepublik Deutschland** . Rio de Janeiro 14 maio 1954.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, O Centenário da Imigração Alemã- a Inauguração em Hamburgo Velho do Monumento Comemorativo. *In Diário de Notícias*, 16/11/1927. Porto alegre. 1927.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Será Sepultado Hoje o Sr. Benno Frederico Mentz. *In Diário de Notícias*, 21/08/1954. Porto alegre. 1954.
- FREDERICO MENTZ & CIA. **Livro de Atas nº3 ata 445 de 26 de Dezembro 1939**. Acervo Benno Mentz, Instituto de Cultura Delfos-PUCRS.
- GANS, Magda Roswita. **Presença Teuta em Porto Alegre no Século XIX (1850-1889)**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- GERTZ, René. O Integralismo na Zona Colonial Alemã *In: RS: Imigração & Colonização*. José Hildebrando Dacanal (org.). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 195-233.
- GERTZ, René. **O Aviador e o Carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 20**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- GERTZ, René. Acervo Benno Mentz. *In: Centros de documentação e arquivos: acervos, experiências e formação*. Nascimento, José Antonio Moraes do (org.). São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 83-94.
- GUIMARAES, Rafael. **A Enchente de 1941**. Porto Alegre: Libretos, 2013.
- KLEBER, Haike Roselane. **Sogipa Uma Trajetória De 130 Anos**. Porto Alegre: Palloti, 1997.
- KUNS, Marinês Andrea, WEBBER, Roswithia. O Movimento Mucker e Suas Relações com a Igreja Católica e a Protestante. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, FURG, v. 4, n. 8, p. 136-150, 2012. Disponível em <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10506>> acesso em 02 jul. 2023.
- MENTZ, Benno Frederico. **Correspondência ao Intendente Municipal de Uruguaiana em 12 de agosto de 1924**. Acervo Benno Mentz, Instituto de Cultura Delfos-PUCRS.
- MENTZ, Benno Frederico. **Correspondência a Guilherme Auler – 07 abril 1953**. Acervo Benno Mentz, Instituto de Cultura Delfos-PUCRS.
- MENTZ, Benno Frederico. **Livro de finanças Particulares- Livro estatísticas Finanças de 1908-1930**. Porto Alegre [?], 1930. Acervo Benno Mentz, Instituto de Cultura Delfos-PUCRS.
- PETRY, Leopoldo. **História da Colonização Alemã no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Rotermund, 1936.

PETRY, Leopoldo. **O Episódio do Ferrabráz- Os Muckers**. São Leopoldo: Rotermond, 1966, segunda edição.

RAMBO, Balduino. A Imigração alemã. *In: Enciclopédia Riograndense*, vol. 1. O Rio Grande Antigo. Klaus Becker, (org.) Canoas: Regional Ltda. 1956, p. 77-108.

RITZINGER, Max. Brasiliens Haberer Wollen Einen Stammbaum. *In München Merkur*, 10/06/1954. Monique, Alemanha. 1954.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2022.

SANKT PAULUS BLAT, A. G 25 Juli. *In Sankt Paulus Blat*, Porto alegre. 1937.

SOCIEDADE ORPHEU. **A Sociedade**. 2023. Disponível em <  
<http://sociedadeorpheu.blogspot.com/p/quem-somos.html>

> acesso em 01 jul. 2023.

TELLES, Leandro. **Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha – 1858/1974**. Porto Alegre: Associação Beneficente e Educacional de 1858, 1974.

ZANFRINI, Laura. **Sociologia Delle Migrazioni**. Bari-Itália: Editori Laterza, 2007.

## Representações fotográficas da Colônia General Osório

MARTINS, Alessandra<sup>1</sup>

### Considerações iniciais

O presente estudo busca analisar as representações fotográficas da Colônia General Osório durante a primeira República (1889-1930). O trabalho pretende abordar a circulação de imagens fotográficas na Colônia General Osório, buscando compreender como essas representações visuais foram produzidas e circuladas naquela época. Ao examinar as representações visuais, poderemos compreender as mudanças na paisagem, nas estruturas urbanas e nas relações sociais, bem como as influências da modernidade na Colônia General Osório. Assim, este trabalho busca contribuir para a compreensão da cultura visual e da colonização da região do Planalto Rio-Grandense, fornecendo um olhar aprofundado sobre a circulação de imagens fotográficas e as transformações socioespaciais ocorridas nessa região.

A Colônia General Osório foi uma colônia mista particular fundada em 1899 e pertencia à Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA, e estava localizada no município de Cruz Alta. Assim como General Osório, outras colônias eram essencialmente lucrativas para o município, e a venda de terras para colonos oriundos das Colônias velhas foi um processo comum entre as novas colônias do Planalto Rio-Grandense, no caso de General Osório, grande parte dos colonos veio de Santa Cruz e Estrela. Entre fortes intenções partidárias e a garantia do bem-estar dos colonos, o que mais permeava na Colônia General Osório era a ideia de progresso e modernidade trazida com os novos colonos.

A análise será feita em sua essência em fotografias do tipo cartão postal, e para a leitura desses documentos será utilizado como guia o método proposto por Ana Maria Mauad (2008). A fotografia está consideravelmente mais presente no nosso cotidiano do que estava para um indivíduo do século XIX. Isso ocorre porque o uso da imagem no século XXI evoluiu exponencialmente, passando por renovações tecnológicas e se tornando cada vez mais acessível para as grandes massas. Se nos primórdios da fotografia era necessário se deslocar até um ateliê fotográfico, aguardar por horas para ver o resultado da fotografia, hoje em frações de segundos podemos registrar tudo que desejamos, sem sair do lugar, temos a tecnologia literalmente na palma de nossas mãos.

---

<sup>1</sup> Graduada em História (UPF). Mestranda em História vinculada ao Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista CNPq de modalidade integral. Email: alee.tsmartins@gmail.com

## **1. Através das lentes: uma narrativa visual da Colônia General Osório**

Pensando em como a fotografia está intrínseca no nosso cotidiano podemos em um primeiro momento pensar que ela é uma “janela do passado”, e de fato pode ser, mas também podemos compreendê-la como uma fonte histórica, assim como Boris Kossoy nos alerta a respeito das fotografias que “nos mostram um fragmento selecionado da aparência das coisas, das pessoas, dos fatos, tal como foram (estética/ideologicamente) congeladas num dado momento de sua existência/ocorrência” (Kossoy, 2002, p.21). Com isso deve-se ressaltar que as fotografias não são imparciais ou incontestáveis, assim como qualquer outro objeto de pesquisa, possuem uma intenção e não foram produzidas por acaso, portanto é imprescindível começarmos a perceber a fotografia como um documento que pode ser lido.

Kossoy (2001) aborda três aspectos fundamentais que compõem uma fotografia: o assunto, o fotógrafo e a tecnologia. Isso porque fotografar é “prender” aquele momento para que ele não escape, para que possamos revisitá-lo quantas vezes necessário. Esses três pilares se relacionam e se complementam, são fundamentais, pois o fotógrafo é um indivíduo único e munido de seus sentimentos, não há ninguém igual a ele, portanto cada foto será igualmente única. Ele sempre irá sentir um momento para então capturá-lo, sempre irá ter um motivo para registrar, um tema ou uma emoção, e para isso usa de tecnologia que o auxilia nesse processo, uma tecnologia que sempre reflete a realidade do seu tempo.

O fotógrafo busca, através de uma lente, representar algo ou alguém, ou seja, quando ele captura uma imagem, o objeto presente na fotografia se torna uma representação do mesmo [objeto], não ele em si. Conforme Chartier, o conceito de Representação, refere-se a “tornar presente uma ausência, mas também exibir sua própria presença enquanto imagem” (Chartier, 2002, p.165), para refletir com mais clareza, o autor ainda usa o exemplo de um ator: quando está em cena, atuando, o ator traz à tona um personagem, representa esse personagem, que é abstrato.

Em suma, a representação é uma imagem da realidade e daquilo que já conhecemos, portanto, a fotografia é uma representação da realidade que conhecemos é uma imagem de um recorte específico do tempo passado. Podemos ainda pensar sobre representação no âmbito social, tão importantes para a vida cotidiana, assim como Denise Jodelet afirma “elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva” (Jodelet, 2001, p.17). É preciso então perceber como os indivíduos presentes

nesses objetos fotográficos, os colonos retratados, buscavam ser representados e qual os processos de construção dessas representações.

É pertinente dizer que quando olhamos para uma fotografia para analisá-la, devemos sempre nos lembrar de que aquele objeto não é ocasional, ou seja, não surgiu do nada, foi produzido através de uma intenção, o fotógrafo, com seu conhecimento sobre a tecnologia, determinou o melhor ângulo, a melhor iluminação, o melhor enquadramento e o melhor momento para, então, e só então capturar sua imagem produzindo um objeto com intenção e uma imagem que pode ser lida.

A fotografia, sendo uma imagem, pode representar a realidade de certa forma. Se realizarmos um paralelo com a atualidade (ano de 2023), percebemos o quanto a fotografia está atrelada à venda de produtos, em todos os âmbitos do mercado, usada para vender, precisa ser atrativa e comprovar que aquele produto existe, ou funciona. Durante o processo de formação de Colônias<sup>1</sup> particulares na região do Planalto Rio-grandense não foi diferente, a fotografia foi amplamente utilizada com finalidade de propaganda, para vender a imagem de que as Colônias Particulares no sul do Brasil eram prósperas, como é o caso da Colônia Neu-Württemberg, amplamente abordada por Rosane Neumann em seus trabalhos, e que serve de base para esse texto.

O trabalho de Rosane Neumann (2015), “Cartões-postais: representações do espaço colonial no início do século XX”, buscou identificar como o Dr. Hermann Meyer, proprietário da Empresa de Colonização Dr. Hermann Meyer, utilizou das fotografias com fins de marketing para atrair novos colonos para a Colônia Neu-Württemberg, visto que ela dependia da “imigração espontânea” (Neumann, 2015, p.27). A autora comenta sobre alguns exemplos de como a propaganda por meio de “anúncios em jornais e almanaques em língua alemão edição de pequenos livros e relatos de viagem, fotografias, com circulação nas zonas de colonização do Brasil e na Alemanha eram alguns dos meios de propaganda” (Neumann, 2015, p.27). As fotografias nesse caso podiam ser utilizadas como propaganda através dos cartões-postais, já que esse tipo de fotografia “apresentava/representava em imagens, retratando/comprovando seu progresso e sustentabilidade” (Neumann, 2015, p.28).

É nessa proposta, a partir do trabalho de Rosane Neumann, que este estudo pretende se aprofundar: a) analisar a fotografia como um objeto de concretização dos avanços das Colônias particulares, uma propaganda efetiva para vender os lotes de terra e a b) analisar o contexto da produção fotográfica através de um estudo de caso de um fotógrafo amador. Para que essa pesquisa se torne mais organizada, optamos por trabalhar com o recorte temporal de 1890 até

1930. As fotografias “vendiam”, em forma de propaganda, uma imagem de uma Colônia em desenvolvimento, atrativa e convidativa para novos colonos. Nossa proposta é buscar compreender como as fotografias das Colônia General Osório foram utilizadas para tais fins de propaganda e como as fotografias impactaram novos colonos para que escolhessem adquirir um lote colonial nessas respectiva Colônia, bem como compreender o contexto da cultura fotográfica nesses espaços.

A Nova História criou ramificações de abordagens dentro da historiografia, e para que uma fotografia pudesse ser lida tal qual um documento escrito, surgiu a necessidade de a história visual desenvolver métodos de leitura das imagens. Mas vamos desenvolver um pouco essa ideia de cultura visual. Ulpiano T.B. de Meneses (2003) que em meio ao surgimento de uma convergência de abordagens interdisciplinares envolvendo a historiografia, antropologia, sociologia e a arte, em prol de construir o campo de estudos da cultura visual, optou por “utilizar a expressão “história visual” não como mais uma compartimentação da história, mas como um campo operacional de observação da sociedade.”

Essa história visual está inserida dentro da cultura visual. Dentro disso, Carmem Adriane Ribeiro (2015) apresenta uma discussão pertinente entre duas correntes de pensamento para definir e conceitualizar o que é cultura visual, essa discussão ocorre entre e Chris Jenks e Nicholas Mirzoeff. Jenks a define como a cultura ocidental marcada pela hegemonia do pensamento científico, enquanto Mirzoeff a considera como uma abordagem contemporânea que busca informação e prazer visual através das tecnologias digitais e virtuais presentes no cotidiano. Além de Jenks e Mirzoeff, Carmem Ribeiro também conta com W. J. T. Mitchell<sup>4</sup> que define cultura visual como o estudo das construções culturais e da experiência visual na vida cotidiana, nas mídias, nas representações e nas artes visuais. Ele destaca que a cultura visual está relacionada às imagens que cada sociedade constrói de si mesma e permite examinar as desigualdades sociais através do universo visual. Retornando a Ulpiano T.B. de Meneses (2003) e ao uso de imagens como objeto de pesquisa na historiografia o autor ainda ressalta a importância de perceber o “ciclo completo de sua produção, circulação e consumo, a que agora cumpre acrescentar a ação”. (Meneses, 2003, p.28).

Sobre a cultura fotográfica Canabarro (2004) fala que a cultura fotográfica vai além da história da fotografia, envolvendo uma análise da inserção social da fotografia em seu contexto histórico. O autor enfatiza que os pesquisadores contemporâneos não buscam apenas conhecer técnicas e biografias de fotógrafos, mas também compreender a fotografia como uma representação social que revela diferenças sociais e atuação em contextos históricos específicos.

Já para Turazzi (1998) a cultura fotográfica é uma expressão singular que engloba uma variedade de concepções sobre os modos de ser, fazer e pensar dos indivíduos e as tradições simbólicas ou materiais de uma sociedade. A autora destaca que a fotografia faz parte da construção imaginária de uma identidade nacional, documentando elementos concretos dessa construção e utilizando referências simbólicas e materiais da identidade cultural de um povo. Ambos os autores enfatizam a que a fotografia pode ser considerada um produto cultural e histórico, influenciada pelo olhar do fotógrafo, pelas representações sociais e pela tecnologia usada na sua produção, mas essa cultura fotográfica vai além da técnica e abrange também todos os signos da vida social e diferentes domínios e representações.

Segundo Neumann elas “funcionavam como prova irrefutável de que aquele lugar era real, fornecendo visualmente os mesmos elementos informativos” (Neumann, 2015, p.28), as Colônias se mostravam existentes e isso era um ponto muito importante para representar aquele espaço físico e ilustrar para possíveis colonos as possibilidades que as colônias possuíam, possibilidades de crescimento, desenvolvimento e sucesso. No início do século XX, o cartão-postal se tornou um produto muito consumido, já que vinha ganhando notoriedade desde seu surgimento no final da década de 1860, era comum entre as elites (p.31). Somado a isso a primeira câmera fotográfica da Kodak foi lançada, uma tecnologia impressionante para os padrões da época, em 1888 George Eastman apostou no slogan “você aperta o botão, nós fazemos o resto” (p.25). Esse momento foi um grande passo para que a fotografia fosse mais difundida, era um processo mais rápido, que não necessitava de um ateliê especializado com uma câmera grande e desajeitada, a qualidade e a nitidez da imagem também contribuíram para que mais fotografias fossem feitas e de maneira mais acessível.

Deve-se atentar a mais uma demanda da fotografia, segundo Neumann (2015) os imigrantes desejavam se comunicar com seus parentes que ficaram em sua terra natal, tinham a finalidade de mandar notícia e “comprar a sua ascensão”. Ainda sobre essa prática de compartilhar as imagens fotográficas com parentes ou amigos, seja nas chamadas Colônias Velhas, ou nos países de origem, Ribeiro (2015, p.148) ressalta que “não é de estranhar que as fotografias tivessem em seu verso o formato de cartão postal, com os espaços para preencher os dados do destinatário”.

Neumann (2015) ainda acrescenta sobre o propósito da imagem fotográfica para a venda de um produto: a terra.

[...] as primeiras fotografias eram produzidas com o objetivo de mostrar a vitalidade da terra, expondo a exuberância da natureza e, ao mesmo tempo, a viabilidade do projeto imobiliário, através de elementos urbanos já presentes no meio da floresta.



Simbolicamente, comprovava que o homem podia vencer a mata fechada, dando lugar à civilização. (Neumann, 2015, p.233)

As fotografias, naquele momento, estavam a serviço de comprovar um progresso, eram uma fonte verossímil de que as colônias podiam retornar lucro aos moradores, eram uma fonte de segurança e estabilidade já que “asseguravam que em menos de uma década, os imigrantes e colonos alemães haviam domado a selva, transformando-a em extensas lavouras” (Neumann, 2015, p.233)

Para este estudo, utiliza-se o método de leitura da imagem fotográfica, proposto por Ana Maria Mauad (2008), juntamente com as próprias análises da autora, é importante ressaltar aqui outros grandes autores que contribuem para os métodos de análise de imagem: Ivo Canabarro (2011), Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho. Dessa forma, esse método híbrido será utilizado para compreender os processos que envolvem a produção e circulação da imagem fotográfica e como isso impacta os pontos de análise previamente mencionados utilizando como objeto de estudo para esta pesquisa a fotografia. Assim, nas palavras de Kossoy (1989), a história pela fotografia.

Segundo Mauad (2008) a fotografia pode ser um texto visual composto por três aspectos: o autor, o texto e o leitor. Nesta dinâmica o autor certamente é o fotógrafo independente do seu grau de domínio de técnicas; nosso texto é a fotografia que pode ter leituras diferentes dependendo do seu leitor. Por sua vez, o leitor tem como compreender a imagem da fotografia através de dois níveis: nível interno, sendo uma parte mais representativa da imagem de caráter não-verbal; e o nível externo, sendo um contexto maior que a imagem, trazendo consigo interferências de “natureza verbal”.

Sendo a fotografia um texto visual, assim como na escrita convencional, a leitura de textos exige certas regras para a compreensão do sentido da imagem, como texto é preciso de duas competências para a sua leitura: a expressão (que diz respeito às técnicas da fotografia e a sua estética) e o conteúdo (se referindo ao conjunto de elementos que compõem a imagem). Mauad nos diz que:

[...] a compreensão de textos visuais é tanto um ato conceitual (os níveis externo e interno encontram-se necessariamente em correspondência no processo de conhecimento) quanto um ato fundado numa pragmática, que pressupõe a aplicação regras culturalmente aceitas como válidas e convencionalizadas na dinâmica social. Percepção e interpretação são faces de um mesmo processo: o da educação do olhar. Existem regras de leitura dos textos visuais que são compartilhadas pela comunidade de leitores. Tais regras não são geradas espontaneamente; na verdade, resultam de uma disputa pelo significado adequado às representações culturais. Sendo assim, sua aplicação por parte dos leitores/destinatários envolve, também, a situação de recepção dos textos visuais. (Mauad, 2008, p.39)

É preciso, portanto, aprender a analisar as camadas que a fotografia apresenta e compreender todo o objeto para que ele faça sentido. Nos casos que vamos analisar em seguida podemos notar informações tanto na imagem, quanto no verso, conhecer as possibilidades de interpretação do documento.

Para ter um método de leitura da imagem, Mauad (2008) destaca três passos para se analisar a fotografia: O primeiro passo se refere aos “códigos e níveis de codificação”, vistos em todas as sociedades atribuem diferentes significados à imagem. O segundo passo é “conceber a fotografia como resultado de um processo de construção de sentido”, ou seja, compreender que o objeto faz parte de um contexto e por ser um “trabalho humano de comunicação”, possui suas próprias mensagens. O terceiro passo é notar que a relação entre os códigos de significados e o contexto das mensagens contidos na imagem, não é um processo automático e por isso o leitor cria um “processo de investimento de sentido”, analisar e refletir sobre a fotografia. Em resumo, esse último passo traz uma complexidade maior de leitura, por isso Mauad resume os três pontos para a compreensão do terceiro passo:

[...] o terceiro ponto concerne à relação entre o plano do conteúdo e o plano da expressão. Enquanto o primeiro leva em consideração a relação dos elementos da fotografia com o contexto no qual se insere, remetendo-se ao corte temático e temporal feitos, o segundo pressupõe a compreensão das opções técnicas e estéticas, as quais, por sua vez, envolvem um aprendizado historicamente determinado que, como toda a pedagogia, é pleno de sentido social. (Mauad, 2008, p.43)

Mauad, consolidou cinco categorias espaciais para a estrutura final da análise: o espaço fotográfico (tamanho, formato, enquadramento, nitidez e o produtor), o espaço geográfico (local retratado, ano e atributos da paisagem, todos contidos no plano do conteúdo), o espaço do objeto (tema da foto, objetos retratados, atributos das pessoas e atributos da paisagem), o espaço da figuração (pessoas retratadas, a natureza deste espaço, a hierarquia das figuras e outros atributos) e o espaço da vivência. tema da foto, local retratado, figuração, produtor e as principais opções técnicas compõem esta categoria. (Mauad, 2008, p.44-46)

## **2. Análise e Representação: uma leitura das imagens fotográficas**

Importante acrescentar a narrativa de desenvolvimento da Colônia General Osório que foi fundada no final do século XIX, em 1899, no município de Cruz Alta, na região do Planalto Rio-grandense. A Colônia abrangia um território de aproximadamente 12.421 hectares, situada onde hoje se encontram os municípios de Ibirubá e Quinze de Novembro (Sand, 2021, p. 424). A Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & Cia foi responsável pela compra de terras públicas e particulares para a fundação da Colônia. Essa empresa pertencia em sociedade a três

sujeitos: o Coronel Serafim Fagundes da Fonseca, o advogado Diniz Dias Filho, encarregado da gerência da empresa, e o seu irmão, o comerciante José Annes Dias. Conforme destaca Sand (2021), em meio a um esquema político, o interesse no desenvolvimento da Colônia General Osório estava diretamente vinculado com a reeleição de Firmino de Paula Filho, garantindo a manutenção do PRR em Cruz Alta até o ano de 1923. A presença do PRR era forte até mesmo na própria Colônia, onde podemos encontrar o colono Carlos Karnopp como líder. Por meio de uma troca de favores a prefeitura fornecia a abertura de estradas e construção de escolas e os colonos votavam no PRR.

**Imagem 1:** Centro urbano da Colônia General Osório (Título da autora).



Fonte: Museu Theobaldo Becker. (Autor desconhecido)

Se observar atentamente a imagem acima, vai perceber é uma fotografia com enquadramento horizontal, em emulsão preto e branca, com o foco no núcleo urbano crescente, onde no primeiro plano temos a infraestrutura da colônia e em segundo plano temos a mata. Não temos a informação do profissional que fez a fotografia, mas podemos observar que ele optou por um ângulo elevado, para capturar o máximo da colônia. Podemos ver com destaque outro elemento que está presente em boa parte das fotografias contemporâneas a essa: a igreja. No caso essa é uma Igreja Evangélica de Confissão Luterana, uma das primeira construções desta colônia e que ocupa um lugar central na comunidade.

Ao analisar a imagem notamos que a infraestrutura do núcleo urbano da colônia possui um planejamento, podemos ver que a igreja toma lugar de destaque na fotografia, assim como um prédio em alvenaria que destoa das demais construções. Podemos concluir que através desta

fotografia, que enquadrava o centro da colônia de um ângulo elevado, teve como objetivo mostrar o desenvolvimento desse espaço.

**Imagem 2:** A primeira cervejaria, 1920 (Título da autora).



Fonte: Museu Theobaldo Becker. (Autor desconhecido)

Segundo a própria fotografia em seu verso, a primeira Cervejaria pertenceu a Henrique Berlet, aproximadamente na década de 1920, e segundo informações contidas nas pastas do Museu Theobaldo Becker, a legenda da fotografia consta que essa cervejaria iniciou a partir de 1915, mas para fins desta primeira análise, vamos utilizar o ano de 1920 (que consta no verso da fotografia). Aplicamos para a leitura dessa imagem o método de Ana Maria Mauad que consiste em analisar a imagem a partir das cinco categorias espaciais: espaço fotográfico, espaço geográfico, espaço do objeto, espaço da figuração e espaço da vivência.

Nessa fotografia do tipo cartão postal (9x14cm), com enquadramento horizontal e emulsão em preto e branco. As figuras representadas na imagem certamente receberam orientações para posar para a fotografia, podemos perceber isso com a maioria dos indivíduos olhando para a câmera e segurando objetos relacionados a cervejaria. O senhor na porta está com uma garrafa e o jovem no canto esquerdo segura, além de uma garrafa um copo. É interessante refletir sobre essa última figura mencionada, visto que por mais que ocorreu uma orientação por parte do fotógrafo para a captura da imagem, ele acabou retirando da fotografia o rosto do jovem.

Podemos analisar que as sete figuras humanas representadas na fotografia, são três homens e um destes sendo (provavelmente) Henrique Berlet, uma mulher, possivelmente sua esposa, com suas crianças (um bebê e uma menina), que podem ou não serem filhos do casal e mais ao canto esquerdo um jovem. É difícil dizer qual desses homens seria Henrique Berlet, pois pode ser qualquer um deles, mas pressupõe-se que seja o homem na porta, visto que como proprietário, Henrique poderia ter contratado funcionários para atuarem em seu empreendimento (homens esses que estão no centro exercendo alguma atividade). Outro ponto que acrescenta a teoria de Henrique ser o senhor na porta é a proximidade dele com a mulher e as crianças.

Todos com vestimentas simples de trabalho, consistindo em camisa, calça e chapéu para os homens. Já para a indumentária feminina: um vestido longo, simples, e possivelmente de uso cotidiano e para o trabalho, visto que o mesmo apresenta algumas manchas. As crianças usam vestidos também, e assim como a mulher a criança também tem seu cabelo preso. Os colonos, ao que tudo indica construíram esta cervejaria na zona rural, visto que podemos observar ao fundo o que parece ser uma cerca, há também araucárias e uma vegetação densa e alta presente na parte esquerda da imagem. O chão de terra com pedras, tijolos e madeira também é um forte indicativo de ser uma construção da zona rural. O que podemos observar com clareza também, é o fato de não ser um grande estabelecimento comercial, visto que mais parece ser algo improvisado. Os trabalhadores executando suas tarefas ao ar livre e o “piso” feito com tábuas de madeira contribuem para esta hipótese, há também no canto inferior esquerdo uma estrutura para conduzir a água. Ao que parece, a atividade executada pelos homens no centro da imagem é a limpeza das garrafas de vidro, isso porque é uma tarefa em ambiente externo e tem um indivíduo despejando líquido das garrafas.

Como um todo, essa fotografia representa parte do comércio de General Osório, um fragmento pequeno, mas que comporta parte do âmbito econômico da colônia, não se sabe quem seria o autor desta fotografia ou se seria um profissional ou amador, mas um fato é que ela representa parte do desenvolvimento da Colônia General Osório e contribuiu para a história dela. Ainda que com mínimas informações podemos fazer uma análise breve da imagem e suas representações.

Para finalizar, é pertinente ressaltar que este texto demonstrou, ainda que trabalhar com apenas duas imagens, como as fotografias da Colônia General Osório do início do século XX são mais do que meros recortes da realidade, elas representam uma construção intencional de sentido, carregada de vários discursos e níveis de significação. As fotografias revelam não

apenas a transformação física da paisagem, simbolizando o progresso e a modernidade, mas também a construção de uma cultura fotográfica nesses espaços. Este trabalho enfatiza o valor da fotografia como fonte primária para o estudo historiográfico, desafiando a tradicional ideia da fotografia como um mero complemento ilustrativo e ressaltando o seu papel ativo na construção e comunicação do conhecimento acerca das Colônias Particulares.

## Referências

- CANABARRO, Ivo dos Santos. **A construção da cultura fotográfica no sul do Brasil. Imagens de uma sociedade de imigração.** 2004. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, UFF, Niterói - RJ, 2004
- CANABARRO, Ivo dos Santos. **A utilização da fotografia para a construção do conhecimento histórico.** Disponível em: . Acesso em: 13 junho 2023.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural. Entre práticas e representações.** Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1990.
- JODELET, Denise. **Representações sociais: um domínio em expansão.** In: JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais.* Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 17-44
- KOSSOY, Boris. **Fotografia & História.** – 2 ed. rev. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo.** Cotia – SP: Ateliê Editorial, 2007, p. 133.
- KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica.** Cotia: Ateliê Editorial, 2000.
- MAUAD, Ana Maria. **Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX.** Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em História ICHF, CEG, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990
- MAUAD, Ana Maria. **Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX.** Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em História ICHF, CEG, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A fotografia como documento – Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico.** Tempo, Departamento de História – UFF, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, 2003.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 23, n. 45, p.11-36, 2003.
- NEUMANN, Rosane Marcia. **Cartões-postais: representações do espaço colonial no início do século XX.** In: MEYRER, Marlise R; NEUMANN, Rosane M (Org). *História, imagem e representação: possibilidades de leitura.* São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 25-42
- NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul: 1897- 1932.** 1. ed. São Leopoldo: Oikos/ UNISINOS, 2016. v. 1. 703p.

NEUMANN, Rosane. **Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)**. 2009, 632 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul( PUCRS), Porto Alegre, 2009. 2v

RIBEIRO. Carmem Adriane. **Imagens negociadas: retratos de família pelas lentes do estúdio Foto Klos nas décadas de 1930 e 1940 em Panambi – RS**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2015

SAND, João. Política republicana e colonização: a empresa Colonizadora Serafim Fagundes & Cia e a compra de terras públicas na região do Planalto Rio-Grandense, 1904. In: NEUMANN, Rosane, et al. **Migrações, territorialidades e ambiente**. ed.1 São Leopoldo: Oikos: 2021. p. 424

# **“Henrique Surerus & Irmão”: a trajetória de dois teuto-brasileiros no interior de Minas Gerais**

Rita de Cássia Lara Couto<sup>1</sup>

## **Introdução**

O estudo das trajetórias e as biografias encontraram novo fôlego na historiografia, ao longo das últimas décadas, especialmente por colocar o indivíduo no centro da ação, valorizar suas relações sociais e sua movimentação por diversos campos, especialmente o político, o religioso e o econômico (Bourdieu, 1996). A trajetória do biografado precisa ser traçada também levando-se em conta o contexto em que está inserido, com suas peculiaridades e especificidades, uma vez que “para cada indivíduo existe também uma considerável margem de liberdade” (Levi, 2006, p. 182) e suas escolhas e ações pessoais têm peso angular.

Este trabalho tem como objetivo examinar a trajetória dos irmãos Henrique e João Surerus, filhos de alemães imigrados para o Brasil em 1845. Na década de 1860, quando ainda eram crianças, a família transferiu-se de Petrópolis (RJ) para Juiz de Fora (MG), atraída não só pela presença dos conterrâneos que viviam na Colônia Dom Pedro II, fundada em 1858, mas também pela oferta de trabalho oferecida pela Companhia União e Indústria, responsável pelo núcleo colonial.

Juiz de Fora, localizada no interior de Minas Gerais, tinha sua economia fundamentada na agricultura e mais de 60% da população era composta por pessoas escravizadas. Neste contexto, os irmãos Surerus iniciaram uma casa de negócios, que oferecia, além de completo sortimento de materiais e mão de obra para a construção civil, uma fábrica de arreios, de carroças e de tecidos de malha. Premiada em Exposições Nacionais, a firma “Henrique Surerus & Irmão” prestava serviços à Câmara Municipal de Juiz de Fora e empregava dezenas de pessoas, entre os quais outros imigrantes e descendentes.

Para além da atuação comercial, Henrique Surerus foi eleito vereador em 1915 e integrou a diretoria de variadas instituições culturais e sociais da cidade, formando uma imbricada rede de relacionamentos nas mais variadas esferas. Por meio das trajetórias dos irmãos Surerus, pretende-se neste artigo observar como os empreendimentos desenvolvidos por estes dois filhos de imigrantes proporcionaram relações com diferentes grupos e,

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela UFJF. E-mail: ritacouto@gmail.com.



consequentemente, influenciaram no processo de formação do patrimônio material e cultural da família Surerus em Juiz de Fora.

Para a reconstrução dessas trajetórias pessoais, buscou-se reconstituir os passos dos sujeitos a partir do confronto do maior número possível de fontes de natureza diversa, com a utilização dos nomes próprios como ponto de partida e fio condutor, exatamente por ser ele “identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como agente, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis” (Bourdieu, 2006, p. 186). Para tanto, as fontes utilizadas neste trabalho foram documentos cartoriais, escrituras, testamentos, registros religiosos (batismo, casamento e óbito), contratos empresariais, além de jornais e revistas publicados em Juiz de Fora e no Rio de Janeiro.

Assim, a primeira seção deste trabalho traz informações sobre a família Surerus, seu local de origem na Alemanha e a imigração para o Brasil em 1845. Na sequência, são apresentados dados sobre Juiz de Fora (MG), que contextualizam o cenário encontrado pelos irmãos Surerus quando instalaram sua empresa na cidade. A seção seguinte coloca em cena a firma Henrique Surerus & Irmão e sua multiplicidade comercial, destacando também a atuação dos sócios em outras esferas para além das atividades empreendedoras.

## **1. Da Alemanha ao Brasil**

Localizada na atual Renânia-Palatinado, Frei-Laubersheim era uma pequena aldeia com menos de 800 habitantes<sup>2</sup> quando, em 26 de abril de 1836, nasceu Valentim Surerus, primogênito do casal Johann Surerus e Barbara Catharine Hendrichs, que teve mais outros quatro filhos. Em 1845, decidida a emigrar para o Brasil, a família vendeu seus bens, pelos quais foram obtidos aproximadamente 400 florins. Boa parte dessa quantia foi destinada ao pagamento das dívidas existentes e, com cerca de 150 a 160 florins restantes, em maio daquele mesmo ano os Surerus se dirigiram ao porto de Dunquerque, na França, onde embarcaram com destino a Petrópolis (RJ)<sup>3</sup>.

É interessante observar que o documento referente à saída da família Surerus de Frei-Laubersheim indicou o total de sete pessoas<sup>4</sup>, mas o registro da chegada à Petrópolis em agosto

---

<sup>2</sup> Em 1835, a população de *Frei-Laubersheim* era de 786 pessoas (*Frei-Laubersheim Bevölkerung 1815-2011*, 2023).

<sup>3</sup> Ortsarchiv Frei-Laubersheim: Acten der Bürgermeisterei Frei-Laubersheim, XI Bevölkerungsverhältnisse, 4. Abschnitt Auswanderungen.

<sup>4</sup> Ibid.

de 1845 apontou que o casal possuía seis filhos<sup>5</sup>, o que soma oito pessoas. Além disso, de acordo com o Jornal do Comércio (12 ago. 1845), “170 colonos, inclusive três crianças nascidas na viagem” chegaram no porto do Rio de Janeiro no dia 11 de agosto, a bordo da barca francesa *Jeune Leon*. Esses indícios levam a crer que Barbara Catharine Surerus (nascida Hendrichs) estivesse grávida e dera à luz durante a travessia do Atlântico.

Ao chegar em Petrópolis em agosto de 1845, Johann Surerus recebeu do Governo Imperial o terreno nº 2605 no Quarteirão Palatinado Superior da Imperial Colônia de Petrópolis e uma gratificação no valor de 40\$000, quantia oferecida a todas as famílias compostas por 8 pessoas<sup>6</sup>. Em julho de 1859, Valentim Surerus, que havia imigrado para o Brasil aos 9 anos de idade, casou-se com a colona Maria Faulhaber, filha de Philipp Heinrich Faulhaber e Barbara Weitmann, nascida em Großwinternheim, na atual Renânia-Palatinado, em 14 de janeiro de 1838<sup>7</sup>. Em Petrópolis, Valentim e Maria tiveram seus três primeiros filhos: Henrique (1860-1948), João (1863-1937) e Anna (1865-1942). Pouco após o nascimento da filha, em janeiro de 1866, a família Surerus se mudou para Juiz de Fora (MG)<sup>8</sup>.

**Figura 1:** Valentim Surerus



Fonte: Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly.

---

<sup>5</sup> Auler, 1962.

<sup>6</sup> Ibid.

<sup>7</sup> Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly (ITBWD): Fundo Família Surerus, documento avulso.

<sup>8</sup> ITBWD: Fundo Família Surerus, publicação “Viagem Imperial”, de 1919.

### *1.1 Juiz de Fora: “o empório comercial de Minas”*

Juiz de Fora localiza-se na Zona da Mata Mineira e a ocupação da região onde a cidade se desenvolveria passou a ser ocupada a partir do início do século XVIII, com a abertura do Caminho Novo, uma picada aberta com a finalidade de facilitar o acesso entre as minas e o Rio de Janeiro. Apesar dessa via ter encurtado o tempo de viagem entre os dois pontos, levava-se em média de 20 a 30 dias no trajeto e por isso era necessário pernoitar e obter alimentos para a subsistência ao longo do percurso. Assim, a coroa portuguesa concedeu sesmarias ao longo de todo o caminho para que as terras fossem povoadas e cultivadas<sup>9</sup>.

Em 1713, Luís Fortes Bustamante e Sá se tornou proprietário da sesmaria onde, depois de mais de um século, surgiria a cidade de Juiz de Fora. Bustamante e Sá era português e exercia o cargo de juiz de fora na Cidade do Rio de Janeiro, por esse motivo, suas terras no Caminho Novo passaram a ser conhecidas como Fazenda (ou Roça) do Juiz de Fora, em clara referência à profissão do proprietário e à provável forma como os viajantes e os moradores locais o chamavam<sup>10</sup>.

Nesta sesmaria se formou um pequeno povoado, que na década de 1840 foi transferido para a outra margem do rio Paraibuna e deu origem ao município de Juiz de Fora. Em 31 de maio de 1850, o núcleo foi elevado à categoria de vila e, em 1856, à condição de cidade. De acordo com Domingos Giroletti (1988), a cultura do café se alastrou pelo percurso feito pelos tropeiros ao longo do Caminho Novo e, no início do século XIX, já estava bem estabelecida nos solos férteis da Zona da Mata de Minas Gerais. “Mais de 99% da exportação mineira de café de 1847/48, que totalizava 745.381 arrobas, e de 1850/51, que somava 900.264 arrobas, eram produzidos na Zona da Mata” (Giroletti, 1988, p. 30) e Juiz de Fora destacava-se entre os municípios com maiores produções.

A cafeicultura teria sido também um dos fatores que favoreceram o aumento da população na região, já que as zonas mineradoras estavam em declínio e houve grande migração interna no período, com abundância de mão de obra escravizada. Em 1855, a Freguesia de Santo Antônio do Paraibuna (distrito-sede, atual Cidade de Juiz de Fora) possuía 6.466 habitantes, dos quais 4.025 eram pessoas escravizadas, o que representava 62% da população local<sup>11</sup>.

Tendo em vista a produção agrícola da região, a Vila de Santo Antônio do Paraibuna, hoje Juiz de Fora, foi a localidade escolhida pelo empresário Mariano Procópio Ferreira Lage

---

<sup>9</sup> Lessa, 1985.

<sup>10</sup> Revista, 1985.

<sup>11</sup> Arquivo Público Mineiro (APM): Mapa de população da vila de Santo Antônio do Paraibuna - Fundo Seção Provincial - SP 570, número 362, 1855.

para ali instalar a Companhia União e Indústria. Por meio do Decreto 1031 de 7 de agosto de 1852, a empresa recebeu autorização do governo imperial para construir e explorar por 50 anos uma estrada pavimentada entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, para, assim, facilitar o escoamento dos gêneros agrícolas e aumentar a comunicação e as relações entre as duas províncias. A construção da via foi concluída em 1861 e a viagem inaugural foi feita pela família imperial e sua comitiva.

“Boa estrada de rodagem que não faz inveja a qualquer outra do mundo” (Agassiz, 2000, p. 80) e pavimentada com macadame, a União e Indústria permitia que a distância de 144 km entre Petrópolis (RJ) e Juiz de Fora (MG), antes percorrida em dois ou três dias sobre o lombo de muares, passasse a ser vencida em cerca de 12 horas a bordo de diligências puxadas por quatro cavalos. O encurtamento do tempo de viagem favoreceu não apenas o trânsito de passageiros, mas também proporcionou uma nova dinâmica de comercialização da produção regional, ao oferecer

todas possibilidades de transporte às ricas colheitas de café que, de todas as fazendas da região, descem incessantemente para o Rio. Como este distrito possui magníficas plantações de café, o aperfeiçoamento dos meios de comunicação é de capital importância para o comércio do país (Agassiz, 2000, p. 83).

Ao possibilitar o transporte de maior quantidade de mercadorias em um intervalo de tempo mais curto, a estrada União e Indústria proporcionou a regularidade no abastecimento e a continuidade do movimento de circulação comercial durante todos os meses do ano, o que levou à diminuição dos preços dos fretes. Juiz de Fora se tornou, assim, um importante entreposto comercial, com grande concentração econômica. Por sua localização privilegiada, se tornou passagem obrigatória no trajeto entre as Províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro e dinâmico núcleo econômico da Zona da Mata<sup>12</sup>, o que levou o fotógrafo R. Henry Klumb a registrar, na década de 1860, a seguinte nota a respeito da cidade: “este lugarzinho é hoje o empório comercial de Minas Gerais e um pouco de Goiás”<sup>13</sup>.

Além de construir e manter a estrada, a Companhia União e Indústria foi responsável também por criar a Colônia Alemã Dom Pedro II, ao contratar e importar, em 1858, quase 1200 imigrantes alemães e tirolezes, dos quais boa parte possuía profissões especializadas. Estes colonos foram designados para os trabalhos nas oficinas da Companhia, que contava com olaria, serraria, tornearia de metais, correaria, marcenaria, ferraria e carpintaria com cinco forjas, entre outras instalações.

---

<sup>12</sup> Giroletti, 1988.

<sup>13</sup> Klumb, 1872, p. 72.

Esse cenário promissor para o desenvolvimento econômico municipal se descortinava quando Valentim Surerus chegou a Juiz de Fora, em 01 de janeiro de 1866, acompanhado da esposa Maria e dos filhos Henrique, João e Anna, que nasceram em Petrópolis (RJ). A partir daquela data, o patriarca da família, que era mestre segeiro, passou a trabalhar como gerente da oficina de fabricação de carruagens da Companhia União e Indústria<sup>14</sup>.

Na cidade mineira nasceram mais cinco filhos de Valentim Surerus e Maria Faulhaber: Carlota (1868-1944), Barbara (1874-1897) e os três caçulas que não sobreviveram à primeira infância - José Luiz (1877-1877), Felippina (1878-1880) e Maria (1885-1888), que faleceu por afogamento ao cair no poço localizado nos fundos da casa da família, apesar dos esforços do irmão João, que pulou em seguida para tentar salvá-la e também quase perdeu a vida<sup>15</sup>.

**Figura 2:** Valentim Surerus e família em dezembro de 1896



Fonte: Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly.

Com o encerramento das atividades da Companhia União e Indústria na década de 1880, Valentim Surerus passou a viver da renda do aluguel de imóveis que possuía e também se dedicou à oficina de segeiro que havia montado nos fundos da propriedade da família na atual Rua Padre Matias, em Juiz de Fora. Quando faleceu, em 7 de agosto de 1898, Valentim era proprietário de pelo menos cinco terrenos e seis casas, todas cobertas de telhas, forradas, assoalhadas, envidraçadas e bem localizadas na cidade<sup>16</sup>. Henrique Surerus e seu irmão João,

<sup>14</sup> ITBWD: Fundo Família Surerus, publicação “Viagem Imperial”, de 1919.

<sup>15</sup> O Pharol, 08 mai. 1888.

<sup>16</sup> Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora (AC-UFJF): Inventário de Valentim Surerus, 1898.

seguindo os passos do pai, também trabalharam para a Companhia União e Indústria e, com a falência desta, tentaram a sorte em outras cidades<sup>17</sup>, mas em 1886 retornaram a Juiz de Fora e organizaram a empresa Henrique Surerus & Irmão.

### *1.2 Irmãos e sócios - breves traços biográficos de Henrique e João*

Filho mais velho de Valentin Surerus e Maria Faulhaber, Henrique Surerus nasceu em Petrópolis (RJ), em 10 de abril de 1860, e contava 6 anos incompletos quando sua família se transferiu para Juiz de Fora (MG). Trabalhava como pintor e, na propriedade da família, montou uma pequena oficina de pintura no mesmo espaço que seu pai havia utilizado, depois da falência da Companhia União e Indústria, para construir e reparar carruagens.

Em 23 de janeiro de 1892<sup>18</sup>, Henrique Surerus se casou com Maria Elisabeth Detlefina Schröder, filha de Henning Otto Schröder e Elisabeth Guhl, nascida em Juiz de Fora em 01 de dezembro de 1869<sup>19</sup>. Aos 23 anos de idade, poucos dias após o nascimento de Roberto Luiz<sup>20</sup>, único filho do casal, Maria Elisabeth faleceu<sup>21</sup>.

Em segundas núpcias, celebradas em 21 de novembro de 1896<sup>22</sup>, Henrique Surerus se uniu a Guilhermina Catharina Jacobina Krambeck, que nasceu na Colônia Dom Pedro II, em Juiz de Fora, no dia 04 de novembro de 1874, filha dos alemães Detlef Krambeck e Johanna Catharine Elise Krancher<sup>23</sup>. Henrique e Guilhermina tiveram oito filhos: Alfredo Fernando, Natalina Maria, Paulo, Lindolpho Henrique, Detlef, Carlos, Guilherme Henrique e Maria Elisa<sup>24</sup>.

Assim, como Henrique, João Surerus nasceu em Petrópolis (RJ) no dia 07 de fevereiro de 1863 e era o segundo filho do casal Valentin Surerus e Maria Faulhaber. Ia completar três anos de idade quando a família se mudou para Juiz de Fora, onde ele se casou, em 1887, com Albertina Berberich, nascida em Juiz de Fora em 06 de março de 1863 na colônia alemã Dom Pedro II, filha de Felipe Berberich e Catharina Zink<sup>25</sup>. Juntos, tiveram dez filhos: João, Henrique, Valentin, Oscar, Alberto, Otto, Babetta (Pavetta), Guilhermina, Adolpho e Martha<sup>26</sup>.

---

<sup>17</sup> ITBWD: Fundo Família Surerus, publicação “Viagem Imperial”, de 1919.

<sup>18</sup> Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Juiz de Fora (CECLJF): Registro de casamento II, p. 4, t. 4

<sup>19</sup> CECLJF: Registro de batismo I, p. 17, t. 126.

<sup>20</sup> CECLJF: Registro de batismo II, p. 11, t. 17.

<sup>21</sup> CECLJF: Registro de óbito II, p. 5v, t. 4.

<sup>22</sup> CECLJF: Registro de casamento II, p. 8v, t. 4.

<sup>23</sup> CECLJF: Registro de batismo I, p. 29, t. 204.

<sup>24</sup> CECLJF: Registro de batismo II.

<sup>25</sup> Arquivo Histórico Arquidiocesano de Juiz de Fora (AHAJF): Batismos Ig. da Glória 1858-1880, p. 192, t. 78.

<sup>26</sup> CECLJF: Registro de batismo II.

Profissionalmente, João Surerus dedicou-se, de maneira especial, à construção civil e possuía diversos imóveis para aluguel em Juiz de Fora.

**Figura 3:** Henrique Surerus e família



Henrique Surerus e sua primeira esposa, Maria Elisabeth Detlefina Schröder

Henrique Surerus, Guilhermina Krambeck, sua segunda esposa, e filhos - 1908

Fonte: Fundação Museu Mariano Procópio - MAPRO.

**Figura 4:** João Surerus, sua esposa Albertina Berberich e família - 1908



Fonte: Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly.

## 2. Henrique Surerus & Irmão

Instalada em Juiz de Fora na Rua 15 de Novembro (na época Rua do Imperador, atual Avenida Getúlio Vargas), a firma Henrique Surerus & Irmão foi criada em 1886 por Henrique e João Surerus e foi um estabelecimento inovador na cidade, não apenas pela variedade de produtos disponíveis, mas também por ofertar serviços e mão de obra especializada.

Conhecida também como Casa Surerus, a empresa informava em suas publicidades que vendia “artigos de toda a espécie”, que iam desde materiais de construção até bicicletas Raleigh, como se pode observar na relação a seguir, extraída das dezenas de anúncios publicados em jornais e prospectos: ferragens, ferramentas variadas, arame farpado, tijolos, manilhas, formicida, ferro em barras e chapas, aço, parafusos de todas as qualidades, louças, porcelanas, cristais, óleos, graxas, espelhos, tintas em pó e preparadas, vernizes, molduras para quadros, vidros para vidraças, encanamentos para água e esgotos, banheiras esmaltadas, lavatórios de louça e esmaltados, pias para cozinha e outros artigos sanitários; artigos de eletricidade, lâmpadas, mobílias austríacas, bicicletas Raleigh e acessórios, escadas, fogões, camas de ferro, couros, solas, granitos, cimento, cal, papéis pintados, vidros, espelhos, molduras para quadros, sementes de capim, tapetes, lonas, oleados e encerados para carroças.

Além de toda essa gama de mercadorias, a firma possuía uma fábrica de tecidos de malha e uma serraria, que trabalhava com madeiras variadas e as vendia serradas e aparelhadas ou conforme a necessidade dos clientes, isto é, já preparadas como soalhos, forros, portais, cimalhas, esquadrias, balaústres, lambrequins e torneados, por exemplo. Tanto a serraria quanto a fábrica de tecidos de malha eram acionadas à vapor e à eletricidade e nelas estavam empregados cerca de 200 operários em 1919<sup>27</sup>.

Os irmãos Surerus fabricavam arreios e carroças de diferentes tipos, mas principalmente as de aterro, das quais produziram, nos primeiros anos do século XX, mais de 3 mil unidades, que foram enviadas para diversas cidades de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Bahia, entre outros estados<sup>28</sup>. Além disso, a Casa Surerus oferecia serviços de carpintaria, pintura de carroças, carruagens e casas, ferraria, serralheria, bombeiro, pedreiro e solda a oxigênio. A partir de 1915, a empresa passou a comercializar também motocicletas Indian, que, até aquela data, só podiam ser adquiridas junto a dois representantes no Brasil, um em São Paulo, outro no Rio de Janeiro<sup>29</sup>.

Premiada com três medalhas na Exposição Nacional de 1908 e em concursos municipais e estaduais, a firma Henrique Surerus & Irmão empregava, de maneira especial, mas não exclusiva, muitos germânicos da Colônia Dom Pedro II e seus descendentes e também prestava serviços à Câmara Municipal de Juiz de Fora. Em 1903, por exemplo, a Capela dos Passos, na Santa Casa, passou por reformas e todo o serviço foi executado pelos irmãos Surerus<sup>30</sup>. Assim

---

<sup>27</sup> ITBWD: Fundo Família Surerus, publicação “Viagem Imperial”, de 1919.

<sup>28</sup> ITBWD: Fundo Família Surerus, publicação “Viagem Imperial”, de 1919.

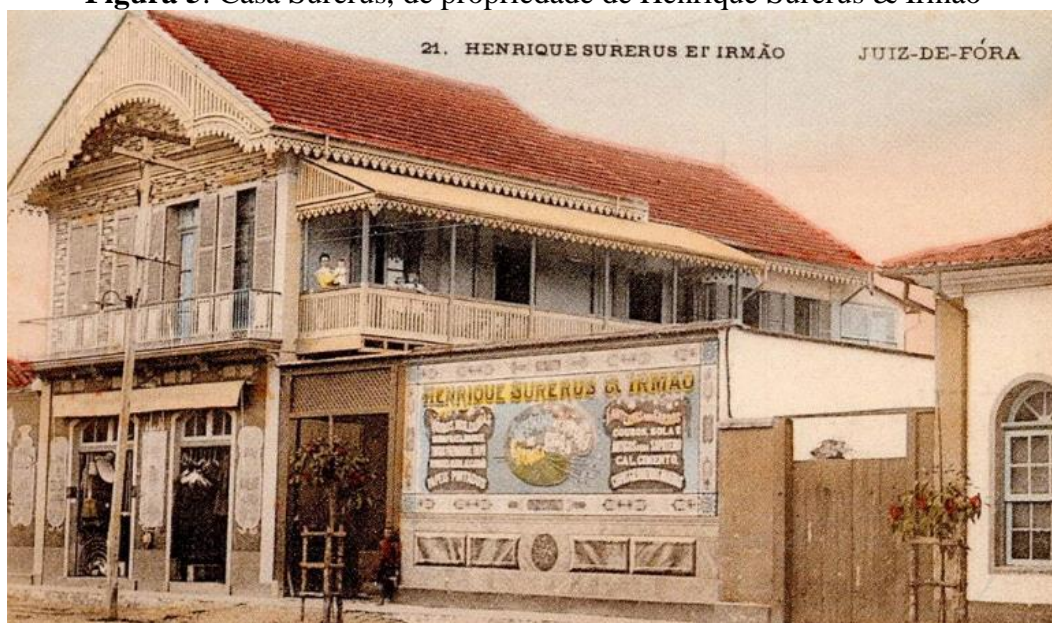
<sup>29</sup> Revista Auto-Propulsão, 01 fev. 1915.

<sup>30</sup> O Pharol, 10 dez. 1903.



como o Grupo Escolar de São Mateus, que em 1917 teve seu primeiro prédio construído pela empresa de Henrique e João, com a conclusão do serviço em curto prazo<sup>31</sup>.

**Figura 5:** Casa Surerus, de propriedade de Henrique Surerus & Irmão



Fonte: Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly.

Para além das atividades inerentes à empresa, tanto Henrique quanto João Surerus se dedicavam também a outras iniciativas comerciais e sociais bastante reconhecidas em Juiz de Fora. Os dois irmãos eram investidores da construção civil e foram responsáveis pela construção de um grande número de casas para aluguel. Em 1925, por exemplo, inauguraram “um prédio com 40 casas de aluguel” (Corrêa, 2016, p. 65).

Em 1910, João Surerus ocupava a 10ª posição entre os 15 maiores contribuintes de imposto predial e, por esse motivo, em dezembro de 1911 foi convocado pelo Diretor da Fazenda Municipal a integrar a comissão de revisão do alistamento eleitoral de Juiz de Fora<sup>32</sup>. Nesta lista constavam nomes da elite juiz-forana, como José Procópio Teixeira e Oscar Vidal Barbosa Lage, que ocuparam o cargo de Agente Executivo da Câmara, e Cândido Teixeira Tostes, fazendeiro e Presidente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Além de Surerus, dentre os 15 homens indicados neste rol estava outro descendente de imigrantes alemães, o industrial Pedro Antônio Meurer.

Por sua vez, além de investidor nos negócios imobiliários e de construção, Henrique Surerus integrou a diretoria da Igreja Luterana de Juiz de Fora e estava na comissão

<sup>31</sup> O Pharol, 15 jun. 1917.

<sup>32</sup> O Pharol, 24 dez. 1911.

organizadora dos festejos realizados na cidade em comemoração ao aniversário do imperador alemão Guilherme II<sup>33</sup>. Henrique participou da criação da Sociedade Anônima Mecânica Mineira em 1891<sup>34</sup> e foi também tesoureiro da Sociedade Beneficente de Juiz de Fora<sup>35</sup> e do Corpo de Bombeiros Voluntários, criado na cidade em 1900<sup>36</sup>. Como Conselheiro Fiscal, fez parte da Companhia Fabril de Juiz de Fora<sup>37</sup> e, por mandatos consecutivos, foi Fiscal Geral do Turnerschaft – Club Gymnastico, de cuja fundação tomou parte<sup>38</sup>. Henrique Surerus foi também membro do Rotary Club, do Centro de Proprietários Urbanos e da Associação Comercial de Juiz de Fora<sup>39</sup>.

Circulando entre as mais variadas esferas sociais e econômicas da cidade, em 01 de novembro de 1915 Henrique Surerus foi eleito vereador de Juiz de Fora para os três anos seguintes. Apesar da primeira Guerra Mundial se desenrolar na Europa desde 1914, não foram localizados indícios de que, naquele momento, a condição de filho de imigrantes alemães tenha trazido alguma dificuldade para Henrique. Em 01 de janeiro de 1916, ele tomou posse do cargo de vereador e logo foi designado para integrar três comissões: Polícia e Higiene, Obras Públicas e Comércio, Lavoura e Indústria<sup>40</sup>; e logo tratou de mandar desobstruir as galerias de esgotos<sup>41</sup> e acompanhou o presidente da Câmara em uma visita à Barbacena, para observar o funcionamento de uma máquina perfuradora de poços artesianos<sup>42</sup>.

Se o fato de os pais terem nascido na Alemanha não ter sido obstáculo para os irmãos Surerus em seus negócios nem impedido a eleição de Henrique como vereador durante a guerra, em 1917 houve uma significativa modificação no relacionamento com uma parcela da sociedade juiz-forana. Em abril de 1917, o Paraná, um dos maiores navios da frota mercante nacional, foi torpedeado na França e o Brasil rompeu as relações diplomáticas com a Alemanha. O vice-consulado alemão em Juiz de Fora foi extinto e diversos empreendimentos germânicos modificaram seus nomes<sup>43</sup>.

Apesar de ter suspenso as relações com a Alemanha, nosso país ainda se declarava neutro no conflito mundial. Essa posição somente se alterou em 26 de outubro de 1917, com a

---

<sup>33</sup> O Pharol, 28 jan. 1909.

<sup>34</sup> O Pharol, 10 jun. 1891.

<sup>35</sup> O Pharol, 03 ago. 1894.

<sup>36</sup> O Pharol, 18 out. 1900.

<sup>37</sup> Correio Paulistano, 28 ago. 1911.

<sup>38</sup> O Pharol, 14 fev. 1915.

<sup>39</sup> Corrêa, 2016, p. 57.

<sup>40</sup> Arquivo Histórico de Juiz de Fora (AHJF): Atas da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

<sup>41</sup> O Pharol, 20 fev. 1916.

<sup>42</sup> O Pharol, 22 fev. 1916.

<sup>43</sup> Diário Mercantil, 14 abr. 1917.

publicação do decreto nº 3361, que reconheceu e proclamou o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil. Pouco depois, no dia 29 de outubro, a colônia alemã de Juiz de Fora sofreu ataques, principalmente nos estabelecimentos comerciais.

De acordo com a imprensa, depois de um encontro que reuniu cerca de 2 mil pessoas nas ruas de Juiz de Fora, no qual foram proferidos diversos discursos sobre a guerra e a favor do Brasil, “um grupo de patriotas mais exaltados, porém aos ‘morras à Alemanha’, agitou a ideia, logo aceita de se atacar as casas dos súditos alemães”<sup>44</sup>. Apesar dos esforços, a polícia não conseguiu impedir as investidas e, dentre outras ações de depredação,

Os manifestantes caminharam, depois, pela Avenida Quinze de Novembro, a fim de atacar as casas alemãs “Typographia Brasil”, de propriedade do sr. Hermann Erhardt, e Casa Surerus. Ambas foram apedrejadas, sendo arrancadas as placas e objetos de reclame que existiam na frente dos prédios referidos. **Na Casa Surerus ficou em pedaços uma das portas de frente, por onde penetrou o povo na loja, causando prejuízos não pequenos. Louças, ferragens, objetos de fantasia, tudo, num ápice, foi reduzido a pandarecos** (Diário Mercantil, 30 out. 1917, grifo nosso).

Ainda que sua casa comercial tenha sido alvo de ataque e estivesse fechada para os devidos reparos, no dia seguinte, 30 de outubro de 1917, Henrique Surerus compareceu na sessão ordinária da Câmara Municipal, para cumprir seus compromissos na vereança. A ata da reunião não menciona se houve alguma discussão a respeito dos eventos da véspera, mas parece provável que sim, já que, naquele mesmo dia, o presidente da Câmara, José Procópio Teixeira, solicitou o envio de um delegado auxiliar e o reforço do policiamento a Delfim Moreira, Presidente da Província de Minas Gerais. De acordo com o telegrama enviado pelo Agente Executivo juiz-forano, “voltaram-se contra casas comerciais e estabelecimentos industriais alemães, principalmente Henrique Surerus, vereador, e que muito sofreu, praticando toda a sorte de depredações”<sup>45</sup>.

O delegado de polícia já havia determinado que, armados, os Praças do 2º Batalhão e os atiradores do Tiro Afonso Pena fizessem a guarda dos locais já atacados e daqueles que poderiam ser novos alvos de brasileiros exaltados<sup>46</sup>. Segundo o jornal A Noite, publicado no Rio de Janeiro, até 31 de outubro a Câmara Municipal de Juiz de Fora ainda não havia feito “nenhuma moção de apoio ou solidariedade ao governo. Diz-se que essa abstenção é devida no fato de haver dois vereadores alemães<sup>47</sup>, com os quais é solidário o presidente”<sup>48</sup>.

---

<sup>44</sup> Diário Mercantil, 30 out. 1917.

<sup>45</sup> A Noite, 31 out. 1917.

<sup>46</sup> A Noite, 31 out. 1917.

<sup>47</sup> Apesar de não serem mencionados os nomes, acredita-se que o periódico se referiu a Henrique Surerus e, possivelmente, a Nicolau Kemnitz Capelli, ambos brasileiros, mas com ascendência germânica.

<sup>48</sup> A Noite, 31 out. 1917.

Por meio do trecho transcrito acima, é possível observar que, apesar de Henrique e João Surerus terem nascido em Petrópolis (RJ), ambos eram considerados em muitos momentos como cidadãos alemães. Temendo que essa falta de clareza pudesse levar a novas investidas de inflamados nacionalistas juiz-foranos, os irmãos Surerus fizeram publicar uma nota de esclarecimento dirigida à população e ao governo, por meio da qual reafirmaram que eram brasileiros natos, assim como seus filhos, que eram reservistas e pertenciam a companhias de guerra. No texto, Henrique e João recordaram há quanto tempo viviam em Juiz de Fora, suas atividades na cidade e mencionaram, inclusive, o número de operários que tinham contratado para um de seus empreendimentos. Por isso, pediram que sua nacionalidade não fosse desvirtuada e afirmaram que reabririam sua empresa, na confiança de que seus direitos de brasileiros seriam respeitados<sup>49</sup>.

Nesta cidade constituímos família e temos trabalhado desde crianças, ou há meio século, em prol do seu progresso; e aqui estão presos ou radicados todos os nossos haveres: casa comercial, oficinas, prédios e, ultimamente, uma fábrica de tecidos, montando a mais de 200 o número de operários. Temos sincero amor a esta terra e foi, pois, com o coração sangrando que vimos correr sério perigo a nossa vida e da nossa família, e a destruição de todos os nossos bens! Somos brasileiros e, como tais, devemos nos achar sob as leis do Brasil; somos eleitores e jurados, e vereador o primeiro. Temos, portanto, obrigação de obedecer às leis brasileiras, como brasileiros que somos, e de defender o Brasil em qualquer emergência, contra quaisquer agressões, o que faremos sem perda de esforços, desde que se tornem necessários os nossos serviços (O Pharol, 04 nov. 1917).

O edifício no qual funcionava a Casa Surerus possuía dois andares. No primeiro estava instalado o ponto comercial com duas portas, que foram destruídas pelas pedras lançadas pelos manifestantes. No sobrado acima da loja, que também foi atingido pela saraivada de seixos, residia Henrique Surerus e sua família, que temeram por suas vidas e afirmaram terem escapado “milagrosamente à morte, tais as pedras enormes atiradas contra os prédios e mercadorias, e contra o sobrado”<sup>50</sup>. Por fim, ao encerrar a nota, os irmãos Surerus agradeceram a todos que levaram palavras de conforto e de reprovação à situação sofrida por eles.

Pouco depois da publicação do comunicado na imprensa, a empresa Henrique Surerus & Irmão retomou suas atividades, “mediante intervenção do dr. Procópio Teixeira, presidente da Câmara Municipal”<sup>51</sup>. Da mesma maneira, Henrique permaneceu como vereador até 31 de dezembro de 1918, quando completou o mandato para o qual havia sido eleito em novembro de

---

<sup>49</sup> O Pharol, 04 nov. 1917.

<sup>50</sup> Ibid.

<sup>51</sup> O Imparcial, 06 nov. 1917.

1915<sup>52</sup>. Em 1922, João retirou-se da sociedade e, com a entrada de Roberto, Henrique (Filho) e Alfredo Surerus como sócios, a firma passou a girar com o nome Henrique Surerus & Filhos<sup>53</sup>.

**Figura 6:** José Tomaz Andrade Surerus exhibe as pedras lançadas contra o empreendimento de seu bisavô Henrique em 1917



Fonte: Tribuna de Minas, 2000.

### **Considerações finais**

No presente artigo, é possível observar a trajetória de Henrique e João Surerus, filhos de um imigrante alemão que chegou ao Brasil ainda criança, em 1845. Após a transferência da família para Juiz de Fora (MG), em 1866, os irmãos se integraram à comunidade local e, em 1886, inauguraram um empreendimento com atuação no ramo do comércio e da construção civil, além da fabricação de tecidos de malha, de carroças e outros veículos de tração animal.

Por meio das trajetórias dos proprietários da empresa Henrique Surerus & Irmão, ficou evidenciado o peso das redes das relações tecidas por eles em diferentes esferas da sociedade de Juiz de Fora. Tanto Henrique quanto João se tornaram empresários bastante conhecidos e bem sucedidos na cidade. A atuação de ambos no mercado imobiliário, na prestação de serviços e venda de materiais de construção civil, na fabricação de carroças e de tecidos de malha, e

---

<sup>52</sup> Arquivo Histórico de Juiz de Fora (AHJF): Atas da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

<sup>53</sup> O Pharol, 23 mar. 1922.

junto a instituições de cunho social e industrial, permitiu não apenas o acúmulo de bens materiais, mas também reforçou alianças entre os indivíduos que atuavam nestas áreas em Juiz de Fora.

Uma forte evidência do papel das relações sociais no processo de construção do patrimônio material e cultural da família Surerus em Juiz de Fora é o fato de Henrique Surerus ter sido eleito vereador em 1915 e, com a participação do Brasil na primeira Guerra Mundial, não sofrer nenhum tipo de sanção por parte da Câmara Municipal em 1917. Pelo contrário, ele pôde seguir com suas atividades legislativas rotineiramente e teve total apoio da polícia e do Agente Executivo para retomar, com segurança, as atividades da Casa Surerus.

## Referências

- AGASSIZ, Jean Louis Rodolph. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERRERA, Marieta de MORAES (org.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 183-191.
- CORRÊA, Mariana da Silva. **Construindo a cidade: a participação dos imigrantes italianos na formação do espaço urbano de Juiz de Fora (1895-1939)**. 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- Frei-Laubersheim Bevölkerung 1815 - 2011. Disponível em: <https://infothek.statistik.rlp.de/MeineHeimat/tscontent.aspx?id=103&l=3&g=0713301031&tp=2047&ts=tsPop01>. Acesso em: 27 out. 2023.
- GIROLETTI, Domingos. **Industrialização em Juiz de Fora: 1850 a 1930**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1988.
- KLUMB, Revert Henry. **Doze Horas em Diligência**: guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora. Rio de Janeiro: Typ. do Commercio, 1872.
- LAGE, Mariano P. F. **Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Accionistas da Companhia União e Indústria**. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1866.
- LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros - do Caminho Novo à Proclamação**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora e Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, 1985.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 167-182.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, Juiz de Fora, ano IX, fev. 1985.
- Tribuna de Minas. **Imigrantes: 150 anos. Edição comemorativa dos 150 anos de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, 31 mai. 2000.

## **E/imigração e colonização: o Rio Grande do Sul na leitura dos intelectuais alemães americanistas (1896-1914)**

Rosane Marcia Neumann<sup>1</sup>

Ferdinand Abbot, de Bagé, um político e crítico do Rio Grande do Sul, me disse com razão: “A Barra do Rio Grande não está apenas no Rio Grande. Ela está na cabeça de todos nós, devemos nosso atraso a ela”. Isso foi grosseiro, mas essa grosseria mostra que os riograndenses inteligentes reconhecem claramente o câncer que está impedindo seu desenvolvimento. (Jannasch, 1905, p. 482)

### **Considerações iniciais**

O estabelecimento de e/imigrantes alemães e de colônias particulares no noroeste do Rio Grande do Sul/Brasil se efetivou a partir da última década do século XIX. Nesse contexto, objetiva-se situar e compreender o debate travado na Alemanha no núcleo dos intelectuais americanista do eixo Stuttgart-Leipzig-Berlim, cujo ponto de convergência consistiu em direcionar o fluxo emigratório do país para o Sul do Brasil, no período de 1896 – ano da revogação do Rescrito von der Heyd – a 1914 – ano da eclosão da Grande Guerra. Para tanto, procede-se à leitura e análise dos escritos dos intelectuais americanistas, publicados na imprensa periódica do país e brochuras, resultados de artigos, opiniões, investigações acadêmicas ou explorações *in lócus*. Teoricamente, insere-se nos estudos migratórios transnacionais, sob a perspectiva da História Social Cultural, em diálogo com a história intelectual (Chartier, 1993; 2010) e metodologicamente, da Micro-história (Levi, 2016; 2023).

Desse modo, observa-se que no centro dessa rede de intelectuais e discussões estava o intelectual, empresário e colonizador Dr. Herrmann Meyer, o qual investiu financeiramente em um projeto de colonização, ao fundar/materializar a colônia-modelo Neu-Württemberg, no município de Cruz Alta, noroeste do Rio Grande do Sul; ao seu redor, gravitavam inúmeros intelectuais preocupados com a situação dos emigrantes alemães no exterior, como o Dr. Ernst Kapff, mentor intelectual do projeto, e o Dr. Robert Jannasch, que viajou ao exterior, incluindo o Brasil, com o propósito de conhecer as colônias e as condições de seus compatriotas.

O recorte temático tem por objetivo analisar o artigo do economista e professor Dr. Robert Jannasch, *Land und Leute von Rio Grande do Sul* [Terra e povo do Rio Grande do Sul],

---

<sup>1</sup> Doutora em História. Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense (PPGE/UNIPLAC); Professora visitante voluntária do Programa do Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande (PPGH/FURG); Pesquisadora do Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL). E-mail: rosaneneumann@gmail.com.

escrito e apresentado originalmente em 5 de abril de 1905, em formato de palestra na *Gesellschaft für Erdkunde* [Sociedade de Geografia] de Leipzig, Alemanha, e publicado em partes fragmentadas entre 3 de agosto e 19 de outubro de 1905, na revista *Export. Organ des Centralvereins für Handelsgeographie und Förderung deutscher Interessen im Auslande* [Exportação. Órgão da Associação Central de Geografia Comercial e Promoção dos Interesses Alemães no Exterior], de Berlim, Alemanha, revista da qual era um dos editores.

No seu artigo, o Dr. Jannasch apresentou sua leitura e impressões da e/imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul, resultado de sua viagem pelas zonas de colonização do Sul do Brasil no decorrer do ano de 1904, como dirigente da *Centralverein für Handelsgeographie*, associação favorável à formação de colônias alemãs e postos comerciais em áreas não europeias por razões econômicas. Denota-se que o Dr. Jannasch, enquanto intelectual, professor e dirigente do *Centralverein* ocupava um lugar exponencial no debate da emigração alemã e os alemães no exterior, posicionando-se favorável à emigração para a América do Sul e, em particular, ao Rio Grande do Sul, fortalecendo em contrapartida as relações comerciais bilaterais entre a Alemanha/*Heimat* e seus emigrantes no exterior.

Portanto, o projeto de emigração e colonização alemã do Dr. Meyer é o resultado material/real da pauta idealizada pelos intelectuais alemães americanistas, perpassada pela defesa da germanidade e a construção de espaços coloniais alemães no exterior, selecionando para tal o noroeste do Rio Grande do Sul.

## **1. A tessitura das redes intelectuais**

No final do século XIX, na Alemanha, os intelectuais foram fundamentais no debate alemão sobre emigração, império colonial e identidade alemã (Sauer, 2007). Nesse contexto, uma jovem geração de intelectuais alemães, com formação acadêmica em diferentes áreas do conhecimento, empenhou-se em propor, debater e vislumbrar possibilidades a fim de direcionar a emigração alemã para a América do Sul. Esses intelectuais, detentores de capital financeiro, capital social, político e cultural (Bourdieu, 2007), ocuparam espaço em associações emigrantistas, na imprensa periódica e impressos (jornais, revistas, livros, diários de viagem), editoras e universidades. Sendo assim, entende-se que o agente que se dedica à produção intelectual integra o grupo dos intelectuais, construído socialmente e não cientificamente. Intelectual é um conceito impreciso, frouxo e polimorfo, para o qual cada historiografia nacional possui suas próprias particularidades (Sirinelli, 1996; Chartier, 1993; Myers, 2016). Por extensão, a história intelectual consiste



em uma exploração da produção doutra realizada pelas elites letradas do passado, enfocada a partir de uma perspectiva que considera a própria condição de inteligibilidade histórica dessa produção como derivada de sua reinserção (por parte do pesquisador) em um contexto social e cultural – simbólico e material – historicamente específico que, na maioria dos casos, será o contemporâneo dessa produção (Myers, 2016, p 24-25).

A noção de intelectual está ligada às práticas intelectuais a serem investigadas e mostra-se como um espaço de sociabilidade, dentro da noção de campo de produção cultural, no qual as obras são produzidas e onde se constroem as carreiras. Cabe compreender como esse universo dos intelectuais funciona e se articula, quem circula nesse espaço, as redes sociais, os *influencers* e as hierarquias, a agenda ampla de discussões do grupo e a agenda institucional restrita (Martins, 2020). Nesses espaços, por vezes mais amplos, outras não, há aqueles intelectuais mais proeminentes, que escrevem e publicam, como o Dr. Ernst Kapff e Dr. Robert Jannasch, e outros, que atuam nos bastidores, como o Dr. Herrmann Meyer, mas ambos circulam por lugares comuns – jornais, editoras, universidades – e, a seu modo, buscam prestígio intelectual/financeiro e reconhecimento. Conforme Jorge Myers (2016), é fundamental inserir e entender esses intelectuais e suas escritas no seu contexto histórico de produção e circulação – local, lugar de fala, correntes científicas etc. –, ou seja, no caso aqui em estudo, uma intelectualidade acadêmica jovem, escrevendo numa Alemanha no seu auge da corrida imperialista e do colonialismo voltado à África e Ásia, olhando com desconfiança à jovem república recém instituída no Brasil, cuja postura política em relação à pauta da imigração ainda não estava bem definida.

A rede de intelectuais alemães – e políticos – e seus pontos de conexão é ampla, heterogênea, complexa e em permanente movimento de (re)construção, reunindo agentes pró-colonialismo na África, americanistas, germanistas etc. Para além dos sujeitos, havia as organizações emigrantistas, que atuavam em diferentes frentes – governamental, assistência, jurídica, educacional, religiosa, cultural –, tanto na orientação e direcionamento dos fluxos emigratórios quanto no acompanhamento dos emigrantes no exterior, ramificadas pelas diferentes regiões de línguas alemãs.

As articulações costuradas pelo Dr. Herrmann Meyer, tanto na Alemanha quanto no Brasil, são um exemplo desse emaranhado universo colonialista e emigrantista. Como estratégia inicial, Meyer se inseriu nos círculos intelectuais e associações, nos quais se discutia e financiavam projetos de emigração, obtendo o seu apoio. Na sequência, conquistou a confiança de indivíduos que apostavam na emigração para América do Sul, em particular, o Sul do Brasil. Aqui, aproximou-se dos americanistas e passou a frequentar o *Internationaler Amerikanisten-Kongress* [Congresso Internacional Americanista]; além de associar-se ao *Deutsche*

*Kolonialgesellschaft* (DKG, 1887-1933) [Sociedade Colonial Alemã], como um canal para obter recursos, marcando presença em seus congressos e publicando notas no seu jornal *Deutsche Kolonialzeitung* [Jornal Colonial Alemão]; ao *Centralverein für Handelsgeographie und Förderung deutscher Interessen im Auslande* (1878-1925) [Associação Central de Geografia Comercial e Promoção dos Interesses Alemães no Exterior], fundado pelo estatístico, economista e jurista Dr. Robert Jannasch (1845-1919), que publicava a revista *Export*, a qual disponibilizava amplo espaço para discutir emigração e colonização, acolhendo os artigos com tais temáticas; e a revista *Die Grenzboten* (1841-1922)<sup>2</sup> [Os Mensageiros da Fronteira], voltada à discussão da temática e/imigração. Note-se que as associações, em sua maioria com sede em Berlim, ramificavam-se por toda Alemanha, com subseções locais, o que contribuía para colocar em circulação suas publicações. Sendo assim, estar inserido nesse rol, dava visibilidade e abria portas para parcerias.

Essa rede intelectual com múltiplas ramificações e interesses, contava com dois pilares centrais situados no eixo Stuttgart-Leipzig: o Dr. Ernst Kapff,<sup>3</sup> como capital social e cultural, e o Dr. Herrmann Meyer,<sup>4</sup> como capital cultural e econômico, e o Dr. Robert Jannasch, como capital simbólico intelectual e comercial. Investigando a trajetória intelectual de Meyer e de Kapff, sobressai sua aproximação entre 1896 e 1914, quando estavam envolvidos na construção

---

<sup>2</sup> A revista nacional-liberal *Die Grenzboten*, publicada semanalmente entre 1841 e 1922, por vezes bissemanalmente, visava refletir todo o mundo burguês. A partir de 1871, o subtítulo fornece informações precisas sobre o conteúdo: *Zeitschrift für Politik, Literatur und Kunst* (Revista para Política, Literatura e Arte). A revista foi fundada em Bruxelas em 1841, e a partir de 1842, foi publicada em Leipzig, mais tarde em Berlim. Trata-se de uma das revistas mais importantes da Alemanha no período, que publicava os maiores intelectuais da época. Como linha editorial, colocava-se acima das tendências políticas, e defendia a unificação interna alemã. Sobre a revista, ver o artigo de Fritz Werner (1922). A revista está digitalizada e disponível na *Staats und Universitätsbibliothek Bremen*, Alemanha (<http://brema.suub.uni-bremen.de>).

<sup>3</sup> Sixt Ernst Kapff (1863-1944) nasceu em *St. Gallen*, na Suíça, vindo de uma família de nobres funcionários públicos de Württemberg, Alemanha, e mudou-se várias vezes em sua juventude, conforme o local de trabalho de seu pai. A família fixou-se em Ludwigsburg, posteriormente, em Cannstatt, próximo a Stuttgart, em Württemberg (Burmeister, 2006). Ernst Kapff iniciou sua formação superior em 1882, estudando Filologia e Estética na Universidade de Tübingen, interrompendo os estudos para prestar serviço militar. Continuou seus estudos em Bonn e Leipzig, mas recebeu seu doutorado em Tübingen, em 8 de julho de 1886, ao apresentar a tese *Das Tragische nach A. Schopenhauer und E. v. Hartmann* [O trágico para A. Schopenhauer e E. v. Hartmann]. Kapff foi um espírito da sua época, e se descreve como poeta de palco, arqueólogo, filólogo, pedagogo, historiador e tradutor. Ele também era um político e libretista de ópera.

<sup>4</sup> Herrmann Meyer (1871-1932) nasceu em Hildburghausen, no estado da Turíngia, mas sua família se transferiu em seguida para *Leipzig*, Alemanha. Em 1890, Meyer foi estudar ciências físicas e naturais (*Naturwissenschaften*) nas universidades de Heidelberg e Strassburg, respectivamente. No outono de 1891, interrompeu seus estudos para prestar o serviço militar, quando transferiu seus estudos para Berlim, onde estudou Geografia e Etnografia. Em 1894, iniciou uma viagem pela Europa, e visitou coleções etnográficas. Concluiu seus estudos em 1895, em Jena, em Etnografia e Antropologia, ao apresentar a tese *Bogen und Pfeil in Central-Brasilien. Ethnographische Studie* [Arco e Flecha no Brasil-Central. Um estudo etnográfico], publicada no mesmo ano pela editora da família. Para ampliar suas pesquisas, realizou duas expedições ao Brasil central, até as nascentes do rio Xingu, no Mato Grosso, a primeira em 1896-1897 e a segunda, em 1899, publicando os relatórios na Alemanha (Hermannstädter, 2004; Neumann, 2016).

de um projeto de e/imigração Sul-Sul, ou seja, de Württemberg/Alemanha para o Rio Grande do Sul/Brasil. Como território para instalar o projeto de e/imigração e colonização, optaram pela região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, propondo como diferencial uma colônia alemã para e/imigrantes alemães suabos, onde pudessem ser e permanecer alemães (Kapff, 1896; Neumann, 2016). Ambos trazem na sua bagagem familiar o capital social de uma elite cultural e econômica, o que lhes permitiu acesso ao ensino superior e a circulação em espaços da elite intelectual e política alemã.

Enquanto empreendedor, Meyer investiu em seu projeto de colonização no noroeste do Rio Grande do Sul, com a fundação da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, em 1898, em sociedade com o teuto-brasileiro Carlos Dhein, sociedade essa desfeita em 1900, quando tornou-se o único proprietário. Profissionalmente, atuou no Instituto Bibliográfico de Leipzig, tornando-se sócio proprietário em 1906. Sua produção intelectual permaneceu restrita aos seus relatos de viagem, artigos na imprensa e prospectos de propaganda informativos, normativos e fotográficos das colônias e colonos do seu complexo colonial no Rio Grande do Sul (Meyer, 1899; 1901; 1903; 1904; 1906). Conhecedor dos meandros e do poder da publicidade, Meyer investiu maciçamente em propaganda, na perspectiva de “ser visto” e “fazer-se lembrado”. Relativo ao seu projeto de colonização, Meyer defendia que era fundamental manter a lucidez em relação à e/imigração e à colônia, no intuito de não alimentar ilusões, pois os prejuízos decorrentes de tal situação não compensavam. Em todas as publicações, deixa explícito que o empreendimento se limitava a fornecer o apoio logístico para a instalação dos e/imigrantes alemães/descendentes que, por meio de seu próprio trabalho, alcançariam uma existência de prosperidade e autônoma, logo, o projeto de colonização não tinha caráter assistencialista ou filantrópico. Em contrapartida, a Colonizadora Dr. Meyer oferecia aos e/imigrantes assistência religiosa e educacional, contribuindo na construção de um lugar de cultura alemã. Enquanto colonizador, Meyer visitou suas colônias em duas oportunidades – 1898 e 1900 –, não cogitando emigrar ao Brasil (Neumann, 2016).

O caminho de Kapff foi diverso, apresentando-se como um intelectual engajado e ativo na sociedade e na imprensa, com planos de emigrar ao Brasil – aprendeu a língua portuguesa e, em 1895, tinha em vista um emprego como editor de um jornal alemão em Porto Alegre, o que não se concretizou. Como pedagogo e professor, Kapff estava preocupado com o treinamento de líderes para as colônias e escolas no exterior, em particular, no Sul do Brasil, campo pouco desenvolvido na Alemanha. Atuava junto ao *Deutsches Ausland-Institut de Stuttgart* [Instituto Alemão do Exterior, Stuttgart], uma instituição voltada à emigração alemã. Posteriormente,

dedicou-se à reforma no sistema de ensino em Stuttgart e na produção de ensaios pedagógicos. Entre 1892 e 1911, publicou vários ensaios, sobretudo na revista *Die Grenzboten* e na revista *Export* sobre os emigrantes alemães no exterior, com enfoque na América do Sul e o Sul do Brasil. No mesmo período, conforme informam seus artigos, circulou por Witzenhausen, Cannstadt e Ulm, no estado de Württemberg, no sul da Alemanha.

No entrecruzamento das múltiplas redes de intelectuais americanistas e emigrantistas na Alemanha – que se conectam na universidade, associações, imprensa, espaços políticos, religiosos, escolares –, sobressai como interlocutor ativo o Dr. Robert Jannasch, envolvido politicamente com a emigração e os alemães no exterior. Dentre as suas muitas viagens, empreendeu uma viagem ao Sul do Brasil em 1904-1905, que resultou na publicação de vários artigos e um texto mais longo, nos quais defende a região como adequada aos e/imigrantes alemães. Na revista *Export*, como editor, Jannasch questionava e rebatia os argumentos dos autores, como Kapff, explicitando sua posição enquanto agente de emigração da Alemanha, ora defendendo o Estado alemão, ora os emigrantes, como conhecedor *in locus* da realidade desses sujeitos no exterior. Mas, acima de tudo, defendia os emigrantes alemães como potenciais elos comerciais entre a Alemanha e os países de destino.

## **2. Dr. Robert Jannasch: o entusiasta do *Centralverein***

A emigração transnacional conectou parte da intelectualidade alemã no final do século XIX até, pelo menos, a I Guerra Mundial, quando seus debates estampavam as páginas de periódicos e marcavam presença em congressos, bem como eram transversais nos debates políticos. Nesse cenário, o Dr. Robert Jannasch é apresentado como economista, jurista, estatístico nacional e político colonial (*Kolonialpolitiker*). Filho da elite política da cidade alemã de Köthen, distrito de Anhalt-Bitterfeld, no estado de Saxônia-Anhalt, nasceu em 30 de abril de 1845. Na sua formação acadêmica, estudou primeiro Ciências Naturais em Leipzig e, a partir de 1864, Direito e Ciências Políticas em Heidelberg, Bonn e Berlim. Em 1867/68, viajou para a Itália, França e Inglaterra. Em 1869, qualificou-se como professor na Basiléia, iniciando a sua vida profissional. A partir de 1871, Robert Jannasch foi professor de Economia Nacional e Direito Agrícola na Academia Agrícola de Proskau, na Silésia. Em 1874, tornou-se diretor do Departamento de Estatística em Dresden e, a partir de 1877, foi membro do Departamento Real de Estatística em Berlim, onde trabalhou até 1884, quando passou a dedicar-se integralmente ao comércio e política colonial (*Meyers Großes Konversations-Lexikon*, 1907, p. 169). Em 1886, ele empreendeu uma viagem à Portugal, Marrocos e Países Baixos. Em 1904, viajou para

o sul do Brasil que, em sua opinião, era particularmente adequado para colonos alemães. Ele explorou a geografia do país e elaborou mapas de algumas áreas. De 1904 a 1906, ele foi professor de Economia na Bergakademie (Academia de Mineração) de Berlin, atual Universidade de Tecnologia de Berlim.

A *Deutsches Kolonial-Lexikon* [Enciclopédia Colonial Alemã] apresenta Jannasch como “um dos primeiros pioneiros dos esforços políticos coloniais na Alemanha. Ele estava convencido da importância do comércio e da colonização agrícola para o poder e a influência de uma nação”. A fim de viabilizar as conexões comerciais, em 9 de outubro de 1878, em Berlim, juntamente com o explorador africano Otto Kersten e um grupo de geógrafos, estatísticos, editores e empresários fundou o “*Centralverein für Handelsgeographie...*”, associação esta que tinha por objetivos “promover as exportações, incentivar a emigração para áreas onde a consciência nacional alemã pudesse ser mantida viva e trabalhar para o estabelecimento de colônias alemãs”. O programa do *Centralverein* mostrou sua tripla orientação como sociedade geográfica, associação de emigração e associação colonial. Contudo, o estabelecimento de colônias no sentido político era considerado uma meta de longo prazo.<sup>5</sup> Assim sendo, Jannasch estava “ativamente envolvido na expansão do comércio alemão por via marítima e, acima de tudo, nos interesses alemães no sul do Brasil e na Argentina”. Seu interesse pela política colonial se reflete também na sua produção escrita a qual, além de artigos, inclui “a publicação da terceira edição da obra de W. Rocher: *Kolonien, Kolonialpolitik und Auswanderung*, 1885, à qual J[annasch]. acrescentou uma nova seção independente sobre as ‘tarefas alemãs do presente’” (*Deutsches Kolonial-Lexikon*, Band II, 1920, p. 124).

O *Centralverein* publicou dois periódicos, nos quais discutia suas concepções, a partir de 1879: o *Geographische Nachrichten für Welthandel und Volkswirtschaft* [Notícias geográficas para o comércio e a economia mundiais] e o semanário *Export*. Jannasch, embora

---

<sup>5</sup> Em 1880, o *Centralverein* tinha como membros e apoiadores o Chefe do Almirantado, Albrecht von Stosch, o Vice-Almirante Otto Livonius, os Conselheiros de Legação do Ministério das Relações Exteriores Bunsen e Heinrich von Kusserow, o Secretário Geral da Associação Comercial Alemã, Wilhelm Annecke, Johann Cesar Godeffroy das maiores casas comerciais hanseáticas, vários professores, os industriais Werner von Siemens, Hermann Gruson e Arthur vom Rath, da Westphalian Union (indústria do carvão e do aço) e da Vereinigte Rheinisch-Westfälische Pulverfabriken, sediada em Colônia, juntamente com vários pequenos e médios empresários do setor bancário e de seguros, Georg von Siemens, diretor do Deutsche Bank, Adolph von Hansemann, diretor da Diskontogesellschaft e das diretorias do Baltischer Lloyd e do Rheinisch-Westfälischer Lloyd. Por meio de membros duplos na alta administração, o *Centralverein* estava em contato próximo com muitas sociedades geográficas, bem como com a Associação de Colonização de Hamburgo de 1849 e, mais tarde, também com a “Associação para a Proteção dos Interesses Alemães no Exterior” de Munique. Ela cooperou de forma periférica com a “Sociedade Africana na Alemanha”. Nos anos seguintes, foram fundadas filiais da Associação Central em Barmen, Chemnitz, Dresden, Düsseldorf, Freiburg im Breisgau, Jena, Kassel, Leipzig, Marburg e Stuttgart. Também foram estabelecidas filiais no exterior, especialmente no Brasil, na Argentina e na Austrália (Bade, 1975).

publicasse artigos em ambos, era o editor da revista *Export*, com ampla circulação e bem conceituada, que funcionava como mediadora de conexões comerciais, atrelada ao “Escritório de Exportação” do *Centralverein*, que até final de 1883, havia intermediado um total de 730 contatos comerciais no exterior por meio de ofertas regulares de exportação e importação. A pauta defendida era a conquista de novos mercados seguros para a indústria alemã no exterior com a ajuda da emigração organizada por meio da colonização concentrada em locais específicos. Segundo Klaus Bade (1975), o *Centralverein*, como uma organização guarda-chuva de associações coloniais, era na verdade mais uma “loja geral” para a política de emigração, apoio à exportação e política colonial. Nesse contexto, os propagandistas coloniais buscavam encontrar uma nova forma de propaganda colonial e as associações filiais do *Centralverein* queriam se libertar da reivindicação de poder de Robert Jannasch. O desfecho foi um racha interno da associação, sediada em Berlim, e a fundação da *Deutsche Kolonialgesellschaft* [Associação Colonial Alemã], em 6 de dezembro de 1882, com sede em Frankfurt am Main, como um novo guarda-chuva nacional para as associações regionais coloniais.<sup>6</sup> A partir de então, o *Centralverein* desempenhou apenas um papel secundário no movimento colonial.<sup>7</sup>

### 3. Terra e povo do Rio Grande do Sul

Para Robert Jannasch, a política de emigração, colonial e comercial estava intimamente ligada. Essa interconexão transparece no seu escrito, *Land und Leute*, no qual apresenta o resultado da sua missão pelas colônias alemãs do Rio Grande do Sul, Sul do Brasil, em 1904. Inicialmente, tornou público os resultados em 5 de abril de 1905, quando realizou uma palestra na Sociedade de Geografia de Leipzig, Alemanha. Tendo em vista a pertinência do tema, a palestra foi publicada entre 3 de agosto e 19 de outubro de 1905, na revista *Export*.

A leitura do texto informa os resultados efetivos da viagem, materializados na realização de palestras e a fundação de associações comerciais, na expectativa de estreitar os laços econômicos entre os comerciantes dos dois países. Seu olhar é de um economista alemão para um mercado com um potencial de produção e de consumo, mas que precisa ser orientado para explorá-lo ao máximo.

---

<sup>6</sup> Sobre as disputas internas no *Centralverein* e a fundação de uma nova associação, a DFG, que a partir de então assumiu toda a política colonial, ver a pesquisa de Bade (1975).

<sup>7</sup> O *Centralverein* permaneceu ativo no comércio exterior, especialmente por meio de sua revista *Export*. A Primeira Guerra Mundial, com a perda do império colonial alemão, anunciou o seu fim. O último presidente foi provavelmente Emil Brass, que assumiu sua administração em abril de 1919. A associação foi dissolvida em 1925 (Bade, 1975).

O aspecto central explorado e investigado por Jannasch são as razões por trás do atraso econômico do Estado. Sua conclusão imediata: ausência de vias de transporte. O seu escrito inicia com o comentário que ouviu do político e crítico Ferdinand Abbot, de Bagé, “a Barra do Rio Grande não está apenas no Rio Grande. Ela está na cabeça de todos nós, devemos nosso atraso a ela”. Isso foi grosseiro, mas essa grosseria mostra que os riograndenses inteligentes reconhecem claramente o câncer que está impedindo seu desenvolvimento” (Jannasch, 1905, p. 482). O Estado carecia de um porto, capaz de receber embarcações de grande porte, o que exigia obras de melhoria e modernização do Porto do Rio Grande, na região Sul do Estado. Igualmente, necessitava de uma rede ferroviária ampla e ramificada, com preços competitivos – naquele momento, a rede ferroviária tinha uma extensão de aproximadamente 1.676 quilômetros.

Na observação das condições econômicas do Estado, ponderou que as crescentes necessidades econômicas da população eram fatores importantes para estimular o espírito empreendedor e outras forças produtivas, desde que houvesse interesse no desenvolvimento do país. Afirma que em todos os locais por onde passou no Rio Grande do Sul,

apontei isso tanto para luso-brasileiros quanto para germano-brasileiros, explicando-lhes as tarefas econômicas que aguardam uma solução, uma solução na qual todos os partidos políticos são chamados a cooperar. Todos os brasileiros sensatos concordam com isso, e se a realização dessa verdade for levada à compreensão do povo pelos partidos governantes e seus líderes por meio de uma ação apropriada, então, mas somente então, o Rio Grande, sem dúvida, caminhará para um grande desenvolvimento.

A fundação do Centro Econômico teve como objetivo dar expressão a essas aspirações, e tanto os luso-brasileiros quanto os alemães deram as mãos em seu trabalho comum. O primeiro sucesso dos esforços dessa sociedade foi a exposição agrícola que ela organizou em abril de 1905. Outras exposições desse tipo serão realizadas em Pelotas e Bagé (Jannasch, 1905, p. 527).

No seu escrito, sobressai sua admiração pelas colônias alemãs na Argentina, e o desenvolvimento dos imigrantes alemães naquele país. Em várias ocasiões, traçou comparativos.

Que diferença nessas condições e percepções em comparação com a vizinha Argentina, onde todo o poderoso espírito europeu de empreendimento estendeu suas raízes até a Cordilheira e até Chubut, e prestou valiosa orientação e serviços aos argentinos. O que mais o Rio Grande do Sul poderia alcançar em termos econômicos se o espírito popular de lá fosse mais bem educado e desenvolvido economicamente! (Jannasch, 1905, p. 527).

Seguindo a tendência de outros relatos de viajantes e intelectuais que visitaram as colônias alemãs no sul do país, ressaltou a riqueza da fauna e da flora (Lisboa, 2008). O ambiente favorável, se não determinante, era um fator impulsionador ao desenvolvimento

material dos imigrantes. Nessa linha, buscou confirmar suas observações com os próprios colonos:

os dias claros no país são numerosos, e muitos colonos alemães a quem perguntei se gostariam de voltar para a Alemanha responderam: “Não, não desejamos voltar ao inverno de sete meses com sua neblina, geada e degelo. Gostaríamos de ver nossa antiga terra natal novamente, mas aqui é muito mais agradável, em uma natureza assim nos sentimos bem e saudáveis” (Jannasch, 1905, p. 483).

No seu entendimento, as condições naturais favoráveis se refletiam no bem-estar da população colonial – nas entrelinhas, afirmava que o calor, a “preguiça tropical”, a indolência, não reinavam nessas paragens.

E, de fato, raramente encontrei pessoas mais saudáveis e de aparência mais próspera do que nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul. E todas elas eram de constituição boa e robusta, especialmente os filhos nascidos no campo, entre os quais havia também muita gente bonita. Todos esses filhos de camponeses causavam uma excelente impressão em sua aparência. A ausência de qualquer tipo de febre também pode ser atribuída à influência das condições climáticas favoráveis (Jannasch, 1905, p. 483).

Sobre a questão étnica e intra-étnica, Jannasch anotou o seu estranhamento e sua crítica, especialmente em relação à diversidade étnica.

Muitos teuto-brasileiros, especialmente nas cidades, evitam o contato com o elemento alemão e estão intimamente ligados aos luso-brasileiros por meio de laços familiares e simpatias políticas, que consideram ser a única coisa certa e vantajosa para o desenvolvimento do jovem país. A cifra de 250.000 habitantes de ascendência alemã provavelmente está correta.

Apenas alguns dos imigrantes alemães permaneceram, e somente cerca de 600 estão registrados no consulado alemão em Porto Alegre. Na década de 1870, o cônsul Ter Brügggen recomendou que os imigrantes alemães sempre adquirissem a cidadania brasileira, o que poupou muito trabalho ao consulado. Em tempos mais recentes, uma prática diferente foi adotada, o que retarda a absorção do elemento imigrante pelos interesses do país.

Como resultado da legislação nacional, os alemães perdem muito facilmente sua cidadania alemã (Jannasch, 1905, p. 543-544).

No decorrer da sua descrição do povo riograndense, em algumas passagens sobressai seu olhar europeu, bem como seu olhar étnico, reforçando os estereótipos vigentes.

Os imigrantes portugueses muitas vezes se misturaram com os habitantes nativos do país, e o número de mulatos, especialmente nas cidades, ainda é grande. No oeste e no noroeste, a mistura com os índios é frequente, e o caráter desses mestiços é avaliado favoravelmente, especialmente sua grande lealdade e confiabilidade, que são elogiadas. Fisicamente, também, esses híbridos parecem ser preferidos. Em particular, as meninas e mulheres nascidas de tais cruzamentos são frequentemente distinguidas por sua grande beleza, especialmente por seus olhos maravilhosos. Um mestiço riograndense educado (caboclo) – seu pai era índio e sua mãe alemã – comentou comigo um dia o seguinte: “Os riograndenses, como toda a nação brasileira em geral, surgiram em sua grande massa da floresta e da cozinha, ou seja, o pequeno número de imigrantes europeus, especialmente os portugueses, aumentou nos séculos anteriores



principalmente pela mistura com as mulheres negras da casa e do pessoal da cozinha, bem como pela mistura com as mulheres indígenas. Os mulatos e os caboclos formam a base da população em todo o Brasil e a maioria esmagadora dos habitantes. Os mulatos são mais numerosos nas províncias do norte do Brasil do que no sul.” Eu mesmo descobri que os mestiços de europeus e índios são pessoas inteligentes e superam de longe os mulatos em termos de habilidades mentais e caráter, uma observação que me foi confirmada por muitos como correta (Jannasch, 1905, p. 544).

Seu posicionamento intra-étnico emerge em relação aos imigrantes também. Quando escreve que “até uns poloneses são bons agricultores”, que “alemães e austríacos convivem no mesmo espaço”, seu horizonte são os conflitos nacionais e disputas étnicas que remetem ao Império Austro-Húngaro e da Prússia. O espanto, nas colônias, é a necessidade de estar no mesmo espaço, em um país estrangeiro, onde todos são denominados como “alemães” na leitura étnica do “outro”, no caso, o brasileiro. Para além de chamar atenção à diversidade étnica das colônias, observa a migração interna dos imigrantes no país, e na América Latina. Sobre os imigrantes alemães, traz a sua multiplicidade interna, composta por “austríacos alemães, suíços alemães e russos alemães”. Além disso, “os escandinavos, holandeses e bôeres que vêm para as colônias agrícolas do sul do Brasil são muito mais facilmente e intimamente associados ao elemento alemão do que aos luso-brasileiros ou italianos, o que é compreensível dada a afinidade racial dos imigrantes em questão” (Jannasch, 1905, p. 580). Aqui, pontua a discrepância dos dados, entre a emigração da Alemanha e a imigração no país.

A comparação mais enfática que faz é entre as colônias alemãs e as colônias italianas, considerando que as segundas se localizam na região montanhosa da serra gaúcha. Argumenta que o colonizador alemão demonstrava desde o princípio, por meio do seu trabalho e instalações, “a sua intenção de se estabelecer permanentemente na terra que trabalhou e só a abandona quando tem a infelicidade de adquirir terras ruins e estéreis, ‘de modo que, depois de alguns anos, é forçado a deixar sua casa para encontrar um novo lar em outro lugar’”. O colono italiano, por sua vez, rapidamente derrubava os pinheiros, cortava-os em tábuas e comercializava; nas suas roças, não usava fertilizantes, nem nos vinhedos, fazendo rotação de terras quando esgotavam. “Tudo o que voa é abatido e comido, e nas florestas primitivas adjacentes às colônias italianas toda a vida das aves é logo exterminada: até mesmo os macacos são abatidos e servem de alimento”. Suas casas eram simples, de madeira. Aqueles que conseguiam juntar alguma riqueza, retornavam à Itália. Enfim, toda organização produtiva do colono italiano sinalizava para a provisoriedade na colônia e seu desejo de retornar. “O camponês alemão fica e quer ficar, por isso sua enorme casa de pedra! A propósito, o colono italiano é extraordinariamente diligente, inteligente, um homem de negócios astuto, mas também um fazendeiro que especula em todas as direções” (Jannasch, 1905, p. 545).

Relativo aos empreendimentos e zonas de colonização, elencou o empreendimento privado do industrial Rheingantz, “que colonizou com grande habilidade e sucesso”, a colônia São Lourenço, em Pelotas. Elogia a vasta zona colonial centrada em São Leopoldo, no vale do Sinos, que se espraiou para os vales do Caí, Taquari e para a região de rio Pardino. E, como nova região em formação, cita as colônias perto de Cruz Alta, “nas terras altas”, uma vez que apenas poucos alemães residiam de fato na sede do município. A 50 km da sede, estava “Neu-Württemberg, habitada exclusivamente por alemães”; a oeste desta, “a colônia governamental de Ijuhy, onde os antigos alemães do Reich e os austríacos alemães vivem ao lado de vários poloneses”; a oeste dessa colônia estão Santo Ângelo, Comandahy, Serro Azul, Guarany etc. O diferencial das colônias do noroeste era justamente o perfil dos imigrantes, cujo fluxo era composto “principalmente de alemães e poloneses, sendo que deve ser enfatizado que muitos dos imigrantes poloneses são um excelente elemento colonizador”. Em termos gerais, assinala a presença de comunidades alemãs em muitos centros urbanos, incluindo Porto Alegre, Rio Grande, Cachoeira e Santa Maria (Jannasch, 1905, p. 544).

Outro aspecto no qual se deteve longamente foi o processo de colonização em uma colônia recém-fundada, ressaltando o trabalho do colono até ter recursos suficientes para quitar seu lote colonial.

Os primeiros anos de assentamento são repletos de trabalho árduo e muitas dificuldades para o colonizador camponês. Em sua colônia estatal ou particular, que ele geralmente recebe em condições favoráveis de pagamento, o colono começa limpando a floresta primitiva. [...] Depois que o colono termina a roça no início da primavera, ou seja, em setembro/outubro, ele planta feijão, mandioca e milho, todas as culturas que dão uma colheita boa e geralmente segura depois de alguns meses. O colono está, então, em condições não apenas de alimentar a si mesmo e a sua família durante a colheita, mas também de adquirir animais, [...] de modo que, ao final do primeiro ano de sua atividade, ele tem nutrientes vegetais e animais autoproduzidos suficientes. De ano para ano, a roça é ampliada, o solo pobre é deixado para a nova floresta (capoeira) que cresce rapidamente; várias culturas são plantadas e o número de animais é aumentado de acordo com a quantidade de forragem disponível. A casa e os anexos são melhorados e ampliados. Depois de 5 a 6 anos de trabalho extremamente árduo, os colonos alemães passam à construção de casas de pedra e, se não houver doença ou outros desastres, as casas são construídas por conta própria. Se o colono não for afetado pelo mau tempo, por exemplo, pela escassez de água ou devido a fortes chuvas, depois de 10 a 12 anos ele se assenta como um homem livre e independente em sua fazenda imponente, em cujos jardins são cultivadas numerosas árvores frutíferas, como laranjas, ameixas japonesas - que crescem muito bem -, vinho e outras frutas, bem como os melhores vegetais (Jannasch, 1905, p. 544-545).

Desenhado o contexto mais amplo, Jannasch se ocupou longamente em analisar o cotidiano do colono no seu processo de instalação na colônia. Assevera que no princípio de sua atividade, o colono era dependente de si mesmo, uma vez que “não é apenas agricultor e trabalhador florestal, mas também pedreiro, carpinteiro, padeiro, sapateiro e alfaiate”. Se era

um artesão de profissão, o aumento da população e a divisão de trabalho acabavam por levá-lo de volta à profissão, por vezes exercida paralela à agricultura, outras, se sobrepondo. Nos centros maiores, “os artesãos se aproximam e são eles que se concentram nas praças da cidade, praticando principalmente o comércio burguês.” Em todas elas há sapateiros, alfaiates, açougueiros, jardineiros, padeiros, pedreiros, carpinteiros e marceneiros, caldeireiros de sabão, moleiros (de farinha e de serra), seleiros, ferreiros e carroceiros (Jannasch, 1905, p. 546).

Destaca também o desenvolvimento industrial do Estado, com a presença de várias indústrias alemãs atuando em diferentes áreas industriais: têxtil, couros, cervejarias, charutos e cigarros.

O grau de progresso dependerá da capacidade técnica dos empreendedores e do poder de capital à sua disposição. Se a Alemanha estiver atenta a esse desenvolvimento e apoiá-lo com capital, crédito e técnicos adequados, a indústria alemã poderá garantir suprimentos para esses ramos emergentes da indústria, especialmente em maquinário etc. Os industriais alemães, assim como os empresários alemães, poderão fornecer o capital necessário. Os industriais alemães, bem como as associações industriais, não devem deixar de levar isso em consideração, tanto mais que o desenvolvimento dos recursos do país, especialmente com a ajuda da mineração, oferece perspectivas favoráveis (Jannasch, 1905, p. 579).

Na sua leitura, atribui em parte o desenvolvimento econômico do Estado às colônias alemãs.

As vantagens que eles trouxeram ao país ao criar uma classe média rural, sedentária e conservadora, bem como uma classe comercial e artesanal, ainda estão longe de ser suficientemente apreciadas. Como os alemães são bons riograndenses e se esforçam para promover os interesses de sua nova pátria em todas as direções, sua própria vantagem dita isso, que depende do bem e do mal do desenvolvimento de todo o país (Jannasch, 1905, p. 610).

Cabe lembrar que Jannasch está escrevendo no contexto pós-revoação do Rescrito v. d. Heydt de 1859, momento marcado pela expectativa de um fluxo migratório maciço ao Brasil. Todavia, os dados estatísticos indicavam que a emigração para o sul do Brasil não aumentou, enquanto a emigração para os Estados Unidos ainda excedia em muito a emigração para todas as outras regiões de emigração. Logo, o país norte-americano oferecia um futuro mais próspero que qualquer outra região, embora as perspectivas de independência econômica do imigrante eram muito melhores no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e partes da Argentina e do Chile, somando-se o fato de que os imigrantes alemães, nesses locais, estavam mantendo sua tradição cultural e prestando serviços pioneiros importantes ao comércio alemão. Deste modo, conclamava “todos os amigos dos interesses estrangeiros da Alemanha” a se unirem no esforço de desviar a emigração alemã e o capital empresarial para o sul do Brasil - principalmente para a construção de ferrovias, desviando da América do Norte.

Essas são reflexões tristes quando nos damos conta de que, na Alemanha, as oportunidades oferecidas ao nosso comércio e nossa influência em muitos lugares no exterior são tão mal avaliadas, e como as pessoas ficam surpresas mais tarde quando percebem que, de repente, outros estão colhendo o que nós realmente semeamos! (Jannasch, 1905, 593).

Por fim, levanta o aspecto cultural das colônias riograndenses. Salienta o trabalho de excelência realizado pelas escolas públicas superiores, enquanto a situação das escolas primárias e, por extensão, a educação do povo, era muito precária e inadequada. Assim,

é compreensível que, especialmente os imigrantes alemães, que conheceram as vantagens de um bom sistema escolar em seu antigo país de origem, estejam ansiosos para oferecer esse sistema também a seus filhos. É bastante compreensível que o colono da floresta primitiva, que vive longe dos centros de tráfego, possa fazer pouco ou nada pela educação de seus filhos, mas merece ser enfatizado que, com algumas exceções lamentáveis, o colono alemão faz os maiores sacrifícios imagináveis para conseguir um professor junto com outros colonos. E como é difícil frequentar a escola! Quantas vezes vi duas ou três crianças terem de viajar por horas a cavalo ou em uma mula para a escola! Onde os alemães vivem juntos em colônias bem desenvolvidas ou até mesmo em praças da cidade, há boas escolas e professores. Os pastores também fazem o possível para apoiar os professores, já que seu trabalho principal geralmente é ensinar (Jannasch, 1905, 593).

Ressalta ainda o trabalho cultural realizado nos educandários, em especial a música e a poesia alemãs. “Para essas pessoas, que estavam espiritualmente distantes de toda cultura, a canção e o poema alemães eram um refresco após o trabalho árduo dos dias de trabalho. Todos cantavam junto, homens, mulheres e crianças” (Jannasch, 1905, 694). Os momentos de sociabilidade e o trabalho escolar contribuía para manter e preservar a cultura e a identidade alemã, especialmente as tradições culturais e a língua. Nessa perspectiva, a multiplicidade étnica do Estado, somada à ausência de escolas públicas, eram fatores que retardavam a aprendizagem da língua portuguesa por parte dos imigrantes e a formação de uma identidade homogênea no Estado. Entende que o país de origem apoiava pouco as iniciativas no país de destino, como o orfanato Pella Bethania, em Taquari, “que merecia mais ajuda da Alemanha do que a missão entre os negros africanos” (Jannasch, 1905, p. 593).

Causa-lhe espanto a imprensa em língua alemã, estabelecida no Estado. Primeiro, pelo seu potencial, enquanto meio de comunicação e articulação nas colônias alemãs; e em segundo, pelas disputas ideológicas e políticas presentes nessa imprensa, dividindo e contrapondo os alemães, abrindo pouco espaço para a discussão das questões econômicas. No seu entender, o maior líder do grupo étnico presente na imprensa foi Karl von Koseritz, até então, não substituído.

Em algumas áreas, essas *querelles d'allemands*, que originalmente eram conduzidas para o bem de nada, também dividiam os alemães politicamente em dois campos. Todas as questões escolares, religiosas, econômicas e administrativas eram

negociadas sob o ódio das partes e tinham um efeito prejudicial sobre os interesses dos colonos alemães como um todo (Jannasch, 1905, p. 610).

Enfim, esboçado o cenário riograndense e delimitadas as suas zonas de colonização alemã, Jannasch retornou à questão central, que motivou a sua viagem:

O que nós, na Alemanha, podemos fazer pelo Rio Grande do Sul? Como podemos promover os interesses de todo o país, bem como os nossos próprios interesses, que se encontram principalmente no campo da política comercial? Estou intencionalmente fazendo a pergunta dessa forma e não perguntando "o que podemos fazer no interesse do elemento brasileiro "alemão". Se a questão fosse colocada dessa forma, os oponentes do germanismo poderiam facilmente derivar dela a acusação de unilateralidade e parcialidade. Os alemães do Rio Grande são teuto-brasileiros. Todos os seus interesses culminam com os interesses de sua nova pátria. Quanto mais esta última avançar, quanto mais participar do progresso cultural geral do mundo, mais vigorosamente as partes teuto-brasileiras do país se desenvolverão (Jannasch, 1905, p. 625).

Conforme sua avaliação, não havia uma resposta única, mas sim, um rol de possibilidades. Primeiro,

ao desviar a emigração alemã para o Rio Grande do Sul, não apenas fortaleceremos toda a vida intelectual do país, mas também promoveremos o desenvolvimento econômico. Os imigrantes alemães são também os consumidores constantes de nossos artigos de exportação e, portanto, de grande valor para nossa indústria exportadora. Os trabalhadores agrícolas e do campo qualificados, bem como os artesãos, que também são especializados em agricultura, sempre encontrarão um futuro próspero e seguro como colonos (Jannasch, 1905, p. 625).

Entretanto, nesse momento ainda desaconselhava a emigração de comerciantes, a não ser em caso de contrato prévio. Já a presença do Banco Brasileiro para a Alemanha, com agências no Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e Porto Alegre, facilitava as transações bancárias com a Alemanha, assim como com países estrangeiros em geral, além de oferecer recursos econômicos às indústrias de exportação. Sugere aqui a atuação de empresas, engenheiros e geólogos para investigar, determinar e explorar os depósitos subterrâneos de minério, perfurar os depósitos existentes de fosfatos, cal e sal, investindo ainda em vias de transporte modernas. Reforçava a riqueza do Rio Grande do Sul em recursos produtivos, cuja exploração de forma mais efetiva dependia de "superar suas condições de tráfego atrasadas e ganhar acesso ao tráfego mundial".

Para o emigrante alemão "menos abastado e trabalhador", as perspectivas no Estado eram promissoras. "Esses trabalhadores pobres, que emigraram do Hunsrück, da Vestfália e da Pomerânia, tornaram-se prósperos proprietários de terras após 10 anos de trabalho árduo, conquistaram uma existência segura e boas perspectivas de futuro para eles e seus filhos". Observa que ainda havia limitações na vida privada e pública, em decorrência das mudanças

políticas da década de 1890 – queda da Monarquia, Proclamação da República, Revolução Federalista de 1893. Nesse momento, registra sua admiração pelo governador Borges de Medeiros – “à frente do Estado há agora um homem que fez plena justiça ao elemento alemão e cujo senso de dever não permitirá que as partes teuto-brasileiras do país recebam menos consideração na proteção dos interesses públicos do que os municípios luso-brasileiros”, pois ele “conseguiu conquistar a confiança de seus compatriotas teuto-brasileiros, e os membros de seu partido, bem como todos os bons cidadãos do Rio Grande do Sul, podem ter certeza da alegre aprovação e apoio de seu partido em seu trabalho pela paz” (Jannasch, 1905, p. 625).

Para fortalecer as relações econômicas e se inserir no comércio global, o governo do Rio Grande do Sul e os órgãos econômicos do país, juntamente com “seus amigos europeus”, deveriam: a) tomar medidas para divulgar o país e o povo do Estado na Europa, especialmente na Alemanha, a fim de atrair capital e mão de obra europeus; b) a melhoria da agricultura por meio da promoção da fruticultura e da viticultura; melhoria do cultivo de tabaco por meio da substituição contínua de sementes, classificação cuidadosa das folhas de tabaco; c) a continuação dos experimentos com culturas de arroz; d) exploração de produtos agrícolas e hortícolas por meio da obtenção de sucos de frutas, vinhos de frutas e conservas de frutas etc.; e) criar e fomentar estações de pesquisa, além de premiar os melhores produtos; f) a melhoria da criação de peixes, especialmente do Bagre, por meio da introdução de um período de defeso; g) *lobby* enérgico do Centro Econômico para a redução das taxas de frete nas ferrovias e linhas de navios a vapor; h) melhoria contínua das estradas e pontes, especialmente as da Serra.

Portanto, o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul não dependia de uma única solução, mas um conjunto de ações, contemplando produção, escoamento, comércio e tecnologias. Para implementar essas ações, era necessário um plano de desenvolvimento estratégico, envolvendo toda a sociedade e a longo prazo.

### **Considerações finais**

Dado o exposto, conclui-se que na última década do século XIX, a emigração alemã para o Sul da América Latina e, nesse recorte, o Rio Grande do Sul, estava na pauta das discussões nos círculos emigrantistas da Alemanha, como o *Centralverein* e, posteriormente, a *Deutsch Kolonialgesellschaft*, nas quais figuravam muitos intelectuais. Sobressai a rede intelectual americanista na qual gravitavam o editor e colonizador Dr. Herrmann Meyer, o pedagogo Dr. Erich Krapf e o economista Dr. Robert Jannasch, unidos em torno do propósito

de direcionar o fluxo emigratório do país para o Sul da América Latina, materializado na implementação de um projeto de colonização no noroeste do Rio Grande do Sul.

Nessa rede de intelectuais, Jannasch era o mais articulado, ao ocupar o lugar de editor de uma revista de ampla circulação e dirigir uma associação comercial, que atuava na mediação de contratos internacionais. Diferente de outros intelectuais, seu foco se concentrava no desenvolvimento econômico das zonas de colonização no exterior, passando pelo comércio e a indústria, razão pela qual apontou caminhos para viabilizar a economia do Estado. Em segundo plano, tratou do povo, destacando a diversidade étnica interna daquilo que era denominado como “alemães”, e a sua contribuição humana, socioeconômica, política e cultural à terra de adoção. Enfim, o universo intelectual da Alemanha fornece pistas sobre como esses espaços coloniais eram vistos e lidos no final do século XIX e primeiras décadas do século XX.

## Referências

- BADE, Klaus J. **Friedrich Fabri und der Imperialismus in der Bismarckzeit**. Freiburg im Breisgau: Verlag Atlantis, 1975.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2. ed. rev. 4. reimpr. Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- BURMEISTER, Karl Heinz. Kapff, Sixt Ernst. In: RÜCKERT, Maria Magdalena (Hrsg.). **Württembergische Biographien unter Einbeziehung hohenzollerischer Persönlichkeiten**. Band I. Kohlhammer, Stuttgart, 2006, p. 122–125.
- CHARTIER, Roger. “Escutar os mortos com os olhos”. **Estudos Avançados**, 24 (69), 2010, p. 7-30.
- CHARTIER, Roger. Intelectual. In: BURGUIÈRE, André. **Dicionário das Ciências Históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- HERMANNSTÄDTER, Anita. Herrmann Meyer Der Sertão als schwieriger sozialer Geltungsraum. In: KOCH-GRÜNBERG, Theodor. **Die Xingu-Expedition. (1898-1900)**. Ein Forschungstagebuch. Köln: Böhlau Verlag, 2004. p. 403-434.
- JANNASCH, Robert. In: **Deutsches Kolonial-Lexikon**. Band II. Leipzig 1920. S. 124.
- JANNASCH, Robert. In: **Meyers Großes Konversations-Lexikon**. 6. Auflage. Band 10, Bibliographisches Institut, Leipzig/Wien 1907, S. 169.
- JANNASCH, Robert. Land und Leute von Rio Grande do Sul. **Export**. Organ des Centralvereins für Handelsgeographie und Förderung deutscher Interessen im Auslande. Berlin, 3 ago. a 19 out. 1905.
- LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-História. In: VENDRAME, Maíra Ines (Org.). **Ensaios de micro-história: trajetória e imigração**. São Leopoldo: Oikos; Unisinos, 2016, p. 18-31.
- LEVI, Giovanni. A História: ciência das perguntas gerais e das respostas locais. In: VENDRAME, Maíra Inês; KARSBURG, Alexandre. **Territórios da história: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023. p. 23-40.

LISBOA, Karen Macknow. Olhares alemães sobre a imigração no Brasil: imperialismo, identidade nacional e germanismo. **Espaço Plural**, Ano IX, n. 19, 2008, p. 95-104.

MARTINS, Jefferson Teles. Notas sobre o estudo dos intelectuais: as contribuições teóricas de Bourdieu para o estudo de trajetórias intelectuais de agentes e instituições. **História Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 20, n. 1, p. 7 - 18, 2020.

MEYER, Herrmann. **Ackerbaukolonien**. Neu-Württemberg und Xingu in Rio Grande do Sul (Südbrasilien). Leipzig: Bibliographischen Institut, 1903.

MEYER, Herrmann. **Ackerbaukolonien**. Neu-Württemberg und Xingu in Rio Grande do Sul (Südbrasilien). Leipzig: Bibliographischen Institut, 1906.

MEYER, Herrmann. **Die Privatkolonien von Dr. Herrmann Meyer in Rio Grande do Sul (Südbrasilien)**. Leipzig: Bibliographischen Institut, 1901.

MEYER, Herrmann. **Meine Reise nach den deutschen Kolonien in RS. 1898-1899**. Gedruckt als "Reisebrief" für seine Freunde. Leipzig: Carl Meyers Graphisches Institut, 1899.

MYERS, Jorge. Músicas distantes. Algumas notas sobre a história intelectual hoje: horizontes velhos e novos, perspectivas que se abrem. In.: SÁ, Maria Elisa Noronha de. **História intelectual latino-americana: itinerários, debates e perspectivas / organização: – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016, p. 23-58.**

NEUMANN, Rosane Marcia. E/imigrações: representações do Sul do Brasil no discurso da intelectualidade alemã (1896-1918). In: **Migrações: fronteiras, territórios e culturas**. São Leopoldo: Oikos, 2022, p. 119-138.

NEUMANN, Rosane Marcia. Empresas colonizadoras e empresários: a colonização particular no Rio Grande do Sul (séc. XIX e XX). In: **Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**. v. 6. Passo Fundo: EDIUPF, 2023, p. 13-58.

NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura**. O projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

SAUER, Angelika E. The Unbounded German Nation: Dr. Otto Hahn and German Emigration to Canada in the 1870s and 1880s. **Canadian Ethnic Studies**, vol. 39 no. 1-2, 2007, p. 129 - 144.

SAUER, Angelika E. The Diasporic Moment: Elise von Koerber, Dr. Otto Hahn, and the Attempt to Create a German Diaspora in Canada. In.: SCHULZE, Mathias et. all. (eds.). **German Diasporic Experiences: Identity, Migration, and Loss**. Waterloo: Wilfrid Laurier University Press, 2008, p. 205-216.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1996.



# “Levar a gente do Fayal ao Pará”: migração de açorianos no século XVII

Jeferson dos Santos Mendes<sup>1</sup>

## Introdução

O presente texto visa discutir a transferência de casais da Ilha do Faial (Arquipélago dos Açores) para a região amazônica no século XVII. Trataremos, especificamente aqui, de uma ilha e de uma viagem.

A história do Arquipélago dos Açores compreende um curto estágio de povoamento com um longo período de saídas de povoadores. Uma longa história de migrações para os mais variados espaços do império ultramarino português. Constituindo, desde muito cedo, um importante expediente de colonização atlântica. As disputas territoriais na região norte da América portuguesa, fizeram o Brasil entrar na frente de expansão com uma série de açorianos enviados para a região do Grão-Pará e Maranhão.

Na singularidade da experiência colonial, a colonização do território manifestou-se em uma combinação de ações autônomas de correntes migratórias e de iniciativas patrocinadas pela coroa lusitana. Durante a segunda metade do século XVII, a coroa intensificou a transferência de açorianos para a região amazônica para explorar, povoar, proteger e promover a colonização da região. Em meio às transferências, na tentativa de colonização e ocupação do território, a fronteira aparece como conceito fundamental para compreender os espaços inseridos por esses indivíduos. A fronteira, entendida aqui como um conceito polissêmico e elástico, compreendido como um espaço aberto para a expansão. Nesse sentido, pretendemos investigar os açorianos – grupos ou trajetórias individuais – que formavam o principal incremento populacional luso no estado do Grão-Pará e Maranhão. Portanto, analisaremos grupos e indivíduos que ligavam de forma direta ou indiretamente o centro com suas periferias no longo e diversificado império português.

Quando tratamos das migrações para o espaço amazônico é preciso levar em consideração os diversos tipos de migração. Segundo Rafael Chambouleyron (2010, p. 34), podemos falar de três tipos de migração para a Amazônia colonial: primeiro, os voluntários, indivíduos ou grupos que por conta própria migraram para a região; segundo lugar, os “viajantes involuntários” termo utilizado por Janaína Amado (2000) para se referir aos degredados e

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade de Lisboa. Atualmente faz pós-doutorado na Universidade Federal do Amapá. E-mail: [mendesjeferson@campus.ul.pt](mailto:mendesjeferson@campus.ul.pt)

soldados enviados para a região Amazônica e, em terceiro lugar a “migração em massa”, composta quase exclusivamente de casais açorianos, levas de imigrantes enviados pela coroa lusitana.

Os documentos apresentados ao longo do texto fazem parte conjunto documental existente no Arquivo Histórico Ultramarino. Além da documentação que já foi organizada, está armazenada e disponível no site da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, através do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, apresentaremos também, uma documentação da série dos Açores, que, ao contrário, ainda não está catalogada, verbetada e nem foi digitalizada.

No presente trabalho trataremos de uma viagem, uma Ilha e um local para onde um grupo de povoadores açorianos foram levados ao longo do século XVII. Trataremos, rapidamente, do arquipélago, uma das principais causas das migrações e, claro, a viagem da Ilha do Faial para o Pará.

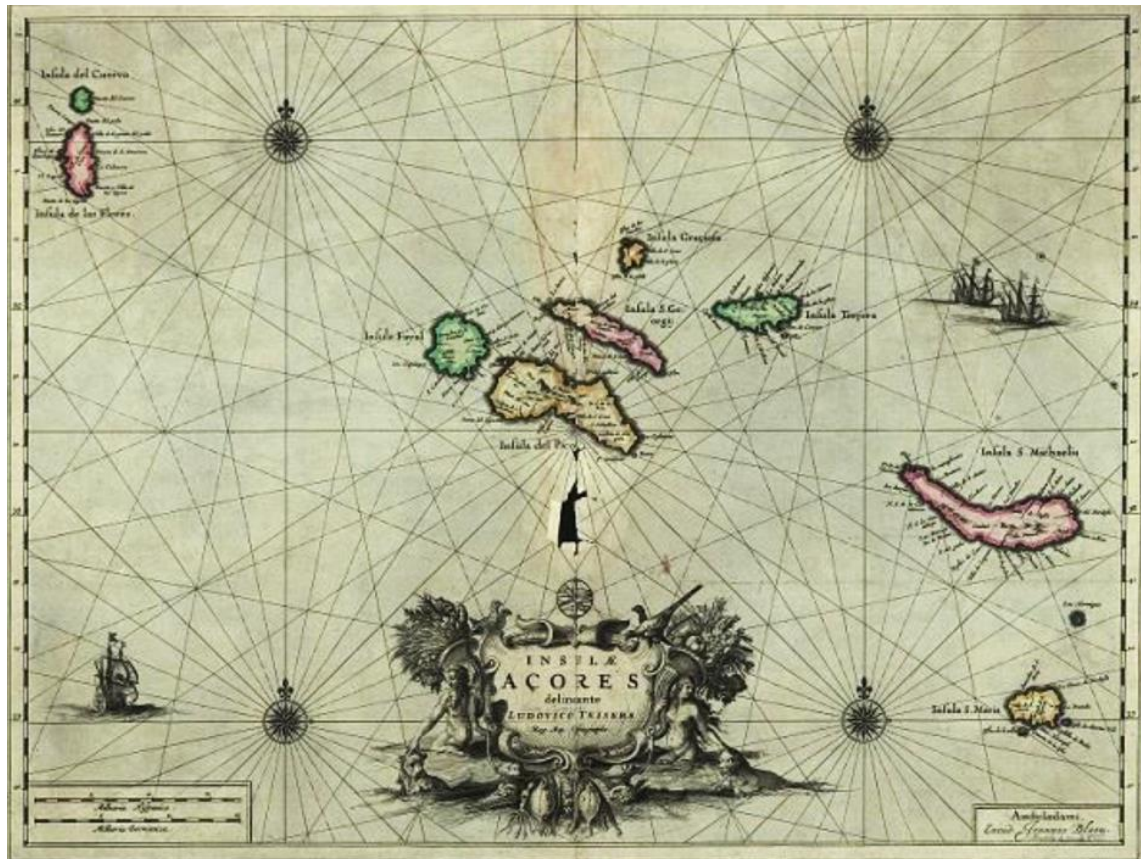
## **1. O arquipélago dos Açores**

O arquipélago dos Açores está localizado em pleno oceano Atlântico Norte (entre 36° e 43° de latitude Norte e entre 25° e 31° de longitude Oeste), faz parte da região da Macaronésia, juntamente com a Madeira, as Canárias, Cabo Verde e o Noroeste Africano. Os Açores são compostos por nove ilhas que ocupam uma superfície de 2.329,67 km<sup>2</sup>, divididas em três grupos, todos eles com diversos ilhéus nas imediações costeiras. O oriental é formado pelas ilhas de Santa Maria (97 km<sup>2</sup>) e de São Miguel (747 km<sup>2</sup>). O central é composto pelas ilhas Terceira (397 km<sup>2</sup>), Graciosa (61 km<sup>2</sup>), São Jorge (238 km<sup>2</sup>), Faial (173 km<sup>2</sup>) e Pico (447 km<sup>2</sup>). O ocidental é constituído pelas ilhas das Flores (143 km<sup>2</sup>) e do Corvo (17 km<sup>2</sup>). (Costa, 2008).

O arquipélago dos Açores tem uma origem vulcânica face à sua localização na zona de contato entre as placas tectónicas eurasiática, americana e africana. Este fator foi e é determinante para a história insular. A ocorrência de múltiplas erupções, terremotos e maremotos, uns sentidos, outros não, acompanharam a vida nas ilhas desde o seu povoamento. Se a Graciosa, Flores, Corvo e Santa Maria não sofreram nenhum terremoto desde o século XV, as restantes ilhas foram massacradas com diversas crises sísmicas ao longo do tempo, algumas com elevada gravidade para os seus habitantes, como a de 1522 (São Miguel); a de 1580 (São Jorge e Pico), a de 1718-1720 (Pico), a de 1757 (São Jorge), a de 1957 (Faial), a de 1980 (Terceira) e a recente de 1998 (Faial). Atualmente, o testemunho destes fenômenos é diário, embora de forma atenuada, nomeadamente, nas caldeiras do Vale das Furnas e da Ribeira Seca

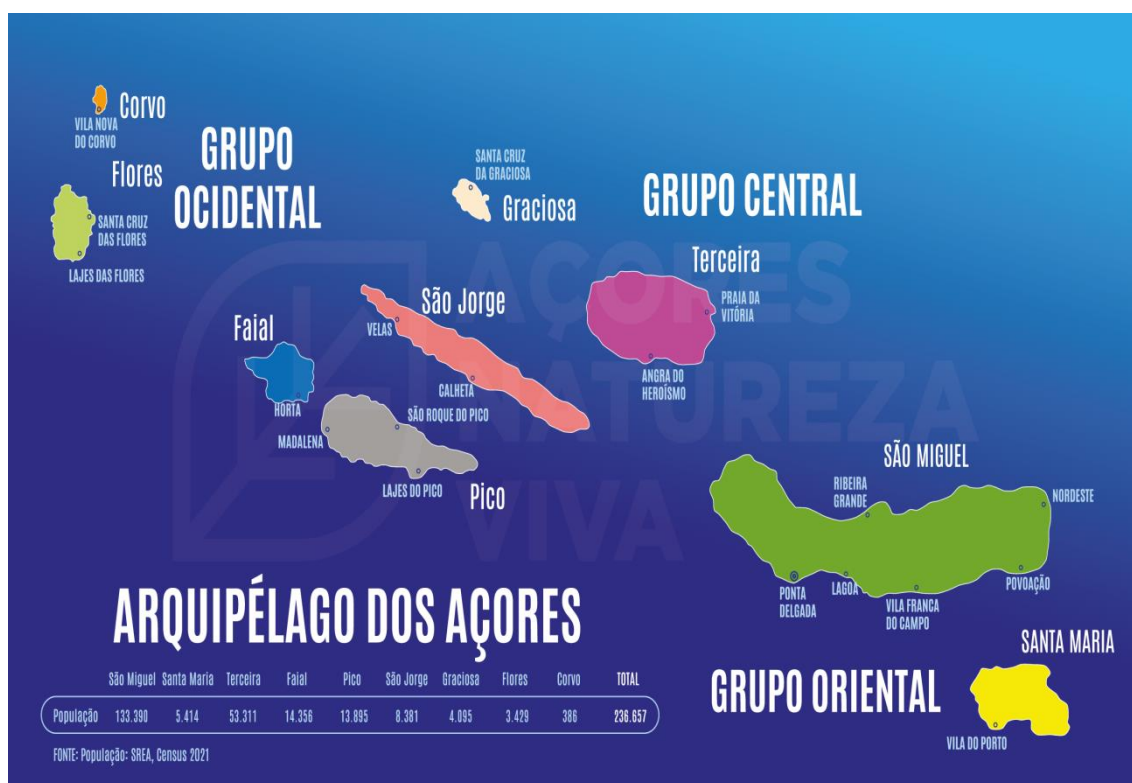
da Ribeira Grande, na ilha de São Miguel; na Furna do Enxofre, na Graciosa; e na Caldeira de Guilherme Moniz, na Terceira. (Costa, 2008).

**Quadro 1 - Mapa das ilhas dos Açores**



Fonte: Mapa das ilhas dos Açores, Luís Teixeira, 1584 e Joan Blaeu, 1672, Amesterdão, Holanda. Disponível em: <https://www.arquipelagos.pt/imagem/mapa-das-ilhas-dos-aco-res-luis-teixeira-1584-e-joan-blaeu-1672-amesterdao-holanda/>

**Quadro 2 - Grupos de ilhas do Arquipélago dos Açores**



Fonte: População: SREA, Censur 2021.

Como já destacamos acima, as ilhas do arquipélago têm origem vulcânica. A origem acaba definindo um dos motivos migratórios. Uma das principais razões das migrações identificadas pela historiografia. As causas estão mais presentes para o século XVIII. Entretanto, é possível identificar a partir da análise documental do século XVII, que boa parte das razões destacadas pela historiografia no século XVIII também ocorreram no século anterior.

Sobre o século XVIII, ao tratar dos açorianos enviados para a Ilha de Santa Catarina, Walter Piazza (1992) apresenta três fatores preponderantes para o envio de imigrantes açorianos para a América. Segundo ele, os constantes abalos sísmicos da década de 20 do século XVIII fizeram com que “as populações pleiteavam seu transporte para o Brasil”; o parco desenvolvimento agrícola e como “fator preponderante” o excesso populacional.

Esses fatores estão presentes nas fontes documentais sobre migrações no século XVII, um século antes das migrações para o sul da América. Walter Piazza fez um levantamento dos eventos sismo-vulcânicos nas Ilhas desde o século XV.

**Quadro 3** - Registros de eventos sismo-vulcânicos nas Ilhas do Arquipélago dos Açores, nos séculos XV e XVI

<b>ANO</b>	<b>ILHA</b>	<b>REGISTROS</b>	<b>MORTOS</b>
1444	São Miguel (Vale das Sete Cidades)	Abalo sísmico	-
1522	São Miguel (Vila Franca do Campo)	Abalo sísmico	5.000
1538	São Miguel (Ponta da Ferraria)	Erupção	-
1547	Ilha Terceira	Tremor	-
1562	São Jorge e Pico	Tremor	-
1562	Pico (Pico Carneiro)	Tremor	-
1562	São Jorge	Tremor	-
1563	São Miguel (Ponta Delgada, Franca do Campo, Ribeira Grande, Pico do Sapateiro, Ribeira Seca, Rabo de Peixe)	Tremor	-
1570	Pico	Tremor	-
1571	São Miguel	Tremor	-
1572	São Jorge	Tremor	-
1572	Pico (Cais do Norte)	Abalo sísmico, erupções	-
1572	São Miguel	Tremor	-
1580	São Jorge	Tremor, erupções	10
1591	São Miguel	Abalo sísmico	-

Fonte: Piazza, 1992.

**Quadro 4** - Registros de eventos sismo-vulcânicos nas Ilhas do Arquipélago dos Açores, no século XVII.

ANO	ILHA	REGISTROS	MORTOS
1614	Ilha Terceira (Angra)	Tremor	200
1615	Ilha Terceira	Tremor	-
1628	São Miguel	Abalos sísmicos	-
1628	Faial	Abalos sísmicos	-
1628	São Miguel	Abalos sísmicos	-
1630	São Miguel (Ponta Garça, Povoação)	Tremor	191
1638	São Miguel	Abalos sísmicos	-
1647	Terceira (Angra)	Terremoto	-
1647	Faial	Tremor	-
1652	São Miguel (Lagoa, Pico do Paio)	Terremoto	-
1656	São Miguel	Abalo sísmico	-
1657	Terceira	Tremor	-
1667	Faial (Capelo)	Tremor	-
1672-73	Faial (Campelo e Praia do Norte)	Erupção	-
1682	São Miguel	Tremor	-
1690	Terceira	Abalo sísmico	-
1690	Faial	Abalo sísmico	-
1691	Terceira	Tremor	-
1691	Faial	Tremor	-

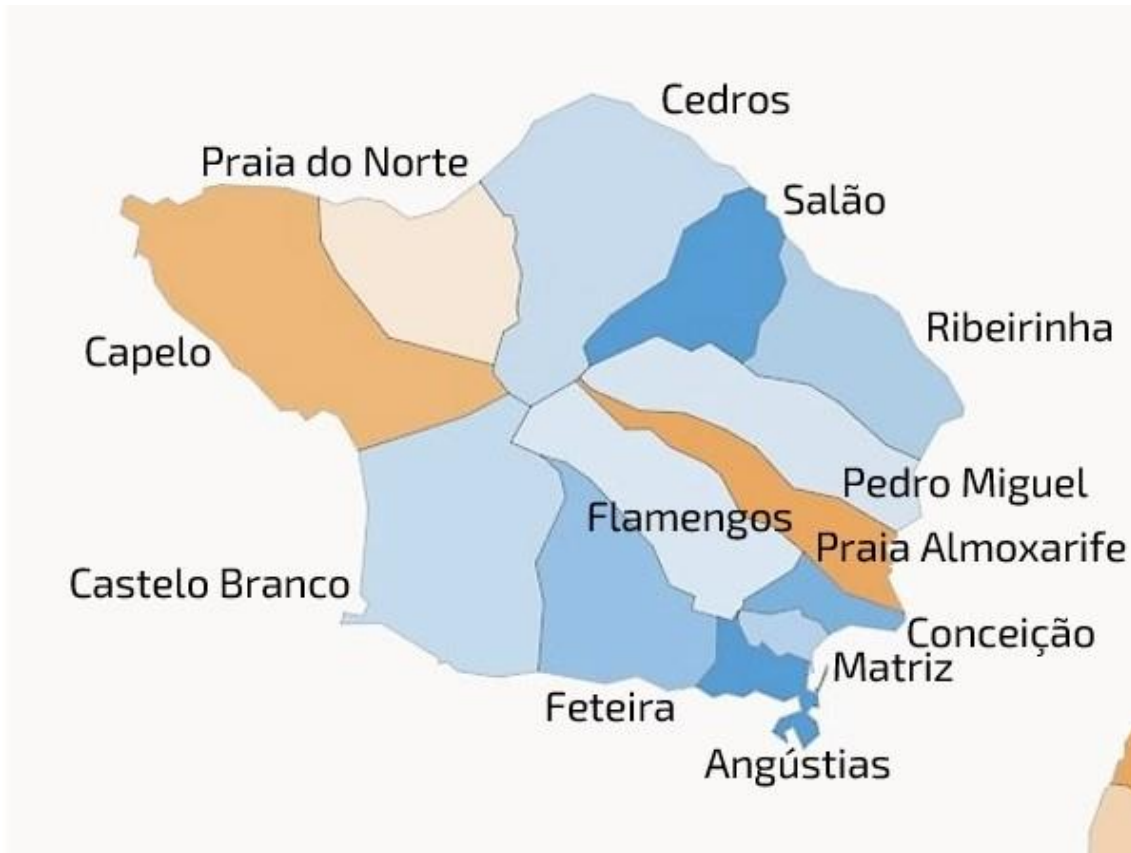
Fonte: Piazza (1992).

O que nos interessa aqui é o ano 1672-1673 na Ilha do Faial, nas freguesias do Capelo e da Praia do Norte. A erupção do Cabeço do Fogo como é ainda chamado o vulcão que fica localizado na Ilha do Faial foi determinante para as viagens de um grupo de migrantes para o Pará.

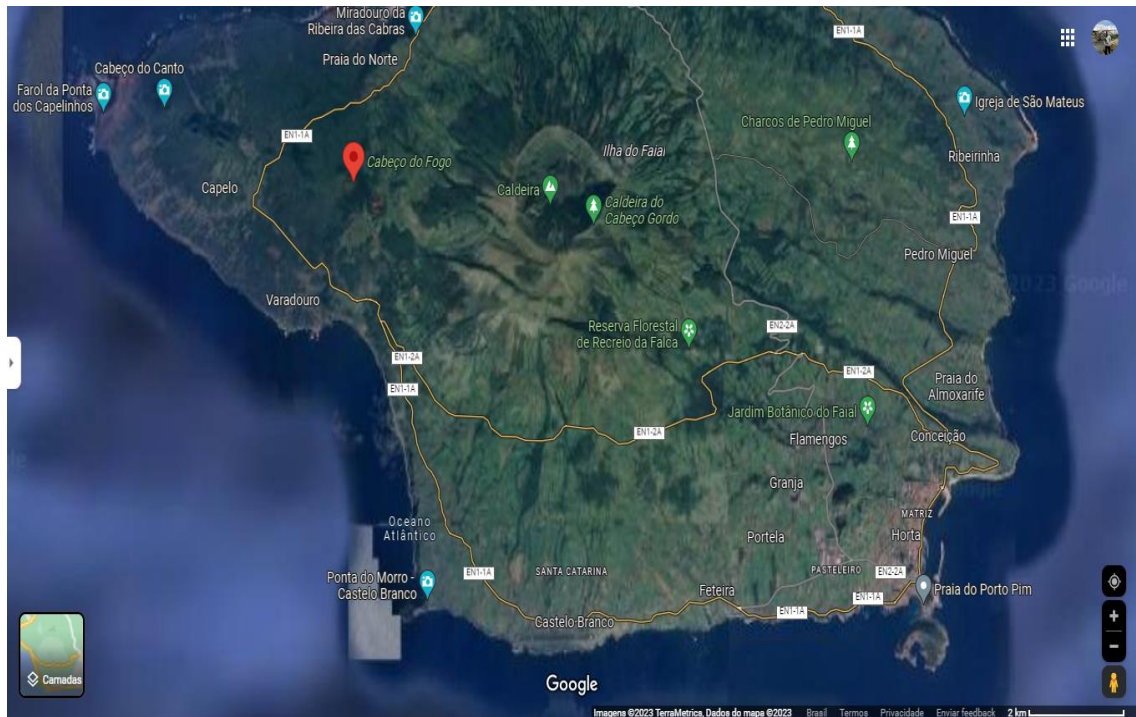
## 2. Erupção e transferência

O Cabeço do Fogo é um vulcão que fica na Ilha do Faial pertencente ao complexo vulcânico do Capelo, entre a Praia do Norte e o Capelo. Em uma de suas erupções provocou o pânico na Ilha, resultando em vários pedidos dos camarários para o envio de faialenses para o Pará e o Maranhão.

**Quadro 5 – Freguesias da Ilha do Faial.**



**Quadro 6 - Localização do vulcão Cabeço do Fogo na Ilha do Faial.**



Fonte: Google.

António Lourenço da Silveira Macedo (1981), em seu livro *História das Quatro Ilhas do Distrito da Horta*, pormenoriza o evento. A crise sísmica iniciada em 20 de setembro de 1671, intensificou-se em fevereiro de 1672, permanecendo em menor intensidade até setembro do mesmo ano. Foram mais sentidos nas freguesias da Praia do Norte e Capelo. Após a erupção vulcânica sucedeu uma série de sismos, sentidos nas freguesias de Castelo Branco e Cedros, além de Praia do Norte e Capelo. Calcula-se que, em média, 1.200 famílias perderam suas casas.

O evento foi descrito pelos camarários como de grande prejuízo para os moradores da Ilha. Em setembro de 1672, o capitão-mor e os oficiais da Câmara do Faial enviaram uma representação ao regente D. Pedro descrevendo o que julgavam um “castigo de Deus”:

O miserável estado com que seus habitantes se consideram por causa dos terremotos que têm experimentado por sinal de castigo com que Deus, Nosso Senhor, os está ameaçando com ruína de duas freguesias e todas suas casas, vários vulcões de fogo, que têm rebentado, chuviscos de areia, cinza que têm devastado os campos, deixando-os incapazes de produzir frutos (AHU-Açores, 27/09/1672).

Em dezembro os oficiais da Câmara do Faial voltaram a descrever os problemas e consequências causados pelas erupções gerados pelas várias bocas de fogo:

[...] O aperto e miséria em que estão os humildes vassallos de V.A. nesta ilha do Faial, por causa de um grande incêndio de fogo que arrebentou em várias bocas no alto de uns montes iminentes a duas freguesias [Campelo e Praia do Norte], das quais bocas correram, e ainda correm tantos braços, e ribeiras de fogo, que depois de arrasarem as igrejas e habitações dos moradores [...] E consumirem as terras e campos, com seus frutos, não deixando montes, e vales [...] Sem esperança de tornarem a ser habitados (AHU-Açores, 14/12/1672).

Um ano depois, a 7 de outubro de 1673, uma consulta do Conselho Ultramarino pedia para príncipe regente D. Pedro o envio de embarcações com casais da Ilha para o Maranhão. O capitão-mor Jorge Gularte Pimentel e mais oficiais da Câmara do Faial fizeram uma petição no Conselho no qual descreviam “o miserável estado em que seus habitantes se consideram, por conta dos terremotos, que tem experimentado, por sinal de castigo”. Nas freguesias do Capelo e Praia do Norte arruinou casas, devastou os campos “deixando incapazes de produzir frutos”. Os faialenses, segundo a petição, “desejam retirar-se ao Maranhão, ou outra das conquistas desta Coroa, e que não podem fazer por falta de mantimentos para a passagem de embarcação que os conduza”.

Pedem a V.A pelo amor de D.<sup>s</sup> lhes faça mercê mandar lhes embarcações em que se possam passar ao Maranhão pelo menos cem casais e ordem ao Provedor das Ilhas que ordene ao Almojarife dado Faial lhes dê por conta da Fazenda Real o mantimento necessário p.<sup>a</sup> a passagem.

Ao Cons.<sup>o</sup> parece que atendendo a V.A ao miserável estado destes povos expedirem embarcações para passarem ao Maranhão a povoar, e toca a V.A o remediar estes vassallos em sua aflição, deve V.A ser servido mandar fretar duas embarcações, que



possam conduzir esta gente aquele estado, ordenando-se ao Provedor da Fazenda daquelas ilhas tenha prevenido o mantimento para sua viagem, e q.do alguns se disponham a quererem passar a Angola será muito conveniente ao serviço de V.A e bem daquela conquista, que em companhia do governador Pero Cezar, que V.A há nomeado para aquele governo fossem alguns, enviando-se alguns dos navios de sua conserva os fossem ali tomar, [...] como o provedor da fazenda das Ilhas os mantimentos para sua viagem, e aos governadores de Angola e Maranhão se avise se fica tratando da condução desta gente para que tenham prevenidos os sítios para seu alojamento, e se lhe plantar mantimento, para que ao tempo de sua chegada tenha de que se sustentar. [...] os donatários das capitanias do Maranhão por suas doações tem obrigação de lhes mandarem povoadores, que V.A os mande notificar para que desta gente povoem as ditas capitanias dentro de um ano a que não o fazendo percam as capitanias sem remissão, e que V.A as mandará prover em outros para que os povoem, e cumpram as obrigações de suas doações.

A Salvador Correa de Sá os parece que vendo o miserável estado da Ilha do Faial pela relação, que se apresentou pelo qual consta ficarem destruídos de toda ponta duas freguesias com 10>00 almas de confissão, considera que toda a mais Ilha ficaria destruída com as areias e cinzas, que cobriam os campos, considerando também a necessidade que há nas conquistas (AHU-Açores, 07/10/1673).

Dois anos depois da petição com o pedido do capitão-mor e os oficiais camarários, a viagem foi organizada e em apenas oito dias as embarcações chegaram a Ilha e já partiram com os casais com destino a América portuguesa.

E que a fragata Nossa S.<sup>a</sup> da Palma e S.<sup>a</sup> Rafael, capitão Manoel do Vale não era capaz de receber em si mais que cinquenta casais, nos quais se compreendia duzentos e trinta e quatro pessoas, [...] ao capitão-mor Jorge Goulart Pimentel desse ao capitão Manoel do Vale outra instrução p.<sup>a</sup> a guarda, e vigia destes casais [...] embarcara os ditos casais com tanta brevidade, que chegada o dito navio a Ilha do Faial em 10 de agosto, em 18 de agosto do dito seguiram viagem, fazendo para melhor alojamento algumas obras necessárias. E representa a V. A outros cinquenta casais ficavam prontos, e muitos deles, por pobres, em casas suas, sustentando os as suas custa; e que além destes 50 que estão prontos, se podem tirar daquela Ilha, e da do Pico de que é governador, cem casais mais, sem todos estes fazerem falta (AHU-Açores, 20/10/1675).

Após dois meses em alto mar, os povoadores faialenses chegaram ao destino. Em outubro de 1675, migrantes desembarcaram em Belém. Eram cinquenta casais açorianos, que somavam um total de 234 pessoas. A grande maioria de moradores da freguesia da Praia do Norte. O Senado da Câmara de Belém determinou o alojamento. Rafael Chambouleyron lembra da importância das viagens para o povoamento da região e seu incremento populacional:

A experiência com os açorianos na década de 1670 revelava-se, assim, no mínimo ambígua. Por um lado, não há dúvida que o impacto demográfico da chegada dos açorianos na população de portugueses (e seus descendentes) foi enorme. A julgar pelas referências esparsas na documentação, a população de portugueses na capitania do Pará, em 1674, chegava a 200 casais (assim informava o governador Pedro César de Meneses em carta ao Conselho). Desse modo, em apenas três anos – 1674-1677 – a população da capitania teria aumentado em cinquenta por cento. Em seu Compêndio das eras da província do Pará, Antônio Ladislau Monteiro Baena refere-se a uma determinação da Câmara de Belém que teria designado o “sítio”, paralelo à rua dos Mártires, que deveria “marcar campo aos domicílios dos açorianos nuper-chegados (Chambouleyron, 2010).

A experiência dos povoadores para a região não era nova e ali foram feitos os primeiros processos organizados de colonização açoriana para a América portuguesa. Não por acaso, é possível encontrar registros de açorianos em Bragança, Ourem, Belém, São Luís, Alcântara, Macapá, Vila Viçosa, Nova Mazagão, entre outras regiões. Laurent Vidal (2008), por exemplo, contabiliza um total de 46 chefes de famílias de origem açoriana e 57 de Portugal continental na formação de Nova Mazagão.

No início do século XVII foram realizadas as primeiras transferências para o Grão-Pará e o Maranhão, os historiadores divergem sobre a quantidade de açorianos e de viagens realizadas nos seiscentos.

**Quadro 7 - Ano das viagens para cada autor.**

AUTOR	VIAGENS
Ananias Alves Martins	1617, 1619, 1621, 1676
Arthur Cezar Ferreira Reis	1620, 1621, 1667, 1676
Bernardo Pereira de Berredo	1621, 1622, 1676
Rafael Chambouleyron	1618-1618, 1621-1622, 1647-1649, 1649, 1674-1675, 1676-1677
Timothy Coates	1619, 1622, 1649, 1667, 1673, 1674 e 1677

Além do incremento populacional os povoadores, também tiveram presentes na vida política. Instalada a Câmara de São Luís, um dos capitães da expedição em 1618 foi nomeado presidente. Simão Estácio da Silveira, além de presidente, também atuou na promoção da região através de sua obra *Relação sumaria das cousas do Maranhão*.

Três anos após a viagem, a coroa era informada das condições dos açorianos na capitania. Em 15 de outubro de 1678, o governador do Maranhão, Ignácio Coelho da Silva comunicou à coroa como estavam e como haviam chegado os povoadores. “Quando eles ali chegaram foram repartidos em casa dos moradores que mais possibilidade tinham, ainda se acham alguns com este cômodo”, já outros, se acomodaram como puderam. Entre os anos, mantiveram-se em “grande miséria e descômodo”. Queixava-se de muitos não terem ofícios e “nem quer trabalhar nesta terra, e eles pela sua incapacidade e miséria se vão minguando e são já muitos mortos com suas famílias” (AHU-Pará, 10/01/1679).

## Considerações finais

As migrações de povoadores açorianos para o Grão-Pará e o Maranhão no século XVII e XVIII continuam com muitas pesquisas em aberto. Ao contrário de outras localidades para as quais os migrantes foram enviados, para a região da Amazônia colonial ainda carecemos de muita pesquisa e de novas fontes documentais. Somente para citar algumas possibilidades de pesquisa, destacamos: trajetórias individuais, em grupos ou familiares, história da família, história da população, questões de fronteira, genealogias, entre outros.

## Referências

AHU-Açores.

AHU-Pará.

AMADO, Janaína. Viajantes involuntários: degredados portugueses para a Amazônia colonial. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Vol. VI (suplemento), 813-832, setembro 2000.

BERREDO, Bernardo Pereira de. **Annaes historicos do Estado do Maranhão**, em que se dá notícia de seu descobrimento, e tudo o que mais nelle tem succedido desde em que foy descuberto até o de 1718 [1749]. Iquitos: CETA/Abya-Yala/IIAP, s.d.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)**. Belém: Ed. Açáí, 2010.

COATES, Timothy J. **Degredados e órfãos: colonização dirigida pela coroa no império português. 1550-1755**. Lisboa: CNCDP, 1998.

COSTA, Susana Goulart. **Açores: Nove ilhas, uma história**. Berkeley: University of Califórnia, 2008.

MACEDO, António Lourenço da Silveira. **História das quatro ilhas que formam o distrito da Horta**. Região Autónoma dos Açores. Secretaria Regional da Educação e Cultura. Direcção Regional dos Assuntos Culturais. Porto, Portugal: Graf. Maiadouro, 1981.

MARTINS, Ananias Alves. Imigrantes esquecidos na fronteira norte: açorianos na colonização e na cultura, Maranhão século XVII. In: BARROSO, Vera Lúcia Maciel. **Açorianos no Brasil: História, memória, genealogia e historiografia**. Porto Alegre: Ed. EST, 2002, p. 21-41.

PIAZZA, Walter. **A epopeia açorino-madeirense – 1748-1756**. Florianópolis: Editora UFSC, 1922.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A política de Portugal no vale amazônico [1940]**. Belém: Secult, 1993.

VIDAL, Laurent. **Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico: do Marrocos à Amazônia (1769-1783)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

## Sobre os organizadores

**Rosane Marcia Neumann** – Doutora em História. Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense (PPGE/UNIPLAC); Professora visitante voluntária do Programa do Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande (PPGH/FURG); Pesquisadora do Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL). E-mail: rosaneneumann@gmail.com.

**João Vítor Sand** – Mestre em História (PPGH/PUCRS); Graduado em História (UPF); Presidente da ANPHCTB (2024-2026). Email: joaovsand@gmail.com.

**Kalinka de Oliveria Schmitz** – Doutora em História (PPGH/UNISINOS); graduada em História (UPF). Vice-presidente da ANPHCTB. E-mail: kalinka.oschmitz@gmail.com.

**Welington Augusto Blume** – Mestre em História (PPGH/UNISINOS); Graduado em História (UNISINOS). Professor da Rede Pública de Ensino pelo Estado do Rio Grande do Sul. E-mail: welingtonblume@hotmail.com.

Mi casa está en cualquier lugar del mundo

Mi casa está en cualquier lugar del mundo  
Esperen mi visita entre los cactus de Maputo  
Todos los días beso a mis sobrinos en Biava  
Mi casa está en cualquier lugar del mundo...

Mi casa está ahora en cualquier lugar del mundo  
Está donde se escriba un poema o se recuerde la Cordillera  
Donde bajo el Sena un mapuche añore el Ñachi y el Muday  
O en Gotemburgo se sueñe las rubias arenas del Pacífico.

Jorge Teillier

